

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SVETLANA RUSEISHVILI

**Ser russo em São Paulo**

Os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a  
Revolução Bolchevique de 1917

São Paulo  
2016

SVETLANA RUSEISHVILI

**Ser russo em São Paulo**

Os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a  
Revolução Bolchevique de 1917

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Eva Alterman Blay

São Paulo  
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R949s Ruseishvili, Svetlana  
Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917 / Svetlana Ruseishvili ; orientadora Eva Alterman Blay. - São Paulo, 2016.  
383 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Imigração. 2. Russos. 3. Identidade. 4. Refugiados. 5. Apátrida. I. Blay, Eva Alterman, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

RUSEISHVILI, Svetlana

**Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA:

Profa Dra Eva Alterman Blay (Presidente)

Instituição: Departamento de Sociologia/FFLCH, USP

Ass.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição:

Ass.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição:

Ass.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição:

Ass.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição:

Ass.: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Professora Eva Blay, a quem admiro muito, pelo apoio, pela confiança e por ser a constante fonte de inspiração de seguir em frente.

Ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo por ter me acolhido no Programa de Pós-graduação em Sociologia e por ter me propiciado contato insubstituível com os acadêmicos extraordinários, tanto entre o corpo docente como entre professores convidados. À Professora Fraya Frehse por ter me aberto o mundo magnífico da docência. Ao Professor Mário Antônio Eufrásio e ao CERU por terem me acolhido em suas reuniões num período em que o mundo acadêmico brasileiro era ainda um grande mistério para mim. Ao Professor Leopoldo Waizbort e à Professora Helena Vassina, do Departamento da Língua e Cultura Russa, pelos valiosos comentários em minha banca de qualificação. Ao secretário da pós-graduação do Departamento de Sociologia, Gustavo Mascarenhas, que nunca me recusou nenhuma ajuda com as questões burocráticas e administrativas.

Ao CNPq, pois esta pesquisa seria impossível sem o auxílio financeiro da bolsa concedida por essa instituição.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo pela sua exemplar gentileza e prestatividade.

A todos os depoentes e historiantes, protagonistas dessa pesquisa, que me acolheram em suas casas, me concederam seu tempo, suas histórias, suas fotografias e parte de suas vidas, um agradecimento eterno. Em especial, à família Bibikoff-Bussiguin e ao Padre Constantino por me confiarem os tesouros guardados por décadas nos acervos da Catedral Ortodoxa São Nicolau. A Igor Schnee e a todos os funcionários da Sociedade Filantrópica Paulista por ter me liberado o acesso aos documentos arquivados na instituição e por terem me propiciado momentos muito agradáveis de estar em sua companhia.

À minha família internacional: minha mãe Inna e minha irmã Nina pelo amor, pelo apoio incondicional e pelos constantes incentivos. Aos meus sogros amados, Afonso e Leandra, que me adotaram sem hesitação, me fizeram sentir em casa desde os primeiros dias de minha estadia no Brasil e sempre acreditaram que essa tese viria ao mundo. A todos os avós, tios e tias, primos e primas que ganhei no Brasil através dos meus sogros. A Adolfo Roberto Moreira Santos, tio Adolfo querido, por inúmeras

conversas incomparáveis acompanhadas de melhores vinhos e, claro, por ser o leitor atento dessa tese.

Ao meu esposo, Rodrigo, por ser o homem que me completa, que eu admiro, que me faz sempre querer ser algo maior. Aos meus filhos, Adrián, Victor e o pequeno pãozinho que virá à luz juntamente com essa tese, simplesmente por existirem em minha vida. Esse trabalho é para vocês.

## RESUMO

RUSEISHVILI, Svetlana. **Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917**. 2016. 383 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A presente tese de doutoramento tem como objeto de pesquisa os imigrantes de origem russa no Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX. A Revolução Russa de 1917 e a formação do Estado Soviético ocasionaram grandes mudanças na estrutura social da Rússia e produziram um fluxo emigratório inédito no século XX. As características migratórias dessas populações provocaram grandes debates nos países europeus e resultaram no surgimento de uma nova categoria migratória: o refugiado. No Brasil, os primeiros imigrantes da Rússia pós-revolução começaram a chegar no começo dos anos 1920, tendo como principais destinos os estados do Sul e do Sudeste do país, principalmente a cidade de São Paulo, que se encontrava em fase de rápido crescimento econômico e urbano. Posteriormente, São Paulo recebeu mais duas grandes levas de imigrantes russos: os deslocados da Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 1940, e os imigrantes russos da China, ao longo da década de 1950. Assim, as décadas de 1920 a 1950 foram o período de maior visibilidade dos imigrantes russos na cidade e dos processos mais intensos da estruturação de suas coletividades. Diante disso, a tese se concentra nesse intervalo de tempo.

Num segundo momento, a tese se propõe a explorar o que significava ser russo em São Paulo nesse período. O trabalho está fundado na percepção de que nenhuma identidade é uma característica estável, mas um processo contínuo cujos resultados advêm de uma complexa teia de interações entre o Estado, a sociedade, o grupo e o indivíduo. A tese, através de uma extensa pesquisa documental em arquivos públicos e particulares e com auxílio de depoimentos orais, busca identificar de que modo as formas de sociabilidade dos imigrantes russos em São Paulo foram fruto de suas concepções coletivas sobre seu pertencimento e sua lealdade nacional. A pesquisa identificou que a falta de homogeneidade nos percursos migratórios, e também nas concepções sobre o próprio pertencimento, resultou em uma comunidade de imigrantes marcada por constantes conflitos internos, com o Estado e com a sociedade no Brasil. Essa dinâmica comunitária, somada à postura repressiva do Estado à época em relação aos imigrantes, ocasionou grandes rupturas entre gerações e entre diferentes levas migratórias de russos na cidade, que impactaram as formas de sociabilidade dos russos na cidade até os dias de hoje.

**Palavras-chave:** Imigração russa; Refugiados; Apátridas; Deslocados de guerra; Rússia; Estado Novo; Identidade.

## ABSTRACT

RUSEISHVILI, Svetlana. **Being Russian in São Paulo: Russian immigrants and identity (re)formulation after 1917 Bolchevique Revolution.** 2016. 383 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The purpose of this doctoral thesis is the research of the Russian immigrants in Brazil, mainly in the city of São Paulo, in the first half of the twentieth century. The Russian Revolution of 1917 and the formation of the Soviet State led to major changes in the social structure of Russia and produced an unprecedented emigration flow. Migratory characteristics of these populations caused great debates in European countries and resulted in the emergence of a new immigration category: the refugee. The first post-revolution Russian immigrants began to arrive in Brazil in the early 1920s. The main destinations were the South and the Southeast of the country – especially the city of São Paulo, which was in rapid economic and urban growth phase. Later, São Paulo received two others large waves of Russian immigrants: the displaced persons of World War II in the late 1940s, and Russian refugees from China, throughout the 1950s. Thus, the decades from 1920 to 1950 were a period of increasing visibility of Russian immigrants in the city of São Paulo and of an intense process of structuring their communities. Therefore, the thesis focuses in this period.

After this first analysis, this thesis explores what it meant to be Russian in São Paulo during said period. The work is based on the paradigm that no identity is a stable characteristic, but an ongoing process which results come from a complex network of interactions between the state, society, group and individual.

The thesis, through an extensive documentary research in public and private archives and with the help of oral testimonies, seeks to identify how the forms of sociability of Russian immigrants in São Paulo were a result of their collective views on their sense of belonging and of national loyalty. The research identified that the lack of homogeneity in the migratory experiences and in the conceptions of belonging resulted in an immigrant community marked by constant internal conflicts. This communitarian dynamics, coupled with the repressive attitude of the Brazilian State towards immigrants, caused major gaps between generations of Russian immigrants in the city, which impacted the forms of their sociability in the city until today.

**Key words:** Russian immigration; Refugees; Stateless Persons; Displaced people; Russia; *Estado Novo*; Identity.



## **АННОТАЦИЯ**

**Русеишвили, Светлана.** Быть русским в Сан-Пауло: русские иммигранты и (пере)осмысление идентичности после Октябрьской Революции 1917 года. Диссертация на соискание ученой степени кандидата социологических наук, Университет Сан-Пауло, Сан-Пауло, 2016.

Предметом данного исследования являются иммигранты русского происхождения в Бразилии, в частности в городе Сан-Пауло, в первой половине XX века. Русская Революция 1917 года и образование Советского Государства спровоцировали радикальные изменения в социальной структуре российского общества и произвели невиданный для XX века эмиграционный поток. Миграционные характеристики этого населения вызвали большие споры в европейских странах того времени, которые привели к возникновению новой миграционной категории: беженства. В Бразилию первые беженцы из постреволюционной России начали прибывать уже в начале 1920-ых годов и направлялись, в основном, в штаты Юга и Юго-Востока страны. Большая часть этих иммигрантов осела в городе Сан-Пауло, который переживал в то время период стремительного экономического и урбанистического роста. В последствии, Сан-Пауло принял еще два многочисленных потока русских иммигрантов: перемещенных лиц после Второй Мировой Войны и русских беженцев из Китая, в 1950-ых годах. Ввиду того, что наиболее интенсивные процессы организации русского сообщества в городе пришлись именно на период между 1920-ыми и 1950-ыми годами, исследование сконцентрировалось на этом временном отрезке.

Во второй части диссертации предлагается проанализировать, что означало быть русским в Сан-Пауло в первой половине XX века. Анализ опирается на парадигму, которая рассматривает идентичность не как статичную характеристику, но скорее как результат динамичного процесса постоянного взаимодействия между государством, обществом, социальной группой и индивидом. Данная диссертация, после обширного исследования исторических документов находящихся в частных и государственных архивах Бразилии, а также с помощью устных и письменных воспоминаний, предлагает понять, в какой степени социальное устройство русских иммигрантов в Сан-Пауло было обусловлено их коллективными представлениями о национальной и этнической принадлежности и политическими убеждениями.

Исследование выявило, что неоднородность миграционных траекторий и разнообразие представлений о собственной принадлежности привели к тому, что сообщество русских иммигрантов в Сан-Пауло было помечено постоянными конфликтами, как внутренними, так и с бразильским государством. В сумме с репрессивным отношением бразильского государства к иностранцам, в то время, такая групповая динамика привела к глубокому разрыву между поколениями и между иммигрантами с различным миграционным прошлым, что сказалось на всей структуре социального взаимодействия между русскими в городе по сегодняшний день.

**Ключевые слова:** русская иммиграция; беженцы; апатриды; перемещенные лица; идентичность; Бразилия.

## LISTAS

### FIGURAS

FIGURA 4.1. Carta de agradecimento para um DP russo.....	157
FIGURA 5.1. "Tomando cerveja em São Paulo" .....	197
FIGURA 5.2. Sviatoslav Golubintsev (no meio) com dois amigos na calçada do centro de São Paulo .....	208
FIGURA 6.1. Anúncio do concerto-baile com participação da cantora russa Nadejda Borina.....	238
FIGURA 6.2. e FIGURA 6.3. Apresentação da peça <i>Tchaika</i> .....	239
FIGURA 6.4. Sociedade de amadores teatrais russos "Gusselki" .....	239
FIGURA 6.5. General Pavlitchenko e seus cossacos posam para a imprensa com os representantes das autoridades paulistas após a apresentação no Clube Hípica Paulista.....	231
FIGURA 6.6. General Pavlitchenko saúda representante do Interventor no Estado de São Paulo.....	242
FIGURA 6.7. Capa do jornal <i>Russkaya Gazeta</i> . .....	245
FIGURA 6.8. Capa do jornal russo <i>Slovo</i> .....	246
FIGURA 6.9. Fotografia oficial do Delegado de Ordem Social, Ignácio da Costa Ferreira .....	273
FIGURA 6.10. Sepultamento do jornalista João Batista de Souza Filho.....	274
FIGURA 6.11. "Homenageado o Secretário da Segurança Pública" .....	276
FIGURA 6.12. Recepção do Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo na residência do maestro Léo Ivanow. ....	276
FIGURA 1.1. Excerto do livro de registro paroquial da paróquia ortodoxa São Nicolau, em São Paulo, de 1930.. .....	365
FIGURA 1.2. Excerto do livro de registro paroquial da paróquia ortodoxa São Nicolau, em São Paulo, de 1941.. .....	366
FIGURA 3.1. O mapa etnográfico da população rural da Bessarábia.....	378
FIGURA 4.1. Mapa dos territórios nas fronteiras entre o Império Russo e o Império Austro-Húngaro em 1772-1914.....	381

### GRÁFICOS

GRÁFICO 4.1. Quantidade de entradas dos imigrantes russos ao Brasil, por ano. Chefes de famílias e dependentes.....	149
GRÁFICO 4.2. Quantidade de entradas de imigrantes russos no Brasil por ano, segundo o país de procedência. Chefes de famílias e dependentes.....	150
GRÁFICO 4.3 Distribuição etária dos chefes de família e seus dependentes, segundo o país de origem. ....	144
GRÁFICO 4.4. Distribuição etária dos chefes de família, segundo o país de origem.....	144
GRÁFICO 4.6. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, agrupados em áreas. Chefes de família e dependentes.....	164
GRÁFICO 2.1. Quantidade de batismos, por ano, realizados na Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo. 1927-1966.....	370
GRÁFICO 2.2. Quantidade de batismos realizados nas paróquias ortodoxas russas São Nicolau e Santíssima Trindade, entre 1927 e 1947.. .....	371

GRÁFICO 2.3. Quantidade de batismos realizados nas paróquias ortodoxas russas São Nicolau, Santíssima Trindade e São Serafim, entre os anos 1927 e 1966.....	372
GRÁFICO 2.4. Repartição de registros de batismo, por região de origem do pai do batizado; paróquia São Nicolau, 1927-1938.....	360
GRÁFICO 2.5. Repartição de registros de batismo, por região de origem do pai do batizado; paróquia Santíssima Trindade, 1939-1943. ....	360
GRÁFICO 2.6. Repartição de registros de batismo por região de origem do pai, por ano. Paróquia São Nicolau, 1927-1939. ....	374
GRÁFICO 2.7. Repartição de registros de batismo por região de origem do pai, por ano. Paróquia Santíssima Trindade, 1939-1943.....	375

## TABELAS

TABELA 3.2. Número de imigrantes ingressos ao Estado de São Paulo, 1921-1930.....	108
TABELA 4.1. Composição familiar de imigrantes russos do pós-guerra, segundo o país de procedência. ....	152
TABELA 4.2. Faixa etária de imigrantes russos do pós-guerra, segundo o país de procedência. Chefes de família, idade declarada.....	153
TABELA 4.3. Faixa etária de imigrantes russos pós-guerra, segundo o país de procedência. Total dos chefes de família e dependentes, idade declarada.....	143
TABELA 4.4. Profissão declarada dos imigrantes russos do pós-guerra. Chefes de família, segundo a qualificação profissional.....	158
TABELA 4.5. Profissão declarada de imigrantes russos do pós-guerra. Dependentes, segundo a qualificação profissional.....	159
TABELA 4.6. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos municípios, segundo a localização da primeira residência. Chefes de família e dependentes...	162
TABELA 4.7. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, segundo a localização da primeira residência. Chefes de família e dependentes.....	163
TABELA 4.8. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, agrupados em áreas. Chefes de família e dependentes.....	164
TABELA 5.1. Número de batismos realizados na igreja São Nicolau, por ano, segundo a região de procedência do pai do batizado. 1927-1938. ....	212

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO: A IMIGRAÇÃO E O PARADOXO DO MONTE DE TRIGO</b>	<b>29</b>
Algumas reflexões epistemológicas acerca das categorias migratórias	33
<b>PARTE I. CAMINHOS DE PEREGRINAÇÃO: DA RÚSSIA AO BRASIL, 1917-1960</b>	<b>48</b>
<b>1. A REVOLUÇÃO RUSSA E A GRANDE EMIGRAÇÃO</b>	<b>49</b>
1.1. Memórias de um grande êxodo	53
<b>2. A EUROPA DIANTE DA QUESTÃO DO “REFUGIADO RUSSO”</b>	<b>70</b>
2.1. Refugiados e deslocados de guerra russos na Europa após a Segunda Guerra Mundial	77
2.2. Os russos na China após a Revolução Bolchevique	85
<b>3. DESTINO FINAL: BRASIL</b>	<b>91</b>
3.1. O imigrante e o refugiado no Brasil no período entreguerras	91
3.2. Os primeiros refugiados russos no Brasil	95
3.3. Os imigrantes russos das periferias do antigo Império Russo	106
<b>4. REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA RUSSOS NO BRASIL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>118</b>
4.1. O Brasil diante das políticas internacionais para os refugiados e deslocados da Segunda Guerra Mundial	118
4.2. Deslocado de guerra bom é deslocado de guerra útil	121
4.3. Do acampamento de DPs na Europa ao Brasil	128
4.4. O deslocado de guerra no Brasil: entre a segurança nacional, a formação étnica e a questão econômica	134
4.5. Refugiados e deslocados de guerra russos em São Paulo: fontes estatísticas e metodologia de análise	143
4.6. Refugiados e deslocados de guerra russos em São Paulo: perfil sócio-demográfico e profissional	148
4.6.1. Composição familiar e características etárias e de gênero	148
4.6.2. Características profissionais	155
4.6.3. Distribuição territorial dos imigrantes russos pós-guerra	160
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: A FORÇA DE TRABALHO IDEAL</b>	<b>170</b>
<b>PARTE II. SER RUSSO EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</b>	<b>176</b>
<b>INTRODUÇÃO: O QUE É SER RUSSO?</b>	<b>177</b>
<b>5. SER RUSSO NA METRÓPOLE</b>	<b>194</b>
5.1. Ser russo no centro	197
5.2. Ser russo no subúrbio	208
<b>6. AS FORMAS DE SOCIABILIDADE</b>	<b>223</b>
6.1. A construção da imagem da colônia russa em São Paulo no período entreguerras	225
6.2. As formas de sociabilidade de russos em São Paulo no período entreguerras	229
6.3. A imprensa russa em São Paulo no período entreguerras	243
6.4. Partidos políticos e a orientação ideológica da colônia russa no período entreguerras	248
6.5. A colônia russa e a Polícia Política paulista	265

6.6. As formas de sociabilidade de russos em São Paulo no período após a Segunda Guerra Mundial	286
<b>7. RUPTURAS E CONTINUIDADES: AS COLETIVIDADES RUSSAS NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>298</b>
7.1. “A religião tem nada a ver com a política”? A colônia russa, a igreja ortodoxa e a polícia política na disputa pela influência	304
7.2. O caso do padre Tkatchenko e a fundação da Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou em São Paulo	309
7.3. “Nas Repúblicas Socialistas Soviéticas sempre houve liberdade de culto religioso”	319
7.4. “O padre Dimitrio Tkatchenko é um indesejável, que deve e precisa ser expulso do país”	332
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>339</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>342</b>
<b>FONTES</b>	<b>353</b>
<b>APÊNDICE. CONTESTANDO O MITO DA “EMIGRAÇÃO BRANCA”: OS REGISTROS PAROQUIAIS DAS IGREJAS ORTODOXAS RUSSAS EM SÃO PAULO</b>	<b>362</b>

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

*Nós, que éramos emigrados, éramos todos diferentes. Os emigrados na Iugoslávia eram mais russos do que nós. Nós, os europeus, permanecemos muito mais russos. E os russos da China mantinham-se mais russos ainda do que nós. [...]*

*Começar a vida nova no Brasil era muito fácil. Porque quando nós viemos para cá, o Brasil não era um país civilizado. Praticamente, os brasileiros de hoje são nossos filhos. E esse Brasil que tem tanto lados positivos, quanto os negativos – mais negativos que positivos – isso tudo era feito pelos filhos de estrangeiros, não vou falar filhos de russos mas filhos de estrangeiros em geral. Porque olhe bem, no Brasil tem sobrenome russo, sobrenome polonês, mas todos eles são brasileiros, embora todos tenham origens diferentes. É um país especial. Aqui não existem restrições para um estrangeiro, desde que você se comporte bem, e ninguém vai tocar em você<sup>1</sup>.*

A primeira entrevista que realizei em São Paulo, iniciando a presente pesquisa, me introduziu, repentinamente, à complexidade do universo empírico que pretendia desvendar. Tratar da imigração russa para o Brasil após a Revolução bolchevique de 1917 significava descobrir dinâmicas sociais de, pelo menos, dois países muito distintos em um período histórico complexo e contraditório. Em uma extremidade, a Rússia – um império recém-falido, passado por um processo de reestruturação radical de seu regime, de sua política e de todos os critérios de organização de sua sociedade. Em outra – o Brasil – um país intensamente envolvido num processo de reformulação de sua identidade nacional para tornar-se, de um país semicolonial, em um Estado-nação plenamente compatível com o paradigma imposto pela modernidade política. E, entre os dois, o imigrante – e a sua versão moderna, o refugiado -, pequeno sujeito de grandes transformações e, simultaneamente, um objeto condenado pela moderna concepção de cidadania.

O trecho citado acima ilumina dois aspectos essenciais relativos, primeiro, ao movimento emigratório dos russos após a revolução de 1917, e, segundo, às peculiaridades do Brasil como um “país de imigração”. Como veremos, a Revolução Russa e a guerra civil subsequente desencadearam um fluxo emigratório inédito no século XX. Indivíduos de todas as origens étnicas e sociais, de todas as crenças religiosas

---

<sup>1</sup> Tamara K. Depoimento de 03/07/2013, São Paulo.

<sup>2</sup> Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e Apátridas, adotada pela Assembléia Geral das

e concepções políticas se dispersaram pela Europa e Ásia, em uma vã esperança de preservar assim o seu antigo modo de vida ou simplesmente seguindo um instinto de sobrevivência. A maioria, que enxergava a emigração como um ato temporário, nunca mais retornou ao seu país de origem. Muitos deles encararam uma sequência de deslocamentos, cujos intervalos entre si podiam chegar a dezenas de anos. Contudo, enfrentando a sua condição geral de excluídos de uma plena cidadania nos moldes de um Estado-nação moderno, esses indivíduos, famílias e coletividades de imigrantes continuavam a viver, reinterpretando e reagindo ao curso mutante de sua existência social. Nesse processo, a reinterpretação de seu pertencimento à Rússia era uma das tarefas mais centrais – e mais controversas. Para uns, “ser russo” significava preservar antigas lealdades políticas, para outros, crenças religiosas, para terceiros, tinha a ver com preservar o idioma e a cultura. Entretanto, no geral, tratava-se de um processo extremamente sensível aos estímulos externos, ao tempo passado longe do país de origem e às condições materiais e jurídicas de existência no país de instalação. Por isso, o “ser russo”, como uma categoria de pertencimento, se tornou um adjetivo com uma forma comparativa. Tanto os diferentes grupos de imigrantes podiam ser comparados entre si pelo seu “grau de russidade”, quanto um indivíduo separado podia se tornar “mais russo” ou “menos russo” com o passar do tempo de sua vida. E é sintomático que as categorias de pertencimento tornam-se categorias comparativas, sobretudo no contexto de imigração. Para mim, uma pesquisadora recém chegada da Rússia, o pertencimento sempre foi visto como algo absoluto, sem modos condicionais. Isso, porque, por mais evidente que pareça, o indivíduo só se dá conta de sua “identidade” quando é questionado sobre ela. “Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso”, ressalta o sociólogo Zygmunt Bauman (2005, p. 30). E qual outra condição humana pode defrontar o sujeito com a necessidade de se indagar sobre o seu pertencimento senão um constante deslocamento?

O segundo aspecto evocado pelo trecho acima citado diz respeito à construção, pelo Brasil, da própria imagem como um Estado-nação. O período da intensa (re)invenção da identidade nacional brasileira, ou, como alguns autores a chamam, da “brasilidade”, coincidiu com a época da “grande imigração” para o país (Lesser, 2001; Schwarcz, 1993). Num país altamente miscigenado, que se queria ver como parte de um

mundo ocidental “civilizado”, esse processo envolveu não apenas reinterpretções de conceitos de nação elaborados alhures, mas também suas próprias invenções e mistificações. Uma dessas características exclusivas da invenção da identidade nacional brasileira tem a ver com o lugar singular do imigrante. Lesser (*op.cit.*) e Martins (1992) já demonstraram que o imaginário coletivo atribuía aos imigrantes europeus um papel de desbravador, de provedor de progresso para as terras brasileiras, supostamente “inabitadas”. A construção da imagem do herói imigrante, que literalmente ergueu uma civilização onde não existia nada, se fez, geralmente, às custas da negação do papel das populações nativas na formação do Brasil. Esse imaginário perdurou na consciência coletiva dos imigrantes durante várias gerações, como indica o depoimento citado no início, proferido em pleno século XXI por alguém que chegou ao Brasil nos anos 40 do século XX. Ao mesmo tempo, José de Souza Martins (*Op.cit.*, p. 44) aponta para um imaginário surpreendentemente similar, numa outra época e entre imigrantes de características sociais muito diferentes: colonos italianos num subúrbio paulistano na segunda metade do século XIX.

Há, até mesmo, racismo nesse imaginário, que exalta o imigrante como civilizador, a ponto de que este tenha recebido supostas deferências do próprio Imperador do Brasil. Imigrante que era concebido como dotado de qualidades opostas às da pobre população local, ‘bastarda’, como era antigamente classificada, descendente de antigos escravos e índios administrados e seus mestiços.

Em alguma medida, esse imaginário veio compensar as duríssimas condições materiais e legais que esse imigrantes foram obrigados a superar durante suas primeiras décadas no Brasil, independentemente do contexto histórico de sua chegada. Assim, suas novas identidades pós-migratórias foram constantemente amoldadas, num primeiro momento, pelo anseio de se distinguir, inicialmente, das populações “nativas”, às quais eles foram igualados pelas condições materiais de suas existências, e, depois, dos outros grupos de imigrantes. Num segundo momento, havia necessidade tanto de preservar suas propriedades culturais de origem, quanto demonstrar sua lealdade - constantemente questionada - ao novo país de residência. Como veremos, os russos também não escaparam dessa tendência, característica intrínseca do Brasil-nação.

Esses aspectos cruciais foram revelados para mim, também uma estrangeira, tanto no curso da pesquisa, quanto ao longo de minha vivência no país, e foram as



primeiras chaves para a compreensão do lugar do imigrante na estrutura social brasileira. Entretanto, meu enfoque se concentrou num movimento migratório específico do século XX ainda pouco explorado pela historiografia brasileira: a imigração da Rússia pós-revolução de 1917.

Meu interesse em estudar os imigrantes russos no Brasil foi fruto, por um lado, da continuidade da minha trajetória intelectual. Desde minha pesquisa, chamada no Brasil, de “iniciação científica” até o mestrado, meus interesses concentraram-se no imigrante e na (re)construção de sua trajetória social e da sua identidade no contexto pós-migratório. Por outro, de um interesse pessoal por um universo russo, tão familiar mas tão distante, separado da minha própria existência por noventa anos, por várias fronteiras nacionais e pelas construções do senso comum sobre ele, as quais absorvi involuntariamente ao longo da minha socialização e formação.

Na Rússia, o interesse científico pelo universo cultural russo, criado e sustentado pelos imigrantes no exterior durante muitas décadas de isolamento, se manifestou já nos primeiros anos após o colapso do Estado Soviético. Inúmeras obras acadêmicas, de todas as áreas das humanidades, além de incontáveis pesquisas amadoras foram publicadas desde aquela época. Os principais centros de referência nos estudos da imigração russa (ou melhor, da *emigração russa* – o termo que já se tornou um conceito) se concentram principalmente na própria Rússia (A Casa Soljenitsin da Cultura Russa no Exterior, em Moscou), na França (Centre d’Études des Mondes Russe, Caucasien et Centre Européen – CERCEC, na EHESS, em Paris) e nos Estados Unidos (Davis Center for Russian and Eurasian Studies, na Universidade de Harvard, entre outros centros menores distribuídos pelos EUA, muitos dos quais possuem acervos e coleções importantes sobre o assunto). Entretanto, no Brasil, a própria existência de uma imigração russa para o país, embora com quase um século de história, é praticamente desconhecida.

Os poucos trabalhos existentes dedicados aos imigrantes de origem russa no Brasil são, em sua maioria, pesquisas que visam sobretudo documentar aspectos da vinda e da existência no Brasil de alguns grupos de imigrantes específicos. Nesse sentido, existem trabalhos de grande empenho e valor prático, como, por exemplo, os dois volumes da obra “Imigração no Brasil. Búlgaros e gagaúzos bessarabianos”, publicados pelo pesquisador Jorge Cocicov (2005; 2007), ele mesmo descendente de gagaúzos. Cocicov conseguiu reunir nessa pesquisa, que ocupa cerca de 800 páginas somadas nos dois volumes, inúmeros relatos pessoais, um rico material visual

(fotografias, documentos pessoais, recortes de jornal etc.) e trajetórias de vida de dezenas de famílias imigrantes, acompanhadas de suas árvores genealógicas.

Outra publicação de referência entre as pesquisas documentais é o livro “A imigração russa no Rio Grande do Sul”, de Jacinto Anatólio Zabolotsky (1998), cuja primeira edição foi publicada em 1998, com direito a duas reedições. A obra traça um panorama etnográfico sobre a vida das colônias russas no Rio Grande do Sul, formadas pelos imigrantes camponeses da Rússia Czarista, que começaram a chegar ao Brasil a partir de 1878, atraídos pela esperança de encontrar um “Eldorado brasileiro”.

O livro sob organização de Alexander Zhebit, publicado em 2009 no Rio de Janeiro, intitulado “Brasil-Rússia: história, política e cultura”, reúne contribuições sobre a história e a presença cultural dos russos no Brasil, inclusive em São Paulo. O artigo de Alexander Kiriloff nessa obra coletiva faz uma breve descrição do surgimento das paróquias da Igreja Ortodoxa Russa em São Paulo e no Brasil de modo geral.

O fenômeno da imigração russa para o Brasil é o tema também de dois trabalhos acadêmicos. A tese de doutorado defendida por Anastassia Bytsenko (2006) na USP analisa a construção e a transformação da imagem do Brasil como um destino imigratório para os camponeses russos, no século XIX, em busca de uma vida melhor. A “febre brasileira”, combinação de uma imagem idealizada do Brasil, como terra promissora, com a política de custeio de passagens, espalhou-se rapidamente entre a população camponesa da Rússia do século XIX, resultando em um movimento emigratório em massa. A autora analisa como esses potenciais emigrantes ficaram como peças na disputa entre diferentes agentes estatais interessados em atrair imigrantes: de um lado, os agentes do governo russo promovendo a campanha de povoamento da Sibéria, e do outro, os agentes do governo brasileiro atraindo essas famílias para explorar as regiões no sul do país.

A dissertação de mestrado de Alexandre Vorobieff (2006), também defendida na USP, faz uma tentativa de apresentar a estrutura e a presença da comunidade dos imigrantes russos em São Paulo. Em seu trabalho, apresenta um amplo panorama sobre os diversos centros de sociabilidade, organizações culturais e igrejas ortodoxas russas em São Paulo. Vorobieff, por meio dos relatos de membros da comunidade russa e ucraniana de São Paulo, reconstrói a história e o funcionamento de várias paróquias ortodoxas na cidade, pólos importantes de sociabilidade desses imigrantes.

Outro trabalho acadêmico que evoca as características migratórias e culturais de imigrantes russos em São Paulo é a tese de doutorado “Falam os imigrantes. Memória e diversidade cultural em São Paulo”, defendida por Sônia Maria de Freitas (2001) na USP. Nesse trabalho, a autora tenta reconstruir, por meio do método da história oral, o perfil geral da comunidade de imigrantes russos na cidade de São Paulo. Contudo, o tema principal de seu estudo visa destacar a diversidade cultural que a cidade adquiriu através da presença de imigrantes de diversos grupos nacionais.

Os conflitos intra e intercomunitários entre diversas coletividades de russos em São Paulo ganharam destaque no trabalho de Erick Zen (2010), dedicado aos grupos de imigrantes do Leste Europeu sob vigilância da Polícia Política, no período de 1920-1940, entre eles os poloneses, lituanos e russos. O autor examina os arquivos do Deops para reconstruir o perfil das organizações ideológicas e políticas formadas por esses grupos de imigrantes e suas relações com o Estado autoritário brasileiro. Zen revela um fenômeno importante para a imigração russa em São Paulo, posterior à Revolução Bolchevique de 1917: a relação das dinâmicas políticas no país de origem com as atividades políticas dos imigrantes no país de recepção. A conjuntura política do país de instalação exercia um papel importante na estruturação da comunidade dos imigrantes, que precisavam se adaptar ao meio social para assegurar sua existência.

A imigração dos refugiados e emigrados da Revolução de 1917 e da Guerra Civil russa para o Brasil é tema também de algumas publicações russas: o livro da historiadora Marina Moseikina, “A emigração russa nos países da América Latina nos anos 1920-1960”, de 2012; o artigo do historiador Amir Hisamutdinov, “Os russos no Brasil”, de 2005; o livro de Serguei Nechaev, “Os russos na América Latina”, de 2010. Entretanto, em sua maioria, esses trabalhos examinam o Brasil como um país periférico em relação aos outros grandes centros de concentração dos imigrantes russos na América Latina, como Argentina e México. Além disso, não raro, os pesquisadores russos ficaram privados das fontes de dados produzidos em português e construíram suas análises principalmente com base na documentação preservada em idioma russo.

De um modo geral, a imigração russa para o Brasil permanece um fenômeno pouco explorado pelas ciências humanas tanto no Brasil, quanto na Rússia. A questão do idioma não pode ser ignorada como um dos motivos para isso: afinal, são poucos os pesquisadores interessados que dominam ao mesmo tempo o russo e o português para poder explorar as fontes documentais e humanas, geralmente bilíngues, em sua

plenitude. Nesse aspecto, minha capacidade de realizar a investigação nos dois idiomas foi, sem dúvida, um aspecto central para conseguir reunir, nessa pesquisa, tanto as fontes produzidas pelos próprios imigrantes, quanto aquelas elaboradas pela sociedade brasileira.

Quando concebi e apresentei o projeto dessa pesquisa, seu objetivo principal era compreender “o processo da (re)invenção de identidade através das narrativas sobre o passado, sobre as trajetórias migrantes e sobre a relação com o país de origem através das gerações”. A ideia inicial era examinar, por meio de entrevistas narrativas e análise de textos, o que significa “ser russo” para membros de várias gerações de uma mesma família emigrada. As primeiras entrevistas foram realizadas realmente com esse propósito, porém revelaram, com mais destaque, a falta de conhecimento que possuímos sobre as principais características e sobre o contexto social do movimento migratório que trouxe essas famílias para o Brasil. Analisar o aspecto subjetivo da construção de identidade me pareceu uma tarefa mutilada se não precedida pela análise das condições sociais mais gerais nas quais essas construções foram inseridas. Como compreender o imigrante se não sabemos muito sobre o contexto de sua vinda, sobre o enquadramento legal e as condições materiais que ele enfrentou na chegada, sobre a imagem coletiva que a sociedade de recepção gerou a seu respeito? A identidade, a percepção de seu pertencimento a um ou outro grupo social, é sempre algo dinâmico. É um processo e não uma característica. E por ser altamente dinâmica e fluida, ela é moldada e constantemente ajustada de acordo com os fatores externos e as considerações subjetivas do indivíduo. Em consequência dessas reflexões, minha pesquisa desviou-se, para compreender qual o contexto social mais geral do processo migratório que envolveu os russos após a Revolução de outubro, espalhando-os pelo mundo e, finalmente, concentrando-os no Brasil, e principalmente na cidade de São Paulo.

Ao longo da realização dessa tarefa específica, me deparei com outro fenômeno não menos marcante. Diferentemente dos dias de hoje, a “russidade” entre os imigrantes russos em São Paulo já era um aspecto coletivo. “Ser russo” significava compartilhar certas características sociais, crenças e modos de vida que possibilitavam a formação de coletividades restritas e exclusivas. O projeto público de “russidade” era objeto de contestação por parte de diversos grupos de imigrantes na cidade e implicou na estruturação, a longo prazo, de toda a “colônia” dos russos a longo prazo. Assim, pela segunda vez, a pesquisa se desviou do seu projeto original para explorar de que maneira

a “russidade” era percebida coletivamente por esses imigrantes numa perspectiva histórica e num contexto social específico – o Brasil no período da “Era Vargas”.

Ironicamente, concluídos esses dois grandes “desvios”, a terceira parte do trabalho, sobre a construção subjetiva da “russidade”, não pôde ser realizada. Esse trabalho ainda aguardará a sua oportunidade para materializar-se a partir de um *corpus* extenso de relatos pessoais, orais e manuscritos, fotografias e álbuns fotográficos, autobiografias e entrevistas coletados.

\*\*\*

Como já indicado, minha condição de estrangeira na sociedade brasileira foi circunstância que trouxe tanto vantagens quanto certas dificuldades no desenvolvimento da presente pesquisa. Não é possível negar que grande número de aspectos da realidade social brasileira ficaram afuscados devido a esse meu estranhamento intrínseco, de modo que isto se tornou o principal aspecto metodológico a ser constantemente objetivado ao longo da pesquisa.

O estranho e estrangeiro tem a vantagem sociológica de ver de fora para dentro e, nesse sentido, compreender mais e melhor, mais objetivamente o que vê, descreve e analisa. Seu estranhamento natural cumpre com mais facilidade uma função metodológica. Mas o de dentro vê mais e melhor as sutilezas da vida social que banalizam o ver e o compreender, tornando-as patrimônio pessoal oculto daqueles que alguns autores definem como *membro* daquela sociedade. Só o membro domina naturalmente o que o estranho dificilmente dominará e compreenderá (Martins, 2014, p. 35).

Qualquer pesquisa, como um procedimento crítico, demanda de seu autor um duplo exercício de estranhamento e inclusão, uma capacidade de se posicionar ao mesmo tempo *fora* e *dentro* da realidade empírica estudada. Não exagero se admitir que esse foi o exercício metodológico mais praticado durante os últimos quatro anos. Isso porque minha distância inicial em relação ao objeto do meu estudo já impôs algumas disposições que precisavam ser constantemente objetivadas. Isso é ainda mais relevante quando abordam-se temas sensíveis para a compreensão de seu passado histórico por parte dos brasileiros, como o governo de Getúlio Vargas, o comunismo, a repressão policial, entre outros. Nesses casos, não é rara a tendência, entre muitos pesquisadores, de uma unificação entre ciência e militância, adotando as palavras de Martins (*op.cit.*, p.

P. 81), o que, por vezes, leva a uma uniformização de abordagens e resultados. Para qualquer indivíduo, evitar essa tendência não é uma tarefa fácil (e nem sempre é necessária, como alguns autores defendem), mas ela foi naturalmente resolvida para mim através da minha condição de um estrangeiro. Por outro lado, senti inúmeras vezes, ao longo da pesquisa, que a falta de sociabilização na sociedade brasileira me colocava numa posição de profundo desconhecimento de alguns aspectos básicos de sua constituição. Afinal, essa carência ficou preenchida por leituras, que embora extensas nunca pareciam completamente suficientes, porque ofereciam, sobretudo, os conhecimentos científicos e não construções de senso comum, as quais acredito serem parte fundamental para o entendimento de qualquer realidade social.

Paralelamente, fiquei obrigada a praticar o mesmo exercício metodológico de estranhamento e empatia em relação ao meu objeto de pesquisa: os imigrantes russos no Brasil. Nessa relação, eu me colocava numa posição privilegiada em comparação com os colegas brasileiros, porque falava “a mesma língua” – literalmente e no sentido figurado – que os meus pesquisados. Esse fato, em contrapartida, me obrigava a questionar, com mais frequência, minhas próprias pré-concepções sobre as noções comuns que temos naturalmente sobre o passado soviético da Rússia. Mas o mais surpreendente foi a descoberta de que, não obstante “falar a mesma língua” que os meus pesquisados, para eles eu ainda era uma estrangeira e, o mais relevante, uma estrangeira. No momento da entrevista, alguns dos depoentes desejavam, antes, saber que “tipo” de russa eu era, para qual instituição fazia a pesquisa e com qual finalidade.

O verdadeiro significado dessa pergunta, movida a primeira vista pela simples curiosidade, revelou-se um tempo depois, quando se tornou manifesta a existência de uma concorrência implícita entre diferentes visões sobre o passado e o papel da imigração russa para a História da Rússia-nação. Esse interesse pela origem do pesquisador, maquiou, na realidade, a necessidade do entrevistado em posicionar o interlocutor dentro de um ou outro campo da referência. Por essa razão, a minha condição de russa “da Rússia” foi um fator que interferiu certamente na interação com alguns indivíduos, assim como no tipo de dados obtidos por meio dela. Para a maioria deles, sobretudo para as gerações mais antigas, eu era uma estrangeira, produto de uma sociedade que eles nunca conheceram. Assim, sua narrativa tinha por objetivo instruir e demonstrar para um “estrangeiro”, embora não necessariamente “estrangeiro”, o “mundo” que eles criaram e preservaram durante décadas.

Outra consideração de caráter metodológico que precisa ser feita diz respeito às fontes documentais utilizadas na pesquisa. Um aspecto inicial, com o qual era preciso trabalhar desde o começo, era a ausência completa de quaisquer dados estatísticos consolidados sobre o número e as principais características dos imigrantes russos no Brasil na primeira metade do século XX. As informações procedentes dos registros de entrada de imigrantes no Estado de São Paulo, da Hospedaria de Imigrantes do Brás, têm várias lacunas que inviabilizam utilizá-las como números absolutos. Entre os mais importantes, está o fato de que, no ato de registro, os agentes de imigração fichavam os imigrantes de acordo com o país de origem. Como veremos, o período pós Primeira Guerra Mundial foi marcado pela redefinição de fronteiras estatais, principalmente na região entre o ex-Império Russo e o ex-Império Austro-Húngaro. Esse acontecimento fez com que muitos imigrantes que se identificavam como “russos” ficassem registrados na Hospedaria como nacionais de outros Estados. A não correspondência entre a origem e o registro oficial se agravou no caso dos refugiados e deslocados da Segunda Guerra Mundial, muitos dos quais não possuíam qualquer nacionalidade (eram apátridas), sendo identificados como tais nos registros oficiais.

Porém, não são apenas dados numéricos que precisam ser objetivados. Fazer um estudo retrospectivo de uma imigração estrangeira implica sempre uma relação com o fenômeno circulatório. Não só circulam os indivíduos, seus objetos materiais e suas ideias (Cohen, 2010), como também os produtos de suas práticas, de suas atividades e vivências. Dessa maneira, estudar um movimento migratório em perspectiva histórica significa se dispor a procurar as possíveis fontes em todos os cantos do mundo. No caso concreto, muitos dos documentos produzidos pelos imigrantes russos em São Paulo compõem, atualmente, parte de arquivos públicos e privados, não apenas na Rússia, mas também nos Estados Unidos e na Europa, fato que, sem dúvida, complica significativamente o trabalho do pesquisador.

E quanto às fontes documentais disponíveis em São Paulo? Primeiro, aquilo que o senso comum de qualquer pesquisa denomina “dado” nunca é efetivamente dado, disposto, disponível e evidente. Geralmente, ele tem que ser procurado e reconhecido como tal pelo pesquisador, que é conduzido, nesses processos, por um *sens pratique*, uma intuição profissional. No caso da presente pesquisa, dada a escassez de dados estatísticos e de fontes documentais secundárias sobre o assunto (pesquisas e análises

publicadas), optei por aceitar qualquer fonte existente relacionada a ou produzida por imigrantes russos. Isso porque, às vezes, uma fotografia pode dizer muito mais de que um relatório sofisticado. Uma anotação a lápis vermelho num livro amarelado pelo tempo, embora nunca lido (as páginas nunca foram separadas), pode significar muito mais do que uma autobiografia publicada. Na escassez de fontes, optei por considerar todo tipo de testemunha material sobre o meu objeto de pesquisa e combiná-los para revelar suas potencialidades e limites.

Nesse caso, uma consideração fundamental tem que ser observada: qualquer documento é, antes, uma construção social e nunca um retrato fiel da realidade. Antes de “ouvir” o que o documento tem a dizer, é preciso entender quem o produziu, para quem, em qual circunstância, por qual motivo e como esse documento ficou preservado até o presente momento. O historiador Jacques Le Goff, em seu texto celebre “Documento e monumento” (1990), demonstra que o documento é um monumento, ou seja, um produto de esforços de um grupo humano para impor às futuras gerações uma certa visão de si próprio. Da mesma maneira, o fato de um documento ser preservado através de gerações, ao mesmo tempo em que outro foi condenado ao esquecimento eterno, é resultado da ação humana. Le Goff recorre à espetacular citação de Marc Bloch para demonstrar esse ponto:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Bloch *apud* Le Goff, 1990, p. 544).

Essas considerações são essenciais quando se trata das fontes disponíveis sobre a imigração russa em São Paulo. As principais fontes documentais, preservadas nos mais importantes centros de sociabilidades dos russos em São Paulo e que são, por consequente, os principais guardiões da memória coletiva da comunidade, promovem claramente uma visão muito específica sobre a origem e as características dos primeiros imigrantes russos na cidade, após a Revolução de 1917. Nesses documentos, a “colônia” russa em São Paulo na primeira metade de século XX é representada, *grosso modo*, como



uma comunidade de “emigrados brancos”, refugiados da Revolução russa e da guerra civil, empenhados coletivamente em reconstruir, no âmbito da sua comunidade, o modo de vida do antigo regime fundado sob a tríade “Religião, Czar, Pátria”. Entretanto, as fontes que desafiavam essa visão idealizada não eram “dados” prontos, mas se revelaram para a pesquisa com dificuldade, repletos de lacunas, esquecimentos e silêncios.

Para estimar a verdadeira composição da “colônia” russa em São Paulo, nas décadas entre as duas guerras mundiais, era preciso recorrer às fontes alternativas, como, por exemplo, os registros paroquiais das igrejas ortodoxas russas na cidade. Assim, os resultados da análise dos registros de batismos, casamentos e óbitos, realizados nessas igrejas na época em questão, contestaram significativamente a imagem de uma colônia homogênea e unificada.

Da mesma maneira, confrontei os dados obtidos nos documentos produzidos pela colônia russa (como jornais, relatos pessoais, autobiografias, etc.) com as informações produzidas pela atividade da polícia política paulista ou pela imprensa brasileira. Ao mesmo tempo, por meio de relatos orais das testemunhas daquela época, procurei compensar alguns aspectos não iluminados pelos documentos escritos. Eva Blay (2013, p. 34) em sua pesquisa sobre a imigração judaica no Brasil distingue os entrevistados entre *historiantes*, “aqueles que contam sua história”, e *depoentes*, aqueles que forneceram detalhes da vida social do grupo em questão. Da mesma maneira, busquei entrevistar os *depoentes* de forma que suas informações permitissem entender melhor o funcionamento e a estrutura da comunidade russa em São Paulo em diferentes momentos históricos. Fiz entrevistas narrativas abertas (quase sem intervenção do entrevistador), nas quais, frequentemente, os *historiantes* se tornavam também os *depoentes*, enquanto os *depoentes* nem sempre foram indagados sobre suas trajetórias pessoais (nestes casos me servi de entrevistas padronizadas, com certo número de perguntas específicas).

De modo geral, busquei cruzar os registros sobre os fenômenos estudados em todas as etapas desse trabalho. A parte que narra os deslocamentos populacionais decorrentes de acontecimentos revolucionários e da guerra civil na Rússia foi escrita com base em fontes secundárias, ou seja, pesquisas já publicadas sobre o assunto, com uso das memórias individuais e relatos sobre as trajetórias migratórias de sujeitos que fizeram parte desses fluxos. Para escrever sobre a vinda ao Brasil dos deslocados de

guerra russos, me muni não apenas de fontes estatísticas, indispensáveis para reconstruir a dimensão do fenômeno, mas também de documentos de identidade emitidos pelas autoridades responsáveis por esses migrantes, que iluminaram a condição jurídica na qual eles foram aceitos no país. Da mesma maneira, na segunda parte do trabalho, as narrativas pessoais foram cruzadas com as informações publicadas nos jornais brasileiros, nos relatórios policiais e na imprensa comunitária publicada em russo. O leitor encontrará referências às fontes citadas em cada parte do trabalho, nas notas de rodapé, e também na relação das fontes utilizadas, ao final da obra.

\*\*\*

O sociólogo francês Abdelmalek Sayad (1998 [1979]) chamou atenção para o fato de que a migração é um fenômeno, simultaneamente, individual e coletivo. De um lado, o deslocamento geográfico de uma localidade para a outra é um ato estritamente individual, cujo sujeito primário é o indivíduo. Do outro lado, o deslocamento geográfico de grande número de sujeitos individuais torna-o um fenômeno social, coletivo que afeta, de uma maneira ou de outra, todas as escalas da organização social: dos grupos primários, como a família ou a vizinhança, até as complexas instituições como o Estado. Voltarei a essas considerações logo mais. Tendo em vista essa simples consideração de Sayad optei por estruturar o presente trabalho em duas partes.

A Primeira Parte trata do imigrante principalmente como um objeto de políticas dos Estados-nações. No Primeiro Capítulo tento apresentar um panorama geral dos acontecimentos que se sucederam na Rússia após Outubro de 1917 e que deram origem a grandes fluxos migratórios dentro do país e para o estrangeiro. Contudo, a dimensão subjetiva do fenômeno não fica ignorada, pois tento combinar as motivações e estratégias individuais, relatadas em algumas memórias escritas, com os acontecimentos *macro*, para ver de que maneira a ação individual se desenvolvia nos limites impostos pelos constrangimentos do contexto social. O segundo capítulo acompanha as principais trajetórias dos emigrantes russos na Europa e na China. Num movimento diacrônico, o capítulo analisa o contexto social, jurídico e político ao qual os russos estavam sujeitos na Europa entre as duas grandes guerras e após a Segunda Guerra Mundial. O item seguinte oferece um breve panorama dos imigrantes russos na China, que, desde os anos 1930, configuravam parte da população russa que emigrava para São Paulo. O Terceiro Capítulo trata das condições de acolhimento e das características de entrada dos

diferentes fluxos de russos no Brasil no período de entre guerras. Primeiro, a chegada coletiva de quase mil antigos integrantes do Exército Branco da Córsega. E segundo, a vinda de grande número de famílias camponesas originárias das periferias do antigo Império Russo. O quarto capítulo é dedicado aos imigrantes russos no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, um movimento numeroso e sujeito a grandes debates tanto na sociedade brasileira, quanto entre os próprios russos já radicados em São Paulo.

A Segunda Parte do trabalho explora, sobretudo, a dimensão coletiva do fenômeno migratório. Abandonar o seu país de origem e inserir-se numa nova estrutura social implica não apenas mudanças materiais, mas também desafia todo o modo de ser do indivíduo. O que antes parecia natural e inquestionável, agora se torna objeto de contestação, de reformulação, de manipulação. Surge assim o questionamento das identidades, tanto individuais como coletivas, suas constantes reformulações dão base para uma ação, tanto individual como coletiva. Assim, a Segunda Parte dessa tese trata do modo como os imigrantes russos em São Paulo formulavam sua identidade étnica e nacional, sua “russidade”, atentando à forma como, na base dessas formulações, surgiam coletividades coesas e estruturadas. O primeiro capítulo tenta entender o que significava “ser russo” em São Paulo na década de 1920-1940. Isso implicava não apenas constituir “fronteiras” (Barth, 1969) com outros grupos de russos e de imigrantes de origens diferentes na cidade, mas também enfrentar e reinterpretar a imagem vigente sobre eles na sociedade brasileira. O capítulo propõe explorar o que significava “ser russo” numa metrópole em rápido crescimento, buscando entender de como as dinâmicas urbanas presentes nela influenciavam a própria estrutura das coletividades russas e sua sociabilidade. O Capítulo Segundo traça um panorama das principais formas de sociabilidade dos imigrantes russos em São Paulo, nas décadas de 1920-1950, investigando quais eram os principais termos que definiam o pertencimento dos indivíduos a tal ou tal coletividade e como esses critérios de autoidentificação influenciaram na estruturação das relações comunitárias entre os russos na cidade. Finalmente, o Capítulo Terceiro traz enfoque num período específico e muito peculiar para a existência de coletividades estruturadas dos russos na cidade. A Segunda Guerra Mundial modificou o equilíbrio de forças entre grupos antagônicos de russos, o que provocou intensos debates sobre o próprio pertencimento, sobre a lealdade nacional e sobre os critérios de sociabilidade comunitária praticados individual e coletivamente. Por meio da análise desses debates foi possível refletir sobre a forma como, naquele

período, se inter-relacionaram o Estado brasileiro e os grupos de imigrantes que pleitearam uma possibilidade de expressão e de associação.

Embora possam parecer desconexas, as duas partes desse trabalho estão em diálogo constante. Tanto quanto é impossível separar a natureza individual da natureza coletiva num fenômeno migratório, seria prejudicial tratar de coletividades russas em São Paulo sem antes entender a gênese e as principais características do movimento migratório que deu origem a elas. O trabalho seria igualmente parcial se, no meio dos grandes acontecimentos históricos, não déssemos ouvido ao seu protagonista: o imigrante.

## INTRODUÇÃO: A IMIGRAÇÃO E O PARADOXO DO MONTE DE TRIGO

O sociólogo francês de origem argelina, Abdelmalek Sayad, em seu celebre artigo *O que é um imigrante?* (1998 [1979]), compara metaforicamente o fenômeno migratório com um “monte de areia”, com clara referência ao paradoxo *sorites* do “monte de grãos”, formulado pelo filósofo grego antigo Ebulides de Mileto. Segundo esse paradoxo clássico, existem conceitos sintéticos de senso comum cuja constituição não pode ser explicada logicamente sem contradição. Assim, se um monte de trigo não é formado por um grão, nem por dois, nem por três, e assim por diante, qual seria então o limite exato entre um monte e um não-monte? Dessa maneira, pensar um monte é possível apenas de uma maneira paradoxal, como um conjunto que não pode ser compreendido apenas por meio de cada uma de suas partes:

Como por um efeito bumerangue, os imigrantes, confrontados hoje à verdade de sua condição, descobrem o turbilhão no qual estão presos, que dá a sua emigração um aspecto de movimento browniano: eles são os grãosinhos de areia (*i.e.*, os indivíduos esparsos) pela ação de um vento que sopra numa longa tempestade (*i.e.*, os efeitos destruidores, perturbadores, iniciados pela imposição da economia monetária) e que, transplantados para longe, acabaram constituindo, assim que encontraram o primeiro acidente de terreno (*i.e.*, a primeira fábrica que os atraía e que se oferecia para comprar a força de trabalho que as condições novas haviam liberado neles), essa imensa ‘duna’ (o paradoxo do ‘monte de trigo’) em que hoje se transformaram os imigrantes (Sayad, 1998, p. 72).

Com a metáfora do monte, Sayad evoca a dupla dimensão do fenômeno migratório: por um lado, é uma trajetória individual e, por outro, um fenômeno coletivo.

O processo migratório começa com a decisão individual ou familiar de se tornar emigrante – deixar a sua terra natal para se estabelecer em outro local. Os motivos, as estratégias, as esperanças, bem como as interpretações desse movimento geográfico, são profundamente subjetivos quando o emigrante, um grão de areia, se desloca para o estrangeiro. Nisso, o grão de areia nem sempre é capaz de perceber a força maior que o move, seja ela originária dos efeitos capitalistas para a economia tradicional ou das catástrofes de guerra e da revolução.

A dimensão coletiva do fenômeno migratório surge quando “o vento” das forças sociais maiores concentra os grãos de areia individuais num conjunto que não é apenas

uma soma de suas partes, mas é, sobretudo, uma categoria social autônoma. Voltando ao paradoxo *sorites*, perguntaremos: em que ponto começa algo que chamamos de “imigração argelina na França” ou “emigração russa branca” ou “deslocados da Segunda Guerra Mundial”? Como bem aponta Sayad (*op.cit.*, p.55-56), um “problema social” frequentemente surge e desaparece sem relação temporal direta com os fenômenos sociais aos quais ele está ligado. A “pobreza”, o “racismo”, a “infância”, a “velhice”, dentre tantas outras categorias, possuem sua própria dinâmica de existência, nem sempre sincronizada com o fenômeno empírico do qual elas se originam. A imigração, nesse caso, é um objeto sociológico imposto por um discurso externo, repleto de representações coletivas que tendem a compreender o imigrante, sobretudo, como um “problema”, seja social, político, econômico ou cultural. Se uma viagem não é um objeto de tensão por parte da sociedade, a imigração é, por definição, um problema social. Assim, os grãos de areia transformam-se em um monte.

Nessa dinâmica, é necessário considerar a dupla natureza - individual e coletiva - do fenômeno migratório. Para Sayad (*op.cit.*, p. 14), existe uma dupla necessidade de pesquisa no processo de construção de seu objeto migratório:

Necessidade de ordem cronológica, sem dúvida, pois na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive; e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal [...].

Mas, a essas duas necessidades metodológicas podem ser acrescentadas ainda a ordem sincrônica dos fenômenos - porque o sujeito em deslocamento é influenciado tanto pelas condições de seu local de origem, quanto de seu local de imigração - e a ordem diacrônica - porque o sujeito em deslocamento, seja ele individual ou coletivo, é moldado e transformado pelo próprio processo de deslocamento, pois ninguém sai inalterado de uma imigração.

Dessa maneira, o estudo de uma coletividade de imigrantes surgida em um período de tempo específico não pode iniciar-se pelo momento de sua instalação no país de imigração, pois isso resultaria numa “mutilação” (Sayad, *op.cit.*, p. 16) do objeto cuja

natureza é eminentemente dupla. A decisão de seguir o deslocamento geográfico de russos, desde o evento-chave que propiciou o desenraizamento mais ou menos simultâneo de grande número de indivíduos de todas as camadas sociais e de todas as partes do Império Russo – a Revolução Bolchevique de 1917 –, é, justamente, fruto de convicção de que é impossível compreender o imigrante sem enxergar nele um emigrante. Assim, segui a ordem cronológica de alguns processos sociais que se agruparam, com o tempo, em um conjunto de “ventos”, um ciclone gigantesco, que assoprou grandes “dunas de areia” para fora de seu local de origem.

A Revolução Bolchevique, a guerra civil subsequente, a estruturação do Estado comunista russo, a Segunda Guerra Mundial e a Revolução Comunista Chinesa são processos históricos bastante iluminados pelas ciências humanas. Por isso, na presente narrativa, ocupam lugar de fundo geral para as trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos. É através da percepção subjetiva e eminentemente parcial que percebemos os acontecimentos, que com o tempo chamamos de “históricos”. É com os olhos dos sujeitos que olharmos para aquilo que se apresenta posteriormente como um fato objetivo, porque objetivado cientificamente pelas interpretações históricas. Com essa abordagem, a história apenas transparece na estrutura subjetiva de percepção e compreensão do mundo pelos sujeitos, cujas vozes tomei emprestadas para tecer a presente narrativa.

Além disso, procurei preservar outro caráter duplo do sujeito migratório. De um lado, o imigrante é um sujeito que percebe e compreende o mundo empírico, assim como sua condição e experiência migratória, de uma maneira subjetiva. De outro, sua condição social é indissociável do enquadramento jurídico, político, econômico e cultural que ele recebe como objeto de uma ordem social na qual se enquadra. Assim, tentei considerar os sujeitos em deslocamento estudados em sua dupla dimensão: como sujeitos (emigrados, exilados, emigrantes brancos, *etc.*) e como objetos de diferentes políticas nacionais e internacionais (refugiados, apátridas, deslocados de guerra, imigrantes para lavoura, *etc.*). Por essa razão, atentei aos enquadramentos jurídicos e políticos dados pelos diferentes Estados-nações e pelas organizações internacionais envolvidos na recepção desses sujeitos, para não ignorar a complexa teia de percepções subjetivas e representações coletivas que envolvem o fenômeno genericamente chamado de “emigração russa”.

Como resultado dessas reflexões, estruturei a primeira parte desta tese seguindo a ordem cronológica. O primeiro capítulo tratará das transformações estruturais que a

sociedade russa sofreu com a Revolução Bolchevique e a guerra civil subsequente, principalmente através das representações subjetivas elaboradas e reinventadas com o tempo pelos sujeitos nelas envolvidos. É preciso ressaltar que considero essas transformações como a principal chave explicativa para o movimento emigratório dos russos, tanto nos anos 1920, quanto após a Segunda Guerra Mundial e a proclamação da República Popular da China. Embora separados no tempo, os três principais movimentos emigratórios coletivos de russos, na primeira metade do século XX, tiveram como origem a revolução de 1917 - como um único deslocamento de placas tectônicas que pode desencadear uma série de diferentes acontecimentos, temporalmente distantes da sua origem, e provocar efeitos duradouros por várias gerações.

No segundo capítulo, procurei seguir a transformação dos emigrantes russos em uma nova figura jurídica e política, refugiados apátridas, que acompanhou sua presença nos países europeus entre duas guerras mundiais. Em outras palavras, procurei demonstrar como um fluxo de população da Rússia para a Europa foi transformado em um “problema social” duradouro e internacional. Tentei atentar, também, à condição social desses sujeitos, tanto na Europa, quanto na China pré-comunista, para compreender como ela determinou o sucessivo deslocamento coletivo para o Brasil.

O terceiro capítulo acompanha a trajetória migratória dos russos no Brasil numa abordagem diacrônica. Começando com o primeiro ingresso coletivo de refugiados russos a partir da Europa, em 1921, tentei explorar o perfil geral populacional desses sujeitos, seu local de origem e sua trajetória emigratória. Igualmente, procurei investigar a maneira como esses imigrantes foram admitidos na estrutura social brasileira, através dos estatutos jurídicos que eles recebiam, conforme a legislação migratória então vigente. É através dessa dupla natureza do imigrante - ao mesmo tempo sujeito de seu deslocamento e objeto de políticas públicas e legislações nacionais - que busquei compreender o movimento migratório dos russos no Brasil nesse capítulo. Desse modo, as três sucessivas levas imigratórias dos russos para o país na primeira metade do século XX - a saber, a imigração de entre-guerras, a imigração dos “deslocados de guerra” após 1945 e a vinda dos russos da China nos anos 1950 - são analisadas, tanto em relação à sua morfologia interna, quanto à maneira como foram compreendidas e geridas pelo Estado e pela sociedade brasileira.



## **Algumas reflexões epistemológicas acerca das categorias migratórias**

Diferentemente das ciências naturais, cuja justificativa ontológica fundamenta-se em uma separação nítida entre o conhecimento científico e o conhecimento de senso comum, as ciências humanas compartilham, inevitavelmente, os seus instrumentos cognitivos com o conhecimento popular. Como assinala José de Souza Martins (2014, p. 73), a sociologia é sempre uma ciência sobre o conhecimento: “conhecimento de senso comum, do que as pessoas comuns já sabem a respeito de si mesmas e de sua situação social”. O conhecimento na vida cotidiana, ou seja, o conhecimento de senso comum, consiste, para Bergman e Luckmann (2005, p.36), em “objetivações dos processos (e significações) subjetivas graças às quais é construído o mundo inter-subjetivo do senso comum”. No mundo social, no qual cada indivíduo age e interage com outros em função de significações subjetivas que ele dá às suas ações, o senso comum aparece como uma forma de objetivar e organizar esses processos num conjunto de representações definidas e estáveis, atuando como padrões para decifrar a subjetividade do outro. Para Alfred Schütz (2007, p.156), “uma teoria que vise a explicar a realidade social tem que desenvolver recursos particulares diferentes dos da ciência natural, a fim de concordar com a experiência de senso comum do mundo social”. Porque o senso comum é um conjunto de construções que objetivam e estruturam a vida social dos indivíduos, conferindo sentido e rumo às suas interações. Essas construções - linguagem, conceitos, categorias - são resultados de certas práticas sociais e, ao mesmo tempo, conseguem produzir novos significados para as práticas já existentes. Não raro, as categorias tornam-se instrumentos poderosos de construção da diferença social, como bem analisado nos estudos clássicos de Elias & Scotson (2000 [1965]) e Erwin Goffman (1975).

Como aponta o sociólogo russo Alexandr Bikbov (2014), uma simples categoria técnica pode tornar-se um conceito estruturante para toda a arquitetura simbólica da ordem social. Para Bikbov, o essencial é compreender o processo social real, ou seja, uma prática social que gerou certo conceito ou determinada categoria abstrata, que passa a enquadrar, por sua vez, a compreensão das práticas sociais pelos indivíduos inseridos em certo contexto histórico.

Dessa maneira, a pesquisa social é uma procura constante para justificar as escolhas epistemológicas, respondendo as perguntas: quem e em que contexto produziu

as categorias utilizadas pelo pesquisador? Como elas são interpretadas e praticadas pelos próprios atores sociais? De que maneira essas categorias podem ser apropriadas pela pesquisa sociológica?

Uma análise do processo migratório, um “fato social completo”, como Abdelmalek Sayad (1998 [1991], p. 15) reinterpretou o conceito de Mauss, deve considerar as múltiplas dimensões da produção e do uso de categorias. A primeira dimensão diz respeito à gênese social da categoria. A segunda é relacionada à especificidade empírica do fenômeno que essa categoria enquadra. Finalmente, a terceira refere-se aos seus usos, sempre idiossincráticos, pelos diferentes atores sociais.

O fenômeno migratório - não apenas o deslocamento geográfico em si, mas sobretudo, os efeitos sociais, psicológicos, econômicos, políticos etc., que ele acarreta -, é um produto de uma prática empírica, assim como um gerador de inúmeras categorias sociais que estruturam e dão sentido às múltiplas e diversificadas ocorrências empíricas. O migrante e suas múltiplas faces - emigrante, *émigré*, imigrante, migrante econômico, exilado político, refugiado, refugiado ecológico, deslocado, dentre outros, - são tentativas de “encapar” analiticamente a realidade empírica, muito mais rica e heterogênea, em conceitos e categorias que acabam por restringi-la e simplificá-la.

Nancy Green (2002) aponta que desde sempre o processo migratório esteve ligado à travessia oceânica: as próprias categorias analíticas usadas pelas ciências humanas contém uma metáfora de fluidez. Não é raro os fenômenos migratórios serem tratados em termos de “fluxos”, “ondas”, “correntes” ou “maré humana” (Green, 2002, p. 1). A historiadora não deixa de destacar que o movimento migratório é um fenômeno complexo que implica os atores sociais em diversas escalas, a saber, indivíduo, grupo e estado, as quais, por sua vez, envolvem as análises diacrônicas dentro de um *continuum* do antes e do depois do deslocamento geográfico. E justamente nisso reside a razão para a diversidade de categorias analíticas.

Como aponta Green, ‘estrangeiro’ é a categoria mais utilizada historicamente para definir um recém chegado, necessariamente transmitindo a ideia de alteridade. Na França, como na maioria dos outros países ocidentais, o termo “imigrante” é bastante recente, datado de meados do século XIX. Green (p. 52) discute a evolução das categorias migratórias nos termos da distância social do sujeito em mobilidade, em relação ao país de destino:

Emigração, estrangeiros, imigrantes podem representar três momentos do fenômeno migratório: partir, chegar, se instalar. Do ponto de vista da nação receptora, tal conceptualização implica uma mudança de percepção em dois níveis. De um lado, deslocando-se do termo 'estrangeiro' ao 'imigrante', nós passamos de uma categoria jurídica a um termo sobretudo econômico. [...] Em seu uso contemporâneo, o termo 'imigrante' seria uma abreviação do 'trabalhador imigrante'. Do outro lado, aquilo que é pensado como temporário tende à permanência. [...] Como nós já havíamos visto, a utilização do termo 'emigrante' pode também ser uma maneira de pensar (esperar) uma mobilidade continua do refugiado/emigrante, resultante em seu eventual retorno ao país de origem ou a re-imigração para um outro lugar.

Os enfoques para o entendimento do sujeito em mobilidade podem ser múltiplos, cada qual gerando uma terminologia e um conjunto de categorias próprios, que se cruzam, se contradizem e se combinam de acordo com discursos e concepções sociais de cada momento histórico. O enfoque baseado nas causas e contextos da migração opera categorias como refugiado (ecológico/econômico/de guerra), exilado, emigração forçada, deslocado de guerra, *etc.* O enfoque que compreende o migrante como um objeto do direito enquadra-o nas categorias jurídicas de imigrante legal/ilegal, o *sans papier*, indocumentado, clandestino *etc.* Conforme a duração de seu deslocamento, o migrante é pensado em termos de permanente, temporário, em trânsito, dentre outras categorias. Mas como bem aponta Green, as principais categorias em uso compreendem o migrante em sua relação com o país do destino em todas as escalas da vida social, política e econômica, da individual às macro estruturas.

Retomando as reflexões de Georg Simmel, desenvolvidas em seu texto "Digressão sobre o estrangeiro" (1990 [1908]), esse enfoque evoca o migrante, principalmente, como uma forma de interação que revela sua condição dualista da proximidade e da distância sociais:

Se a condição errante é a libertação em relação a todo ponto dado no espaço e se opõe conceptualmente ao fato de ser fixo nesse ponto, a forma sociológica do *estrangeiro* se apresenta como unidade dessas duas características (Simmel, 1990, p. 53).

O mais fundamental portanto é a unidade, na condição do migrante, do temporário e do permanente, do fixo e do fluído, do próximo e do distante:

Dessa maneira, o estrangeiro sobre o qual nós falamos aqui não é esse personagem que foi frequentemente descrito no passado, o viajante que chega um dia e parte no dia seguinte, mas sobretudo a

peessoa chegada hoje e que permanecerá amanhã, um viajante potencial de alguma maneira: embora ele não tenha continuado o seu caminho, ele não abandonou completamente a liberdade de ir e vir. [...] A unidade da distância e da proximidade, presente em toda relação humana, organiza-se aqui em uma constelação, cuja fórmula mais breve seria esta: a distância no interior da relação significa que o próximo está distante, mas o próprio fato da alteridade significa que o distante é próximo. Pois o fato de ser estrangeiro é naturalmente uma relação completamente positiva, uma forma particular da interação (Simmel, 1990, p. 53-54).

Pensando a colocação de Nancy Green em termos da proximidade e distância, apontados por Simmel, o imigrante é um estrangeiro que fica, que perdura e que, portanto, realça a relação dialética da diferença com a similitude. O estrangeiro é “Um Outro” legítimo, a sua alteridade não se discute e não precisa de justificativas porque o seu caráter é eminentemente temporário. Já o imigrante é permanente e próximo, por isso sua alteridade torna-se problemática: seja ela objeto de discriminação, de assimilação ou de tolerância.

Assim, ainda que a presença de *estrangeiros* nas terras brasileiras remonte à sua descoberta pela expedição do Pedro Álvares Cabral, a figura do *imigrante* surgiu na estrutura social do país apenas no começo do século XIX. Seyferth (1999, p. P.273) aponta que “os primeiros alemães classificáveis como imigrantes se estabeleceram no Rio de Janeiro, a partir de 1808, com atuação no comércio de exportação e importação”. Dessa maneira, num país colonizado por estrangeiros, o surgimento da categoria de imigrante refletiu justamente a passagem do “Outro temporário e distante” ao “Outro permanente e próximo”, uma parte constituinte da estrutura social e das relações econômicas. A regulamentação jurídica dessa categoria social veio com a formulação da legislação migratória, que definiu o imigrante como o indivíduo vindo ao Brasil, subsidiado ou espontaneamente, na condição do passageiro do navio da terceira classe. Com a evolução do entendimento do imigrante, de instrumento de povoamento à mão de obra acessível, a própria categoria “imigrante” passou da esfera jurídica à esfera econômica e se enraizou nela fortemente ao longo do século XX.

Já os processos históricos do começo do século XX na Europa anunciavam o surgimento de uma nova categoria do migrante, produto da nova ordem mundial, cuja condição *sine qua non* é a existência do Estado-nação: o refugiado. Hannah Arendt (2012 [1949]), uma dos primeiros intelectuais, preocupou-se em revelar a condição marginal do refugiado, que, sendo a consequência dos rearranjos políticos na Europa depois da

Primeira Grande Guerra, foi obrigado a tornar-se o verdadeiro “refugio da terra”, o eterno indesejável e o “fora da lei”. Marrus (1985, p. 4) qualificou esse estado de marginalidade como “desamparo” (*homelessness*), enfatizando o extremo desenraizamento do refugiado em relação a seu Estado de origem, à Nação receptora ou à própria condição humana. O refugiado, através de seu deslocamento, deixa de ser parte de um Estado-nação sem saber se conseguirá, um dia, converter-se em cidadão de outro. Assim, a diferença entre um migrante, dito “econômico”, e um refugiado, em termos gerais, perpassa pela ruptura necessária desse último com o seu Estado de origem. À primeira vista, essa ruptura parece ser de origem formal, enquanto o refugiado é concebido do ponto de vista jurídico, mas, no fundo, ela reflete a própria condição existencial do indivíduo: um *outsider* do sistema mundial de Estados-nações.

Para Arendt, o refugiado não pode ser pensado fora do contexto histórico do declínio dos grandes impérios europeus e do advento do Estado-nação baseado na tríade Estado-povo-território (2012, p. 385). Segundo os princípios do Estado-nação, o Estado passou de provedor da ordem e do cumprimento das leis à encarnação dos interesses da Nação, ou seja, aqueles que eram considerados, segundo critérios estabelecidos, como “nacionais”:

[...] havia sido consumada a transformação do Estado de instrumento da lei em instrumento da nação; a nação havia conquistado o Estado, e o interesse nacional chegou a ter prioridade sobre a lei muito antes da afirmação de Hitler de que “o direito é aquilo que é bom para o povo alemão”. (Arendt, *op.cit.*, p. 379)

Zygmunt Bauman (2005, p. 34) retoma essa reflexão quando, numa metáfora irônica, evoca “uma união sólida e inabalável do Estado com a nação”. Na sua concepção, o Estado moderno havia substituído o sentimento de pertencimento baseado no princípio da territorialidade (*quid est in territorio est de territorio*, como evocado por Arendt (*op.cit.*, p. 384)) por outro critério de identificação com uma coletividade mais abstrata (“comunidade imaginada”, como a concebe Anderson (2008)), que não fosse apenas “uma sociedade de conhecimento mútuo”. Esse critério foi a criação e a implementação de uma identidade, que em momento algum foi um “fato da vida autoevidente”, nos termos de Bauman (*op.cit.*, p. 26), a identidade nacional. Para ele, “a ideia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’, e erguer a realidade

ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia” (*idem.*, p. 26). A necessidade de criar uma lealdade a um Estado- uma comunidade abstrata - chocou-se inevitavelmente com a realidade, na qual o indivíduo identificava-se naturalmente apenas com as coletividades territorialmente muito restritas e acessíveis. Com isso, a identidade nacional providenciava ao indivíduo um novo critério de pertencimento ao destino compartilhado, nos limites de um único Estado, que assegurava a sua concretização. Assim, inevitavelmente “a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’” (*idem.*, p. 28). A fronteira que se concretizava em termos territoriais, nas comunidades tradicionais, passou a ser constituída, no Estado moderno, em termos de pertencimento a uma Nação. Desta forma, a definição do “nacional” perpassa inevitavelmente o critério de exclusão do outro: daquele que “não é” ou “não é o bastante” para atingir o seu status social, enquanto parte de uma Nação.

Assim, retomando a reflexão de Arendt, com o estabelecimento de critérios de quem é um “nacional”, determinou-se o avesso dessa categoria: aqueles que poderiam ser considerados cidadãos de segunda categoria, pela insuficiência de requisitos a atingir um *status* nacional, e cuja pertença à nação poderia ser questionada a cada momento oportuno. Entre esses grupos humanos desprovidos da proteção de um Estado e obrigados a existir a mercê de tratados internacionais, estavam as minorias e os apátridas: produtos indesejados da modernidade política.

Depois dos primeiros rearranjos territoriais na Europa no século XX, promovidos pela alteração das fronteiras do antigo Império Austro-Húngaro e pela criação de novos estados nacionais, conforme Tratados de Paz em 1919 (Arendt, *op.cit.*, p. 381), surgiram os primeiros apátridas, pessoas sem Estado, que eram considerados, à época, sobretudo como uma curiosa anomalia jurídica. A sua repercussão, fatal para a ordem social e política de entre-guerras, revelou-se, no entanto, com a massificação do fenômeno, devido ao, ironicamente chamado por Arendt (*Idem.*, p. 382), “soberano direito de desnacionalização”, usado excessivamente pelo Estado nacional como instrumento de solução da questão dos indesejados internos.

Em suas reflexões, Arendt trata os refugiados como potencialmente apátridas. Efetivamente, a ambiguidade dos dois conceitos é refletida na prática de seus usos: raramente é possível traçar uma linha separatória entre os dois termos. A própria

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, adotada tardiamente pela ONU, em 1951, descreve o refugiado como alguém que

“temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade, encontra-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”<sup>2</sup>.

O *status* de apátrida, ou seja, de indivíduo privado da proteção de um Estado-nação, no caso de refugiado fica ainda mais evidente quando se examina o parágrafo C, do artigo 1º do referido estatuto, que expõe as condições que anulam sua aplicação sobre o indivíduo. Todos os seis pontos descritos no parágrafo tratam das situações em que o refugiado passa a fazer parte, legalmente, de uma Nação<sup>3</sup>. Assim, segundo a Convenção, o refugiado pode gozar de seu *status* unicamente enquanto não-nacional, ou seja, apátrida.

Essa ambiguidade conceitual revelou-se logo no período entre-guerras com a chegada em massa das primeiras ondas de refugiados russos e armênios para a Europa. Os russos, embora sendo formalmente cidadãos da Rússia Czarista, ainda que não mais existente, não podiam contar com proteção e direitos nos países de recepção, tornando-se elementos estrangeiros. Ademais, seus documentos, emitidos pelas instituições de um estado extinto, não tinham mais qualquer validade jurídica que pudesse facilitar sua adaptação à nova estrutura estatal. É sintomático que a primeira solução para a questão do refugiado russo na Europa, proposta pelo recém-nomeado Comissário Maior dos Refugiados, , em junho de 1921, o explorador e político norueguês Fridtjof Nansen<sup>4</sup>,

---

<sup>2</sup> Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e Apátridas, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950.

<sup>3</sup> “Esta Convenção cessará, nos casos infra, de ser aplicável a qualquer pessoa compreendida nos termos da seção A, retro: 1) se ela voltou a valer-se da proteção do país de que é nacional; ou 2) se havendo perdido a nacionalidade, ela a recuperou voluntariamente; ou 3) se adquiriu nova nacionalidade e goza da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu; ou 4) se voltou a estabelecer-se, voluntariamente, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu com medo de ser perseguido; ou 5) se por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecida como refugiada, ela não pode mais continuar recusando a proteção do país de que é nacional; [...] 6) tratando-se de pessoa que não tem nacionalidade, se por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecida como refugiada, ela está em condições de voltar ao país no qual tinha sua residência habitual”, Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, Cap. 1, art. 1, par. C.

<sup>4</sup> Marrus (1985, p. 86) aponta que Nansen, com cinquenta e oito anos na época, foi uma celebridade europeia. A busca pelo desconhecido e pelo exótico, característica da modernidade que surgia, encontrou a sua realização na figura desse aventureiro mítico e viajante heróico norueguês.

tenha sido justamente a repatriação desses elementos a seu Estado de origem. Isso porque, conforme a concepção do estado nacional, o indivíduo é um membro da sociedade enquanto faz parte de alguma nação. Em tese, os refugiados russos faziam parte da Nação Russa mesmo que o seu Estado tivesse sofrido drásticas modificações. Contudo, a compreensão de que o refugiado não é nacional de nenhum Estado (ou seja, é apátrida *de fato*, mesmo sendo parte, *de jure*, de alguma Nação) chegou quando as associações russas se opuseram radicalmente a essas medidas de Nansen, lançando, inclusive, uma petição para a sua substituição do cargo (Marrus, 1985, p. 90).

Ora, a dimensão humanitária (no sentido de seu alcance na escala da humanidade) do novo fenômeno social em surgimento ainda não era compreendida pelas pessoas públicas envolvidas na tentativa de sua regulamentação: o Alto Comissariado para os Refugiados foi criado com prazo de dez anos, conforme a projeção de que o fluxo migratório se esgotaria com a estruturação do Estado Soviético (Marrus, *idem.*, p. 89). O próprio Nansen enxergava o problema dos refugiados de uma maneira um tanto idealista: para ele, “os padrões de civilização em várias partes do globo”, elevados graças “à distribuição e à fixação dos refugiados industrializados e altamente educados”, era a principal contribuição da Liga das Nações à ordem social global (*Idem.*, p. 91).

E mais, se olharmos para a cronologia das tentativas de regulamentação da condição do refugiado, pela comunidade dos Estados-nações, no decorrer do século XX, ficaremos surpreendidos com a quantidade de organizações intergovernamentais criadas sucessivamente para esse fim<sup>5</sup>. A humanidade precisou de 46 anos, desde a criação do Alto Comissariado para os Refugiados Russos em 1921, até o abandono da reserva temporal do Estatuto dos Refugiados em 1967, para admitir que o refugiado não é um problema de ordem, passageiro e solucionável, mas sim, um fenômeno sintomático do mundo moderno.

---

<sup>5</sup> O Alto Comissariado para os Refugiados Russos, presidido por Nansen, criado em 1921, foi substituído pelo Comitê Intergovernamental para os refugiados, em 1938. Em 1943, este passou a compartilhar suas responsabilidades com Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução (*UNRRA - United Nations Relief and Rehabilitation Administration*). Em 1947, as duas precedentes foram substituídas pela Organização Internacional para os refugiados (*IRO - International Refugee Organization*), que foi inicialmente criada com prazo de apenas três anos, mas permaneceu em funcionamento até 1952, quando foi sucedida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Por sua vez, a ACNUR, ao ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 28/07/1951, delimita o refugiado como fenômeno precisamente datado pelos acontecimentos anteriores a 1951. O limite temporal foi oficialmente abolido apenas em 1967, através do Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados.



Como veremos mais adiante, a concepção do refugiado como um indivíduo portador de direitos humanos é bastante recente na prática do direito internacional e das políticas migratórias dos estados nacionais. A categoria do refugiado representava, antes de mais nada, um indivíduo privado da proteção jurídica de seu país de origem, porém, enquanto um recém-chegado numa nova sociedade, ele era concebido, sobretudo, como um imigrante, ou seja, como uma força de trabalho. Assim, por exemplo, a falta de legislação sobre o refugiado no Brasil dos anos 1920 fez com que os russos, chegados da Europa nessa época e que gozavam lá de seu status de refugiados apátridas, fossem compreendidos na categoria de imigrantes para a lavoura, após a sua chegada ao Brasil. Em outras palavras, russos tratados como refugiados na Europa, tornavam-se imigrantes no Brasil.

Sendo assim, as duas principais categorias da ordem social referentes à condição migratória ao longo do século XX eram o “imigrante” e o “refugiado”. Se as categorias são as formas de pensamento, o sujeito em um deslocamento geográfico podia ser compreendido dentro desses dois conceitos chave. Entretanto, mesmo que fosse possível rastrear uma gênese social para algumas categorias, elas se encontrariam em constante dinâmica de reinterpretação e reformulação pelos próprios atores sociais, sujeitos ou objetos dessas categorias. Para os próprios russos, a condição de “refugiado” representava, sobretudo, um enquadramento jurídico, um *status* especial assegurado pelos organismos internacionais. Em contraste, categoria muito mais significativa para designar sua condição migratória era a de “emigrante” ou “émigré” (эмигрант, русский эмигрант).

Do ponto de vista semântico, “emigrante” significa o sujeito que parte, que deixa seu país de origem: o prefixo “e” carrega consigo um sentido de movimento, de distanciamento. Já no uso próprio dessa categoria pelos russos, desde a revolução de 1917, o termo ganha múltiplos sentidos semânticos e torna-se, além do mais, uma categoria de estratificação interna. A categoria “emigrante”, apropriada pelos refugiados da Revolução Bolchevique, entrou e se enraizou não somente no senso comum, mas também no uso científico. Um número considerável de pesquisas científicas e amadoras trata do colossal fenômeno migratório provocado pela revolução, principalmente em termos de “emigração russa” ou “emigrantes russos”, raramente questionando a origem dessas categorias. Nesses estudos adota-se geralmente a interpretação êmica dos termos, segundo a qual “emigração” significa uma condição migratória forçada por

razões políticas ou sociais, aproximando-se, nesse sentido, ao termo “exilado”. O uso dessa categoria pelos próprios imigrantes enfatiza a condição da saída e ignora o país de destino: a França, os Estados Unidos, ou o Brasil não têm importância enquanto destino para aqueles que se definem como “emigrantes”. Ao mesmo tempo, o conceito de “emigrante” possui um registro ativo em comparação ao significado do termo russo “refugiado” – беженец. O refugiado é pensado, sobretudo, como um sujeito coletivo (“massas de refugiados”) e desprovido de sua vontade pela supremacia das forças maiores que o deslocam. A sua condição de desprotegido e, portanto, de vulnerável e privado de direitos, foi traumática para muitos dos russos emigrados. Assim, não é raro ouvir frases como “nós éramos refugiados de verdade”, ou seja, tinham alcançado o último degrau de desvalorização humana. Já o “emigrante” é geralmente pensado como um sujeito individual, dotado de um projeto de vida, que mantém ligações estáveis com seu país de origem.

Além disso, o “emigrante” tornou-se uma categoria de estratificação interna para as comunidades formadas no exterior da Rússia. No Brasil, desde os anos 1920 e até o final da década de 1940, essa categoria era ativamente empregada nas atividades de caráter burocrático. Como exemplo, os registros nos livros paroquiais de casamentos, batismos e óbitos continham frequentemente as indicações da categoria migratória do indivíduo. No momento de realização do batismo na igreja ortodoxa russa, o sacerdote ortodoxo efetuava um registro a próprio punho dos dados da criança e sua filiação. Para facilitar a tarefa, foram adotadas, pelos próprios sacerdotes, algumas formulações que podem ser agrupadas da seguinte maneira:

- imigrantes originários dos territórios que não pertenciam à Rússia no momento de partida, como, por exemplo, Bessarábia, Volínia ou Bucovina, foram registrados nas categorias de “cidadão da Romênia/Bessarábia (Polônia/Volínia)...”, ou “russo da Romênia/Bessarábia...” ou ainda “cidadão da Rússia, originário da região...”, ou ainda “russo nativo da Romênia/Polônia...”;
- imigrantes do território principal da Rússia foram registrados frequentemente como “*emigrante* da Rússia, região de ...” ou simplesmente “*emigrante russo*” sem especificação da localidade de origem;
- imigrantes pertencentes às camadas tradicionalmente privilegiadas no antigo regime foram registrados com especificação de sua origem ou da qualificação

profissional, por exemplo, “*emigrante* da Rússia, nobre hereditário”, ou “filho do engenheiro”, ou “assistente de dentista”, ou “capitão dos cossacos”, *etc.*

Esse tipo de categorização dos imigrantes russos já nas terras brasileiras sugere duas linhas principais, segundo as quais, a diferenciação social se realizava no seio da comunidade russa no Brasil. A primeira refere-se à importância visível de marcação étnica dos indivíduos. A preocupação em definir seu pertencimento ao mundo russo é marcante quando o indivíduo vem do território de outro estado nacional. Assim, a sua origem étnica é separada de sua origem nacional de forma muito clara: “russo da Romênia” ou “russo nativo da Romênia”. Isso traduz a preocupação dos indivíduos, e dos sacerdotes, de demarcar as fronteiras étnicas entre os russos no Brasil, separando-os dos imigrantes de outras origens étnicas, procedentes dos mesmos territórios geográficos (como os búlgaros ou judeus da Bessarábia).

Contudo, a diferenciação aqui contida não tem origem apenas territorial. A segregação, entre os “russos da Rússia” e os “russos dos territórios periféricos”, um tanto quanto sutil e insignificante à primeira vista, ganha significados importantes se inserida no contexto da estrutura hierárquica da sociedade russa do antigo regime. Nesse caso, a diferenciação deve ser pensada em termos de relações de centro e periferia, num estado imperialista, compreendendo o forte desequilíbrio de poder entre eles.

Para o Estado russo, imperialista, o pertencimento étnico foi uma construção social e política importante para manutenção da estratificação social num país territorialmente complexo e multiétnico. Dessa maneira, a importância de especificar, ao mesmo tempo, a origem étnica e a origem territorial dos imigrantes russos no Brasil ajudava a localizá-los hierarquicamente dentro de uma concepção compartimentalizada de uma estrutura social. Como se esses imigrantes “transplantassem” a estrutura hierárquica vigente na sociedade russa, no momento de sua partida, para regular suas relações e interações no país de destino. Para esses imigrantes, principalmente, para os originários das periferias do Império Russo, era preciso marcar definitivamente sua posição social ante o sacerdote russo, representante da tradicional elite religiosa e política, para reivindicar seu direito ao pertencimento a uma comunidade russa no Brasil. Assim, por exemplo, a categoria “russo, originário da Bessarábia” referia-se a posição específica dentro de uma ordem social compartilhada. É sintomático, nesse contexto, o fato de que a indicação explícita de uma origem “russa” é presente apenas nos registros de sujeitos de origem

dos territórios periféricos do antigo Império Russo, à medida que os procedentes do centro raramente mencionavam sua “origem étnica”, como se a sua procedência geográfica já garantisse, *a priori*, seu pertencimento ao mundo social russo. Em vez disso, eles eram designados principalmente como *emigrantes*.

Paralelamente, outro termo do senso comum foi apropriado e reinterpretado pelos russos depois de 1917: “emigração”. Aqui, a expressão não é empregada no sentido de um “processo de saída de seu país de origem”, mas sobretudo como “uma comunidade de emigrados”. Podemos afirmar que é um termo russo êmico, usando a terminologia antropológica, para designar o fenômeno chamado pelas ciências sociais de comunidades transnacionais ou diásporas. “A emigração russa” (русская эмиграция) é uma forma coletiva de pensar, tanto o fenômeno concreto do êxodo massivo de milhares de pessoas nos anos 1920, quanto as suas consequências em várias gerações (“emigrante russo em terceira geração” – русский эмигрант в третьем поколении).

Dessa maneira, considerados como sujeitos de proteção internacional na condição de *refugiados* e enquadrados nas políticas migratórias brasileiras, na posição de *imigrantes* para lavoura, os próprios russos se compreendiam em termos de *emigrantes*. Diante dessa ambivalência de termos e categorias, cada qual com seu sentido idiossincrático, de que maneira o pesquisador consegue construir seu aparelho epistemológico, sem violar a sutileza do material empírico?

Para Alfred Schütz (2007), a teoria social tem que adotar recursos explicativos que, antes de mais nada, “concordem” com o conhecimento de senso comum que enquadra a percepção de mundo dos atores sociais. Enquanto nas ciências naturais, diz Schütz, o objeto de observação não possui significados próprios sobre a sua existência, o objeto de pesquisa do cientista social tem capacidade de interpretar subjetivamente a realidade empírica na qual se insere:

A realidade social tem uma estrutura específica de significado e relevância para os seres humanos que dentro dela vivem, agem e pensam. Através de uma série de construções de senso comum, eles pré-selecionaram e pré-interpretaram esse mundo que experimentam como a realidade de suas vidas cotidianas. São esses seus objetos ideais que determinam seu comportamento, motivando-o. Os objetos ideais construídos pelo cientista social, a fim de apreender essa realidade social, têm que ser fundamentados sobre os objetos ideais construídos pelo pensamento de senso comum dos homens, vivendo sua vida diária no interior de seu mundo social. As construções das ciências sociais são, digamos assim, construções de segundo grau, construções de construções

elaboradas pelos atores no cenário social, cujo comportamento o cientista social tem que observar e explicar de acordo com as regras de procedimento de sua ciência (Schütz, 2007, p. 156-157).

Isso significa que o cientista social se defronta com uma realidade empírica observável, que está em um processo constante de reinterpretação subjetiva pelos indivíduos que nela “vivem, agem e pensam”. Assim, o maior desafio metodológico para um cientista social, aponta Schütz (*op.cit.*, p. 159) e reforçam posteriormente Berger e Luckmann (2005, p. 34), é construir um conhecimento objetivo, passível à verificação objetiva, com base em uma estrutura de significados subjetivos. Para Schütz, a construção de tipos ideais, como proposto por Max Weber, é um dos caminhos metodológicos exemplares, capaz de conciliar o significado subjetivo que os atores dão às suas ações com o conhecimento científico baseado nas construções ideais objetivas.

Assim como Schütz e seus herdeiros intelectuais, Pierre Bourdieu (1993) aponta para o fato de que os agentes sociais constroem a realidade social por meio de estruturas cognitivas. Contudo, Bourdieu (1993, p. 59) critica os fenomenologistas pelo fato de que evitaram refletir sobre a própria “construção social dos princípios da construção da realidade social” pelos indivíduos. Nisso, o autor retoma a ideia da origem social das “formas de classificação”, propostas por Durkheim e Mauss (1981), pois concorda com esses dois autores quanto à possibilidade de rastrear a gênese dos princípios da construção social dos significados subjetivos. Entretanto, Bourdieu vai mais longe, afirmando que o detentor da maior concentração de diferentes capitais cria categorias mais “reais” e duradouras, sendo que o Estado, no mundo moderno, concentra o maior poder de criar, fixar e reproduzir os principais conhecimentos sobre a realidade cotidiana. O Estado, diz Bourdieu, impõe as estruturas cognitivas dentro das quais ele se propõe a ser refletido e que aparecem para os agentes sociais como naturais e universais. A nossa submissão à ordem social assim criada não é refletida, contrariamente ao que acreditava Max Weber, mas é proporcionada pelo que Bourdieu (1993, p. 60) chama de “submissão dóxica”: uma *articulação* direta e implícita das estruturas estruturantes simbólicas (categorias cognitivas) com as estruturas objetivas do mundo social. A doxa, aqui, apresenta-se e impõe-se como uma estrutura universal, porém, na realidade, trata-se de “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes” (*Ibid.*). Assim, segundo Bourdieu, os conceitos e as categorias que utilizamos para dar sentido ao mundo cotidiano (conhecimento de senso comum), e que

pensamos como universais, são produzidos e impostos pelo Estado. Os cientistas sociais são presas fáceis nesse processo de submissão cognitiva oculta:

[...] as administrações públicas e seus representantes são grandes produtores de ‘problemas sociais’ que a ciência social frequentemente apenas ratifica, tomando-os, por sua vez, como problemas sociológicos (para comprovar, seria suficiente medir a proporção, sem dúvida variável segundo o país e o momento, de pesquisas que tratam de problemas do Estado, pobreza, imigração, fracasso escolar, *etc.*, mais ou menos cientificamente revestidos) (*op.cit.*, p. 50).

A saída metodológica para um cientista social, propõe Bourdieu, é a “dúvida radical”: para refletir sobre o Estado é preciso pôr em crítica os próprios conceitos que ele nos propõe para pensá-lo.

Sem dúvida, as principais categorias com quais pensamos o deslocamento humano no mundo contemporâneo são intimamente integradas à “estrutura estruturante simbólica” que o Estado constrói como uma estrutura objetiva da realidade social. O migrante, o refugiado, o emigrante, o deslocado de guerra, assim como todas as outras categorias que, tanto o senso comum como a ciência social utilizam para descrever o deslocamento humano como se fossem universais, remetem, na realidade, unicamente à condição do sujeito enquanto um *cidadão*. Até mesmo o conceito “apátrida” só foi possível graças a essa identificação completa do sujeito social com o objeto do poder estatal. Dessa maneira, pensar o sujeito em deslocamento como “migrante” significa inseri-lo na estrutura cognitiva imposta pelo Estado, e, conseqüentemente, aceitar pensá-lo como objeto “estatizado”.

Com isso, em uma pesquisa como a nossa, teríamos dois caminhos metodológicos. O primeiro, seguindo as indicações de Bourdieu e recusando as categorias cognitivas impostas pelo Estado, refletir sobre o sujeito em deslocamento fora das categorias que remetem às diferentes formas de “migração”. O segundo caminho implicaria operar as categorias analíticas de “segundo grau”, construídas com base nas categorias do conhecimento de senso comum, como indica Schütz. A escolha metodológica, nesse caso, baseia-se, sobretudo, em propósitos gerais da pesquisa, em seu problema geral e objetivos almejados. No primeiro caso, sem dúvida, fazer uma análise crítica da “migração”, desconstruindo a própria estrutura dos princípios da construção de realidade social, renderia reflexões interessantes sobre a maneira como construímos a percepção sobre o sujeito migrante e sobre as conseqüências práticas dessa percepção. Entretanto, para a presente pesquisa não teria sentido desvincular as categorias de

conhecimento de senso comum de suas origens sociais, porque o que importa aqui não é o deslocamento geográfico de grande número de pessoas, mas a maneira como foi percebido, pensado e processado socialmente.

Assim, o procedimento epistemológico proposto visa (i) tomar distância crítica em relação às categorias pré-estabelecidas, rastreando sua origem social, bem como interesses e valores específicos que buscam impor sua visão de mundo como universal; (ii) observar a especificidade de apropriação e reinvenção dessas categorias por cada conjunto de atores sociais envolvidos; finalmente, (iii) atentar ao valor heurístico dos desencontros, defasagens e contradições entre categorias produzidas e empregadas em contextos sociais diferentes.

Sempre que possível, neste trabalho, fiz uma relativização semântica das categorias “migratórias”. Como possível alternativa neutra para os conceitos “migratórios” empreguei o termo “deslocamento”, que justamente visa a remover os primórdios semânticos do Estado no fenômeno empírico em questão. Ou seja, quando falo de deslocamento e não de “imigração”, “emigração” ou simplesmente “migração” é porque me importo com o próprio movimento geográfico e não necessariamente com a travessia de algumas fronteiras nacionais.

**PARTE I. CAMINHOS DE PEREGRINAÇÃO: DA RÚSSIA AO BRASIL, 1917-  
1960**



## 1. A REVOLUÇÃO RUSSA E A GRANDE EMIGRAÇÃO

“Se havia um Estado onde se acreditava que a revolução fosse não só desejável como inevitável, era o Império dos Czares”<sup>6</sup>, apontou o historiador inglês Eric Hobsbawm (2011 [1988], p. 448). A Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, culminou uma época de profundas transformações na sociedade russa. Desde o começo do século, as ideias revolucionárias surgiam e estavam sendo gestadas por intelectuais de todas as concepções políticas, frequentemente exilados nos países da Europa.

A emigração não era fenômeno específico da Rússia bolchevista: o governo czarista adotara a prática do exílio político como uma forma de afastamento dos grupos políticos da oposição. Depois da revolução de 1905, grande número de intelectuais anti-monarquistas encontravam-se no exílio, na Europa. O jornalista e escritor soviético Ilya Ehrenburg assim descrevia a vida dos futuros revolucionários em Paris<sup>7</sup>:

Posteriormente, durante os anos da minha vida parisiense, eu tive oportunidade de conviver com eles e observar seu dia a dia tão peculiar. Os emigrantes russos habitavam o quarteirão entre o *boulevard Arago* e o parque *Montsouris*, onde, segundo a famosa piada, o único habitante francês se enforcou pelas saudades da terra natal. Paris lhes não interessava: eles cruzavam as fronteiras de seu ‘gueto’ com trepidação, como se tivesse navegando para terras incógnitas. Aqui, eles rezavam para o deus Lenin (sacerdotes supremos – Kamenev e Zinoviev), aqui eles redigiam, editavam, publicavam jornaizinhos da facção, lidos exclusivamente por eles mesmos. [...] Assim passava a vida. Quartos de hotel apertados e mofados, um cartaz obrigatório na parede, a cabeça de Marx aparecendo por trás da coleção de jornais socialdemocratas de todos os países. Um almoço pobre na cantina, todo dia a mesma ‘kacha noire’. Por vezes uma diversão: palestras num celeiro na *avenue le Choisy*. Na entrada os partidários do BUND vendem retratos de Kautsky e laranjas. O camarada Lunacharsky palestra sobre a poesia do proletariado [...]. A camarada Kolontay, durante a sua palestra ‘sobre o amor e o socialismo’, ensina que a comunhão das convicções políticas é indispensável para um casamento verdadeiramente feliz. Às vezes acontece até uma peça de teatro, [...], nas festas grandes organizam-se

---

<sup>6</sup> A Revolução Russa e a história da Rússia pré-revolucionária faz parte de temas abundantemente abordados na literatura histórica. Para entender as condições sociais, políticas e econômicas da Rússia pré-revolução, cf. Hobsbawm (2011 [1988], pp. 448-461). Para uma análise mais completa: Shanin (1986), Wade (2005) e bibliografia indicada por Hobsbawm (*op.cit.*, pp. 560-561).

<sup>7</sup> Os acontecimentos desse ensaio datam de dezembro de 1908, logo depois da chegada de Ehrenburg a Paris, onde ele passou cerca de 8 anos, voltando, em 1917, para a Rússia.

‘bailes’. Na entrada distribuem-se umas fitas vermelhas, no café vende-se um vinho barato. De madrugada os camaradas cantam ‘Internacional’ pelos cantos da sala<sup>8</sup>.

Em torno de dez anos depois da época relatada, os mesmos quartos baratos de hotéis parisienses, e de muitas outras capitais europeias, serão ocupadas por milhões de emigrantes russos de todas as convicções políticas, expulsos de seu país pelo terror bolchevique, gestado por esse núcleo de, então, pobres exilados do regime czarista.

A tomada de poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 catalisou o processo de grandes mudanças sócio-políticas e transformou-o em conflito aberto e violento, tanto no campo político quanto na esfera da vida cotidiana. Os primeiros decretos publicados pelo governo bolchevique em 1917 suprimiam a estrutura estamental da sociedade russa<sup>9</sup>. Com a fragilização de canais de transmissão de *status* social, tradicionais para o regime monárquico, foram promovidos fluxos inéditos de mobilidade ascendente e descendente na nova estrutura social russa. Com isso, a reprodução social do antigo regime ficou comprometida pelo esgotamento da sociedade estamental: novas elites surgiam de camadas antigamente marginalizadas, enquanto o *status* e a sobrevivência de antigas classes privilegiadas eram seriamente ameaçados.

Mesmo que a fixação dos bolcheviques no poder parecesse improvável, para as antigas elites, as transformações revolucionárias foram logo institucionalizadas, com a criação do Estado Soviético em 1922, e as repressões foram mantidas, ao longo da campanha forçada de coletivização rural em 1929 e durante a “limpeza” política promovida por Stalin nos sangrentos anos 1930.

Obrigados à miséria, os grupos incômodos para o novo regime sofreram com discriminação severa, o que impediu várias gerações de seus descendentes a ascender social e profissionalmente. No mercado de trabalho, essa discriminação se manifestava através de alguns trâmites burocráticos: os diplomas de estudos superiores obtidos antes da revolução, nos estabelecimentos reservados às elites, não eram mais aceitos; o acesso às universidades soviéticas era oficialmente vedado aos descendentes de famílias nobres. Na vida cotidiana, a população era incentivada à perseguição aos antigos

---

<sup>8</sup> «Тихое семейство» // Новости дня. 27 марта 1918. Илья Эренбург. На тонущем корабле. Статьи и фельетоны, 1917-1919 гг. Петербургский писатель, 2000, с. 55-56. [“Uma família quieta”, *Novosti dnia*, 27 de março de 1918. IN: Ehrenburg, Ilya. *Em um navio afundando. Artigos e sátiras, 1917-1919*. São Petersburgo, 2000, p. 55-56.]

<sup>9</sup> Декрет от 24 ноября 1917 года «Об уничтожении сословий и гражданских чинов» (Decreto de 24 de novembro de 1917 “Sobre a abolição de estamentos e categorias civis”).

“exploradores”, algo que se manifestava em denúncias massivas contra colegas de trabalho, vizinhos, antigos empregadores e outros. Durante a guerra civil, desencadeada pela revolução, a desordem resultante da ausência da atuação do estado nas províncias, bem como a instabilidade política em certas regiões, fizeram com que a violência física se tornasse a solução de conflitos cotidianos ou de desentendimentos antigos.

Contudo, a perseguição dos representantes das antigas elites não acabou com o conflito armado. O novo estado criado via a desapareção completa de qualquer vestígio do regime social antecessor como condição *sine qua non* para sua existência. Pelo mesmo motivo, as categorias sociais do antigo regime permaneceram presentes nas políticas internas do novo estado soviético, legitimando a nova ideologia estatal de luta de classes. Assim, a primeira constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, adotada em 1936, designava a estrutura social do regime soviético incluindo os “membros das classes exploratórias do antigo regime” como uma camada social oficializada. A retórica do extermínio do “inimigo do povo”, como dever de cidadão soviético, justificava e legalizava, a partir daquele momento, até mesmo acertos de conta entre indivíduos comuns, visando, não raro, interesse em proveitos materiais. (Saint Martin; Tchuikina, 2008, p. 113).

Bertaux (1994, p. 86), em seu estudo sobre a transmissão intergeracional na Rússia pós-revolucionária, observa que essas novas camadas discriminadas pela expropriação e estigmatização oficializada dispunham, de um modo geral, de três possíveis tipos de reação para confrontar esse novo modelo social: emigração; resistência organizada, ou seja, a contrarrevolução armada; e adaptação ao novo regime, desenvolvendo estratégias de ascensão social através de ocultamento de suas origens<sup>10</sup>. Enquanto Bertaux se concentra, em seu estudo, nas estratégias de sobrevivência e adaptação desses últimos, os dois primeiros grupos - os emigrantes e, em parte, os contrarrevolucionários - constituíram uma população numerosa, distribuída entre todos os continentes, às vezes, chamada por eles próprios de “Rússia invisível”.

---

<sup>10</sup> Saint-Martin e Tchuikina (2008, p. 115-120) citam algumas das estratégias da chamada “reconversão”: os indivíduos de origens “suspeitas” podiam ingressar na universidade pelas cotas operárias, para isso, trabalhavam alguns anos na fábrica, frequentemente mudando de cidade ou trocando de sobrenome na tentativa de ocultar sua origem, rompendo as redes cotidianas de relacionamentos.

Pitirim Sorokin, filósofo e sociólogo russo, obrigado a fazer parte da população dos emigrados por razões políticas em 1922<sup>11</sup>, estimou que na Revolução de 1917, e nos anos seguintes, pelo menos 1 046 000 pessoas deixaram a Rússia<sup>12</sup> (Sorokin, 1942, p. 110).

Contudo, o fator decisivo para o movimento emigratório não era tanto a própria revolução e o período de instabilidade política, quanto a guerra civil devastadora e violenta, travada entre as tropas contrarrevolucionárias, “brancas”, e o Exército Soviético, “vermelho”. À medida que o caos da guerra e a desordem institucional resultaram em escassez de alimentos nas cidades do Norte da Rússia, a região mais urbanizada e industrializada do país, o Sul, fortemente agrícola, também foi severamente afetado pela grande fome causada pelas violentas políticas de coletivização forçada na zona rural.

É nesse contexto<sup>13</sup> que se formou o grande movimento emigratório, que deu origem às primeiras massas de refugiados russos pelo mundo, principalmente na Europa (França, Iugoslávia, Polônia e Alemanha) e, um pouco mais tarde, nas Américas. No artigo, publicado nos *Anais da Academia Americana da Ciência Social e Política*, em maio de 1939 (Schaufuss, 1939), alguns anos antes dos grandes deslocamentos populacionais causados pela Segunda Guerra Mundial, os refugiados russos “brancos”, eram considerados o grupo de maior preocupação das políticas públicas dos Estados europeus, devido ao grande nível de miséria e doenças em seu interior. Schaufuss (*op.cit.*, p. 46) estima que, em 1922, havia 1 500 000 refugiados russos só na Europa, sem contar o Extremo Oriente: a China e a Coréia.

O “refugiado russo” fora definido, em maio de 1926, pela Liga das Nações, como “qualquer pessoa de origem russa que não, ou não mais, disponha da proteção do Governo da URSS, e que não adquiriu outra nacionalidade” (Ginsburgs, 1957, p. 325). Essa população foi a razão do surgimento de políticas internacionais sobre refugiados – sendo também objeto dessas políticas -, posteriormente concretizadas em diversas

---

<sup>11</sup> Expulso da Rússia em 1922, depois de algum tempo na Europa, Sorokin se dirigiu aos Estados Unidos onde trabalhou na Universidade de Harvard. Sobre a sua vida, ele publicou um livro autobiográfico em 1963 (Sorokin, 1963).

<sup>12</sup> Essa estimativa foi feita por Sorokin nos anos 1940, porém, a emigração russa pelo mundo aumentou significativamente depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>13</sup> Uma boa historiografia do êxodo em massa depois da Revolução e da Guerra Civil na Rússia é traçada por Marrus (1985, p. 53-61).

tentativas internacionais de regularizar o estatuto da figura do refugiado – a primeira delas em 1933, através da Convenção Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados.

Segundo estimativa feita pelos países aliados na Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de registrar sistematicamente os refugiados russos, o número de pessoas que fizeram parte da operação de evacuação coletiva das tropas brancas do território russo nos anos 1920-1921 era de 200 a 230 mil, das quais 90 mil eram militares. A evacuação das tropas do general Vrangel da Criméia, resultou em 136 mil refugiados (Gousseff, 2008, p. 23, 69). A evacuação das tropas brancas e de refugiados civis do Norte da Rússia, através do porto do Archanguelsk, feita pelos navios Britânicos, resultou em 12 mil refugiados na Grã-Bretanha. No Extremo Oriente, aproximadamente 130 a 160 mil russos se refugiaram na China e na Coréia (Schaufuss, *op.cit.*, p. 46). No total, segundo as estimativas feitas pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha e pelo *Bureau de Constantinopla*, uma organização russa de apoio ao refugiado russo, entre 1,5 e 2 milhões de expatriados russos se encontravam na Europa antes da Segunda Guerra Mundial<sup>14</sup> (Gousseff, *op.cit.*, p. 54).

## **1.1. Memórias de um grande êxodo**

A fuga da população civil para o Sul do país foi um deslocamento espontâneo, como reação imediata à acentuada deterioração de condições de vida nas grandes cidades e na capital. O Norte da Rússia, onde a vitória dos bolcheviques foi quase imediata (devido ao caráter industrial da região, com grande população proletária), foi devastado pela crise institucional, falta de segurança, repressão, e por execuções políticas e sociais implementadas pela “NKVD” - Comissariado Popular para Assuntos Internos, órgão executivo bolchevique para a política interna. As grandes cidades da região sofreram com a fome causada pela situação política e administrativa instável. Como observa Gousseff (2008, p.25), a peregrinação via Sul foi uma estratégia de sobrevivência que, na maioria dos casos, não tinha por objetivo deixar a Rússia.

---

<sup>14</sup> Os números dos refugiados variam significativamente segundo a agência produtora de dados. Enquanto as organizações russas tendiam a inflar os números de refugiados, para enfatizar o efeito dramático da instauração do regime bolchevista, as agências europeias temiam a repercussão política da vinda desses refugiados para a Europa, desestruturada pela Grande Guerra. Para uma análise crítica de dados estatísticos, ver Gousseff (2008, p. 53-56; 57;60-74).

Contudo, as possibilidades para a mobilidade geográfica diminuíram com o tempo. No final de 1918, as estações ferroviárias foram fechadas e as linhas de trens que ligavam o Norte ao Sul da Rússia, cortadas. No entanto, a paralização geral do transporte ferroviário só reforçou a persistência do fluxo migratório para grandes portos marinhos e fluviais do Sul do país (Gousseff, 2008, p. 25-26).

No geral, a fuga para o Sul foi vista como temporária, à espera que a cessação da crise e da guerra permitisse o regresso ao local de origem. Algumas famílias dispunham de pequenas propriedades de férias no Sul, que nesses tempos de caos serviram como abrigo seguro. O poder dos bolcheviques nessa região recebeu maior resistência da população local, formada por pequenos comerciantes e camponeses proprietários de terras férteis, que apoiavam as tropas brancas e formavam as próprias tropas antirrevolucionárias, voluntárias.

Os historiadores apontam que a decisão de emigrar se concretizava, em grande parte, durante essa travessia de Norte a Sul (Gousseff, *op.cit.*, p.32-33). É durante esse percurso perigoso, em meios de transporte precários, que os moradores de cidades, desconhecedores da dimensão efetiva do conflito social em ação, se deparavam com a real situação da desordem que reinava no país nos anos de guerra civil. Individualmente, o projeto de êxodo começava a se concretizar como reação à situação de miséria, fome, violência e falta de infraestrutura básica no interior do país, testemunhados durante a travessia.

As camadas populacionais ligadas ao movimento contrarrevolucionário armado - os militantes das tropas “brancas” e suas famílias, alunos e professores de escolas militares, clérigos da Igreja Ortodoxa e outros - seguiam, pressionados pelos bolcheviques, em três principais direções estratégicas: ao sul do país, no porto de Sebastopol, na região da Criméia, onde eles dispunham de meios de fuga; ao norte, no porto de Archanguelsk; e ao Extremo Oriente, onde o poder bolchevique ainda não possuía o apoio da população civil.

Em 1922, enfrentando a tomada da Criméia pelos bolcheviques, oficiais e soldados “brancos”, alunos de escolas militares e inúmeros refugiados civis, foram evacuados para a Europa, sob ameaça de violência bolchevista. Mobilizando os navios de guerra e de comércio, o exército branco, suas famílias e outros refugiados, partiram, em poucos dias, para as cidades portuárias da Iugoslávia e para Constantinopla.

A evacuação da Criméia marcou as memórias de pessoas que fizeram parte dessa mal-organizada travessia do Mar Negro, em condições de superpopulação de navios e de falta da regulamentação internacional de seu deslocamento. Muitos daqueles que testemunharam esse evento dedicaram páginas de suas autobiografias, compostas no exílio, a essa aventura perigosa. Para outros, essas lembranças constituíram uma herança, uma memória-justificativa de sua origem, outrora nobre, e do papel ativo de seus antecessores nos acontecimentos históricos.

As memórias intergeracionais desse tipo tendem a criar um repertório de significados que potencializam o sentimento de pertença do indivíduo a um grupo imaginário, cujo principal ponto de coesão se baseia no compartilhamento de experiências similares. As lembranças de elementos comuns de êxodo da Rússia, para grupos de indivíduos socialmente distantes, como a fome, a evacuação, a luta contrarrevolucionária, as dificuldades de sobrevivência no estrangeiro, entre outros, criam um sentimento de comunidade. Comunidade unida nem tanto pelos laços de solidariedade inscritos num espaço-tempo compartilhado quanto pelo sentimento de compartilhamento de um destino comum (cf. Bauman, 2005, p.17).

Nesse sentido, a memória de acontecimentos não vividos pelo próprio indivíduo, “memória histórica” nos termos de Maurice Halbwachs (1950), atua como um sistema de atribuição de significados compartilhados pelo grupo de referência deste. Essas lembranças individuais estão “emolduradas” nos acontecimentos históricos que possuem um valor integrador para o grupo. Halbwachs, um dos primeiros a desenvolver reflexões sobre a origem social das memórias individuais, em 1925, no trabalho *Les cadres sociaux de la mémoire*, percebia esses “moldes” sociais, seguindo a perspectiva teórico-metodológica de seu mestre Émile Durkheim, como uma estrutura exterior e superior aos indivíduos, a exercer influência sobre eles: uma memória coletiva<sup>15</sup>.

Guérios (2012, p. 18) aponta que Halbwachs comete alguns “deslizamentos semânticos” quando se refere ao conceito da “memória”. Quando essa é concebida como uma faculdade do ser humano de recordar os fatos do passado, ela se apresenta como um fenômeno abstrato, impossível de ser observado empiricamente. Mas quando Halbwachs emprega o termo “memória” no sentido de “processo de produção de

---

<sup>15</sup> Guérios (2012, p. 16-17) traz uma análise do conceito de “memória coletiva”, de Halbwachs, enquanto inscrita na tradição de pensamento durkheimiano, em sua tendência de homogeneizar e antropomorfizar o grupo, atribuindo-lhe faculdades individuais.

lembranças”, ele abre a possibilidade para uma análise empírica de condições sociais de sua produção.

Então, a memória, enquanto sistema compartilhado de produção de lembranças, assegura a transmissão das recordações de fatos vividos ou não pelo indivíduo, através das gerações. As representações do passado possuem, deste modo, certos mecanismos de transmissão intergeracional: a memória coletiva se torna um tipo de esquema interpretativo que organiza as práticas cotidianas do indivíduo, enquanto parte de um ou outro grupo social (Olick, Levy, 1997).

Algumas lembranças, assim, tomam formato de uma espécie de fórmula, diferindo nos detalhes individualizados, mas mantendo um tema comum. No caso de imigrantes, essas memórias ajudam os indivíduos, numa situação de desenraizamento, a dar sentido a suas próprias trajetórias, bem como a localizarem-se nelas como sujeitos ativos (Bertaux, 1995, p. 85). Dentro de “moldes” determinados, o conteúdo e a forma das lembranças podem variar significativamente em função de seu objetivo político, de contexto social de produção e de acordo com a distância geracional dos acontecimentos históricos rememorados. Paul Thompson (1993, p. 13-14), retomando ideias dos psicoterapeutas que lidam com famílias, chama esses moldes de “*script* familiar”: “uma história que gerações sucessivas se sentem forçadas a dar continuidade ou [...] a rejeitar”. No caso dos migrantes, esse *script* pode ser enriquecido por detalhes elaborados, *a posteriori*, pelas gerações seguintes<sup>16</sup> ou reduzido a uma simples declaração de fatos.

Feldman-Bianco (1995, p. 29) aponta para o fato que diferentes gerações de imigrantes tendem a contar suas histórias de modos diferentes, tanto que o caráter particular dessas lembranças pode ser percebido pelo estilo literário empregado na sua narração:

[...] em contraposição às histórias orais de descendentes de imigrantes, que [...] sobressaem-se por um estilo realista factual, às dos imigrantes tendem a ser de um romantismo épico. [...] Se, de um lado, as reminiscências de homens que imigraram sozinhos, ainda crianças, tendem a ser narradas em tom de aventura; de outro, imigrantes adultos [...] terão narrativas masculinas que tendem a um romantismo factual,

---

<sup>16</sup> Exemplo emblemático de como o imaginário do migrante reinterpreta os fatos históricos é o caso da visita do Imperador Dom Pedro II ao núcleo colonial de São Caetano, analisado por Martins (1992, pp. 41-64): “[...] a história dessa visita tem mudado, tornando-se, com o passar do tempo, carregada de detalhes. Comentadores mais recentes e mais jovens ‘sabem mais’ sobre o acontecimento do que os moradores mais antigos” (p. 41).



enquanto que as narrativas femininas tendem a apresentar uma qualidade lírica.

Assim, as experiências migratórias específicas geram significados diferentes que resultam em estrutura específica da narração da lembrança (*Ibidem.*). Atentarei a essas reflexões mais adiante, quando farei análise de autobiografias escritas pelos emigrantes russos da época da guerra civil.

No ato de transmissão de uma dessas memórias, que reinterpreta um *script* familiar de alto valor identitário para o grupo de referência, Igor S.<sup>17</sup> relata o episódio da evacuação da Criméia de seguinte maneira:

Em abril de 1921, Vranghel ordenou ao meu pai<sup>18</sup> que prendesse todas as embarcações que chegavam ao porto de Sebastopol. E meu pai apreendeu 153 navios. E nesses navios embarcaram todo o exército branco e todos que desejavam deixar a Rússia comunista. Desses navios, uma parte foi para a África, mas a maioria foi para a Sérvia. Então, meu pai junto a aproximadamente um milhão de emigrantes, viram-se na Sérvia. E de lá, eles começaram a se dispersar, a maioria foi para a França, uma parte foi para a América do Sul [...], mas o meu pai foi para a Polônia<sup>19</sup>.

Aqui, o acontecimento histórico significativo para o grupo – a evacuação imperativa do exército branco e dos refugiados civis – assume a forma de narração em tom de “romantismo fático”, interpretado por descendente direto de um protagonista desses eventos. Ao mesmo tempo em que a precisão historiográfica não ocupa lugar principal nesse tipo de lembrança<sup>20</sup>, sua função de atribuição de significados é claramente presente. O papel supostamente crucial que o pai de I. exerceu durante a operação de evacuação da Criméia concede um sentido à trajetória migratória familiar e localiza o sujeito, por intermédio de seus antecessores, na experiência compartilhada da emigração, com sua estrutura própria de *status* e de valores.

Já as condições de deslocamento interno da população civil transparecem no relato da trajetória de emigração de Sofia Zaytseva, registrado por ela em seu romance

---

<sup>17</sup> Igor S. Depoimento de 29/08/2013, São Paulo.

<sup>18</sup> Segundo Igor, seu pai era alto oficial do Exército Imperial, ajudante direto do General Vranghel.

<sup>19</sup> Alguns militares da contrarrevolução foram se instalar na Polônia, por ser um país fronteiro com a URSS, esperando o momento oportuno para uma eventual intervenção militar organizada. Estima-se que, em 1929-1930, entre 50 a 100 mil russos se refugiaram na Polônia (Ginsburgs, *op.cit.*, p. 336).

<sup>20</sup> Os fatos históricos servem como um “pano de fundo” para o centro semântico dessa lembrança e são constituídas de uma forma genérica: o número de pessoas evacuadas é claramente exagerado e o destino das embarcações é impreciso. Provavelmente, nessa lembrança I. transferiu características comuns do fenômeno ao caso específico em foco.

autobiográfico, publicado em russo, em Shangai, no ano de 1946<sup>21</sup>. O livro é escrito na forma de uma sequência de cartas à irmã, de quem Sofia se separou dramaticamente durante a guerra civil, narrando sua fuga da Rússia, via Constantinopla, e seus esforços para conseguir se transferir de lá para Europa. Sofia começa a narrativa lembrando como a revolução confundiu a vida cotidiana de sua família:

Mamãe e Tamara ficaram em Mineralnie Vody [balneário de águas minerais no Cáucaso], você ficou morando sozinha em nosso apartamento em Petersburgo, e eu fui levada pela avó a Moscou. Duas vezes eu consegui, pegando carona com um antigo conhecido da vovó, um comerciante, visitar você em Petersburgo. Lembro como foi vital para você receber as comidas que a vovó mandou, você estava exausta e magra por causa da desnutrição constante.

Na primavera [...] eu comecei a planejar a minha ida para o Cáucaso para ver a mamãe. Já não havia mais um caminho normal. As passagens foram distribuídas apenas até Kursk. Depois do Kursk, segundo os rumores, existia uma “frente de oficiais” [brancos], uma zona de ocupação alemã e novamente uma “frente”.

[...] Acompanhando os camponeses e os comerciantes ambulantes, em plataformas de trens ocasionais, em charretes sujas e a pé pelos caminhos empoeirados, eu prosseguia segurando minha mochila na mão, defendendo em cada controle, em cada interrogatório e em cada revista, meus únicos pertences contidos nela: três pares de roupa íntima, dois lençóis, três vestidos, alguns artigos de higiene e um volume de “Dichterliebe”, de Heinrich Heine.

Eu não levei os ícones: temia por seu destino.

Depois de dois meses de viagem (isso é, de Moscou a Kislovodsk!), passando por medos, pela falta de dinheiro, tendo que parar não apenas nas grandes cidades, mas também em pequenos vilarejos e aldeias, havendo milagrosamente evitado a execução pelos vermelhos, eu finalmente me encontrei com a mamãe<sup>22</sup>. [...]

Como se percebe, a desestruturação da ordem social habitual, depois da revolução, provocou a desagregação de grupos familiares. Algumas famílias nunca mais conseguiram rever-se novamente: levados pelos caminhos de fuga, improvisados, a vários cantos do mundo, somente arranjaram meios de comunicação algumas dezenas de anos depois, já no estrangeiro. Em tentativa de reconstituição dessas relações primárias de parentesco através o espaço-tempo, desfragmentado pela imigração, criaram-se ligações, mediadas pelos meios de comunicação existentes na época, entre famílias russas dispersas pelos cinco continentes.

---

<sup>21</sup> Зайцева, Софья. Путь через мир: Шанхай, 1946. [Zaitseva, Sofia. *Caminho através do mundo*. Shangai: s.e.174 p.]. Daqui em diante, todas as fontes em russo estão citadas em minha tradução.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 9-10.

Sofia relata como a possibilidade de partir surgiu e se concretizou nesse deslocamento desordenado no interior do país em plena guerra civil:

Então, eu morei com a mãe por alguns meses. [...] A vida finalmente se estabilizou. [...] E nós decidimos viajar para a cidade mais próxima, Rostov.

Então, três meses depois, a tropa voluntária começou a recuar para o Sul, não resistindo à pressão bolchevique. Com medo de novas vítimas, uma parte da população da cidade começou a evacuação com urgência. Nós seguimos as tropas brancas a pé, e depois fomos, aleatoriamente, embarcados nos trens, e eu perdi a Tamara [a irmã].

‘Não se preocupe, nós nos encontramos em Ekaterinograd na casa dos Akimov. E lá decidiremos como e para onde iremos’: Tamara me falou na última hora. Acompanhando uma família armênia, eu cheguei à Ekaterinograd em cinco dias. O apartamento dos Akimov estava fechado, ninguém mais morava lá. A frente se aproximava. Começou o êxodo para Novorossiysk [cidade portuária]. Em Novorossiysk, depois de morar duas semanas em um vagão congelado, [...] eu embarquei em um navio hospitalar francês, que evacuava os refugiados pobres, com destino a Constantinopla<sup>23</sup>.

O modo com qual autora descreve a trajetória que a levou à partida da Rússia sugere ao leitor a ideia de que a emigração foi a única saída nessa situação particular da desordem e de incertezas sobre o futuro. Há que se considerar, além disso, as condições de extrema miséria que acompanhavam a garota quase na totalidade desse percurso. Com isso, aparece a necessidade da autora em registrar uma justificativa para sua saída, colocando-se em posição de objeto do contexto histórico trágico para as camadas sociais outrora privilegiadas, das quais ela fazia parte.

Essa dimensão, que está implícita no texto, fica evidente quando analisado o contexto social mais amplo. O livro foi publicado em 1946<sup>24</sup>, logo depois do encerramento dos principais conflitos armados da Segunda Guerra Mundial, que mobilizou discussões ideológicas ferozes no ceio dos refugiados russos pelo mundo. Naquele tempo, as lesões da guerra civil já estavam curadas, o estado soviético estava organizado e a Guerra Mundial provocou um levante de sentimentos patrióticos entre os russos radicados no exterior. Residindo em Harbin, na China, onde a comunidade russa era bastante heterogênea abrigando tanto os refugiados da revolução quanto os

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 11-12.

<sup>24</sup> A nota de posfácio do livro indica que a autobiografia foi escrita por Sofia durante a Segunda Guerra Mundial, em Harbin, e que a decisão de publicá-la foi tomada já depois de seu falecimento, em agosto de 1945.

funcionários soviéticos (já que a cidade foi ocupada pelo exército soviético no final da Segunda Guerra Mundial), Sofia certamente revivia a tensão entre diferentes discursos sobre os emigrantes russos. De um modo geral, a comunidade russa se dividiu entre os simpatizantes da Rússia soviética, empolgados pela vitória na guerra; aqueles que acreditavam que ser patriota significa amar a Pátria em detrimento de regimes políticos; e aqueles que pregavam que a Rússia legítima só podia existir na presença da monarquia e da ortodoxia. Nesse contexto, a narrativa de Sofia sobre a sua partida da Rússia parece marcar uma posição nesse espectro ideologizado de reavaliação da origem e do significado desse evento histórico para a Rússia. Ademais ela serve, para a autora, como possibilidade de localizar-se nesse evento histórico e de se interrogar-se sobre o valor e o efeito de seus atos.

O texto reforça a ideia de que embarcar no navio francês era o único meio de sobrevivência para essa menina de 19 anos que, depois de ter percorrido 1500 quilômetros do país em plena guerra civil, perdeu a mãe e a irmã no caos de evacuação e precisou passar duas semanas morando em um vagão congelado. É emblemático o fato de que, em nenhum momento de seu texto, Sofia evoca uma “decisão”, exceto no momento em que ela e a irmã “decidem” viajar para a cidade grande em busca de um emprego, naqueles curtos meses em que parecia que “a vida finalmente se estabilizara”. Nesse tipo de relato autobiográfico, o ato de emigrar, muitas vezes, aparece como uma continuação lógica de uma sequência de acontecimentos, e não propriamente uma “decisão”, como parte de um projeto racional e refletido.

Provavelmente, a ideia, de que a ruptura permanente entre o modo antigo de viver e a estrutura criada pelos novos valores bolchevistas era o ponto principal à concretização da decisão de partir, é um produto de reflexão posterior da autora sobre sua trajetória. O episódio dramático que a autora utiliza, posteriormente, para dar uma razão a seu ato de deixar a Rússia, se destaca pelo lugar anacrônico que ocupa em sua narrativa cronológica.

Chegando a um vilarejo no sul da Rússia, ela encontra um jovem comissário bolchevique que confisca sua mochila e, depois de abri-la publicamente numa praça do vilarejo, declara que a jovem é uma “espiã”, já que está levando “um livro francês”<sup>25</sup>. Ele então decide executá-la, na qualidade de espiã estrangeira e filha de aristocratas. Ele prende a menina em um porão da casa de um camponês, prometendo executá-la à tarde.

---

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 58.

Porém, durante o jantar, o dono da casa oferece bebidas para o comissário e seus parceiros, de modo que eles adormecem alcoolizados. Assim, a jovem foge pela janela, pega carona com um comerciante e evita a execução arbitrária. Nesse momento da narrativa, concretiza-se uma ruptura entre o passado e o presente para a autora, de maneira que a emigração revela-se como uma solução:

[...] eu senti, de repente, a necessidade de expressar a experiência mais intensa e mais horrível da minha vida, [...], a noite no vilarejo N. – o episódio da minha viagem de Moscou à Kislovodsk que me chocou profundamente. Acredito que foi ele que tinha definido psicologicamente a minha recusa em considerar a possibilidade de ficar na Rússia. Tudo nessa Rússia nova manteve, na minha consciência, esse caráter de crueldade e maldade, que eu tinha encontrado naquela noite no vilarejo N.<sup>26</sup>

Nesse trecho, a narrativa de um acontecimento real e dramático é acompanhada por frase repleta de reflexividade posterior da autora sobre o fato vivido: “acredito que foi ele que tinha definido psicologicamente a minha recusa [...] de ficar na Rússia”. Transparece aqui a preocupação de Sofia em interpretar os acontecimentos de sua vida e organizá-los em uma sequência significativa e refletida, mesmo sendo retrospectiva.

É evidente que os escritos autobiográficos ou os relatos orais, especialmente quando tratam de experiências traumáticas envolvendo ruptura e fragmentação de relações sociais primárias, são feitos com uma necessidade implícita de atribuir um sentido e uma sequência a totalidade de eventos caóticos das experiências vividas pelo indivíduo. A própria maneira pela qual o ser humano compreende o mundo empírico baseia-se na necessidade de ordenar e classificar as experiências vividas segundo categorias, conceitos e modelos (Oliveira, 1993). Para o indivíduo, entender a própria existência consiste em conferir a ela uma causalidade justificadora, que concede a ela um sentido. Por isso, a estrutura de um relato autobiográfico é baseada, muitas vezes, em princípios de causalidade cronológica, atribuída aos acontecimentos do passado *post factum* de seu acontecimento real, no ato de lembrar<sup>27</sup>. Bourdieu (1986, p.69) denomina tal procedimento como uma *ilusão biográfica*:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a

---

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 50

<sup>27</sup> A tentativa de analisar a estrutura morfológica do relato autobiográfico resultou no trabalho *Le pacte autobiographique* de Philippe Lejeune (1996).

do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Nesta perspectiva metodológica, o relato autobiográfico é, nem tanto uma testemunha de fatos do passado, quanto *la mise en récit de soi*, um ato de narração, na qual o sujeito se interpreta enquanto objeto de eventos de sua existência. É a sua posição no jogo de estratégias individuais e constrangimentos externos, possibilidades de escolha e determinações impostas pela força de acontecimentos maiores, que o indivíduo demarca no ato autobiográfico<sup>28</sup>. A construção de narrativa deste tipo em torno de *turning points* (Abbott, 1997), eventos de destaque a partir dos quais a trajetória de vida do sujeito alterou o seu percurso interior, sinaliza a ânsia do indivíduo em incluir, conscientemente, a sua existência na totalidade do mundo social, supostamente dotado de uma significância objetiva.

O imigrante se encontra na condição de um desenraizamento traumático e permanente, especialmente quando se trata de uma migração por razões de desestruturação social brusca como revolução, guerra, mudanças climáticas, dentre outros. Para ele, ordenar sua experiência vivida através de um relato autobiográfico significa reconstituir a ordem social perdida, reconstituir, ao menos simbolicamente, o sentimento de pertença arruinado pela anomia de deslocamento. A narrativa autobiográfica de imigrante se constrói, necessariamente, à base de pilares, eventos dotados de significado decisivo, que dividem o curso de vida, concebido como uma linha reta, em fases sucessivas. O *turning point* para o imigrante é, sem dúvida, o ato de migrar, que representa o deslocamento geográfico, mas também a ruptura com os padrões de sociabilidade habituais. No caso dos refugiados russos - como também na maioria dos casos de migrantes, cuja trajetória geográfica nunca é direta, porém contém vários deslocamentos sucessivos - o período em movimento, que se situa entre a partida da cidade natal até a instalação definitiva no estrangeiro, é concebido como uma etapa de transição, de incertezas e de muitos sacrifícios. Entretanto, esse período transitório ganha destaque maior, em suas narrativas, que a descrição de sua instalação e adaptação às novas condições sociais no local de fixação. Evidentemente, a morfologia e a

---

<sup>28</sup> O debate sobre a pertinência do tal chamado “método biográfico” nas ciências sociais estrutura-se em torno de reflexões teórico-metodológicas de Daniel Bertaux (1976), Paul Thompson (1992) e Pierre Bourdieu (1986), que suscitaram uma sequência de pesquisas que reinterpretaram metodologias discutidas. Uma metodologia da pesquisa biográfica no âmbito de uma pesquisa social interpretativa está sendo desenvolvida pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal (2014).

semântica assimétrica do relato do migrante depende, não apenas da condição de sua produção, mas, em grande parte, do ciclo de vida e da configuração familiar em que o indivíduo se encontrava no momento de deslocamento (Guérios, 2012, p. 49).

Aqueles que passaram pela experiência migratória quando crianças ou na juventude, solteiros, relatam o deslocamento em tom de aventura, ressaltando os aspectos exóticos e polêmicos da viagem. Já para os migrantes que possuíam famílias, as condições precárias de transferências sucessivas são lembradas como ameaça concreta de vida de seus familiares e, com isso, o relato dessas experiências possui aspectos de um trauma. Esses últimos raramente transferiam suas experiências para os descendentes, tanto que *scripts* intergeracionais dessas famílias possuem mais detalhes sobre o antes e o depois de que sobre o próprio deslocamento.

Guérios (2012, p. 49-50) explica, interpretando Halbwachs (1950), que a estrutura dessas memórias é influenciada pelo enquadramento do olhar do migrante durante a viagem em função de suas responsabilidades dentro da configuração familiar:

[...] uma parte desses migrantes, os pais que tinham uma família sob sua responsabilidade, eram muito mais sensíveis ao registro do sofrimento e das perdas humanas do que seus filhos. Para esses últimos, o olhar lançado aos eventos que os rodeava não era limitado ou “enquadrado” pelas mesmas preocupações que sensibilizavam seus pais. Os depoimentos dos filhos nos dão acesso a informações e detalhes das viagens que não eram registrados – e provavelmente sequer percebidos – por seus pais, cujo olhar estava extremamente sensibilizado para apreender os eventos que se coadunavam com suas preocupações maiores nesses momentos (Guérios, 2012, p. 50)

O relato autobiográfico datilografado de Sviatoslav Golubintsev<sup>29</sup>, que narra sua fuga da Rússia, tomada pela guerra civil, para Constantinopla, e posteriormente percorrendo a Europa, Argentina e Paraguai, antes de se fixar no Brasil, é escrito em tom de aventura. Golubintsev, apesar de não ter formação jornalística, escrevia bastante: publicou inúmeros artigos e crônicas sobre a vida dos russos no estrangeiro em diferentes jornais e revistas russos, e deixou uma vasta bibliografia datilografada - mais de 20 volumes<sup>30</sup>, entre os quais o romance autobiográfico *Emigrantes*.

---

<sup>29</sup> Голубинцев, Святослав. Эмигранты. Роман фото-снимок, 1926. 142 стр. [GOLUBINTSEV, Sviatoslav (1926) *Emigrantes. Romance-fotografia*, datilografado, 142 p.]

<sup>30</sup> Entre eles, um romance sobre a vida na Academia de Hussardos, na qual fora aluno antes da revolução bolchevique, e ainda uma autobiografia em dois volumes sobre a sua infância e adolescência. Todos eles datilografados, exceto alguns publicados, em capítulos, em revistas de emigrantes russos. Seu acervo, doado à biblioteca da Igreja São Nicolau em São Paulo pela sua filha Helena, contém também vários

*Emigrantes*, “romance-fotografia”, como o próprio autor o batizou, tem o formato de um livro cuidadosamente encapado, no qual as páginas com texto datilografado se alteram pelas fotos, cartões-postais, notas bancárias, bilhetes e outros objetos materiais, testemunhas de seu longo percurso migratório. O próprio formato do livro é revelador do alto significado dessas lembranças para o autor, em seu anseio de transformar sua trajetória em um romance histórico ilustrado. Para que servem todos esses objetos anexos, guardados cuidadosamente pelo autor durante todos os deslocamentos geográficos, senão para marcar sua presença como sujeito de transformações sociais na escala mundial? A narrativa é constituída em torno de sua atuação em acontecimentos históricos de valor humanitário, como a Revolução Russa, a guerra civil no Paraguai, entre 1922 e 1923, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista, no Brasil, esta última no estado de São Paulo.

O relato conta a trajetória de Golubintsev desde sua peregrinação pela Rússia em guerra, até sua instalação definitiva em São Paulo. Em 1920, à época com vinte e pouco anos, Golubintsev, graduado pela Academia de Hussardos<sup>31</sup>, encontrava-se envolvido na “peregrinação” em massa via Sul da Rússia. No sul, ele se instalou em uma escuna comercial (mantendo o anonimato, escondendo sua origem nobre), cujo proprietário, um comerciante rico, já havia emigrado para Constantinopla e comandava os negócios de lá. Depois que um dos marinheiros da escuna adoeceu e precisou desembarcar para ser hospitalizado, o capitão, que simpatizava com o jovem, aceitou-o em sua equipe, sabendo que assim salvaria a sua vida. Desde então, Golubintsev passou a ser marinheiro na escuna comercial por alguns meses, e fez viagens pela costa do Mar Negro, território da recém-criada República da Geórgia. Quando o poder dos bolcheviques se instalou definitivamente na Geórgia, e a vida de um oficial czarista ficou em perigo, o proprietário da escuna chamou-o para Constantinopla, e assim Golubintsev deixou a Rússia para sempre. O processo de fuga e da própria peregrinação é descrito em tom de aventura, de interesse pela vida, pelas novidades que essa situação trazia a um jovem. Em nenhum momento o autor recorda a família, que provavelmente deixou na Rússia, nem lamenta o fato de abandonar o país. Em compensação, ele relata com

---

volumes de recortes de artigos publicados nos jornais russos no Brasil, como *Русская Газета* (“A Gazeta Russa”) e nos Estados Unidos, como *Новое Русское Слово* (“New Russian Word”).

<sup>31</sup> Hussardos era uma classe de cavalaria ligeira no Exército Imperial Russo. As academias militares eram estabelecimentos de educação fundamental e secundária, tradicionais para os meninos de camadas privilegiadas, nos quais os alunos estudavam não apenas as ciências militares, mas também as ciências naturais e humanas, literatura, música *etc.*



detalhes as impressões que lhe causaram a travessia do Mar Negro, assim como a chegada em Constantinopla, uma terra estrangeira e exótica. Entretanto, Golubintsev também não relata nenhum tipo de planejamento, de um projeto estruturado para o seu futuro. Sua trajetória é relatada como fruto de coincidências e encontros oportunos que ele, por seu espírito aventureiro, soube aproveitar para conseguir se adaptar a cada etapa percorrida.

A cidade de Constantinopla figura na maioria dos relatos de refugiados russos dos anos 1920. Sendo um grande porto situado na única rota marítima possível do Mar Negro para o Mediterrâneo, a cidade foi a escala mais comum para os refugiados que saíam dos portos do Sul da Rússia. Entre agosto e dezembro de 1921, entre 66 e 130 mil refugiados russos passaram pela cidade, à época com 680 mil habitantes (Gousseff, *op.cit.*, p. 57). Por causa desse fluxo contínuo dos refugiados, Constantinopla chamou a atenção das organizações internacionais e se tornou um símbolo de refúgio russo antibolchevique até o ano 1923, quando o novo governo nacionalista turco, liderado por Mustafa Kemal Atatürk, que contou com apoio dos bolcheviques, começou a campanha de limpeza populacional, expulsando os gregos ortodoxos e exigindo também a retirada dos refugiados russos.

Não obstante a atenção e a assistência aos refugiados pelas organizações internacionais e pelas instituições associativas russas, as condições de vida na cidade eram muito difíceis. A própria cidade turca, desestabilizada pela recém-terminada Primeira Grande Guerra, não possuía recursos para abrigar uma crescente população de refugiados desabrigados: desemprego, necessidades financeiras, falta de vagas em abrigos e hospitais, tudo isso transformou a população russa em um problema social para a cidade e para os representantes europeus presentes na Turquia do pós-guerra. Como aponta Michael Marrus (1985, p. 59):

Em Constantinopla tudo estava em falta: comida, abrigo, roupas, medicamentos. Um Comissário Britânico [...] escreveu para o Rei Jorge V que as ruas estavam repletas de russos desnutridos e completamente desmoralizados. [...] Como a situação era crítica, o Alto Comando dos Aliados mantinha muitos refugiados nos navios, navegando para lá e para cá pelo mar de Mármara.

A ajuda internacional não conseguia dar assistência à totalidade da população russa, enfraquecida pela miséria, por doenças e fome. Como resposta, surgiam estratégias de sobrevivência, elaboradas individualmente, em grupos ou em família:

[...] um oficial da marinha vendia sua esposa linda para os soldados e marinheiros bêbados dos Aliados, contaminando-a com todas as doenças venéreas. Outro oficial trabalhava como garçom em um restaurante e sua esposa atraía na rua os homens ricos e levava-os para jantar no restaurante do marido, deixando para ele um bom ganho. Depois de receber uma boa gorjeta o marido os acompanhava até o taxi e mandava levar a esposa para o hotel mais próximo. Mas o melhor de todos eram três oficiais de cavalaria [...]. Eles se escondiam nas ruas escuras da cidade e quando um comerciante rico passava, assaltavam-no e depois torravam todo o dinheiro nos restaurantes. E tantas famílias burguesas e aristocráticas, nas quais os pais, tentando se salvar da fome, obrigavam suas filhas a se prostituir. E tantos homens que mandavam suas esposas para as casas noturnas [...]. Sem dúvida, a vida dos nossos refugiados foi horrível em Constantinopla naquela época<sup>32</sup>.

A memória de Sofia Zaytseva também foi marcada pelas condições precárias nas quais os russos encontravam-se na cidade:

As pessoas chegavam [no hospital russo em Constantinopla] e deitavam no chão, em cima de um casaco ou cobertor, tendo milagrosamente sobrevivido à travessia do mar. E agora estão desse jeito há mais de um mês... A ração, quero dizer, um almoço muito pobre, é distribuído para poucas pessoas<sup>33</sup>.

E em outra passagem:

Quando terminou a evacuação das tropas do general Denikin de Novorossiysk começou a evacuação da Criméia. A cidade se enchia com as multidões de oficiais-heróis doentes, feridos e indigentes, e de mártires de guerra. Com eles – novas massas de civis, como nós, quebrados e abandonados. Eles trouxeram notícias assustadoras sobre a derrota definitiva da Rússia<sup>34</sup>.

A instabilidade socioeconômica e política da região, que também passava por processo revolucionário, fez com que a Turquia virasse apenas uma escala no longo processo de peregrinação, agora transnacional, dos refugiados russos. Logo depois do desembarque, ficava claro que reconstituir a vida em Constantinopla não seria fácil,

---

<sup>32</sup> Голубинцев, Святослав. Эмигранты. Роман фото-снимок, 1926. [GOLUBINTSEV, Sviatoslav (1926) *Emigrantes. Romance- fotografia*, datilografado, 142 p.] P. 36.

<sup>33</sup> Зайцева, Софья. Путь через мир: Шанхай, 1946. [Zaitseva, Sofia. *Caminho através do mundo*. Shangai: s.e.174 p.] P. 34.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 79.

então a transferência para a Europa ou para o Novo Mundo começou a ser uma das estratégias de sobrevivência.

O episódio da chegada em porto de Constantinopla na autobiografia de outro refugiado, Mikhail Karateeff, que foi- à época com 17 anos- evacuado da Criméia com a escola militar na qual foi aluno, é lembrada em tom de ironia, denunciando, mais uma vez, o despreparo de todas as partes envolvidas no processo:

Na simplicidade da nossa alma russa, ainda intocada pela civilização ocidental, nós acreditávamos que, em primeiro lugar, estaríamos alimentados. Mas tudo ocorreu de outra maneira. Meia hora depois que o nosso navio deitou âncora, um navio militar inglês estacionou a alguns metros de distância. Uma filmadora foi instalada no convés superior, perto da qual foi posicionada uma mesa, sobre a qual havia uma pilha de pão branco em pedaços. Uma dúzia de damas e cavalheiros elegantemente vestidos se aglomeravam ao redor da mesa. Entre eles nós notamos um russo.

- Vocês estão com muita fome? – ele perguntou.

Nós respondemos que sim, e explicamos que não comíamos quase nada nos últimos dois dias.

- Essas damas tomarão conta de vocês. Mas antes disso nós faremos um pequeno filme. Ele será de grande utilidade para vocês, pois a alta sociedade inglesa ficará sabendo sobre o seu destino.

Sem muito ânimo [...] todos nós ficamos parados na esperança de podermos comer depois da fotografia. Mas aconteceu que eles queriam nos filmar, por assim dizer, de modo artístico [...]. As damas começaram a jogar pão de cima do convés de seu navio no meio de nós. Algumas crianças famintas correram para pegá-lo, mas nosso sargento gritou:

- Não toquem nesse pão! Não estão entendendo? Eles querem causar pânico entre nós para depois mostrar lá na Inglaterra como os “bárbaros russos” brigam pela comida!

Pedaços de pão caíam nas nossas cabeças e ombros, mas nós ficávamos parados, como se não tivéssemos reparado nisso. Então, os ingleses, vendo que o pão não surtiu efeito com os russos, começaram a jogar cigarros, mas novamente ninguém reagiu. O barulhinho da filmadora parou subitamente. As damas ficaram com expressão de ofensa e indignação: o nosso modo de agir lhes parecia claramente impróprio<sup>35</sup>.

Com humor, Karateeff relembra a primeira recepção dada aos refugiados russos desse navio no porto de Constantinopla. Mas, se ignorarmos o caráter tragicômico desse

---

<sup>35</sup> Каратеев, Михаил. Белогвардейцы на Балканах. Буэнос Айрес, 1977. [Karateeff, Mikhail. A Guarda Branca nos Balcãs. Buenos Aires, 1977] pp. 25-26. Em prefácio desse livro o autor escreve: “Esse livro não contém exageros. Ele é, por assim dizer, fotográfico.”.

acontecimento, o episódio lança luz ao contexto social mais amplo da Europa, onde esses refugiados foram lançados.

Nicolau Sevcenko (1992, p. 165) aponta, citando Carsten (1974), que a Primeira Grande Guerra na Europa derrubou a velha ordem e deu início a uma nova era, marcada por violência, crescente racionalização e desencantamento definitivo do mundo. Nesse contexto de atomização de existência, surgiu um interesse específico pelas culturas exóticas, pelo “outro” ainda intocado pelo sentimento de desenraizamento trazido pela modernidade. No “impulso de sair dessa nova ordem social, à procura de fontes de vitalidade que restaurassem o encantamento perdido do mundo e da vida” (Sevcenko, 1992, p. 172), a arte europeia vislumbrou manifestações culturais de países periféricos, como a Rússia. O sucesso inédito dos *Saisons Russes*, de Diaguilev, em Paris, entre 1923 e 1928, foi em grande parte provocado por esse anseio pelo novo, genuíno e exótico. Entretanto, o grande público, juntamente à aristocracia conservadora europeia, enxergava tudo o que era russo como algo selvagem e bárbaro, ainda que encantador (Menegaldo, 2007).

Nessa perspectiva, embora o relato de Karateeff pudesse parecer exagerado, ele não contradiz o espírito do tempo histórico. As damas inglesas, repletas de curiosidade pelas crianças russas refugiadas de acontecimentos catastróficos, em seu ato de compaixão e misericórdia, não desceram, todavia, de seu navio para aliviar o destino desses infelizes. Mais que isso, o encontro da civilização com a miséria alheia foi concebido para se tornar uma performance, com direito a uso das últimas tecnologias modernas, planejada, quem sabe, para ser exibida, um dia, em modernas salas de cinema, satisfazendo a fome da população pelo desconhecido.

Os relatos autobiográficos citados sinalizam, certamente, que a consciência de que a saída da Rússia - espontânea ou coletivamente organizada como “evacuação”- não era temporária, surgiu no cenário caótico de Constantinopla. A imagem de que a fuga apressada e a travessia do mar era uma grande aventura se chocou com a dura realidade da desestruturação e da desorganização do cotidiano no ponto de chegada. A vida coletiva e individual voltou-se a um único objetivo: a sobrevivência. Para isso, todas as competências individuais foram mobilizadas: capacidades artísticas e artesãs, conhecimentos técnicos, habilidades manuais ou comerciais (e inclusive sexuais), recursos familiares e redes de relacionamentos. Contudo, uma das principais estratégias

de sobrevivência foi a emigração subsequente: preferencialmente para os países da Europa ou da América do Norte, senão para qualquer outro lugar que abrisse suas portas para essas pessoas miseráveis, inclusive na América do Sul ou na Austrália.

## 2. A EUROPA DIANTE DA QUESTÃO DO “REFUGIADO RUSSO”

Embora o caráter da emigração tenha igualado as condições materiais, os refugiados russos na Europa não constituíam uma unidade homogênea. As pessoas oriundas das camadas intelectuais, conquanto tivessem sofrido declínio brusco de seu *status*, ainda conseguiram se adequar ao contexto sócio-profissional da Europa de entre guerras. Sua adaptação era facilitada pela familiaridade com culturas e línguas europeias, cuja transmissão tradicionalmente fazia parte da formação dos membros das famílias russas de elite<sup>36</sup>. Embora a degradação de sua posição social nas sociedades europeias tivesse gerado a figura emblemática do “taxista, Grão-Duque russo” (Gousseff, 2008, p. 10), esses indivíduos se encontravam em condições privilegiadas, em comparação com a grande massa dos refugiados. Gousseff (*op.cit.*, p. 43) evoca, com razão, que essa situação, dramática para as elites intelectuais e políticas da Rússia nos países europeus, especialmente na França e na Alemanha, criou o mito<sup>37</sup> de que o refugiado russo dos anos 1920 era o exilado político oriundo das elites. Esse mito se fixou no imaginário popular e tornou-se parte da autopercepção de alguns grupos de emigrantes, por fim, orientando o interesse geral da pesquisa histórica sobre o fenômeno.

Contudo, a adaptação às novas condições de existência para o “refugiado comum”- proveniente da pequena burguesia urbana ou da elite provincial, das classes burocratas do Estado Czarista ou dos clérigos de todas as confissões, dos oficiais do exército imperial ou dos militantes liberais ou socialistas, do campesinato ou das camadas urbanas (Marrus, 1985, p. 56) - foi dificultada pela situação jurídica irregular, pela falta de conhecimento do idioma e do modo de vida europeu, assim como pela ausência de estrutura receptora nos países de destino.

Para a Europa, devastada pela Primeira Grande Guerra que levou cerca de 25 milhões de vidas (Sevcenko, 1992, p. 165), o refugiado russo representava, de um lado, um problema de ordem, mas de outro, uma solução possível para a falta de mão de obra

---

<sup>36</sup> Para a elite intelectual refugiada, o domínio do idioma era fator decisivo na inserção profissional rápida: filósofos como Nicolau Berdiaev, Pitirim Sorokin, Serguei Bulgakov, Nestor Kotliarevsky; escritores como Vladimir Nabokov, Ivan Bunin, Marina Tsvetaeva, dentre muitos outros, continuaram trabalhando no estrangeiro, escrevendo e publicando.

<sup>37</sup> Considerados pelos franceses como exóticos e primitivos, os primeiros refugiados da Revolução Russa foram alvo de construções românticas e ficcionais na imaginação coletiva dos franceses. Sobre o surgimento desse mito em Paris ver Gousseff (2008) e Menegaldo (2007).

na reconstrução da economia pós-guerra. A França, por exemplo, facilmente manipulava o equilíbrio populacional promovendo, ora a naturalização em massa dos refugiados, nas épocas de falta de mão de obra, ora a campanha de expulsões e deportações, em tempos da crise econômica dos anos 1930 (Arendt, 2012, p. 389).

O envolvimento constante do Estado Soviético na questão do refugiado russo na Europa, por meio de sua delegação na Liga das Nações, confirmou o receio de que sua repatriação fosse inviável como solução à sua condição marginalizada. Como aponta Ginsburgs (1957), até 1921 o governo soviético tratava os russos radicados no exterior como *de jure* cidadãos russos. No contexto de construção do novo Estado e suas políticas de nacionalidade, o governo soviético emitia o passaporte a todos os ex-cidadãos da Rússia Czarista (diante de solicitação voluntária), ou até aos cidadãos de outros países que quisessem contribuir com a construção do comunismo<sup>38</sup>.

Porém, depois de 1921, com a consolidação do regime soviético, a política de nacionalidade modificou-se. Devido ao medo de um eventual movimento antissoviético organizado pelos russos no exterior<sup>39</sup>, o governo adotou oficialmente uma política inédita de “desnaturalização involuntária”, que tinha como alvo principal os emigrados na Europa<sup>40</sup>. Assim, segundo essa nova lei, perdiam automaticamente o direito a ser cidadão soviético as pessoas que: (i) morando no exterior, não tivessem solicitado o passaporte soviético junto às representações oficiais no exterior antes de junho de 1922; (ii) tivessem deixado a Rússia depois de novembro de 1917 sem permissão das autoridades soviéticas; (iii) tivessem participado voluntariamente das forças contrarrevolucionárias; (iv) tivessem direito a optar pela nacionalidade soviética e não o fizeram (Ginsburgs, 1957, p.329).

No ano seguinte, quando essa lei se tornou parte da primeira Constituição da União Soviética, mais uma cláusula foi adicionada: acerca das pessoas expatriadas por decisão judicial (*Ibid.*, p.330). A política de desnacionalização forçada transformou-se em instrumento de desumanização do indivíduo, que, com a perda de seu *status* nacional, foi

---

<sup>38</sup> Casos impressionantes encontram-se na história de famílias negras dos Estados Unidos que emigraram por esta via para a Rússia Soviética em busca de igualdade social e racial na sociedade comunista (Baldwin, 2002).

<sup>39</sup> Grande parte daquelas tropas que foram evacuadas nos anos 1920 ainda eram fiéis a seu juramento ao governo do Czar e encontravam-se em estado de alerta, para eventual mobilização contra o governo bolchevique.

<sup>40</sup> Posteriormente, em fevereiro de 1932, o próprio Leon Trotsky se tornou vítima dessas políticas, implantadas não sem a sua colaboração, quando ele e todos os membros de sua família que encontrassem no exterior foram privados da nacionalidade soviética.

privado também de seus direitos humanos, cujo provedor legítimo, segundo a concepção do Estado-nação, era o próprio Estado:

A desnacionalização tornou-se uma poderosa arma da política totalitária, e a incapacidade constitucional dos Estados-nações europeus de proteger os direitos humanos dos que haviam perdido os seus direitos nacionais permitiu aos governos opressores impor a sua escala de valores até mesmo sobre os países oponentes. Aqueles a quem haviam escolhido como refugio da terra – judeus, trotskistas etc. – eram realmente recebidos como o refugio da terra em toda parte; aqueles a quem a perseguição havia chamado de indesejáveis tornavam-se de fato os *indésirables* da Europa (Arendt, 2012, p. 372).

Desse modo, depois de 1922, a situação dos emigrantes russos na Europa ficou mais difícil, pois a maioria deles se viu na condição de apátridas, *de jure e de fato*. O governo soviético, respondendo à pressão do Alto Comissariado pelos Refugiados da Liga das Nações, na sua busca por resolver a tensão por meio da repatriação, promoveu políticas de anistia e acolhimento de determinados grupos de refugiados. Contudo Ginsburgs (*op.cit.*, p. 333-334) aponta que “anistias eram expressões das teorias soviéticas de luta de classes, e da percepção acerca da União Soviética como Estado dos trabalhadores e camponeses, e das políticas das minoridades nacionais da URSS. Em nenhum momento a anistia foi universal e as repatriações não-seletivas”.

Os refugiados russos foram alvo constante de interesses da política externa da União Soviética, em geral, tratados, segundo os pronunciamentos de Lenin, como “adeptos do capitalismo mundial, apoiados por ele e trabalhando para ele”, como quem “conspirava constantemente contra a política comunista” (*Idem.*, p. 334). Depois do reconhecimento do Estado Soviético pelos países europeus, a questão dos refugiados russos se tornou um ponto importante em suas políticas externas. O Estado Soviético pressionava os receptores das grandes populações de refugiados russos, especialmente os países com fronteiras diretas com a URSS, a adotar políticas de naturalização obrigatória ou expulsão dos russos de seus territórios. Com isso, ficava difícil para esses países manter o *status quo*, abrigando os refugiados russos em seu território. Nesse contexto, a situação legal e material dos refugiados russos agravou-se consideravelmente:

O desemprego, prisões e expulsões desses indivíduos, multiplicado pelo crescimento da depressão econômica na Europa dos anos 1930, juntamente com o abandono de qualquer possibilidade de



contrarrevolução, aumentou a situação desesperadora dos exilados russos, forçando-os ou a emigrar para o Ocidente, se instalar e se naturalizar, ou a retornar. Todas essas medidas promoveram o fim das atividades organizadas, efetivamente perigosas para a União Soviética, perto de suas fronteiras (*Idem.*, p. 339)

Assim, por volta dos anos 1923-1924, os refugiados russos continuavam a se dispersar em direção à Europa Ocidental. Pela estimativa do Comissariado de Fridtjof Nansen, a Alemanha, nessa época, contou com cerca de 500 mil refugiados russos, enquanto aproximadamente 400 mil<sup>41</sup> se abrigavam na França (Marrus, *op.cit.*, p. 60; Gousseff, 2008, p. 64;104).

Enquanto a repatriação mostrou-se incapaz de solucionar a questão dos refugiados russos nos Estados europeus, restava uma única medida: a naturalização. Arendt (2012, p. 388) destaca que o conceito de naturalização ainda não era bem explorado na época. O “nacional” definia-se, principalmente, pelo fato do nascimento do sujeito em determinado território, o que lhe conferia status como cidadão da nação ligada àquele lugar. A naturalização realizava-se em casos excepcionais, e a máquina burocrática dos Estados europeus não era capaz de lidar com grandes massas de candidatos à naturalização<sup>42</sup>. Além disso, para o próprio refugiado, a naturalização não trazia a segurança absoluta de seus direitos, pois podia ser revertida a qualquer momento pelo estado que a concedeu:

A diferença entre um cidadão naturalizado e um residente apátrida não era suficientemente grande para justificar o esforço de se naturalizar, pois o primeiro era frequentemente privado de direitos civis e ameaçado a qualquer momento com o destino do segundo (Arendt, *op.cit.*, p. 388)

Nessa perspectiva, a iniciativa de Nansen, em 1922, de emitir Certificado Internacional de Identidade para os refugiados russos visava, na prática, desvincular os Estados nacionais da responsabilidade de assegurar os direitos básicos desses refugiados. Unidos do “Passaporte Nansen”, como foi popularmente chamado esse documento, aceito oficialmente por 53 Estados, os refugiados russos dispunham do direito de trabalhar, residir e circular livremente em seus territórios. O reconhecimento

---

<sup>41</sup> Gousseff discute a manipulação de dados estatísticos sobre o número de refugiados russos na França, pelas autoridades francesas, para tornar-se o principal interlocutor do Alto Comissariado do Nansen e, ao mesmo tempo, confirmar o seu *status* como provedor universal de direitos humanos (2008, p. 102-108).

<sup>42</sup> Arendt (*Ibid.*, p. 705) aponta que o ritmo de naturalização nos países europeus era relativamente lento: de quase um milhão e meio de refugiados russos, cerca de 350-450 mil ainda eram apátridas 25 anos depois da Revolução bolchevique.

oficial da condição de apátridas garantiu para os russos (e armênios que se refugiavam do genocídio empreendido pelo Império Otomano) um *status* legal na estrutura política da Europa ocidental, privilégio excepcional, do qual as crescentes ondas de refugiados não puderam dispor, posteriormente, nos anos 1930<sup>43</sup>.

Do ponto de vista formal, o Passaporte Nansen era uma conquista significativa: no sistema no qual o indivíduo sem estado ficava fora de qualquer regulamentação jurídica, o certificado, reconhecido como documento de identidade em vários países da Europa, lhe assegurava proteção e assistência concretas. Na sua visão de que o refugiado era um problema pontual e temporário, Nansen considerava o passaporte como uma condição necessária para a sua resolução definitiva. Para ele, o direito de livre circulação contribuiria para a distribuição espontânea dos refugiados pelos países europeus, em função da oferta de emprego (Gousseff, *op.cit.*, p.81). Falecido em 1930, Nansen não previu que a crise econômica e política na Europa - bem como sua crescente militarização e autoritarismo, quando a desnacionalização em massa atingiria arbitrariamente até mesmo os cidadãos de nascimento - desvalorizaria consideravelmente o status assegurado ao refugiado pelo seu certificado.

Os próprios refugiados tinham consciência de que o Passaporte Nansen não trazia estabilidade duradoura para a sua existência na Europa. O sentimento de impotência perante as leis instáveis e arbitrárias, que ora abriam vastas oportunidades para os refugiados, ora lhes privavam de direitos básicos, transparece nas memórias daqueles que presenciaram essa época:

Todos nós fugimos da Europa por causa da falta de direitos e da consciência de que dependêssemos completamente das circunstâncias externas, cada qual poderia se tornar fatal e nos obrigar à miséria. Durante muitos anos, cada um de nós deitava à noite pensando que no dia seguinte poderia perder o emprego, e também a residência, e aí, não teria nada para ser feito, porque não possuíamos absolutamente nada, nem uma árvore na rua que nos pudesse proteger de um policial. E é justamente esse anseio de possuir algo pessoal, de nos livrar da sensação da submissão permanente, que nos trouxe para o Paraguai<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Arendt (*Ibid.*, p. 707) chama-los, devido a esse status, de “aristocracia dos apátridas”.

<sup>44</sup> Каратеев, Михаил. По следам конквистадоров. *История группы русских колонистов в тропических лесах Парагвая*. Буэной Айрес, 1972. [Karateeff, Mikhail. *Pela trilha dos conquistadores. Esboços sobre colonos russos na floresta tropical paraguaia*. Buenos Aires, 1972. 248 p.] P. 229. A estrutura desse livro autobiográfico ressalta o contraste da miséria urbana na Europa e a miséria da vida rural na colônia no Paraguai. Inúmeras vezes, o autor recorre a suas memórias sobre os tempos de difícil sobrevivência na Europa, para reforçar a ideia de que, apesar da privação material que os russos

E mais:

[O paraguaio] é perfeitamente educado e gentil. É absolutamente impensável ouvir aqui algo parecido com aquela eterna pergunta que ouvimos a cada dia lá, na Europa: “porque vocês não voltam para a sua Rússia?”<sup>45</sup>.

Basicamente, a condição existencial do apátrida, munido ou não de um documento de identidade, voltou, com o tempo, ao seu estado inicial de desenraizamento profundo. Edward Said (2001, p.50) chama a atenção para os sentimentos de solidão e de abandono típicos dos refugiados, lembrando que o exílio, como rompimento forçado de laços de sociabilidade primária, era historicamente praticado como punição:

E logo adiante da fronteira entre o “nós” e os “outros” está o perigoso território do não-pertencer, para o qual, em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas.

Said aponta essencialmente para a principal reação psíquica do refugiado à sua condição de isolamento totalizante: a recusa de pertencer, que beira o “masoquismo narcisista”, a tendência de resistir a qualquer aculturação e comunidade (*Ibid.*, p.57). A estética do estranhamento definiu, em muitos aspectos, o próprio caráter da produção cultural do século XX, começando por James Joyce e Vladimir Nabokov, Marc Chagall e terminando pelas inúmeras expressões artísticas dos rejeitados: desconhecidas ou célebres, publicadas ou manuscritas, preservadas através de gerações ou queimadas em momentos de desespero. O mundo estético do exílio, com o seu pranto por “algo deixado para trás para sempre” (Said, *op.cit.*, p. 46), constitui um objeto completo e sofisticado para uma pesquisa literária e sociológica (Rizzi, 1997; 2007).

O território do “não pertencer”, para o qual os apátridas foram simbolicamente condenados pela ordem social europeia de entre-guerras, foi materializado posteriormente pela existência de campos de internamento para refugiados. A própria concepção do campo de internamento baseia-se na ideia de estabelecer um território neutro, sem influência nem proteção de qualquer Estado nacional. Com isso, cria-se um território desprovido de identidade ou qualquer significado histórico ou afetivo para

---

experimentaram na colônia agrícola paraguaia, sua existência ganhou um sentido e uma esperança de poder se tornar, um dia, dono de seu próprio destino.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 147.

aqueles que lá são confinados. Trata-se de um território na margem da ordem social global que marca, inevitavelmente, os seus habitantes como indesejáveis nesse sistema. Esses “não lugares” eram especialmente projetados para aqueles que Bauman (2005, p. 46) chama de “desterritorializados num mundo de soberania territorialmente assentada”. Arendt (2012, p. 388) ressalta que os campos de refugiados eram “o único território que o mundo tinha a oferecer aos apátridas”. E se, nos anos 1930, os campos de internação eram considerados como uma solução possível para a questão habitacional dos refugiados na Europa, no período após a Segunda Guerra Mundial, mais de um milhão de pessoas encontraram neles o seu lar, o seu lugar de nascimento, de constituição de sua família ou seu último abrigo<sup>46</sup>.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os campos de internamento para os refugiados e os *deslocados de guerra* – “DPs” - continuaram sendo o único espaço que os Estados europeus podiam conceder para abrigar milhões de pessoas desenraizadas pelo conflito. Arendt (*op.cit.*, p. 392) sarcasticamente ressalta que para os “indesejáveis” o campo era a origem e o destino inevitável de suas peregrinações na Europa após a guerra:

O fato de virem a existir campos de concentração para os mesmos grupos em todos os países, embora houvesse diferenças consideráveis no tratamento dos internos, foi característico da época: se os nazistas confinavam uma pessoa num campo de concentração e ela conseguisse fugir, digamos, para a Holanda, os holandeses a colocavam num campo de internação.

Embora tivessem sido concebidos como local de passagem, os campos de internamento tornaram-se verdadeiros enclaves multinacionais dentro dos Estados-nações europeus. Neles, foram organizadas escolas e hospitais, foram formadas famílias e associações de ajuda mútua. Os agrupamentos eram feitos com base na preservação de sua consciência nacional de fato, mesmo que a maioria fosse apátrida *de jure* (Arendt, *op.cit.*, p.397). Alguns campos viraram enclaves étnicos, com predominância de refugiados e DPs de mesma origem nacional, ainda que separados pelas trajetórias migratórias distintas.

---

<sup>46</sup> Os campos de internação, concebidos como lugar de passagem, de adaptação, tornam-se, frequentemente, lugares de residência fixa durante muitos anos. Com tempo, eles passam a desenvolver uma estrutura própria com seus padrões de sociabilidade e hierarquia social. Contudo, administrados de uma forma direta e exterior à sua estrutura, eles não conseguem criar condições para a existência de um espaço político, necessário para que o campo se torne uma cidade. Michel Agier (2002; 2008; 2011; 2013) há alguns anos tem trabalhado os campos de refugiados nessa perspectiva.

## 2.1. Refugiados e deslocados de guerra russos na Europa após a Segunda Guerra Mundial

Uma das nacionalidades mais populosas entre os refugiados da Segunda Guerra na Europa era a dos soviéticos. Ainda assim, formavam grupos muito heterogêneos. Em geral, uma parte deles era de origem militar: soldados soviéticos da Frente Oriental, prisioneiros de guerra e de campos de concentração nazistas, colaboracionistas e desertores – soldados soviéticos que lutaram ao lado ou colaboraram com a Alemanha, inclusive, tropas compostas por cossacos e grupos étnicos do Cáucaso, que através do colaboracionismo queriam obter a independência do domínio comunista. Outra parte era composta de civis: refugiados voluntários e, como tal chamados “deslocados de guerra”: pessoas que haviam sido deportadas compulsoriamente, sem ter tido a intenção de deixar seu país. A Organização Internacional para os Refugiados – IRO, constituída em 20 de agosto de 1948, contou que, ao fim do conflito armado, havia 875 mil refugiados e deslocados de guerra na Europa, 150 mil refugiados russos do pós Primeira Guerra e 30 mil russos já radicados na Europa desde os anos 1920, deslocados de suas habitações pelo conflito (no total, cerca de 1 400 000 pessoas) (Kulischer, 1949, p. 172).

Adotado pelas organizações internacionais de assistência aos refugiados da Segunda Guerra, o termo técnico “*displaced persons*” [deslocados de guerra] é raramente questionado pelos autores que lançam mão de seu uso. É quase impossível rastrear o surgimento desse termo na literatura específica sobre o fenômeno, assim como nos discursos produzidos pelos agentes de organizações internacionais. Na maioria dos casos, o termo é assumido *a priori* como definição de uma pessoa deslocada de seu lar involuntariamente durante o conflito da Segunda Guerra Mundial, sem, portanto, traçar a diferença significativa com o termo “refugiado”. Fischel de Andrade (2006, p. 49) aponta que, em sua concepção, o termo “deslocado” tinha suas especificidades práticas que o distinguiam do termo “refugiado”, porém na realidade pós-guerra tais diferenças não se concretizaram:

Os termos “deslocado de guerra” e “refugiado” foram frequentemente considerados sinônimos pelas partes envolvidas, assim como fonte de confusão. O termo “deslocado de guerra” foi

utilizado no período imediatamente após o fim do conflito para definir as pessoas que haviam sido removidas ou deportadas de seus lares como resultado da guerra – e particularmente os nacionais de países aliados que foram removidos pelos alemães para se dedicar ao trabalho forçado. O termo foi aplicado, portanto, às pessoas que podiam retornar às suas plagas de origem. Aqueles que não podiam ser repatriados em hipótese alguma eram considerados “refugiados”, e não “deslocados de guerra”. Dessarte, um deslocado de guerra fora definido como uma pessoa deslocada pelo conflito que desejava retornar para seu país de origem ao fim do conflito. Um refugiado, por outro lado, fora considerado como uma pessoa que abandonou seu lugar ou país de origem e que não desejava retornar, ao menos não para as circunstâncias que causaram sua migração. Ao final da Segunda Guerra Mundial havia vários deslocados de guerra que não desejavam retornar e que, portanto, do ponto de vista terminológico, foram considerados “refugiados”. Após um par de anos vivendo em acampamentos de refugiados, alguns deles decidiram se repatriar e foram tratados como “deslocados de guerra”.

Além da questão da possibilidade de ser repatriado, tal distinção terminológica não previu que, à medida que as pessoas desenraizadas pela guerra se agrupavam nos acampamentos segundo o critério nacional, uma troca significativa de informações e estratégias modificava seus planos sobre o seu futuro. Não foram raras as fugas, as queimas coletivas de documentos pessoais e até os suicídios nos acampamentos de internamento dos soviéticos, com o fim de evitar serem repatriados na condição de “deslocados de guerra”, fato que apagava, ainda mais, as distinções entre os dois fenômenos na prática.

Qual o propósito da introdução de um termo novo no discurso oficial sobre os deslocamentos humanos durante a guerra é algo que ainda não está claro. Alguns autores apontam que, concebida inicialmente para poder distinguir populações “repatriáveis” e “não repatriáveis” depois do conflito, a divisão entre o deslocado e o refugiado nunca deixou de ser um assunto político: a elaboração das políticas e procedimentos internacionais foi influenciada pelas tensões ideológicas, enfatizando a condição do refugiado como um “perseguido”, segundo a definição da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Condição, pela qual os Estados integrantes da Organização Internacional de Refugiados tendiam a “estigmatizar os países comunistas como perseguidores” (Moreira, 2013, p. 6). Hannah Arendt (2012, p. 383) acreditava que a invenção da categoria de “deslocados de guerra” visava “liquidar o

problema dos apátridas de uma vez por todas, por meio do simplório expediente de ignorar a sua existência”.

Eugen Kulischer (1949, p.169), ele mesmo refugiado russo dos anos 1920, atuando, durante a Segunda Guerra, como conselheiro da Agência dos Serviços Estratégicos dos Estados Unidos em assuntos da população europeia, afirma ter inspirado o surgimento da categoria através de seu relatório produzido para Agência Internacional do Trabalho, em 1943, quando se referiu ao movimento populacional produzido pela guerra em termos de “deslocamento populacional”. Seis anos depois, em seu artigo de 1949, Kulischer (*Ibidem.*) já aponta para a “distinção abortiva” entre os termos de “deslocado” e “refugiado”, chamando atenção ao fato que, tecnicamente, “as definições adotadas correspondem ao escopo limitado de atividade de várias agências que tratam dos europeus desenraizados”.

Entretanto, na tentativa de definir empiricamente a composição da população dos deslocados, em comparação com os refugiados, ele os examina enquanto força produtiva:

Entre milhões de pessoas deslocadas, o grupo mais numeroso era, provavelmente, dos trabalhadores escravos, e o segundo maior grupo era composto dos prisioneiros de guerra. Grupos menores consistiam daqueles que acompanharam o exército alemão, judeus que escaparam da exterminação, deportados e reféns políticos, entre outros (*Idem*, p. 173).

A ideia de que a maioria dos deslocados foi desenraizada pelos nazistas em busca de mão de obra escrava implica a definição destes como uma força produtiva capacitada, mensagem essa amplamente manipulada pelas organizações internacionais para convencer os países de fora do continente europeu, inclusive o Brasil, a aceitar os DP's em seus territórios. Ao mesmo tempo em que reforça a ideia de uma população profissionalmente capacitada: “os deslocados [...] são, em sua maioria, pessoas em sua melhor idade produtiva, com muitas habilidades muito necessárias” (*Idem.*, p. 174), Kulischer critica a IRO por adotar o critério de capacitação profissional como principal política de atração das nações ultramarinas na resolução da causa dos desabrigados da Segunda Guerra: “o resultado óbvio de tal programa é o reassentamento rápido dos trabalhadores mais produtivos, desacelerando gradualmente na medida em que os trabalhadores mais desejados são esgotados, e finalmente deixando os jovens, os idosos, os incapacitados, e outras pessoas indesejadas para trás, constituindo um núcleo

permanente dos deslocados” (*Idem.*, p. 175). Essa estratégia, ao associar a figura do deslocado com uma elite profissional necessária ao desenvolvimento industrial dos países não europeus, fez com que o Brasil também adotasse esses critérios de seleção e admissão, o que teve impacto direto tanto na composição demográfica dos novos imigrantes, quanto no modo de sua inserção na sociedade brasileira.

Alguns autores apontam que o deslocamento massivo de cidadãos soviéticos para a Europa durante a Segunda Guerra não era apenas de natureza involuntária e forçada, em decorrência do conflito armado. Depois do fim da era da Nova Política Econômica na Rússia, em 1931, quando as fronteiras soviéticas se fecharam definitivamente, os fluxos emigratórios se esgotaram. Todos aqueles que eram proibidos ou não conseguiram emigrar, enquanto isso era ainda possível, deveriam se adaptar à nova vida soviética (Bertaux, 1994). Isso representava grandes sacrifícios: para grupos sociais privilegiados durante o antigo regime significava uma queda brusca de *status*; para parte da população rural significava coletivização e fome; para povos colonizados durante o Império, tratava-se de perda do antigo *status quo* e renegociação de poderes com o novo governo. Assim, quando a nova guerra afrouxou as fronteiras geográficas e simbólicas entre a União Soviética e o mundo exterior, a tensão social gerada pelos mais de 20 anos de poder soviético manifestou-se em números inéditos de colaboradores com o governo alemão, de deslocados e de refugiados. Pressionada pela impossibilidade de fugir, desde a fixação do Estado Soviético, a sociedade “explodiu” com um movimento emigratório durante a guerra, como aponta o historiador russo:

A rendição em massa, e, inédito na história moderna, a participação em massa em formações antissoviéticas do Wehrmacht (cerca de 300 mil pessoas), [...] e o êxodo massivo da população (Norte de Cáucaso, Ucrânia) com as tropas alemãs em retirada – tudo isso era, em sua essência, um fenômeno emigratório (Sokolov, 1999).

As políticas soviéticas em relação aos seus cidadãos emigrados também sofreram impacto do conflito mundial. Embora o contexto da Segunda Guerra tenha modificado a posição oficial da União Soviética sobre os refugiados, na prática, as políticas de repatriação continuavam a seguir os interesses políticos e ideológicos do país. O entendimento sobre os refugiados como inimigos do comunismo, adotada pelo governo soviético durante os anos precedentes à Segunda Guerra, não se sustentava mais frente aos grandes deslocamentos populacionais causados. Ao fim do conflito, aproveitando a



euforia causada pela vitória e pela tomada de Berlim pelas tropas soviéticas, o governo da URSS publicou decretos que autorizavam os refugiados, emigrados antes da Guerra, a solicitar o passaporte soviético. Estima-se que, entre 3 500 e 8 000 refugiados russos chegaram a solicitar tal documento. Porém apenas cerca de 2 000 deles voltaram efetivamente para a URSS (Ginsburgs, 1957, p. 347). Assim, embora o governo soviético tenha aberto a possibilidade aos refugiados russos, de se tornarem cidadãos soviéticos, ele não previu a necessidade e nem criou esquemas legais para esse repatriação. Ter um número maior de cidadãos soviéticos na Europa, mesmo sendo apenas *de jure*, foi, sem dúvida, um ponto de vantagem ideológico significativo para a União Soviética no contexto do pós-guerra. Já os refugiados de entreguerras, que observavam as políticas de repatriação e acessavam com facilidade as informações sobre a verdadeira situação social na Rússia, vindas dos refugiados soviéticos, ficaram indecisos quanto à volta à terra natal. Existem registros de que, com o início da Guerra Fria, muitas dessas pessoas, que optaram por trocar o Passaporte Nansen pelo passaporte soviético se arrependeram, cortaram relações com a URSS e pediram novamente a proteção internacional (Ginsburgs, *op.cit.*, p. 347).

Já a política soviética acerca dos deslocados de guerra foi diferente. Por vários decretos e acordos com os países europeus, a URSS pediu a repatriação à força dos deslocados soviéticos que se encontravam nos acampamentos europeus. Essa política foi baseada na hipótese, oficialmente adotada pelo governo do país, de que os deslocados soviéticos sempre desejavam retornar à sua terra natal e recomeçar sua vida normal. As possíveis manifestações de recusa de repatriação poderiam ser, na ideologia soviética, fruto da propaganda fascista dentro dos campos de concentração, ou da vontade dos países capitalistas em usufruir da mão de obra barata dos deslocados no período de grande reconstrução da Europa, depois das devastações da Segunda Guerra (*Idem.*, p. 251). Mesmo que, realmente, a mão de obra refugiada fosse alvo das políticas internacionais para o seu reassentamento, muitos dos DPs e refugiados não queriam ser repatriados, temendo as perseguições políticas e o terror stalinista.

Os Países Aliados, por sua vez, foram obrigados a repatriar compulsoriamente os colaboracionistas, os criminosos e os prisioneiros de guerra para a URSS, segundo acordos firmados no final da Segunda Guerra. Conforme a Conferência de Yalta, por exigência de Stalin, os aliados se comprometeram a repatriar todos aqueles considerados cidadãos soviéticos desde 1939. Além disso, como a URSS participou da

criação da IRO (Organização Internacional para os Refugiados), os países europeus se viram obrigados, também, a repatriar os deslocados civis.

Como as operações de repatriação foram feitas pelas tropas armadas, responsáveis por cada Zona de Ocupação na Alemanha e Áustria, o uso da força era um ato recorrente. Recebendo resistência por parte dos refugiados, algumas dessas operações resultaram em casos de violência com vítimas fatais entre os refugiados. Suicídios não eram raros entre os internados nesses períodos e indicam o sentimento de desespero, diante da repatriação compulsória e do confinamento dentro de acampamentos, alvos fáceis para controle soviético (Fischel de Andrade, 2006, p.127). O fato é que, depois de longos anos de conflito armado na Europa, a violência e a marginalização da condição humana ainda eram características gerais da época.

O abandono do uso da violência pelas autoridades europeias no que se refere aos refugiados tornou-se necessário, depois de enfrentar a ampla resistência nos campos de internamento. Moreira (2013, p.6) acredita que isso se deve, em grande parte, à crescente hostilidade ideológica entre o Ocidente e a União Soviética, o que levou, mais tarde, até mesmo à prática de conceder a proteção internacional às categorias de “criminosos de guerra” e fugitivos soviéticos, ou seja, categorias, abrangidas pelos acordos militares.

Contudo, antes de seu abandono, a prática do uso da violência pelos Aliados nos campos de refugiados, marcou gerações de russos através do episódio, lembrado como “a tragédia de Lienz”. “Ato de muita covardia”, como lembrado pelos russos, esse episódio ilustra, mais uma vez, a contradição da concepção do direito do homem, na perspectiva analítica de Hannah Arendt. Ora, o direito nacional desses indivíduos era, na concepção do Estado Soviético, o de ser repatriado para o seu país de origem; enquanto o seu direito humano, em sua idealização, devia assegurar a possibilidade de *escolha* de voltar para o Estado de origem, o que seguramente colocaria suas vidas em risco. No episódio de Lienz o direito nacional prevaleceu e a repatriação forçada, executada pelas tropas anglo-americanas, provocou sérios debates sobre a condição do refugiado e do deslocado diante da ambiguidade política de seu Estado de origem.

Quando algumas tropas cossacas<sup>47</sup>, que ficaram na Europa depois do fim oficial do conflito armado, foram reunidas em acampamentos organizados pelos Aliados na

---

<sup>47</sup> Cossacos eram, tradicionalmente, populações rurais, que viviam em grupos fechados no sul da Rússia e na região centro-sul da Ucrânia durante o regime czarista. Na guerra civil depois da revolução

Áustria, na região de Tirol, muitas famílias russas, desabrigadas pela guerra, dirigiram-se a esses lugares em busca da reunião comunitária. Concebidos para abrigar as pessoas deslocadas pela guerra ou atuantes no conflito armado, os campos austríacos para os russos passaram a reunir refugiados de diferentes percursos de deslocamento, de refugiados dos anos 1920 a prisioneiros de campos de concentração nazistas.

O acampamento em Lienz virou um símbolo, reforçado pela imprensa comunitária anticomunista, da condição de desamparo do refugiado russo, agravada depois da Segunda Guerra Mundial. O sentimento de alienação do mundo alimentava-se com o fato de que eles, indesejados na Europa, e tratados como inimigos do regime soviético, se repatriados, encontravam o único abrigo na sua condição nacional de “não-pertencer”, representado por seu confinamento num território do campo de refugiados.

Conforme o Tratado de Yalta, as autoridades inglesas e americanas comprometeram-se a repatriar todos os cidadãos soviéticos. O agrupamento desses refugiados nos acampamentos facilitou o cumprimento dessa tarefa para os aliados, que não evitaram o uso da força militar. O dia primeiro de junho de 1945 foi o momento chave dessa operação, quando os soldados aliados entraram no campo de refugiados situado em Lienz e embarcaram, à força, milhares de pessoas em trens que os levariam para a União Soviética. Entre esses repatriados encontravam-se não apenas os militares colaboracionistas cossacos e suas famílias, como também muitos deslocados soviéticos e até mesmo refugiados russos dos anos 1920, que não eram cidadãos soviéticos. Segundo algumas estimativas, cerca de mil pessoas morreram na operação de primeiro de junho, mais de 22 mil cossacos foram repatriados, entre eles cerca de 3 mil refugiados não-soviéticos<sup>48</sup> (Hoffmann, 1990). Marrus (1985, p. 316) estima que, no total, até setembro

---

bolchevique, eles eram mais resistentes, entre a população rural, ao novo governo bolchevique. O famoso romance *O Don silencioso*, de Mikhail Sholokhov, narra justamente a resistência violenta por parte dos agrupamentos cossacos às políticas soviéticas de expropriações e coletivização. Posteriormente, muitos cossacos aderiram ao movimento voluntário de contrarrevolução, outros formaram brigadas armadas durante a Segunda Guerra Mundial, lutando voluntariamente ou mobilizados à força pelos alemães ao longo da ocupação da região, contra o exército soviético. A atuação dos cossacos na Segunda Guerra Mundial, sendo um assunto polêmico, sempre envolvendo julgamento moral dos acontecimentos históricos ligados ao nazismo, gerou interesse por parte de jornalistas e pesquisadores amadores e resultou em publicações. Algumas priorizam o aspecto sensacionalista em detrimento do rigor metodológico: Tolstoy (1977); outras tem por objetivo traçar linhas historiográficas mais precisas das trajetórias dos cossacos após a guerra: Issajiw *et al.* (1992). Em geral, a história dos acampamentos de refugiados russos na Europa ainda não está suficientemente investigada e encontra-se fragmentada entre memórias individuais e notas episódicas em imprensa comunitária russa no estrangeiro.

<sup>48</sup> Esses números, carregados de significado emocional, ainda precisam ser revisados, com mais rigor metodológico.

de 1945, mais de 2 milhões de pessoas, civis e militares, foram repatriadas para a Zona Soviética (Marrus, 1985, p. 316).

A brutalidade dessa repatriação forçada, promovida pelos principais defensores de direitos humanos dos refugiados na Europa, gerou uma grande repercussão entre os refugiados do comunismo soviético. O acontecimento tornou-se um ponto ideológico importante no conflito entre os russos brancos e o Estado Soviético, de um lado, servindo de pretexto para a desconfiança geral dos russos perante as autoridades europeias; de outro, renovando e legitimando o nacionalismo extremo entre alguns militantes da causa anticomunista no estrangeiro.

Quinze anos mais tarde, a revista monarquista *Vladimirskiy Vestnik*, editada no Brasil, assim descreveria o caso de repatriação em Lienz:

O maior crime e hiper-covardia!

A Segunda Guerra Mundial terminou com o grandioso crime da Inglaterra. O país inteiro, em junho de 1945, amavelmente observava a entrega dos cossacos aos bolcheviques em Lienz. Isso foi a hiper-covardia.

[...] Não é surpreendente que “*Life*” [a revista americana] não tenha encomendado para o seu ilustrador a reproduzir o “Domingo sangrento de Lienz” [alusão ao “domingo sangrento” de 1905 em São Petersburgo], quando os tanques britânicos atropelavam os cossacos e suas mulheres, que rezavam ajoelhadas, segurando no colo seus filhos recém-nascidos... Quando baionetas britânicas rasgavam bandeiras, ultrajavam as ícones, reviravam o Santo Cálice no altar na igreja...”<sup>49</sup>

O imaginário coletivo transformou esse acontecimento em epifania do sofrimento do refugiado russo, privado de sua terra, de seu *status*, de seus direitos, de seu passado e de seu futuro como parte de uma nação. É sabido, contudo, que a condição daquilo que é revelado pelo imaginário está encarnada não no explícito, mas naquilo que é silenciado ou distorcido (Martins, 1992, p. 44). O que revela mais sobre o seu real significado para o grupo não é o conteúdo, mas a forma que o acontecimento adquire no imaginário coletivo. A “covardia” dos ingleses, no seu uso da violência, é conjugada à inocência e à vulnerabilidade de uma população sem abrigo. Outro elemento importante, adicionado infalivelmente à narrativa desse episódio, acentua, ainda mais, a condição de mártir,

---

<sup>49</sup> Владимирский Вестник, № 85, outubro de 1960. P. 21-23.

quase que em uma concepção religiosa, desses refugiados: as tropas inglesas começaram sua operação sangrenta durante a celebração de missa ortodoxa.

Os rumores de repatriação forçada de Lienz e de outros campos se espalharam rapidamente entre as comunidades de russos e soviéticos radicados na Europa. Embora a propaganda soviética garantisse anistia para aqueles que tivessem sido deslocados pelos alemães durante a Guerra, muitos refugiados temiam que as repressões soviéticas os alcançassem também na Europa. Muitos deles viram-se em uma situação de verdadeira exclusão social no contexto sócio-político da Europa após Segunda Guerra Mundial. Obrigados a colaborar, à força ou voluntariamente, com os alemães durante a Guerra, eles eram vistos como indesejáveis, pelo regime soviético, e com grande desconfiança pelos Aliados. A crescente influência soviética na Europa, a instabilidade jurídica, enquanto apátridas e refugiados, a crise habitacional e econômica, combinada às políticas de reassentamento adotadas pelas agências da ONU para os refugiados - Organização Internacional para os Refugiados, OIR, criada em 1947, e Administração das Nações Unidas para Auxílio e Reestabelecimento, ANUAR, criada em 1943 (Marrus, 1985, p. 317-324) - provocaram grande movimento dessa população russa para os países norte e sul-americanos e para a Austrália.

## **2.2. Os russos na China após a Revolução Bolchevique**

A revolução de 1917 desencadeou grande fluxo de refugiados não apenas para o Ocidente, mas também na direção dos países asiáticos. Durante a guerra civil, o movimento contrarrevolucionário seguia em três principais direções: para o Sul da Rússia - Criméia e portos do Mar Negro -, para o Norte - na região do Mar Báltico -, e para a Sibéria Oriental - na direção da China e da Mongólia. Uma vez evacuadas as tropas do exército anticomunista no Sul e no Norte, já nos anos 1920-1921, o restante do movimento de resistência foi pressionado pelo exército vermelho em direção às grandes cidades russas na Sibéria Oriental. Acompanhando a Ferrovia Transiberiana, as caravanas de refugiados civis seguiam o exército contrarrevolucionário, em severas condições climáticas, de uma cidade à outra, recuando da perseguição das tropas vermelhas. Conforme dados, apenas durante a guerra civil, pelo menos 100 mil pessoas se deslocaram para o Oriente (Gousseff, *op.cit.*, p. 39). Esses números não contam

movimentos migratórios sucessivos, já depois da instauração do poder soviético na Rússia Oriental.

Um dos principais destinos desses refugiados era a China, sobretudo, a região da Manchúria, no nordeste do país, na fronteira com a Rússia. Devido à construção da Ferrovia Trans-Manchuriana, o trecho chinês da Ferrovia Transsiberiana, esse território possuía uma ampla autonomia administrativa, concedida pelo governo chinês. Antes da ocupação da Manchúria pelo Japão, havia 33 mil habitantes russos na China (Simpson, 1938, p. 613).

A principal cidade desse território, Harbin, foi fundada em 1898 como centro administrativo e comercial para a população russa envolvida na construção da ferrovia. No começo, uma cidade provinciana construída nos padrões das colônias do Extremo Oriente, Harbin começou a crescer pela sua posição estratégica, na proximidade às rotas comerciais dos principais países da região: Rússia, China, Mongólia, Japão, Coréia. A autonomia administrativa da região favoreceu o crescimento econômico da cidade, sobretudo por conta da manufatura e do pequeno e do grande comércio. Em 1925, entre 1200 empresas com capital russo havia 5 bancos, 66 fábricas e pequenas indústrias, 260 oficinas, 25 grandes comércios e inúmeros estabelecimentos que acompanham o comércio: lojas, armazéns, transportes, seguradoras, dentre outras (Melihov, 2003, p. 291). Para alguns, a cidade propiciou fluxos de ascensão social inédita, como, por exemplo, para Ilya Tchistiakov, famoso comerciante de chá. Ele, nascido em família de servos na Rússia, foi à China em 1902 e começou seu empreendimento com um pequeno empório de chá em Harbin. Mas já no começo da Primeira Guerra, a empresa de Tchistiakov tornou-se um negócio milionário, com filiais nas grandes cidades da Rússia (*Idem.*, p. 301)<sup>50</sup>.

Embora tivesse forte influência russa, a cidade era bastante heterogênea: entre 173 mil habitantes em 1932, 100 mil eram chineses, 6 mil japoneses, e 64 mil russos. Desses, 27 mil eram cidadãos soviéticos, 30 mil eram refugiados e 6 mil eram naturalizados chineses (Coulter, 1932, p. 968). Contudo, a presença russa em Harbin era muito evidente: a língua russa era liberada para uso público o que fazia o espaço urbano parecer uma cidade do Extremo Oriente russo. Eis a impressão, sobre o distrito russo da

---

<sup>50</sup> Depois de sua morte, em 1922, seu comércio foi degradando, devido às instabilidades políticas na Rússia e em Manchúria, à crise econômica e a falta de sucessor. Sua viúva foi obrigada a se desfazer, pouco a pouco, de toda sua riqueza, até que, quando, no começo dos anos 1950, a família foi forçada a partir da China, eles mal tinham meios para comprar a passagem de navio. Sua sobrinha, Ksenia, veio ao Brasil em 1953 e é sua única descendente. Ksenia E., depoimento de 12/05/2014, Jacareí, SP.

cidade, do geógrafo americano John Wesley Coulter (*op.cit.*, p. 967), que visitou Harbin em 1932:

Caráteres cirílicos ornamentam letreiros das lojas e restaurantes, e o russo é falado por toda parte. Durante o dia, os eslavos se apressam, de táxis e de carruagens, pelas ruas largas e pavimentadas. A noite, muitos deles passeiam nas amplas calçadas da rua Kitayskaya [“Chinesa”, em russo], ou caminham no parque público. Outros saboreiam vinho e café nos bares e nas cafeterias, nos cabarés assombrados ou vão assistir opera ou sinfonia. Fora da cidade, homem do tipo mongolóide, originário de Shantung e Hopei, labuta sem descanso no campo. Desbravadores da região da fome e das enchentes, eles se estabeleceram na terra do sustento e do abrigo. Descansando, à noite, nas cabanas de barro, eles se contentam apenas a recuperar as energias do dia da lavoura.

Outro testemunho da vida na cidade, Melihov (*op.cit.*, p. 212) aponta que, antes da ocupação da Manchúria pelos japoneses, em 1932, a heterogênea população da região coabitava em relativa harmonia, propiciada pelo status autônomo e caráter comercial das atividades urbanas:

De modo geral, Harbin apresentava grandes oportunidades econômicas, atmosfera de tolerância religiosa e nacional, atitude liberal acerca dos judeus e ausência de antissemitismo, promovidos pela organização democrática da administração da Ferrovia da China Oriental.

A heterogeneidade da população de Harbin, e outras cidades ligadas à estrutura da ferrovia, era proporcionada não apenas pela presença de diferentes colônias nacionais, mas também pela diversidade de seus residentes russos. A pesquisadora Olga Kurto (s/d; p.2) indica que, o fenômeno dos “harbinenses russos” (como a colônia russa de Harbin é popularmente chamada) designa uma população bastante variada, composta, basicamente, de grupos que vieram em três grandes fluxos.

O primeiro compunha-se de colonos russos e seus descendentes, funcionários e trabalhadores da ferrovia, e toda população envolvida no setor de serviços em torno dela. O segundo grupo chegara durante e logo depois da guerra civil. Entre eles, havia soldados e oficiais das tropas contrarrevolucionárias, e suas famílias, e diversas camadas da população civil - da pequena burguesia urbana aos camponeses da Sibéria. O terceiro grupo, que dividia o território neutro na China com os outros dois, compunha-se de cidadãos soviéticos - engenheiros, construtores, arquitetos, líderes partidários *etc.* -

enviados à China, desde final dos anos 1920, pelo governo soviético para ajudar na "construção do comunismo" nesse país.

Evidentemente, a convivência desses grupos de origens sociais e políticas tão distintas não era completamente pacífica. Como aponta Melihov (*op.cit.*, p. 17), as notícias sobre a revolução de fevereiro na Rússia foram recebidas com grande entusiasmo pelos russos na China. Logo, organizou-se eleição para os conselhos representativos junto ao governo provisório em Petrogrado, sendo que a maioria das pessoas públicas da cidade apoio o programa dos socialdemocratas para o futuro da Rússia. A revolução de Outubro na Rússia estimulou os bolcheviques a tomar a iniciativa política em suas mãos, mas a tentativa de sovietação do território, sustentada por grande número de empresários capitalistas e protegida pela fronteira, era condenada ao fracasso:

Outras razões do fracasso dos elementos extremistas [bolcheviques] eram: a importância crucial da, tal chamada, classe média, ausência de qualquer 'situação revolucionária' na cidade: de 54 mil habitantes em idade adulta, apenas 2 mil civis e duas equipes militares participaram no movimento bolchevique (*Idem.*, p. 19)

Contudo, a condição das elites comerciais e políticas no território autônomo da ferrovia se desestabilizou com os desdobramentos da situação política instável na Rússia depois da Revolução de Outubro: agravamento da crise econômica e impossibilidade de comercializar os produtos no mercado russo, o advento, na cidade, das grandes massas humanas de refugiados desabrigados e debilitados, a ameaça à própria condição autônoma do território, regularizado pelos acordos feitos com o estado czarista. Essa crise provocou, já a partir dos anos 1930, saídas regulares de indivíduos e de grupos familiares do território para outros destinos de assentamento dos refugiados russos, inclusive o Brasil. Outros preferiam nacionalizar-se chinês, sem prever que o comunismo logo se espalharia para esse país. Porém, o grande movimento emigratório dos russos se concretizaria depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1932, a Manchúria foi ocupada pelo Japão. A vida da colônia russa ficou ameaçada: as restrições ao uso público da língua nativa colocaram em crise, imediatamente, os profissionais liberais e o comércio, a discriminação dos trabalhadores russos e chineses pelo governo japonês desestabilizou economicamente a população. Em 1935, a URSS vendeu a sua parte da Ferrovia Trans-Manchuriana para o Japão, o que



complicou ainda mais a vida dos russos, empregados direta ou indiretamente nessa obra, que foram colocados nas condições de concorrência desigual com trabalhadores japoneses. A condição complicada dos refugiados russos na China ocupada não escapou à atenção da Liga das Nações, e de sua agência pelos refugiados, que, de maneira ingênua, acreditavam que os seus problemas acabariam com a liberação do país da ocupação japonesa (Simpson, 1938, p. 613).

Contudo, quando, em 1945, as tropas soviéticas libertaram a cidade, e a Manchúria em geral, da ocupação japonesa, entregando-a ao domínio dos comunistas chineses, as famílias de nacionalidade russa na China ficaram em uma situação delicada. Juridicamente, eles eram apátridas, e deveriam se nacionalizar chineses ou se repatriar para a URSS, condenando-se ao isolamento social e a repressões em qualquer um dos casos. Certamente, esse período marcou o fim da “Atlântida Russa”, como foi chamado o território autônomo. Depois do período repressivo da ocupação japonesa, muitos comerciantes russos da sociedade harbinense perderam suas fortunas e, com elas, seu *status quo* político. O advento do comunismo como ideologia estatal na China, depois da Segunda Guerra, pôs fim à existência reservada dos russos nesse país.

Em 1954, depois da morte de Stalin, período em que as repressões políticas temporariamente diminuíram, a Rússia Soviética lançou a campanha de repatriação voluntária da população russa na China, dando-lhe a possibilidade de, nos termos da época, “apagar sua culpa perante a Pátria” por meio do desbravamento dos territórios despovoados<sup>51</sup> (Kurto, p. 2). O fluxo dos repatriados voluntários para a “pátria soviética” não foi pequeno. Muitos deles conseguiram estabelecer-se nas cidades, depois de terem trabalhado nas colônias, porém continuava contando em sua formação o peso de seu passado harbinense: muitos anos da existência autônoma e democrática no território chinês deixaram neles seu impacto profundo, principalmente pelo fato de não terem recebido a socialização primária soviética dos anos 1930-1940.

Aqueles que recusaram a se repatriar sofreram as consequências da Revolução Comunista Chinesa e seus desdobramentos políticos e sociais. Nos meados dos anos 1950, com a massiva nacionalização da indústria e do comércio, o acesso aos empregos nessas empresas foi cortado para os cidadãos soviéticos e os apátridas. O governo chinês, contudo, não impedia a emigração dessa população para outros países

---

<sup>51</sup> *Целина* [tseliná], em russo. O deslocamento forçado das populações indesejáveis para colonização das terras afastadas dos grandes centros urbanos tornou-se uma das mais populares ferramentas da política repressiva stalinista.

(Moustafine, 2010, p.153). A sua saída dependia, em grande parte, das políticas migratórias dos países receptores, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil, que, nessa época, já tinham adaptado cotas nacionais para a entrada dos estrangeiros, sendo que os russos entravam, na maioria dos casos, nas cotas estreitas reservadas para a China.

Além disso, muitos daqueles refugiados que faziam parte de classes antagônicas ao regime comunista, tanto russo quanto chinês, se viram, novamente, na condição de apátridas, ficando na dependência vital das políticas internacionais para refugiados. Depois da extinção da Organização Internacional dos Refugiados, em 1952, os apátridas russos da China ficaram sob a responsabilidade do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, que conseguiu organizar alguns reassentamentos coletivos em países americanos e na Austrália. O êxodo dessa população russa da China foi o último deslocamento geográfico coletivo daqueles que foram obrigados a deixar a Rússia devido aos desdobramentos da Revolução Russa de 1917.

### 3. DESTINO FINAL: BRASIL

#### 3.1. O imigrante e o refugiado no Brasil no período entreguerras

A antropóloga Giralda Seyferth (2002, p. 118) indica que os primeiros imigrantes foram trazidos ao Brasil conforme a política de povoamento. Uma das primeiras colônias de povoamento das terras brasileiras pelos imigrantes estrangeiros foi fundada em 1818, em Nova Friburgo, seguida por outros projetos de colonização em diferentes regiões do país. Contudo, a imigração em grande escala para o país foi desencadeada pelas mudanças sociais promovidas pela abolição definitiva de escravatura em 1888.

A partir dessa data, o imigrante passou a ser concebido como uma possível solução para dar continuidade ao modo de produção de café nas grandes fazendas, baseado na exploração não capitalista de trabalho (Martins, 1979; 2003). O projeto de substituir a mão de obra escrava pela força de trabalho dos imigrantes era, no fundo, “um notável experimento de reinvenção de formas arcaicas de exploração do trabalho”, como sugere Martins (2003, p. 60). Livre, na teoria, o imigrante entrava em profunda dependência do fazendeiro através de entraves institucionais para a aquisição da terra própria, para a produção agrícola excedente e pela ausência de pagamento em salário, pela produção (*Idem.*). O regime de colonato, portanto, constituiu um modelo de relações de produção na lavoura cafeeira que possibilitou o fluxo contínuo de imigração para o Brasil, desde o final do século XIX e até o final da década de 1930. Segundo as estimativas, cerca de três milhões de imigrantes, de diversas origens nacionais, entraram no país nesse período (Seyferth, 2007, p. 21)<sup>52</sup>.

Como já é sabido, a vinda do imigrante não era espontânea. Ao contrário, dependia de uma rede complexa de relações entre diferentes agentes públicos e privados envolvidos na gestão dos fluxos migratórios para o Brasil, além de abrir possibilidade para um novo rumo de negócios migratórios: desde os agentes de recrutamento de emigrantes nas aldeias europeias até os tradutores e assessores de

---

<sup>52</sup> Seyferth (2007, pp. 22-23) discute que as estimativas numéricas sobre o fluxo migratório no Brasil no período da “grande imigração” são dificultadas pela complicada dinâmica de entradas e saídas do país, assim como pelas especificidades das categorias nacionais adotadas pelos agentes do governo durante o registro dos imigrantes recém-chegados.

imigrantes no local, incluindo também grandes empresas de transporte e de seguros marítimos (Martins, 2003, p. 30-31).

No que se refere à legislação migratória, ela foi definida de acordo com o projeto de uma imigração dirigida e selecionada: até o começo dos anos 1920, o governo brasileiro definia os principais requisitos para os candidatos à imigração em termos de sua capacidade para a lavoura agrícola e para a adaptação ao regime econômico de colonato<sup>53</sup>. Dessa maneira, o Brasil se dispunha a receber os imigrantes de origem camponesa, preferencialmente famílias extensas, cujas despesas de viagem e instalação eram asseguradas pelo próprio governo, repassadas posteriormente aos fazendeiros, no caso dos imigrantes dirigidos para a lavoura, nas fazendas, que descontavam os custos dos próprios colonos ao longo dos anos (Sakurai, 1999, p.208). Além disso, o colono imigrante era vinculado ao fazendeiro por um contrato de trabalho de, no mínimo, dois anos que, na realidade, se prolongava por períodos indeterminados até a quitação total das dívidas ligadas à viagem ou à aquisição de lotes de terra (cf Guérios, 2012, pp.111-126). Destinado, ora para a lavoura nas fazendas de café (como no Estado de São Paulo), ora para colônias de povoamento (como no caso dos estados do sul), o imigrante adotava o processo migratório como parte de um projeto de ascensão social pelo trabalho, ligado também ao de anseio de preservar o modo de vida e a estrutura de relações familiares tradicionais à sociedade rural, ameaçados pelas consequências do advento do capitalismo na Europa (Martins, 2003, p.36-37). A premissa de que a emigração representava, para o camponês europeu, um dos únicos “caminhos para fora da classe trabalhadora”, como sugere Hobsbawm (1996, p. 223), levou a uma representação da imigração como um deslocamento direcionado e pontual.

Porém, um rápido olhar para os números de movimento migratório pelo porto de Santos entre 1908 e 1936 (Paiva, 2013, p. 66) evidencia que, para algumas nacionalidades (portugueses, espanhóis e, sobretudo, italianos), a quantidade de saídas do Brasil era maior ou igual à quantidade de entradas, o que sugere que o retorno para o país de origem efetivamente fazia parte do projeto migratório de muitas famílias. A

---

<sup>53</sup> Martins (1979, p. 130) chama atenção ao fato de que as preferências do governo por nacionais de um ou outro país baseavam-se, sobretudo, na sua capacidade de se adaptar às relações de trabalho arcaicas vigentes na produção cafeeira: “Os alemães sofreram fortes objeções porque preferiam de imediato o trabalho autônomo; os portugueses eram rejeitados porque preferiam trabalhar no pequeno comércio. [...] O italiano submisso, proveniente das áreas em que a economia ainda estava baseada em relações pré-capitalistas, preenchia uma condição essencial à reprodução capitalista numa economia, como a cafeeira, que continuava a mesma apesar da abolição legal da escravatura”.

estadia no Brasil, nesse caso, representava para os camponeses europeus uma parte do projeto transgeracional de preservação de seu modo de vida, de sua estrutura familiar e de seu status social. O fato de que muitas famílias não vendiam suas propriedades em seus locais de origem, para uma eventual (ou planejada) volta, aponta para essa dimensão estratégica do projeto migratório.

Nessa configuração econômica brasileira, o *imigrante* – tanto no sentido de um ator social e econômico, quanto no sentido de uma categoria de senso comum – estava indispensavelmente vinculado ao trabalho. Era através do trabalho que o imigrante imaginava alcançar uma ascensão social para ele ou para as próximas gerações. Era em termos de atividade profissional que a sociedade mais ampla construía (e ainda constrói) as suas representações sobre cada um dos grupos nacionais de imigrantes: armênio, “sapateiro” (Grun, 1992), “turco”, mascate (Truzzi, 1999), japonês, pequeno agricultor (Sakurai, 1999), entre outros. A própria legislação migratória brasileira reforçava esse vínculo entre o imigrante e o trabalho, quando definia como um “imigrante ideal” os trabalhadores do campo e impossibilitava a entrada daqueles que vinham por motivos desvinculados da lavoura (exilados revolucionários e ativistas políticos, deficientes físicos, indivíduos em idade avançada *etc.*) (Seyferth, 1999, p. 280).

No final da primeira guerra mundial a política migratória brasileira ainda era voltada exclusivamente ao recebimento de mão de obra migrante destinada a integrar as relações de trabalho na produção agrícola. No entanto, a Europa já tinha começado a enfrentar os fluxos migratórios de uma nova origem que não estavam relacionados à questão de trabalho: as grandes levas de refugiados. Contudo, a experiência europeia não fez o Brasil repensar sua legislação migratória, que, a partir da década de 1920, passou a ser um assunto político importante, alimentado pelos debates acerca o projeto de construção da nação brasileira. Nesse contexto, o Brasil não aderiu aos esforços internacionais na Europa para a solução do problema de refugiados, organizados pelo Alto Comissariado para os refugiados russos desde 1921. Embora não existam muitos estudos sobre a legislação brasileira em relação à questão da vinda dos refugiados antes da eclosão do nazismo na Alemanha, alguns autores (Andrade, Marcolini, 2002, p. 168) observam que o refugiado, nessa época, era submetido a políticas migratórias já existentes, elaboradas para o imigrante de lavoura.

A argumentação utilizada na carta de um consultor jurídico do Ministério das relações exteriores acerca do posicionamento do Brasil diante da Convenção relativa ao

estatuto internacional dos refugiados, adotada pelos países europeus em outubro de 1933, evidencia que o Brasil continuava a defender o modelo de imigração selecionada e direcionada para a lavoura:

Nenhum interesse tem o Brasil em aderir a uma Convenção applicavel aos refugiados russos, armenios e assemelhados (...). Os estrangeiros, que procurarem o Brasil, não sendo indesejáveis, terão o tratamento, que a nossa hospitalidade concede, e o gozo dos direitos que as nossas leis lhes attribuem. Não poderão ser submettidos a regimen especial, como estabelece a Convenção, a que me refiro<sup>54</sup>.

Essa carta sugere também uma mudança significativa nos termos empregados pelos poderes públicos para designar o imigrante. Se no século XIX o imigrante era visto em um registro positivo, como desbravador, promotor de progresso e uma fonte para o “branqueamento” da população nativa<sup>55</sup>, o advento do discurso nacionalista no começo do século XX teve impacto direto na representação pública da figura do estrangeiro. Apenas algumas décadas após ter adotado uma medida republicana de naturalização massiva dos estrangeiros no Brasil, através da Constituição de 1891 (Fausto, 1991. p. 48), o país começou a desenvolver políticas cada vez mais restritivas e discriminatórias em relação aos imigrantes. No imaginário coletivo, instigado pelos debates nacionalistas, a figura do imigrante começou a ganhar adjetivos de forte teor simbólico: “indesejável”, “intruso”, “alienígena”. Em poucas décadas, o mesmo sujeito histórico transformou-se, sobretudo no discurso político e policial, de *imigrante* e *colono* – vizinho, concidadão e companheiro de lavoura ou de chão de fábrica – a *estrangeiro* – um estranho, desconhecido, suspeito e pouco “assimilável”.

A imagem de uma nação acolhedora e hospitaleira, que o conselheiro jurídico constrói em seu relatório, contrasta com a alta exigência pragmática quanto à utilidade dos acolhidos. O desencontro entre a visão do Brasil, como fruto singular de uma mistura de raças e culturas<sup>56</sup>, e sua seletividade efetiva quanto aos “indesejáveis”, “intrusos” e “alienígenas” deixou marcas profundas na consciência nacional brasileira.

---

<sup>54</sup> Relatório jurídico de Clóvis Bevilacqua, endereçado ao Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Nabuco, de 12 de março de 1934. I.D. F./12/3/34 – Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro. *Apud* Andrade, Marcolini, 2002, p. 175.

<sup>55</sup> Sobre o branqueamento e as teorias eugenistas que marcaram a construção do “bom” e do “mal” imigrante, ver Schwarcz, Starling, 2015, p. 343; Koiffman, 2012.

<sup>56</sup> Fausto (1991, pp. 50-51) sugere que a “visão idílica de um país sem preconceitos, jovem nação disposta a acolher os povos da velha Europa” tem “raízes mais profundas” na “imagem heroica e confortadora da

Da década dos anos 1920 até a promulgação dos primeiros decretos sobre a imigração pelo governo de Getúlio Vargas, em meados dos anos 1930, foi marcada pela coexistência de dois sujeitos migratórios: o refugiado e o imigrante subsidiado. Embora o modelo colonial de recebimento de imigrantes ainda estivesse em vigência, os primeiros refugiados começaram a ingressar e a se estabelecer no Brasil já nos começos dos anos 1920. Igualados aos imigrantes para lavoura, em seus direitos e exigências, os refugiados se distinguiam deles por suas características migratórias e sociais, o que implicou também no caráter de sua inscrição sócio-espacial na cidade e na dinâmica de sua sociabilidade.

Como demonstrarei adiante, o refugiado russo dificilmente atendia às exigências do governo brasileiro para ser juridicamente enquadrado no status de imigrante. Não obstante, a legislação dos anos 1920 ainda deixava brechas para a vinda e fixação no Brasil de refugiados, que, por sua vez, encontravam maneiras para permanecer no país regularmente.

### **3.2. Os primeiros refugiados russos no Brasil**

Foi na manhã de uma terça-feira, dia 12 de julho de 1921, que o vapor francês *Aquitaine* atracou no porto de Santos, trazendo a bordo 422 refugiados russos. Três semanas depois, no dia 2 de agosto de 1921, chegou o segundo navio, o francês *Provence*, com 651 passageiros russos, vindos nas mesmas condições, da mesma localidade: porto de Ajaccio, na ilha francesa de Córsega.

*Aquitaine* era navio pertencente à companhia de transporte *Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur*, localizada na cidade de Marselha, na França. Geralmente, era desse porto que o navio costumava fazer suas travessias transatlânticas regulares para a América do Sul: entre setembro de 1893 e setembro de 1923 o *Aquitaine* desembarcou passageiros, pelo menos, 75 vezes no porto de Santos<sup>57</sup>. Antes de cruzar o Atlântico, a embarcação passava pelos importantes portos do Mediterrâneo: Gênova, Valência, Gibraltar, entre outros, onde subiam a bordo inúmeras famílias daqueles que

---

união das três raças". Visão idílica, cuja aparência real é marcada pelo preconceito, que "permeou o debate pragmático sobre a promoção de etnias desejáveis e a rejeição de indesejáveis".

<sup>57</sup> Listas de bordo, navio *Aquitaine*. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

iam “fazer a América”. No bordo desse navio chegaram ao Brasil milhares de italianos e espanhóis, cujos sobrenomes estão presentes entre os brasileiros ainda nos dias de hoje<sup>58</sup>. Tendo 1899 toneladas e desenvolvendo a velocidade média de 12 nós<sup>59</sup>, o *Aquitaine* atravessava o Atlântico em algumas semanas. Em cada uma dessas viagens, o navio tinha capacidade de acomodar cerca de 800 imigrantes, sempre na terceira classe, além da tripulação que chegava a integrar 70 pessoas.

Diferentemente da maioria de suas travessias atlânticas anteriores, em junho de 1921, o navio francês atracou no porto de Ajaccio<sup>60</sup>, na ilha de Córsega, para embarcar uma população aparentemente incomum: em vez de extensas famílias camponesas, uma multidão de rapazes portando uniformes militares subiu a bordo, rumo ao Brasil. Eles eram soldados e oficiais russos da tropa contrarrevolucionária sob comando do coronel Alexandre Pavlovitch Braguin, que fazia parte do exército russo do general Petr Nikolaevitch Vrangel, evacuada da Criméia em novembro de 1920.

Em 26 de junho de 1921, o *Aquitaine* fez uma parada em Gibraltar, território inglês à época, para completar a lotação com famílias de imigrantes espanhóis: a Espanha já tinha adotado leis restritivas à emigração para a América, e os camponeses seguiam para o Brasil por meio do porto de Gibraltar<sup>61</sup>. Depois de obter o visto do Consul Brasileiro, a embarcação seguiu viagem rumo à América do Sul, em duas semanas atracando no porto de Santos.

O vapor *Provence*, adquirido pela *Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur* em 1884, também era matriculado em Marseille, possuía capacidade de 2479 toneladas e desenvolvia velocidade média de 11 nós. Assim como o *Aquitaine*, esse vapor realizava travessias regulares para a América do Sul levando principalmente famílias de imigrantes espanhóis<sup>62</sup>. No começo de julho de 1921, em Ajaccio, o navio embarcou o restante daqueles soldados russos, sob o comando do coronel Vassily Faesy-Ginsky, que

---

<sup>58</sup> Os avós espanhóis do sociólogo José de Souza Martins (2003, p. 24) vieram para o Brasil nesse mesmo navio, em 1913. Vale ressaltar que o navio já foi foco de interesse de vários pesquisadores amadores, que se sentiram ligados a ele pela memória de seus parentes que atravessaram o Atlântico a seu bordo. Ver <<http://italianadas.blogspot.com.br/2009/06/aquitaine-imigracao-italiana.html>>.

<sup>59</sup> Para comparar, o moderno *Titanic* chegava à velocidade de 21 nós (Martins, 2003, p. 33).

<sup>60</sup> Tudo indica que essa viagem de *Aquitaine* foi feita especialmente para transportar os refugiados russos: a Córsega não fazia parte do circuito migratório para o Brasil e não havia nem um representante consular brasileiro na ilha.

<sup>61</sup> Comentário de José de Souza Martins em <<http://italianadas.blogspot.com.br/2009/06/aquitaine-imigracao-italiana.html>>. Acesso em 01/07/2015.

<sup>62</sup> O *Provence* desembarcou passageiros no porto de Santos pelo menos 108 vezes, entre novembro de 1890 e março de 1922. Listas de bordo, navio *Provence*. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.



seguiram seus companheiros, que já haviam partido para o Brasil, na esperança de conseguir se fixar nesse país. O *Provence*, seguindo a rota do *Aquitaine*, passou no porto de Gibraltar dia 15 de julho de 1921 e, depois de 18 dias de travessia oceânica, entrou em Santos.

Entre 879 passageiros que desembarcaram do navio *Aquitaine* no dia 12 de julho, 422 eram russos. O registro de bordo desse navio, visado pelos agentes de imigração no ato de desembarque indica que em sua maioria eles eram homens solteiros na idade de 15 a 30 anos<sup>63</sup>. Entre total de 422 passageiros russos, 381 eram homens e 41 eram mulheres; 317 solteiros e 100 casados, sendo que entre estes havia apenas 28 famílias (19 sem filhos e 9 com filhos). Segundo a faixa etária, entre esses passageiros havia 14 crianças com até 14 anos, 317 pessoas de 15 a 30 anos, 86 pessoas na idade de 31 a 45 anos, e 5 pessoas acima de 46 anos.

O *Provence*, com a maior capacidade, levou ao Brasil 651 russos e 53 espanhóis, embarcados em Gibraltar. Dessa vez, o número de mulheres e famílias russas a bordo foi maior: 61 mulheres e 41 famílias, entre as quais 30 com crianças, uma delas nascida em alto mar durante a travessia. Contudo, a maioria dos passageiros russos desse navio era composta por homens – 590 pessoas –, a maioria dos quais solteiros entre 15 e 30 anos.

Conforme prescrito pela lei n. 1045 C de 10 de abril de 1907, os registros de bordo de navios que transportavam imigrantes eram preenchidos pelo capitão em duas vias no ato de embarque, com indicação do porto de embarque, nome, parentesco com o chefe de família, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, religião, instrução, local da última residência e destino no Estado de São Paulo. Nos dois navios, todos os russos se declararam alfabetizados - com exceção das crianças - e, como último local de residência, indicaram a cidade de Sebastopol, na Criméia - ou, no registro do *Provence*, uma indicação “*Crimée-Armée*”, o que não deixa dúvidas sobre seu vínculo com o Exército contrarrevolucionário. Como destino, todos possuíam destino “São Paulo”, sem outras especificações. Na coluna destinada à profissão, utilizou-se “agricultor” para todos os passageiros russos.

Depois do desembarque, uma via do registro de bordo foi usada, conforme o procedimento padrão, pelos inspetores de imigração do estado para selecionar e distribuir os passageiros para o seu destino final. Primeiramente, os russos foram recalculados segundo as exigências da legislação paulista: foram contabilizados apenas

---

<sup>63</sup> Lista geral de passageiros do navio *Aquitaine*. 12/07/1921. APESP/MI/SP.

homens de 12 a 45 anos de idade. Mulheres, crianças e maiores de 45 anos foram excluídos desses cálculos. Em seguida, os funcionários de governo questionaram os passageiros russos acerca de suas profissões e competências, as quais, diferentemente de muitos outros imigrantes que passavam pelo porto de Santos na época, não eram ligadas exclusivamente às atividades agrícolas. Embora a compreensão daquilo que foi registrado esteja comprometida pela preservação material do manuscrito, é ainda possível distinguir algumas profissões indicadas. Entre elas, a maioria não possuía referência direta à origem camponesa desses homens, quando não indicava expressamente o seu pertencimento à população urbana. Entre alguns poucos pedreiros, carpinteiros, mecânicos agrícolas ou propriamente agricultores, as atividades qualificadas prevaleciam: agrônomos, químicos, topógrafos, engenheiros. Outras profissões apontavam explicitamente para a incompetência dos sujeitos quanto ao trabalho na lavoura cafeeira: estudante, comerciante, tabelião, contador, entre outras.

Ainda assim, o registro dos locais de destino desses refugiados não deixam dúvidas de que, pela legislação brasileira vigente, a única maneira de permanecer no Brasil era ser encaminhado para a lavoura nas fazendas de café, em diferentes localidades do Estado de São Paulo.

Embora todos os passageiros russos dos dois navios possuíssem indicação do destino aos quais se dirigiam, as marcações, a lápis vermelho, feitas pelo funcionário do governo, nos livros de registro, evidenciam que apenas a minoria foi aceita para a lavoura: 28 % das pessoas desembarcadas de cada navio. Entre os 422 passageiros do *Aquitaine*, 123 foram aceitos e encaminhados a fazendas de café, principalmente nas regiões de Itú (fazendeiro Thomaz Campos), Pimenta (fazendeiro Silvio Sampaio), Pedreira (fazendeiro Clodomiro F. Andrade), Fazenda Chanaan, da *The San Paulo Coffee Estates Company*, na Linha Mogiana, entre outras. Já entre os 651 passageiros do *Provence*, 188 foram aceitos, dentre os quais 85 foram encaminhados para a capital do Estado de São Paulo. Outros foram contratados pelos fazendeiros nas localidades de Itú, Ferraz, Porto Ferreira, Corumbatahy. Alguns poucos jovens encaminhados para a construção da estrada de ferro em Goiás.

Parece tentadora a hipótese de que o alto índice de rejeição desses indivíduos se deva ao fato de que muitos, tendo participado na guerra civil russa, podiam apresentar feridas ou deficiências físicas que automaticamente os colocava na posição de rejeitados, conforme critérios de seleção dos imigrantes especificados na legislação brasileira.

Porém, como a lei antecipava a seleção dos trabalhadores imigrantes, proibindo às companhias de navegação o embarque de pessoas incapacitadas para a lavoura<sup>64</sup>, essa rejeição não parece ter sido fundamentada na capacidades físicas dos candidatos.

Na realidade, o alto índice de rejeição desses homens no Brasil era apenas uma manifestação do fenômeno social, político e legal, mais amplo e complexo, surgido com o êxodo de milhões de russos depois da revolução bolchevique em 1917. O Brasil, por meio de suas políticas migratórias, tentou ignorar a questão do refugiado, já presente na pauta de preocupações políticas europeias, mas não conseguiu evitar o fluxo desses sujeitos para o seu território. O desencontro de sua legislação, que recusava um status jurídico específico para os refugiados, com as condições reais do deslocamento desses russos era um sintoma da incapacidade do sistema mundial, de Estados-nações, de dar conta do problema da nova figura do migrante: o refugiado apátrida. Em 1921, a saga dos refugiados russos encontrava-se no início, como já abordei no capítulo 1, sendo que o Brasil já estava nela envolvido, sem ter se dado conta disso.

Parca historiografia sobre os refugiados russos no Brasil (Hisamutdinov, 2005; Sizonenko, Pankov, 2002) defende a tese de que os dois regimentos militares dos coronéis Braguin e Faesy, deslocados para a Córsega da Constantinopla no final de 1920, eram transferidos para o Brasil por meio de acordo entre o governo francês e o governo paulista como parte de esforços coletivos dos dirigentes do exército branco em exílio:

Os representantes da associação dos participantes no “Movimento Branco” [contrarrevolucionário] entraram em contato com Rio de Janeiro para possibilitar a transferência dos soldados do general Vranghel da França para o Brasil. O governo brasileiro aceitou o acolhimento de 10 mil pessoas. Em alguma medida, essa decisão foi extraordinária, já que a lei proibia entrada de emigrantes políticos. Provavelmente, foi feita uma exceção em relação a esses soldados, porque, nessa época, havia muitos anarquistas na América do Sul, e os governos buscavam neutralizar suas atividades (Hisamutdinov, 2005).

Essa afirmação parece equivocada tanto do ponto de vista jurídico, já que a legislação brasileira da época não deixava dúvidas sobre a origem e a destinação dos

---

<sup>64</sup> Art. 3, Seção 1, Parte 1 do Decreto 1458, de 10 de abril de 1907: “As companhias de navegação ou armadores, que transportarem immigrantes para este Estado, não poderão receber com este destino, em seus vapores ou navios, os que soffrerem de molestias contagiosas, ou os que tiverem vicio organico ou defeito physico que os inhabitem para o trabalho, nem os dementes, mendigos, vagabundos ou criminosos, nem os maiores de 60 annos, salvo quando vierem em companhia, de sua familia ou a ella se venham juntar ».

imigrantes aceitos no país, quanto no que se refere à capacidade dos dirigentes militares do exército contrarrevolucionário recém emigrado de organizar um deslocamento coletivo dessa magnitude. De fato, as despesas ligadas à contratação da empresa de transportes que efetuou a transferência dos russos da Córsega para o porto de Santos foram assumidas pelo governo francês, conforme indica a inscrição do capitão do *Aquitaine* em seu registro de bordo<sup>65</sup>. No entanto, a participação do governo francês na causa desses refugiados aparenta ser não tanto um ato de compaixão, quanto parte de uma preocupação política com um exército estrangeiro exilado em seu território. Como demonstrei no capítulo 1, a repatriação nessa época ainda era considerada uma solução eficaz para a questão do refugiado russo na Europa. Sendo impossível repatriá-los para a Rússia, nem para qualquer outro país europeu, encaminhá-los para o Brasil na qualidade de agricultores era uma saída oportuna para a França, já que não havia ainda cooperação internacional sobre a questão.

Provavelmente, a presunção sobre o caráter organizado da transferência desses refugiados para o Brasil, adotada pela historiografia russa, se inspirou também nos relatos memorialísticos produzidos pela comunidade russa em São Paulo, em diferentes épocas e com propósitos diferentes.

Um deles retrata a vinda dos refugiados, em 1921, como um movimento organizado e de natureza política:

Há mais de 30 anos, em julho e agosto de 1921, atracaram ao Brasil os navios franceses *Aquitaine* e *Provence*, nos quais chegaram os primeiros emigrados russos. Eles eram participantes do Movimento Branco, aqueles que com armas nas mãos tentavam defender a honra e a dignidade da Rússia, e eles não são culpados de que essa luta não obteve sucesso. Foram esses poucos “vrangelianos” [врангелевцы: soldados do general Vrangel] que fundaram a colônia russa no Brasil, porque não havia outros russos nesse país antes. É preciso ressaltar que isso foi uma emigração política e não apenas de refugiados, como aqueles muitos que vieram depois. Eles trouxeram as ideias nacionalistas, o estandarte russo e o mais importante – a crença de seus ancestrais. Foram difíceis os primeiros passos desses primeiros colonos russos no Brasil. Eles tinham que começar com trabalho pesado, sem ajuda, sem conhecimento do idioma e frequentemente despojados. Mas todas as dificuldades superadas, os sapateiros e carpinteiros de ontem são hoje engenheiros, agrônomos, médicos, advogados e

---

<sup>65</sup> Lista geral de passageiros do navio *Aquitaine*. 12/07/1921. APESP/MI/SP.

professores de canto e de coreografia. A maioria dos russos se estabeleceu nessa abençoada cidade de São Paulo<sup>66</sup>.

Não raramente os monarquistas russos, que produziram esse texto, em 1956, reinterpretavam a primeira vinda dos refugiados da revolução russa como um deslocamento planejado e coordenado. Para eles, a reinvenção de seu passado migratório, que se servia do imaginário de um exílio político, implicava uma definição identitária de cunho ideológico. Em frequentes confrontos diretos com grupos políticos liberais e socialistas pela influência na comunidade russa em São Paulo, os monarquistas promoviam a sua versão do passado, segundo qual a “colônia” russa na cidade teve origem, sobretudo, no seio de uma comunidade política de natureza explicitamente anti-bolchevista e ativamente contrarrevolucionária. Não há dúvidas de que os autores desse texto conheciam pessoalmente aqueles que desembarcaram dos navios franceses em 1921 e, portanto, sabiam que a maioria desses passageiros fora negada, o restante sendo encaminhado para as lavouras. Tanto que o relato continua com seguintes observações:

Depois dos vrangelianos, em 1926, chegaram ao Brasil os emigrantes russos dos países Bálticos, subsidiados pelo Estado de São Paulo para lavoura nas fazendas de café. Os funcionários brasileiros exigiam mãos calejadas dos emigrantes e, por isso, os oficiais russos foram obrigados a omitir seus títulos e se disfarçar de agricultores. Essa fraude inocente não trouxe danos para país e o Brasil [...] obteve pessoas úteis, que se destacaram rapidamente graças a seu empenho e a seus conhecimentos<sup>67</sup>.

No entanto, essa versão do passado ameaçava significativamente o imaginário do exílio político que sustentava a organização e as atividades dos monarquistas russos na cidade. Diferentemente do imaginário dos imigrantes para a lavoura, centrado na questão do trabalho (Martins, 2003), a ascensão social dos refugiados russos, nessa interpretação dos monarquistas, se concretizou pela sua superioridade de formação, de status social e de qualificações. Essa versão do passado não consentia a situação na qual

---

<sup>66</sup> Юбилейный сборник ко дню двадцатипятилетия служения в архиерейском сане Высокопреосвященнейшего Феодосия, Архиепископа Сан Паульского и всей Бразилии (1930-1955). Издание Юбилейного Комитета при Бразильской Епархии, Сан Пауло, 1956. С. 20. [Edição comemorativa de 25 anos de atividades episcopais de Sua Eminência Theodóssio, Arcebispo de São Paulo e de todo o Brasil. (1930-1955). São Paulo, 1956). P. 20.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

um coronel do exército imperial podia ser enviado para a lavoura cafeeira na qualidade de um simples agricultor<sup>68</sup>.

Evidentemente, o passado no exército contrarrevolucionário deixou suas marcas nas acepções políticas daqueles que desembarcaram do *Aquitaine* e do *Provence*, em 1921. No entanto, as condições de sua chegada ao Brasil os igualaram, em sua trajetória, aos refugiados civis, contrariamente àquilo que afirmavam os monarquistas. O núcleo estrutural da comunidade russa em São Paulo, nos anos 1920 e 1930, não se compôs por pessoas que chegaram ao Brasil nesses navios na condição de imigrantes: a maioria veio individualmente, por diferentes meios, ao longo dos anos entre duas guerras mundiais.

Já o outro relato que aborda o tema da primeira vinda coletiva dos refugiados russos em São Paulo oferece uma visão mais pragmática do passado. Algumas fontes apontam (Hisamutdinov, 2005; Carneiro, 2002, p. 111) que o autor desse texto, Serguei Uspensky- criador, em 1926, da primeira coluna regular publicada em idioma russo no jornal paulistano *Folha da Manhã*-, foi, ele próprio, passageiro de um dos navios franceses em 1921:

Cinco anos atrás, no navio de emigrantes *Aquitaine*, desembarcou no Brasil um punhado de russos do Vranghel, uma gotinha da enorme onda que deixou a Criméia em novembro de 1920.

Da casa do migrante eles se espalharam por toda a vasta terra brasileira.

Por muitas dificuldades eles passaram nesses cinco anos, muito eles viram, muito conheceram e muito aprenderam. Trabalharam como escavadores, pedreiros, carpinteiros, motoristas, serralheiros, ferreiros, tudo o que aparecia disponível; aceitavam tudo o que poderia dar-lhes sustento.

Porém, eles ainda não venceram, ainda têm muitos dias difíceis pela frente, mas o começo já está feito, e com mais fé prosseguiremos.

A colônia russa no Brasil existe. Ela vive, trabalha e se ergue pouco a pouco.

E no dia em que a pesada neblina, que atormenta a nossa Pátria, se for, e nós voltarmos para lá, todos os pequenos problemas serão esquecidos: são apenas detalhes da vida cotidiana. Só alegria que ficará nas memórias. E, voltando para casa, nós contaremos para os nossos irmãos uma lenda sobre um país estrangeiro distante, onde nós achamos um abrigo, onde não precisamos nem do passaporte Nansen, nem da “proteção” da Liga das Nações.

---

<sup>68</sup> Como indica a lista de bordo do navio *Aquitaine*, coronel Braguin, com sua família, foi contratado para lavoura na fazenda Chanaan pela *The San Paulo Coffee Estates Company*. Lista geral de passageiros do navio *Aquitaine*. 12/07/1921. APESP/MI/SP.

Contaremos sobre o solzinho quente, sobre o céu azul, sobre as altas palmeiras, sobre as infinitas plantações de café, verdes o ano inteiro.

Hoje é nossa festa. A voz russa surge em mais um canto da Terra, em mais um lugar aparece um cantinho,- apenas um pedacinho de jornal,- mas é o nosso cantinho, o russo. E nós acreditamos que esse pedacinho crescerá, uma coluna se transformará em página, e a página em um jornal russo no Brasil<sup>69</sup>.

Escrito em 1926, em comemoração aos cinco anos da vinda dos refugiados, e inaugurando a coluna russa num jornal da cidade, esse relato aborda as condições da inserção dos russos no Brasil de um ângulo diferente. As relações de trabalho ocupam lugar central e são destacadas como principal fonte da desagregação da comunidade russa. Contudo, essas observações contrastam, na narrativa, com a afirmação de que, no Brasil, os refugiados « não precisam nem do passaporte Nansen, nem da ‘proteção’ da Liga das Nações ». Não precisavam, porque não tinham direito a um. A ausência de um status jurídico específico para os refugiados no Brasil colocava-os, por um lado, numa situação vulnerável enquanto força de trabalho, mas, por outro lado, abria uma gama de oportunidades, inacessíveis para os portadores dos passaportes Nansen na Europa, por conta de uma regulamentação rígida de seus direitos e privilégios. Fazer a América, nessa conjuntura, significava para o refugiado aproveitar da dubiedade de seu status jurídico no Brasil, embora isso implicasse declínio de seu status social nos primeiros tempos.

Longe de ser uma ação coordenada, resultante de articulação de esforços dos governos brasileiro e francês, e representantes dos exilados do exército branco, a vinda dos refugiados russos para o Brasil, em 1921, era efetivamente fruto da combinação de vários fatores e múltiplos atores. Enquanto o governo francês visava afastar o problema dos refugiados de origem militar, ao financiar suas passagens para a América, o Brasil os recebeu, conforme sua legislação, como imigrantes para a lavoura. Seria errôneo supor que todos as 1073 pessoas que embarcaram para o Brasil sabiam em que condições seriam aceitas no país, como sugere esse trecho de uma reportagem publicada em setembro de 1926 no *Estado de São Paulo*, por um jornalista brasileiro:

O primeiro a quem nos dirigimos e que nos parecera chegado de vésperas, inteiramente desambientado, respondeu-nos em português que falava tão bem ou tão mal como qualquer de nós.

---

<sup>69</sup> “Пять лет”, Русский Отдел под ред. Успенского С. К. *Folha da Manhã*, 11-7-1926. [“Cinco anos”, Coluna russa, editor Uspensky, S. K. *Folha da Manhã*, 11-7-1926].

Contou-nos que aquella gente era ainda os ex-soldados “brancos” de Wrangel. Dos oitocentos chegados na primeira leva, estavam pelo menos seiscentos nesta capital. À nossa pergunta sobre o seu regresso, elle esclareceu-nos logo, dizendo que foi uma segunda remessa, mal informada nas cidades, que se recusou a partir para o interior e, depois, embarcou para a Europa. Os que alli estavam tinham passado dois ou três mezes nas fazendas e depois, como não se adaptassem a lavoura, voltaram para São Paulo e aqui, iniciando a vida nos mais rudes misteres começavam agora a ver despontar uma certa abastança. Já há entre elles alguns abastados. Muitos, entretanto, lutam silenciosamente por ahi<sup>70</sup>.

Ao mesmo tempo, seria ingênuo descartar a possibilidade de que algumas pessoas conseguiram tirar proveito, inclusive financeiro, dessa situação<sup>71</sup>, como sugere o pesquisador Simbirtsev (2008), que se refere ao coronel Braguin como pessoa “que [...] vendia os russos na qualidade de negros brancos para os fazendeiros de café em São Paulo”.

Com efeito, o grande número de imigrantes rejeitados para o trabalho na lavoura explica-se tanto pela recusa de alguns a serem encaminhados às fazendas, quanto pelo seu despreparo para os trabalhos agrícolas. Os relatos acima citados sugerem, não por acaso, que a maioria desses refugiados foi usada como mão de obra para trabalhos de baixa qualificação não necessariamente relacionada à lavoura cafeeira, para a qual a lei privilegiava grupos familiares com três ou mais pessoas aptas ao trabalho (Brasil, Lei n 1045, de 10/04/1907). Entretanto, tudo indica que a maioria dos russos não contratados na chegada dirigiu-se às cidades, onde encontravam mais oportunidades de se inserir no mercado de trabalho. Como sugere Boris Fausto (1986, p. 18, 22), a imigração para o Estado de São Paulo, entre o final do século XIX e começo do século XX, refletia os interesses de grandes fazendeiros e a nascente elite industrial de controlar o

---

<sup>70</sup> “Cinco annos depois. Entre os antigos soldados “brancos” do general Wrangel”. *O Estado de São Paulo*, 13/09/1926. P. 4.

<sup>71</sup> A atuação dos agentes privados ou contratados pelo governo brasileiro, no meio dos candidatos à emigração na Europa, já foi amplamente discutida, destacando que a maioria deles provinha dos mesmos locais de origem dos imigrantes: Cf. Guérios (2012) para os imigrantes rutenos, Martins (2003) para os italianos, Bytsenko (2006) para os russos antes da revolução, entre outros autores. Entre os russos emigrados depois da revolução, o redator-chefe da revista russa *Gazeta Russa*, em São Paulo, Nicolau Dachoff, atuava como mediador entre fazendeiros e imigrantes russofônicos recém chegados. Karateeff (1972), em seu romance memorialístico, descreve vários russos em Paraguai, ex-comandantes de tropas paraguaias contra os bolivianos na guerra do Chaco, que se sustentavam firmando acordos entre os refugiados russos na Europa, nos anos 1930, com o serviço de colonização paraguaio. Nisso, traziam da Europa os refugiados despreparados para a vida no campo, iludidos com a promessa de um “Eldorado tropical”, encaminhando-os para o desbravamento de terras devolutas no interior do país, recebendo do governo do Paraguai subsídios e retribuições pelo serviço.



mercado de trabalho na cidade através do aumento de oferta da mão de obra estrangeira, expulsa do campo pela diminuição da atividade cafeeira e pela decrescente demanda por trabalhadores rurais. Dessa maneira, segundo Fausto, a mão de obra não demandada no campo transferiu-se para a cidade, o que possibilitou o seu rápido avanço industrial. Nessa perspectiva, a rejeição para os trabalhos no campo, da maioria dos refugiados russos vindos da Córsega, provocou o seu encaminhamento para a cidade, já que a maioria deles não dispunha de meios para regressar a Europa.

Paralelamente, os russos que foram contratados para trabalhos agrários ou para atuar nas construções de ferrovias também buscaram libertar-se dos contratos nas fazendas, e dirigiram-se para a cidade de São Paulo, onde enxergavam mais oportunidades de ascensão, como sugere esse relato em uma narrativa irônica:

Apesar da boa disposição do governo e do povo brasileiro em relação aos russos que sofreram durante a revolução, os 'agricultores' recém-chegados, desde sargentos até o coronel, foram encaminhados imediatamente para a cidade de São Paulo e de lá distribuídos para fazendas de café na qualidade de simples 'camaradas' operários. Essa condição contradizia completamente todas as promessas dos franceses e não correspondia aos projetos dos recém-chegados. Naturalmente, isso provocou muitos problemas para todos: para os vrangelianos porque foram obrigados a permanecer nas fazendas e colher e limpar os cafezais para o fazendeiro, ao invés de dirigir esquadras e regimentos, como tinha sido prometido pelos franceses; para o fazendeiro porque ele não conseguia gerir a mão de obra em momentos críticos, já que todos os vrangelianos davam no pé das fazendas com engenhosidade adquirida nos anos de guerra<sup>72</sup>.

Dessa maneira, até o começo dos anos 1940, os russos que tinham conseguido permanecer no estado de São Paulo, desde sua vinda em 1921, já se encontravam na capital do estado, com exceção daqueles que conseguiram se emancipar da condição de colonos ou contratados e chegaram a adquirir suas propriedades no campo, ou começar sua própria produção agrícola ou pecuária. Ao longo dos anos 1920-1940, a população russa em São Paulo foi crescendo também por conta das entradas individuais dos refugiados vindos da Europa com passaportes Nansen (espontâneos ou por meio das cartas de chamada) ou da China<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Покровский И.Д. Бразилия. Очерк. Рукопись. 1930. Hoover Institution Library and Archives. M. Vrangeli. *Apud* Hisamutdinov (2005). [Pokrovsky I.D. Esboço sobre Brasil. Manuscrito. 1930].

<sup>73</sup> Registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de 06/06/1930, 28/06/1930, 16/07/1925, 14/01/1930, entre outros.

O episódio da vinda dos refugiados da Córsega, embora insignificante numericamente, comparado com o fluxo migratório geral para o Estado, evidenciou um profundo desencontro entre a legislação migratória brasileira e a existência de uma nova figura do migrante. A dificuldade desses indivíduos de inserirem-se nas relações de trabalho e no status jurídico previsto pelas leis migratórias brasileiras representa uma manifestação pontual daquele fenômeno, surgido com a figura do refugiado, que Marrus (1985, p. 4) chamou de « desamparo » e Arendt (2012, p.372) apontou como gerador de « refugos da terra ».

Embora as leis não dessem nenhum privilégio à vinda dos refugiados da Europa nos anos 1920, o Brasil ainda era um país de imigração.

### **3.3. Os imigrantes russos das periferias do antigo Império Russo**

Até o começo dos anos 1930, quando Getúlio Vargas começou a aplicar ideias nacionalistas às políticas públicas, restringindo significativamente a imigração para o país, a partir de 1934, o Brasil ainda representava um destino possível para aqueles que não queriam ou não podiam permanecer na Europa. A falência de grandes impérios e subsequente rearranjo de territórios nacionais de vários países da Europa do Leste produziu populações “indesejáveis”, “minorias” que ameaçavam a integridade de projetos nacionais. As medidas discriminatórias representavam um instrumento poderoso para controle das minorias, por novos governos nacionais e nacionalistas, quando não aplicavam o seu “soberano direito de desnacionalização”, usando a expressão de Hannah Arendt (*op.cit.*, p.382). Nesse contexto político, as populações discriminadas ainda dispunham de mecanismos para emigrar e nesse processo o Brasil aparecia como uma possibilidade real de escapar da miséria à qual foram condenadas pelas medidas restritivas em seus países.

A revolução bolchevique na Rússia em 1917 e a guerra civil que ela desencadeou resultaram em uma instabilidade política para os territórios do antigo Império Russo, que agora pleiteavam sua independência. Os movimentos nacionalistas na Lituânia, Polônia e Ucrânia mobilizaram-se acreditando que esse era o momento oportuno para proclamar sua independência do governo russo, fosse ele czarista ou bolchevique. Contudo, Moscou não podia perder aqueles territórios, e empreendeu uma campanha

política que garantia a esses países uma relativa independência, enquanto parte de um estado soviético. A disputa entre diversos grupos políticos (*grosso modo* nacionalistas, pró-bolcheviques e contrarrevolucionários), assim como o sucesso do projeto bolchevique nesses países, resultou em grande número de emigrados políticos, além daqueles que tentavam evitar, através da emigração, a desordem da guerra e os efeitos da crise econômica no campo e nas cidades<sup>74</sup>.

Enquanto isso, o Estado de São Paulo continuava receber os imigrantes europeus na condição de mão de obra para as fazendas de café e para os poucos núcleos coloniais administrados pelo governo estadual. Embora o fluxo migratório tenha diminuído a partir dos anos 1915 (Seyferth, 2007, p. 22), São Paulo recebeu um número importante de imigrantes ao longo dos anos 1920: 678 668 pessoas, entre 1921 e 1930, somando os brasileiros de outros estados e os imigrantes estrangeiros. Entre esses, foram registrados, pelos funcionários da Agência da Imigração do Estado de São Paulo, 30 125 imigrantes dos países bálticos e 35 862 pessoas da Europa Oriental. Em soma, conforme os dados da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 65 987 imigrantes do antigo Império Russo emigraram para o Estado de São Paulo nos primeiros anos do estado soviético (Tabela 3.1).

---

<sup>74</sup> Na Polônia, a disputa pelo poder entre os grupos pró-bolchevique, nacionalistas e católicos provocou o deslocamento de intelectuais e ativistas políticos “como forma de preservar sua identidade nacional”, segundo Zen (2010). Na Ucrânia, a guerra civil despertou os grupos nacionalistas e anarquistas na tentativa de conquistar o poder militar na região. O escritor russo Mikhail Bulgakov, em seu romance autobiográfico *A Guarda Branca*, sobre a guerra civil na Ucrânia, ressalta que, durante o ano de 1918, 14 governos se sucederam na capital do país, Kiev (governo provisório, bolcheviques, nacionalistas, tropas “brancas”, tropas intervencionistas polonesas, entre outros). A respeito do projeto nacionalista ucraniano, ver Guérios, 2012, p. 160-161; p. 179-185.

**TABELA 3.1. Número de imigrantes ingressos ao Estado de São Paulo, 1921-1930<sup>75</sup>.**

	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
<b>Total*</b>	32678	31281	45236	68161	73335	96162	92413	96278	103480	39644
<b>Saldo**</b>	15427	11861	26552	33725	37493	36384	41841	25300	32059	2737
<b>Países bálticos***</b>	18	918	900	67	1792	5977	12711	1470	4884	1388
<b>Europa Oriental****</b>	1441	205	2337	5960	5617	15911	650	1159	1442	1140

FONTE: Relatórios da Secretaria da Agricultura, 1922-1930. APESP/SP.

Emigrados dos territórios predominantemente agrícolas do antigo império russo, essas famílias iam “fazer a América”, atraídos pelas generosas imagens de prosperidade tropical que os agentes da imigração vendiam aos candidatos à aventura transatlântica. As condições precárias na aldeia contrastavam com visões paradisíacas da “Terra prometida” nas Américas, que acumulava detalhes fantasmagóricos ao longo de sua circulação intensa pela região:

Dizia-se do tamanho descomunal das batatas, da fartura da carne de porco e da abundância dos cereais e das vinhas. [...] As casas seriam de madeira, porém munidas de rodas, para que, anualmente, pudessem ser deslocadas... [...] Todos esses temas eram assuntos do dia-a-dia da aldeia, mesmo nos encontros no campo ou nas ruas da cidade, nas casas e nas festas de casamento<sup>76</sup>.

Para muitos, emigrar para o Brasil fazia parte de um projeto de ascensão social que não descartava a possibilidade de regresso: ainda que esperassem adquirir suas terras no Brasil, como prometido pelos agentes de imigração, os emigrantes frequentemente preservavam a casa e o terreno em sua aldeia natal<sup>77</sup>. Para muitos outros, a emigração era um dos únicos meios de resistir às políticas discriminatórias dos novos governos nacionais em seus países de origem, como no caso de muitos

<sup>75</sup> \*Total de imigrantes entrados no Estado de São Paulo pela via marítima ou férrea, incluindo imigrantes nacionais de outros estados do Brasil.

\*\* Saldo de entradas e saídas pelo porto de Santos: o coeficiente usado pela administração estadual para medir a “fixação” dos imigrantes em São Paulo.

\*\*\* Lituânia, Letônia, Estônia, Finlândia. Categoria utilizada pelos agentes de imigração.

\*\*\*\* Rússia, Ucrânia, Romênia, Bulgária.

<sup>76</sup> Cocicov, 2005, p. 66

<sup>77</sup> Maria F., depoimento de 30/03/2015, São Paulo,

bessarábios. Nesses casos, o projeto migratório nem sempre podia contar com um plano de retorno: o Brasil para eles era um destino de sobrevivência<sup>78</sup>.

A Bessarábia, região de produção eminentemente agrícola entre os rios Dniestr, Prut e Danúbio e o Mar Negro, integrou tardiamente o Império Russo, no começo do século XIX, após a guerra da Rússia com o Império Otomano. Sendo uma região estratégica para a Rússia no âmbito geopolítico e localizada na fronteira com os territórios de domínio turco, Bessarábia foi foco de um projeto de russificação intensa por parte do governo czarista, ao longo do século XIX, através da concessão de terras para imigrantes camponeses de origem eslava e/ou cristã. Sendo território afastado de grandes centros urbanos do Império, Bessarábia fazia parte da zona de assentamento judeu do Império Russo (Blay, 2013, p. 61), onde os judeus podiam morar nas pequenas cidades, *shtetl* (*Idem.*), embora fossem proibidos de se fixar na zona rural. Com essa disposição histórica e política, a Bessarábia se tornou um território multiétnico e multirreligioso. Segundo os dados do censo de 1897, a província da Bessarábia contava 1 933 436 pessoas, entre as quais havia apenas 304 182 habitantes das cidades (37,2 % da população urbana era composta por judeus, 24,4 %, por russos, 15,8, por ucranianos, 14,2 %, por moldávios). Conforme esse censo, 47,6 % da população da região (como vimos, predominantemente rural) era de origem moldávia, 19,6 % eram ucranianos, 11,8 %, eram judeus, 8%, russos, 5,3 %, búlgaros, 3,1 %,- alemães, entre outros<sup>79</sup>.

Em 1918, enquanto a Rússia se encontrava envolvida nos desdobramentos militares da revolução bolchevique, o governo nacionalista da Romênia aproveitou para realizar a sua antiga pretensão de anexar a região como parte da ideia da “Grande Romênia” (*România Mare*), visando ampla expansão territorial. Enquanto a elite política pró-romena da Bessarábia promovia a integração do território com o país vizinho, as populações pró-russas tentaram se organizar para resistir a essas decisões, já que o recém-criado governo comunista da Rússia não tinha condições de entrar na disputa. Contudo, a resistência não teve êxito e, em 1920, a unificação da Bessarábia com a

---

<sup>78</sup> Diferentemente dos imigrantes das outras regiões do antigo Império Russo, os bessarábios apresentavam uma das menores taxas de saídas do porto de Santos, conforme os Relatórios sobre o movimento migratório pelo Porto de Santos, no período de 1908 e 1936, *apud* Paiva (2013, p. 66).

<sup>79</sup> История Республики Молдова. С древнейших времён до наших дней. / Ассоциация учёных Молдовы им. Н. Милеску-Спэтару. — изд. 2-е, переработанное и дополненное. — Кишинёв: Elan Poligraf, 2002. [História da República Moldávia. Das antiguidades até os dias de hoje. Kichinev, Elan Poligraf, 2002.]

Romênia foi oficializada e reconhecida internacionalmente pelo Tratado de Versalhes (Blay, 2013, p. 38)<sup>80</sup>.

Constituindo-se como parte do território romeno, a Bessarábia se tornou palco de políticas nacionalistas, desta vez, com forte “romênização” da população. A Lei de Nacionalização foi editada pelo governo romeno em 1918, declarando a assimilação forçada das minorias étnicas estrangeiras pela força do exército. Essas políticas implicaram também reformas agrárias que aumentaram a taxa de impostos para a população rural, não-romena, e dificultaram a obtenção de terras para lavoura<sup>81</sup>. Blay (*op.cit.*, p. 83-84) assinala também que as medidas romenas deixaram a Bessarábia em uma grave crise econômica, já que sua produção, eminentemente agrícola, não conseguia suportar a concorrência com a produção romena. Ademais, as medidas repressivas em relação às populações não-romenas (judeus, russos, búlgaros *etc.*) deixavam as novas gerações sem meios de ascensão social.

Nessas condições, o governo romeno tinha interesse direto em expatriar vastas populações não romenas dos territórios recém-anexados, através da organização do fluxo migratório para os países sul-americanos e, sobretudo, para o Brasil. A legislação migratória privilegiava a saída do país das minorias indesejáveis pelo governo nacionalista e impedia, em contrapartida, a evasão dos romenos e dos camponeses moldávios, considerados culturalmente próximos. As regras do governo romeno autorizavam a emigração de famílias camponesas, compostas pelos pais e, pelo menos, um filho homem solteiro de 10 a 14 anos de idade, residentes obrigatoriamente nos territórios da Bessarábia, Bucovina e Transilvânia (Cocicov, 2005, p.66).

Nesse contexto político, a emigração significava para muitas famílias (fossem elas de origem russa, búlgara, judaica, ucraniana, entre outras consideradas “indesejáveis” pelo governo romeno) uma possibilidade real de escapar à precariedade da existência para qual foram condenadas pela força maior dos rearranjos políticos.

Atraídos pela propaganda dos agentes contratados pelas empresas de imigração brasileiras, cerca de 29 000 pessoas dos territórios romenos imigraram para o Brasil, no período curto de 7 anos, de 1920 a 1927. Os Relatórios Anuais da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo apontam que os imigrantes romenos ingressavam no

---

<sup>80</sup> Posteriormente, a Bessarábia voltou para o domínio russo como parte da República Socialista Soviética da Moldávia, em consequência dos rearranjos territoriais articulados entre a URSS e a Alemanha nazista por meio do pacto Ribbentrop-Molotov em 1939.

<sup>81</sup> A respeito das políticas discriminatórias do governo romeno *cf* Cocicov, 2005; 2007; Blay, 2013.

Estado em uma quantidade reduzida desde o ano 1920 - cerca de 170 pessoas em 1920-1921 e 53 pessoas em 1922<sup>82</sup>. Em 1923 este número saltou para 2 037 imigrantes e continuou em aumentando até o ano de 1927. Assim, em 1924 ingressaram no Estado de São Paulo, desembarcados nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, 5 813 imigrantes da Romênia<sup>83</sup>. Em 1925, esse número era de 5 387 pessoas<sup>84</sup>. No ano seguinte, 1926, o seu fluxo para o Estado atingiu o apogeu, contando com 15 475 imigrantes “rumenos da Bessarábia”, como eram registrados pelos funcionários da imigração brasileiros, maioria entre todas as outras nacionalidades que ingressaram naquele ano<sup>85</sup>. Já em 1927, a maior parte dos romenos entrou em São Paulo pela estrada de ferro dos outros estados, e contou somente com 204 pessoas<sup>86</sup>.

É provável que a pressão das políticas repressivas do governo romeno, combinada à campanha excessiva dos agentes da imigração, tenha feito com que esses imigrantes criassem ilusões acerca de seu destino no Brasil, como infinitamente diferentes das condições reais às quais foram submetidos. A desilusão assumiu a forma de um confronto violento com as autoridades brasileiras que repercutiu em toda a estrutura de acolhimento de imigrantes no Estado. Em relatório de 1926, apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo, o Secretário da Agricultura, Gabriel Ribeiro dos Santos, indica que a Hospedaria dos Imigrantes do Brás foi transformada, em parte, em presídio para “os revoltosos”, o que afetou significativamente a sua capacidade de receber novos imigrantes: 20 126 pessoas com destino a São Paulo tiveram que desembarcar no porto do Rio de Janeiro<sup>87</sup>.

Em outro trecho, o secretário relata que a vinda pontual de um número elevado de bessarábios acarretou dificuldades para os agentes do governo em relação à sua distribuição e inserção nas relações de trabalho da cafeicultura paulista:

A crise determinada nos serviços immigratórios do Estado pela estagnação, na Hospedaria de Immigrantes, de algumas levas de bessarábios da Rumania, introduzidos sem o conveniente esclarecimento das condições de vida e de trabalho, oferecidos pela lavoura de café e, também, chegados em ocasião impropria para a sua rápida e perfeita collocação, feliz e satisfatoriamente, resolvida, sem que respectiva solução tenha advindo motivo para

---

<sup>82</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1923, p. 92. APESP/SP.

<sup>83</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1924, p. 72. APESP/SP.

<sup>84</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1925, p. 97. APESP/SP.

<sup>85</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1926, p.115. APESP/SP.

<sup>86</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1927, p. 174. APESP/SP.

<sup>87</sup> Relatório anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1926, p. 115. APESP/SP.

posteriores contrariedades. Medidas foram estudadas e postas em pratica, de modo a que de futuro seja fixado razoavelmente o numero de imigrantes a ser introduzido nas épocas propicias a sua collocação, bem como sobre a necessária informação antes do embarque acêrca das exactas condições de collocação neste Estado, selecção das procedências e melhor composição das famílias destinadas à colonização das fazendas de café<sup>88</sup>.

Embora a crescente produtividade das fazendas cafeeiras paulistas constantemente demandasse mão de obra, o governo não dispunha de meios de controle do número de imigrantes não subvencionados, como os bessarábios, cuja alocação dependia de contratos fixados com fazendeiros, já depois do desembarque. Considerando as condições de sua partida da Europa, é razoável supor que nem todas as famílias atendiam aos parâmetros estabelecidos pelas autoridades paulistas para serem encaminhados à lavoura. Covicov (2005, p.71) aponta que não raramente criavam-se famílias fictícias com intenção de emigrar da Romênia e se separar, ao desembarque, no Brasil. Ao mesmo tempo, nem todos os imigrantes se viam na condição de agricultores: muitos aspiravam continuar suas atividades urbanas no Brasil, o que foi impossibilitado pelo contrato migratório previsto.

Os bessarábios não foram os únicos imigrantes provenientes dos territórios fronteiriços do Oeste do ex-Império Russo. Muitos daqueles que compartilhavam o sentimento de pertencimento a uma cultura russa e participavam em atividades religiosas ou culturais comunitárias eram originários de Volínia, Galícia e Bucovina – territórios em constante disputa entre a Rússia e o Império Austro-Húngaro desde o século XVIII - e da Lituânia. O fato de que essas regiões foram incorporadas, em parte, à Polônia e à Romênia depois da Primeira Guerra Mundial sugere que muitos dos emigrados desses territórios ingressaram no Brasil como cidadãos desses países, embora se identificassem com a cultura russa.

Considerando as disputas geopolíticas entre Polônia, Romênia e URSS em torno dessas regiões depois do desfecho da Grande Guerra, as políticas discriminatórias que os novos governos nacionalistas implantavam junto às populações eslavas, aliadas aos frequentes descontentamentos com as políticas estatizantes soviéticas por parte das camadas camponesas tradicionalistas, a emigração foi uma resposta tanto à degradação das condições materiais de

---

<sup>88</sup> *Ibid.* P. 114.



existência, quanto em relação à instável situação política na região (Boruszenko, 1969, p. 427).

Como já observamos, a vinda de um número tão elevado de antigos súditos do Império Russo não passou despercebido entre aqueles russos que já se encontravam no Brasil. A imigração abria espaço para pequenos empresários que realizavam mediação entre recém-chegados e fazendeiros ou colônias particulares. Em constante movimento entre o interior do Estado e a capital, eles mediavam também as relações entre a comunidade estruturada na cidade e os imigrantes de mesma origem dispersos nas localidades rurais. Para as populações de língua russa, vindos da Bessarábia, o intermédio desses agentes particulares era essencial para garantir uma concentração espacial nas fazendas, de acordo com a afinidade cultural e linguística, e também para assegurar sua participação, embora à distância, nas organizações comunitárias e religiosas na capital.

Um desses mediadores é frequentemente citado nos relatos (Cocicov, 2007, p.66) sobre a instalação dos bessarábios nas colônias e nas fazendas paulistas:

‘O motivo de se juntarem muitos russos, naquele local, é o de que havia um capataz de uma fazenda, de mesma origem, que foi chamando os demais, espalhados, em várias cidades, do interior paulista.’ Este intermediário, pode ter sido Nicolau Daflov (*sic*), imigrante russo, que falava português, e que procurava, no porto de Santos, ou na estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo, os imigrantes recém-chegados, e os abordava indagando qual era o destino deles. Muitos não queriam ir para as fazendas de café e, como tinham algum numerário, preferiam ir para onde houvesse patrícios e, por isso, ele os encaminhava para Santo Anastácio, onde o Dr. Labieno da Costa Machado oferecia terras, ou para Balisa, cuja oferta partia do Dr. Luiz Ferraz de Mesquita.

O agente referido como “Nicolau Daflov” era, na verdade, Nicolau Dachoff, o redator-chefe da *Russkaya Gazeta*, o primeiro jornal editado em São Paulo em idioma russo. Dachoff era corretor de terras nas colônias e atuava junto aos imigrantes russos, recém-chegados, para encaminhá-los ao interior do estado. Em seu jornal, editado em São Paulo nas décadas de 1930-1940, não eram raros os anúncios de terras à venda em vários estados brasileiros. Em um desses anúncios, redigido em russo, sobre a venda de “terras da primeira qualidade, cobertas com floresta virgem e adequadas para qualquer

cultivo” na colônia São Francisco em Mato Grosso, Dachoff aparece como representante comercial na cidade de São Paulo da *Companhia de Viação S. Paulo - Matto Grosso*<sup>89</sup>.

As empresas que vendiam terras para colonos estrangeiros adotavam critérios étnicos para lotear suas propriedades: a proximidade cultural e, sobretudo, linguística auxiliava os imigrantes recém-chegados em sua adaptação e conseqüentemente aumentava a sua produtividade na lavoura. Com isso, ao longo dos anos 1920 formaram-se várias localidades rurais de concentração bessarábica, localizadas, em sua maioria, na Estrada de Terra Sorocabana: *Balisa, Buri, Esperança, Feiticeiro, Nova Bessarabia*, entre outras<sup>90</sup>. No contexto da imigração transatlântica de uma população rural de pouca instrução básica, o critério de língua nativa compartilhada era condição crucial para a sobrevivência no país de instalação. Assim, as colônias formadas principalmente por esse critério, foram conhecidas como colônias “russas”, já que o idioma comum era justamente russo: “Nesta colônia ‘russa’, Balisa, pouco se falava, em português, e, nela, os velhos costumes da Rússia ‘tzarista’ ainda prevaleciam. A família era patriarcal, na qual o chefe supremo dava as ordens. O trabalho, na lavoura, era exaustivo”<sup>91</sup>. Objetos materiais, relatos orais e escritos, fotografias e outros testemunhos coletados por Cocicov (2005; 2007) evidenciam que, originários de um território multiétnico, alguns dos bessarábios preservavam suas diferenças culturais nas relações cotidianas mas compartilhavam uma autodenominação coletiva de “russos”. Escolas e igrejas formadas nas terras brasileiras por esses imigrantes denominavam-se “russas”, como “Igreja Batista Russa” ou “escola de alfabetização russa” (*Op.cit.*, 2005, p. 125); muitos bessarábios se declaravam “russos” para os agentes da imigração brasileiros, mesmo sendo portadores de passaporte romeno (*Op.cit.*, 2005, p. 134).

A concentração espacial das famílias dos antigos territórios russos facilitava também a sua conexão com as associações comunitárias, localizadas na cidade de São Paulo, realizada pelos agentes de imigração e, sobretudo, pelos sacerdotes da Igreja Ortodoxa Russa. Os livros de registros paroquiais entre anos 1926 e 1940 evidenciam que a atividade missionária fazia parte das preocupações cotidianas da Igreja Russa. Ao

---

<sup>89</sup> *Ruskaia Gazeta*, 24/02/1934.

A *Cia S. Paulo-Matto Grosso* possuía terras ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana com vários povoados de concentração de colonos de língua russa, como Bartyra, José Theodoro, entre outros. A respeito de sua atividade colonial, principalmente junto aos imigrantes alemães, cf Bispo, 2013.

<sup>90</sup> A respeito da localização dessas colônias, das condições de vida nelas e das trajetórias das famílias bessarábicas ao longo dos anos 1920-1940, cf Cocicov (2007).

<sup>91</sup> Depoimento de Marcos Antônio Vazniac à *Gazeta Regional Folha de Lucélia* de 12-11-2005 *apud* Cocicov, 2007, p. 68.

menos duas vezes por ano, o sacerdote ortodoxo se deslocava da capital para ministrar missas e sacramentos nas localidades de concentração dos antigos súditos do Império Russo que continuavam fiéis aos ritos ortodoxos. As colônias eram de difícil e demorado acesso o que impossibilitava visitas mais frequentes dos padres ortodoxos, que deviam suspender por várias semanas suas atividades cotidianas em parcas paróquias na capital para esses fins:

Os colonos ‘dependiam da bondade de algum padre ortodoxo, de São Paulo, para visitar a colônia, uma vez por ano ou mais, a fim de realizar batizados e casamentos comunitários’<sup>92</sup>. Ele vinha de trem até a estação, José Theodoro<sup>93</sup>, e, depois, viajava, a cavalo, de jardinheira ou de caminhão até o quilometro vinte e quatro, onde era esperado e, novamente, transportado em veículos dos fiéis ortodoxos. A permanência do sacerdote era de uma semana, aproximadamente (Cocicov, 2007, p. 69-70).

Mais tarde, a partir de 1935, quando São Paulo passou a abrigar a Diocese da Igreja Ortodoxa Russa, o que aumentou o número de sacerdotes, as missões para as colônias passaram a ser atividade regular de responsabilidade dos padres mais jovens.

O atendimento irregular realizado pelos sacerdotes ortodoxos favoreceu a conversão dos colonos para os ritos evangélico e batista, que não demandavam dos fiéis a dependência crucial dos sacerdotes e propiciavam maior independência quanto à realização dos sacramentos. Nessa época foram criadas “Igrejas Batistas Russas” nas colônias, que abrigavam também escolas e centros comunitários para os imigrantes. O rito batista se propagou rapidamente entre os imigrantes bessarábios, inicialmente ortodoxos, no campo e na cidade: a primeira Igreja Batista Russa foi fundada em São Paulo no bairro da Mooca, em 1928<sup>94</sup>.

Como bem sugere Paulo Renato Guérios (2012, p. 258-259), em seu estudo da religiosidade cotidiana dos imigrantes ucranianos no Paraná, a importância da presença constante das autoridades religiosas nas colônias era uma condição indispensável para a

---

<sup>92</sup> Depoimento escrito de Christos Cralcev, coletado por Cocicov em 2006, *apud* Cocicov, 2007, p. 304-305;

<sup>93</sup> Estação em um prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, nos anos 1920-1930, renomeada, posteriormente, Martinópolis. “[...] viajavam de trem, pela estrada de ferro Sorocabana, até a última estação existente, José Theodoro, construída em 1917, onde o Dr. Mesquita os aguardava, em uma camioneta novíssima, pois era do ano de 1928 e, nas margens do rio do peixe, fizeram a travessia, a pé, sobre a ponte de madeira, feita de paus roliços. Em seguida, foi a vez de a camioneta atravessar, para poderem continuar a viagem até Balisa, numa distância aproximada de cinquenta quilômetros de precária estrada de terra. Outros venceram essa distância a cavalo e de carroça”. Depoimento de Zacharias Poslednik, de 2006 *apud* Cocicov, *op.cit.*, p. 66.

<sup>94</sup> História da Igreja Boas Novas. Disponível em <<http://www.boasnovas.org.br/boas-novas/historia>>. Acesso em 10/07/2015.

adaptação dos imigrantes às condições materiais de vida, às relações de trabalho e às novas formas de sociabilidade no Brasil:

[...] as condutas referidas à religião mantiveram sua relevância em Prudentópolis devido a uma combinação de diversos elementos: em primeiro lugar, por uma necessidade entretida por vários colonos, que continuaram a pautar sua existência pelas práticas religiosas e a contar com a proteção oferecida pelos padres e pelos artefatos mágicos da Igreja; em segundo lugar, pelo controle exercido pelas próprias comunidades, nas quais a participação na vida paroquial e a conformidade às normas religiosas dão acesso às regalias que cabem apenas aos membros efetivos do grupo [...]; por fim, pelos investimentos feitos nesse sentido pelos sacerdotes greco-católicos e por seus diversos auxiliares, que [...] continuaram a ocupar uma posição de liderança e autoridade nas colônias paranaenses, assumindo o papel de 'guias' e 'pastores' para os quais foram chamados pelos migrantes quando de sua chegada ao Brasi [...].

A vida cotidiana, tanto dos ucranianos quanto de outros grupos étnicos e/ou nacionais do antigo Império Russo, era estruturada em torno das atividades religiosas, organizadas em paróquias nas quais o sacerdote assumia o papel da autoridade moral na aldeia. Guérios (*Idem.*, p. 135-142) ressalta que a decadência moral dos imigrantes rutenos nas colônias do Paraná nos primeiros anos de sua chegada só foi superada com a introdução dos padres greco-católicos e com a estruturação de uma comunidade religiosa permanente nas localidades. Da mesma maneira, para os colonos bessarabios, ainda que agrupados territorialmente nas colônias, a comunidade, com todo o seu controle e o sentimento de pertencimento que ela acarreta nos indivíduos, só podia existir dentro da lógica das relações cotidianas mediadas pelos ritos religiosos, assegurados pela presença de um pároco sacerdote. Nesse sentido, os ritos protestantes, com sua estrutura de poder descentralizada, propiciavam maior grau de autonomia para os líderes comunitários das colônias, que concentravam em suas mãos a autoridade que outrora era a função dos clérigos ortodoxos.

Sem poder desenvolver esse assunto em profundidade, acredito que a estrutura descentralizada dos ritos protestantes permitiu uma reestruturação das comunidades dos colonos, do modelo paroquial ao modelo comunitário, o que resultou em maior grau de coerção entre seus membros, se comparados à comunidade formada em torno das paróquias ortodoxas na cidade. As próprias características demográficas desse grupo de imigrantes – famílias extensas, número elevado de filhos pequenos – acarretaram sua necessidade em uma comunidade mais estruturada que poderia assegurar canais de

transmissão cultural transgeracional. Cocicov (2007, p. 95) aponta para o grande número de escolas comunitárias presentes nas colônias, nas quais o ensino era realizado em idioma russo pelos próprios imigrantes. É importante ressaltar que essa estrutura comunitária tendeu a permanecer mesmo depois do deslocamento massivo desses colonos para a cidade de São Paulo, no começo dos anos 1940, facilitada por seu agrupamento territorial nas regiões periféricas e relativamente isoladas: Vila Bela, Vila Zelina, Vila Alpina, dentre outras.

Com a instauração definitiva do governo de Getúlio Vargas, em 1937, os fluxos migratórios para o Brasil diminuíram significativamente. De provedor de civilização o imigrante se transformou em um suspeito, uma ameaça potencial à ordem social brasileira. O imigrante passou a ser, então, um assunto de política interna do país: a publicação das leis restritivas, em 1937 e 1938, demonstrou a preocupação do governo em “assimilar” as populações de origem estrangeira numa concepção idílica de uma nação brasileira – uma mistura de raças com base na ascendência cultural portuguesa:

Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para tornar-se elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular – na culinária, na dança, na música, na religião – seriam devidamente desafricanizadas, por assim dizer (Schwarcz, 2015, p. 378).

Para os imigrantes russos, a época do governo Vargas foi um marco importante para sua organização interna enquanto coletividade, assim como para sua expressão política e cultural. Tratarei desse tema na segunda parte do presente trabalho. Entretanto, o fluxo migratório que alimentava a população russa no Brasil se estagnou durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Porém, é depois do fim do conflito internacional que o Brasil se tornou, mais uma vez, receptor de um grande fluxo migratório, originário da Europa e da Ásia, os tal chamados “deslocados” da Segunda Guerra.

## **4. REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA RUSSOS NO BRASIL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

### **4.1. O Brasil diante das políticas internacionais para os refugiados e deslocados da Segunda Guerra Mundial**

Embora o fluxo migratório para o Brasil tenha sido interrompido pelas políticas restritivas do governo Vargas, nos anos 1930, alguns grupos políticos continuavam compartilhando a visão de que o país necessitava de força de trabalho estrangeira para compor o mercado de trabalho nas grandes cidades em expansão. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial e do esgotamento político do governo de Vargas, o Brasil se viu diante da pressão dos Aliados para aderir aos seus esforços de realocar os refugiados da guerra que se encontravam nos acampamentos na Alemanha e na Áustria.

Como já demonstrei, as próprias organizações internacionais para os refugiados tratavam a questão como excepcional e temporária, e tentavam apresentá-los aos países receptores do ponto de vista da vantagem econômica de uma mão de obra especializada e qualificada. Paiva (2000, p. 28) cita exemplo de um boletim editado pela OIR nos anos 1940 que, por meio de histórias de vida dos deslocados e de dados estatísticos acerca de seu sucesso profissional, buscava despertar o interesse de países não europeus pela sua aceitação.

A historiografia brasileira trata o movimento dos refugiados e deslocados da Segunda Guerra como um fluxo migratório direcionado, por analogia às migrações seletivas promovidas no século XIX (Paiva, 2000). Se a imigração no século XIX foi subsidiada pelo governo brasileiro para reequilibrar a oferta de mão de obra para os trabalhos agrícolas, dessa vez, a imigração dos refugiados foi concebida como atração ao país da mão de obra qualificada para as atividades industriais nos crescentes centros urbanos. Contudo, como aponta Salles (2007, p. 118), os trabalhadores capacitados continuavam a ser direcionados também para o campo, onde as novas tecnologias de produção agrícola exigiam cada vez mais mão de obra qualificada.

No final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil encontrava-se em uma crise política, que resultou no declínio do Estado Novo na eleição de Eurico Dutra para

presidente, em dezembro de 1945 (Schwarcz, 2015, p. 396). Ainda assim, as concepções sobre as qualidades necessárias do imigrante “perfeito” continuavam circular entre as elites políticas, mesmo com o rompimento oficial com a política do Estado Novo.

Como bem demonstra Fabio Koifman (2012), os critérios de seleção dos imigrantes pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra eram fortemente enraizados nas teorias eugênicas. Depois de ter analisado a atuação do Ministério da Justiça na política imigratória do Brasil, entre os anos 1941 e 1945<sup>95</sup>, Koifman (*op.cit.*, p. 43) constata que o “governo viveu o paradoxo” em relação aos fluxos migratórios: de um lado, sentia-se necessidade de receber imigrantes para compor o mercado de trabalho interno, e por outro, mantinha-se a preocupação com uma seleção rigorosa daqueles que eram considerados “indesejáveis”. Os parâmetros dessa seleção, como bem demonstra Koifman, eram profundamente subjetivos, já que eram fundados nos critérios “científicos” da eugenia, relacionados a padrões físicos e morais de raça, sexo, idade, saúde e outros. Esses critérios de seleção continuavam refletir a preocupação de Vargas com a construção de uma nacionalidade brasileira, que visava agregar a ascendência portuguesa e a abundância tropical supostamente multirracial do Brasil (Schwarcz, 2015, p. 378). O imigrante só podia fazer parte desse projeto desde que integrado e assimilado à essa concepção do Brasil-nação. Nesse sentido, as reflexões da eugenia brasileira<sup>96</sup> estabeleciam critérios “científicos” de um “imigrante ideal”, cujas características permitiriam uma assimilação rápida e eficaz no seio da nação brasileira.

Não obstante as alterações no governo depois do fim do Estado Novo, as políticas migratórias do Brasil continuavam guiadas pelas mesmas ideias de origem eugênica. Tentarei demonstrar adiante que o debate público e o embate entre diferentes grupos políticos no governo acerca da questão do recebimento dos refugiados e deslocados da

---

<sup>95</sup> Desde 1941, conforme o Decreto-Lei 3.175 de 1941, a responsabilidade sobre a seleção e a admissão dos imigrantes para o país ficou a cargo do Serviço de Vistos desse Ministério.

<sup>96</sup> Koifman (*op.cit.*, 67-84) afirma que os eugenistas brasileiros preocuparam-se em adaptar as reflexões dos colegas europeus e norte-americanos à realidade brasileira, fazendo uma “tropicalização” da eugenia clássica. Segundo a concepção clássica da eugenia europeia, a miscigenação levava à degeneração física e moral do povo, tornando-o “povo incapacitado de um desenvolvimento progressivo” (*Ibid.*, p. 73). Já para os adeptos dessa “ciência” no Brasil, a mestiçagem brasileira não teria levado o povo à degradação, porém, ainda seria possível melhorar o seu desempenho através do “branqueamento”, como resultado de cruzamento da população local com os imigrantes europeus. Portanto, Koifman ressalta que as teorias eugênicas no Brasil não propunham limitar a miscigenação, como em outros países, mas visavam “regenerar” (*Ibid.*, p. 78) a população, através da mestiçagem com preponderância do elemento branco. Para autor, “a história da eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural” (*Ibid.*, p. 75) e nem tanto como uma fundamentação “científica” para um estado racista, como na Alemanha ou nos Estados Unidos.

guerra eram ainda estruturadas pela convicção de que a seleção rigorosa dos imigrantes era necessária para evitar problemas de sua inserção na sociedade brasileira.

O decreto-lei número 7.967 de 27, de agosto de 1945, encerrou o período de rígido controle do fluxo migratório para o país, praticado desde 1941 através da delegação dos assuntos migratórios para o Serviço de Vistos do Ministério da Justiça (Koiffman, 2012). Basicamente, a entrada dos estrangeiros ao Brasil nesse período era condicionada pela obtenção de visto junto às autoridades consulares no exterior, que seguiam inúmeras restrições criadas pelo governo para não permitir a vinda dos refugiados europeus. Nesse contexto, a lei de 1945 abria a possibilidade de imigração espontânea - mesmo que dentro das cotas nacionais- e previa enquadramento legal para a vinda de refugiados do pós-guerra. Contudo, a visão utilitarista da imigração continua sendo fundamental ao entendimento dessa mudança na legislação, que visava “imprimir à política migratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atende à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país” (Brasil, Decreto-lei n 7967). Mais uma vez na história política brasileira, o acolhimento do imigrante era, sobretudo, questão do desenvolvimento econômico do país, “da formação étnica do seu povo e da própria segurança nacional” (Silva, 1997, p. 153). Continuando a tradição de uma imigração dirigida, essa lei colocava o imigrante entre a Cila de sua utilidade como mão de obra qualificada, preenchendo lacunas no mercado de trabalho local, e a Caríbdis da adequação aos ideais nacionais acerca de suas concepções políticas e “qualidades” étnicas<sup>97</sup>.

De qualquer maneira, o decreto-lei de 1945 providenciou a base legal para a admissão das primeiras levas de refugiados e deslocados da Segunda Guerra. O documento previa o acesso de estrangeiros por meio de duas categorias de vistos: temporários e permanentes. Os vistos permanentes resgatavam a velha lógica dualista de imigração espontânea e imigração dirigida, fosse pelo estado ou pelas companhias privadas de imigração e colonização. Conforme o Artigo 9 do Capítulo 1 do Título 1 (Brasil, Decreto-lei 7967), o visto permanente era destinado aos estrangeiros que “estiverem em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nele pretenderem fixar-se”, atendendo contudo a cota nacional de 2 por cento ao ano. Já os imigrantes

---

<sup>97</sup> Art. 2, Cap. 1.: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (Brasil, Decreto-lei n 7967).



“dirigidos” recebiam o visto permanente especial, que não previa a aplicação da cota nacional, mas submetia o candidato à “prévia seleção e classificação pela autoridade competente”.

É possível supor que a redação dessa lei não visava o envolvimento do Brasil nas políticas de distribuição dos refugiados da Segunda Guerra, porém a criação do visto permanente especial deu base legal para enquadramento posterior de deslocados da guerra. Os deslocados russos que passavam pela seleção coletiva nos acampamentos de refugiados recebiam em seus documentos (geralmente, nos certificados de identidade para os apátridas, emitidos pelas autoridades dos Aliados nas zonas ocupadas da Áustria e da Alemanha) o visto “permanente especial” conforme o decreto-lei de 1945, emitido pela Missão Brasileira de Imigração. Aqueles deslocados e refugiados russos que moravam nas cidades, fora dos acampamentos organizados pelos Aliados, deviam apresentar-se ao consulado brasileiro ou às autoridades consulares presentes na cidade para solicitar o visto permanente, de acordo com o art. 9 do Decreto-lei 7697. Dessa maneira, esses solicitantes ficaram enquadrados na categoria de imigrantes espontâneos e foram submetidos à aplicação da cota nacional. Até o final dos anos 1950, era justamente esse Decreto-lei de 1945 que regulamentava a vinda legal dos refugiados e imigrantes russos tanto da Europa, quanto da China.

## **4.2. Deslocado de guerra bom é deslocado de guerra útil**

A chegada dos primeiros deslocados europeus no Brasil, na segunda metade de 1947, provocou um debate público na imprensa acerca da aplicação das políticas migratórias em relação a esses imigrantes. Em consequência desse debate, o chefe da Delegação Brasileira de Imigração na Europa, Artur Hehl Neiva, foi afastado de sua função, obrigado a retornar ao Brasil e a apresentar ao Presidente um relatório extenso sobre suas atividades de seleção dos imigrantes nos acampamentos europeus. Esse relatório, assim como cópias de acusações contra ele pela imprensa e pelo Conselho de Imigração e Colonização<sup>98</sup>, foi publicado por ele, em 1949, como tentativa de uma defesa pública<sup>99</sup>. Como aponta Campos (2015, p. 361), as acusações de Neiva e da Comissão de

---

<sup>98</sup> Neiva fazia parte do Conselho de Imigração e Colonização desde 1938, o que demonstra, mais uma vez, que o quadro político relacionado à imigração permanecia o mesmo desde o Estado Novo. Para a ficha biográfica de Artur Neiva, ver <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AHN>>. Acesso em: 10/08/2015.

<sup>99</sup> Neiva, Artur Hehl. *Deslocados de guerra: a verdade sobre sua seleção*. Rio de Janeiro, 1949.

seleção liderada por ele por parte da imprensa se resumiam a três tipos: “(1) os ‘elementos selecionados’ não estavam em condições de saúde satisfatórias; (2) a seleção profissional deixava muito a desejar, sendo selecionados tenores, bailarinas, pianistas etc.; (3) não haviam sido cumpridas as instruções recebidas por Neiva no sentido de enviar 70% de agricultores e 30% de operários especializados ou técnicos”<sup>100</sup>.

Em seu relatório, Neiva traça um breve histórico do envolvimento do Brasil na parceria com as organizações internacionais sobre refugiados, descreve as condições de trabalho da Comissão brasileira na Europa do pós-guerra e explicita os seus critérios de seleção de deslocados de guerra admitidos para ingressar no Brasil.

Segundo o documento, Neiva era defensor das políticas do recebimento dos imigrantes como mão de obra, desde que devidamente selecionados. Essa seleção visava, para ele, suprir as necessidades da indústria pela mão de obra especializada por meio de atração dos imigrantes europeus. “Será possível que no Brasil não haja lugar para mecânicos de precisão habilitados, que a meu ver não existem quase entre nós?” indaga Neiva em seu relatório<sup>101</sup>. Sua posição reflete bem os paradoxos da representação do imigrante no Brasil daquela época: ao mesmo tempo considerado como provedor de civilização e progresso para um país atrasado, o imigrante representava vários “perigos” à unidade nacional, desde a formação de “quistos étnicos” a atividades subversivas de origem comunista<sup>102</sup>. Enquanto uns eram considerados como contribuintes para branqueamento e melhoramento do potencial de um país atrasado, outros eram pensados como potencialmente perigosos e não assimiláveis (Lesser, 2001).

Dessa maneira, Neiva, dentre outros políticos que defendiam a participação do Brasil nos acordos sobre os deslocados de guerra, considerava o contexto pós-guerra europeu como uma oportunidade pontual e única para o Brasil suprir sua necessidade de mão de obra especializada. Além disso, Neiva argumentava, não sem influência do paradigma eugênico, que esses refugiados possuíam inúmeras “qualidades” físicas e morais que poderiam contribuir com a nação:

---

<sup>100</sup> Para polêmica completa sobre a seleção dos deslocados de guerra realizada pela Comissão liderada por Neiva, ver Campos (2015, pp. 361-366).

<sup>101</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 75.

<sup>102</sup> Como demonstra a tese de doutorado de Gustavo Barreto (2015), o discurso sobre a figura do imigrante no Brasil comporta até hoje essa contradição, refletida no senso embutido em cada categoria utilizada. “Refugiado”, “imigrante”, “estrangeiro” tem conotações valorativas diversas e refletem frequentemente as concepções contraditórias sobre o papel do imigrante na formação social e econômica do Brasil.

[...] os DPs possuem um conjunto de qualidades que tornam certos grupos dentre eles profundamente interessantes como contingentes imigratórios para o Brasil. [...] Essas qualidades, dum modo geral, são as seguintes: energia e fortaleza de animo; adaptabilidade a circunstancias novas; rusticidade e resistência física; capacidade de sobrevivência; habilidade manual ou mecânica; grande operosidade e aplicação; hábitos de limpeza, de ordem e de disciplina; moralidade; acentuado sentimento de apego a família; religiosidade fervorosa; coragem perante a adversidade; e, fundamentalmente, forte espírito anti-comunista<sup>103</sup>.

Contudo, as suas concepções sobre utilidade dos deslocados europeus para a formação do Brasil não eram compartilhadas por alguns colegas do Conselho de Imigração e Colonização. Sem ter conseguido impedir a vinda dos deslocados de guerra para o Brasil, em 1947, os opositores do projeto iniciaram a campanha acusatória, reforçada por inúmeras reportagens nos jornais da época, sobre a insuficiência dos procedimentos de seleção adotados pela Delegação presidida por Neiva. Na sua argumentação, eles acusavam a Delegação de cometer erros ao conceder vistos para indivíduos em condições de saúde insatisfatórias e de profissões não desejáveis. Esse debate indica que para os dois lados em disputa, o recebimento do refugiado não era uma questão humanitária, mas, sim, questão estratégica de uma política migratória instrumentalista. A vinda dos deslocados era discutida, sobretudo, em termos de sua “vantagem” para o projeto político interno, como transparece no relatório:

[...] a atitude do Conselho era de uma reserva, absolutamente inexplicável, pois as vantagens que adviriam para o Brasil com o reinício da imigração, ainda mais em circunstâncias *tão excepcionalmente favoráveis* [grifo meu] como a do recebimento dos imigrantes aqui, sem que houvesse praticamente dispêndio algum por parte do Governo Brasileiro, eram tão evidentes que não se podia efetivamente compreender a resistência da maioria do Conselho ao plano<sup>104</sup>.

Conforme o relatório de Neiva, as condições propostas pelo Comitê Intergovernamental para refugiados (CIR<sup>105</sup>) eram mais que vantajosas para o Brasil. O acordo previa a liberdade do Brasil em assuntos de seleção e admissão dos deslocados,

---

<sup>103</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 41.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>105</sup> O relatório se refere a essa instituição usando abreviação IGCR - *Intergovernmental Committee on Refugees*.

cujo transporte marítimo era custeado pelo Comitê. No Brasil, o governo devia assegurar o recebimento desses imigrantes: hospedagem, transporte até o local de contratação, alimentação e cuidados de saúde, além de garantir sua colocação profissional e direitos civis básicos. O CIR ainda propunha ao governo brasileiro auxílio na organização de núcleos coloniais, ademais, oferecendo uma quantia em dinheiro para cada imigrante no momento de sua chegada ao Brasil<sup>106</sup>.

Para os defensores da parceria do Brasil com o CIR, essa era uma oportunidade única em promover um fluxo de imigração europeia sem grandes despesas e ainda demonstrar o seu alinhamento ideológico com os países do bloco antissoviético<sup>107</sup>. Contudo, uma seleção rigorosa era necessária para não admitir um contingente de imigrantes “indesejáveis” para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Essa seleção devia ser feita por uma comissão brasileira diretamente nos acampamentos de deslocados de guerra na Áustria e na Alemanha, já que na zona de ocupação soviética vigorava a política de repatriação e não de reassentamento dos deslocados<sup>108</sup>. Dessa maneira, em maio de 1946,

plenamente consciente das suas responsabilidades como Presidente do órgão supremo da coordenação da política imigratória brasileira, o Ministro João Alberto, verificando que a pasmaceira e o papelório não trariam imigrantes para o Brasil, toma a iniciativa de ir à Europa dessangrada do *post-guerra* para estudar *in loco* a possibilidade da vinda de migrantes europeus para o Brasil<sup>109</sup>.

Com base nessa expedição, foram definidos os critérios de seleção dos DPs, que levavam em conta as “qualidades” de origem moral, profissional e étnica de cada candidato à imigração. Entre eles, os critérios étnicos ganhavam uma importância excepcional, já que o maior número de DPs era proveniente de países do bloco soviético, que não podiam ou não queriam regressar. Contudo, esses não eram os imigrantes “perfeitos” que o governo brasileiro gostaria de receber: os italianos, considerados de mais fácil assimilação, representariam um contingente mais desejável para imigrar.

---

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 25-26.

<sup>107</sup> Para a dupla estratégia do Brasil nas negociações com as organizações internacionais sobre os deslocados de guerra, ver Andrade (2005). Para os detalhes de quantidade de DPs aceitos conforme o contrato com CIR, ver Moreira (2013).

<sup>108</sup> Depois da Guerra, existiam três principais paradigmas de solução da questão dos deslocados: naturalização, reassentamento em terceiro país ou repatriação. Enquanto os países ocidentais adotaram a segunda solução, com auxílio das organizações internacionais, a União Soviética defendia a política de repatriação dos deslocados. Inclusive, exigia a repatriação de seus cidadãos das outras zonas de ocupação. A respeito da divergência de políticas para os refugiados, ver Moreira (2013).

<sup>109</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 21.

Entretanto, Neiva observa que eram unicamente os DPs que tinham facilidade de sair da Europa pós-guerra, “pois as Potências Ocidentais tem interesse em resolver o problema que representam, e nesse sentido se empenham”<sup>110</sup>.

Dessa maneira, era preciso traçar uma “hierarquia” de grupos nacionais presentes nos acampamentos de deslocados de guerra segundo a sua conformidade com o projeto migratório brasileiro. Preocupado com isso, Neiva sugere uma “gradação de preferência étnica” na seleção dos refugiados. Os povos “baltas”, compreendendo lituanos, letões e estonianos, ocupavam a melhor posição nessa lista: “são incontestavelmente os melhores entre todos os DPs”<sup>111</sup>. Eles foram seguidos pelos ucranianos, considerados pela Delegação como “ótimos colonos de fazenda e pequenos proprietários rurais”, além de apresentar vantagem de poderem ser escolhidos em grandes grupos<sup>112</sup>. Os terceiros na lista eram os poloneses, que, segundo Neiva, eram compostos de dois grupos: camponeses, que, como ucranianos, poderiam ser inseridos facilmente nos trabalhos agrícolas, e a *intelligentsia*, que “não nos interessam e só deverão ser selecionados individualmente. São politiqueiros e astuciosos, menos trabalhadores que os baltas ou os ucranianos; seu nível de criminalidade é correspondentemente mais alto”<sup>113</sup>. O quarto lugar nessa lista Neiva propõe para os russos “brancos”<sup>114</sup>:

Os russos brancos e os apátridas, dos quais constituem a maioria, são em número pouco superior a 20,000. Parecidos com os baltas quanto ao tipo de profissões e, etnicamente, aos poloneses e ucranianos, são em geral constituídos por grupos de mais idade e de qualidades inferiores as daqueles. Tem, contudo, grandes predicados; são os mais alto espírito de religiosidade (grego-ortodoxo) e delirantemente anticomunistas. Tem acentuado temperamento artístico. Deverão ser selecionados individualmente, dando-se preferência a nova geração, na maioria dos casos. Não serão mais repatriáveis. Vieram voluntariamente<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>114</sup> Neiva usa esse termo em seu relatório, provavelmente, na tentativa de diferenciá-los dos russos soviéticos. Contudo, Neiva descreve essa categoria (originalmente política) em termos étnicos, o que pode ser explicado ou pelo fato de que ele simplesmente adotou a categoria dos relatórios estatísticos europeus, ou se baseou nos relatos individuais dos russos que se denominavam “brancos” na entrevista presencial.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

O último lugar na hierarquia de qualidades étnicas Neiva oferece aos “iugoslavos” que são “menos limpos e menos cultos de todos os visitados, só deverão ser escolhidos individualmente”<sup>116</sup>.

Além desses critérios de seleção, baseados em características genéricas supostamente próprias a cada grupo nacional, outros critérios eram introduzidos. Segundo eles, o DP selecionável pela Delegação brasileira devia corresponder as seguintes exigências, dentre outras: ser agricultor, operário qualificado, técnico especializado, empregado doméstico, dentre outras profissões; possuir família com membros “aptos para o trabalho entre 15 e 50 anos”, se agricultores; não possuir nenhum problema congênito ou doença que impossibilite o trabalho; não ter antecedentes criminais e envolvimento com organizações terroristas, nazistas ou extremistas. Como vimos, esses critérios de seleção eram fortemente influenciados pelas concepções eugênicas sobre superioridade de uns povos sobre outros, tanto quanto sobre as características físicas e morais de um bom trabalhador<sup>117</sup>.

Os acordos do Brasil com a OIR deixavam claro que a entrada do país estava liberada para algumas categorias profissionais específicas. O Acordo de 1951 para recebimento de 5000 refugiados da Europa traça claro perfil profissional desejado pelo governo brasileiro: técnicos e operários especializados, “necessitados pelo parque industrial do país” e técnicos e trabalhadores agrícolas. Ao mesmo tempo, a cláusula décima do Acordo delimita explicitamente os indivíduos e famílias que não podem ser submetidos à seleção: dentre eles, pessoas ligadas às “profissões regulamentadas”, os “intelectuais (pintores, escritores, jornalistas, professores e artistas em geral)”, pessoas ligadas às profissões “urbanas, como as de barbeiro, caixeiro, contador e similares”<sup>118</sup>.

Como já mencionei, as próprias organizações internacionais para refugiados promoviam uma imagem do DP como um bom trabalhador e politicamente confiável. Existia uma concorrência pelos refugiados mais capacitados<sup>119</sup>, entre os países receptores, e, portanto, era preciso fazer propaganda positiva das condições de trabalho e de vida no Brasil. Para a realização do projeto imigratório brasileiro, era preciso que os

---

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> A respeito de como a seleção rigorosa dos candidatos por saúde física e psíquica para ingressar no Brasil foi inspirada pelas teorias médicas desenvolvidas em massa na época, ver Salles (2007, p. 199).

<sup>118</sup> Acordo Administrativo entre o governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional de Refugiados, 23/02/1951.

<sup>119</sup> Em decorrência, as organizações para os refugiados foram obrigadas a criar estímulos financeiros e assistenciais para admissão de toda a população incapacitada física ou mentalmente para o trabalho, rejeitada pelos países receptores (Moreira, 2013, p. 17).

DPs mais especializados também quisessem se candidatar à imigração para o país. Inclusive, Neiva aponta para esse problema quando evoca transmissões de rádio nos acampamentos nos quais os DPs estavam alertados a não ir para o Brasil, que recrutava a “mão de obra escrava”. Para enfrentar a propaganda negativa sobre as condições de recepção dos refugiados pelo Brasil, a Comissão distribuía panfletos informativos nos quais o país surgia como uma utopia moderna:

A área do Brasil é de 8.513.844 km<sup>2</sup>, é a décima parte do globo e, quando à sua dimensão, está colocado em terceiro lugar entre os países do mundo. [...] Existem todos os seguintes climas: o do litoral e do mar, o continental e o mediterrâneo, o seco e o úmido, o do trópico e o temperado. Os Estados, cujas características são parecidas com os da Europa, são : Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, parte de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Essa semelhança fica provada pela perfeita ambientação dos numerosos imigrantes alemães e húngaros [...], pela grande cultura de trigo e de frutas do clima temperado, bem como pelas condições favoráveis de trabalho e de vida na maior parte do país. [...]

No que se refere às condições salariais, etc., dos trabalhadores, se deve frisar que existem providências e Leis Trabalhistas especialmente progressistas, visando a proteção de classe, tanto o trabalhador brasileiro, como o imigrante. [...] O salário dos operários especializados e dos técnicos – os quais possuem a melhor chance para obter boa colocação – é bem mais elevado.

Quase todas as empresas industriais, quer as do Governo, quer as particulares – possuem grupos residenciais, proporcionando aos seus trabalhadores apartamentos bons, a preços reduzidos. Os fundos monetários dos Institutos de Previdência Social possibilitam à classe trabalhista a aquisição de casa própria, com financiamento a longo prazo (25 anos).

O progresso industrial do Brasil está caminhando de ritmo acelerado e sua agricultura está em vias de ser mecanizada completamente.

A população do Brasil é composta de elementos da mais diversa origem, gozando da mais completa igualdade de direitos e liberdade de religião.

A colocação dos imigrantes se procede da seguinte forma: o vapor atraca na ‘Ilha das Flores’. É um pequeno povoado, parecido com um jardim de flores (como seu nome já indica), situado numa ilha na baía do Rio, pegado ao Rio de Janeiro. (praias, casinos, cinemas, etc.) [...] Até que não consigam trabalho e residência definitivos, os imigrantes residem na Ilha, gozando de casa e comida (praia, divertimentos grátis)<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> Carta do Serviço de Imigração do Governo Brasileiro na Europa, Viena, ao Redator do “Jornal Húngaro de Viena”. 26 de fevereiro de 1957. Dossiê 41 Z-78-31,32. DEOPS/ APESP-SP.

Contudo, a propaganda do governo brasileiro não alcançava todos os deslocados de guerra, e, muito daqueles que não tiveram oportunidade de escolher o país de destino, dirigiram-se ao Brasil sem ter um conhecimento elementar sobre as condições reais de vida no país:

Quando saíram nossos documentos para imigrar ao Brasil, meus pais compraram uma serra e outros instrumentos agrícolas para poder construir uma cabana na floresta para morar. E quando o navio entrou na baía de Guanabara, nós ficamos muito surpresos em ver o Rio com todas aquelas luzes<sup>121</sup>.

### **4.3. Do acampamento de DPs na Europa ao Brasil**

Em seu relatório, Neiva descreve que em dezembro de 1946, permaneciam na Europa 700 000 deslocados não repatriáveis: “Estes 700 000 estão reunidos em Assembly Centers espalhados pelas zonas de ocupação, em número de 568, onde os DPs estão agrupados em ‘campos’, separados por etnias ou nacionalidades”<sup>122</sup>.

A organização de centros de agrupamento dos deslocados de guerra era uma prática compartilhada por todas as zonas de ocupação, excluindo soviética. O seu número variava de acordo com os ritmos de reassentamento de seus moradores, mas, conforme algumas estimativas, na zona de ocupação norte-americana na Alemanha havia 416 acampamentos em junho de 1946, contra 272 na zona britânica, 45 na zona francesa, 21 na Áustria e 8 acampamentos na Itália<sup>123</sup>. Por longos anos, esses assentamentos, improvisados, não raro dentro da estrutura já existente de campos de concentração ou de prisioneiros dos tempos da guerra, serviram como locais de residência de muitos refugiados desabrigados pelo conflito. Como já apontei no primeiro capítulo, para os países ocidentais isso representava uma maneira eficaz de controlar e gerenciar os fluxos de deslocados de guerra. Ao mesmo tempo que se mantinha essa população excluída da política interna de cada país, a sua inclusão geográfica permitia que se usufruísse de sua força de trabalho nos territórios devastados pela guerra.

---

<sup>121</sup> Paulo B., depoimento de 19 de junho de 2015, São Paulo.

<sup>122</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 40.

<sup>123</sup> A respeito dos acampamentos de DPs, ver Shephard (2012), Königseder & Wetzel (2001), Guide to the Displaced Persons Camps and Centers Photograph Collection, disponível em <<http://findingaids.cjh.org/?pID=2262096#a2>>.



A contribuição dos deslocados, deliberadamente não-cidadãos europeus, para a reconstrução da Europa pós-guerra é ainda um tema desconhecido pela historiografia ocidental<sup>124</sup>. Mas a persistência do fenômeno por longos anos após o término do conflito militar indica que se tratava de uma solução oportuna para governos de territórios ocupados. A maioria dos acampamentos tinha fechado até 1952, 6 anos depois do fim da Segunda Guerra, o último dos quais permaneceu em funcionamento até fevereiro de 1957, na Alemanha<sup>125</sup>.

Para as pessoas, desabrigadas pela guerra ou liberados dos campos de concentração nazistas, os acampamentos de DPs apresentavam uma das únicas possibilidades de sobrevivência. As cidades europeias, e, sobretudo, as alemãs, estavam destruídas pela guerra. “Em Berlim, como em todas as outras cidades de certa importância da Alemanha, é espetáculo comum andar-se por uma rua ou avenida durante quarteirões, vendo exclusivamente de um e outro lado montões de ruínas provenientes de edifícios demolidos”, escrevia Neiva em seu relatório<sup>126</sup>.

Outro testemunha da condição urbana na Alemanha pós-guerra relembra:

A Alemanha estava destruída após a guerra. As cidades pareciam um armazém de materiais de construção. As “ruas” eram trincheiras formadas pelos tratores. Não tinha nada para comprar. Quando a nossa casa foi destruída pelo bombardeio, nós fomos encaminhados para trabalhos numa fazenda. [...]. Quando a guerra acabou, nós fomos morar no acampamento para os refugiados. Era antigo quartel militar<sup>127</sup>.

Nesse contexto de destruição e de falta de referências, os acampamentos ofereciam a sensação de uma segurança, disciplina e uma ordem restaurada:

[...] tinha um campo de refugiados, [meus pais] davam aula. Formou-se uma escola, meu pai era diretor dessa escola, minha mãe dava aula de aritmética, minha avó dava aula de sei lá do que, russo ou francês, não sei. Eles davam aula nessa escola de refugiados. [...] Esse campo chamava-se *Colorado*. Eu tenho fotos desse campo, todo mundo lá vivendo meio que, sobrevivendo de uma forma organizada,

---

<sup>124</sup> Baganha (1993, p. 820) aponta que a principal mão de obra para a reconstrução da Europa pós-guerra, conforme o plano Marshall, foi fornecida, nos primeiros anos, principalmente pelas populações de deslocados de guerra dos territórios da Europa do Leste.

<sup>125</sup> Guide to the Displaced Persons Camps and Centers Photograph Collection, disponível em <<http://findingaids.cjh.org/?pID=2262096#a2>>. Acesso em 02/09/2015.

<sup>126</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 36.

<sup>127</sup> Paulo B, depoimento de 19 de junho de 2015, São Paulo.

para não morrer, concorda? Eu acho que os ingleses apoiaram a fazer essa escola, enfim, nós estávamos ... numa situação de refugiados. Só que de um jeito organizado<sup>128</sup>.

Para milhares de pessoas que continuavam desenraizadas, a vida nos acampamentos simulava o sentimento de segurança de pertencer a “uma localidade territorial ou categórica”, retomando a reflexão de Bauman (2005, p. 65). Em contraste com a desregulamentação, a indeterminação da guerra, o cotidiano regulado no acampamento transmitia uma “confortável sensação de segurança” (*Idem.*, p. 93), de pertencer a um lugar.

Ao mesmo tempo em que representavam um refúgio almejado, os campos de agrupamento eram uma solução oportuna para a política intergovernamental em separar, controlar e gerenciar os apátridas. O seu agrupamento territorial simplificava o trabalho de comissões estrangeiras em selecionar os candidatos a reassentamento em seus países. A União Soviética também usufruía dessa disposição territorial para localizar seus cidadãos com intenção de repatriá-los.

Conforme relatos de antigos habitantes dos acampamentos, a delegação soviética fazia visitas regulares aos campos geridos pelos países aliados. No dia da visita, a saída do acampamento ficava interdita e os agentes soviéticos faziam revisão de documentos e de relatórios pessoais, pretendendo localizar indivíduos nascidos na URSS. Não raro, na falta de documentos de identidade existentes, os refugiados falseavam seu local de origem para não entrarem na categoria de repatriáveis soviéticos.

Outros

“fabricávamos documentos à mão, imitando o texto datilografado, e copiávamos o carimbo com uma batata crua. Eu tenho esse documento até hoje. Hoje isso parece ridículo, mas naquela época era uma salvação. Apesar de que os ingleses certamente sabiam”<sup>129</sup>.

Isso era especialmente importante para as famílias soviéticas que emigraram voluntariamente, seguindo as tropas alemãs em retirada. Eles eram facilmente identificáveis, pois não tinham documentos de deslocados para o trabalho, emitidos pelos nazistas, e temiam a repressão por parte do governo stalinista.

Alguns historiadores russos (Zemskov, 2004) discutem que a relação entre a política de reassentamento adotada pelos governos ocidentais e a política soviética de

---

<sup>128</sup> Elena A., depoimento de 25 de fevereiro de 2015, São Paulo.

<sup>129</sup> Paulo B., depoimento de 19 de junho de 2015, São Paulo.

repatriação compulsória tinha origem ideológica. A URSS temia que grande quantidade de refugiados soviéticos fossem utilizados pelos países europeus e pelos Estados Unidos para propaganda anticomunista. Além disso, o governo stalinista era bem informado, tanto sobre a seleção que os países ocidentais faziam entre os deslocados soviéticos, com objetivo de reter as elites intelectuais e profissionais, quanto sobre a propaganda antissoviética empreitada nos acampamentos de deslocados, pelos aliados e pelos próprios russos da emigração anterior. Zemskov acredita que a real política soviética acerca dos desertores, colaboracionistas, prisioneiros de guerra, deslocados e emigrados voluntariamente não era tão repressiva quanto a imagem que se formou entre os deslocados, alimentada pela propaganda ocidental. Mas ele também não nega que o governo soviético expunha uma desconfiança constante em relação aos repatriados, muitos dos quais foram encaminhados para trabalhos forçados na Sibéria. De qualquer maneira, o temor da violência soviética, real ou imaginário, fez com que muitos dos “repatriáveis” procurassem ocultar a sua origem soviética.

A Missão Brasileira de Imigração, presidida por Artur Neiva, estava ciente dessa disputa ideológica pelos deslocados de guerra. O Brasil também estava interessado em não deixar passar “qualquer imigrante que seja comunista ou mesmo suspeito de comunista”<sup>130</sup>. Por essa razão, os deslocados russos eram pretendentes polêmicos para a imigração ao país. Sabendo disso, Neiva ressalta em seu relatório ao Presidente as vantagens políticas que o recebimento dos russos poderia oferecer:

[...] os russos do quadro supra são todos russos brancos, que fugiram da antiga Rússia em consequência da revolução bolchevique em 1917 e que em parte também estão incluídos na rubrica “apátridas”. [...] Praticamente todos os DPs não repatriáveis procuraram refúgio nas zonas de ocupação das Potências Ocidentais porque são anticomunistas e não desejam de forma alguma viver sob o domínio russo. Este é um dos fatores preponderantes no extremo interesse que apresentam para nós, pois cada um deles, individualmente, é um elemento vivo de propaganda anticomunista e poderá contar ao que assistiu por experiência própria da organização e regimen comunistas<sup>131</sup>.

Nesse contexto, é possível entender com que conotação se utilizava o termo “russo branco” pelos agentes brasileiros. Como sabemos, inicialmente a categoria “russo

---

<sup>130</sup> Neiva, *op.cit.*, p. 38.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p.77.

branco” surgiu no contexto da guerra civil depois da Revolução bolchevique, quando as tropas do Exército Vermelho enfrentavam as forças contrarrevolucionárias do Exército Branco, liderado por antigos oficiais do Exército Imperial Russo e composto por soldados ou voluntários anti-bolcheviques. Depois da grande emigração dos russos para os países europeus, esse termo passou a descrever os emigrantes e refugiados envolvidos em movimento contrarrevolucionário. Mais tarde, principalmente depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a categoria de “russo branco” perdeu sua conotação política e passou a definir os emigrados “antigos” em contraposição aos emigrantes nascidos na URSS. Para estes últimos, ser classificado na categoria de “branco” era uma das oportunidades de escapar de repatriação compulsória do governo soviético. Já para os agentes de imigração brasileiros, a oposição entre os russos brancos e soviéticos era estrategicamente importante para assegurar a não penetração no país de eventuais elementos “indesejáveis” tão temidos pelo discurso público.

Tendo em vista essas peculiaridades do “material migratório”<sup>132</sup> que eram os deslocados, era necessário adotar medidas práticas para uma seleção eficaz. O procedimento passava-se em duas partes. Primeiro, a comissão analisava os dossiês dos candidatos à imigração para o Brasil. O dossiê compreendia uma ficha médica, um documento de identidade, uma certidão de boa conduta emitida pelo diretor do acampamento e um certificado de segurança (uma espécie de *exit permit*)<sup>133</sup>. Em seguida, a comissão solicitava entrevista com pessoas e famílias cujo dossiê foi selecionado. A entrevista presencial visava descartar as tentativas de fraude. Os membros da comissão eram encarregados de observar cuidadosamente os indivíduos, examinando atentamente se sua aparência correspondia com a profissão declarada no dossiê, assim como a sua idade. A extrema subjetividade dessa técnica de seleção fez com que Neiva recebesse críticas por parte de seus opositores no Brasil. Realmente, ao mesmo tempo que a entrevista deixava passar indivíduos de profissões pouco ligadas ao trabalho agrícola ou industrial, ela rejeitava aqueles que aparentavam ter idade maior que declaravam no formulário, reconhecidamente um efeito das privações da guerra<sup>134</sup>. As pessoas e famílias selecionadas dessa maneira foram encaminhadas para um exame médico realizado na presença de um médico brasileiro. Em seguida, eles eram

---

<sup>132</sup> *Ibid.*, p.76.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 55.

transportados até os centros de agrupamento transitório, nos quais esperavam seu embarque para o Brasil.

A travessia oceânica era financiada pelas organizações humanitárias e realizada em navios militares ingleses e americanos. Durante cerca de três anos, navios de guerra, como o *General Stuart Heintzelman*, transportavam os refugiados da Segunda Guerra para o Brasil. Os navios tinham capacidade de comportar mais de 800 pessoas numa viagem que durava aproximadamente 20 dias.

E nós viemos para o Brasil. Entendeu? 1949. Navio americano, de guerra, chamado General Stuart. [...] Eu me lembro bem, comendo sopa de ervilha, o navio, me lembro do navio... Eu era criança, a gente varria o navio, eu e meu amigo. [...] E a gente varria o navio, os homens ficavam numa ponta, as mulheres com as crianças ficavam na outra ponta, eu ia visitar meu pai<sup>135</sup>.

Para muitos, as relações de amizade e vizinhança criadas durante a travessia transformaram-se em redes sociais complexas preservadas através das gerações. Ao longo dos primeiros anos no Brasil, essas redes atuavam no auxílio às famílias para se colocarem no mercado de trabalho local, assim como para encontrar moradia e preservar sua língua e costumes festivos e cotidianos.

Então você vê, esse grupo que veio de mil pessoas, acho que por navio vieram mil pessoas, de certa maneira tinham laços afetivos. Da viagem, quarentena... Certo? [...]

Eu sei que as amizades dos meus pais eram o navio, porque veio junto, já ficaram juntos, viraram tio, primo, irmão, tanto faz.. Os moços eram amigos entre si, todos os jovens né... quem eram os amigos do meu irmão? A turma dos russos que veio junto, não fizeram muitos outros amigos, entendeu. Então eram grupos fechados, bastante<sup>136</sup>.

Chegados ao Brasil, os refugiados eram encaminhados à Hospedaria dos Imigrantes, na Ilha das Flores no Rio de Janeiro. Lá, depois de permanecerem por alguns dias ou semanas, eles completavam exames médicos e recebiam as principais instruções acerca de sua colocação profissional. No entanto, nem todos possuíam contratos de trabalho previamente negociados, sendo obrigados, dentro de prazos curtos, a procurar emprego enquanto estavam hospedados na Ilha das Flores. Os imigrantes com destino ao Estado de São Paulo eram encaminhados coletivamente pelas autoridades brasileiras

---

<sup>135</sup> Elena A., depoimento de 25 de fevereiro de 2015, São Paulo.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

e, chegados à cidade de São Paulo, eram hospedados na Hospedaria de Imigrantes Campo Limpo.

#### **4.4. O deslocado de guerra no Brasil: entre a segurança nacional, a formação étnica e a questão econômica**

A falta de articulação entre as políticas de seleção e de acolhimento de imigrantes gerou um debate acerca da própria participação do país nos acordos bilaterais para os refugiados de guerra. O debate público, instigado pela imprensa, se desenrolou em três principais temas: os deslocados como ameaça à segurança nacional; os deslocados como elementos étnicos indesejáveis para o projeto nacional brasileiro, e os deslocados como uma força de trabalho inadequada para as necessidades concretas do país.

Quando o jornal paulistano *A Gazeta* publicou, em 4 de julho de 1949, uma pequena nota intitulada “Espões entre os deslocados de guerra”<sup>137</sup>, apenas transmitiu uma das preocupações constantes do governo brasileiro com a “qualidade” política dos imigrantes europeus acolhidos no país. Como já vimos no relatório de Arthur Neiva, a questão acerca das concepções políticas dos deslocados sempre foi preocupação presente nos critérios de seleção da Comissão brasileira na Europa. Esse ponto se tornou ainda mais importante tendo em vista que a maioria dos deslocados provinha de territórios ocupados pelo poder soviético. Sendo potencialmente “perigosos” para a ordem política brasileira, esses imigrantes tornaram-se alvo de interesse constantes por parte da imprensa e da Polícia Política.

Para a Polícia Política a população de deslocados era suspeita por duas razões. Primeiro, a grande massa humana vinda por meio de uma seleção coletiva podia conter vários agentes secretos ou agitadores comunistas enviados ao país pelo governo soviético. Segundo, a população fragilizada, pelo desenraizamento e pelo desemprego, podia se tornar alvo fácil da propaganda comunista, feita já no solo brasileiro. Assim, o papel da polícia era de vigiar e prevenir qualquer manifestação política entre esses imigrantes. Para isso, dentre outras medidas, foi discutida a possibilidade de criação de um “Centro cultural e de auxílio mútuo de trabalhadores emigrantes”, dentro da Hospedaria de Campo Limpo em São Paulo, com objetivo de “canalizar os emigrantes, de um lado para preservá-los da influência de elementos sediciosos e aventureiros, e de

---

<sup>137</sup> “Espões entre os deslocados de guerra”, *A Gazeta*, 04/07/1949. Dossiê 41Z-78-29. Deops/APESP-SP.

outro lado para dispor de um meio de seleção política”.<sup>138</sup> A maior preocupação da polícia paulista era a de que “os meios estrangeiros da Capital, [...] trabalhados pela propaganda comunista e executando diretivas bem definidas, aproveitando-se do estado de confusão em que se encontram os recentemente vindos, colocam-nos sob a sua influência”<sup>139</sup>.

Não raro, os próprios refugiados russos, traumatizados pela experiência de repatriação forçada por parte do governo soviético, que fazia seleção rigorosa nos acampamentos de DPs na Europa, colaboravam com a polícia brasileira no sentido de apontar indivíduos suspeitos que encontravam na Hospedaria ou no navio, durante a travessia. Uma das declarações proferida pelo deslocado de guerra russo Michail Dragoslaw, em 11 de novembro de 1948, para o Deops de São Paulo, assinala que um dos agentes soviéticos de Kominform conseguiu obter o visto brasileiro e acessar legalmente o território do país. Com base em seu depoimento, o suposto agente soviético foi localizado e investigado pela polícia. Esse depoimento revela, mais uma vez, como os próprios refugiados russos se serviam estrategicamente da constante oposição entre os simpatizantes e os contrários às ideias comunistas soviéticas. Por vezes, declarar distância de qualquer legado soviético significava, para os russos, se proteger das próprias perseguições das autoridades brasileiras:

O declarante é contrário ao regime comunista, principalmente pelo fato de seu pai, sua mãe, assim como milhares de outros inocentes terem sido eliminados, e por ter, ainda, experimentado pessoalmente o regime policial-totalitário russo. Nem o declarante e nem pessoa alguma de sua família fizeram parte do Partido Comunista Russo e nunca simpatizaram com o mesmo. O declarante crê, com certeza, que a Rússia nunca deixará de enviar espões para toda parte do mundo [...] <sup>140</sup>.

Ademais, esse tipo de declaração, feita pelos próprios deslocados russos contra seus conterrâneos, instigavam, ainda mais, o imaginário coletivo sobre o “perigo” de infiltração dos agentes comunistas entre as levas de imigrantes. Todo caso de separação de casais, de recusa de colocação profissional ou de envolvimento com as organizações

---

<sup>138</sup> Nota. Autor não localizado. Dossiê 41Z-78-27. Deops/APESP-SP.

<sup>139</sup> *Ibidem*.

<sup>140</sup> Termo de declarações de Michail Dragoslaw. Dossiê 41Z-78, fls. 19,20,21. Deops/APESP-SP.

locais era visto, pela polícia e pela imprensa, como potencialmente suspeito de relacionar-se a atividades subversivas<sup>141</sup>.

Contudo, a atividade subversiva não se limitava à propaganda comunista. A subversão à moral brasileira, por parte dos recém-chegados, também fazia parte das investigações policiais nos locais de concentração dos deslocados. E, se homens eram vistos como sujeitos de perturbação da ordem social, por conta das “irregularidades na Hospedaria de Campo Limpo - casos de embriaguez, entrada clandestina de bebidas, penetração de indivíduos suspeitos, desinteligências proporcionadas entre eles, falta de fiscalização etc.”<sup>142</sup> -, as mulheres tornavam-se alvos de vigilância da polícia, vistas como potenciais agentes da subversão moral de outra natureza. O informe reservado ao Serviço Secreto da Polícia menciona um “casal que tornou-se suspeito devido certas anormalidades”<sup>143</sup>. A protagonista desse caso é uma mulher russa, Tamara Orleanska Susloff, de 23 anos de idade, que veio ao Brasil na categoria de deslocada de guerra, acompanhada por um homem declarado como seu marido. No entanto, algumas semanas depois, o casal se separou, chamando atenção das autoridades policiais:

Consta que o verdadeiro marido de Tamara encontra-se na Alemanha cumprindo a pena por crime de furto. Tamara, antes de unir-se ao Engh. Wladimir, o qual a trouxe ao Brasil, tornou-se na Alemanha, amante de um espião russo que a pouco tempo foi preso no Rio de Janeiro, na Ilha das Flores, denunciado por seu conterrâneo [...]. Devo acrescentar, que Tamara, conforme informações, é uma moça bonita e atraente, de certa cultura e possui um filho de nome Igor<sup>144</sup>.

A preocupação da Polícia política e social com a possível subversão à moral pública, por parte das mulheres europeias, vindas na categoria de deslocadas e refugiadas, pode ser compreendida no âmbito de uma visão moralista “fortemente codificada” (Rago, 1991, p. 18) sobre a condição da mulher brasileira, vigente desde o final do século XIX, como bem demonstra Margareth Rago (1991). Conforme observa a autora, a condição burguesa numa cidade moderna, como São Paulo no começo do século XX, trouxe mudanças profundas na estrutura da própria identidade feminina.

---

<sup>141</sup> Informe reservado, 21/10/1948. Dossiê 41 Z-78-8, fl.9. Carta ao Chefe de SS da Ordem Política e Social, 19/10/1948. Dossiê 41Z-78-3. Informe reservado, 30/11/1948. Dossiê 41 Z-78-10. Deops/APESP-SP.

<sup>142</sup> Comunicado “Ocorrências em Campo Limpo”, ao Dr. Gilberto Silva de Andrade, Delegado chefe do Serviço Secreto do DOPS, 17/01/1949. Dossiê 41-Z-78-19. Deops/APESP-SP.

<sup>143</sup> Informe reservado, 30/11/1948. Dossiê 41 Z-78-10. Deops/APESP-SP.

<sup>144</sup> *Ibidem*.



Liberada do domínio doméstico, a mulher tornou-se participante ativa da vida pública na cidade, uma consumidora ativa das modas importadas e das tendências modernas, como o divórcio, a liberdade de movimento, a participação política, dentre outras. Com isso, a figura igualmente urbana da prostituta ou meretriz - o avesso de uma moralidade feminina - se tornou um sujeito visível na vida urbana da cidade, cujas relações ficavam sujeitas à forte regulamentação pela moral pública e pela própria polícia. No caso das mulheres refugiadas europeias, sua liberdade intrínseca, traduzida em sua condição migratória combinada à uma vida familiar pouco correspondente às normas morais da sociedade brasileira, fizeram delas objeto, por excelência, da vigilância policial. Sem esquecer, ainda, do imaginário social complexo que colocava as polonesas e as russas numa associação direta com a sexualidade ilícita urbana. Como aponta Margareth Rago (1991, p. 294):

A atração pela ‘polaca’, seja ela associada às polonesas austríacas, russas ou judias, fundou-se na constituição de um imaginário voltado para a idealização das regiões distantes, povoadas por raças diferentes, onde ocorriam histórias fantásticas de nobres, num país onde até então grande parte das prostitutas provinha dos contingentes de escravas e ex-escravas negras, principalmente no Rio de Janeiro. Mulheres loiras, ruivas, claras, delicadas, de olhos verdes e azuis tornavam-se mais misteriosas e inatingíveis para uma clientela masculina seduzida pelos mistérios fantásticos da vida moderna e impulsionada pelo desejo de desvendar física e simbolicamente os labirintos.

A “beleza europeia” tornou-se, nesse contexto, um fator de risco tanto para a moralidade do público brasileiro, quanto para as próprias mulheres refugiadas, concebidas como objeto potencial de exploração sexual. Assim, a preocupação da Polícia com a “beleza” dessas mulheres não pode ser vista como uma mera curiosidade, mas sim como uma das características potencialmente subversivas à ordem da sociedade brasileira. Um informe reservado, relatando “observações feitas na Hospedaria de Imigrantes de Campo Limpo, onde se encontram refugiados de guerra”, evidencia esse interesse pela população imigrante feminina: “Em relação às ‘moças bonitas’, comunico

que de fato, encontrei muitas ‘moças bonitas’ mas essas estão acompanhadas de seus pais ou maridos”<sup>145</sup>.

A refugiada perfeita era concebida pelas autoridades brasileiras principalmente como mãe de família, filha na companhia dos pais ou esposa com vínculos matrimoniais inquestionáveis. A mulher não acompanhada ou uma mãe solteira encontrava-se assim numa condição sensível, desde a etapa de seleção até sua colocação profissional e civil no Brasil. Não é por acaso que o casamento fictício tornou-se uma estratégia eficaz para os candidatos à imigração para o país, como aponta, entre muitos outros, essa reportagem da época:

Ana nos disse que seu atual marido propôs-lhe casamento a fim de facilitar o embarque. Entretanto, durante a viagem, conheceu melhor seu temperamento, sendo mesmo agredida a botefões pelo piloto. Disse-nos ainda que, não satisfeito, lhe tomou a aliança, vendeu-a e bebeu o dinheiro. Outro caso ainda nos foi relatado por Ana Popa. Uma sua companheira de bordo, também deslocada, de nome Juliana Moldovon, teve o seu passaporte jogado n’água, no que tudo indica, pelo seu próprio esposo, Gregório Moldovon. Que também se casou a fim de conseguir embarque para o Brasil<sup>146</sup>.

Do ponto de vista do repórter, isso “demonstra a qualidade dos imigrantes que estamos recebendo”<sup>147</sup>, entretanto, casos como esse permitem perceber a clara inadequação das políticas de acolhimento dos deslocados de guerra à condição real das populações em questão.

O segundo aspecto da preocupação das autoridades e da imprensa brasileira em relação aos deslocados de guerra dizia respeito à concepção nacional do Brasil e a composição étnica dos imigrantes. Como já vimos, as próprias políticas migratórias do país traduziam, durante séculos e regimes políticos distintos, o empreendimento das elites em “branquear” a população brasileira por meio da mistura com populações europeias. Contudo, nem todos os povos europeus eram considerados, pelas elites brasileiras, dignos de enriquecer o fundo genético da população brasileira. De acordo com certa concepção na qual diferentes grupos étnicos e nacionais seriam dotados de características fixas, que diziam respeito às “qualidades” de caráter abstratas (como preguiça, energia, adaptabilidade, moralidade etc.) ou a capacidades laborais (resistência física,

---

<sup>145</sup> Observações reservadas feitas na Hospedaria de Imigrantes de Campo Limpo e onde se encontram refugiados de guerra. 20/10/1948. Dossiê 41Z-78-5. Deops/APESP-SP.

<sup>146</sup> “Falsos técnicos e agricultores”, *A Noite*, 23 de abril de 1949. Dossiê 41 Z – 78-28. Deops/APESP-SP.

<sup>147</sup> *Ibidem*.

habilidade manual, rusticidade etc.), os povos desejáveis para o projeto nacional brasileiro podiam ser agrupados de forma hierárquica. Arthur Neiva expressou essa visão quando tratou das “qualidades” dos principais grupos étnicos prestes a emigrar da Europa pós-guerra, na condição de deslocados.

Para a imprensa brasileira da época, tanto quanto para a polícia, a origem étnica dos deslocados era questão importante para o desenvolvimento do país. Para o jornal carioca *A Noite*, “de forte orientação governista”, como apontou Campos (2015), os imigrantes ideais eram os italianos, facilmente adaptáveis às condições brasileiras. Visão esta bastante criticada pelos defensores do recebimento de deslocados de guerra, como o famoso jornalista e político de oposição ao governo, Carlos Lacerda, que acusava o governo de querer “apenas italianos (‘que não vem para cá’), espanhóis (‘que Franco não deixa vir’) e portugueses (‘que Salazar proíbe de saírem de Portugal’)” (Campos, 2015, p. 357).

Em artigo publicado em 23 de abril de 1949, um jornalista lamenta que, em certa leva de refugiados europeus, a maioria provinha de países da Europa do Leste:

É triste confessar que nossa reportagem apurou ter o ‘Raul Soares’ trazido para o nosso país outra carga heterogênea e imprópria. Dos 450 imigrantes, hoje chegados, deve-se excetuar 79 pessoas de nacionalidade italiana, quase todas constituindo uma grande família e que se destinam à cidade de Apiaí, no interior do Estado de São Paulo, onde se dedicarão à lavoura. O resto, salvo poucas exceções, é formado por imigrantes sem interesse essencial para o nosso país<sup>148</sup>.

Já para a polícia, imigrantes de algumas origens específicas eram considerados como potencialmente simpatizantes aos regimes socialistas:

Soube também que dos “Campos de Concentração” da Alemanha, seguem com destino ao Canadá, contingentes de deslocados de nacionalidade ucraniana. Admite-se tratar-se de elementos que mais tarde poderão transformar-se em “5ª colunas” e em um futuro conflito mundial poderão influenciar a favor da Rússia<sup>149</sup>.

As investigações policiais acerca da procedência dos deslocados de guerra constataavam a predominância de pessoas originárias da Europa do Leste e da Rússia. No contexto político mundial, com a crescente oposição da Europa Ocidental e dos Estados Unidos ao bloco soviético, isso não poderia passar despercebido pela polícia brasileira.

---

<sup>148</sup> “Falsos técnicos e agricultores. A última leva de imigrantes”. *A Noite*, 23/04/1949. Dossiê 41Z-78-28. Deops/APESP-SP.

<sup>149</sup> Comunicado reservado. São Paulo, 08/01/1949. Dossiê 41 Z-78-14. Deops/APESP-SP.

Em uma de suas visitas à Hospedaria de Campo Limpo, em São Paulo, o agente infiltrado “Z.M.” (provavelmente também de origem russa, como aponta a sua análise detalhada dos nomes dos imigrantes) assim relatava a composição dos imigrantes que lá residiam:

Examinando a lista de deslocados, constatei que nela predominam ucranianos, iugoslavos, russos e húngaros. O resto compõe-se de outras nacionalidades. Na mesma lista, destaca-se a nacionalidade polonesa, mas facilmente descobri pelos nomes e pelos lugares de nascimento, que se tratam de russos e ucranianos, que na maior parte, nem falar polonês sabem. De famílias puras polonesas somente encontrei cinco<sup>150</sup>.

É preciso constatar que embora os registros oficiais dos deslocados tragam um número preciso de indivíduos segundo suas nacionalidades, frequentemente a origem registrada não correspondia à origem real dos imigrantes. No caso dos imigrantes russos, vindos ao Brasil na condição de deslocados, esse fato explica-se por vários motivos. A nacionalidade dos imigrantes, para fins de registro, era definida a partir de dois principais critérios: o local de nascimento (país, território, cidade) e o documento de identidade ou a auto-declaração<sup>151</sup>. Como já vimos, os refugiados russos dos anos 1920-1930 permaneciam na Europa na condição de apátridas, mas seus filhos nascidos na Europa podiam ser registrados pelas autoridades brasileiras como originários dos respectivos países nos quais tinham nascido. Já os refugiados e os deslocados da Segunda Guerra não raro declaravam-se de origens não-soviéticas com objetivo de não serem repatriados à URSS. Paralelamente, seu anticomunismo, fartamente declarado, tornou-se assunto privilegiado pela imprensa pró-governista na época, que através de inúmeras reportagens explorava o tema da repressão do regime soviético às liberdades individuais.

---

<sup>150</sup> Observações reservadas feitas na Hospedaria de Imigrantes de Campo Limpo e onde se encontram refugiados de guerra. 20/10/1948. Dossiê 41Z-78-5. Deops/APESP-SP.

<sup>151</sup> Como já vimos, no contexto do pós-guerra, no qual a ausência de qualquer documento não era rara para os refugiados, os próprios documentos de identidade foram frequentemente emitidos pelas organizações internacionais, com base nas declarações pessoais dos indivíduos. Para muitos russos isso abria uma brecha para negar sua origem soviética e evitar, assim, a repatriação forçada para o país de origem. Conforme o depoimento de um dos entrevistados: “Por mais contraditório que pareça, único documento verdadeiro que eu tenho é a minha certidão de nascimento soviética, que foi costurada por minha mãe por dentro de um casaco para que ninguém o ache mas também para que ela tenha pelo menos algum documento que comprove com certeza que eu era seu filho. Todos os outros documentos são falsificados, dizendo que eu nasci na Polônia. Minha mãe tinha muito medo de ser repatriada para a URSS, então ela lembrou de uma cidade na Polônia onde nós passamos quando fugíamos da Rússia e registrou essa cidade como local de meu nascimento”. Paulo B., depoimento de 19/06/2015. São Paulo.

Campos (2015, p. 380) aponta que o tema da “fuga do inferno vermelho” foi frequentemente retomado pelas manchetes da época, que mobilizavam para seus fins as histórias de vida dos imigrantes russos, principalmente aqueles que se declaravam publicamente antissoviéticos. Preocupados em responder às críticas sobre uma suposta formação de “quistos étnicos”, como uma ameaça ao desenvolvimento nacional do país, os repórteres da imprensa de inclinação governista esforçavam-se para construir uma imagem favorável das “qualidades” étnicas desses imigrantes (Campos, 2015, p. 379). A principal qualidade, nesse sentido, tinha a ver com uma grande vontade e capacidade de assimilação desses indivíduos ao tecido nacional brasileiro. Como aponta Campos (2015, p. 382), em uma reportagem, o repórter do diário carioca *A Noite* assim expressa essa inquietação: “Uma das entrevistadas, gestante, disse ao repórter que ‘se sentia feliz em saber que o filho que lhe vai nascer já será brasileiro’, e acrescenta: ‘Êsta, aliás, era a aspiração de todos esses imigrantes, deslocados pela guerra de seus lares. Nada mais desejam do que fixar-se no Brasil e integrar-se no seio de nossa gente, consagrando-se ao país como a uma segunda pátria”.

O terceiro e principal aspecto que centralizava os debates sobre o acolhimento dos deslocados de guerra no Brasil estava relacionado à adequação profissional dos imigrantes às necessidades econômicas do país. De um lado, os países aliados promoviam ativamente os deslocados de guerra como a mão de obra de alta qualidade, de utilidade inquestionável para países em desenvolvimento industrial, como o Brasil. De outro lado, o Brasil, como um país receptor dessas populações, retomava suas políticas migratórias construídas na base dos princípios da utilidade econômica dos imigrantes. Algo já largamente discutido, a legislação brasileira continuava a conceber os imigrantes conforme categorias econômicas, como uma reserva de mão de obra qualificada e de custos reduzidos, já que aproveitavam-se suas competências sem ter havido gastos públicos ou privados com a sua qualificação. Situados nesse quadro legislativo, configurado por categorias de trabalho, os próprios deslocados eram obrigados a se posicionar perante a comissão brasileira de seleção, enquanto mão de obra industrial ou agrícola, mesmo que não possuíssem capacidades técnicas qualificadas.

O desencontro entre as exigências profissionais, impostas pelos critérios de seleção da Comissão brasileira para os deslocados, e suas ocupações e qualificações reais abriu espaço à crítica mais polêmica sobre a política do governo brasileiro em

relação ao acolhimento desses imigrantes. A própria saída de Arthur Neiva, chefe da Comissão brasileira de seleção dos deslocados, no final de 1947, foi resultado das acusações contra ele, argumentando-se que as profissões declaradas pelos candidatos não correspondiam a suas capacidades reais de trabalho<sup>152</sup>. Em reportagem, de 1949, com o título transparecendo essa preocupação, “Falsos técnicos e agricultores. A última leva de imigrantes”, o jornal *A noite* denuncia, mais uma vez, o caráter profissional inapropriado dos novos imigrantes vindos da Europa. Conforme a investigação jornalística, muitos dos deslocados desembarcados no Rio nesse dia falsificaram suas profissões no momento de seleção para facilitar sua admissão. Dizendo-se agricultores e técnicos, “mais da metade [...] era constituída em sua maioria de pessoas de profissões liberais”. A reportagem lamenta: “É triste confessar que nossa reportagem apurou ter o ‘Raul Soares’ trazido para o nosso país outra carga heterogênea e imprópria”<sup>153</sup>.

A polícia paulista também adotava um discurso parecido nas avaliações da “qualidade” do material humano composto por deslocados de guerra. O já mencionado Z.M., agente infiltrado na Hospedaria de Campo Limpo, não hesitava em expressar sua opinião sobre a adequação da composição profissional dos imigrantes às necessidades da economia brasileira:

Um paradoxo: o Brasil precisando de braços para a lavoura, gastando fortunas com os deslocados, vê-se que na lista desses deslocados a percentagem de lavradores é ínfima, em relação a outras profissões. [...] Isto é bastante prova para se ver que as nossas leis emigratórias não estão sendo obedecidas pelos estrangeiros que aqui são acolhidos. Enquanto o Brasil ansiosamente espera lavradores, a missão nos envia cantores, (como constatei) e padres russos<sup>154</sup>.

Tratada pela opinião pública e pelas autoridades brasileiras como assunto de “segurança pública”, a categoria do deslocado de guerra foi fortemente inserida nas relações do mercado de trabalho. Diferentemente dos paradigmas das políticas contemporâneas para os refugiados, baseadas nos princípios de direitos humanos, a política utilitarista da época associava a categoria do deslocado – tanto quanto a do imigrante – às categorias da mão de obra industrial. Essa abordagem foi fortemente

---

<sup>152</sup> Para o debate na imprensa sobre a renúncia de Neiva, ver Campos (2015, pp. 361-366).

<sup>153</sup> “Falsos técnicos e agricultores. A última leva de imigrantes”. *A Noite*, 23/04/1949. Dossiê 41Z-78-28. Deops/APESP-SP.

<sup>154</sup> Observações reservadas feitas na Hospedaria de Imigrantes de Campo Limpo e onde se encontram refugiados de guerra. 20/10/1948. Dossiê 41Z-78-5. Deops/APESP-SP.

interiorizada pelos próprios deslocados de guerra russos, cujas trajetórias profissionais tornaram-se, para eles, símbolo do sucesso de seu deslocamento e de sua assimilação à sociedade brasileira. Não raro, o próprio discurso utilitarista foi adotado por eles como indicador de sua integração de sucesso.

#### **4.5. Refugiados e deslocados de guerra russos em São Paulo: fontes estatísticas e metodologia de análise**

Como resultado das políticas apontadas acima, entre julho de 1947 e final da década de 1950, o Brasil recebeu grande número de deslocados de guerra de diversas nacionalidades. Moreira (2013, p. 20) observa que uma estimativa precisa dificilmente pode ser feita, agravada pelas seguintes condições:

Os números de refugiados recebidos pelo Brasil são de difícil precisão. A estatística apresentada pela delegação brasileira na OIR aponta, ao final das atividades da organização, o total de 21.603, entre 1o de julho de 1947 e 31 de julho de 1949 (ARQUIVO DO ITAMARATY, DELEGAÇÃO DO BRASIL JUNTO A OIR, 1949f). A estimativa do chefe da missão na OIR, datada de 1952, menciona quase 29.000 deslocados de guerra colocados no país (ARQUIVO DO ITAMARATY, OIR, 1952). Os dados trazidos pelo chefe do Departamento Econômico e Consular do MRE se referem ao ingresso de 44.000 deslocados de guerra entre 1947 e 1950 (ARQUIVO DO ITAMARATY, DEPARTAMENTO ECONÔMICO E CONSULAR, 1951). Por outro lado, de acordo com documento emitido pelo ACNUR, o Brasil teria acolhido 43.811 refugiados de 1948 a 1959, provenientes dos seguintes países: Polônia, Rússia, Ucrânia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Iugoslávia (ARQUIVO DO ACNUR, ACNUR, 1959).

Resumindo, cerca de 21 000 deslocados de guerra da Europa foram recebidos pelo Brasil entre 1947 e 1949, e cerca de 43 000 até o final dos anos 1950. Na segunda metade da década de 1950, o país recebeu grande número de refugiados russos da China. Sem poder contar com os dados oficiais, uma das referências para o assunto é a declaração do então presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização ao jornal carioca *Correio da Manhã*, de 9 de junho de 1959, que estima que em 1952 o país

recebeu 9 784 imigrantes, subvencionados pelo acordo com o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias<sup>155</sup>. Conforme o jornal, em 1953, ingressaram, no total, 12 718 imigrantes, em 1954, 16 353, em 1955, 8 920, em 1956, 5 977, em 1957, 11 283, em 1958, 7 895 e em 1959 ingressaram cerca de 9 380 imigrantes. Entre esses imigrantes subvencionados pelo governo brasileiro, as principais nacionalidades eram de “austríacos, alemães, gregos, italianos, holandeses, espanhóis e brancos expulsos da China” (Campos, 2015, p. 397). O presidente estima que os “refugiados brancos da China” ingressaram em número de 3 416 durante os anos 1950 (*Idem.*, p. 398).

Como vimos, os russos da China encontravam-se em condição de refugiados e foram protegidos pelo regulamento do Alto Comissariado pelos refugiados das Nações Unidas, com sede em Hong Kong. Para entrar no Brasil, esses indivíduos eram submetidos à legislação de 1945, conforme o Decreto-lei n. 7 967. Ao se apresentar ao Consulado Brasileiro em Hong Kong, com o Certificado de viagem emitido pela agência da ONU, esses refugiados russos podiam solicitar um visto permanente, e, como não eram subvencionados, eram submetidos às cotas nacionais para chineses. Dessa maneira, diferentemente dos deslocados de guerra europeus que obtinham visto “permanente especial” através da Comissão de seleção, conforme o artigo 10 do Decreto-lei de 1945, a maioria dessas pessoas ingressou no país com visto permanente, ligado ao artigo 9 dessa lei. De maneira geral, os imigrantes russos, tanto os deslocados na Europa quando os russos na China, que solicitavam o visto brasileiro nas representações consulares do país, eram enquadrados no capítulo 9, sobre o “visto permanente”, enquanto aqueles que foram selecionados pela Comissão nos acampamentos para os refugiados obtinham visto “permanente especial”, conforme o capítulo 10, que os liberava da submissão às cotas.

Visto que juridicamente os russos da Europa e os russos da China ingressaram no Brasil com base na mesma legislação e foram submetidas às mesmas formalidades ao chegar no país, tratarei dos dois grupos em conjunto. Prestarei, contudo, atenção especial às características profissionais e demográficas de cada grupo, para poder rastrear o perfil inicial que fez com que os dois conjuntos populacionais apresentassem trajetórias profissionais e sociais diferentes durante a sua adaptação ao Brasil.

---

<sup>155</sup> A Organização Internacional para os Refugiados foi extinta em 1952 e a partir dessa data as entradas dos imigrantes para o país foram geridas pelo recém-criado Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias e pelos acordos bilaterais entre os países (Baeninger, 2013, p. 8).



Embora o destino de todas as embarcações com os refugiados e deslocados fosse o porto do Rio de Janeiro, cerca de metade dos imigrantes dirigiam-se ao Estado de São Paulo (Baeninger, 2013, p.8). Baeninger et al. (*Ibid.*) encontra explicação para isso na crescente modernização do parque industrial paulista, assim como na crescente demanda de mão de obra industrial, representada pelos deslocados. Salles (2004, p.13), citando os dados do *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, aponta que entre os 22 574 deslocados que passaram pela Hospedaria de Campo Limpo nos anos 1947, 1948 e 1949, 855 eram de cidadania soviética e 867 eram apátridas. Outra fonte aponta que, entre maio de 1947 e agosto de 1949, entraram para o Estado de São Paulo 760 russos, 808 apátridas, 2 963 poloneses e 1 080 ucranianos<sup>156</sup>. Como já mencionado, a contabilidade dos imigrantes russos é dificultada pelo contexto do pós-guerra, no qual os refugiados se encontravam nos acampamentos da Europa. Com isso, é impossível calcular os números precisos, de modo que o trabalho estatístico só pode ser realizado com estimativas.

Contudo, o que mais interessa para nossa análise é o perfil socioeconômico desses imigrantes. Para rastrear essas características foram analisados os dados consolidados, entre 2003 e 2008, no banco de dados POS2WAR<sup>157</sup> a partir dos documentos localizados no Memorial do Imigrante em São Paulo (Baeninger, 2013; Paiva, 2007; Salles, 2004; Bastos, Salles, 2014).

Bastos e Salles (2014, p. 158) explicitam:

O banco de dados reúne 18.369 registros de ingressos no período 1947 a 1951, sendo os poloneses (26%) o maior grupo entre 74 nacionalidades. Ressalta-se que 19% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade, o que resulta, provavelmente, de erro da digitação, omissão do documento ou ainda trata-se de imigrantes indocumentados, que preferiam que sua origem fosse ignorada. Os apátridas totalizam 11% dos ingressos e constituem o terceiro maior grupo, seguidos pelos ucranianos (9%). Com 6% destacam-se os húngaros, iugoslavos e russos; com 3% os de nacionalidades letã, italiana e lituana; com 2% os de nacionalidades checoslovena e romena e com 1% os alemães, holandeses, estonianos e armênios. Com menos de 1% estão os de nacionalidades búlgara, austríaca, grega, portuguesa, espanhola, japonesa, brasileira, croata, colombiana, albanesa, turca,

---

<sup>156</sup> “Quadro demonstrativo dos DPs entrados no Estado de São Paulo de 16/05/1947 à 31/08/1949, segundo a nacionalidade”. Dossiê 41 Z – 78-30. Deops/APESP-SP.

<sup>157</sup> POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

belga, chinesa, estadunidense, finlandesa, georgiana, libanesa, sueca e suíça.

O banco de dados reúne informações pessoais de cada imigrante, sistematizadas em 45 campos, referentes a nacionalidade, naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência, destino, posição familiar, profissão, empresa contratadora, residência, data de chegada, entre outros (Bastos, Salles, 2014, p. 158). Entre os imigrantes de origem russa, contemplados no banco de dados, há tanto os deslocados de guerra proveniente da Europa quanto os russos provenientes da China, chegados principalmente entre os anos 1953 e 1958.

Considerando as características do contexto migratório dos russos desde a revolução russa, discutido no capítulo I, é preciso observar que uma grande quantidade de russos podia ser registrada, na documentação analisada, na categoria de « apátridas ». Como já mencionado, 19% dos registros não possuem a indicação da nacionalidade, e 11% dos indivíduos são registrados como apátridas. No banco de dados, os chefes de famílias registrados como « russos » totalizam 500 pessoas, sem contar os respectivos familiares. Já os imigrantes « apátridas » contam com 1175 registros.

Com objetivo de identificar os apátridas de origem russa, realizei uma análise, caso a caso, das fichas individuais. O método de identificação da origem russa baseou-se na articulação entre o local de naturalidade do indivíduo e o sobrenome e nomes dos pais. Os chefes de família foram separados por mim da categoria de « Apátrida » para um novo campo « Russo apátrida » nos seguintes casos, conforme a diminuição de sua ocorrência: (i) sempre quando o campo « Naturalidade » indicava a Rússia como local de origem ; (ii) quando o campo « Naturalidade » indicava apenas o nome da cidade, se essa cidade era localizada nos principais territórios do antigo Império Russo ou da URSS (por exemplo, Kiev, Odessa, Voronej, Omsk, *etc.*) ; (iii) se o local de origem pertencia aos territórios fronteiriços, etnicamente muito variados, como o Oeste da Ucrânia, analisavam-se as características do sobrenome do indivíduo e de nomes e sobrenomes de seus pais<sup>158</sup> ; (iv) quando não indicado o local de origem, tendo nome e sobrenome evidentemente de origem russa. Seguindo esse método, de 1175 registros de apátridas,

---

<sup>158</sup> Geralmente, é possível identificar a origem do indivíduo pelo seu sobrenome e nome. Para os povos eslavos, a fonética de nomes varia de acordo com a língua. Por exemplo, o nome russo Mikhail escreve-se Mikhailo em seu variante ucraniano. O mesmo é válido para os sobrenomes: o russo Ivanov seria Ivanenko em ucraniano, por exemplo.

foram separadas 420 fichas de chefes de família de origem russa-apátrida. Considerando que a maioria dos casos foi definida pela clara indicação do local de origem na ficha do indivíduo, é possível considerar que a amostra resultante é válida, embora o método escolhido deixe uma margem para a subjetividade. Dessa maneira, do corpus total dos dados, foram separados para análise os imigrantes correspondentes aos campos « Russo » e « Russo-apátrida ».

A localidade de procedência desses imigrantes foi preservada e generalizada pelo país : assim, onde era indicada apenas a cidade de procedência, pesquisei o país ao qual a cidade pertencia, no momento do início da Segunda Guerra Mundial. Com isso, foram identificados dois principais grupos, segundo sua origem geográfica: os procedentes da Rússia (todo o território da URSS, contando os territórios da Ucrânia e outras repúblicas soviéticas) e os procedentes da China. Considerando que os imigrantes da China, que ingressavam ao Brasil com o visto permanente, não precisavam passar - frequentemente não o faziam - pela Hospedaria de Imigrante, o número de pessoas registradas pelo Banco de dados é significativamente inferior ao número estimado pelas autoridades brasileiras, referidas acima. Contudo, sua presença no Banco de dados permite incluir essa população na análise de perfil socio-profissional dos imigrantes do pós-guerra e rastrear suas convergências e diferenças em relação aos imigrantes russos da Europa.

Em seguida, foram trabalhados os campos “Cidade” e “Bairro”. O corpus de dados inicial continha indicação do endereço da primeira residência, identificada na ficha individual do imigrante. Não raro, esse endereço era fictício ou vinculado à residência de um parente ou amigo. Dessa maneira, o endereço efetivo da família nem sempre foi contemplado por esses dados sistematizados a partir das fichas de registro dos imigrantes, ainda na Hospedaria ou no momento anterior a sua chegada ao Brasil<sup>159</sup>. Contudo, considerando que, na falta de residência efetiva, o imigrante registrava o endereço de algum conhecido - ativando as redes de sociabilidade comunitária - a análise dos bairros possibilita localizar territorialmente a distribuição de imigrantes russos na cidade de São Paulo. Os bairros, dessa maneira, foram identificados a partir do nome da rua identificados na ficha, considerando a distribuição dos territórios urbanos existentes entre os anos 1940-1950.

---

<sup>159</sup> “O banco de dados compreende as seguintes séries documentais: pedidos de mão de obra qualificada; avisos de chegada de imigrantes; *curriculum vitae* de imigrantes interessados em imigrar para o Brasil; fichas de colocação em empresas; e documentos pessoais” (Bastos, Salles, 2014, p. 157).

Para poder analisar as informações referentes à profissão declarada dos imigrantes, os dados foram agrupados conforme critério de classificação que refletisse a qualificação do trabalhador. Assim, foram criados seis grupos de profissões: (i) “operários”, compreendendo ocupações como mecânico, eletricista, ferreiro, pintor, carpinteiro, operário, pedreiro, soldador, serralheiro, entre outras; (ii) “técnicos e profissionais de nível médio e superior”, tais como engenheiros especializados, topógrafo, desenhista, químico, veterinário, enfermeiro, técnico em laticínios, técnico em celulose, *etc.*; (iii) “profissões liberais”, tais como fotógrafo, estudante, comerciário, motorista, músico, barbeiro, interprete, religioso, massagista, *etc.*; (iv) “serviços domésticos”, reunindo prendas domésticas e governanta; (v) “serviços e ocupações não qualificados”, como jardineiro, caseiro, vendedor, cozinheiro, zelador, guarda-livros, cocheiro, dentre outros; e (vi) “agricultores”.

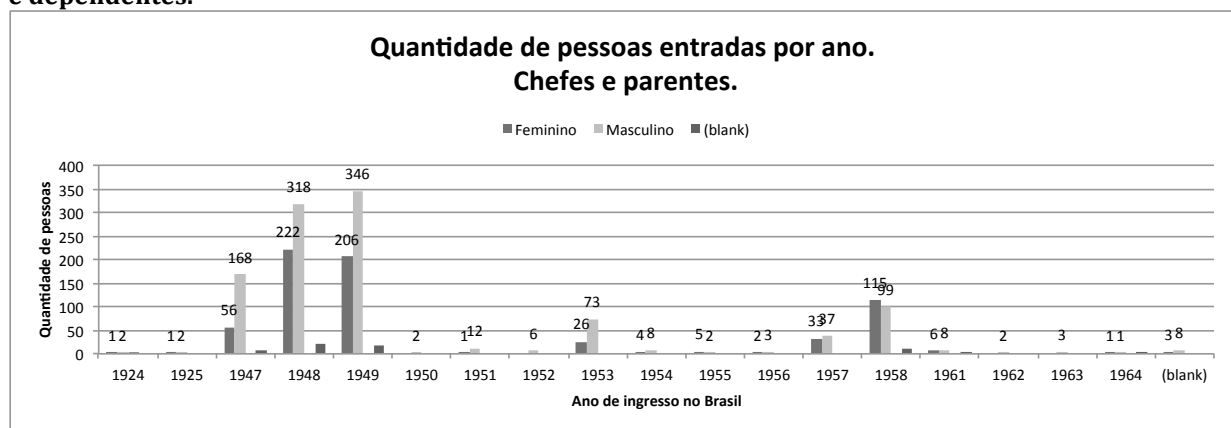
Como observado acima, os números obtidos por meio desses procedimentos, com os dados consolidados no Banco de dados, não podem ser compreendidos como números absolutos. Contudo, a possibilidade de cruzar tipos variados de informações sobre o imigrante permite obter um retrato sócio-profissional daquelas pessoas que ingressaram no Brasil na condição de refugiados e deslocados de guerra, de origem russa, e passaram pelas autoridades de imigração no Estado de São Paulo. Entender o perfil da população em questão facilita a compreensão dos processos de sua adaptação tanto à nova ordem social em solo brasileiro quanto às relações já estabelecidas no país pelos russos ingressos antes da Segunda Guerra Mundial.

## **4.6. Refugiados e deslocados de guerra russos em São Paulo: perfil sócio-demográfico e profissional**

### **4.6.1. Composição familiar e características etárias e de gênero**

Chegados entre 1947 e começo dos anos 1960, os imigrantes de origem russa contavam 1842 pessoas, somando 920 chefes de família e 922 dependentes. O Gráfico 4.1 demonstra a dinâmica do ingresso desses imigrantes ao Brasil no período após Segunda Guerra Mundial.

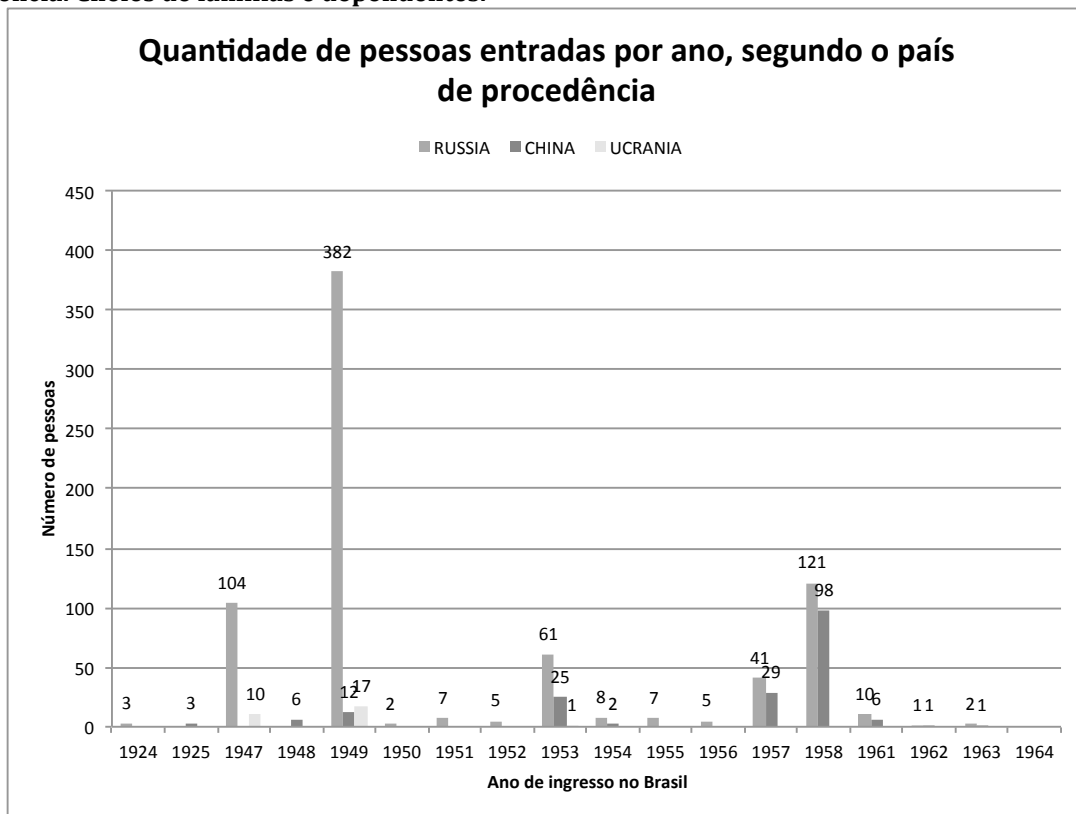
**GRÁFICO 4.1. Quantidade de entradas dos imigrantes russos ao Brasil, por ano. Chefes de famílias e dependentes.**



FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

Maior quantidade de entradas de russos registrou-se em 1947, 1948 e 1949, sendo que nos anos seguintes a quantidade diminuiu significativamente. Essa dinâmica corresponde, sobretudo, ao planejamento quinquenal de recepção dos refugiados e deslocados de guerra que o governo brasileiro fez, de acordo com o tratado com a OIR. Assim, o maior fluxo desses imigrantes aconteceu entre 1947 e 1949 (Bastos, Salles, 2014). O ano de 1952 marca a extinção da OIR e sua substituição pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), que passa a organizar as entradas de refugiados no Brasil (*op.cit.*, p.158).

**GRÁFICO 4.2. Quantidade de entradas de imigrantes russos no Brasil por ano, segundo o país de procedência. Chefes de famílias e dependentes.**



FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

O Gráfico 4.2 apresenta a distribuição dos imigrantes russos segundo seu país de procedência. Evidencia-se que a maioria dos imigrantes russos da Europa vieram nos anos 1947-1949, enquanto os anos 1950 foram marcados pelo ingresso de refugiados provenientes da China. O maior fluxo, proporcionalmente, desses imigrantes registrou-se nos anos 1957 e 1958. Além disso, justamente nesses anos, observa-se um desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres: diferentemente dos anos 1940, as mulheres ingressaram quase na mesma proporção que os homens. Provavelmente, essa alteração foi propiciada pelas características demográficas específicas dos refugiados russos da China, onde a população feminina teve destaque no processo migratório.

Entre os 920 imigrantes russos cadastrados como responsáveis pela família, a maioria compunha-se de homens: 849 contra 71 mulheres. Já a população dos dependentes era predominantemente feminina: 611 mulheres e 251 homens. Contudo, a proporção de mulheres entre os responsáveis foi maior para os russos vindos da China: 18% contra 8% das mulheres da Rússia. Como vimos, os critérios de seleção dos deslocados de guerra pela

comissão brasileira exigiam a entrada no país de famílias completas, sendo que as mulheres vindas sozinhas eram potencialmente suspeitas. Em compensação, os russos vindos da China não ficaram sujeitos aos critérios específicos de seleção dos consulados brasileiros, o que possibilitou a vinda de grande número de famílias dirigidas por mulheres, viúvas ou solteiras, como dona Ksenia<sup>160</sup>, que relata ter chegado ao Rio de Janeiro em 11 de julho de 1953, com 20 anos de idade, acompanhada unicamente de sua mãe. A ideia inicial da família era de reunir-se com o irmão da mãe, que residia nos Estados Unidos da América. Porém, na impossibilidade de obter um visto para esse país<sup>161</sup>, eles optaram por solicitar o visto brasileiro e tentar emigrar para os EUA posteriormente, quando já estivessem morando no Brasil. Como o pai de dona Ksenia faleceu logo antes de embarque, as duas mulheres, mãe e filha, vieram para a América sozinhas.

No entanto, a maioria das famílias de imigrantes russos do pós-guerra era composta por um homem, chefe responsável, sua esposa e seus filhos ou enteados, raramente acompanhados pelos demais membros da família como sogros, irmãos ou pais. Entre 922 parentes ingressos como dependentes, o Banco de dados registra 352 esposas, 466 filhos, 25 mães, 7 pais, 12 irmã(o)s, 4 noras, 3 cunhado(a)s, 5 neto(a)s, 1 tia, 6 sobrinho(a)s, 21 enteado(a)s, 14 sogro(a)s e 6 pessoas que não definiam seu status familiar, conforme a Tabela 4.1. Contudo, existe um desequilíbrio visível entre o número de chefes de família de ambos os sexos (920) em relação ao número de esposas e esposos: 352. Comparando com os dados sobre os DP's de origem polonesa (Bastos, Salles, 2014, p. 159), nos quais, para 1235 chefes de família havia 1253 esposas, a proporção de núcleos familiares completos é muito mais baixa para os russos. De modo geral, o número de filhos nessas famílias excede o número de esposo(a)s, o que pode ser explicado pelas dramáticas consequências da guerra.

---

<sup>160</sup> Ksenia E., depoimento de 12/05/2014, Jacareí, SP.

<sup>161</sup> Os Estados Unidos mantinham cotas nacionais para chineses pela Lei migratória de 27 de junho de 1952. Os russos nascidos na China, como o caso da dona Ksenia, eram considerados chineses perante a legislação americana.

**TABELA 4.1. Composição familiar de imigrantes russos do pós-guerra, segundo o país de procedência.**

PAIS_PROCEDENCIA	Filho(a)	Irmão(ã)	Mãe	Não Definic NORA	Pai	TIA	ESPOSA(O)	NETA(O)	CUNHADA(O)	SOBRINHA	ENTEADA(O)	SOGRA(O)	TOTAL
ALEMANHA	1						1						2
AUSTRIA			1				1						2
BULGARIA	4						2			1			7
CHINA	42	5	9	1		2	27					1	87
ITALIA	1						2						3
IUGOSLAVIA	1						2						3
JAPAO			1										1
LETONIA	2						1						3
POLONIA	29		1			1	17				4	1	53
ROMENIA	1						1						2
RUSSIA	227	5	9	4	3	2	179	4	2	2	12	10	460
UCRANIA	13						8						21
OUTROS	145	2	4	1	1	2	111	1	1	3	5	2	278
<b>TOTAL</b>	<b>466</b>	<b>12</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>352</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>922</b>

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

No que se refere à idade dos indivíduos no momento do ingresso no Brasil, apenas 604 dos chefes de família declararam sua idade, e 318 deixaram o campo em branco. Ao consolidar os dados sobre os primeiros, constata-se que o grupo etário mais numeroso localiza-se entre 30-49 anos: 67% dos indivíduos com idade declarada (*vide* Tabela 4.2). Conforme vimos acima, a legislação brasileira dava preferência aos indivíduos na idade produtiva, já que o principal objetivo de suas políticas migratórias, após a Segunda Guerra Mundial, era completar o estoque de mão de obra para a indústria e agricultura. O índice de declaração da idade pelos dependentes é ainda menor: entre 922 pessoas apenas 373 tem sua idade registrada no Banco de dados<sup>162</sup>. Entre esses, constata-se grande número de crianças e jovens: 216 registros de pessoas entre 0 e 19 anos. Comparando os chefes de família russos vindos da Europa (“deslocados de guerra”) e da China, registra-se que a idade média para os primeiros é maior que para os segundos: 38% dos deslocados da Europa ingressaram na idade de entre 40 e 49 anos e 32%, entre 30 e 39, enquanto que 45% dos russos vindos da China tinham entre 30 e 39 anos, no momento de seu ingresso no Brasil, e 23%, entre 40 e 49 anos (*vide* Tabela 4.2).

<sup>162</sup> Não incluí nesse número aqueles cuja idade apresenta um formato não convencional, por exemplo, “0,2”, “1,5”, “2,5”.



**TABELA 4.2. Faixa etária de imigrantes russos do pós-guerra, segundo o país de procedência. Chefes de família, idade declarada.**

Idade	CHINA	% CHINA	RUSSIA	% RUSSIA	OUTROS	TOTAL	TOTAL %
0-19 anos	3	5%	7	2%	4	14	2%
20-29 anos	13	21%	33	11%	47	93	15%
30-39 anos	28	45%	99	32%	75	202	33%
40-49 anos	14	23%	117	38%	73	204	34%
50-59 anos	4	6%	39	13%	33	76	13%
60 e mais	0	0	11	4%	4	15	2%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>1</b>	<b>306</b>	<b>1</b>	<b>236</b>	<b>604</b>	<b>100%</b>

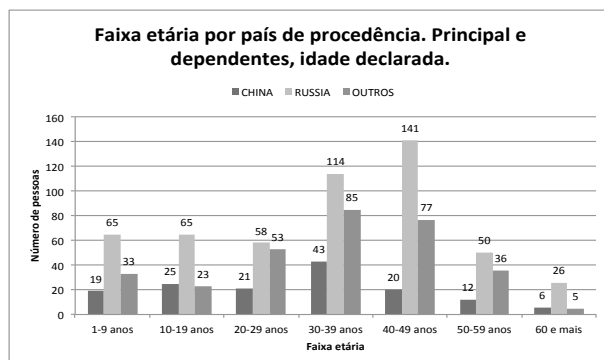
FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

Paralelamente, a proporção geral dos jovens até 29 anos é maior para os ingressos vindos da China – 44% do total dos imigrantes. Para os imigrantes originários da Rússia, as crianças e os jovens somam 37%, enquanto quase a metade constitui o grupo etário entre 30 e 49 anos (49%) (*vide* Tabela 4.3). Ao mesmo tempo, os indivíduos fora da idade produtiva apresentam proporção maior entre a população dos imigrantes da Rússia: 15%, comparando com 12% dos russos da China.

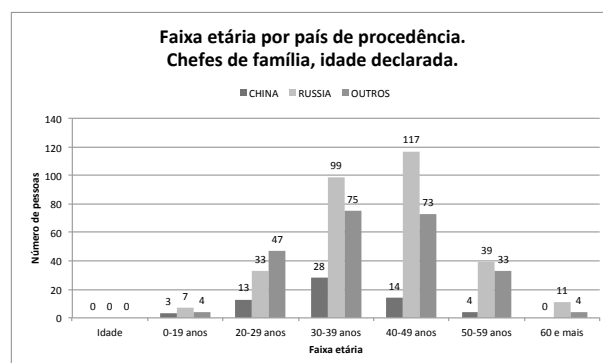
**TABELA 4.3. Faixa etária de imigrantes russos pós-guerra, segundo o país de procedência. Total dos chefes de família e dependentes, idade declarada.**

Idade	CHINA	% CHINA	RUSSIA	% RUSSIA	OUTROS	TOTAL	TOTAL %
1-9 anos	19	13%	65	13%	33	117	12%
10-19 anos	25	17%	65	13%	23	113	12%
20-29 anos	21	14%	58	11%	53	132	14%
30-39 anos	43	29%	114	22%	85	242	25%
40-49 anos	20	14%	141	27%	77	238	24%
50-59 anos	12	8%	50	10%	36	98	10%
60 e mais	6	4%	26	5%	5	37	4%
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>	<b>1</b>	<b>519</b>	<b>1</b>	<b>312</b>	<b>977</b>	<b>1</b>

**GRÁFICO 4.3 Distribuição etária dos chefes de família e seus dependentes, segundo o país de origem.**



**GRÁFICO 4.4. Distribuição etária dos chefes de família, segundo o país de origem.**



A composição etária e familiar refletida nas informações contidas no Banco de dados traduz as características do próprio deslocamento das famílias emigradas para o Brasil, dos acampamentos europeus. Os cidadãos soviéticos que fugiam da URSS com a retirada das tropas nazistas, realizavam esse deslocamento quase sempre em família e não raro em família estendida, compreendendo pais, sogros ou irmãos. Os cidadãos soviéticos que foram deslocados à força pelos alemães para servir de mão de obra escrava nas indústrias do Reich eram predominantemente indivíduos jovens e foram deslocados individualmente. Outra população que poderia engrossar os números de sem famílias eram os soldados soviéticos. Contudo, justamente os dois últimos grupos constituíam a principal população dos repatriados pelo governo soviético depois do fim do conflito mundial. Aqueles que conseguiram permanecer na Europa formavam famílias, ainda que fossem fictícias, como estratégia para conseguir um visto para os países da América, que privilegiavam os candidatos casados.

A família de dona Elena<sup>163</sup> residia em Leningrado e era formada pelo casal, seus três filhos e os pais de um dos cônjuges. O avô de Elena faleceu durante o cerco da cidade e a família decidiu fugir da Rússia:

E meu avô, estava morando com eles, meu avô e minha avó, ele morreu de fome em Leningrado em 1940, sei lá, aqueles anos muito

<sup>163</sup> Elena A., depoimento de 25 de fevereiro de 2015, São Paulo.

complicados. E eles se picaram e passaram pela Alemanha. Como, os detalhes, eu sinceramente não sei. Se foi junto com as tropas que estavam se retirando, os alemães. Enfim foram muitos russos que foram embora da Rússia nessa época. Fugindo... Eles tinham três filhos na época, Leonid, Nikita e Natasha. E eu nasci em 1943 na Alemanha. Eles saíram em 1941 de Leningrado, foram para a Alemanha... [...] Tinha um campo de refugiados, eles davam aula.

Do campo para os refugiados na Alemanha, a família foi aceita para imigrar para o Brasil em 1949, formada, nesse momento, por 7 pessoas: o chefe de família com 43 anos de idade, sua esposa com 42, sua mãe de 65 anos e seus quatro filhos de 6, 9, 16 e 18 anos.

Já o imigrante russo Nikolay Lebedeff apresenta uma trajetória migratória solitária. Ele ingressou no Brasil em março de 1948, registrado como apátrida vindo da Aleksandria, Egito, embora seus documentos pessoais indicassem que fora mobilizado pelos alemães na cidade de Kharkov, na Ucrânia, durante a ocupação da cidade pelos nazistas em 1943<sup>164</sup>. Sendo engenheiro formado pela Universidade de Kharkov, Lebedeff transferiu-se com as tropas alemãs para a Europa, onde trabalhou até o final da Guerra, quando, com 40 anos de idade, foi selecionado para imigrar ao Brasil, endossando o contingente dos trabalhadores estrangeiros de alto nível de qualificação técnica. Posteriormente, Nikolay trabalhou, por muitos anos, com projetos de estruturas metálicas, em concreto armado e outros materiais, somando mais de 30 obras concluídas, algumas de referência na cidade de São Paulo, como a estrutura da Cúpula do Ginásio de Ibirapeura, da Cúpula do Ginásio do Esporte Club Sírio, o efeito de vento na estrutura do Edifício Itália, a estrutura do “trecho II” do Metrô e da Estação Luz, dentre outras<sup>165</sup>.

#### **4.6.2. Características profissionais**

Conforme discutido acima, os refugiados e deslocados de guerra interessavam ao Brasil, antes de mais nada, em sua função de mão de obra qualificada para os trabalhos na indústria e na agricultura. As exigências da comissão brasileira de seleção eram

---

<sup>164</sup> *Curriculum Vitae*. Documentos pessoais de Nikolaj Lebedev, acervo da Sociedade Filantrópica Paulista. São Paulo.

<sup>165</sup> Relação de projetos em estruturas metálicas, em concreto armado, etc. elaborados pelo engenheiro Nikolaj Lebedev, 1/03/1970. Acervo da Sociedade Filantrópica Paulista. São Paulo.

rigorosas, o que não impedia os candidatos à imigração de falsificar suas profissões, conforme investigado largamente pela imprensa da época e pela vigilância policial. O Banco de dados traz também indicações de inúmeras requalificações dos imigrantes de origem russa. Essas requalificações foram possibilitadas tanto pelos cursos de reeducação profissional, empreendidos nos acampamentos europeus para os DPs (Salles, 2004, p. 563), quanto pela flexibilidade dos próprios empregadores brasileiros.

Uma carta de reconhecimento (*vide* figura 4.1) a Georgy Alexeev, redigida pela presidência do Comitê estudantil da AVTS, evidentemente uma instituição de ensino profissionalizante na cidade de Amberg, na Baviera, Alemanha, destaca a importância de cursos de especialização profissional para os deslocados de guerra russos na Europa após a guerra:

Ao Senhor Inspector AVTS  
Prezado Georgy Nikolaievitch!

V.Sa. parte para o Brasil, para o país estrangeiro, onde todos são livres, onde com o trabalho honesto pode-se recomeçar a vida profissional e criativa e tornar-se cidadão de uma verdadeira sociedade democrática e livre.

Nós sabemos por intermédio de nossos companheiros como V.Sa., Georgy Nikolaievitch, trabalhou muito na criação da nossa escola e no aperfeiçoamento de seu trabalho pedagógico, teórico e prático.

Por tudo que V.Sa. fez para nós e para seus ex-estudantes, DPs, hoje, no dia da nossa despedida, é uma honra lhe agradecer.

Nós sabemos como é importante tornar-se um trabalhador profissional para cada um que quer ou deve partir para o exterior. Nós entendemos bem o principal objetivo do AVTS e tentaremos divulgá-la para aqueles DPs que estão na ignorância e na inércia dentro dos acampamentos. Lhe garantimos que muitos DPs reconhecerão, depois de sua partida, o trabalho altamente frutífero e valioso que V.Sa., na condição de um homem russo, empreendeu aqui na nossa escola para o benefício de todos os DPs.

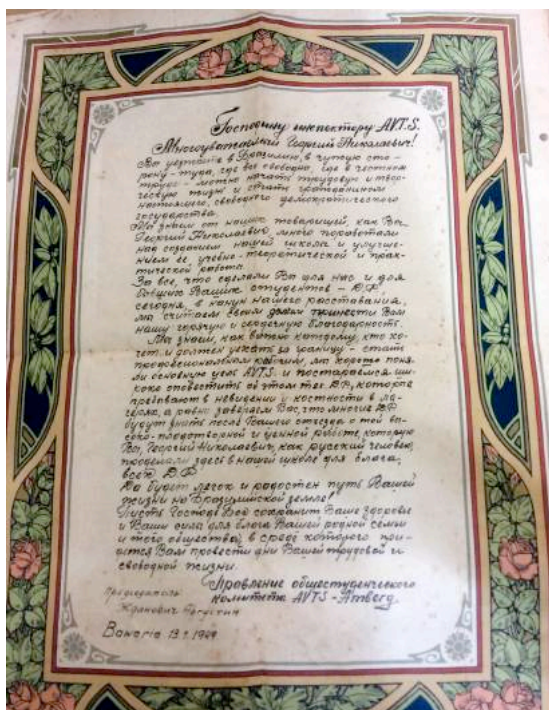
Que seja fácil e alegre o caminho de sua vida na terra brasileira!

Que Deus preserve sua saúde e suas forças para o bem de sua família e daquela sociedade no seio da qual V.Sa. terá que passar os dias de sua vida de trabalho e de liberdade.

Presidência do comitê estudantil AVTS-Amberg.  
Presidente: Avgustin Jdanovitch  
Bawaria, 13/01/1949<sup>166</sup>.

---

<sup>166</sup> Carta de agradecimento ao Georgy Alexeeff. Documentos pessoais, acervo da Sociedade Filantrópica Paulista. São Paulo.



**FIGURA 4.1. Carta de agradecimento redigida pela presidência de uma instituição de ensino profissional para os DP's russos na Alemanha, 1949.**

Após a sua chegada ao Brasil, os deslocados de guerra inseriam-se no mercado de trabalho, conforme a sua disponibilidade primária, já que o primeiro emprego era uma condição vital para a sua sobrevivência no país. Como aponta Salles (*op.cit.*, p. 564): “Comparando-se a profissão declarada no passaporte, ou na chegada à Hospedaria, e a 1ª profissão ou emprego realmente desempenhado, notou-se uma diferença significativa. Essa diferença provavelmente se deve ao fato de que num primeiro momento de chegada, os imigrantes aceitavam ocupações de operários qualificados e técnicos, mesmo quando possuíam qualificações de nível médio e superior”.

**TABELA 4.4. Profissão declarada dos imigrantes russos do pós-guerra. Chefes de família, segundo a qualificação profissional.**

Qualificacao	Número absoluto	%
AGRICULTOR	41	4%
SERVICOS DOMESTICOS	21	2%
PROFISSIONAL LIBERAL	51	6%
NAO ESPECIFICADA	204	22%
OPERARIO	441	48%
SEM QUALIFICACAO	35	4%
TECNICO; PROFISSIONAL I	127	14%
<b>TOTAL</b>	<b>920</b>	<b>100%</b>

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

A Tabela 4.3 evidencia que a maior parte dos responsáveis pela família se declaravam como trabalhadores industriais: 48 %. Entre eles, havia 108 mecânicos, 83 operários de diversas especialidades (de couro, de fiação, de laticínios, têxtil *etc.*), 39 carpinteiros, 39 eletricitistas e eletromecânicos, 25 pintores, dentre outros.

A demanda por profissionais técnicos e de nível médio e superior proporcionou a seleção de grande número desses especialistas nos campos de refugiados na Europa. No interior dessa mão de obra especializada, o maior interesse foi pelos profissionais em engenharia, de produção têxtil, de celulose e de laticínios, da construção civil e da indústria química. Entre as 44 pessoas declaradas como técnicos, havia especialidades de todas as áreas da indústria: mineração, óptica, madeiras, construção civil, celulose, elétrica *etc.* Entre os 20 profissionais de nível superior, a maioria possuía diploma em engenharia (mecânica, civil, arquitetura, elétrica), e outros 6, em química.

Na qualificação de profissionais liberais, foram classificados tanto os trabalhadores e vendedores do comércio (4 comerciantes, 2 vendedores e 1 empresário), quanto prestadores de diferentes serviços (4 fotógrafos, 3 motoristas, 3 barbeiros, 2 costureiros, 2 guarda-livros, entre outros). Além disso, os trabalhadores de ciência e arte e do ensino também foram registrados na categoria de profissionais liberais, entre eles 11 músicos, 2 pintores, 2 professores de música e 2 professores, além de 4 estudantes e 1 religioso.

Entre as ocupações sem qualificação encontram-se 7 jardineiros, 5 zeladores e guardas noturnos, 7 auxiliares de escritório, vendedores ambulantes, e outras ocupações, no total de 35 pessoas.

As atividades domésticas eram desenvolvidas quase exclusivamente pelas mulheres: de 21 pessoa entre os responsáveis pela família foram registrados, como prendas domésticas, 20 mulheres e apenas 1 homem. Para a população dos dependentes, com predominância das mulheres, as ocupações nos variados serviços domésticos totalizavam 38% das profissões declaradas: 163 pessoas (*vide* Tabela 4.4). Entre o total de 295 mulheres ingressas como dependentes que declararam sua ocupação, 157 (53%) se registraram como “prendas domésticas” ou “empregadas domésticas”. Quanto a outras ocupações, 32 mulheres foram registradas como costureiras, tecelãs e aprendizes, 27 como estudantes, 23 como agricultores, 15, nos serviços de escritório (secretária, datilógrafa, estenógrafa, auxiliar de escritório *etc.*), 6 em profissões técnicas e de nível superior (médica farmacêutica, desenhista, enfermeira e dentista), 7 operárias, 4 cabeleireiras, 2 professoras, 1 pintora, dentre outras. Como vimos, as ocupações femininas eram predominantemente sem qualificação específica, circunscritas, sobretudo, ao universo de serviços domésticos, enquanto as ocupações dos homens eram localizadas no mercado de trabalho industrial.

**TABELA 4.5. Profissão declarada de imigrantes russos do pós-guerra. Dependentes, segundo a qualificação profissional.**

Qualificação	Total	%
AGRICULTOR	33	4%
SERVICOS DOMESTICOS	163	18%
PROFISSIONAL LIBERAL	57	6%
NAO ESPECIFICADA	493	53%
OPERARIO	93	10%
SEM QUALIFICACAO	17	2%
TECNICO	8	1%
ESTUDANTE/APRENDIZ	58	6%
<b>TOTAL</b>	<b>922</b>	<b>100%</b>

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

Embora as instruções sobre a seleção de imigrantes nos acampamentos de refugiados orientassem a comissão brasileira a manter a proporção de 70% de agricultores e 30% de técnicos especializados (Campos, 2015, p. 362), na aceitação de deslocados de guerra, essa orientação não foi cumprida. Para os imigrantes russos vindos para São Paulo, a proporção entre agricultores e ocupações urbanas foi de 6%

contra 94%, entre aqueles cuja ocupação profissional consta nos registros analisados. No total, os russos registrados como agricultores contavam apenas 41 indivíduos, entre os chefes de família, e 33 dependentes. Entre a totalidade de chefes de família, 2 foram reclassificados como mecânicos de tratores e a maioria dirigiu-se às fazendas no interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás. Apenas um chefe de família provinha da China, enquanto a maioria era originária de regiões do Sul da Rússia e da Ucrânia, territórios de terra preta, tradicionalmente de atividades agricultoras. Entre os 33 dependentes, 8 pessoas não foram trabalhar na agricultura: 2 esposas registraram seu primeiro emprego nos serviços domésticos na cidade, e 6 outros dependentes (1 pai, 1 irmão e 4 filhos do responsável) foram requalificados para trabalhos na indústria na função de mecânicos, montador, carpinteiro e operário.

#### **4.6.3. Distribuição territorial dos imigrantes russos pós-guerra**

As fichas pessoais que deram origem ao Banco de dados contêm informações sobre a primeira residência do imigrante e sua família, o local do primeiro emprego e, ocasionalmente, informações sobre alteração do endereço de residência, de emprego ou acerca de solicitação do visto de saída do país. Esse conjunto de dados permite localizar territorialmente os imigrantes do pós-guerra no Estado e na cidade de São Paulo, além de mapear a presença de cada uma das nacionalidades no tecido urbano articulando o endereço de sua residência ao endereço de seu trabalho, como feito por Salles (2004, p. 565).

Para os imigrantes de origem russa foram consolidados, sobretudo, os dados sobre a residência de cada família. Importante ressaltar que a mobilidade residencial foi bastante alta nos primeiros anos de sua instalação no Brasil. Geralmente, as primeiras residências eram de grande precariedade, devido à instabilidade profissional e financeira da família na cidade. Não raro, essas residências eram localizadas nas regiões próximas aos locais de trabalho e foram encontradas através da mobilização de redes intracomunitárias. Baeninger *et al.* (2013, p. 21) apontam para os seguintes critérios de distribuição dos imigrantes após a Segunda Guerra pelos bairros de São Paulo:



Algumas referências existem, embora seja difícil afirmar os motivos que levaram os imigrantes de cada uma das etnias estudadas a escolher os locais de moradia. Como vimos, há toda uma conjuntura própria aos bairros industriais, terrenos e alugueis mais baratos, um sistema de transporte razoável tanto nas beiras de ferrovia quanto nas rodovias e quanto ao transporte urbano, o bonde e depois o ônibus, etc. O que, entretanto, é mais significativo na escolha de locais de moradia, é o fato de que anteriormente, já havia imigrantes das mesmas nacionalidades concentradas nesses bairros.

Embora a primeira moradia fosse um local provisório, a sua localização permite mapear a distribuição geral dos imigrantes russos pelos municípios e pelos bairros da cidade de São Paulo. Ela indica os locais de concentração, tanto de seus conterrâneos quanto das classes laboriosas em geral na cidade após a Segunda Guerra.

Conforme a Tabela 4.5, os municípios do Estado de São Paulo com maior agrupamento de imigrantes russos eram localizados na região da Capital. Assim, entre 1229 pessoas com a indicação da primeira residência, a maioria (77%) , 947 imigrantes, se estabeleceu na cidade de São Paulo. São Caetano, subúrbio agrícola no começo do século e um grande centro industrial depois da Guerra, recebeu 72 imigrantes russos, 6% do total. Santo André e São Bernardo do Campo, outros dois municípios vizinhos da Capital, com grande número de indústrias instaladas, receberam respectivamente 34 e 5 imigrantes russos após a Guerra. Outro polo importante de concentração desses imigrantes localiza-se entre municípios limítrofes com a cidade de São Paulo, no Oeste: Osasco e Presidente Altino, com 60 casos no total, Carapicuíba, com 12 e Jundiaí, com 10.

**TABELA 4.6. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos municípios, segundo a localização da primeira residência. Chefes de família e dependentes.**

CIDADE	TOTAL
AMPARO, SP	6
ASSIS, SP	1
BATATUBA, SP	3
BRAGANÇA PAULISTA, SP	1
BRAS CUBAS, SP	2
CAMPINAS, SP	9
CAMPO LIMPO, SP	5
CARAGUATATUBA, SP	1
CARAPICUIBA, SP	12
CUBATÃO, SP	2
ELDORADO, SP	1
GARÇA, SP	1
GOIAS, GO	5
GUARULHOS, SP	15
INDIANA, SP	1
ITAPUÍ, SP	1
JUNDIAÍ, SP	10
LIMEIRA, SP	5
LINS, SP	3
MOGI DAS CRUZES, SP	8
MOINHO VELHO, SP	1
OSASCO, SP	43
PONTA GROSSA, PA	2
PRESID. ALTINO, SP	17
RINCÃO, SP	3
RIO CLARO, SP	1
S. BERNARDO DO CAMPO, SP	5
SALTO, SP	2
SANTO ANDRÉ, SP	34
SANTOS, SP	5
SÃO CAETANO, SP	72
SÃO PAULO, SP	947
SUZANO, SP	2
TAUBATÉ, SP	1
TERRA ROXA, SP	1
V. BERTIOGA, SP	1
NAO ESPECIFICADO	613
<b>TOTAL</b>	<b>1842</b>

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

Langenbuch (1971) aponta que os anos 1930-1940 marcaram a aproximação dos subúrbios industriais com os bairros do município de São Paulo. Esse processo ganhou mais destaque na região Sudeste da Capital, com a junção dos municípios de São Caetano, São Bernardo e Santo André com os novos loteamentos residenciais surgidos nos bairros Vila Bela, Vila Alpina, dentre outros.

Contiguamente à divisa de São Bernardo fora implantado o loteamento Vila Bela já esparsamente edificado em 1930. Este loteamento se encontra junto ao aglomerado de São Caetano, com o qual já na ocasião não apresentava solução de continuidade; esta contudo se verificava entre Vila Bela e o loteamento paulistano já arruado mais próximo qual seja o Parque da Vila Prudente. O fato sugere a existência de intensas relações entre São Caetano e Vila Bela, que devem ter presidido pelo menos o desenvolvimento inicial deste bairro: tem-se a nítida impressão que o mesmo constitui um prolongamento de São Caetano. As divisas intermunicipais começavam a perder seu sentido (Langenbuch, *op.cit.*, p. 138).

Outro polo de aproximação e integração dos territórios suburbanos ao tecido urbano de São Paulo foi os bairros na divisa com o município de Santo Amaro:

Santo Amaro foi o município mais abrangido pelo ‘cinturão de loteamentos residenciais suburbanos’. Indianópolis se estendia até a divisa, através de seu prolongamento Vila Helena, e no município vizinho se sucediam uma série de loteamentos, que uniam São Paulo e Santo Amaro, destacando-se Campo Belo e Brooklin Paulista (*Ibid.*).

**TABELA 4.7. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, segundo a localização da primeira residência. Chefes de família e dependentes.**

BAIRRO	TOTAL	% DO TOTAL DOS INDICADOS
ÁGUA BRANCA, PERDIZES	19	1,9%
BELA VISTA	12	1,2%
BOM RETIRO	9	0,9%
BRAS, MOOCA	6	0,6%
CAMPO BELO	13	1,3%
CENTRO (CAMPOS ELISEOS, CONSOLACAO, LUZ, REPUBLICA)	28	2,8%
FREGUESIA DO Ó, JAÇANÃ	8	0,8%
INDIANOPOLIS	41	4,1%
IPIRANGA	40	4,0%
ITAQUERA	7	0,7%
JABAQUARA, PEDREIRA	25	2,5%
JARDIM PAULISTA	7	0,7%
LAPA	38	3,8%
LIBERDADE, CAMBUCI, ACLIMAÇÃO	16	1,6%
MOEMA	21	2,1%
PENHA	11	1,1%
PINHEIROS	11	1,1%
SANT'ANNA	9	0,9%
SANTO AMARO	47	4,7%
VILA ALPINA	34	3,4%
VILA ANASTACIO	48	4,8%
VILA BELA	153	15,3%
VILA LEOPOLDINA	36	3,6%
VILA MARIA	20	2,0%
VILA MARIANA	18	1,8%
VILA PRUDENTE	19	1,9%
VILA SÃO JOSÉ	10	1,0%
VILA ZELINA	163	16,3%
OUTROS	132	13,2%
NAO ESPECIFICADO	789	0
<b>TOTAL</b>	<b>1790</b>	<b>100,0%</b>
<b>TOTAL DOS INDICADOS</b>	<b>1001</b>	<b>1001</b>

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

Como vimos na Tabela 4.6, os imigrantes russos vindos após a guerra concentravam-se principalmente nos bairros operários nos arredores de grandes indústrias, que, como aponta Landenbuch (*op.cit.*, p. 139-146), continuavam a ser “comandada[s] pela ferrovia”. O mesmo autor aponta que “a intensa implantação industrial, ao longo das ferrovias, convidava os operários a se estabelecerem em torno das estações ferroviárias situadas fora da cidade, onde poderiam adquirir terrenos, ou alugar casas, a preços mais razoáveis – enquanto se beneficiavam de um meio de

transporte rápido e de preço acessível entre local de residência e local de trabalho” (*op.cit.*, p. 135). Os principais polos industriais da época concentravam-se ao longo da ferrovia Santos-Jundiaí, compreendendo os três municípios suburbanos, São Caetano, São Bernardo e Santo André, e os bairros paulistanos na várzea do rio Tamanduateí. Outro polo industrial se instalou na região Oeste da cidade, entre Osasco e Vila Leopoldina.

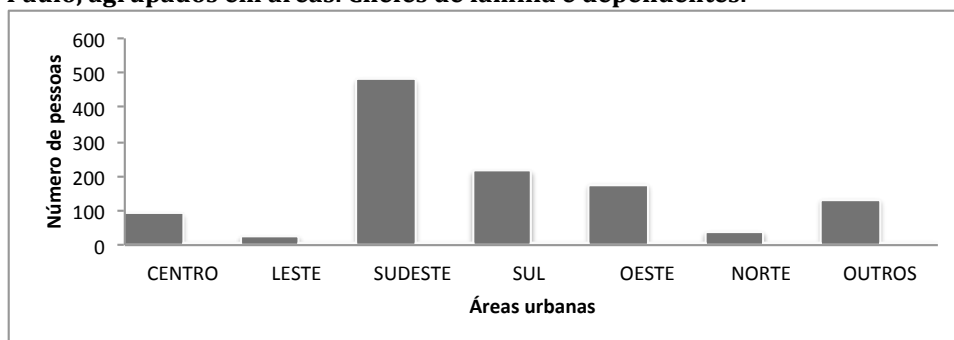
Consolidando os dados das tabelas 4.5 e 4.6, segundo as áreas de concentração populacional da Grande São Paulo, apresentados pelo Landenbuch, vemos que os imigrantes russos analisados residiam principalmente na Zona Sudeste, compreendendo as “vilas” nos morros do rio Tamanduateí e os três municípios suburbanos industriais – 41,5%, na Zona Sul, compreendendo os bairros Campo Belo, Indianópolis, Moema, Jabaquara, Pedreira, Santo Amaro e outros, 18,6%, e na Zona Oeste, nos bairros Vila Leopoldina, Vila Anastácio, Lapa, Pinheiro e municípios Osasco e Carapicuíba (*vide* Tabela 4.7 e Gráfico 4.5).

**TABELA 4.8. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, agrupados em áreas. Chefes de família e dependentes.**

	CENTRO (AGUA BRANCA, PERDIZES, BELA VISTA, BOM RETIRO, CENTRO, JARDIM PAULISTA, LIBERDADE, CAMBUCI, ACLIMACAO)	LESTE (BRAS, MOOCA, ITAQUERA, PENHA)	SUDESTE (VILA ALPINA, VILA BELA, VILA PRUDENTE, VILA ZELINA, S BERNARDO, S ANDRE, S CAETANO)	SUL (CAMPO BELO, INDIANOPOLIS, IPIRANGA, JABAQUARA, PEDREIRA, MOEMA, SANTO AMARO, VILA SAO JOSE, VILA MARIANA)	OESTE (OSASCO, CARAPICUIBA, VILA LEOPOLDINA, VILA ANASTACIO, PINHEIROS, LAPA)	NORTE (FREGUESIA DO O, JACANA, SANTANNA, VILA MARIA)	OUTROS	TOTAL
Nº	91	24	480	215	176	37	132	1155
EM %	7,88%	2,08%	41,56%	18,61%	15,24%	3,20%	11,43%	100,00%

FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

**GRÁFICO 4.5. Distribuição dos imigrantes russos do pós-guerra pelos bairros da cidade de São Paulo, agrupados em áreas. Chefes de família e dependentes.**



FONTE: POS2WAR. Projeto « Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo », (FAPESP, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp – FAPESP/CNPq).

A concentração dos russos em certas localidades propiciou a organização da vida comunitária marcada por dispersão e segregação. Os recém-chegados que se instalavam em proximidade com uma comunidade russa já organizada utilizavam seus estabelecimentos já existentes, sobretudo as paróquias religiosas. A região ao Leste e Sudeste da Capital, como São Caetano, Santo André e bairros como Vila Bela, Vila Zelina, Vila Prudente, dentre outros, era servida pela já existente, desde 1931, paróquia ortodoxa russa de Santíssima Trindade, localizada na Vila Alpina. Já os imigrantes que passaram a residir ao Oeste organizaram sua própria paróquia ortodoxa em Carapicuíba, com igreja construída em 1949 (Vorobieff, p.79-81). Na cidade de São Paulo, além da Catedral Ortodoxa Russa, funcionando desde 1939, na região central, e a igreja da Vila Alpina já mencionada, foram construídas, após a guerra, mais duas igrejas em Moema e Indianópolis (1952), uma igreja nas proximidades à represa Billings, no bairro Pedreira (1952) e mais uma igreja na Vila Zelina (1962), além de uma paróquia russa organizada pela Igreja Católica, em 1947, no bairro Ipiranga para servir aos imigrantes da Segunda Guerra e da China (*vide* Vorobieff, *op.cit.*).

Entretanto, o maior fluxo desses imigrantes do pós-guerra dirigiu-se aos subúrbios industriais ao longo do rio Tamanduateí. Os bairros de Vila Prudente, Vila Zelina, Vila Bela, Vila Alpina e os arredores já eram marcados pela presença de imigrantes do antigo Império Russo desde os anos 1920-1930. Com a chegada da nova leva migratória do pós-guerra, as atividades comunitárias se intensificaram consideravelmente. O Bispo Ortodoxo Gregório, pároco atual da Igreja da Santíssima Trindade na Vila Alpina, que acompanhou a paróquia quando criança nos anos 1950, assim relembra esse período:

Depois da guerra vieram para cá muitos russos. Aqui não tinha nada na época. Aqui perto há São Caetano, Santo André, esses municípios, subúrbios, e lá havia muitos russos. Também na Vila Alpina, Vila Zelina, Parque São Lucas e nos arredores. Nas missas de domingos as pessoas mal cabiam dentro da igreja. Porque ela foi construída pequena nos anos 1930: havia 20-30 paroquianos na época. E de repente, 300, 400 pessoas nas grandes festas... Quem não chegava antes do começo da missa de domingo, não conseguia entrar para colocar a vela no altar: ele comprava a vela na entrada e pedia outras pessoas passarem a vela até o altar, porque não conseguia circular dentro da igreja. Os sacerdotes foram obrigados a fazer uma porta adicional no altar para poder circular por fora da

igreja, porque por dentro era impossível. Todos eles já estão nos céus. Digo, a maioria, porque muitos foram embora. Quando o bispo partiu para Canadá com seus monges em 1956, muitos paroquianos os seguiram para aquele país. Outros foram também para Austrália, para Estados Unidos<sup>167</sup>.

A região ao longo da ferrovia Santos-Jundiaí abrigava grandes indústrias e bairros operários com grande número de trabalhadores de origem estrangeira. Como ressalta o historiador Nicolau Sevcenko, filho de imigrantes ucranianos vindos após a guerra, os moradores concentravam-se segundo a sua procedência, de modo que formavam enclaves linguísticos quase que homogêneos.

Eu cresci lá naquele contexto da zona leste, no bairro da Vila Prudente, num subdistrito chamado Quinta das Paineiras. O nome é bonito, mas era um subdistrito industrial. É um enclave que ficava entre a indústria Ford, a indústria Vemag e a indústria General Motors. Era uma área de altíssima industrialização ao longo da várzea do Tamanduateí, porque ele serviu como esteio da estrada de ferro, a Santos-Jundiaí, portanto conexão direta com o Porto de Santos. Foi o que fez com que as indústrias exportadoras se assentassem ao longo da linha do trem, e aí surgiram bairros operários vinculados à população ligada a essas indústrias. A minha família transitou amplamente pelo leste industrial, de início estava na Mooca, daí para a Vila Zelina e depois veio para a Quinta das Paineiras. A razão da migração foi porque originalmente a população eslava estava concentrada na região da Mooca. E depois foi progressivamente se ambientando na área mais alta: a Vila Alpina, Vila Zelina, Vila Tolstói; que se encheram daquelas igrejas com torres de estilo oriental, em forma de cabeça de alho. Se você olhasse em para qualquer colina mais alta, em cima dela haveria uma igreja com aquela arquitetura típica das igrejas ortodoxas da Europa Oriental; parecia que você estava num trecho da Europa Oriental. A língua mais comum, embora houvesse gente vinda de vários países da Europa Oriental, a língua geral era o russo. Se você não falava russo não conseguia comprar pão ali, o que me fez crer, por muito tempo, que eu estava na Rússia. Cai na realidade, quando fui para a escola e voltei correndo pra minha mãe, chorando e dizendo: “me puseram numa escola de estrangeiros”, e pela primeira vez ouvi: “não, estrangeiro é você, estrangeiros somos nós”<sup>168</sup>.

---

<sup>167</sup> Bispo Ortodoxo Gregório, depoimento de 14 de agosto de 2014, São Paulo.

<sup>168</sup> Entrevista de Nicolau Sevcenko concedida a Alvaro Katsuaki Kanasiro e Luis Felipe Kojima Hirano em novembro de 2011. Disponível em *Outras Palavras*, <[http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/nicolau-sevcenko-desgarrado-e-genial/?utm\\_source=feedly&utm\\_reader=feedly&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=nicolau-sevcenko-desgarrado-e-genial](http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/nicolau-sevcenko-desgarrado-e-genial/?utm_source=feedly&utm_reader=feedly&utm_medium=rss&utm_campaign=nicolau-sevcenko-desgarrado-e-genial)>. Acesso em 16 de agosto de 2014.

Esse relato destaca que uma das principais motivações para a escolha do local de residência era a falta de domínio do idioma português pelos imigrantes, que conseqüentemente procuravam se fixar nas regiões de concentração de seus conterrâneos. Isso certamente facilitava a sobrevivência do dia a dia através da ativação de redes de vizinhança e de solidariedade, com base na condição compartilhada de migrantes e operários, conforme revelado por outro relato:

Quando chegamos em São Paulo, fomos morar primeiro em Santo André. Era um lugar precário na época: não existia nem rede elétrica, nem água canalizada, nem saneamento básico. Depois nós fomos morar na Vila Bela, frequentávamos a igreja da Vila Alpina e lembro que havia muitos paroquianos. Nós alugávamos um quarto e morávamos em muita precariedade. As vezes, nossos vizinhos traziam leite e pão, porque não tínhamos nem comida. A vida só começou a melhorar quando eu terminei a escola técnica e consegui um emprego como operário na indústria automobilística. Meus pais já tinham 50 e 60 anos e não conseguiam achar um emprego<sup>169</sup>.

Como vimos, o local de residência estava diretamente ligado à ocupação do chefe da família, combinado a outros fatores, como o valor de terrenos e imóveis e a concentração étnica. Dessa maneira, conquanto o destino dos imigrantes empregados nas indústrias fossem as regiões na várzea do rio Tamanduateí e a região de Osasco-Jundiaí, os imigrantes russos da China apresentavam outro perfil sócio-profissional e sua inscrição no tecido urbano refletia isso.

Como demonstrado acima, os russos da China eram representados, sobretudo, pelos moradores de grandes cidades, empregados principalmente no comércio e setores de serviços. Sem ter sido submetido ao processo de seleção, como no caso dos DPs russos da Europa, eles não foram enquadrados na condição de mão de obra especializada para a indústria, o que lhes conferiu mais liberdade para continuar a exercer suas atividades em São Paulo. Além disso, a grande presença de população feminina entre esses imigrantes propiciou sua instalação, nem tanto nos bairros operários, mas, sobretudo, nos bairros residenciais mais centrais da cidade, sem desconsiderar, contudo, a dinâmica dos valores imobiliários. A região de Indianópolis, Moema e Mirandópolis passava por período de crescimento populacional e imobiliário, e ainda oferecia preços acessíveis para as populações mais desprovidas de recursos (Landenbuch, *op.cit.*, p. 134). Essa região representou uma concentração massiva de

---

<sup>169</sup> Paulo B., depoimento de 19 de junho de 2015. São Paulo.

imigrantes originários da China, que se integravam nos setores de serviços urbanos, serviços domésticos e comércio. Entre 178 imigrantes da China, constantes no Banco de dados, 21 declararam sua primeira residência nos bairros de Indianópolis e Mirandópolis, 20 no Jardim Europa, 14 em Santo Amaro, 9 em Ipiranga, excluindo 83 sem identificação da residência.

De uma forma geral, a distribuição dos imigrantes russos pelos bairros da Grande São Paulo demonstra uma tendência geral. Selecionados e admitidos para imigrar ao Brasil, exclusivamente como mão de obra industrial, as condições de sua instalação ficavam marcadas pela condição geral na qual se encontravam as classes operárias na cidade. Boris Fausto (1986, p. 29) ressalta que a classe operária paulista foi surgindo justamente das populações imigrantes proletarizadas pelo êxodo do campo nos anos 1920, sendo que a constituição do próprio espaço urbano seguiu a lógica da diferenciação entre as classes presentes na cidade:

A cidade se implantara no interior de um maciço, cercado de planícies varzeosas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamanduateí e do Tietê. Estas planícies foram se integrando ao núcleo urbano, na medida em que iam sendo atravessadas pelas estradas de ferro – a Inglesa, a São Paulo- Rio de Janeiro, a Sorocabana. O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíram para o Brás, o Bom Retiro, a Moóca, as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados. O processo de formação dos bairros, em função da constituição da sociedade de classes, é simétrico: enquanto a massa de imigrantes se concentra nas várzeas, bordando as faces sul e leste do maciço paulistano, vão surgindo neste os bairros residenciais que sobem as encostas em busca de terrenos altos e saudáveis (Higienópolis) até atingir o alto espigão, onde se abre a Avenida Paulista.

Do Brás, do Bom Retiro e da Moóca, nos anos 1920, os bairros operários seguiam o movimento das indústrias mais ao Sul, em direção aos subúrbios outrora agrícolas. Tendo uma interrupção significativa nos novos fluxos migratórios durante o Estado Novo, os imigrantes chegados no final do século XIX e começo do século XX formaram a classe operária paulista, num movimento que Fausto (*op.cit.*, p.32) descreve como a dominância da consciência de classe sobre a consciência étnica:

[...] um setor da massa de imigrantes cristalizou-se como classe trabalhadora urbana, em um processo pelo qual se frustrou o projeto de imigrante e se definiu a contradição entre estrangeiro/assalariado, com a dominância do segundo elemento, sem a supressão do primeiro.



Os imigrantes russos vindos para São Paulo após a liberação da migração pelo governo brasileiro no pós-Segunda Guerra se encontraram diretamente na condição de operários, inseridos no contexto urbano marcado pela dinâmica da vida operária, embora separados dela pelo desconhecimento do idioma. Evidentemente, foi esse o fator que propiciou a maior concentração dos russos em bairros específicos, como apontado acima. A mobilidade residencial posterior, de algumas famílias estudadas, para fora dos bairros operários resulta tanto da emancipação profissional, quanto da emancipação dos laços comunitários através do conhecimento do idioma português.

Desse modo, a distribuição desses imigrantes na cidade foi resultado de dois fatores intercalados: da condição operária e da condição do estrangeiro. Como sugerem os dados, quando a condição operária não se aplicava, como no caso de alguns russos vindos da China, a condição étnica propiciava uma inicial concentração espacial, não a dispersão no tecido urbano.

## À GUIZA DE CONCLUSÃO: A FORÇA DE TRABALHO IDEAL

A emigração dos russos desde a revolução de 1917, vista como um movimento histórico, foi um fenômeno de dimensão mundial sem precedentes na conjuntura política do século XX. Os países europeus já conheciam os grandes fluxos migratórios havia quase um século, principalmente na sua face *emigratória*. Os incessantes deslocamentos populacionais conectavam a Europa e o Novo Mundo numa configuração complexa na qual os destinos migratórios individuais se inseriam em um conjunto de jogos de interesses dos Estados-nações dos dois lados do Atlântico. Para os países europeus, a emigração de suas populações para o além-mar auxiliava no alívio à tensão no campo, onde os camponeses levavam miserável existência, agravada pelo advento das relações capitalistas. Para os países das Américas, os imigrantes europeus preenchiam lacunas populacionais cuja necessidade era percebida tanto na produção agrícola quanto para a colonização de terras devolutas. Para os imigrantes, o deslocamento representava, sobretudo, um caminho à subsistência e à preservação de seu modo de vida habitual.

O surgimento dos primeiros fluxos de refugiados, russos e, antes, armênios embora em menor dimensão, colocou os países europeus diante da outra face do fenômeno migratório: como absorver um grande número de imigrantes desamparados, totalmente desprovidos de posses materiais, de proteção de seu governo e, o mais importante, de possibilidade de ser enviado de volta ao país de origem? Como vimos, o período entre as duas guerras mundiais foi marcado pelas tentativas dos Estados-nações europeus de enquadrar essas massas humanas no modo de ser político vigente.

Do outro lado do Atlântico, o Brasil continuava a tratar a questão da imigração em sua chave instrumental para as necessidades internas. Em sua maioria subsidiados pelo governo e submetidos a uma seleção rigorosa garantida pela lei, os imigrantes europeus representavam uma população oportuna para a realização dos interesses das elites políticas e econômicas dirigentes, representadas por fazendeiros e comerciantes de importação e exportação (Alencastro, 1988, p. 32). Durante o período imperial (1822-1889), o principal interesse em atrair os imigrantes europeus visava colonizar territórios, tanto que, como aponta Seyferth (2015, p. 10), “a expressão ‘colonos estrangeiros’ está mais presente nos discursos imigrantistas do século XIX do que a

categoria imigrante”. Após a abolição de escravatura, o principal interesse das elites dirigentes era completar o mercado de trabalho com trabalhadores “livres”, que não podiam, porém, ter acesso às terras e nem reivindicar seus direitos como cidadãos. A partir dessa época a figura do imigrante se funde, do ponto de vista do Estado, com a figura do trabalhador. Essa relação se aprimora até o término dos grandes movimentos migratórios para o país, no final dos anos 1940.

Como aponta Alencastro (*op.cit.*, p. 50), a figura do proletário urbano surgiu no Brasil no seio da imigração portuguesa, inserida nas relações de trabalho baseadas ainda nas práticas escravocratas, o que levou à precarização e à exploração extrema desses trabalhadores imigrantes “livres”.

De resto, a aglutinação de proletários na capital confunde aqueles que contavam utilizar a imigração branca para ‘civilizar’ o país. A opinião brasileira começa a captar uma realidade social cujos termos eram até então antinômicos: a existência de europeus *pobres*, rebaixados ao nível dos escravos, exercendo atividades e personificando formas de decadência social que pareciam ser o apanágio de negros e de mestiços. [...] Com a chegada dos imigrantes portugueses e o refluxo do cativo urbano, emerge uma camada social cuja estratificação tinha sido retardada pela escravidão urbana: os proletários.

Para Boris Fausto (1986), a própria instauração do capitalismo no Brasil data principalmente da abolição de escravatura e do início das grandes imigrações para o país. Embora os imigrantes não substituíssem por completo a mão de obra escrava, a presença dos trabalhadores estrangeiros aumentava a capacidade do mercado de trabalho. Segundo Fausto (*op.cit.*, p. 17), enquanto “em 1887 havia 107 000 escravos na província de São Paulo, entre este ano e 1900 a imigração líquida externa somou 599 426 pessoas”. O fato de que a grande imigração ao Brasil foi subsidiada pelo governo indica que o mecanismo de oferta e demanda de mão de obra esteve vinculado aos interesses dos fazendeiros, sendo que o principal deles era a redução de valor dos salários no campo. Para Fausto, o surgimento do proletariado urbano deu-se por conta das populações imigrantes, transferidas do campo para a cidade desde o começo do século XX, e com a crise do café dos anos 1920. Assim, o setor cafeeiro foi responsável por criar massa de mão de obra para os centros urbanos: ao promover um fluxo migratório maior do que o necessário para o campo, o excesso de mão de obra se transferiu para a cidade. Nesse movimento, conforme assinalado por Fausto (*op.cit.*, p. 32), “[...] um setor da massa de imigrantes cristalizou-se como classe trabalhadora

urbana, em um processo pelo qual se frustrou o projeto de imigrante e se definiu a contradição entre estrangeiro/assalariado, com a dominância do segundo elemento, sem a supressão do primeiro.”

Fica evidente, dessa maneira, que o governo, representando interesses, ora de grandes produtores rurais, ora de capitalistas industriais, ora da *intelligentsia* preocupada com a pureza da nação, como aponta Alencastro (1988, p. 31-32), enxergava no imigrante, sobretudo, uma força de trabalho. Como vimos, a legislação migratória do país desde a primeira década do século XX deixava claro as duas principais exigências para o imigrante: ter capacidade para o trabalho e requisitos mínimos para uma assimilação de sucesso ao seio da sociedade brasileira. Embora cada fluxo migratório possua suas especificidades, de uma forma geral, os ingressos coletivos – subsidiados diretamente pelo governo ou financiados através das companhias de navegação – respondiam essas demandas das elites dirigentes do país.

O sociólogo Abdelmalek Sayad apontou, nos anos 1970, que o imigrante, na perspectiva do Estado - sendo que o imigrante só pode existir enquanto existirem os Estados - é antes de tudo um *trabalhador* imigrante. Para ele (Sayad, 1998, p. 54-55), a própria realidade social (o imigrante e a imigração) tende a ser enquadrada numa definição que se dá pela ordem social estabelecida pelo Estado, segundo a qual

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento”.

Dessa maneira, os principais elementos que definem o imigrante são o trabalho (“e esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o 'mercado de trabalho para imigrantes' lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído” (*Ibidem.*), e a ilusão de sua provisoriedade no país de imigração. Nessa perspectiva, o refugiado, separado de seu Estado de origem, não se apresenta como provisório na ordem nacional do país de imigração, diferentemente do imigrante. É um imigrante definitivo e um trabalhador incerto, porque não condicionado pelo “mercado de trabalho para imigrantes”. O refugiado, nesse sentido, é um “escândalo para a mente”, parafraseando

Sayad (*Ibidem.*), porque é um sujeito que concilia duas coisas paradoxais: o não trabalho e algo que só pode ser compreendido no seio do trabalho.

A vinda dos refugiados russos no *Aquitaine* e no *Provence* demonstra de forma clara essa questão. Focados em considerações de ordem geopolítica e diplomática (Santos, 2003), os estudos sobre a permanência e a saída do Brasil da Liga das Nações raramente analisam a resistência das elites econômicas brasileiras em assumir compromissos com o recebimento das grandes camadas populacionais deslocadas pelos colapsos dos Impérios na Europa, inclusive os refugiados russos cuja proteção pela Liga das Nações foi assegurada através da criação de passaporte Nansen, em 1922. O recebimento de refugiados, sujeitos frequentemente vistos como “elementos indesejáveis”, claramente contrariava os interesses das classes dirigentes em receber imigrantes de trabalho, pois ainda não havia um mecanismo legal para a sua seleção pelo Estado. Dessa maneira, o único acesso ao país para os refugiados da Europa era através do envolvimento com as companhias de navegação, que traficavam os imigrantes espontâneos, para os quais a via da imigração subsidiada estava indisponível. Assim, os refugiados russos que potencialmente dispunham de um status jurídico específico na Europa ficaram iguais, em suas condições de acesso ao Brasil, aos imigrantes, potencialmente equiparados com a força de trabalho importada.

A vinculação dos refugiados à ordem de trabalho, através de sua seleção como a mão de obra, mostrou-se instrumento eficaz para enquadrá-los na lógica que geria, desde sempre, a percepção e a compreensão do fenômeno migratório. Porque o refugiado, enquanto portador de um estatuto jurídico, desvinculado da ordem econômica e social do país de recebimento, é um objeto do direito nacional e da política externa do Estado. Já o refugiado, como mão de obra, passa a incorporar as características da condição social do imigrante, o que lhe permite ser pensado em categorias já dominadas pela ordem social.

A seleção dos refugiados pelo Estado de recebimento faz com que ele combine na sua figura o estatuto jurídico de refugiado e a condição social do imigrante. No Brasil, isso podia ser observado com a admissão dos refugiados europeus da Segunda Guerra Mundial, após um longo período de ausência de fluxos migratórios coletivos no país<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup> O ‘trabalhador nacional’, sobre o qual o discurso de proteção diante da mão de obra imigrante zelava o discurso típico da ‘Era Vargas’, era também imigrante, em segunda ou terceira geração. Se Fausto (1986, p. 29) indica que, entre 1890 e 1920, mais ou menos 68% da população ocupada na cidade de São Paulo era

Como vimos, toda a polêmica em torno da recepção dos deslocados de guerra da Europa debatia a sua utilidade ao desenvolvimento do país enquanto força de trabalho para a produção capitalista. Nessa perspectiva, o imigrante refugiado era a mão de obra perfeita. Primeiro, não necessitava de grandes investimentos por parte do governo brasileiro, já que a sua vinda e instalação eram subsidiadas por organizações internacionais. Segundo, sua colocação nos grandes centros industriais criava uma camada de proletariado perfeita para a produção da mais-valia capitalista. Retomando a clássica concepção de Karl Marx (1985 [1867], p. 140), esse imigrante era a mão de obra perfeitamente “livre”: tanto formalmente, como um possuidor de direito de vender a sua força de trabalho, quanto completamente privado de qualquer meio de sobrevivência no novo local de residência. Além disso, o refugiado tinha uma vantagem perante o imigrante: cortadas as relações com o seu país de origem, ele não realizava as remessas e não possuía projetos para investimento de seu ganho no exterior do país, concentrando, assim, todo o lucro para a circulação interna.

A transferência de indivíduos, depois da Segunda Guerra Mundial, da Europa para os países das Américas, como um conjunto de mercadorias, faz lembrar, de uma maneira sintomática, o deslocamento da população das pobres regiões agrícolas da Inglaterra para os centros industriais no começo do século XIX, citado por Marx em *O Capital* (*op.cit.*, p. 213):

Foram designados agentes para Manchester, com a autorização dos *Poor Law Commissioners*. Foram preparadas listas de trabalhadores agrícolas e entregues a esses agentes. Os fabricantes acorriam aos escritórios e depois de escolher o que lhes convinha, as famílias foram despachadas do sul da Inglaterra. Essas encomendas de gente foram transportadas com etiquetas como fardos de mercadorias, por via fluvial ou por carros de carga. Alguns foram a pé e muitos deles vagueavam perdidos e meio mortos de fome pelos distritos industriais.

Se no século XIX os agentes dessas transferências eram os comissários de produtores industriais privados, depois da Segunda Guerra os interesses dos capitalistas eram plenamente representados pelo próprio Estado. O Estado brasileiro estava sob a constante pressão por parte dos produtores capitalistas para selecionar de forma eficiente a mão de obra adequada nos campos europeus de deslocados de guerra.

---

de origem estrangeira, nas décadas seguintes essa proporção seria mantida pela presença no mercado de trabalho de seus descendentes.

Simultaneamente, após a sua chegada, ciente de que “a partir de certo nível de renda e de ‘direitos’, o ‘proletário’ se tornava, na realidade, um ‘burguês’, vivendo assim da mais-valia produzida por outros” (Wallestein, 1997, p. 165), o Estado tinha interesse em manter esses imigrantes em sua condição de dupla “liberdade” por mais tempo. A preocupação da polícia política com a emancipação de alguns imigrantes recém-chegados pode servir de ilustração para isso:

[...] alguns dos deslocados que vieram a esta Capital no dia 5 de dezembro de 1948, e que não sendo ainda legalizados e nem possuindo emprego, estão comprando terrenos e construindo casas. Se não me engano, existe uma lei em que proíbe aos imigrantes de fazerem transações de imóveis. A Lei em questão é a de nº 3.010, que diz, que todos os deslocados declarados agricultores, só poderão trabalhar na lavoura.

Consta também que um deles pretende estabelecer-se, empregando certo capital em sociedade com outro indivíduo já radicado neste País, para montagem de uma oficina mecânica<sup>171</sup>.

O proletariado urbano brasileiro, nascido no seio de uma parcela da imigração, se alimentou por muito tempo das populações de imigrantes e refugiados estrangeiros e, posteriormente, de migrantes internos vindos de regiões mais afetadas pelo advento das relações capitalistas de trabalho e pela escassez natural de meios de produção.

Isso não significa que não havia imigrantes fora da condição proletária. Pelo contrário, muitos deles conseguiram, em um período de uma ou duas gerações, superar sua condição de assalariado na produção, vendo essa superação como um privilégio que a sociedade brasileira lhes concedia. “Não posso me queixar do Brasil- atesta hoje a voz coletiva de imigrantes e refugiados russos e seus descendentes - tudo que nos foi privado pela Rússia, foi nos compensado pelo Brasil”.

Contudo, essa é uma defasagem evidente e recorrente entre a percepção subjetiva da própria trajetória migratória individual e seu enquadramento objetivo na estrutura de relações econômicas, sociais e simbólicas do país de sua instalação.

---

<sup>171</sup> Comunicado reservado ao SS N<sup>o</sup> 1C, São Paulo 08/01/1949. Dossiê 41Z-78-14, fl. 29. DOPS, APESP/SP.

**PARTE II. SER RUSSO EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO  
SÉCULO XX**



## INTRODUÇÃO: O QUE É SER RUSSO?

Considerando a ambiguidade empírica e analítica em relação ao que é “russo”, deparei-me, desde a construção do objeto dessa pesquisa, com o problema de definição desse conceito. Por um lado, eu queria deixar a questão da “russidade” ser definida pelo próprio campo empírico. Por outro, a elaboração desse texto, assim como a pesquisa documental efetuada, exigiam fundamentos conceituais mais ou menos definidos previamente.

O senso comum e a própria semântica da palavra “russo” sugerem uma interpretação que remete ao Estado e à nação que a constitui. Assim, é possível entender o “russo” tanto em termos nacionais, ou seja, como um sujeito que faz parte da nação russa e do Estado que o representa, a Rússia (seja na sua versão monarquista, seja na versão, sucessora, comunista), quanto em termos étnicos, ou seja, como parte de uma coletividade que se reivindica como possuidora de traços culturais específicos que a distinguem de outros grupos. Entretanto, assim como o próprio termo “russo”, as categorias de análise que poderiam explicá-lo são de extrema ambiguidade. Somando a isso infinitas interpretações “nativas” sobre a condição de “ser russo”, teremos um conjunto de categorias e termos tão obscuros que impossibilitariam qualquer tentativa de operacionalização.

Dessa maneira, nas próximas páginas, tentarei demonstrar a essência da ambiguidade das noções “nação” e “etnia”, enquanto categorias analíticas para compreensão do fenômeno da “russidade”. Em seguida, sugerirei possíveis caminhos analíticos para abordar esse tema tão problemático.

Se entendermos o “russo” e sua condição de “russidade” como atributo de um sujeito que faz parte da nação russa, ou seja, do corpo populacional de um Estado organizado chamado Rússia, precisamos considerar a natureza multiétnica e multicultural desse Estado. Dessa maneira, para fins de pesquisa, teria que se considerar como “russos” todos os grupos subnacionais do Império Russo: dentre outros, judeus “russos”, poloneses “russos”, lituanos “russos”, além de ucranianos “russos”, bielorrussos “russos” e os próprios russos “russos”. No entanto, embora mais definida, essa percepção levaria a uma pesquisa demasiado extensa para um projeto de doutorado.

Além disso, a própria concepção do “russo” em termos nacionais é desde sempre objeto de extensos debates tanto científicos, quanto políticos. A noção de nacionalidade na Rússia mescla a dimensão étnica com a dimensão cívica, se usarmos a dicotomia comumente utilizada tanto nas ciências humanas quanto no senso comum. O sociólogo norte-americano Rogers Brubaker (2004, p. 133) aponta que se estabeleceu uma distinção analítica clássica entre dois tipos de nacionalismo: o nacionalismo cívico, entendido como universalista, inclusivo e voluntarista, e o nacionalismo étnico, caracterizado como particularista, exclusivo e ascriptivo. Brubaker aponta que frequentemente o primeiro é representado como uma comunidade de cidadãos reunidos sob o poder de um Estado, cuja participação é vista como voluntária, liberal e inclusiva. Já o segundo pressupõe que o pertencimento nacional se baseia no pertencimento étnico, ou seja, numa comunidade de língua, tradições e costumes, agregada sob a ideia de descendência comum. Contudo, Brubaker acredita que essa dicotomia é analiticamente infértil e deve ser superada, porque raramente esses dois tipos encontram-se na prática em seus estados puros.

O autor evoca o fato de que ambas as formas são ao mesmo tempo inclusivas e exclusivas. Pela sua definição, o nacionalismo cívico é inclusivo porque é baseado na cidadania, mas em sua essência a cidadania também é algo exclusivo e inclusivo, simultaneamente. Ela protege o Estado de “invasão” daqueles que podem querer se deslocar para o seu território e separa a comunidade dos nativos da dos estrangeiros, os estrangeiros. Ela é ao mesmo tempo extremamente exclusiva, se não em termos étnicos, em muitos outros. O acesso à cidadania é sempre um processo muito regulamentado e complicado. Aliás, Brubaker (*op.cit.*, p. 141) alega que a exclusão cívica é muito mais eficiente no mundo de hoje do que uma exclusão hipoteticamente definida como “étnica”. Mas ela é imperceptível e raramente questionada nos debates públicos porque é altamente naturalizada na estrutura do Estado liberal.

A concepção da nacionalidade na Rússia tem que ser analisada em sua dimensão histórica, considerando a natureza imperialista de seu Estado. Os pesquisadores Blum e Gousseff (1997, p. 49), ao estudar as categorias utilizadas nos censos populacionais do Império Russo, apontam que os critérios de descrição da população da Rússia czarista, e depois da União Soviética, foram baseados na lógica da expansão territorial, como tipos de deslocamentos colonizadores. A Rússia se tornou um verdadeiro laboratório de

elaboração do “nacional” como uma categoria descritiva, não só na dimensão de sua vida política, jurídica e administrativa, mas também na ciência.

Com intuito de obter informações e organizar o poder nos territórios colonizados, o Estado russo incluiu a categoria étnica nos censos populacionais já no século XVIII. As etnias ideologicamente importantes na construção de um Império foram incluídas na estrutura nacional oficial como tais<sup>172</sup>, os outros, menores e menos relevantes para o projeto imperial, foram registrados na categoria de “alheios” ou até mesmo de “agricultores”<sup>173</sup> (Blum, Gousseff, 1997, p. 69). Essa lógica da segregação étnica proporcionava uma política discriminatória baseada na hierarquização de origem geográfica e cultural. Assim, os povos, considerados pouco assimiláveis, ou “com pouco grau de cidadania”, recebiam um status administrativo e político inferior, “por conta de seu modo de vida diferenciado” (Blum, Gousseff, 1997, p. 57).

A preocupação de um Império em organizar seus territórios conquistados de modo segregado, conferindo-se a alguns peso cultural e político maior que a outros (*Op.cit.*, p. 65), criou uma concepção de pertencimento étnico como atributo inerente a cada indivíduo, sendo ele imutável e herdado. Apesar da ruptura ideológica entre o Império e o Estado soviético depois da Revolução de 1917, a Rússia permaneceu um Estado multiétnico, a estratificação étnica foi naturalmente incorporada na estrutura da nação soviética.

Nos primeiros anos após a revolução de 1917, as pretensões separatistas dos nacionalistas ucranianos, tchetchenos, georgianos e outros não podiam ser ignoradas pelo governo bolchevique na construção de um Estado socialista. A estrutura federativa com a centralidade política da República Socialista Federativa Soviética da Rússia foi, em grande parte, continuação do modelo nacional do Império. As categorias étnicas continuavam funcionar como marcadores importantes da posição na estrutura hierárquica da nova nação soviética. Em 1932, a categoria étnica foi institucionalizada através da campanha de “passaportização” promovida por Stalin, quando “a pertença étnica” passou a ser a informação obrigatória registrada no passaporte de todo cidadão soviético. Brubaker (2004, p. 68) ressalta que, na União Soviética, “a nacionalidade étnica não era apenas uma categoria estatística, a unidade fundamental da contagem e

---

<sup>172</sup> Os grupos étnicos constitutivos eram os eslavos, os povos muçulmanos, os povos bálticos e os povos de origem mongol. Para Blum e Gousseff (1997), isso refletia a ideia promovida pelo Estado que o Império Russo é constituído pelos “povos” não eslavos dos territórios conquistados no Sul, no Norte e no Leste, em torno do núcleo eslavo composto por russos, ucranianos e bielorrussos.

<sup>173</sup> Aqui atrás da ocupação económica transparecia a conotação do “povo pouco civilizado”, arcaico.

contabilidade, mas uma categoria legal que foi inscrita nos documentos pessoais, transmitida por descendência, registrada nos encontros burocráticos e relatórios oficiais, e utilizada em certos contextos para administrar a admissão à educação superior e o acesso aos determinados tipos de emprego”.

Desde o Império e até a URSS, a concepção do senso comum de nacionalidade étnica, assim como a produção científica a respeito foram mutuamente alimentadas. O caso mais exemplar é o do etnólogo russo Julian Bromley, fundador da escola soviética da etnologia e criador do conceito de *etnos*, bastante influenciado pelas teorias do movimento político nacionalista russo do século XIX. Para Bromley, *etnos* é uma unidade biológica que certamente não depende da vontade humana, sendo também produto do processo histórico e fortemente enraizada no território específico (Skalník, 1988, p. 165-166). Em seu artigo programático, *Sobre a essência de etnos*, publicado em 1970, o etnólogo russo define o *etnos* como “um conjunto de pessoas, que possuem os traços culturais específicos, compartilhados e relativamente estáveis, e uma estrutura psicológica correspondente, além da endogamia e da consciência de sua própria unidade” (Bromley, 1970). Para ele, o *etnos* é uma espécie de “núcleo” envolto por uma cápsula constituída pelo ambiente social (“organismo social”: Estado, tribo, etc.) e natural (paisagem, recursos naturais, etc.). O ambiente é capaz de criar diferenças formais entre grupos inseridos em contextos diferentes. Por exemplo, Bromley acreditava que cada *etnos* possuía sua mentalidade psicológica, cuja existência é indiscutível, mas cujo conteúdo é diretamente influenciado pelas condições materiais da existência do grupo. Assim, um traço psicológico como “diligência” depende do ambiente natural e social do cada grupo étnico, embora sua existência como atributo psicológico da mentalidade do *etnos* não seja questionada. Contudo, o que realmente define o grupo em termos étnicos é o núcleo do *etnos*, estável, visível e exclusivo.

Esse núcleo, segundo Bromley, pode ser identificado, entre outros casos, durante deslocamento geográfico de pequenos grupos de pessoas da mesma etnia, ou seja, na imigração. Para ele, as características culturais perdidas durante várias gerações de imigrantes são secundárias, frutos da influência do ambiente externo. Já as características que permanecem são a essência da identidade étnica desse grupo e representam as características essenciais desse *etnos* específico. Essas características, para o etnólogo soviético, são principalmente os traços fenotípicos (cor da pele, forma

do crânio, traços faciais) e atributos culturais (cultura material: artes, tecnologias, meios de produção e imaterial: costumes e tradições).

O que mais impressiona nessa teoria de grande influência na URSS é que ela reitera a concepção essencialista da etnicidade, mesmo após a publicação, em 1967, do celebre artigo do antropólogo Fredrik Barth que revolucionou a abordagem à etnicidade nas ciências sociais do mundo ocidental. Para o pesquisador Skalník (1988, p. 159), o principal papel do conceito de *etnos* definido nesses termos era dar uma base teórica para toda a ideologia do Estado e para a sua política nacional. Para ele (*ibidem.*), “o conceito específico, elaborado para designar portadores coletivos de ‘eticidade’, aparece como resposta à evolução da demanda política e ideológica”. Skalník, investigando a sua hipótese, demonstra que a teoria desenvolvida por Bromley na União Soviética encontrou na África do Sul um solo fértil para seu desenvolvimento, embora os objetivos políticos dos dois regimes em relação aos grupos específicos fossem antipódicos. A teoria de Bromley retomava o modelo de Stalin sobre os “cinco estágios de evolução do povo”, segundo o qual um grupo étnico, ou um “organismo étnico-social” nos termos de Bromley, passa por uma sequência de cinco estágios de organização: tribo, nacionalidade escravagista, nacionalidade feudal, nação burguesa e nação socialista (Skalník, *op.cit.*, p. 169-170). Com isso, a concepção essencialista dos atributos étnicos age como justificativa para dominação política de um grupo mais “desenvolvido” sobre os outros, que se encontram em estágios de evolução inferiores. No caso soviético, o “povo soviético” era visto como um organismo étnico-social mais abrangente, no seio do qual existiam outras nações, menos desenvolvidas, que deveriam ser guiadas ao estágio superior de organização social, o comunismo, pela nação russa. No caso da África do Sul, aponta Skalník (*op.cit.*, p. 171-172), a suposta necessidade de guiar os povos nativos aos estágios mais avançados de organização étnica era utilizada para justificar a pretensão paternalista dos Afrikaners em relação a eles.

Isso significa que desde o Império e até os anos soviéticos a concepção da nacionalidade russa continha ao mesmo tempo os elementos do nacionalismo “étnico” e do nacionalismo “cívico”. Sem negar a influência do romantismo alemão na formação de ideias nacionalistas russas do século XIX, “ser russo” se definia em termos emprestados das teorias de nacionalismo alemão: significava possuir e preservar um “espírito do povo”, uma “consciência nacional” (Elias, 1994 [1939], p. 23), uma constituição psíquica específica ou, como Norbert Elias define, uma “estrutura de personalidade do povo em

questão” (Elias, 1997 [1992], p. 29). Por outro lado, ser russo também significava fazer parte de uma nação multicultural reunida sob a dominação da cultura e dos “esquemas mentais” de origem russa, condensados principalmente na língua. Elias (*op.cit.*, p. 29) ressalta que “os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo habitus nacional. A língua comum é um exemplo imediato”. Embora isso não seja necessariamente verdadeiro para qualquer nação, essa afirmação é muito relevante para a nação russa.

Para evitar a tendência “grupista” na pesquisa sobre os imigrantes, o pesquisador Luís Moraes (2005, p. 86), em seu estudo sobre os partidos nazistas alemães no Rio de Janeiro, propôs um conceito alternativo aos conceitos de “comunidade alemã” e de “germanidade” - “espaço social de língua alemã”:

Com o termo estabelece-se um espaço social no qual – como em um mercado – bens econômicos, políticos, ideológicos e culturais são oferecidos para um público que – na perspectiva de quem os oferece – tem as condições e a competência linguística necessárias para avaliá-los, levá-los para si, utilizá-los e passá-los adiante.

Moraes propôs conceber o espaço cultural de língua alemã de maneira parecida com o que na Academia russa é chamado de “mundo russo”: um espaço cultural transnacional cujo elemento central é a língua russa. Sem dúvida, a dimensão ideológica desse conceito não pode ser ignorada: o mundo russo é antes de tudo o mundo de colonização russa, com sua longa história de “russificação” dos novos territórios como a principal estratégia de assimilação cultural. Contudo, o resultado dessas políticas se transformou numa concepção da nacionalidade étnica que se baseia, sobretudo, no pertencimento linguístico. Dessa maneira, a língua russa, uma língua de difícil acesso para os não nativos, tornou-se denominador comum universal para um país multilinguístico e multinacional como a Rússia. Parafraseando Elias, a língua russa se modificou efetivamente em uma instituição que permite falar da existência de um habitus nacional na Rússia.

Entre os cientistas sociais russos contemporâneos, a definição do “mundo russo” também gira em torno do compartilhamento da língua. Isso porque a realidade empírica após a queda da URSS exigia uma definição nacional e étnica mais flexível de suas populações. Depois do colapso do Estado Soviético, grande número de população

russofônica se tornou uma emigração sem nunca ter emigrado: todos aqueles que se transformaram em cidadãos de outros países, agora independentes, mas que ainda compartilhavam o *habitus* formado pelas instituições soviéticas de língua russa. Essas populações com tempo assimilaram a cultura material e imaterial local, porém, preservavam a língua russa como a língua maternal<sup>174</sup>. Assim, a rápida nacionalização dos estados emancipados após a queda da URSS fez com que esses indivíduos passassem a se identificar com a Rússia ou então a se assimilar linguisticamente com a nova nação de residência. O conceito do “mundo russo”, embora rapidamente empregado pela ideologia do Estado Russo em seus anseios imperialistas, tentava dar conta desse novo fenômeno surgido nos anos 1990.

O antropólogo russo Valery Tishkov (2007) definiu o “mundo russo” nos termos de uma diáspora: “uma comunidade transnacional e transcontinental que se baseia no sentimento de pertença a um Estado específico e na lealdade a sua cultura”. Para ele, o principal elemento que permite a constituição e a reprodução dessa comunidade é a língua russa. O conhecimento da língua implica dois outros critérios de pertença ao “universo russo”: o compartilhamento de cultura russofônica e uma orientação cultural à Rússia. Esta tem natureza dinâmica e conflituosa: ela varia da negação, como no caso dos emigrantes “brancos”, à aceitação do Estado russo com sua política e sua cultura contemporânea. Dessa maneira, Tishkov define o “mundo russo” como uma comunidade transcontinental que se estrutura através do compartilhamento de três elementos: a língua russa, a cultura russofônica e o interesse explícito pela Rússia.

Concordo com Tishkov no que se refere à importância primária de ser portador da língua russa para fazer parte de um espaço sociocultural compartilhado, cujo

---

<sup>174</sup> Talvez o exemplo da minha própria família deixa mais claro esse aspecto complexo da vivência num estado multinacional. Eu sou a terceira geração dos russos nascidos na Geórgia, Estado colonizado pela Rússia ainda no século XIX. Meus bisavós maternos vieram da Rússia no começo dos anos 1940, e a minha bisavó paterna nos anos 1930. Todos os meus avós nasceram e viveram na Geórgia, sem manter laços efetivos com a Rússia. O seu idioma materno sempre foi russo, o fato possibilitado pela “russificação” da Geórgia. Embora o idioma principal da Geórgia era georgiano, a existência massiva de escolas e universidades bilíngues na URSS fez com que duas gerações da minha família não perdessem a língua russa e nem aprendessem a georgiana. Assim, eu nasci na família russofônica no declínio do Estado Soviético e fui enviada para a escola georgiana, porque ainda era o único meio de eu aprender o idioma georgiano nas condições linguísticas da minha família. A emancipação da Geórgia em um estado independente, em 1991, levou-a a adotar políticas nacionalistas, exterminando a presença institucional do idioma russo. Com isso, a minha família não conseguia mais permanecer na Geórgia e único país a qual se via em condição de emigrar era a Rússia ou a Ucrânia que adotou políticas menos agressivas em relação à população de língua russa. Contudo, a nossa existência cotidiana na Ucrânia revelou a profunda assimilação cultural que a minha família sofreu durante três gerações de vida na Geórgia. Muitos aspectos da nossa cultura cotidiana eram moldados pelo *habitus* georgiano e não russo, embora nunca questioneei a minha “origem” e o meu pertencimento ao “mundo russo”.

conteúdo é exclusivo. Embora existam exceções, a língua ainda é a condição necessária para poder ingressar e transitar nesse espaço. Contudo, no caso de várias gerações de emigrantes russos, principalmente nos países mais distantes da Rússia, o interesse explícito pela Rússia raramente faz sentido, além de ser elemento de alto grau de imprecisão.

Muitos outros pesquisadores russos adotam como principal critério do pertencimento étnico-nacional a língua russa como a língua materna. Ryazantsev e Grebeniuk (2014, p. 9) apontam que “os russos que residem fora da Rússia são um grupo muito heterogêneo em relação a sua identificação étnica e religiosa, socialmente e politicamente”, por isso a língua é um marcador importante de identificação “russa” desses imigrantes. “A língua russa é um instrumento social efetivo que promove a coesão dos russos no exterior” (*Ibidem.*), pois é um instrumento compartilhado de comunicação exclusiva através da imprensa, das associações e das coletividades.

A língua russa é, sem dúvida, um elemento central na compreensão daquilo que chamei aqui de “ser russo”. Ela, sobretudo, é um instrumento inclusivo-exclusivo que delimita as fronteiras de um grupo, ao mesmo tempo garantindo a sua coesão interna. Ela também é um campo de disputa entre diferentes concepções de pertencimento ao espaço sociocultural russo. Ela permite aos seus portadores a capacidade de circular em diferentes “mundos linguísticos/culturais” sem identificar contudo o seu pertencimento linguístico à sua identidade “étnica”.

Em relação à presente pesquisa, isso significa que a existência de coletividades, no Brasil, cujo idioma principal era o russo possibilitava, em tese, a adesão de todos os indivíduos familiares a essa língua. Como demonstrei na Primeira Parte, grande número de imigrantes “russos” era originária de territórios multiétnicos fora da “Grande Rússia”, onde a russificação forçada raramente levou à assimilação completa ao habitus cultural e nacional russo. Erik Hobsbawm (2011, p. 448) já havia apontado que os judeus no Império Russo eram pouco integrados, maltratados e discriminados: uma condição compartilhada pelas populações não eslavas das periferias do Império. Frequentemente, isso reforçava o seu sentimento de estar não apenas na periferia geográfica, mas sobretudo na periferia da própria nação. Entretanto, havia exceções: a russificação intensa e os incentivos do governo às famílias camponesas leais ao regime do monarca criou, ainda no final do século XIX, uma camada social bastante conservadora em relação aos crescentes movimentos de cunho socialista e revolucionário. Mesmo assim, após a



emigração, as populações que passaram pelo processo de russificação forçada raramente reivindicavam seu pertencimento a uma “nação russa”. Por exemplo, os judeus, os ucranianos de língua ucraniana, os lituanos, os armênios, dentre outros, se agruparam, após emigrar, segundo suas identidades étnicas e linguísticas regionais, e não pela identidade nacional “russa”, ainda que pudessem falar russo e compartilhar características culturais. Na prática, eles formavam comunidades distintas em São Paulo e, apesar de serem “russos” no imaginário popular local, porque vieram efetivamente da Rússia, frequentemente protestavam contra tal designação. Inúmeras vezes no decorrer dessa pesquisa empírica ouvi uma frase que poderia ilustrar esse fenômeno: “Meus pais eram russos. Não, na verdade, eram judeus, mas vieram da Rússia”!

Contudo, tendo por critério de “ser russo” o domínio do idioma russo e seu emprego livre, é possível incluir no objeto da pesquisa todos aqueles que, mesmo sem reivindicar sua “russidade”, circulavam livremente no espaço cultural de língua russa. É necessário considerar que, diferentemente das imigrações italiana ou alemã, a imigração dos russos era relativamente recente e não dispunha ainda de instituições de transmissão cultural no solo brasileiro. Isso faz com que os sujeitos que reivindicavam a sua participação no espaço cultural de língua russa fossem quase exclusivamente os imigrantes da primeira ou da segunda geração, os imigrantes recém chegados ou seus filhos ingressos ao Brasil ainda crianças. Esse recorte pelo idioma possibilita, assim, incluir na pesquisa todos aqueles que se declaravam “russos”, não importando qual significado essa categoria comportava para eles, judeus russos, lituanos russos, alemães russos, russos brancos e muitos outros.

Não entendido como nacional, o “russo” poderia ser apreendido nos termos étnicos. No entanto, essa definição impõe uma limitação significativa ao objeto empírico estudado. Mesmo deixando de lado a impossibilidade de “definir” quem é russo “étnico”, sem levar em conta a dinâmica social do grupo em questão, não poderíamos restringir o fenômeno da emigração russa a um fenômeno estritamente étnico. A comunidade russa em São Paulo, formada por emigrantes de pelo menos três movimentos migratórios distintos, não era formada unicamente pelos russos “étnicos”. Catherine Gousseff (2008, p.12) aponta que, nos anos 1920-1930 na Europa, ao contrário do que afirma o senso

comum, os russos étnicos não constituíam a maioria dos emigrantes, o que, no entanto, não impossibilitou a criação de uma identidade comum:

O que caracteriza a emigração antibolchevique de entre guerras é que ela afirma uma identidade unitária russa, que diz respeito muito mais à realidade imperial da Rússia do que à presença dos russos étnicos (“*Grands-russes*”). Estes, de fato, são minoritários comparados aos originários da Ucrânia ou do Cáucaso; mas na França, pelo menos, o compartilhamento do mesmo destino e enfrentamento à URSS contribuíram para homogeneizar a coletividade na reivindicação de um pertencimento russo.

Além disso, o valor analítico do próprio conceito do grupo étnico ou da etnicidade no contexto da imigração para o Brasil parece-me problemático. Tradicionalmente, as ciências sociais tratam da etnicidade no contexto da imigração para explicar a persistência e a reprodução dos padrões culturais do país de origem no contexto de gerações nascidas e criadas já em solo estrangeiro. Depois dos trabalhos clássicos dos pesquisadores da Escola de Chicago (Thomas, Znaniecki, 1918), a celebre obra *Beyond the Melting Pot*, de Nathan Glazer e Daniel Moynihan (1963), coloca novamente a noção de etnicidade na discussão das ciências sociais, sobretudo, para desconstruir o mito sobre a existência do *Melting Pot* da sociedade americana. Depois de ter analisado vários grupos de imigrantes na cidade de Nova York, eles concluem que não existe na cidade esfera sociocultural isenta da influência de algum desses grupos. Dessa maneira, alegam os autores, a “força assimilatória” da sociedade americana não produziu uma sociedade nova, como acreditava-se segundo a teoria do *Melting Pot*, mas assimilou apenas “os primos étnicos”. O que aconteceu na realidade é que cada grupo de imigrantes preservou seu estilo de vida e sua cultura com certas modificações provocadas pelo novo contexto material de existência.

Desde então as inúmeras pesquisas que tratam dos grupos de imigrantes, sobretudo em seu aspecto cultural, lançam mão dos termos étnicos para explicar a persistência e a modificação de suas características culturais durante gerações. Não raro, essas pesquisas tratam a questão da etnicidade em relação direta com certos grupos delimitados, ou comunidades étnicas. Efetivamente, pensar a etnicidade sem referência a um grupo dito “étnico” é muito difícil, mesmo porque o próprio senso comum estabelece essa relação claramente. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) define, por exemplo, a etnicidade como “1. condição ou consciência de pertencer a um

*grupo* étnico; 2. grau de conformidade dos membros de uma coletividade aos padrões culturais de seu *grupo*”, enquanto a etnia é definida como “*coletividade* de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e maneiras de agir” (grifo meu).

Dependendo da problemática da pesquisa, esse enfoque pode render resultados importantes. Mas dificilmente essa abordagem trará clareza para o caso dos imigrantes russos em São Paulo, principalmente pela heterogeneidade da população estudada e pela ambiguidade do próprio conceito da etnicidade enquanto categoria analítica.

Além disso, a relação direta entre a “russidade” e uma comunidade russa definida e delimitada na cidade dificilmente pode ser feita. Os russos não criaram uma comunidade de imigrantes estruturada, territorialmente definida e capaz de se perpetuar através das gerações. A convivência dos russos em São Paulo era marcada pela fragmentação e pela existência de várias coletividades, frequentemente de natureza exclusiva em relação aos outros grupos e à sociedade brasileira. Dessa maneira, procurei desvincular a noção de “russo”, como atributo étnico, de sua encarnação em um grupo delimitado, definido por compartilhamento de traços culturais em comum, bem como pela crença de terem uma origem comum.

Nessa perspectiva um aspecto importante precisa ser destacado. Etnia e etnicidade, tanto quanto nação e nacionalidade, são categorias amplamente empregadas na vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, são também categorias de pensamento do senso comum. Enquanto tal, como aponta Brubaker (2006, pp. 31-33) denominando-as de “categorias de prática”, elas tendem a uma interpretação essencialista. Em maior ou menor medida, os indivíduos percebem a sua própria identidade étnica como um atributo herdado, estável e imutável. Como vimos, para os russos, o seu pertencimento étnico é em grande medida definido pelo sangue e não por uma escolha voluntária. Inúmeros atributos físicos ou de natureza social, tidos como imutáveis, são pensados como indicadores desse pertencimento: o nome de família é um marcador clássico da etnicidade no senso comum russo. Entretanto, mesmo a concepção da etnicidade do senso comum também está sujeita às disputas em relação à sua definição, como nessa narração que põe em oposição um entendimento dinâmico e culturalista de “russidade” versus uma concepção essencialista:

Eu perguntei para ele ‘Porque você decidiu, depois de tantos anos, começar a se encontrar com os russos?’ E sabe que ele respondeu para mim? ‘Coisas do DNA. Meu DNA falou mais alto’ Ele

não conseguiu me explicar porque ele, de repente, quer se encontrar com os russos. Ele nunca falou russo e nem fala agora. [...] Aí, quando eu pergunto por que é assim, você, que não fala russo, tem esposa brasileira, filhos que não falam russo, quer, depois de tantos anos, ficar encontrando com os russos, ele me fala do DNA<sup>175</sup>...

Paralelamente à etnicidade como uma categoria de prática, existe a etnicidade enquanto categoria de análise, cuja definição tende a ser construtivista. Os dois entendimentos do mesmo fenômeno encontram-se em constante diálogo e em constante tensão. Como ressalta Brubaker (*op.cit.*, p. 33), é tão difícil separar as duas concepções que as pesquisas sociais sobre o assunto frequentemente pecam por “usar linguagem construtivista e argumentação essencialista”. Para ele, as categorias nativas são sobretudo produtos de relações humanas e nesse sentido são elementos capazes de criar a própria existência, e por isso não podem ser ignoradas. Assim, a análise da etnicidade precisa considerar tanto o fato empírico quanto a representação coletiva sobre ele e construir suas categorias analíticas em constante diálogo com eles.

No caso dos imigrantes russos, como vimos, a compreensão nativa da etnicidade está intimamente relacionada à construção nacional de um Império multinacional e multicultural. Assim, entender analiticamente a “russidade” exclusivamente em termos nacionais ou étnicos seria delimitar significativamente o alcance da pesquisa. Por isso, optei por entender o “ser russo” como uma identidade cujo conteúdo varia de acordo com vários fatores, como contexto de imigração, procedência geográfica, posição social na estrutura da sociedade de origem e na sociedade de imigração, etc. Além disso, o significado de “ser russo” varia de acordo com o sujeito que formula essa identidade: para uma coletividade estruturada “ser russo” nem sempre diz respeito à mesma “russidade” que cada família preserva no seu dia a dia ou que um indivíduo formula para si subjetivamente.

Embora a ambiguidade da própria noção de identidade possa se tornar uma “virtude heurística”<sup>176</sup> para a pesquisa, preferi seguir o caminho proposto por Rogers Brubaker e Frederick Cooper e utilizar categorias mais precisas do que a genérica ideia de “identidade”. Em seu artigo, *Beyond 'Identity'* (2006, pp. 28-63), os autores analisam a tendência nas ciências sociais, segundo a qual, a noção de “identidade” ganha sentido ora

---

<sup>175</sup> Tamara K., depoimento de 03/07/2013, São Paulo.

<sup>176</sup> Emprestei essa expressão de Bernard Lepetit (1995, p.11) que fala originalmente da “la vertu heuristique de ambigüité de la notion même de mentalité”.

demasiado “restrito” (*hard*), ora demasiado “frouxo” (*soft*). No primeiro caso, a identidade tende a significar um atributo inerente do indivíduo ou do grupo, a ser reificado e exclusivo, sendo incapaz de explicar a dinâmica e as sutilezas do fenômeno em sua existência através de diferentes processos sociais. No segundo caso, a identidade é definida como algo infinitamente relativo, situacional, fluido e múltiplo; com isso, não consegue dar conta de tendências essencialistas presentes, por exemplo, nas políticas de identidade, além de se tornar assim uma categoria analítica demasiadamente ambígua para ser empregada na pesquisa social.

Após analisar um vasto corpus de pesquisas que utilizam diversas abordagens sobre a identidade como uma ferramenta analítica, os autores propõem então dividir a noção única de identidade, com todas as suas incertezas, em várias categorias analíticas menos ambíguas. Eles identificaram três grupos de significados que a noção de identidade tende a possuir nessas pesquisas e os dividiram entre categorias menos “congestionadas”. Sem diminuir o mérito de numerosas pesquisas que analisam diversas manifestações de identidade, Brubaker e Cooper alegam que usar noções mais precisas pode contribuir significativamente para a clareza analítica dos fenômenos estudados.

1. Identidade entendida como identificação e categorização. Diferentemente da noção de identidade, cuja semântica remete a algo estável, a palavra identificação é derivada do verbo e por isso possui um significado mais ativo e dinâmico. Se a identidade é algo que o sujeito *tem*, a identificação tem que ser *feita* por ele. Como sabemos, o ser humano constantemente se identifica e identifica os outros no continuum dos outros conhecidos e desconhecidos, nas relações face-a-face e relações mais gerais. A categoria mais dinâmica de identificação permite, acreditam autores (Brubaker, 2006, p.41), distinguir entre a identificação do sujeito em termos de seu pertencimento a uma certa estrutura social ou então em termos de seu pertencimento à alguma categoria. Essa última implica não apenas a identificação subjetiva, mas também sistemas de categorização objetivadas, formalizadas e codificadas pelas instituições sociais poderosas, como, por exemplo, o Estado. Assim, substituir o termo genérico de identidade pela noção de identificação permite ao pesquisador introduzir o sujeito na análise, e abre a possibilidade de discutir quem cria e define as categorias que esses sujeitos utilizam para se identificar e identificar os outros.

2. Identidade como autoentendimento e localização social. Pensando que uma das chaves para entender a Identidade consiste em conceituar e explicar a ação social dos

indivíduos de uma maneira não instrumental (*Idem.*, p. 44), autores propõem o termo “autoentendimento”. Com ele, a ação social do indivíduo pode ser entendida como resultado de uma forma específica com a qual esse indivíduo se localiza subjetivamente no contínuo social. Os autores citam aqui, como uma noção paralela, o *sens pratique* de Bourdieu, “o senso prático – ao mesmo tempo cognitivo e emocional – que as pessoas possuem sobre si mesmas e sobre o mundo social” (Brubaker, *op.cit.*, p. 44). A noção de autoentendimento, segundo os autores, foge da conotação reificante que o termo “identidade” carrega, embora não consiga atender outros significados que a ampla noção de “identidade” possui. Contudo, para escapar da dimensão cognitiva e tácita que o “autoentendimento” implica, os autores propõem completa-lo com os termos “autoidentificação” e “autorepresentação”, para dar conta da manifestação relacional do “autoentendimento” como, por exemplo, nas relações face-a-face ou nas produções discursivas (*Idem.*, p. 45).

3. Identidade como comunalidade (*commonality*), conectividade e coletividade (*groupness*). Muitas vezes, os significados de identidade implicam a existência de grupos de pessoas delimitados, com sentimento de coesão e solidariedade entre si e de divergência com os outros. Os autores propõem, ao invés de usar o termo genérico “identidade”, que necessita de maiores detalhamentos, definir esses fenômenos com termos mais específicos. Assim, o compartilhamento de alguns atributos comuns pode ser trabalhado na pesquisa como “comunalidade”; os laços materiais e simbólicos que conectam as pessoas, e a maneira com a qual os indivíduos os compreendem, podem ser entendidos como “conectividade”; o sentimento de pertencimento a um grupo distinto, delimitado e solidário pode ser chamado de “sentimento de coletividade” (*Idem.*, p. 46-48).

O principal objetivo de Brubaker e Cooper nesse texto é acusar a ambiguidade de “identidade” como uma categoria de análise, bem como a diversidade de fenômenos que ela define. Por que, indagam os autores, usar um substantivo que constantemente precisa de adjetivos – “especificando que a identidade é múltipla, fluida, constantemente renegociada e assim por diante”, se “idiomas analíticos alternativos [...] podem fazer o trabalho necessário sem a confusão atendente” (*Idem.*, p. 61)? Embora os autores possam ser criticados pela complicação desnecessária de um fenômeno por si só repleto de complicações, já que a ambiguidade da identidade pode ser heurística em alguns

casos, o artigo traz uma sistematização dos principais fenômenos empíricos e abordagens teóricas que a noção de identidade abrange nas ciências sociais.

Para o caso da “russidade” ou de “ser russo” como fenômeno que não pode ser definido estritamente em termos étnicos nem em termos nacionais, recorrer às noções mais precisas propostas por Brubaker e Cooper pode trazer benefícios analíticos.

Assim “ser russo” no Brasil pode significar, antes de tudo, uma maneira de o sujeito imigrante se entender na estrutura social de um novo país. Esse “autoentendimento” implica simultaneamente várias dimensões. Primeiro, trata-se de entender-se individualmente como portador de algumas características específicas em relação à sociedade brasileira e em relação aos outros russos no Brasil. Assim, a definição de “quem sou eu?”, “o que faz com que eu seja russo?”, que cada indivíduo faz subjetivamente implica na maneira com qual ele age em relação aos outros, sejam eles russos ou brasileiros. Segundo, essa autodefinição como russo, com seu conteúdo idiossincrático, é válida tanto para indivíduos, quanto para uma coletividade. As coletividades, dessa maneira, reúnem no seu seio diferentes indivíduos que representam os conteúdos similares dessa “russidade”, ou seja, se entendem como russos de maneiras parecidas. Com isso, as coletividades passam a ser atores coletivos autônomos e podem disputar entre si os significados desse autoentendimento. Dependendo da conjuntura sociopolítica no país de imigração, esses grupos conseguem ganhar poder suficiente para começar a produzir suas próprias categorias de pertencimento que acabam estruturando tanto a identificação subjetiva de cada imigrante, quanto toda a população dos imigrantes de mesma origem.

A abordagem que Max Weber (2000 [1921], p. 270) propõe para entender a natureza das comunidades étnicas me parece especialmente fértil aqui:

Como não se trata de clãs, chamaremos grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. [...]A comunidade étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas.

Três momentos nessa colocação weberiana são importantes. Primeiro, quanto a afirmação de que “etnicidade” não é um conjunto de características naturais mas, um produto de relação humana, sobretudo, um tipo de “crença subjetiva”. Segundo, quanto a ideia de que essa crença subjetiva não produz imediatamente uma comunidade, não gera uma ação comunitária, mas apenas fornece fundamentos para que surjam relações comunitárias. Isso porque a convicção de que os sujeitos compartilham certas características culturais, especialmente a língua, gera uma condição necessária para existência das relações comunitárias: “a ‘compreensibilidade’ do sentido das ações dos outros” (Weber, *op.cit.*, p. 271). E, finalmente, a afirmação de que essas relações comunitárias possuem, com mais frequência, um caráter político. Ou seja, as coletividades surgidas na base do compartilhamento de uma crença comum de origem “étnica” não podem, quase nunca, ser pensadas fora do contexto político.

Resumindo, os imigrantes russos no Brasil compartilhavam um *habitus* condicionado pelo fato de eles serem originários do mesmo país, de serem portadores da língua russa ou de passarem por uma experiência migratória parecida. Esse *habitus* criava condições básicas para a “compreensibilidade” do sentido da ação social dos outros russos e, assim, condições para o surgimento de relações comunitárias, fossem elas de cooperação ou de concorrência. Nesse contexto, o autoentendimento de diferentes atores coletivos enquanto “russos” servia de base para sua ação social e política, tanto no seio da própria ‘comunidade’, quanto em relação à sociedade brasileira.

Com isso, no Capítulo 5 tentarei compreender o que significava “ser russo” no Brasil, mas, sobretudo, em São Paulo entre 1920 e 1960, para os imigrantes que se autodenominavam russos. Importante ressaltar que ser russo no Brasil não era o mesmo de ser russo na França ou nos Estados Unidos da América. Além disso, ser russo no Brasil dos anos 1920 era muito diferente de ser russo no Brasil sob o poder do governo de Vargas, que, por sua vez, pode ser dividido em três principais períodos: até 1937; durante o Estado Novo, até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942; e após 1942, até a eleição do Presidente Dutra, em 1945. Ser russo no Brasil de 1945 até o golpe militar em 1964 também se diferenciava dos períodos precedentes. Então, veremos ao longo dos capítulos a seguir que ser russo nesses períodos dependia de



vários fatores, ligados ao contexto social, econômico e político brasileiro, e também à constituição das levas migratórias de russos e sua condição social no país.

Como já aponte, ser russo é simultaneamente uma maneira de se entender enquanto um portador de *habitus* específico e de uma maneira de agir condicionada por esse entendimento. O sujeito portador dessa “russidade” e o ator social que atua como um “russo” pode ser tanto um coletivo quanto um indivíduo. Nos capítulos seguintes, o protagonista dessa ação será o sujeito coletivo, representado, sobretudo, pelas coletividades *formais*: associações, grupos de encontros, organizações e instituições que se posicionam como “russos” e que possuem algum grau de organização formal, seja registro junto às autoridades brasileiras ou um estatuto interno definido. Isso significa que tratarei aqui, ao longo do Capítulo 6, do discurso formal sobre o que é ser russo no Brasil, produzido por cada ator coletivo como resultado de um certo consenso entre seus membros acerca de seu objetivo primário e de sua relação com as estruturas da sociedade brasileira.

O Capítulo 7 tratará de uma época peculiar para a existência de coletividades russas na cidade: o Estado Novo e, principalmente, os anos da Segunda Guerra Mundial. Tentarei compreender, nesse capítulo, de que maneira as mudanças no ambiente político brasileiro provocaram os embates, no seio da colônia russa, pelo reequilíbrio de poder e pela reformulação de seu autoentendimento enquanto imigrantes e enquanto russos.

Veremos ao longo da Parte II que havia certa afinidade eletiva, usando o termo weberiano, entre o conteúdo das atividades de coletividades russas em São Paulo com o contexto político brasileiro. Isso fez com que a própria concepção da “russidade” desses atores coletivos ficasse bastante politizada e sujeita a constantes disputas pela hegemonia da representação de toda a “colônia” russa perante a sociedade brasileira, especialmente na primeira metade do século XX. Isso implicou também a extrema fragmentação no seio dos imigrantes russos na cidade e prejudicou a continuidade entre diferentes levas e gerações de imigrantes. Veremos que numerosas organizações de russos existentes em São Paulo antes da Segunda Guerra Mundial não conseguiram promover a integração dos deslocados de guerra russos vindos após o término da guerra e nem dos russos vindos da China nos anos 1950, sendo que os dois últimos grupos foram atendidos pelas instituições criadas especialmente para esse fim como reação à crescente demanda.

## 5. SER RUSSO NA METRÓPOLE

Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar de volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados (Sevcenko, 1992, p. 31).

Assim descreve o historiador Nicolau Sevcenko a São Paulo das primeiras décadas do século XX. O encontro do século XIX com o século XX marcou a passagem da cidade de um simples “apêndice do campo” (Martins, 1992, p. 7) para uma das maiores metrópoles das Américas.

Dados de censos da época indicam que, na última década do século XIX, a população de São Paulo passou de 64.934 para 239.829 habitantes. Entre 1900 e 1920 a população da cidade dobrou, calculando 579.033 pessoas e continuou dobrando, passando a contar 1.033.202 em 1934 (Blay, 1985, p. 59; Fausto, 1997, p. 78).

Junto com a população cresce a indústria na cidade. Eva Blay (*Idem.*) aponta que a população operária cresceu “de 11 590 pessoas empregadas [nas indústrias] em 1900 a 22000 em 1907 e 84000 nos 4 000 estabelecimentos industriais em 1920”, agravando ainda mais a falta de moradia e as condições sanitárias na cidade.

Ao longo desse crescimento populacional frenético, alimentado pelas populações camponesas e imigrantes, começa a surgir a principal característica social da cidade: a existência paralela da “cidade da ordem” e da “cidade do avesso” (Paoli e Duarte, 2004, p. 78), uma dialética entre o centro e a periferia, entre a *urbe* e o subúrbio.

José de Souza Martins (1992, p. 7) ressalta que a constituição da cidade de São Paulo, desde o século XVIII, foi baseada numa concepção segundo a qual a cidade é percebida em unidade com o seu contorno. Para Martins, a cidade era concebida como o lugar do poder, o habitat daqueles que “decidiam e mandavam”, enquanto o subúrbio tradicionalmente era o “componente rural do urbano, nele integrado por uma economia agrícola e artesanal de ciclo curto e imediatamente dependente do comprador urbano” (*Idem.*, p. 8). Com a expansão industrial, cujas instalações foram ocupando antigas áreas

rurais nos arredores da cidade, o subúrbio passou a ser o espaço de um novo agente social, o operário. Com ele, a antiga “dicotomia colonial da cidade e seu subúrbio [que] separava o *mandar* e o *trabalhar*”, foi se abalando pela “disseminação do trabalho livre e o início da industrialização”, porque foi “invadido pelo trabalho e sua nova hierarquização das relações sociais e das classes e seus conflitos, completamente diferente da que prevalecera no passado” (*Idem.*, p. 9). Assim, a São Paulo do começo do século XX se tornou uma cidade do centro, com sua “cultura sem base de sustentação, de um divórcio profundo entre o concebido e o vivido”, e do subúrbio, “empobrecido de vínculos com a História, pobreza que é a face urbana e espacial da alienação do morador-trabalhador, também ele diferente do cidadão – um cidadão menor porque para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de um modo insuficiente, incompleto, parcial” (*Idem.*, p. 11).

Essa dicotomia entre o centro culturalmente desenraizado e o subúrbio com seu universo de sotaques estrangeiros e com sua dinâmica própria de vida e de trabalho não podia deixar de impressionar o jovem intelectual francês em missão acadêmica na cidade, em 1935. Claude Lévi-Strauss (1996 [1955], p. 104) em suas recordações sobre a visita à cidade caracteriza o centro de São Paulo como “pomposo e antiquado”, onde “a pretenciosa indigência de sua ornamentação [de seus prédios] agravava-se mais ainda pela pobreza da construção: estátuas e guirlandas não eram de pedra, mas de gesso caiado de amarelo para fingir uma pátina”. Seus habitantes pareciam “uma flora indolente e exótica”, para o jovem francês, que os via, sobretudo, como “tipos humanos”, acusando aquele “divórcio profundo entre o concebido e o vivido”, do qual fala Martins:

Uma sociedade restrita distribuía os papéis entre si. Todas as atividades, os gostos, as curiosidades dignas da civilização contemporânea aí se encontravam, mas cada uma encarnada por um único representante. Nossos amigos não eram propriamente pessoas, eram mais funções cuja importância intrínseca, menos que sua disponibilidade, parecia haver determinado a lista. Assim, havia o católico, o liberal, o legitimista, o comunista; ou, em outro plano, o gastrônomo, o bibliófilo, o amador de cães (ou de cavalos) de raça, de pintura antiga, de pintura moderna; e também o erudito local, o poeta surrealista, o musicólogo, o pintor. Nenhuma verdadeira preocupação em aprofundar um campo do conhecimento estava na origem dessas vocações [...]” (Lévi-Strauss, 1996, p. 107).

Em torno do centro da cidade, o antropólogo anota que “sobre o talude que desce para o Tamanduateí e que domina os bairros populares do Brás e da Penha, ainda

subsistiam em 1935 algumas ruelas interioranas e os 'largos': praças quadradas e cheias de mato, cercadas de casas baixas com teto de telhas e janelinhas de grades, caiadas [...]. Muito longe, rumo ao Norte, o Tietê prolongava seus meandros prateados pelas 'várzeas' – pântanos, transformando-se pouco a pouco em vilas – cercadas por um rosário irregular de subúrbios e loteamentos” (*idem.*, p. 104-105). Nesses subúrbios, diferentemente do prometido, o antropólogo encontrou não “os índios dos arrabaldes que me haviam falsamente prometido, pois os arrabaldes eram sírios ou italianos, e a curiosidade etnográfica mais próxima, a uns quinze quilômetros, consistia numa aldeia primitiva cuja população maltrapilha traía por seus cabelos louros e seus olhos azuis uma origem germânica recente [...]” (*Idem.*, p. 115).

O retrato da cidade do começo do século XX feito pelo antropólogo francês enfatiza dois elementos constitutivos de São Paulo dessa época: a expansão urbana em direção às várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí, e a diferenciação visível da cidade em dois mundos sociais paralelos: o centro, com seus tipos humanos modernos e urbanizados, e a periferia, com sua dinâmica de vida herdada dos habitus dos caipiras locais e dos camponeses europeus. Os russos que começaram a se estabelecer em São Paulo a partir dos anos 1920, se inseriam nessa lógica do desenvolvimento urbano, que, por sua vez, gerava uma dinâmica específica nas relações dentro da “colônia”. Assim, seguindo a lógica da dicotomia centro-periferia imposta pela estrutura de relações urbanas na cidade, a “colônia” russa da primeira metade do século XX foi dividida entre a elite social e intelectual (não necessariamente econômica), estabelecida no centro da cidade, e a grande massa de famílias imigrantes, nas periferias, “atendidas” pelas instituições criadas pelas elites mencionadas.

Em termos gerais, essa divisão espacial correspondia também às diferenças sociais e de trajetórias migratórias dos dois conjuntos populacionais. Os primeiros, em sua maioria, refugiados pertencentes às camadas urbanas do antigo Império Russo, vindos em pequenos núcleos familiares com algumas posses materiais ou habilidades profissionais, o que possibilitou a sua relativamente rápida integração no tecido urbano. Os segundos, imigrantes de antigas periferias do Império Russo, de origem predominantemente rural, ou de pequenos municípios, vindos em famílias extensas para as lavouras no interior do Estado, e que, movidos pela crise na agricultura cafeeira, começaram a se agrupar nas periferias da cidade de São Paulo, principalmente nos recém-inaugurados loteamentos residenciais nas “vilas” das margens do rio

Tamanduateí. Eles viviam em pequenos “enclaves” agrupados pelo idioma comum, ou origem geográfica, e seus contatos com a dinâmica urbana do centro da cidade eram limitados pela falta de conhecimento do idioma local e de habilidades profissionais urbanas. O contato entre os russos do centro e os russos da periferia se dava principalmente através das relações de trabalho (os segundos, frequentemente assistidos pelos primeiros) e através de relações associativas, sobretudo no seio da igreja ortodoxa russa, também governada, a partir dos meados dos anos 1930, desde o centro da cidade. Em outras palavras, correspondendo à própria dinâmica da cidade de São Paulo, os russos da periferia experimentavam certa dependência associativa e social em relação aos russos do centro, enquanto estes raramente faziam visitas às periferias.

### 5.1. Ser russo no centro



**FIGURA 5.1. "Tomando cerveja em São Paulo".**  
Autor desconhecido, anos 1930.  
*Acervo particular de S. Golubintsev.*  
*Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.*

Como já observamos, os primeiros russos refugiados da revolução bolchevique, chegados em 1921 nos navios franceses, foram encaminhados, conforme a legislação brasileira da época, para as fazendas no interior do Estado de São Paulo. Porém, aqueles que possuíam perfil profissional urbano rapidamente começaram a abandonar o campo e se direcionar à cidade de São Paulo, que crescia rapidamente, proporcionando amplo leque de oportunidades para profissionais minimamente capacitados. Assim, ao longo

dos anos 1920, o centro da cidade consolidou a elite urbana dos imigrados russos. Tratava-se de uma elite não necessariamente econômica, como apontam os relatos sobre as recorrentes dificuldades financeiras dessas famílias, mas sobretudo profissional. A sua qualificação profissional e linguística obtida na Rússia, ou no processo de emigração, possibilitava sua inserção no mercado de trabalho local, empregando-se em empresas locais, ou atuando como pequenos empreendedores independentes.

Em duas décadas, o centro de São Paulo se tornou o local de surgimento e de atividade constante das principais famílias da elite intelectual e profissional da colônia russa, da maioria das organizações comunitárias e políticas, da grande imprensa editada em idioma russo e da criação do centro diocesano e da catedral da Igreja Ortodoxa Russa no Brasil, com um Bispo residente.

A primeira manifestação de imprensa permanente em idioma russo na cidade de São Paulo, da qual temos conhecimento, foi a coluna russa do jornalista Serguei Uspensky, editada todo domingo, entre julho de 1926 e fevereiro de 1927, como parte da seção *Crônica Estrangeira* do jornal paulista *Folha da Manhã*, recém criado, em julho de 1925.

Serguei Uspensky foi um dos desembarcados dos navios franceses em 1921. Enviado para os trabalhos cafeeiros, com 27 anos, conseguiu uma promoção para o cargo de contador da fazenda e, alguns anos depois, conseguiu vir para a capital (Hisamutdinov, 2005). A sua iniciativa em editar um veículo de comunicação destinado à crescente colônia russa em São Paulo, inicialmente abrigada pelo jornal paulista, evoluiu posteriormente para uma publicação própria, o jornal *Русская Газета*, *Gazeta Russa*, que existiu sob o comando do colega de Uspensky, Nicolau Dachoff, de 1928 até o final dos anos 1930.

As principais preocupações da coluna russa em *Folha da Manhã* eram notícias sobre o desenvolvimento do Estado Soviético; principais acontecimentos na política brasileira e, sobretudo, paulista<sup>177</sup>; principais eventos na colônia russa (tais como organização de jantares beneficentes e reuniões para a criação de uma nova paróquia ortodoxa) e alguns anúncios comerciais destinados à colônia russa. Os locais escolhidos

---

<sup>177</sup> “O conselheiro Antônio Prado”, Coluna Russa, *Folha da Manhã*, de 25 de julho de 1926. P. 12. O acervo acessível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>.

para as reuniões comunitárias não deixam dúvidas de que essas atividades foram projetadas por e para o público residente no centro da cidade.

Um dos primeiros jantares beneficentes organizados pela “colônia” foi retratado por um jornalista brasileiro de renome, Afonso Schmidt, que colaborava com o jornal paulista *O Estado de São Paulo*, no qual publicou a reportagem em 13 de setembro de 1926, que foi traduzida por Uspensky na edição da *Coluna Russa*, na *Folha da Manhã* de 19 de setembro de 1926. Como aponta o texto, o sarau russo reuniu-se num “salão ‘Celso Garcia’ à rua do Carmo, onde capazes de ‘smoking’ e sapatos de verniz expandiram sua mocidade sanguínea”<sup>178</sup>. Salão Celso Garcia, situado na rua do Carmo, 23, no centro da cidade, era frequentemente alugado para diversas reuniões pela Associação das Classes Laboriosas, à qual pertencia (Hardman, 2002, p. 43). Os russos, que perderam a guerra contra a ditadura do proletariado em seu próprio país, poderiam parecer um público incomum para esse salão que frequentemente abrigava reuniões operárias e sindicais (Mattos, 2002, p.115) e até comícios anarquistas (Romani, 2002, p. 197). Contudo, seu recente passado nas lavouras de café e sua condição migratória não os diferenciava muito dos operários de diversos ramos representados pela Associação, a maioria dos quais tinha também um passado migratório. O salão foi palco frequente das reuniões e saraus organizados pelos refugiados russos nos anos 1920<sup>179</sup>. Ainda assim, uma certa desarmonia entre o propósito do local da festa e as ânsias de seus inquilinos é sentida quando se lê na reportagem: “Os brancos estão certos de que o bolchevismo está na agonia. Eles odeiam os revolucionários: uns porque são judeus, outros porque fizeram causa comum com eles”<sup>180</sup>. Porém, ainda não começara nem a época da politização das atividades associativas russas na cidade (iniciando-se com a ascensão do governo Vargas), nem a orientação antifascista declarada da Associação das Classes Laboriosas, por isso uma convivência pacífica ainda era possível entre posições políticas conservadoras, dos refugiados “brancos”, e a direção operária da Associação.

De qualquer maneira, o jornalista brasileiro retrata o grande baile com certo interesse pelos exóticos sobreviventes de um acontecimento de dimensão universal e destaca o seu saudosismo pela época perdida. É provável também que o fascínio pela cultura russa ainda estivesse presente entre o público paulista, consumidor das tendências culturais europeias, já que nove anos antes, em 1917, o Teatro Municipal

---

<sup>178</sup> *O Estado de São Paulo*, 13/09/1926. O acervo acessível em <http://acervo.estadao.com.br/>.

<sup>179</sup> *Coluna Russa*, *Folha da Manhã* de 15 de agosto de 1926.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

recebia, nada mais, nada menos, os celebres Balés Russos de Diaghiliev, com o próprio Nijinski como solista (Sevcenko, 1992, p. 234).

“Os bárin da Moscóvia”

Estamos conversando num patamar ao lado do vestiário. Pela escada modesta coberta por uma passadeira esgarçada vão subindo, aos grupos, os antigos senhores do Volga e do Moscova (*sic*). Estão rosados e sadios. Os moços tem as mãos queimadas e nuas de joias, mas sentem-se admiravelmente nos seus “smokings” tornados estreitos. As camisas são de uma alvura impecável e o penteado liso atravessa-lhes a testa alta e branca. Atiram a capa e o chapéu ao porteiro, num gesto antigo, que conta pelo menos quatro séculos.

As senhoras estão muito alegres, parecem reclusas captando curiosamente a primavera insolada, pela frincha de uma janela. Cinco anos depois – e que cinco anos!- voltam a ter aquela visão; um homem curvo a receber-lhes o manto de peles, no topo de uma escada, debaixo de umas arandelas douradas... São “grassoulettes”, rosadas e de um louro cinza; parecem empoadas. Os conhecidos aproximam-se, curvam-se, descem um beijo respeitoso aos seus dedos escuros; na rua do Carmo como no velho Kremlin.

O salão está repleto. Toda aquela gente se conhece, está encadeada pelo destino. Muitos demoraram na escalada. Mas parecem os mais distinguidos pela simpatia geral. É que eles, entre si, abstraem as condições presentes e vivem, embaladoramente, no passado.

Para Uspensky, a reportagem no jornal paulistano de destaque é um marco importante no processo de reconhecimento dos “russos brancos” no cenário da cidade:

A semana passada foi um grande marco na história da emigração russa no Brasil. Pela primeira vez, os jornais paulistanos escreveram sobre a colônia russa, sua vida, seu significado. Pela primeira vez, essa colônia é vista como algo real, existente, que se tornou um elemento pequeno, mas visível na existência da terceira maior cidade da América do Sul. [...]

O fato da publicação de uma grande reportagem, ocupando quase duas colunas do jornal do maior prestígio de São Paulo e de todo o Brasil, assinada pelo famoso escritor e que contém melhores críticas à cultura russa, e principalmente à colônia russa, é, sem dúvida, um reconhecimento do público brasileiro a nós, russos brancos. [...] E mesmo se em algumas passagens a reportagem é exagerada ou imprecisa, não podemos esquecer que Schmidt é um poeta e o seu informante também é culpado por ter dado explicações rápidas e incompletas<sup>181</sup>.

---

<sup>181</sup> Успенский С.К., «Признание», Русский отдел, *Folha da Manhã*, 19/09/1926, p. 12. [Uspensky, S. “O reconhecimento”, Coluna Russa, *Folha da Manhã* de 19 de setembro de 1926, p. 12.]



No contexto da cidade, a reportagem destaca dois elementos importantes: a sociabilidade dos refugiados russos se dava principalmente no centro da cidade, e sua ascensão social e inserção no tecido profissional urbano era a principal meta desses indivíduos:

Os que ali estavam tinham passado dois ou três meses nas fazendas e depois, como não se adaptassem a lavoura, voltaram para São Paulo e aqui, iniciando a vida nos mais rudes misteres começavam agora a ver despontar uma certa abastança. Já há entre eles alguns abastados. Muitos, entretanto, lutam silenciosamente por aí.

Os técnicos fizeram carreira rápida: engenheiros, desenhistas e diretores de fábricas foram logo aproveitados pela indústria. Os antigos comerciantes e industriais, assim que se familiarizaram com a língua, puseram as suas faculdades em ação e recomeçaram a vida. Mas os intelectuais, os artistas, esses estão sendo os últimos a vencer. Mas vencerão. O nosso informante está certo disso. Este sarau russo é a prova de que eles estão tomando pé<sup>182</sup>.

Nos anos 1920, a colônia russa na cidade ainda não era numerosa. Os principais integrantes eram os refugiados vindos nos navios franceses e que, após alguns anos nas fazendas, voltaram para a cidade. Os imigrantes da Bessarábia e da Lituânia começavam a ingressar ao Brasil e ainda eram pouco integrados à vida associativa na cidade, contando que a maioria só regressou na capital nos anos 1930, após a crise do café. Como apontam os anúncios comerciais destinados aos leitores russos da Coluna Russa na *Folha da Manhã*, os comerciários e empreendedores russos buscavam localizar seus empreendimentos nos bairros centrais da cidade.

O Dr. P.A. Belik, de Kiev, tratava de doenças femininas, obstetrícia e cirurgias no Largo da Sé, 34<sup>183</sup>, nos arredores do Salão Celso Garcia. O Dr. Andrea Do', advogado e tradutor juramentado, atendia em seu escritório em torno do Largo da Sé, na rua Direita, 8A<sup>184</sup>. Nos arredores da praça da República, vários estabelecimentos comerciais russos funcionavam nessa época: a loja de meias do H. Baranovsky funcionava na rua São João, 186 A, e em alguns quarteirões ali, na mesma avenida número 99, era possível tomar um café russo e almoçar no restaurante Kiev. Além disso, na Pharmácia Municipal, localizada na rua Barão de Itapetininga, 26, haviam funcionários russos, o que atraía os

---

<sup>182</sup> *O Estado de São Paulo*, 13/09/1926.

<sup>183</sup> Coluna Russa, *Folha da Manhã*, 19/09/1926.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

clientes de mesma origem. O engenheiro E. Poliakov dava aulas de desenho técnico para os conterrâneos na rua 7 de abril, 129<sup>185</sup>.

Mais tarde, os novos estabelecimentos comerciais dos proprietários russos surgiam em torno dos já existentes, como o Bar Max, “o local de encontro da elite da colônia russa”, como diz o anúncio, localizado na rua Arouche, 32 E; a loja de laticínios russos na av. São João, 673; a Pharmacia Germania, na rua Libero Badaro, 32 B, onde os atendentes falavam russo e polonês; o Refeitório Popular Russo na rua Aurora, 99, servia cozinha russa caseira, licores e vodcas especiais. Além disso, os médicos de formação russa, de várias especialidades, atendiam seus pacientes no centro da cidade: o Dr. Jasara Snej, cirurgião de formação moscovita, mantinha seu consultório na ladeira Porto Geral, 12, perto do Largo São Bento, onde também residia no quinto andar; o Dr. V. Dorojinsky, atendia na rua Barão de Itapetininga, 65; o Dr. B. Shipiakov, especialista em doenças venéreas, psiquiatria e neurologia, atendia os pacientes em seu consultório e laboratório na rua Ipiranga, 13, na esquina com a rua Santa Efigênia; os dentistas Alexandre e Elena Kushelevsky mantinham o consultório na rua Aurora, 94, nos arredores da Praça da República<sup>186</sup>.

Não ficavam sem destaque também os anúncios dos serviços destinados aos imigrantes. O Hotel David, na rua Conceição, 37, oferecia estadia para solteiros e famílias nos arredores da estação da Luz e Sorocabana. O anúncio em russo da companhia marítima francesa, *Trasports Maritimes*, vendia passagens diretas para qualquer porto europeu, assim como as “chamadas” (cartas de chamada) da Europa para o Brasil. Não eram raros os anúncios da venda de lotes nas colônias agrícolas particulares no interior do Estado (Colônia São Francisco da Companhia São Paulo-Matto Grosso), assim como nos loteamentos urbanos da Companhia City e nas propriedades do Claudio Monteiro Soares na Vila Zelina no final da linha do bonde da Vila Prudente<sup>187</sup>.

Como vimos, a concentração de serviços e comércios destinados aos imigrantes russos na cidade se concentravam, desde os anos 1920, no centro da cidade, o que tornou a crescente população dos territórios russos no subúrbio ainda mais dependente da infraestrutura que o centro da cidade proporcionava tradicionalmente, enquanto nas periferias residenciais havia um déficit de infraestrutura.

---

<sup>185</sup> Coluna Russa, *Folha da Manhã*, 11/07/1926, 01/08/1926

<sup>186</sup> *Gazeta Russa*, 27/01/1934. Disponível em <<http://elib.shpl.ru/ru/nodes/10049>>.

<sup>187</sup> *Gazeta Russa*, 27/01/1934, 24/04/1934, 24/03/1934.

Essa dependência tornou-se ainda maior com a estruturação da própria paróquia ortodoxa russa, a primeira na cidade. Desde as primeiras colunas russas no jornal *Folha da Manhã*, Uspensky relata a crescente preocupação da colônia em organizar a sua própria igreja, na qual as missas poderiam ser proferidas em idioma russo, com seus ritos característicos, já que o rito sírio, por exemplo, que até então assistia a população russa em São Paulo, era bastante diferente. A própria possibilidade de recriar os padrões culturais que estruturavam a vida cotidiana desses indivíduos em seu país de origem dependia diretamente da existência de um espaço religioso coletivo e intracomunitário. Tradicionalmente, a paróquia não era destinada apenas à realização de celebrações religiosas, mas também era o centro de interação da comunidade - ajudava na preservação e transmissão cultural através de escolas dominicais e, frequentemente, posicionava a comunidade local no mapa de conflitos políticos da diáspora. Além disso, para uma colônia de imigrantes pequena, ainda relativamente homogênea, a paróquia era por excelência o lugar de convivência comunitária.

Em agosto de 1926 aconteceram as primeiras reuniões dos paroquianos para a constituição do Conselho paroquial que dirigiria a organização de uma nova paróquia independente<sup>188</sup>. Alguns anos depois, os esforços do Conselho deram os primeiros frutos. Em 8 de abril de 1928, a primeira igreja ortodoxa russa, a de São Nicolau, foi inaugurada em São Paulo. Funcionando em um salão alugado no centro de São Paulo, na rua Jorge Azem, nos arredores do parque Dom Pedro II, a paróquia tentou organizar o espaço conforme a tradição ortodoxa, com ícones doados pelo Padre Constantino Izraztsov da paróquia de Buenos Aires, já dispondo de um sacerdote russo enviado da Europa. A organização da primeira igreja russa em São Paulo foi fruto da mobilização comunitária, mas também da solidariedade religiosa interétnica: a comunidade ortodoxa síria em São Paulo continuava a prestar apoio aos russos nessas atividades. Alguns anos depois, a igreja foi transferida para outro local, um salão alugado na rua Epitácio Pessoa, 29, no bairro da República, também no centro de São Paulo. Porém, a construção de sua sede própria demorou quase dez anos.

A distância social e espacial, criada pela própria dinâmica da vida urbana em São Paulo e pela distinção de destinos migratórios e profissionais entre residentes russos do centro e do subúrbio, refletiu-se na dinâmica da organização das paróquias pela Igreja Ortodoxa Russa. Como pudemos observar, as paróquias russas, de outras dissensões

---

<sup>188</sup> Coluna Russa, *Folha da Manhã*, 22/08/1926, 05/09/1926.

religiosas, principalmente dos batistas e “velhos crentes”, já estavam presentes nas “vilas” do entorno da Vila Prudente. A Igreja Batista Russa foi formada em 1928 pelos imigrantes bessarábios, que retornavam do interior do Estado onde o rito batista se propagou entre as populações reservadas nas fazendas graças a uma relativa autonomia que ela propiciava aos indivíduos em relação à hierarquia eclesiástica praticada na igreja ortodoxa<sup>189</sup>. As construções das primeiras paróquias dos “velhos crentes”<sup>190</sup> russos, oriundos da Lituânia, foram iniciadas já no final dos anos 1920, em 1926 (Vorobieff, 2006, p. 94), também nos morros do rio Tamanduateí, na Vila Alpina. Assim, a presença das populações de origem russa já se mostrava estabelecida naquelas localidades, ainda que a instituição das primeiras paróquias ortodoxas russas tenha acontecido apenas no começo dos anos 1930. Frequentemente, a organização de novas paróquias dependia da estrutura hierárquica centralizadora da Igreja Ortodoxa Russa. Assim, os imigrantes russos no Brasil tornavam-se dependentes, nos assuntos religiosos, das decisões tomadas nos centros diocesanos ortodoxos já existentes em outros países.

Em outubro de 1930, o padre ortodoxo russo Constantino Izraztsov, pároco de Buenos Aires, comprou e doou um terreno no distante do centro Vila Alpina, bairro de difícil acesso e ainda predominantemente rural, para a construção da primeira igreja ortodoxa russa com sede própria na cidade. Nessa época, as vilas nas elevações da margem do rio Tamanduateí começaram a abrigar amplas populações ortodoxas originárias dos territórios do antigo Império Russo, que migravam do interior do Estado para a cidade em busca de melhores oportunidades. Os terrenos e as casas construídas no final da linha do bonde de Vila Prudente, nos bairros de Vila Zelina, Vila Bela, Vila

---

<sup>189</sup> Vide 3.3 da Parte I.

<sup>190</sup> “Velhos crentes” é uma denominação popular para diferentes grupos religiosos ortodoxos russos que se recusaram a aderir às reformas promovidas entre 1650-1660, pelo patriarca russo Nikon, para padronizar o rito ortodoxo russo com o rito ortodoxo grego. Desde então, perseguidos pelo governo czarista, de origem predominantemente camponesa, para os velhos crentes, a emigração era uma alternativa real para escapar das perseguições e conservar seu estilo de vida e suas crenças. Esses grupos vieram para o Brasil no auge da grande imigração, na última década do século XIX, e se dedicaram à agricultura até que a crise do café, na região Sudeste dos anos 1920, trouxe alguns grupos para a cidade de São Paulo. Algumas comunidades reservadas e isoladas existem até hoje, preservando a língua russa e o modo de vida tradicional, como, por exemplo, a do município Primavera do Leste (MT), no Mato Grosso. Vide [http://gazetarussa.com.br/blogs/2014/01/31/colonia\\_em\\_primavera\\_do\\_leste\\_mt\\_preserva\\_tradicoes\\_da\\_russia\\_antiga\\_23947.html](http://gazetarussa.com.br/blogs/2014/01/31/colonia_em_primavera_do_leste_mt_preserva_tradicoes_da_russia_antiga_23947.html), acesso em 04/02/2014. Uma outra referência ao tema é a celebre tela do artista russo Vassiliy Surikov, *Boiarda Morozova*, 1884-1887, que retrata justamente o momento no qual uma personagem semi-lendária, a jovem velha crente boiarda Morozova, algemada, sendo levada como prisioneira para o mosteiro pelos guardas do czar, desafia seus perseguidores com o sinal da cruz diante de uma multidão de espectadores perplexos.

Alpina e outros, possuíam preços acessíveis e localizavam-se nas proximidades dos polos industriais em crescimento.

A pequena igreja numa colina da Vila Alpina foi construída com doações e com mão de obra voluntária dos futuros paroquianos, como consta nas atas de construção<sup>191</sup>. Contudo, a sua vida paroquial dependia da vinda não apenas do sacerdote residente no centro da cidade, mas também dos integrantes do coro, como testemunha o recibo de despesas de viagem do coro para a Vila Alpina no dia 15 de novembro de 1930<sup>192</sup>, na ocasião do lançamento da pedra fundamental da igreja. Como aponta o documento, a maioria dos integrantes do coro vinha dos bairros centrais da cidade, obrigados a pegar o bonde até o Largo da Sé e, de lá, outro bonde até o fim da linha de Vila Prudente, de onde ainda enfrentavam alguns quilômetros até a igreja pela estrada de terra.

Na ocasião da construção da própria sede da igreja na Vila Alpina, a questão da unificação das duas paróquias surgiu naturalmente entre os membros do Conselho Paroquial da paróquia São Nicolau. Contudo, a decisão de transferir o Conselho e as atividades dominicais para o subúrbio não encontrou muito adeptos entre os residentes do centro, como sugere uma nota, publicada na *Gazeta Russa* nos anos 1930:

Alguns membros da Comissão Paroquial estão considerando a ideia de transferência da igreja do centro da cidade para a periferia, devido ao total esvaziamento do caixa paroquial. Não sabemos se os moradores da periferia, em maioria bessarábios desempregados, conseguirão manter o caixa paroquial. Mas a *intelligentsia*, com certeza, será privada do prazer de frequentar a igreja, já que a viagem para a Mooca é repleta de dificuldades para muitos. O coro, composto por essa mesma *intelligentsia*, dificilmente conseguirá continuar regularmente o seu trabalho<sup>193</sup>.

A distância espacial, influenciada pela própria dinâmica do crescimento da cidade de São Paulo, traduzia certamente a diferenciação socioeconômica interna entre as duas populações de russos na cidade: a “*intelligentsia*” e os “bessarábios desempregados”, como os caracteriza o autor desse trecho. É evidente que a distância espacial na cidade refletia a distância econômica e de classe entre os refugiados russos - estabelecidos no centro, onde mantinham seus negócios comerciais, seus jornais comunitários, organizações políticas e culturais, e onde controlavam a vida religiosa de toda a

---

<sup>191</sup> Acervo da paróquia Santíssima Trindade, Vila Alpina, São Paulo.

<sup>192</sup> *Ibidem*.

<sup>193</sup> Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Documentos de 1930-1939. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.

população ortodoxa russa na cidade, - e os imigrantes bessarábios, lituanos, ucranianos e outros que habitavam o subúrbio distante e pouco estruturado. Essa tensão entre o centro e a periferia da comunidade russa vai se intensificar ao longo dos anos 1930, atingindo o seu cúmulo no final da Segunda Guerra Mundial, quando grandes levas de deslocados de guerra da URSS vão alimentar a população russa das vilas operárias dos bairros já habitados pelos eslavos. Nos anos 1930-1940 essa tensão vai se traduzir em debates políticos, instigados pela caça aos comunistas, empreendida pela polícia política paulista nos bairros proletários da cidade e entre os imigrantes de origem eslava. A distância social entre o centro e a periferia dos imigrantes russos se agrava nessa época em razão da distância ideológica, tensão que só diminui nos anos 1950, como veremos mais adiante.

Enquanto isso, em 1934, a comunidade russa, por meio da Paroquia São Nicolau, enviou um abaixo-assinado ao Sínodo da Igreja Ortodoxa Russa no Exterior pedindo para formar um centro Diocesano com a presença de um bispo (Kiriloff, 2009). Assim, em 1935 chegou a São Paulo o bispo Theodóssio. Ele se mostrou definitivamente anticomunista e monarquista. Sua posição ativa na eliminação da simpatia pelo comunismo russo dentro da comunidade acentuou ainda mais os debates políticos e ideológicos entre os russos de São Paulo, radicados no centro e no subúrbio.

Logo após sua chegada, o Bispo Theodóssio começou o processo de arrecadação de donativos para a construção de uma catedral ortodoxa no centro da cidade, que pudesse abrigar a sede da Diocese no Brasil. Houve pressão dos paroquianos, que não cogitavam a possibilidade de a Sede Diocesana se instalar na distante Vila Alpina, podendo aproveitar a estrutura de uma igreja já existente. O local para a construção da Catedral era procurado dentro do triângulo central de São Paulo. Após uma intensa campanha de donativos, compreendendo a participação da comunidade síria ortodoxa<sup>194</sup>, vários empréstimos do padre Izraztsov de Buenos Aires e doações de centenas de russos residentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros países da América e da Europa, um terreno foi adquirido na rua Tamandaré, 710, no bairro da Liberdade. O projeto no estilo arquitetônico de igrejas do antigo Novgorod, do

---

<sup>194</sup> Muitas doações vieram de famílias, empresas e instituições sírias: Gladston N. Jafet doou 2 mil-réis, a Colônia Síria do Rio de Janeiro, 5 mil; Fiação Assad e Cia., 2 mil; a Sociedade Síria Beneficente doou 100 mil-réis; outras famílias sírias foram mencionadas: Haddad, Safadi, Abras, Cury (Kury), Azem, e sujeitos coletivos mencionados como “diversos sírios” fizeram doações de quantias importantes. “Relatório da construção da Catedral Ortodoxa, edificada em honra do santo hierarca e taumaturgo Nicolau, na cidade de São Paulo, no ano de 1939”, acervo particular da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

engenheiro emigrado Demetrio Trofimoff, foi aprovado e, em 1938, a pedra inaugural da futura Catedral foi lançada. Após 9 meses de construção, a Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau foi inaugurada, em 6 de agosto de 1939, e passou a concentrar em torno do Bispo o crescente clero de sacerdotes ortodoxos vindos da Europa. Com a iniciativa do Bispo, a igreja da Vila Alpina também ganhara o seu pároco residente em 1939, vindo da Europa. Até então, aquela paróquia distante era servida pelos sacerdotes residentes na paróquia São Nicolau, do centro de São Paulo.

Além da dicotomia centro-subúrbio traduzida na organização da vida comunitária dos russos na cidade, o próprio estilo de vida, da moradia e do cotidiano urbano evidenciavam a distinção de classe entre as duas populações da mesma origem. As práticas urbanas e o dia a dia da elite dos emigrados russos no centro eram muito diferentes do modo de vida de seus conterrâneos nos bairros eslavos da periferia. Sviatoslav Golubintsev<sup>195</sup>, um emigrado russo, figura presente na imprensa russa da cidade e nas reuniões políticas e culturais, residia na rua Brás Machado, 299, no bairro nobre de Santa Cecília, e seu arquivo fotográfico evidencia o uso constante dos equipamentos urbanos propiciados pelo moderno centro da cidade: caminhadas pelas largas avenidas centrais, repletas de comércio e bares, encontros com colegas no fim da tarde, num bar, para uma rodada de cervejas ou até mesmo encontros inesperados no meio da multidão de transeuntes:

Esses dias, passando pela rua principal da cidade de São Paulo, avenida São João, ou, como ela é chamada entre os russos, *Van'kin prospect* (avenida do Joãozinho), eu encontrei meu grande amigo engenheiro do Rio de Janeiro que fazia tempo eu não via. Alegres pelo encontro, entramos em um café e tomamos um forte café preto brasileiro. Ele me contou que tinha acabado de regressar de Moscou onde esteve em viagem de negócios<sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup> Graduado pela escola militar de cavalaria, no antigo regime, e emigrado logo após a Revolução Bolchevique, Golubintsev passou pela Argentina e Paraguai antes de se estabelecer no Brasil. Primeiro, ele se instalou no interior do Estado de Santa Catarina trabalhando como vigia numa fazenda. Depois, foi mobilizado pelas forças da Aliança Liberal, de 1930, em sua marcha do Rio Grande do Sul para a capital do país e se mudou para a cidade de São Paulo. Após a fixação no poder de Getúlio Vargas, ele foi convocado para trabalhar na polícia paulista, da qual se aposentou no começo dos anos 1940, tornando-se a seguir um representante comercial da Agência Dubar da Companhia Antártica Paulista. Desde o final dos anos 1920, ele contribuía com reportagens e artigos para as revistas russas em São Paulo e nos Estados Unidos.

<sup>196</sup> Golubintsev, S. "Gente nova. Impressões de uma viagem a Moscou". Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Documentos de 1930-1939. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.



**FIGURA 5.2. Autor desconhecido, sem legenda.  
Sviatoslav Golubintsev (no meio)  
com dois amigos na calçada do centro de São Paulo.  
Sem data.  
*Acervo particular de S. Golubintsev.  
Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.***

Para os russos residentes nos bairros centrais da cidade, o centro propiciava oportunidades de recuperar seu estilo de vida burguês, perdido durante a revolução e no contexto dos anos de imigração. Entretanto, o abismo sociocultural que separava o centro do subúrbio paulistano era mais profundamente sentido pelos habitantes dos bairros distantes.

## **5.2. Ser russo no subúrbio**

Em contraste com o grande número de registros documentais e fotográficos sobre a vida dos russos no centro da cidade, reconstruir o seu passado no subúrbio torna-se uma tarefa complexa. Como ressalta José de Souza Martins, a história do subúrbio é marcada pelo esquecimento e pelo silêncio (Martins, 1992, p. 15). Segundo ele, o esquecimento é uma estratégia mnemônica para aqueles que deixam a sua memória registrada por meio dos documentos, memórias manuscritas e registros fotográficos. No caso dos russos, até o final dos anos 1940, a periferia é quase completamente ignorada pelo corpus documental disponível para uma reconstrução



histórica. A maioria dos jornais, revistas e conjuntos fotográficos reflete a vida dos russos no centro, enquanto o subúrbio é sistematicamente ignorado. Nas raras vezes que aparecem referências aos conterrâneos das periferias, evidencia-se uma distância social considerável entre eles.

Já o silêncio é uma estratégia mnemônica daqueles que são dominados e perseguidos. As repressões políticas contra os operários, contra os militantes dos partidos de esquerda, contra “indesejáveis” e “intrusos” nos anos 1930-1940, eram intensas no interior de toda a população do subúrbio paulistano. Como aponta Martins (*op.cit.*, p. 17), “a memória, nesse caso, está impregnada do sentido do perigo e se revela fonte de medo e morte”. Arquivos queimados, memórias deformadas, acontecimentos omitidos – esse é o corpus material para a reconstrução da vida dos russos nos subúrbios.

Como vimos na parte I, as populações de origem eslava que habitavam os bairros das margens altas do rio Tamanduateí, eram silenciadas por um duplo processo. Primeiro, pela estratificação regional e étnica a qual eram submetidas ainda no Império Russo. Como vimos, a diferença de status entre residentes das regiões periféricas do Império e do território principal da Grande Rússia era sentida e preservada em suas relações cotidianas também após a emigração. Segundo, o lugar de sua fixação na cidade de São Paulo colocava-os na categoria de população deixada à margem da cidadania, para a qual a experiência de morar na cidade moderna foi incompleta.

O esquecimento (ou silenciamento proposital?) das populações de origem russa residentes na periferia da cidade pela própria comunidade russa nos anos 1920-1930 era, na verdade, parte de um projeto político de posicionar a colônia russa em São Paulo como uma comunidade de emigrados políticos e não de imigrantes econômicos. Daí surgiu também o imaginário, criado nesta época e sustentado por várias gerações de russos na cidade, de que o “pai fundador” da colônia russa na cidade foi o ex-soldado branco, refugiado do bolchevismo.

Em 1956, a revista monarquista editada em russo em São Paulo, *Vladimirskiy Vestnik*, assim retratou a origem da colônia russa na cidade:

O capitão Fesy-Jelinsky é o fundador da colônia russa no Brasil. [...] após a evacuação da tropa de Vrangel da Criméia [...] vendo o desamparo dos refugiados russos, os capitães Fesy e Braguin começaram as negociações com o general Vrangel e com o comando das tropas aliadas para evacuar essas pessoas da Crimeia (*sic*) para outros países. As negociações tiveram sucesso e o capitão

Fesy-Jelinsky recebeu do general Vranghel um grande navio, *Rion*, o qual transportou cerca de 400 russos de Constantinopla à França, no porto de Aiaccio. De Aiaccio, em junho de 1921, no navio *Aquitaine* recebido do governo francês partiu ao Brasil o primeiro grupo de soldados de Vranghel. [...] Em julho de 1921, de Aiaccio partiu o segundo grupo, transportado no navio *Provence* com liderança do capitão Fesy. Eram esses, *os primeiros russos no Brasil*. Em 1924, vieram, por conta própria, 4000 famílias de camponeses russos da Romênia (Bessarábia). Após os bessarábios, vieram originários de Lituânia, Polônia, Estônia e Letônia. Hoje, a colônia russa conta com cerca de 30 000 pessoas. É possível encontrar aqui refugiados de Harbin, Shangai, Pérsia, Iugoslávia, Bulgária, França, República Tcheca, Alemanha etc. Grande grupo de emigrados novos chegou após a Segunda Guerra Mundial. Porém, *os fundadores da colônia russa no Brasil sem dúvida são os soldados de Vranghel*, que chegaram aqui sem um tostão no bolso e vestidos de fardas velhas<sup>197</sup>. (grifo meu)

Não obstante o número reduzido de emigrados políticos, comparando com os imigrantes de origem russa, a imprensa conservadora russa na cidade continuava a reproduzir o imaginário criado nos anos 1930 de que o núcleo estruturador da colônia era composto pelos militantes antibolchevique. Como observa Martins (1992, p. 44) acerca dos imigrantes italianos – e que não deixa de ser válido para muitos outros, senão todos, grupos de imigrantes no Brasil –, o imaginário coletivo sobre os inícios heroicos da imigração tende a compensar a árdua realidade vivida. A função da memória distorcida, imaginada e, às vezes, até “contrária do vivido” (*Idem.*), é, segundo o autor, a de elevar o status social do grupo ou de adquirir uma maior legitimidade política em relação aos outros grupos de visibilidade crescente. No caso dos imigrantes, o imaginário presente no discurso público brasileiro que atribuía a eles faculdades civilizatórias em face da população local, fazia com que eles se servissem desses discursos para valorizar a sua própria posição social. Roberto Grun (1992, p. 25-26) ressalta que o imaginário migratório dos armênios em São Paulo, no período de entreguerras, visava demarcar fronteiras simbólicas com os principais grupos sociais com os quais eles foram igualados pela sua condição de recém-chegados:

Chegando ao Brasil, desprovidos de recursos materiais, os imigrantes estavam sempre na linha de fogo dos empregadores e órgãos governamentais, que tinham todo o interesse em igualá-los

---

<sup>197</sup> Дахов Н., “Вместо венка на могилу гвардии полковнику В.Г. Фези-Желинскому”, Владимирский Вестник, № 63, октябрь 1956. С. 38-39. [Dakhoff, N. “Em homenagem ao capitão V.G. Faesy-Jelinsky”. *Vladimirsky Vestnik*, nº 63, outubro de 1956. P. 38-39].

aos caboclos nativos em termos de salários ou condições de trabalho e de vida. Suas qualificações profissionais ou intelectuais, sua 'grandeza', adquiridas em outros países, estavam sujeitas à revalidação no mais amplo sentido do termo, com fatores de conversão que podiam variar tremendamente. [...]

Uma questão essencial era a afirmação da identidade dos imigrantes como indivíduos dotados de um 'tipo de sangue' diferente do dos pobres nacionais; portanto, uma condição de indivíduos ou grupos com nível de aspirações de bem-estar *legítimos*, superior ao dos 'caboclos'. Para os imigrantes, tratava-se de *criar categorias de pensamento* pelas quais pudessem transitar as pretensões à *diferenciação* dos (ainda) pobres imigrantes em relação aos (sempre) pobres nativos.

Uma das categorias de pensamento mais exploradas pelos armênios para diferenciar-se da população local, cuja imagem era construída "a partir de estereótipos como o do 'Jeca-tatu' – preguiçoso, sem ambições – e dos negros brasileiros, ambigualmente católicos e macumbeiros, libertinos, além das qualidades negativas que eles compartilhavam com os caboclos" (*Idem.*, p. 28), era a de pertencer à "raça" caucasiana. A estratégia de explorar o imaginário ligado às qualidades da 'raça' caucasiana possibilitava aos armênios construir uma fronteira simbólica poderosa com os nativos, que claramente implicava uma dimensão racial - ou até mesmo racista.

Para os russos, ressaltar a origem política de sua emigração era também, sem dúvida, uma maneira de reivindicar e revalidar seu status social perdido, e de demarcar fronteiras, de um lado com as outras populações de imigrantes na cidade, geralmente de origem camponesa, e de outro lado, em relação à crescente popularidade da doutrina comunista entre as populações mais vulneráveis. Como foi possível perceber, as categorias de diferenciação interna dos russos em São Paulo perpassavam uma gama de dimensões interligadas: a regional, a de status social ("bessarábios desempregados", "camponeses russos da Romênia", "emigrante da Rússia, nobre hereditário", etc.) e a política ("emigrados russos brancos", "vrangelianos", etc.).

Não obstante o imaginário que concedia o protagonismo na fundação da 'colônia' aos emigrados brancos, o número de imigrantes russos de origem camponesa na São Paulo dos anos 1920-1930 era significativamente maior que o dos primeiros. É difícil estimar qual foi a proporção de indivíduos que se consideravam russos em relação àqueles 29 000 imigrantes da Romênia, dos quais se trata no capítulo 3.3 da Parte I. Contudo, algumas fontes alternativas permitiram avaliar a importância quantitativa

desses imigrantes entre os russos na capital de entreguerras<sup>198</sup>. Segundo os dados levantados<sup>199</sup>, de 1927 a 1938, a paróquia São Nicolau, localizada no centro da cidade, realizava, em média, entre 100 e 150 batismos por ano. Agrupados de acordo com a região de procedência do pai da criança batizada, esses dados mostram que apenas cerca de 10% das famílias eram procedentes da Grande Rússia, enquanto a maioria era originária da Bessarábia, pertencente, à época da imigração, ao estado da Romênia (Tabela 5.1). A maioria dos bessarábios provinha de pequenos vilarejos e, considerando que a região da Bessarábia era predominantemente agrícola, como ressaltado no capítulo 3.3, é possível supor que esses imigrantes eram realmente de origem camponesa ou das camadas dos pequenos proprietários rurais.

**TABELA 5.1. Número de batismos realizados na igreja São Nicolau, por ano, segundo a região de procedência do pai do batizado. 1927-1938.**

ANO	TOTAL DE BATISMOS	BESSARÁBIA	%, BESSARÁBIA	RÚSSIA	%, RÚSSIA	VOLÍNIA/ POLÔNIA	%, VOLÍNIA	BUKOVINA/ ROMÊNIA	%, BUKOVINA	LITUÂNIA	%, LITUÂNIA	OUTROS	%, OUTROS
1927	140	113	81%	17	12%	0	0%	3	2%	1	1%	6	4%
1929	284	231	81%	8	3%	15	5%	17	6%	4	1%	9	3%
1930	207	152	73%	25	12%	16	8%	0	0%	0	0%	14	7%
1931	153	98	64%	11	7%	10	7%	0	0%	0	0%	2	1%
1932	101	73	72%	12	12%	10	10%	0	0%	0	0%	0	0%
1933	117	87	74%	10	9%	14	12%	0	0%	0	0%	6	5%
1934	74	46	62%	12	16%	12	16%	0	0%	0	0%	4	5%
1935	134	92	69%	13	10%	23	17%	0	0%	0	0%	6	4%
1936	116	96	83%	11	9%	7	6%	0	0%	0	0%	2	2%
1937	182	147	81%	7	4%	24	13%	0	0%	0	0%	4	2%
1938	128	114	89%	9	7%	5	4%	0	0%	0	0%	1	1%

FONTE: livros de registros paroquiais da paróquia ortodoxa russa São Nicolau.

<sup>198</sup> Como já ressaltado pelos historiadores e sociólogos (Thompson, 1998; Passerini, 2011; Blay, 2013), frequentemente as categorias sociais marginalizadas, excluídas ou silenciadas, carecem de sua representação histórica quando se trabalha com fontes escritas ou iconográficas que constam em acervos públicos ou privados. A quase totalidade dos documentos escritos sobre os russos em São Paulo, disponíveis hoje para consulta nos arquivos públicos ou em coleções particulares, tratam daquele núcleo de emigrados brancos que assumiu a liderança na organização da 'colônia' russa ainda nos anos 1920. Enquanto isso, as informações sobre os russos nos bairros periféricos de São Paulo são fragmentadas e escassas, de modo que sua própria existência histórica se torna patrimônio sobretudo de uma memória coletiva oral, muito pouco documentada por escrito. Isso tem sido compensado por uma mobilização recente dos descendentes dos imigrantes lituanos, residentes nas "Vilas eslavas" da Vila Prudente, principalmente na Vila Zelina, mas acaba gerando uma distorção em favor da maior proeminência do grupo lituano, em detrimento dos outros grupos eslavos, o que gera debates e conflitos. A esse propósito ver, por exemplo, a reportagem de Vanessa Correa, "A coisa tá russa na Vila Zelina", São Paulo, nº 160, 18 a 24 de agosto de 2013, pp. 48-49. Para compensar essa desproporção, lancei mão de fontes alternativas, entre as quais os registros de batismos das paróquias ortodoxas russas, para uma estimativa numérica, e a fontes da história oral como técnica de pesquisa de informações de caráter qualitativo, sobretudo sobre o modo de vida cotidiano e uso da cidade por parte dos residentes russos da periferia paulistana nos anos 1930-1940.

<sup>199</sup> Foram analisados os livros de registros paroquiais das principais igrejas ortodoxas russas existentes na cidade de São Paulo desde 1926. Era de costume cada paróquia possuir um livro de registros, nos quais eram sistematicamente anotadas informações sobre cada sacramento realizado, entre eles os três principais: batismo, casamento e óbito. Maiores informações sobre a pesquisa realizada nos registros paroquiais encontram-se no Apêndice do presente trabalho.

A distância entre os dois grupos era de classe e de status, mas também de características e estratégias migratórias. Como já vimos, para os refugiados russos, São Paulo - o Brasil em geral - não era o destino privilegiado a princípio. A maioria deles não possuía um projeto migratório, não visava se estabelecer em um país de destino planejado. A desordem de sua acolhida na Europa proporcionou a sua disseminação pelos países das Américas, sem que estes fossem considerados como destinos em um projeto migratório. Já para os imigrantes dos territórios russos, o Brasil significava uma chance de “fazer a América”. As precárias condições de sobrevivência em suas regiões, submetidas aos constantes conflitos territoriais entre os estados depois do colapso dos impérios Russo e Austro-Húngaro, fizeram com que a propaganda dos agentes das companhias de imigração construíssem uma imagem de um Eldorado brasileiro. A imigração, nesse caso, era uma estratégia familiar de melhorar as condições de vida, sem descartar a possibilidade de um retorno, conforme o seguinte relato:

Quando meu pai estava nos Estados Unidos, lá falava-se muito do Brasil, era muito comentado porque era a terra de progresso. Então o meu pai era professor, mas lá ele não achava emprego... O meu tio que estava com ele era riquíssimo. Mas sabe que ele fazia? Lavava louça! E meu pai conheceu-o num restaurante quando ia almoçar ou jantar... Então, o meu pai não aceitava isso, sabe? Ele ouvia falar muito do Brasil. Então, para lá que eu vou, ele falou e voltou para Lituânia buscar minha mãe, que pediu em casamento de lá, por escrito. [...] Aí o meu pai só falava que ia pra lá, e ia pra lá, e ia pra lá, mas a minha mãe não queria deixar a família toda lá, as irmãs, a velhinha da minha avó, e tudo que ela tinha ela ia perder, né. Aí, meu pai, pegou e falou, vamos ver o que precisa [para imigrar]. Foi lá, viu tudo que precisava, preencheu a ficha. E ainda tinha que trabalhar para pagar a passagem. Meu pai era um pouco ruim, porque não tinha possibilidade para trabalhar [na roça], eu era pequena, a Tania tinha sete anos mais do que eu, a minha irmã Nadia tinha dezesseis anos, mas ia casada com um estoniano, e esse, esse tinha ido primeiro para o Brasil para ver se valia a pena. Então, meu pai não tinha a mão de obra para trabalhar na roça, sabe. Ficou assim... nós ficamos um pouco atrapalhados, mas fomos... [...] A casa meu pai não vendeu, ele prometeu para a minha mãe que a casa e a terra que ele tinha ele não ia vender, mas cavalo, vaca, todas essas coisas que a gente precisa ali, tudo isso ele, ele vendeu, charrete... pouco de móveis que a gente tinha também vendeu tudo. Então, só ficou combinado assim, com o meu irmão [que tinha ficado para servir no exército]: se a mamãe concordar, o

meu pai ia escrever para ele para vender tudo que tinha e trazer para fazer uma casa em São Paulo<sup>200</sup>.

Os imigrantes da Lituânia, Bessarábia, Volínia (então território da Polônia), Bukovina (então território da Romênia) e outras regiões predominantemente agrícolas imigravam em famílias expandidas, compreendendo tradicionalmente o casal, seus filhos, noras e genros, netos e até outros parentes, como irmãos ou pais. Isso possibilitava, primeiro, assegurar a mão de obra necessária para a lavoura no Brasil, como uma obrigação de envolvimento com as companhias de imigração, e, segundo, a continuidade de seu modo de vida habitual, visando sempre uma ascensão para as futuras gerações<sup>201</sup>. Como aponta Truzzi (2008, p. 204), a estratégia emigratória da família tende a considerar “o contexto da economia doméstica e o chamado ciclo de vida familiar”, quando a quantidade de braços para a lavoura na família é maior que a quantidade de bocas para alimentar. Filhos entrando na fase adulta permitiam à família maior produtividade, principalmente no campo, e conseqüentemente ritmos mais acelerados de uma ascensão econômica.

Diferentemente desses, os refugiados russos, que fugiam diretamente da revolução bolchevique, por razões políticas ou por conta das calamidades da guerra civil, migravam sozinhos ou em pequenos núcleos familiares, não raro formados já ao longo do percurso migratório. Nos anos 1920-1930, o tamanho da família, sem dúvida, implicava as condições de instalação na cidade. Os indivíduos isolados, ou pequenos grupos de homens jovens, ou famílias nucleares possuíam mais liberdade de circulação pela cidade. Por sua vez, uma família estendida, dependente de poucos braços aptos para trabalho remunerado na cidade e sem conhecimento do idioma local, ficava sujeita aos valores de imóveis e de terrenos e de rede de solidariedade comunitária. Com isso, dois principais fatores determinavam as escolhas dessas famílias sobre o local de sua instalação na cidade de São Paulo: a presença de imigrantes da mesma origem, ou falando o mesmo idioma, e baixos preços de imóveis. Nas primeiras décadas do século XX, para os imigrantes oriundos dos territórios do antigo Império Russo, esses bairros eram o Bom Retiro, com a maciça presença dos judeus russos, e os loteamentos nos arredores do bairro Vila Prudente.

---

<sup>200</sup> Maria F., depoimento de 29/03/2015, São Paulo.

<sup>201</sup> As trajetórias migratórias das famílias bessarábias, relatadas em Cocicov (2005, 2007) trazem exemplos em abundância.

A família Filonas imigrou da Lituânia em 1926 e, após passar alguns anos no interior do Estado de São Paulo, decidiu se mudar para a capital. Como revela o depoimento de Dona Maria, na época da imigração com 6 anos de idade, a questão do idioma era uma das principais na tomada dessa decisão:

Quando morávamos em São Pedro, todo dia meu pai ia para a estação. Tomava café, a minha mãe me arrumava e nós íamos para dar uma volta na cidade e íamos na estação. Meu pai falava assim: se ele visse um estrangeiro na estação lá de São Pedro, então que ele queria saber pra onde o homem ía, e nunca encontrou! Nunca encontrou, nós ficamos lá dois anos<sup>202</sup>.

Então, uma vizinha ainda da Lituânia, também imigrada e instalada em São Paulo, arranjou para a família a vinda para a capital, e eles se instalaram no Bom Retiro:

Ela arranjou uma casa para nós, arranjou tudo, tudo, tudo, sabe, escreveu para o meu pai que numa tal hora você pega esse trem assim, tal hora eu espero vocês. E viemos para São Paulo, fomos morar no Bom Retiro... Mas lá na cidade não se achava assim coisa fácil porque a gente não falava nenhuma palavra em português. Logo-logo que cheguei o meu pai me pôs numa escola, no colégio Santa Inês. [...] Então, o meu pai ligou lá falou assim para a irmã: “Não faço questão que ela aprenda muita coisa, só quero que ela aprende a falar [português]. Porque em casa somos em seis e ninguém fala”. Então, eu fui a primeira a aprender falar. Graças a Deus, aprendi logo. E foi... ficamos morando lá até o meu irmão chegar. Quando o irmão chegou [da Lituânia, com o dinheiro da venda da propriedade da família], então o meu pai pegou dinheiro e nós fomos para Vila Prudente.<sup>203</sup>

Compartilhar o idioma significava não apenas fortalecer os laços de solidariedade entre vizinhos, mas também promover uma integração profissional e social mais rápida na sociedade local. Como aponta Blay (2013, p. 119), no caso dos judeus em São Paulo, “para superar as primeiras adversidades era importante relacionar-se com os ‘seus’, se inserir na comunidade, ponte para o estabelecimento no novo país”.

Lá, na Vila Prudente e em cima tinha um morro, todo pelado, vazio. Estavam fazendo uma povoação na Vila Zelina, Vila Alpina, Vila Bela, tudo gente nossa. Isso é verdade verdadeira, pergunta para qualquer um. Não se falava outra língua, só nessa... Só falava essa língua porque o corretor era um russo. Então, trazia todo povo pra lá e ganhava comissão, né... E lá não tinha problema, porque quando nós morávamos em São Pedro, na casa que o homem deu

---

<sup>202</sup> *Ibidem.*

<sup>203</sup> *Ibidem.*

não tinha um prego, não tinha nada. Sabe, como minha mãe conseguiu um prego? Foi lá, andou as casas, as ruas, achou uma casa de ferramentas assim, entrou, mostrou o dedinho assim, aí eles descobriram que ela queria prego. Agora lá em São Paulo a gente já não tinha esse problema. Porque no Bom Retiro todo israelita fala russo. E se não fala, quase, e o que fala, fala tão lindo que juro que mais bonito do que até eu tenho ouvido de falar de russo. Seu F. era israelita, mas ele falava com classe, era educado, coisa linda. Era um israelita. E eu trabalhei lá na casa de joias que ele tinha, por isso digo, ele tinha orgulho de falar russo. E eu também. Aí, nós moramos lá até meu pai fazer a casa. Quando a casa estava pronta, já fomos todos para minha casa [na Vila Bela]<sup>204</sup>.

Após se mudar para a Vila Bela, o pai de Dona Maria conseguiu se empregar numa fábrica de automóveis em Santo André, a sua mãe e suas irmãs faziam trabalhos domésticos, enquanto seu irmão e cunhados trabalhavam nos empregos que não exigiam qualificação. Dona Maria, que aprendeu o português na escola, logo conseguiu se empregar no setor de serviços e no comércio. Como aponta seu relato, os primeiros empregos eram nas empresas de imigrantes, cujos donos necessitavam de pessoas que dominassem o português para interagir com a clientela. Assim, desde 1938, ela trabalhou como telefonista na fábrica de uniformes, empreendida por dois imigrantes judeus que falavam russo. Após a Segunda Guerra, ela conseguiu completar um curso profissionalizante, pago pelo empregador, e trabalhou posteriormente, até se aposentar, nas grandes casas comerciais no centro de São Paulo, como Mappin e Mesbla.

O tema central de sua história de vida, contada em dois encontros de mais de duas horas cada, é sua ascensão profissional, assim como sua emancipação financeira, feminina, e em relação ao seu meio social. Nesse relato, sair do bairro significa simultaneamente uma ascensão social e uma independência da força coercitiva de sua comunidade de origem, vista como estagnada e atrasada. O tema principal de seu relato, a trajetória profissional de sucesso para uma jovem imigrante<sup>205</sup>, se estruturava inevitavelmente em torno de uma oposição entre bairro e “cidade”, que compreende a oposição entre o rural e o urbano, entre o atrasado e o moderno, entre a submissão da mulher ao trabalho doméstico e a sua emancipação sexual e profissional.

---

<sup>204</sup> *Ibidem*.

<sup>205</sup> Pensada inicialmente como uma entrevista semiestruturada, após a primeira frase, optei por deixar a entrevistada falar livremente sobre os assuntos que mais lhe interessavam. Com grande motivação em fazer um resumo de sua vida, Dona Maria, de 95 anos, abordou, em mais de 4 horas de relato oral, vários assuntos sobre a condição de uma família de imigrantes eslavos na cidade de São Paulo, mas sempre sob o prisma de sua própria trajetória profissional.



O primeiro elemento que constitui uma constante oposição entre o subúrbio e o centro da cidade, ou, como a narradora chama, “*a cidade*”, perpassa o contraste de dois estilos de vida completamente diferentes que esses dois componentes da cidade traziam para o dia a dia do sujeito, habitante dos bairros periféricos. É justamente na vivência cotidiana, nas idas e vindas diárias para o emprego que uma moradora do subúrbio ressentia a carência de equipamentos urbanos em seu local de residência.

Minha mãe me levava até o ônibus, eu tirava os sapatos, porque eu morava num lugar que não tinha calçamento, mas trabalhava no lugar que era encerado, não podia encostar a porta de jeito que eu estava andando no barro. Minha mãe me levava até o ônibus, eu tirava sapato e dava pra ela, que era normal, eu acho que a mãe fazia isso e eu também...

[...]O ônibus chegava só até Vila Zelina... É por isso que eu sujava o sapato, porque tinha que andar mais ou menos um quilômetro para pegar ônibus, então não tinha calçada, não tinha nada. Você chegava lá sapato molhado, por isso. O ônibus ia até a Sé. Até a Praça da Sé... Ou então tinha um que ia para Vinte Cinco de Março lá, aquela baixada<sup>206</sup>.

Enquanto, no bairro, o ônibus não chegava até a residência das pessoas, e a eletricidade e o calçamento só começaram a penetrar o local no final dos anos 1940, o centro da cidade oferecia uma ilusão de modernidade e conforto: “Sempre trabalhei na cidade. As casas eram todas bonitas. Moças lindas, todas vestidas, bem vestidas. Você ficava o dia inteiro lá, você escolhia o que vender, tudo era, era uma delícia, sabe”<sup>207</sup>.

Outro elemento constitutivo que evoca um contraste entre a vida no bairro e a vida no centro da cidade passa simultaneamente pela emancipação feminina, que a independência financeira e profissional proporcionou à narradora, e pela emancipação dos padrões tradicionais de comportamento aos quais as mulheres do bairro eram sujeitas. Nem a mãe, nem as irmãs da narradora tiveram um emprego remunerado; eram casadas e seu papel era cuidar de suas famílias. Em contrapartida, Dona Maria enfatizou várias vezes durante sua narrativa que o seu objetivo era trabalhar e adiar o casamento.

Eu tinha uma porção de pedido de casamento. Tinha uma vez, eu estava passando roupa, né, com a minha mãe, e o meu pai veio da rua, falou assim: [em russo] “Sabe, Ana, vamos ter um casamento” E a minha mãe: [em russo] “Quem aqui vai se casar? Aqui já está todo mundo casado!” Aí, eu fiz assim: “Eu?!” Abri aquele

---

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> *Ibidem*.

bocão, bati com pé... [em russo] “Eu não quero me casar!” Ele se chamava Luís, ele tinha começado bem até, ele tinha um posto de gasolina. [em russo] “Mas é bom! Você não vai precisar trabalhar. Ele tem um posto de gasolina, tem uma vida abastada”. Eles eram polacos. Eu falei: “Não, eu quero trabalhar então, mas não quero casar”. Meu pai falou: “Ele tem posto”. Eu falei: “Pai, eu vou casar com ele quando ele tiver três postos, quatro postos, um só não vou”. E você acredita que esse moço me pediu três vezes em casamento? Três vezes ele ficou viúvo! Assim, eu não era casada com ninguém porque eu não queria casar, não podia nem pensar em casar. E minhas irmãs, cada uma com seu marido, graças a Deus.

Trabalhei nas milhares de casas de São Paulo, eu mudava de emprego por qualquer cem reais. Eu nunca procurei emprego, chegava assim, uma daquelas pessoas chegava me cumprimentar e já me deixava um bilhete na mão. Eu trabalhei no Mappin, trabalhei na Mesbla... [...] Trabalhava numa casa de modas luxuosa em São Paulo, na rua de Itapetininga. A casa era de artigos importados que era muito, muito luxuosa, sabe. Então, eu trabalhava lá e ganhava relativamente bem<sup>208</sup>.

A independência financeira e a absorção do estilo de vida burguês proporcionava uma ruptura com a comunidade dos conterrâneos, a maioria dos quais era empregado de pouca qualificação ou operário nas crescentes indústrias no entorno. De um lado, o ambiente acolhedor do bairro propiciava uma segurança para as gerações mais velhas, privadas de contatos com a sociedade local por falta de conhecimento do idioma, por outro, para alguns dos mais novos, sentia-se que havia um fator limitador das novas oportunidades que a vida urbana, na imigração, oferecia. Naturalmente, como aponta Grun (1992, p. 24), a principal ação constrangedora exercida pela comunidade consiste em preservar o seu controle sobre as importantes decisões pessoais de cada membro da colônia, sendo que “o ponto de chegada, que a ação renitente das organizações das colônias tenta sempre adiar, é a unificação dos mercados de trabalho, de casamento, financeiro e comercial industrial na qual os atributos raciais passam a fazer valer os seus efeitos de uma maneira mitigada, como particularidades de gosto que geram afinidades eletivas e habilidades diferenciais dos indivíduos, pouco reconhecíveis como atributos étnicos”.

As estratégias matrimoniais também eram fortemente dependentes da idade, com a qual o imigrante ingressava no Brasil. Para os mais novos, a integração mais rápida à sociedade local, por meio da escolarização e alfabetização em idioma português,

---

<sup>208</sup> *Ibidem*.

proporcionava alternativas matrimoniais para além de seu grupo nativo. Como vimos, das três irmãs da família Filonas, apenas Dona Maria, a mais nova, casou-se com um homem não pertencente à sua comunidade linguística e de origem.

Olha, que era tudo lituano, um ajudava ao outro. Na rua que eu morei, rua das Mimosas, bonito nome, era tudo, tudo lituano. Aqui era das Mimosas que nós morava e aqui era uma padaria, de pão preto do *Dirsa*, que ficou até hoje, famoso no Vila Zelina, o pão preto. Então, lá, se uma pessoa tava desempregada, os outros procuravam a encontrar, ajudar. Se eu tinha uma coisa pra vender, pra ajudar, ajudava, procurava pra fazer. Era gente muitíssimo boa, todos lutaram com unhas e dentes, sabe. Criaram todos filhos, você pode ver, quase todo filho hoje, não tem filho pedindo esmola, não tem lituano, nem russo, nem raça nenhuma. Eles todos são formados. Olha, na minha casa, não tem um analfabeto, todos são formados, de formaturas.

Gente de toda espécie havia. Outras moças também. Mas eles eram muito farristas, beberrões! Olha, eu morava lá na Vila Zelina e todo mundo começava achar que eu até tava bonita, até. Então, aí eu como não gostava de lá porque eles todos eram bêbados, eu tinha um azar, uma raiva que eu não podia olhar para cara deles. [...] Eles me chamavam de princesa... “Ah, princesa, vem aqui! Aqui tem tapete vermelho pra você!” Aí eu tinha vontade de correr com guarda-chuva e dar na cabeça deles, sabe. É o ódio, ódio, nunca namorei um, um lituano! Eu fui namorar um português. [...]

Mas os filhos estudavam, até você podia namorar um lituano que não tinha mais perigo. Eles falavam bem, educados. Hoje tem uma vila lá, eu não sei o nome dela, viu, porque eu nunca me interessei muito. Eu morei lá mas não é um lugar que eu gostaria de ter morado, sabe. Porque era lindo o lugar, mas morava-se no topo. Pra cá era Vila Alpina, pra cá Vila Prudente, pra cá São Caetano, São Bernardo, isso tudo isso, você vinha aqui, uma festa, iluminação, estudei até lá. Mas eu, eu não gostava, porque eu queria trabalhar na cidade...<sup>209</sup>

A questão da geração e da idade na imigração é uma das questões centrais quando falamos sobre a relação dos imigrantes e refugiados russos em São Paulo com a sua “colônia”. Para os refugiados brancos, vindos já na idade adulta para São Paulo – especialmente aqueles envolvidos diretamente com as organizações estruturadas da “colônia” russa em São Paulo nos anos 1930 – o matrimônio endógamo era uma necessidade de preservar padrões de sociabilidade destruídos pelo deslocamento. Se alguns deles já vieram casados, outros se casavam no local ou por meio das cartas de

---

<sup>209</sup> *Ibidem*.

chamada, como o fez o ex-oficial do Exército Branco Sviatoslav Golubintsev, ainda no meio dos anos 1920:

Então eu decidi escrever para minha prima Ducia, em Novocherkassk, aproveitando a NEP<sup>210</sup>. A minha carta foi respondida pela sua irmã mais nova, Militsa, informando que Ducia se casou e mora atualmente em Voronej, e que ela, Militsa, se graduou esse ano pela Universidade de Rostov. Encantado com a notícia, eu ofereci minha mão e a convidei a vir imediatamente para o Brasil. Militsa aceitou o meu pedido e declarou na faculdade que queria passar um ano na Sorbonne, em Paris. A universidade deu-lhe a autorização para viajar à França. Em Paris, ela procurou seus parentes, e com a sua ajuda, conseguiu um visto brasileiro e comprou a passagem com os dólares que eu enviei de Imbituba. [...] Eu estava muito ansioso e quando recebi o telegrama sobre a sua chegada no Rio de Janeiro, fui pessoalmente ao Rio e trouxe a minha noiva para Imbituba. Depois do nosso casamento, fomos a cavalo para a fazenda onde fomos surpreendidos com a festa organizada pelos amigos Romensky e Ivanenko<sup>211</sup>.

Entretanto, a nova geração, já nascida ou imigrada ainda criança e escolarizada no Brasil, não apresentava estratégias matrimoniais tão estritas e se assimilava rapidamente por meio de casamentos mistos. Para os imigrantes mais tardios, como os deslocados de guerra e os imigrantes da China, a idade durante a imigração parece também ser um fator determinante nas escolhas de casamento. Não é raro que na mesma família, os filhos que imigraram na adolescência, ou jovens, encontrassem companheiros dentro do próprio grupo linguístico e de origem, enquanto que seus irmãos e irmãs mais novas, com maior tempo de escolarização no Brasil e exposição aos padrões de vida e comportamento locais, casavam-se com os não russos. Como veremos mais adiante, a questão geracional interferiu também na continuidade de organizações comunitárias russas em São Paulo, no pré e no pós Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>210</sup> Nova Política Econômica (em russo: *Novaya Ekonomicheskaya Politika-NEP*) (1921-1931) foi um plano econômico que substituiu a política do “comunismo de guerra”, depois do fim da Guerra Civil na URSS. Tendo como foco a recuperação da economia soviética, o plano permitiu uma abertura socioeconômica no país: foram permitidas algumas formas de propriedade particular e relações de mercado, o uso de capital estrangeiro, reformas monetárias e algumas liberdades sociais, como interações com instituições estrangeiras. No final dos anos 1920, essas políticas foram gradualmente abandonadas e *de jure* o NEP parou de existir em 1931, quando o comércio privado foi oficialmente proibido na URSS.

<sup>211</sup> Nessa época, Golubintsev ainda residia e trabalhava com caseiro em uma fazenda em Imbituba, no interior do Estado de Santa Catarina. Голубинцев, Святослав. «Эмигранты», роман фото-снимок. 1920-1971. 142 стр. [GOLUBINTSEV, Sviatoslav. “*Emigrados*”, *romance-fotografia, 1920-1971*, datilografado, 142 p.], Acervo particular de S. Golubintsev, Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.

Para os imigrantes russos, a distância, física e simbólica, entre o centro e o subúrbio na cidade de São Paulo foi diminuindo após a Segunda Guerra Mundial. O fim do Estado Novo ocasionou maior liberdade de expressão política para os residentes dos bairros operários e diminuiu o protagonismo na comunidade dos grupos conservadores dos emigrados brancos.

O maior afluxo de novas populações russas por meio do recebimento, pelo Brasil, dos deslocados de guerra, muitos dos quais socializados já na União Soviética, e com projetos e trajetórias migratórias distintas de seus conterrâneos já residentes na cidade, fez diminuir o contraste de status entre os russos brancos e os imigrantes das “vilas”.

O próprio crescimento da cidade de São Paulo, após o término do conflito mundial, promove maior integração dos bairros outrora periféricos ao tecido urbano, junto com a criação de novas áreas suburbanas. A geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza (1994, p. 49) observa o período de 1945 até 1954 como uma fase de desenvolvimento da cidade que se caracteriza pelo “caos urbano”, como resultado de “crescimento incontrolado e sem planejamento” (*idem.*). A maior demanda por mão de obra qualificada, nas crescentes indústrias, se aparece em torno dos grandes pólos industriais da cidade, nas regiões sudeste (Vila Prudente e as “vilas” eslavas, São Bernardo, São Caetano e Santo André) e oeste de São Paulo (Vila Leopoldina, Vila Anastácio, Lapa, Pinheiro e municípios Osasco e Carapicuíba). A principal característica do crescimento da cidade no período entre 1954 e 1964, que Souza aponta como uma nova “fase” de desenvolvimento urbano, é a expansão das periferias, muitas vezes sem planejamento, que agrava, mais ainda, a carência de infraestrutura urbana nesses locais.

Embora as primeiras residências dos deslocados de guerra russos fossem escolhidas em função de seu primeiro emprego nas indústrias, a dinâmica do desenvolvimento da cidade permitiu uma maior distribuição pelos diferentes bairros, do centro e das periferias. A presença de equipamentos comunitários, como igrejas e concentração de conterrâneos, ainda desempenhava um papel importante nas escolhas de residência, porém a especulação imobiliária, a crescente oferta de novos loteamentos e o surgimento de uma malha de transportes mais bem desenvolvida proporcionava a maior distribuição dos russos pela cidade.

Após 1945, a dicotomia centro-periferia perdeu seu duplo significado simbólico para os russos da cidade. Junto com maior diversidade de origens sociais, de percursos migratórios e de concepções políticas, os novos fluxos de imigrantes russos trouxeram

para São Paulo uma nova divisão da cidade. Se antigamente era possível falar dos russos do centro e dos russos da Vila Zelina ou da Vila Alpina, agora se falava dos harbinenses do Indianópolis, operários russos da Vila Prudente, russos brancos da rua Tamandaré, ucranianos de São Caetano, deslocados soviéticos de Carapicuíba, entre outros.

Da mesma maneira, as instituições comunitárias e de ajuda mútua baseavam suas escolhas de localização principalmente na oferta de terrenos e imóveis mais acessíveis, considerando que o sistema de transportes urbanos, aprimorado entre final dos anos 1940 e começo dos anos 1950, possibilita o acesso dos imigrantes a esses locais. Com as alterações da dinâmica de dispersão dos imigrantes russos pela cidade de São Paulo, modificou-se também a estrutura de sua sociabilidade. Diferentemente dos anos anteriores à guerra, as atividades dos russos na cidade não estavam mais sujeitas à dicotomia centro-periferia, com uma sensível dependência unilateral, porém estavam mais dispersas territorialmente e mais independentes, embora também apresentassem mais princípios de segregação e confrontos entre seus diferentes núcleos, como veremos no próximo capítulo.

## 6. AS FORMAS DE SOCIABILIDADE

Como vimos, a população russa em São Paulo era muito heterogênea. Entre outros, pelos motivos de sua emigração, pela sua origem geográfica e social, pelo seu percurso migratório e projetos de vida, pela sua composição familiar, assim como pelo conjunto de seu capital material e simbólico inicial para enfrentar os primeiros anos no novo país. Nesse primeiro momento, as suas experiências eram marcadas inevitavelmente pela desvalorização de seu status social e de seus conhecimentos, pelas novas formas da divisão de trabalho, pela fragmentação dos papéis sociais tradicionais e das relações de tipo primário, e pelo profundo sentimento de desenraizamento.

Diante dessa diversidade, falar de uma “comunidade” russa em São Paulo – como comumente o senso comum denomina esses imigrantes – seria possível apenas no sentido de “um conjunto de indivíduos/ imigrantes de procedência russa”. Inclusive, o próprio termo “colônia” de imigrantes, usualmente empregado na época para desenhar o conjunto de imigrantes, possui uma conotação semântica mais próxima à noção de “conjunto” em vez de “comunidade”, que implica laços de solidariedade mais estreitos entre os indivíduos. Giralda Seyferth (2005, p. 19) aponta que, embora a origem da palavra “colônia” não possa ser desvinculada do projeto civilizatório que o Brasil Império empreitou por meio de assentamento de imigrantes estrangeiros em zonas rurais, com o tempo o seu uso passou a designar qualquer conjunto de imigrantes tanto no campo quanto na cidade:

[...] o termo ‘colônia’ também servia para expressar as diferenças culturais e uma identidade igualmente peculiarizada pela língua e pela origem nacional, e uma circunscrição espacial, visto que na década de 1930, quando iniciou-se a campanha de nacionalização, eram comuns as concentrações de imigrantes em certos bairros (especialmente em capitais) – tanto as colônias estrangeiras quanto suas congêneres rurais (algumas em rápido processo de urbanização).

No começo do século XX, o termo era tão incorporado ao senso comum brasileiro, que os próprios imigrantes lançavam mão de seu uso. É comum encontrar na imprensa russa da época, redigida em idioma russo para o público russo, as referências a si mesmos como uma “colônia russa”, mesmo que eles não apresentassem uma concentração espacial na cidade.

Desde os anos 1920 e até o começo da Segunda Guerra, a colônia<sup>212</sup> russa em São Paulo era bastante fragmentada. Não apenas por conta das diferenças de classe trazidas ainda de seu país de origem, mas também quanto a seus recursos, objetivos e interesses imediatos. Após passar pelos primeiros anos de sobrevivência no Brasil, os imigrantes começaram a se sociabilizar em pequenas e grandes coletividades, agrupadas segundo seus fins e interesses. Essa necessidade esteve especialmente presente entre aqueles russos que integraram o tecido urbano, com seu alto nível de fragmentação e autonomização da existência. Para os russos que se agrupavam nos bairros com maior densidade de populações da mesma origem, a própria rede de solidariedade de comunidade de vizinhos supria a necessidade básica de sociabilização com seus conterrâneos.

As formas de solidariedade dos russos na cidade eram muito diversificadas até o começo dos anos 1940: grupos de interesses, imprensa, grupos teatrais, jantares dançantes, reuniões paroquiais, partidos políticos e muitos outros. Cada grupo possuía seus objetivos, mas também certos critérios de agrupamento: por exemplo, atributos materiais ou simbólicos que diferentes indivíduos compartilhavam para sentir-se parte de um grupo. Entre esses critérios de “conectividade” estava a própria autoidentificação enquanto russos e enquanto imigrantes russos no Brasil. Veremos que, com o tempo, diferentes concepções de sua “russidade” foram se cristalizando em três principais formas, altamente politizadas, e que entrarão em conflito, nos anos 1940, pelo privilégio de ser a principal categoria agregadora de toda a colônia russa em São Paulo.

Nesse capítulo farei primeiro um levantamento de coletividades organizadas dos russos na cidade, dos anos 1920 até os anos 1960. Segundo, tentarei entender quais eram os conceitos que os próprios russos utilizavam para dar sentido a suas existências e ações. Em outras palavras, interessa estudar quais eram os princípios centrais de sua organização comunitária. Finalmente, busco saber qual era a imagem de “russidade” – tanto em relação aos outros russos, quanto em relação aos imigrantes de outras origens, e em relação aos brasileiros – que eles estavam construindo por meio de suas atividades.

---

<sup>212</sup> Daqui adiante utilizarei esse termo nativo, pois além de significar uma “comunidade” de imigrantes, ou seja, uma população de origem comum dividindo um mesmo espaço geográfico, ele significa, no caso da colônia russa, também um projeto de sociabilidade específico e monopolizador. Dessa maneira, o termo “colônia” significava para os russos não somente pertencimento a uma população de imigrantes na cidade de São Paulo mas também marcava uma lealdade do indivíduo a um projeto específico de autoentendimento enquanto um “russo”, como veremos mais adiante.



## 6.1. A construção da imagem da colônia russa em São Paulo no período entreguerras

Como vimos pelos registros na coluna russa de Serguei Uspensky no jornal paulistano *Folha da Manhã*, as primeiras tentativas de reunir os russos em um encontro coletivo datam do final dos anos 1920. Chegados coletivamente em 1921 e individualmente ao longo dos anos 1920 e 1930, muitos russos ainda se encontravam no interior do Estado de São Paulo, trabalhando na lavoura, conforme a contratação que receberam na sua chegada, ou já nas pequenas cidades paulistas. Contudo, já se concretizava um movimento de afluxo desses migrantes para a capital do Estado, em busca de melhores condições profissionais e da reunião com seus conterrâneos, alguns dos quais eram conhecidos entre si desde a sua terra de origem.

Em 1931, o jornalista Nicolau Dachoff, fundador do jornal russo *Russkaya Gazeta*, relatou para o repórter do *Correio da Tarde* a trajetória da vinda dos russos do interior para a capital da seguinte maneira, sempre incluindo os principais elementos, que já encontramos acima, do pioneirismo desses imigrantes na fundação da “colônia russa em São Paulo”:

Finalmente, o vapor aportava em Santos. E nós vimos num paiz immenso e hospitaleiro. E começamos vida nova.

O contraste das posições era chocante. Officiaes, a maioria, desfrutando de um circulo social dos mais importantes do mundo, rodeados, outrora de luxo e de honrarias, viam-se na triste condição de meros colonos. E o que era peor, porquanto esse contraste logo esquecemos, ninguém sabia a língua do paiz. [...] Os meus patrícios se utilizavam então de linguagem de gestos. E iam se arrumando como podiam. Uns, trabalhando nas fazendas com casa e comida e uma diária de 2\$ a 3\$000. Outros, nas fabricas, nas estradas de ferro. Outros, ainda, estabelecendo-se, por conta própria, vendiam quinquilharias a prestações. Os annos foram passando. A situação dos patrícios melhorava. E também não era para menos. Grande parte pertencia a uma escala social elevada e instruída sufficientemente para disputar honrarias no paiz que tão liberal houvera sido confiando-lhes missões de rara importância. E decorridos cinco annos, já tínhamos patrícios trabalhando como engenheiros, como directores de obras, como administradores, etc.

Em 1931, a situação da colônia tronou-se verdadeiramente prospera. Aclimados, adaptados ao meio, estão muito bem colocados e usufruindo recompensas dos seus esforços. Muitos ingressaram na lavoura. Outros permanecem com missões importantes nas Estradas de Ferro e nas fabricas, outros colaboram no jornalismo, na indústria e no commercio<sup>213</sup>.

Sem dúvida, essa parcela de imigrantes sentia mais profundamente a desvalorização de sua formação e de seu status social, sofrida ao longo do processo migratório. Nesse trecho, Dachoff relata a trajetória daquele grupo restrito de russos, que chamo de refugiados, embora eles não gozassem dessa condição no Brasil. Diferentemente de seus conterrâneos das regiões agrícolas, para os quais a imigração ao Brasil fazia parte de uma estratégia familiar, esse grupo de refugiados não possuía nem projeto migratório, nem conhecimentos sobre a lavoura no campo, nem uma família estendida que aumentaria a quantidade de braços para o trabalho remunerado. E mais, o seu perfil profissional era, sobretudo, urbano, com predomínio de profissões técnicas de baixa e alta qualificação, profissões liberais, militares ou comerciais. Nesse sentido, a cidade de São Paulo dispunha de mais oportunidades para sua colocação profissional que os trabalhos no campo, onde havia pouco espaço para a mão de obra qualificada.

Contudo, sendo esse grupo de refugiados apenas uma face da população russa na cidade, foram eles que conquistaram a maior visibilidade do público brasileiro. Suas várias aparições na imprensa brasileira, desde 1926, reforçavam a imagem autoconstruída de emigrados que deixavam na Rússia seu passado brilhante e aristocrático, suas fortunas e carreiras de sucesso para enfrentar, no Brasil, uma dura realidade de desamparados. Tanto nessa reportagem, quanto nas reportagens da *Coluna Russa* de Nicolay Uspensky, ou reportagem do jornal paulistano *O Estado de São Paulo*<sup>214</sup>, a colônia russa em São Paulo se apresentava ao público brasileiro como vencedora e bem-sucedida em meio às adversidades da imigração.

A imagem que esses grupo de imigrantes visava produzir por meio da imprensa brasileira tinha por objetivo traçar fronteiras com outros grupos de imigrantes vistos, na cidade, como “russos” e conquistar um nicho específico no imaginário da população local e principalmente burguesa, leitora dos jornais paulistanos, de uma imigração de elite, social e profissional. Nesse sentido, o esforço era direcionado para desvincular a própria

---

<sup>213</sup> “Uma data significativa para a colônia russa”. *Correio da Tarde*. 11/07/1931. Prontuário 2523 – Associação russa. Deops/SP – APESP.

<sup>214</sup> Citadas nas pp. 93-94.

imagem do estereótipo do judeu russo - uma figura muito presente nos bairros populares - e do russo como sinônimo de comunista.

Os judeus russos começaram a emigrar em massa do Império Russo após os *pogroms* das últimas décadas do século XIX (Blay, 2013, p. 90-92). Muitos deles, desprovidos de posses no Brasil, buscavam ajuda de seus conterrâneos, arranjando empregos no comércio da cidade. Assim, o judeu vendedor ambulante era um tipo urbano bastante conhecido na cidade, principalmente nos bairros mais populares, como Bom Retiro, Mooca, Brás, Bexiga e outros (Blay, *op.cit.*, p. 190- 191). Vindos dos territórios pertencentes ao antigo Império Russo, eles não raro eram “russos” no imaginário urbano. Além disso, os próprios judeus reivindicavam sua ligação com a cultura russa, esquecidas as perseguições que sofriam do governo czarista. Como aponta Blay (*op.cit.*), alguns deles eram conhecedores profundos da cultura, literatura e língua russa, como sugerem relatos e registros fotográficos<sup>215</sup> coletados pela autora.

Para o público brasileiro, inclusive para as autoridades, a confusão entre os povos do antigo Império Russo era corriqueira, como indica um incidente evocado por Blay (*op.cit.*, p. 196-197):

Ocorreu que a polícia paulista prendeu o Sr. Samuel Schoichet, que andava pelas ruas vestido com um “estranho capote negro, cabeça coberta por um chapéu ou solidéu” traje costumeiro do *shtetl* da Europa Oriental. Explica-se: a polícia estava atrás de “embusteiros vestidos como padres ortodoxos” que coletavam donativos para uma suposta construção de igrejas. O magarefe da comunidade judaica foi “confundido” com os procurados pela polícia e acabou preso.

Nesse contexto de uma desconfiança em relação ao outro e de uma confusão generalizada sobre cada grupo de imigrante, construir uma imagem pública positiva de seu grupo era tarefa prioritária para os refugiados russos. Enfatizar sua origem outrora privilegiada no antigo regime russo significava se separar dos judeus tradicionalmente condenados, pelo poder czarista, à pobreza, isolados nas zonas de residência obrigatória, localizadas nas periferias do Império.

Por outro lado, era necessário traçar fronteiras visíveis com o comunismo russo e desvincular, no imaginário brasileiro, a imagem do russo da imagem da Revolução Bolchevique. Por um lado, a revolução de 1917 transformou a Rússia em alvo de

---

<sup>215</sup> Ver, por exemplo, fotografia “Lazer antes da Primeira Guerra Mundial, no Jardim da Luz. Barraca de objetos russos”, na pag. 225; ou, ainda, o relato de Tatiana Belinky, nas pp. 352-364.

interesses do mundo inteiro, por outro, a crescente intolerância das autoridades brasileiras com os movimentos socialistas e anarquistas deixavam uma pequena colônia de imigrantes russos numa situação vulnerável.

O medo do comunismo, comumente apresentado pela imprensa como ideia alheia à sociedade brasileira, reforçava os sentimentos xenofóbicos entre os brasileiros e entre os próprios estrangeiros. Não raro, essa situação criava na opinião pública uma ligação simbólica entre alguns grupos de imigrantes e o “mal” do comunismo. Embora alguns dados apontem que o número de ativistas de partidos da esquerda no Brasil era maior entre os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses (Campos, 1997, p. 227), o estigma de “comunista” formou-se em volta dos imigrantes da Europa do Leste, especialmente russos, lituanos, poloneses e judeus, oriundos dos territórios do antigo Império Russo.

Nesse cenário, era importante criar uma imagem pública da colônia russa, desvinculando-a ao mesmo tempo dos outros grupos de imigrantes do antigo Império e da identificação com o comunismo soviético. Como bem observa Zen (*Ibid.*, p. 71):

Procurava afastar a imagem dos russos tanto da dos judeus como da dos comunistas. Não obstante, associava um ao outro. Em oposição, deixava claro quem deveria ser entendido e nomeado enquanto *russo*: os ortodoxos, nacionalistas, czaristas, anticomunistas [...].

Para tanto, cada aparição da colônia russa na imprensa brasileira nos anos 1920-1930 continha uma referência ao anticomunismo de seus membros. Em 1926, a reportagem no jornal *Estado de São Paulo*<sup>216</sup> enfatiza sua posição antibolchevista:

A proposito da Rússia, muita coisa nos foi dita. Os brancos estão certos de que o bolchevismo está na agonia. Eles odeiam os revolucionários: uns porque são judeus, outros porque fizeram causa comum com eles.

A reportagem no *Correio da Tarde*, sempre transmitindo as palavras de Nicolau Dachoff, um porta-voz desse grupo de russos, consegue ser mais específica:

Somos monarchistas, e nos conservamos fiel a casa real vencida. Mas, no Brasil, estamos completamente afastados de rinhãs políticas. Somos hoje mais brasileiros que russos. [...] A única interferência política, se é que podemos chamar a isso política, é a vigilância que manetmos no sentido de o communismo não se

---

<sup>216</sup> “Cinco annos depois. Entre os antigos soldados “brancos” do general Wrangel”. *O Estado de São Paulo*, 13/09/1926. P. 4.

alastrar no paiz. Logo que sabemos existir patrícios nossos envolvidos em propaganda do credo venenoso, chamamos a atenção da polícia. E pensamos com isso contribuir para a prosperidade do paiz<sup>217</sup>.

Construir uma imagem da colônia significava, para esse grupo de refugiados russos, conquistar um espaço particular no imaginário coletivo da cidade, cuja dinâmica social estava intrinsecamente ligada às inúmeras populações de imigrantes de todas as origens. Ter o seu lugar definido nesse caleidoscópio de nacionalidades e reivindicações políticas era um caminho para o reconhecimento de sua existência, e significava, para esse grupo restrito, conquistar um protagonismo na estruturação de toda a colônia, composta em sua maioria por imigrantes cuja única preocupação no Brasil continuava ser a sobrevivência.

## **6.2. As formas de sociabilidade de russos em São Paulo no período entreguerras**

Naquela época funcionavam em São Paulo quatro clubes russos, Sociedade russa, Clube da *Intelligentsia* Russa, União dos ex-Guerreiros Russos e o Clube dos *Mladorossi*. Funcionava a *Gazeta Russa* e em quase todos os sábados e domingos eram organizados concertos, peças teatrais ou palestras. Tudo isso parou de existir no começo da Segunda Guerra Mundial, quando foram fechados no Brasil quase todas as revistas estrangeiras, e os clubes também deixaram de existir<sup>218</sup>.

No final da década de 1920, além dos jantares e encontros pontuais que a colônia russa promovia para se reunir ou arrecadar donativos para projetos comunitários, começavam a surgir organizações mais estruturadas. A Sociedade Russa em São Paulo e a União dos ex-Guerreiros Russos no Brasil foram duas das primeiras organizações fixas que reuniam os russos em torno da causa comunitária. A primeira organizava eventos, encontros, bailes, peças teatrais e ocupava-se do lazer cultural da colônia. A segunda era uma organização com objetivo mais específico e com público mais exclusivo, reunindo verbas para ajuda às famílias de imigrantes incapacitados após a participação na Primeira Guerra Mundial e na guerra civil.

---

<sup>217</sup> Uma data significativa para a colônia russa”. *Correio da Tarde*. 11/07/1931. Prontuário 2523 – Associação russa. Deops/SP – APESP.

<sup>218</sup> *Ibid.*

Entretanto, é na década de 1930 que a quantidade e a diversidade de organizações russas atinge seu apogeu. Como apontam os registros, já no começo dos anos 1930, funcionavam em São Paulo dezenas de organizações com os mais diversos propósitos. As mais numerosas e especializadas eram as diferentes associações de ex-militares do Exército czarista: União dos ex-Guerreiros Russos no Brasil, Federação dos Oficiais Russos do Antigo Exército e Marinha em São Paulo, Federação dos Inválidos da Grande Guerra na América do Sul (filial de uma organização transnacional com sede em Paris), Caixa Libertadora da Rússia, Cursos Russos de Ciências Militares, a União da Cavalaria e Artilharia Montada Russa em São Paulo <sup>219</sup>. Havia também clubes de lazer e associações profissionais: Sociedade Russa em São Paulo, Sociedade dos Amigos da Cultura Russa, Clube dos intelectuais russos, Sociedade dos Engenheiros Russos no Brasil, Cursos russos das ciências militares, Sociedade dos Amadores Teatrais Russos “Gusselki”, Esquadra dos Escoteiros Russos. Os partidos políticos transnacionais dos emigrados russos também mantinham seus filiais em São Paulo: partido União dos Mladorossi e Partido Fascista Russo.

É importante ressaltar que a maioria das organizações de auxílio aos emigrados em São Paulo era diretamente subordinada a seus respectivos centros na França ou nos Estados Unidos. Assim, a representação da União dos ex-Guerreiros Russos no Brasil<sup>220</sup> era filial de uma organização transnacional fundada em 1924, na Sérvia, pelo General Vrangél, com objetivo de manter ligações vivas entre todos os soldados e oficiais do Exército Branco derrotado fora da Rússia. Pouco tempo depois, a sede dessa organização foi transferida para Paris e contava com mais de 100 mil inscritos e representações oficiais em todos os países com presença de emigrados russos. Até o começo da Segunda Guerra Mundial, a União era uma potência militar latente que representava um perigo real para o estado bolchevista, tanto assim que ela era um dos principais alvos da atividade dos agentes soviéticos na Europa. A União possuía seu próprio jornal mensal, *Часовой* (*La Sentinelle*), e seu fundo de arrecadação de donativos, Caixa Libertadora da Rússia, cuja filial também esteve presente em São Paulo. A sede da União em São Paulo

---

<sup>219</sup> Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Documentos de 1930-1939. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo. Ver também Zen (2010, p. 70).

<sup>220</sup> Российский Общевоинский Союз – РОВС- em russo; Union Générale des Combattants Russes, em francês.

localizava-se na rua Guaianazes, 1, possuía seu próprio refeitório e biblioteca, além de abrigar a representação oficial do jornal *La Sentinelle*<sup>221</sup>.

A Cruz Vermelha Russa no Brasil, presidida por Leo Ivanoff, também era filial de uma instituição transnacional dos emigrados russos. Em São Paulo, ela auxiliava os recém-chegados nas questões burocráticas e na busca de emprego; dava assistência aos russos miseráveis e incapacitados - organizava doações, almoços gratuitos, asilo, assistência médica, *etc* -; auxiliava também nos assuntos judiciais e nas relações com os órgãos administrativos brasileiros. Não raro, como atesta o relatório anual da Sociedade de 1933 <sup>222</sup>, o Departamento de Trabalho brasileiro costumava encaminhar os solicitantes russos para uma consulta com os delegados da Cruz Vermelha Russa como uma condição para a obtenção de um auxílio transporte.

A Federação dos Inválidos da Grande Guerra na América do Sul, encabeçada pelo ex-coronel do exército branco Alexandre von Baumgarten, também era a representação da organização fundada em 1928, em Paris, cujo objetivo era manter uma caixa alimentada por donativos arrecadados internacionalmente entre os emigrados russos, para auxiliar as famílias de inválidos da Grande Guerra, inaptos para trabalho remunerado.

É emblemático que atrás de todas essas diferentes organizações esteve um núcleo de pessoas bastante reduzido e exclusivo, que apresentavam trajetórias emigratórias parecidas e que se originavam de camadas sociais privilegiadas no antigo regime russo.

Léo Alexandre Ivanow (Лев Александрович Иванов), nascido em 1885 na cidade russa de Vladivostok, chegou ao Brasil em 1924 acompanhado de sua esposa. Desembarcado no Rio de Janeiro, passou nessa cidade os primeiros dois anos. Sendo ex-oficial do Exército do Czar e músico profissional, conseguiu se empregar como cantor sinfônico e logo se naturalizou brasileiro, em 1925. Em 1926, Ivanow mudou-se para São Paulo, onde fundou sua própria escola de canto, cujos alunos eram representantes das mais diversas camadas da burguesia paulistana. Em 1930, ele foi nomeado pelo Comitê Central da Cruz Vermelha Russa, em Paris, Presidente da filial dessa organização no Brasil. Além de presidir a Cruz Vermelha, ele encabeçou a Federação das Organizações Russas em São Paulo, criada em julho de 1932, com intuito de reunir todas as

---

<sup>221</sup> Русская Газета, № 404. 27/01/1934, p. 8. [*Russkaya Gazeta*, nº 404, 27/01/1934, p. 8].

<sup>222</sup> Отчет за 1933 год Российского Общества Красного Креста в Бразилии. Русская газета. 10/02/1934. [Relatório da Sociedade da Cruz Vermelha Russa no Brasil de 1933. *Russkaya Gazeta*. 10/02/1934].

coletividades criadas pelos emigrados russos até então, e assumir a representação dessas organizações junto às autoridades brasileiras<sup>223</sup>. A atuação de Léo Ivanow junto à colônia russa não deixava dúvidas sobre a sua adesão à política das organizações transnacionais dos russos brancos, orientada à promoção das ideias nacionalistas e monarquistas entre os imigrantes russos e à resistência ativa à propagação de ideias bolchevistas entre a colônia. Os documentos indicam que, além da carreira de músico, ele trabalhava nos serviços reservados da polícia política paulista, sob o comando direto do Diretor de Policiamento do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio, no qual prestava serviços de criptografia e de censor de correspondência, de jornais e de rádio ao longo dos anos 1930<sup>224</sup>.

Outro personagem muito presente na estruturação das coletividades russas nessa época era Nicolau Dachoff, redator-chefe da *Russkaya Gazeta*. Ele chegou ao Brasil junto com Serguei Uspensky, redator da coluna russa no *Folha da Manhã*, em um dos navios que trouxeram os soldados de Vranghel, em 1921. Antes da Primeira Guerra Mundial, Dachoff era um funcionário de banco na Rússia. Durante a Guerra foi mobilizado, lutou também na guerra civil e acabou sendo evacuado da Criméia com as tropas de Vranghel. Em São Paulo, como muitos outros, foi encaminhado para trabalhos em fazenda de café, mas conseguiu se transferir para a capital já no final da década de 1920. Em São Paulo, Dachoff tornou-se agente das grandes companhias de imigração, comercializando lotes de terra nos loteamentos em São Paulo e nas colônias do interior do Estado, e intermediando a vinda dos imigrantes de origem russa por meio de contratos com essas companhias. Um anúncio publicado em russo em seu jornal, em 1934, refere-se a ele

---

<sup>223</sup> A carta enviada pelos iniciadores da Federação ao Chefe de Polícia de São Paulo não deixa dúvidas de que o principal objetivo de sua criação é assumir controle sobre todas as organizações de emigrados russos na cidade, deixando de fora as organizações que não compartilhavam com eles as suas crenças políticas: “Nós, abaixo assinados [...], considerando que neste tempo da situação actual a colônia Russa, domiciliada em São Paulo fica privada da alguma defesa contra as proezas dos empostores de todas as espécies, como também contra denúncias e calumnias, considerando que não tem órgão central para defender o nome honrado da mesma colônia, por meio deste vão respeitosamente solicitar a V.Ex. autorisar nos formar um órgão central da colônia Russa, domiciliada em São Paulo com o nome ‘Federação das organizações Russas em São Paulo’, composta de Presidentes de todas as organizações Russas. Todas as questões ligadas a colônia Russa, como também as informações e atestados dos membros da mesma V.Ex. terá por meio deste órgão central, como todas as manifestações emitidos em nome da colônia Russa podem ser válidas só com aprovação da ‘Federação das organizações Russas em São Paulo’. Carta assinada por Léo Ivanow, Nicolau Dachoff e Bronislav Romanovsky endereçada ao Chefe de Polícia de São Paulo, de 19 de julho de 1932. Prontuário nº 2143, “Federação Russa”. Deops/APESP-SP.

<sup>224</sup> Relatório da Superintendência de Segurança Política e Social, São Paulo, 25/06/1942, fls. 33-34; Atestado do Delegado de Vigilância e Capturas Ignacio da Costa Ferreira, São Paulo, 22/06/1942; Atestado do Diretor do policiamento Oswald de Luné Porchat, São Paulo, 19/06/1942. Prontuário nº 0491, Leo Alexander Ivanow, Deops/APESP-SP.



como representante oficial da Companhia São Paulo-Matto Grosso, que comercializava lotes de terra “de altíssima qualidade, coberta pela floresta nativa, adequado para qualquer cultivo”, na Colônia São Francisco (Mont’ Alvão). Conforme Cocicov (2007, p. 66), a atuação de Dachoff como agente imigratório propiciou a maior concentração de imigrantes de origem russa em certas colônias agrícolas:

“O motivo de se juntarem muitos russos, naquele local [colônia Balisa na estrada de ferro Sorocabana], é o de que havia um capataz de uma fazenda, de mesma origem, que foi chamando os demais, espalhados, em várias cidades, do interior paulista.” Este intermediário, pode ter sido Nicolau Daflov (*sic*), imigrante russo, que falava português, e que procurava, no porto de Santos, ou na estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo, os imigrantes recém chegados, e os abordava indagando qual era o destino deles. Muitos não queriam ir para as fazendas de café e, como tinham algum numerário, preferiam ir para onde houvesse patrícios e, por isso, ele os encaminhava para Santo Anastácio [...] ou para Balisa.

Embora o maior fluxo migratório dessas famílias tenha acontecido no final dos anos 1920, conforme o anúncio publicado em *Russkaya Gazeta*, Dachoff comercializava casas construídas na colônia Balisa ainda em 1934<sup>225</sup>. Certamente, sua principal fonte de renda era representação de diferentes companhias de imigração e colonização junto aos imigrantes de origem russa, assim como a especulação dos terrenos e imóveis na capital e no interior. Na colônia, a sua atuação como redator-chefe do jornal semanal *Russkaya Gazeta*, o principal veículo de comunicação da colônia na década de 1920-1930, e as atividades ligadas a sua edição e comercialização, o tornavam uma das figuras centrais na colônia.

Bronislav Romanovsky, que assinou juntamente com Dachoff e Ivanow a carta sobre a fundação da Federação das Organizações Russas, era então o Presidente da Associação Russa em São Paulo. Romanovsky nasceu em 1895 na cidade russa de Pskov e chegou ao Brasil em janeiro de 1926, ao porto de Santos. Formado engenheiro mecânico pela Escola de Engenheiros Navais<sup>226</sup> em São Petersburgo, era tenente da Marinha Imperial. Durante a guerra civil russa, ele lutou ao lado das tropas contrarrevolucionárias brancas estacionadas em Narva, na Estônia. Após a derrota da

---

<sup>225</sup> “По случаю дешево...», Русская Газета, № 404. 27/01/1934, p. 5. [*Russkaya Gazeta*, nº 404, 27/01/1934, p. 5].

<sup>226</sup> Морское Инженерное Училище Императора Николая I. Escola de engenheiros navais fundada em 1798 pelo Imperador Russo Pavel I.

contra-revolução, Romanovsky emigrou para a França, onde conseguiu se encontrar com sua esposa e sua filha. Vinda no começo de 1926, da França, com passaportes de apátridas, a família Romanovsky se instalou em São Paulo. Rapidamente, Bronislav obteve trabalho como empregado em uma firma paulistana. Após alguns anos, ele abriu o seu próprio comércio de rádios, na rua José Bonifácio, 386, no bairro da Sé, e, depois, uma oficina de aparelhos de rádio, A Radiophila, na rua Dr. Falcão Filho, 1-c, a 100 metros de sua antiga loja<sup>227</sup>. Nos anos 1930, ele foi presidente do Clube dos intelectuais russos no Brasil e membro do Partido União dos Mladorossi, juntamente com seu amigo e ex-colega pela Escola de engenheiros navais, Vladimir Riuminsky, presidente do partido e redator-chefe da revista *Palavra dos Mladorossi*, *Младоросское слово*, editada em São Paulo.

Sviatoslav Golubintsev também era um dos membros ativos das coletividades russas reunidas em torno da Federação. Ele também ex-oficial branco, nasceu em 1896 na cidade de Orel, na Rússia ocidental, em uma família de pequena aristocracia local. Graduado pela Academia de Hussardos<sup>228</sup>, se refugiou em Constantinopla após a Revolução Bolchevique. De lá, ele emigrou para Argentina, onde, por intermédio do Consul russo, conseguiu um emprego no exército paraguaio, participando da Revolução de 1922, no Paraguai e, posteriormente, tornando-se tenente da Primeira Esquadra da Guarda do Presidente daquele país. Alguns anos depois, atraído pelas oportunidades econômicas que o Brasil oferecia para os estrangeiros qualificados, ele veio ao Brasil. Aqui, por intermédio de emigrados russos conhecidos, ele encontra um serviço de engenheiro agrônomo na fazenda Santa Cecília, propriedade dos Irmãos Lage, donos de uma companhia de mineração e navegação em Imbituba, no Estado de Santa Catarina. Após o término do contrato de engenheiro, ele permanece na fazenda como zelador. Golubintsev se instala na fazenda, convida dois amigos russos da Europa, por meio da “carta de chamada”, e se casa com uma prima distante que também emigra da Rússia com o convite de Golubintsev. Depois do nascimento da filha Helena, em 1924, Golubintsev é transferido para a cidade Imbituba e nomeado assistente do diretor da fábrica de cerâmica, propriedade de Henrique Lage. A família Golubintsev passara seis anos em Imbituba, quando, em 1930, as tropas revolucionárias da Aliança Liberal ocuparam a cidade. Sendo um oficial do exército russo e paraguaio, Golubintsev foi

---

<sup>227</sup> Русская Газета, № 404. 27/01/1934, p. 8. [*Russkaya Gazeta*, nº 404, 27/01/1934, p. 8].

<sup>228</sup> Uma classe de cavalaria ligeira, bastante privilegiada entre as classes militares na Rússia Imperial.

rapidamente mobilizado e serviu durante três meses como chefe do grupo de cavalaria. Ele relata a sua participação nessa rebelião da seguinte forma:

A Revolução foi menos poética que a paraguaia, já que os revolucionários quase não encontravam resistência. Depois da vitória dos revolucionários e da ocupação do Rio de Janeiro pela cavalaria, o novo Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, através de um decreto especial, agradeceu a todos os participantes da Revolução<sup>229</sup>.

Transferido para São Paulo com atribuição de um cargo no Departamento de Polícia paulista, Golubintsev continuava a escrever artigos e reportagens para diferentes revistas e jornais russos no Brasil e no mundo. Em São Paulo, ele colaborava periodicamente com o jornal *Russkaya Gazeta* e, nos Estados Unidos, com o jornal *Novoe Russkoe Slovo*, um dos maiores jornais de imigrantes russos naquele país. Muito bem relacionado nos círculos paulistanos de detentores de poder, Golubintsev era um elo importante entre as autoridades brasileiras e a colônia russa, encarnada em organizações representadas pela Federação.

Muitos outros sujeitos, que encabeçavam as organizações da colônia russa, reunidos em torno da Federação das organizações russas em São Paulo, tinham em comum o seu passado militante contra o novo regime na Rússia e eram, em sua maioria, da mesma geração, nascida entre 1880 e 1900. Além disso, alguns deles ocupavam cargos importantes nas empresas internacionais com filiais em São Paulo, o que lhes concedia um *status* privilegiado dentro da colônia. Alexandre von Baumgarten (1889-1955), chegado ao Brasil em 1929, da Alemanha<sup>230</sup>, presidente da filial brasileira da Federação dos Inválidos Russos da Grande Guerra, desde 1932, era um alto funcionário do Banco Holandês. Victor Gultzoff (1896-1973), chegado ao Brasil em 1941, e que substituiu Baumgarten na presidência da Federação dos inválidos após o seu falecimento, em 1955, era superintendente-atuário da Companhia Seguradora Brasileira. O engenheiro Poliakoff, o engenheiro químico Pertsev, o engenheiro Merzeevsky, assessor técnico na empresa *Light*, e tantos outros participaram da ofensiva contrarrevolucionária na guerra civil, possuíam formação superior obtida ainda na

---

<sup>229</sup> Голубинцев, Святослав. «Эмигранты», роман фото-снимок. 1920-1971. 142 стр. [GOLUBINTSEV, Sviatoslav. "Emigrados", romance-fotografia, 1920-1971, datilografado, 142 p.], Acervo particular de S. Golubintsev, Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.

<sup>230</sup> Владимирский Вестник. № 52, ноябрь 1955, с. 28-30. [Vladimirsky Vestnik, nº 52, novembro de 1955, p. 28-30].

Rússia czarista, ou já nos países europeus após a emigração, e tinham bons empregos nas empresas locais ou internacionais.

Entretanto, essa era uma pequena parcela em relação à toda a população russa residente na cidade e no subúrbio nos anos 1930. Certamente, os recursos econômicos e de poder, disponibilizados pelos laços estreitos que alguns desses indivíduos possuíam com as autoridades paulistas, facilitaram a monopolização e o controle sobre toda a colônia russa. Como já vimos, os imigrantes que se estabeleciam no subúrbio da cidade experimentavam uma dependência em relação às coletividades da colônia que funcionavam no centro da cidade. A sua participação nos eventos organizados pela colônia ficava prejudicada pela rede precária de transportes urbanos, assim como pela própria distância social que separava os imigrantes das “vilas” dos emigrados daqueles do centro, oriundos das camadas dominantes do antigo regime. Distância essa reforçada sistematicamente por estes últimos porque se tratava de uma estratégia real de reconstruir a ordem social antiga, num contexto onde a condição migratória aproximou significativamente os dois grupos em seu status social.

Assim, os imigrantes russos dos subúrbios dificilmente estavam presentes no conteúdo da imprensa russa editada no centro. Basicamente, eles eram consumidores ou contratantes do conteúdo publicitário. Mais raramente, eles apareciam como protagonistas das notícias publicadas. Constantes anúncios de venda de lotes de terra e de casas construídas nas colônias e nos bairros populares tinham por alvo esses imigrantes, cujo projeto migratório compreendia a posse de terra como uma das principais condições de ascensão social. Eles também se utilizavam do jornal *Russkaya Gazeta* para anunciar os seus serviços, cujo conteúdo evidenciava seu pertencimento às camadas populares. “Lavadeira russa à procura de emprego. Vários anos nas casas respeitáveis. Correspondência: rua Padre Raposo, 93, quarto 8, Mooca”<sup>231</sup>. Outros anúncios dizem respeito à sua vida associativa e a seus interesses econômicos: “Sociedade Russa dos *staro very* convida todos os seus paroquianos residentes em São Paulo e nos arredores a comparecer na reunião paroquial para a discussão das questões importantíssimos da nossa paróquia, dia 18 de fevereiro de 1934, às 10 horas, na Vila Alpina, rua do Jacalini, 1-a”<sup>232</sup>; “Villa Zelina. A primeira parcela reduzida e maior número de parcelas! Casas construídas com materiais da primeira qualidade. [...]

---

<sup>231</sup> Русская Газета, № 404. 27/01/1934, p. 7. [*Russkaya Gazeta*, n<sup>o</sup> 404, 27/01/1934, p. 7]

<sup>232</sup> Русская Газета, № 406. 10/02/1934, p. 5. [*Russkaya Gazeta*, n<sup>o</sup> 406, 10/02/1934, p. 5]

Maiores informações praça Antonio Prado, 3, sobrado; finais de semana e feriados: “Villa Zelina”, Avenida Zelina, 33. Final do bonde nº 32, Villa Prudente”<sup>233</sup>.

Uma matéria extensa evoca um caso criminal envolvendo imigrantes lituanos:

“Um jornal brasileiro publicou uma matéria sobre roubo de uma fazenda realizado por oito lituanos”.

7 de outubro do ano passado, oito criminosos, portando mascaradas, armados com carabinas e pistolas, invadiram o armazém da fazenda “Usina Ytaiquara”, do proprietário João Batista Lima Figueiredo, roubaram 75:000\$000 e conseguiram fugir. [...]

A investigação concluiu que Pavel Keiters e Anton Kazlanka junto a 6 outros lituanos residentes em São Paulo, no Alto da Mooca, roubaram a fazenda “Usina Ytaiquara” e enterraram uma parte do dinheiro na floresta, vieram buscá-lo e foram detidos. [...]

[Sendo antigos trabalhadores da fazenda], eles partiram para São Paulo após o término do contrato, onde elaboraram o plano do roubo e voltaram para a fazenda em pequenos grupos, escondendo-se na floresta. Após o roubo, voltaram para São Paulo e investiram o dinheiro para iniciar uma empresa cinematográfica e para adquirir dois automóveis que colocaram na bolsa de valores. [...]<sup>234</sup>.

Entretanto, o mundo social retratado nos jornais paulistas russos da década de 1930 diz respeito ao estilo de vida altamente urbanizado dos emigrados russos no centro da cidade.

O bairro da República era centro da vida associativa da colônia nos anos 1930. A sede da Sociedade Russa em São Paulo, fundada em 1929, localizava-se na rua Conselheiro Nebias, 33. Ao lado, na rua Guaianazes, 1, havia a representação da União dos ex-Guerreiros Russos no Brasil. Na rua Aurora, 315, funcionava o Clube dos Intelectuais Russos, que também era sede do Partido dos Mladorossi. Todas essas organizações possuíam seu buffet, biblioteca e salão para reuniões, de modo que eram frequentemente usadas para abrigar palestras, assembleias e festas comunitárias. É provável que o quarteirão fosse celebre por ser frequentado pelo público russo, de modo que várias denúncias e apurações da polícia política tratam de locais vizinhos.

Em novembro de 1931, um agente da polícia realizou uma investigação sobre o prédio nº 133, na rua Guaianazes, para apurar a denúncia de que ali havia reuniões de comunistas russos. O seu relatório, porém, aponta que o local dificilmente podia ser ponto de conspiração comunista, sendo muito mais um assunto de polícia de costumes:

---

<sup>233</sup> Русская Газета, № 413. 31/03/1934, p. 1. [*Russkaya Gazeta*, nº 413, 31/03/1934, p. 1]

<sup>234</sup> Русская Газета, № 406. 10/02/1934, p. 7. [*Russkaya Gazeta*, nº 406, 10/02/1934, p. 7]

Residem no referido prédio Boris Abramow e família, sendo que dão pensão interna a vários indivíduos, todos russos: além disso funciona no mesmo um restaurante frequentado por inúmeros membros dessa colônia, todos filiados ao Clube dos Russos Intelectuais no Brasil [grifo original]. Aos sábados reúnem-se ali, não só pensionistas da casa, como pessoas estranhas, de todas as nacionalidades, e também mulheres de vida duvidosa, transformando-se então em verdadeiro Cabaret.

[...] Soube mais que, sendo Boris um individuo tuberculoso e incapaz de dirigir o restaurante, convidou para sócio Anatolio Beckmann a quem também fui apresentado, parecendo-me esse individuo do que depreendi do seu modo de tratar com as mulheres presentes, tratar-se de individuo dado ao lenocídio<sup>235</sup>.

Grandes e pequenos encontros eram promovidos regularmente pelas organizações da colônia. Na maioria das vezes, as apresentações de música e de teatro, tanto quanto o buffet, eram organizados pelos próprios membros da colônia. As ocasiões que permitiam ter convidados não residentes em São Paulo reuniam um público maior para o evento.



**FIGURA 6.1. Anúncio do concerto-bale em comemoração aos 5 anos da Sociedade Russa em São Paulo, com destaque para a apresentação da cantora de ópera russa, Nadejda Borina. *Russkaya Gazeta*. n 411. 17/03/1934.**

<sup>235</sup> Relatório ao Ilmo. Sr. Dr. Delegado de ordem política e social. 3 de novembro de 1931. Prontuário nº 866, Clube dos intelectuais russos. Deops/Apesp-SP.

O concerto-baile (Figura 6.1) em comemoração aos 5 anos da Sociedade Russa em São Paulo, no clube da Sociedade na rua cons. Nebias, 33, reunia vários artistas amadores e profissionais, entre os quais destaca-se a cantora de ópera convidada, Nadejda Borina, que estava em São Paulo em turnê.

No dia a dia, um dos entretenimentos preferidos na colônia eram peças teatrais e pequenas reuniões musicais, ora nos clubes russos, ora na residência de seus membros.



**FIGURA 6.2. e FIGURA 6.3.** Apresentação da peça *Tchaika, A Gaiivota*, de Anton Tchekhov.  
Sem data.  
*Foto cedida por Helena Gultzoff.*



**FIGURA 6.4.** Sociedade de amadores teatrais russos "Gusselki".  
Sem data.  
Sviatoslav Golubintsev, primeiro em baixo à direita.  
*Foto do acervo particular de S. Golubintsev.  
Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.*

Na década de 1930, o Brasil, especialmente a cidade de São Paulo, a maior da América do Sul, fazia parte dos roteiros de turnê dos grandes astros de teatro dramático e musical. A própria colônia russa em São Paulo era bastante integrada ao espaço cultural transnacional dos emigrados russos, em constante expansão por conta da fuga dos russos da Europa, após a crise econômica dos anos 1930 naquele continente. Junto com os indivíduos migrantes, estavam em constante circulação notícias e ideias, gostos e modas, livros e discos. Uma dessas modas que atravessou continentes era a música e também as artes marciais dos cossacos.

Após a guerra civil russa, na qual a maioria dos exércitos cossacos lutava ao lado do Exército branco, eles ficaram exilados nos países do Mediterrâneo e na Europa. Diante do profundo sentimento de desenraizamento dos cossacos no estrangeiro, de sua difícil adaptação às novas condições materiais de vida e da decadência moral que se alastrava nos acampamentos militares, alguns comandantes recorreram às práticas culturais para promover reintegração entre seus soldados. Nasceram assim vários coletivos artísticos, compostos por ex-soldados cossacos, que exploravam suas artes tradicionais. Entre elas, o tradicional canto coral, composto por vozes masculinas de diferentes timbres, ou, ainda, a arte marcial, de origem caucasiana, *dgigitovka*.

Entre os europeus, as artes cossacas tiveram grande sucesso por seu caráter exótico, que correspondia perfeitamente aos principais estereótipos sobre os russos: homens barbudos, de chapéus de pele e armados com punhais; soldados desamparados de um exército derrotado. Entre os emigrantes russos, os cantos dos cossacos, que exploravam repertório de cantos tradicionais russos e canções militares, despertavam sentimentos de nostalgia pela ordem social perdida.

A companhia mais celebre de cantos cossacos foi o coro de Serguei Jarov, fundado em 1921 no acampamento militar na Turquia<sup>236</sup>. A colônia russa em São Paulo não estava fora de moda pelos cantos cossacos e especialmente pelo coro de Jarov. Em 3 de fevereiro de 1934, a Sociedade Russa em São Paulo se reunia para audição de gravações da companhia de Jarov, recém chegada dos Estados Unidos<sup>237</sup>.

Alguns meses antes, em novembro de 1933, a colônia russa organizou grande apresentação para outra companhia cossaca celebre. A companhia de *dgigitovka*, do

---

<sup>236</sup> A partir de 1923, a companhia de Jarov ganhou popularidade na Europa e deu inúmeros concertos em todos os países da Europa. Em 1930, o coletivo emigrou para os Estados Unidos da América, onde se profissionalizou e ganhou grande relevância na arte de canto coral.

<sup>237</sup> Русская Газета, № 405. 03/02/1934, p. 1. [*Russkaya Gazeta*, nº 405. 03/02/1934, p. 1].



general Ivan Diomidovitch Pavlitchenko, também foi fundada após a evacuação das tropas brancas, na Iugoslávia. Para assegurar uma fonte de renda alternativa para seus soldados, Pavlitchenko reuniu os melhores cavaleiros entre os cossacos e organizou um coletivo que viajava pequenas e grandes cidades da Iugoslávia, onde estavam estacionadas as tropas cossacas, com apresentações da tradicional arte marcial equestre, oriunda do Cáucaso e muito praticada entre os cossacos russos<sup>238</sup>. Em 1928, Pavlitchenko organizou a emigração coletiva de seus cossacos para o Peru, que aceitou acolhê-los - sendo eles de uma cultura tradicionalmente camponesa - como parte de suas políticas de colonização de terras devolutas. Porém, a colônia agrícola cossaca não deu grandes resultados e em alguns anos Pavlitchenko reuniu novamente os integrantes de seu coletivo artístico e fez uma grande turnê pelas cidades da América do Sul.

Assim, dia primeiro de novembro de 1931, Pavlitchenko apresentou sua companhia para o público paulistano no hipódromo da Sociedade Hípica Paulista. Promovido pela colônia russa em São Paulo, o evento reuniu não apenas os imigrantes russos, mas também alguns representantes das autoridades paulistas, entre eles, segundo a reportagem escrita por Golubintsev para um jornal russo, os representantes do Interventor Federal no Estado de São Paulo, o comandante do distrito militar e o Delegado do Gabinete de investigações da Polícia.



**FIGURA 6.5. General Pavlitchenko e seus cossacos posam para a imprensa com os representantes das autoridades paulistas após a apresentação no Clube Hípica Paulista. 1/11/1931.**

*Foto do acervo particular de S. Golubintsev. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.*

---

<sup>238</sup> *Djigitovka* (джигитовка) é uma arte marcial equestre, supostamente de origem turca, do Cáucaso, conhecida ainda no Império Romano. Consiste na realização de diferentes figuras acrobáticas em cima de um cavalo em movimento, com arma branca ou de fogo.



**FIGURA 6.6. General Pavlitchenko, de uniforme cossaco branco, saúda o representante do Interventor no Estado de São Paulo. No fundo, no meio dos dois: jornalista João Batista de Souza Filho. Sviatoslav Golubintsev está de pé, ao fundo, o primeiro da direita. 1/11/1931. Fotografia ilustrando a reportagem de autoria de Golubintsev, publicada em jornal russo desconhecido. Foto do acervo particular de S. Golubintsev. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.**

De acordo com a reportagem que Golubintsev publicou em um dos jornais russos<sup>239</sup>, o evento teve uma grande repercussão entre os paulistanos, especialmente entre os sócios da Sociedade Hípica Paulista, reunindo a alta burguesia da cidade:

Após uma dose de vodca, servida de acordo com as tradições do regimento cossaco, assentados numa mesa comprida, os cossacos cantaram algumas canções acompanhados de aplausos constantes do público. Depois, um cossaco ousado impressionou os espectadores com a sua dança. Depois, todo mundo foi convidado a assistir o combate cossaco e a incomparável *dgigitovka*. O resultado foi incrível. Algumas damas, membros da Sociedade Hípica Paulista que vieram de calça de montaria para assistir a arte dos cossacos, não se contiveram a levantar e gritar saudações para os cossacos. [...]

Após a apresentação, o representante do Interventor no Estado de São Paulo e o comandante do distrito militar agradeceram o general Pavlitchenko pela diversão proporcionada e com prazer se fotografaram com os cossacos<sup>240</sup>.

Golubintsev não deixou de aproveitar a oportunidade para criticar, subliminarmente, o regime comunista através dessa reportagem:

---

<sup>239</sup> Não foi possível identificar o jornal, pois a matéria se encontra cortada e colada no álbum de memórias de Golubintsev, sem a devida identificação.

<sup>240</sup> “Dgiguity de Cuban”, artigo em revista. 01/11/1931. Golubintsev, Svaitoslav. Coletânea de recortes de jornais e revistas russas no exterior (1930-1938). Catedral Ortodoxa São Nicolau. São Paulo.

Em sua fala curta, general Pavlitchenko com grande entusiasmo ressaltou para os presentes que, embora o governo da URSS gaste milhões para ser reconhecido, nenhum país da América do Sul e do Norte não o reconhece. Ao mesmo tempo, eles, sobreviventes de um exército de glória, filhos da Rússia, sem dinheiro mas preservando a sua honra, são recebidos com braços abertos e reconhecidos em todos os lugares. A prova para isso é a presença das autoridades brasileiras, dos oficiais do exército e da polícia militar, e dos representantes das colônias e organizações estrangeiras<sup>241</sup>.

Não era rara a participação dos governadores paulistas nos eventos culturais organizados pela colônia, como testemunha essa nota no jornal *Correio de São Paulo*<sup>242</sup>:

Às 21 horas de hoje, nos salões do Circolo Italiano, terá início o concerto-baile em benefício da Igreja Ortodoxa Russa de S. Paulo. Estarão presentes o sr. governador Armando de Salles Oliveira e srs. secretários de Estado, bem como altas autoridades estaduais e municipais. [...]

Sem entrar, por enquanto, em detalhes sobre a relação da colônia russa com as autoridades paulistas, o importante é ressaltar como a atenção e a presença dessas figuras nos eventos organizados pela colônia era percebida pelos emigrados como sinal de reconhecimento e de aprovação implícita às suas atividades, nos tempos de crescente intolerância aos grupos organizados de estrangeiros no Brasil.

### **6.3. A imprensa russa em São Paulo no período entreguerras**

Inaugurada pela coluna russa de Serguei Uspensky no jornal paulistano *Folha da Manhã*, a permanência da imprensa russa em São Paulo se alastrou até o começo da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1927, o lugar da coluna russa foi tomado pelo novo empreendimento de Uspensky, em parceria com seu colega pelo exército contrarrevolucionário e pela imigração, Nicolau Dachoff, *Ruskaia Gazeta*, a Gazeta Russa.

Esse jornal era editado semanalmente, em 7 páginas, e publicava o noticiário: as principais notícias da URSS, das organizações dos emigrados russos pelo mundo, da própria colônia russa em São Paulo; excertos de romances e contos de autoria dos

---

<sup>241</sup> *Ibid.*

<sup>242</sup> “Concerto-baile em benefício da Igreja Orthodoxa Russa”. *Correio de São Paulo*, 24/10/1936.

emigrados russos; e a página comercial contendo todos tipos de anúncios. Frequentemente, o jornal cedia espaço para a publicação de suplementos temáticos: entre eles, o mensal “Luta pela Igreja<sup>243</sup>”, a página da paróquia ortodoxa russa São Nicolau em São Paulo; “A União dos Mladorossi”, a página da célula do partido União dos Mladorossi em São Paulo, editada por Vladimir (Waldemar) Riuminsky<sup>244</sup>; “O guerreiro russo”, a folha militar e literária da União da Cavalaria e Artilharia Montada Russa da União dos ex-Guerreiros Russos em São Paulo<sup>245</sup>.

A redação do jornal localizava-se na avenida São João, 239/85, 2º andar, sala 15. *Russkaya Gazeta* era comercializada por \$300<sup>246</sup>, ou através de assinatura, e podia ser adquirida “no Largo da Sé, em baixo do relógio, na esquina ao lado do Correios, nas estações Luz e Sorocabana, na farmácia russa, na rua Paes de Barros, 13, Mooca, no Largo São Bento. No Rio de Janeiro, podia ser adquirida nos seguintes lugares: “Bras Lauria”, rua Gonçalves Dias, 78, na Lapa e ao lado da igreja síria. Em Santos, era possível comprar o jornal na Estação S.P.R.”<sup>247</sup>. Além dessas cidades brasileiras, o jornal podia ser adquirido numa livraria russa em Montevideo, e, por assinatura, na Argentina, além de outros países da América do Sul e na Europa.

O jornal era editado uma vez por semana, aos sábados, e, a partir de 1930, também às quartas-feiras. Em 1933, Uspensky se desvinculou do jornal e, até o seu fim, provavelmente em 1936, o editorial da *Russkaya Gazeta* foi assumido exclusivamente por Nicolau Dachoff. Embora não existissem provas diretas, é provável que a saída de Uspensky do jornal tenha coincidido com a maior politização, promovida por Dachoff, desse veículo de imprensa, que era concebido originalmente por Uspensky como um jornal de notícias e como um meio de comunicação da colônia. Como apontam documentos, Uspensky não fazia parte de nenhum grupo político da colônia e nem assumia cargos nas organizações reunidas em torno da Federação das organizações russas em São Paulo, presidida por Ivanow. É provável que a politização da vida comunitária da colônia nos anos 1930 tenha afastado Uspensky das atividades ligadas à edição do jornal, embora isso permaneça como uma hipótese.

---

<sup>243</sup> «Борьба за церковь». Страница православного русского прихода святителя Николая в г. Сан-Пауло.

<sup>244</sup> «Союз Младороссов». Страница 40-го очага Союза Младороссов.

<sup>245</sup> «Русский воин». Военно-литературный листок Объединения кавалерии и конной артиллерии Русского Обще-Воинского Союза в Сан-Пауло.

<sup>246</sup> Para comparar, o preço dos jornais brasileiros da grande imprensa em São Paulo variavam entre 300 e 400 réis, desde 1932 (Sodré, 1999, p. 380).

<sup>247</sup> Русская Газета, № 405. 03/02/1934, p. 1. [*Russkaya Gazeta*, nº 405. 03/02/1934, p. 1].



FIGURA 6.7. Capa do jornal *Russkaya Gazeta*. Nº 413, de 31 de março de 1934.

A página do partido União do Mladorossi, editada originalmente na *Russkaya Gazeta*, evoluiu com o tempo para sua própria publicação. O jornal semanal *Mladorusskoye Slovo*, A Palavra dos Mladorossy<sup>248</sup>, foi editado por Vladimir (Waldemar) Riuminsky desde 1934 até 1940<sup>249</sup>. Desde a campanha de nacionalização promovida por Vargas, a partir de 1938, quando o uso de línguas estrangeiras começaram a ser proibidas (Seyferth, 1999), o grupo editorial nomeou um diretor brasileiro, o dr. A. Veiga dos Santos, para contornar as proibições. De qualquer maneira, o jornal foi extinto já no começo de 1940.

Como muitos membros da colônia russa, Vladimir Riuminsky também era ex-militar russo. Nascido em 1895 na cidade russa de Vladimir, era oficial da marinha russa, que se graduou pela escola militar da Marinha Imperial, em São Petersburgo, logo antes dos eventos revolucionários de 1917. Em 1918 ele se junta ao Exército contrarrevolucionário do Noroeste da Rússia e, em 1920, se vê emigrado para a Estônia<sup>250</sup>. De lá, em 1924 ou 1925, ele chega a São Paulo, onde encontra vários colegas ligados à escola militar ou ao trabalho no exército do czar, como, por exemplo, Bronislav

<sup>248</sup> Младорусское слово

<sup>249</sup> Catálogo unido dos periódicos da emigração russa. “Mladorusskoye slovo”. Disponível em <[http://www.emigrantica.ru/item/slovo-san-paulu-1938-1940?category\\_id=30](http://www.emigrantica.ru/item/slovo-san-paulu-1938-1940?category_id=30)>. Acesso em 27/04/2015.

<sup>250</sup> Informações cedidas por Elena Dmitrieva.

Romanovsky, com qual, inclusive, divide a residência na rua Simão Dias da Fonseca, 1, no bairro de Cambuci em São Paulo<sup>251</sup>.

O jornal *Slovo* tinha conteúdo exclusivamente partidário. Em sua maioria, as publicações eram de natureza política: notícias sobre o Estado Soviético e acontecimentos políticos no mundo. Raramente, havia publicações e notícias sobre a vida da colônia russa em São Paulo e anúncios comerciais também não eram numerosos. Sem entrar em detalhes, é curioso, contudo, perceber que, de modo geral, o caráter das publicações nesse jornal era muito menos ideológico de que o que havia na maioria dos materiais publicados num jornal supostamente comunitário, como *Russkaya Gazeta*. Em grande parte, isso é o resultado de uma ruptura que aconteceu no partido dos Mladorossy, em 1934, e que abalou também as alianças e amizades dentro da própria colônia russa em São Paulo, algo que será discutido adiante.



FIGURA 6.8. Capa do jornal russo *Slovo*, nº 272, 10/11/1939. Biblioteca pública histórica da Rússia.

Outro jornal russo editado nos anos 1930, do qual temos conhecimento embora nenhum exemplar tenha sido encontrado, é o jornal *O Tempo*, editado por Boris Solodovnikoff. Solodovnikoff nasceu em 1880, em Minsk, na Rússia czarista e, conforme o seu termo de declarações proferidas à polícia paulista em 1948, fora tenente-coronel do Exército Imperial Russo. Após a derrota das tropas brancas, Solodovnikoff emigrou

<sup>251</sup> Prontuário nº 20300, Waldemar Riuminsky. Prontuário nº 75894, Bronislav Romanovsky. Deops/Apesp-SP.

para Praga, na Tchecoslováquia, de lá, para Berlim, e, finalmente, para São Paulo, em 1929. Ainda conforme seu depoimento, o jornal que ele editava em São Paulo tinha caráter democrático e antinazista<sup>252</sup>. Não dispondo de exemplares preservados desse jornal, sua filiação política permanece objeto de construções hipotéticas. Porém, é provável que a sua temática fosse mais liberal, já que recebeu uma denúncia hostil por parte da Federação das organizações russas, de declarada orientação nacionalista. Assim, em abril de 1934, a Federação encaminhou ao chefe da polícia em São Paulo uma denúncia contra Solodovnikoff, do seguinte teor:

A Federação das 10 Organizações Russas em São Paulo, na assembleia dos seus representantes no dia 23 de Março, resolveu de dar ao conhecimento de V.Exia. que em São Paulo edita-se na idioma russa (*sic*) o jornal “O TEMPO”, cujo redator é Boris Solodovnikov.

Este jornal, apesar de editado na idioma russa, consiste de um órgão não dos pensamentos russos, mas os dos judeus, absolutamente alheias da ideologia russa.

Este jornal exprime não somente os opiniões da Federação das Organizações Russas, mas absolutamente opposto, propagando as relações simpáticas para os obtenções do poder comunista, que agora governa na Rússia, e criticando por todos os meios o movimento nacional russo e dos outros países.

Além disso a Federação das Organizações russas resolveu: exprimir as nossas mais vehementes fradestas (*sic*) contra redactor-chefe Boris Solodovnikov, ex official russo, que emprega as suas forças para a propaganda de odio contra o nacionalismo russo na nova geração russa e excluir lhe do seio nosso, como indigno e trazer o nome russo<sup>253</sup>.

O texto dessa carta pode não esclarecer a orientação verdadeira do jornal *O Tempo*, mas ele, sem dúvida, esclarece algumas características importantes do convívio dos russos na cidade, nos anos 1930. Primeiro, a grande diversidade de afiliações políticas e ideológicas às quais os imigrantes russos eram filiados no estrangeiro no período entreguerras. Tanto na Europa, quanto na China e nas Américas, os emigrados russos se agrupavam em inúmeros grupos políticos que frequentemente travavam confrontos tanto na imprensa, quanto no cotidiano. Segundo, esclarece que em São Paulo, a partir do governo Vargas, a estruturação da colônia se deu em torno de um núcleo de indivíduos, de orientações nacionalistas, que dispunham de recursos e de

---

<sup>252</sup> Termo de declarações de Boris Solodovnikoff, de 29/03/1948. Prontuário 33082, Boris Solodovnikoff. Deops/Apesp-SP.

<sup>253</sup> Ao Exmo Sr. Dr. Chefe da Polícia de São Paulo, da Federação das Organizações Russas em São Paulo. 03/04/1934. Prontuário 2143, Federação russa. Deops/Apesp-SP.

poder suficientes para submeter toda a coletividade de imigrantes russos na cidade à sua forma de pensar e agir. E, terceiro, esclarece que o “ser russo” na concepção desse núcleo de indivíduos envolvia não apenas uma origem étnica ou nacional, mas, sobretudo, sua atual filiação política. A definição de “russo”, imposta por meio da influência desse núcleo à toda a colônia, tinha a ver, basicamente, com defender ideais nacionalistas e monarquistas, tanto assim que os dissidentes eram oficialmente declarados “indignos” de serem considerados russos<sup>254</sup>. Como bem aponta Zen (2010, p. 72), “a estrutura institucional que organizava este grupo significava não só o entendimento de origem nacional, mas uma postura política esperada”.

#### **6.4. Partidos políticos e a orientação ideológica da colônia russa no período entreguerras**

Como vimos, os russos em São Paulo começaram a se estruturar em organizações e coletividades ainda no final da década de 1920, como testemunham publicações nos jornais russos da época. Entretanto, embora inicialmente essas organizações tivessem por objetivo reunir os imigrantes e proporcionar para eles momentos de convívio e ajuda mútua, já no começo dos anos 1930, elas passaram a adquirir um caráter cada vez mais político.

Para entender possíveis razões para isso é preciso compreender o contexto social e político, não apenas das trajetórias migratória desses russos, mas também da própria conjuntura da sociedade brasileira, em geral, e paulista, em particular.

Boris Fausto (1997) e Nicolau Sevcenko (1992) apontam para a crescente militarização das classes médias urbanas brasileiras nos anos que precederam o governo de Vargas. O lazer, os esportes, a moda, os desfiles – tudo era penetrado pela temática bélica. Como bem aponta Sevcenko (*Idem.*), a estruturação da vida pública em torno de concepções ideológicas cristalizadas e dicotomizadas era uma das principais características do tal “moderno” almejado pelas camadas urbanas, fosse nas artes

---

<sup>254</sup> Seguindo a orientação metodológica de José de Souza Martins (1992), de que o silêncio e a ausência de fontes é por si só uma fonte importante para a pesquisa, penso que a ausência de exemplares desse jornal se deve, em muito, ao fato de ele ter sido contrário aos interesses oficiais da colônia russa, proclamadas pela Federação das organizações russas. As fontes documentais mais bem conservadas, nos arquivos privados, no Brasil, e públicos, na Rússia, correspondem justamente às atividades das organizações que estavam em acordo com as orientações políticas da Federação: *Russkaya Gazeta, Slovo* e a revista nacionalista *Vladimirsky Vestnik*, editada por membros desse grupo já após a Segunda Guerra Mundial.



(inúmeros manifestos proclamados por cada nova vertente estética), fosse na literatura, fosse na vida cotidiana e política. Cada uma dessas concepções pretendia “transformar a simbologia da modernidade numa utopia concreta” (*op.cit.*, p. 255-6) e, assim, tornando-se um produto legítimo da instauração da modernidade nos círculos dos intelectuais brasileiros e estrangeiros nas grandes cidades. Na política, a intervenção da força armada se dava através da crescente simpatia das camadas urbanas pelo movimento “tenentista”, que defendia a luta contra oligarquias por meio de uma maior centralização de poder (Fausto, *op.cit.*, p. 88-89).

Nesse contexto, os refugiados russos com passado militar se inseriam bem nas relações públicas na cidade. O contexto político brasileiro, com toda sua retórica sobre a construção da nacionalidade através da assimilação do estrangeiro, com o seu discurso cada vez mais nacionalista, criou um terreno fértil para proliferação dos discursos militantes dentro das próprias comunidades de imigrantes: o fascismo entre os italianos, o nacional-socialismo entre os alemães, nacionalismo entre os japoneses e russos, mas também comunismo, o trotskismo e o anarquismo, entre todos. A proliferação, entre os imigrantes, das organizações militantes intracomunitárias de direita era consoante às tendências gerais na política brasileira, enquanto que a de esquerda era um sinal de que os imigrantes das classes populares se sentiam pouco representados no sistema político brasileiro, tentando canalizar seus interesses políticos através de movimentos mais amplos e integradores.

A Federação das organizações russas em São Paulo, criada logo em 1932, e controlada por um pequeno núcleo de indivíduos, estruturou a vida coletiva dos russos na cidade em torno de um entendimento nacional na base de uma ideia nacionalista. Nacionalista como oposição aos ideais internacionalistas dos bolcheviques, e nacionalista como reivindicação de um Estado Russo Nacional, no qual a existência de minorias étnicas e nacionais era condicionada por sua lealdade e submissão ao projeto nacional da Grande Rússia. Dessa maneira, a participação de russos de outras origens étnicas nessas organizações era regulamentada por sua fidelidade às ideias nacionalistas adotadas pela Federação. Isso, sem dúvida, criou uma distância em relação a inúmeros outros grupos de imigrantes originários de territórios russos que reivindicavam seus próprios projetos nacionais, como, por exemplo, os ucranianos, que, tanto quanto com os russos, defendiam projetos políticos divergentes, como o caso já citado de Boris

Solodovnikoff. Esse “pedágio” ideológico, além da distância social na origem, afastava significativamente os russos residentes nos subúrbios da participação nas organizações da Federação, limitando o contato com a colônia russa do centro às relações da paróquia ortodoxa, o que aumentava naturalmente a tensão entre eles.

Sem dúvida, como vimos a partir de suas breves biografias, as convicções ideológicas nacionalistas das principais figuras da Federação apresentavam uma continuidade em relação a toda a sua luta política, interrompida por conta da emigração. Contudo, esse grupo restrito dificilmente poderia representar a maioria dos emigrados russos na cidade. É sabido, que, nos anos 1930, não apenas os monarquistas e nacionalistas russos se encontravam na condição de emigrados. Quase a metade dos membros do Governo Provisório emigrou ainda no começo dos anos 1920, grandes líderes do partido social-revolucionário russo também já se encontravam na Europa nesta época, os próprios bolcheviques que perderam a luta política contra Stalin foram obrigados a deixar a Rússia, entre os quais o exemplo mais célebre é Leon Trotsky, emigrado em 1929. O período de 1920 - 1930 foram anos de continuação de debates políticos e ideológicos intensos entre os emigrados russos, atravessando países e continentes, e nem sempre o principal confronto se dava entre os comunistas e os simpatizantes do antigo regime<sup>255</sup>.

Entretanto, em São Paulo, a orientação ideológica da colônia russa girava em torno das concepções políticas nacionalistas e monarquistas, ostentadas metodicamente na imprensa comunitária. Além disso, esse solo era fértil para a rápida proliferação das ideias de cunho fascista, como sugere o sucesso dos partidos de Mladorossos e dos fascistas russos em São Paulo, nos anos 1930.

O jornal russo *Russkaya Gazeta* assinalou primeiro a inclinação do núcleo estruturador da colônia para as ideologias fascistas. As edições de 1934 já estavam repletas de referências diretas e preferências implícitas a esses movimentos. Além da

---

<sup>255</sup> Exemplo de um destino que reuniu em sua trajetória vários continentes foi o de Petr Shabelsky-Bork, militante nacionalista e monarquista russo, residente na Argentina desde o fim da Segunda Guerra Mundial e colaborador permanente da revista monarquista russa em São Paulo, *Vladimirsky Vestnik*. Shabelsky-Bork foi o mentor de um atentado ao líder do partido constitucional-democrata russo, Pavel Miliukov, durante uma reunião partidária em Berlim, em 1922. Estando presente na plateia durante a reunião, ele subiu ao palco para assassinar Miliukov, porém, no meio da resultante confusão, acertou fatalmente outro líder do partido, o jurista e jornalista russo Vladimir Nabokov, pai do famoso escritor russo-americano Vladimir Nabokov. Por esse assassinado, Shabelsky-Bork foi condenado a 10 anos de prisão. Porém, foi liberado cinco anos depois, pela anistia. Durante a ascensão de Hitler na Alemanha, ele difundia ideias nazistas entre os emigrados russos e colaborava com o governo nazista durante a Guerra, com a esperança de uma eventual restauração da monarquia russa, no caso da vitória dos alemães. Após a Guerra, emigrou para Argentina, onde faleceu em 1964.

publicação quase semanal do folheto *União dos Mladorossi – Младоросский союз* –, que transmitia diretamente da Europa todas as discussões internas ao partido, o jornal de Dachoff convocava regularmente seus leitores a assinar a imprensa oficial do Partido Fascista Russo - comandado via Estados Unidos por Anastácio Vonsiatsky - e a frequentar as reuniões partidárias em São Paulo. Dessa maneira, a simpatia do próprio Dachoff pela ideologia dos *Mladorossos* e dos fascistas russos era evidente, e ele não hesitava em expressá-la em seu jornal.

Ambos os partidos políticos eram relativamente novos, organizados por uma parcela mais jovem de emigrados russos, que presenciaram os acontecimentos revolucionários logo após a sua graduação nas escolas militares imperiais. Para eles, os ideais monarquistas, aprendidos nessas escolas, se mesclavam com as novas ideias social-nacionalistas e fascistas que emergiam nos países europeus.

O partido União dos Mladorossos<sup>256</sup> surgiu no meio da juventude emigrada, em 1923, em Munich. Seu líder foi o jovem Aleksandr Kazem-Bek, nascido em 1902, numa família aristocrata de Kazan'. Emigrado junto com a família logo no início da evacuação das tropas brancas, ele completou seus estudos nas melhores universidades da Alemanha e da França. A ideologia do novo partido da juventude russa mesclava ideias políticas tradicionalmente russas com aquelas que surgiam recentemente nos países europeus: monarquismo, nacionalismo russo e fundamentalismo ortodoxo existiam ao lado da simpatia pelo corporativismo italiano, nacional-socialismo alemão, e até mesmo o sistema bolchevista de autogovernança através de *soviets*. Além disso, as teorias organicistas sobre o funcionamento da sociedade também faziam parte importante nessa construção eclética:

Segundo a doutrina dos mladorossos, baseada no organicismo e na hierarquia, o organismo nacional é composto por 'organismos' que possuem suas próprias funções, seu próprio lugar na hierarquia e que representam, cada um deles, um aspecto específico do organismo nacional<sup>257</sup>.

---

<sup>256</sup> *Mlado-rossi*, em russo, significa, literalmente, "jovens russos". O partido foi fundado em 1923, em Munich, com o nome "União "Rússia jovem" e foi renomeado, em 1925, para o partido União dos jovens russos – *Mladorossos*.

<sup>257</sup> «Принципы государственного устройства Молодой России». К. Элита-Вильчковский, член Главного Совета, Генеральный секретарь Союза. Союз Младороссов, Русская газета, № 404, 27/01/1934. С. 4. ["Os princípios da governança da Jovem Rússia". K. Elita-Viltchkovsky, Secretário Geral da União dos mladorossi. *União dos Mladorossi. Russkaya Gazeta*. № 404, 27/01/1934. P. 4.]

Nesse “organismo nacional”, o Estado ocupa o lugar principal, governado pelo poder de um monarca legítimo e hereditário. Seu poder apoia-se nos organismos de autogovernança, representados por comunidades religiosas e uniões profissionais, que, contudo, são subordinados ao poder central por meio de um sistema de intermediários.

Com toda sua aparente complexidade, a formação orgânica é a mais realista e natural, pois ela não cria formas orgânicas complexas mas tem por objetivo realizar mais racionalmente as formas de vida já existentes. A formação orgânica se difere essencialmente dos regimes fundados no atomismo, ou seja dos regimes liberal-democrático e socialista, porque a sua aspiração em governar os organismos sociais não distorce a sua natureza, não invade a sua identidade mas também não se deixa ficar a deriva de suas vontades<sup>258</sup>.

Resumindo, o novo partido da juventude emigrada visava como seu essencial objetivo político “o aniquilamento do comunismo na Rússia por meio de uma revolução nacionalista e pela propaganda da ideia monárquica intimamente ligada com a religião do povo russo”, como aponta um relatório sobre suas atividades apresentado à Polícia Política em 1938<sup>259</sup>. Até a mudança de rumos que o partido sofreu em 1935, a organização gozava de simpatias por parte dos emigrados russos de orientações monarquistas. Como aponta o mesmo relatório, a União dos Mladorossos “atraía as simpatias da maior parte dos emigrados russos”, “apesar de incluir várias afirmações ingênuas e discutíveis”<sup>260</sup>.

A atividade da U.d.Ml. revelou-se em formação, em quase todos os países onde existem emigrados russos, de pequenos núcleos subordinados ao centro parisiense. Não havendo razões para desconfiar da ideologia anti-comunista dos mladorossos, a massa dos emigrados russos encarava estes núcleos com simpatia. [...]

Porém, pouca gente ingressava nas fileiras da nova organização, pois, todos aguardavam a revelação de suas práticas. Aqueles que declararam-se adeptos desde o início, procediam assim por várias razões: uns - por serem monarquistas legitimistas convencidos, outros, porque procuravam armar-se intelectualmente para a luta contra o comunismo. Praticamente, a U.d.Ml. desenvolvia-se muito lentamente e não chegou a influir na vida dos emigrados russos espalhados pelo mundo<sup>261</sup>.

---

<sup>258</sup> *Ibid.*

<sup>259</sup> Relatório “A ‘União dos Mladorossos’ e sua actividade no Brasil”. 23/02/1938. Prontuário nº 866, Clube dos intelectuais russos. Deops/Apesp-SP.

<sup>260</sup> *Ibid.*

<sup>261</sup> *Ibid.*

Em São Paulo, a representação do partido foi encabeçada por Vladimir Riuminsky, que, juntamente com o amigo Bronislav Romanovsky e outros jovens emigrados, instituiu o “núcleo 40” da União dos Mladorossos no Brasil, por volta de 1932. Como apontam as fontes, o núcleo realmente desfrutava da simpatia da colônia, até a metade da década de 1930, quando a brusca mudança de orientação do chefe do partido afastou a colônia de seus representantes no local. Contudo, como bem aponta o relatório citado, a organização não contava com grande número de militantes (cerca de 25 membros ativos entre 1933 e 1937), tanto assim que “procedia sua propaganda principalmente na parte menos culta dos emigrados russos: entre os operários residentes em Villa Alpina, Moóca e outros subúrbios”<sup>262</sup>.

Sviatoslav Golubintsev assim descreve uma das primeiras reuniões do partido em São Paulo, 29 de maio de 1932:

Domingo, 29 de maio, engenheiro V. Pertsev proferiu uma palestra intitulada “A crise econômica mundial” na reunião dos Mladorossos. V.V. Riuminsky pela primeira vez organizou em São Paulo, na colônia russa, uma reunião política que estava muito interessante e animada. Essa reunião deu oportunidade aos nossos emigrados, ao menos uma vez em 15 anos de emigração, expressar seus pensamentos e opiniões políticas. A reunião durou das dezesseis horas e meia até às dezenove horas<sup>263</sup>.

Golubintsev não deixava de sublinhar, na imprensa russa da colônia, também os destaques pessoais dos partidários da União. O mesmo engenheiro Pertsev recebeu uma homenagem no jornal russo, na ocasião de sua eleição como membro efetivo do Instituto Técnico Industrial no Rio de Janeiro, na qual Golubintsev não deixou de enfatizar a sua filiação ao partido dos Mladorossos e seu apoio aos jovens fascistas, em geral:

Nós, russos, devemos ser especialmente orgulhosos pela ascensão das forças jovens aqui no Brasil, no país que nos deu abrigo e que não deixa de recompensar aqueles que trabalham para o seu progresso cultural e científico. [...] Desejemos para o mladoross Pertsev o sucesso em seus futuros trabalhos e esperamos que os fascistas russos ficarão os primeiros em todos os lugares!

---

<sup>262</sup> *Ibid.*

<sup>263</sup> “A reunião da União dos Mladorossos”, S. Golubintsev. 29/05/1932. Possivelmente, publicado em *Russkaya Gazeta*. Golubintsev, Sviatoslav. Coletânea de recortes de jornais e revistas russas no exterior (1930-1938). Catedral Ortodoxa São Nicolau. São Paulo.

De modo geral, nos círculos dos emigrados, o movimento político de Mladorossos era equiparado com o movimento dos fascistas russos, especialmente após a conferência de 1933 em Berlim, que reuniu os líderes da Organização Fascista Panrusa e o Movimento Nacional-socialista Russo (РОНД). Embora o historiador John Stefan (1992, p. 51) ressalte que a conferência não teve consequências importantes para o movimento dos Mladorossos, entre os emigrados russos a sua imagem ficou vinculada às ideias fascistas, como demonstra a própria homenagem citada de Golubintsev.

Enquanto os mladorossos gozavam de uma simpatia reservada, por parte da colônia russa em São Paulo, a ideologia fascista ganhava verdadeiros seguidores. A aprovação da ideologia do fascismo russo pelo redator da *Russkaya Gazeta* não deixava dúvidas. Golubintsev, Merzeevsky (futuro redator-chefe de uma revista monarquista importante nos anos 1950) e até alguns clérigos da igreja ortodoxa russa no mundo e no Brasil eram simpatizantes do Partido Fascista Russo, e de seu líder, Anastácio Vonsiatsky.

Cabe aqui esclarecer a natureza e as ideias do fascismo russo, frequentemente confundido com o movimento do colaboracionismo dos russos brancos com o governo de Hitler na Segunda Guerra<sup>264</sup>. A primeira organização fascista russa surgiu na Iugoslávia na década de 1920, fundada pelo emigrante russo Tcherskiy, que adotou as ideias do fascismo italiano, através dos grupos políticos croatas (Kiselev, 1999). Apesar de não fazer sucesso na Europa daquele período, as ideias de Tcherskiy começaram a ganhar adeptos no Oriente, principalmente entre a juventude russa emigrada na China. O historiador russo Kiselev (*op.cit.*) acredita que a proliferação das ideias fascistas entre a juventude russa na China se deu principalmente porque essas ideias canalizavam as críticas ao regime soviético com qual os jovens russos tiveram contato regular pela proximidade da fronteira com a URSS e pelas relações estreitas de trabalho na antiga Estrada de Ferro Trans-manchuriana.

Em 1934, a Organização Fascista Russa da China, liderada por Constantino Rodzaevsky (1907-1946) uniu-se à organização fascista de Anastácio Vonsiatskiy<sup>265</sup>

---

<sup>264</sup> O Partido Fascista Russo não escondia suas simpatias pelo regime de Hitler, mas não obstante não se identificava por completo com ele e, inclusive, o seu funcionamento era proibido na Alemanha nazista. O partido russo que apoiava abertamente o nacional-socialismo de Hitler era o Movimento nacional-socialista russo, que apostava na aliança com Hitler como a única oportunidade de tirar os bolcheviques do poder na Rússia.

<sup>265</sup> Anastácio Vonsiatsky era um personagem de destaque entre a comunidade russa transnacional. Emigrado, como muitos outros participantes do movimento contrarrevolucionário, norte-americano naturalizado, desde 1922, graças a seu casamento com uma americana milionária, ele foi santificado nos

(1898-1965), criada por ele nos Estados Unidos, e passou a ser chamada de União Fascista Russa (Pan-russa). As ideias dessa organização se propagaram e, na década de 1930, começaram a surgir entidades políticas da organização na Europa e nas Américas, além dos centros na China e nos Estados Unidos<sup>266</sup>.

O fascismo russo acreditava que a derrota do movimento “branco” acontecera pela falta de uma ideologia precisa que pudesse substituir as ideias comunistas. O poder dos bolcheviques deveria ser substituído pelo Estado nacional-trabalhista, baseado em religião, nação e lavoura. O fascismo russo inspirava-se no sistema corporativista italiano e visava substituir a idéia de luta de classes pela de solidariedade e de colaboração. No livro “ABC do fascismo”<sup>267</sup>, editado em 1934 pelos principais mentores do fascismo russo, eles explicaram que a opção pela denominação *fascista* era estratégica. Segundo eles, foi o próprio bolchevismo que indicou para os fascistas essa denominação, pois ela era uma única alternativa real para o comunismo. Inicialmente, o

---

círculos dos nacionalistas russos e odiado pelos liberais e comunistas. A fortuna de sua esposa e as leis democráticas dos Estados Unidos proporcionaram a ele uma existência despreocupada no entre guerras, de modo que ele se dedicava à propaganda das ideias fascistas entre os emigrados russos e ao financiamento de diferentes movimentos nacionalistas russos. Mas, com o desenvolvimento do conflito da Segunda Guerra, o clima político dos Estados Unidos mudou e isso criou uma situação bastante desfavorável para as atividades do partido fascista presidido por Vonsiatsky. A imprensa americana começou sua perseguição, indignada pela presença de um partido fascista no meio do território americano. Com isso, a sede do Partido Fascista Russo nos EUA foi logo fechada e a presidência foi transferida para a sede em Xangai. Logo depois, em 1942, Vonsiatsky foi detido pelo FBI, acusado de espionagem alemã. Ele passou 5 anos na prisão americana e se afastou da atividade política depois de liberto. A cronologia do “caso Vonsiatsky” pode ser consultada diretamente no site do Bureau Federal de Investigações dos Estados Unidos, onde ele figura como um dos “Casos e criminosos famosos” da história dessa organização. “Vonsiatsky Espionage”, Famous Cases & Criminals, FBI. Disponível em <<https://www.fbi.gov/about-us/history/famous-cases/vonsiatsky-espionage>>. Acesso em 14/04/2013.

Entre os nacionalistas russos em São Paulo, Vonsiatsky gozava de grande prestígio. Sviatoslav Golubintsev vangloriava-se de conhecer Vonsiatsky pessoalmente, sendo ele “o seu colega mais velho na Escola militar de Cavalaria”. Golubintsev promovia a defesa de Vonsiatsky na imprensa russa diante das acusações de jornais liberais russos. Ver Golubintsev, S. “A verdade”. *Russkaya Gazeta*, nº 405, 03/02/1934, p. 2. Após o falecimento de Vonsiatsky, em 1965, a revista monarquista *Vladimirsky Vestnik*, editada em São Paulo por V. Merzееvsky, publicou um artigo extenso justificando a sua militância política fascista, no qual ele foi chamado de “guerreiro russo, batalhador pela Rússia”. Reconsideradas as ideias fascistas após o Holocausto e o extermínio nazista, ficou clara a tentativa da revista monarquista de desvincular a atividade política de Vonsiatsky das comprometedoras ideologias nazista e fascista: “Essa organização [o partido nacional-revolucionário], por conta das condições de vida e o espírito daquele tempo, foi chamada de fascista, porém era absolutamente livre de quaisquer influências do fascismo italiano, ou, principalmente, do nacional-socialismo alemão, com quais não teve nenhuma aparência ideológica”. Ver F. Savin, “Em memória de A.A. Vonsiatsky”, *Vladimirsky Vestnik*, nº 103, abril de 1965, p. 39.

<sup>266</sup> O fascismo russo foi um movimento político bastante heterogêneo e diversificado, existindo correntes e partidos variados. Para a história do fascismo russo, ver Laquer, 1993.

<sup>267</sup> O livro “ABC do fascismo” era um manual do jovem fascista, que apresentava de maneira clara e concisa 100 respostas às principais perguntas sobre a ideologia fascista e sobre as bases da estrutura do Estado fascista. “ABC do fascismo”. G. Taradanov, C. Rodzaevsky. [Азбука фашизма. Сост. Г.В. Тараданов, под ред. и с доп. К. В. Родзаевского] Disponível em <<http://velesova-sloboda.vho.org/archiv/pdf/rodzaevsky-azbuka-fashizma.pdf>>. Acesso em 11/02/2016.

objetivo dos fascistas russos era criar uma ideologia altamente influente para competir com as ideias comunistas entre as classes trabalhadoras dentro da própria URSS (Kiselev, *op.cit.*), o que necessitava um coletivo de agentes de propaganda bem treinados e disciplinados.

Basicamente, o fascismo russo visava o fim do bolchevismo e de todas as ideologias internacionalistas, para a instauração, na Rússia, de um estado nacional. Não apenas o comunismo, mas também as ideologias liberais eram criticadas pelos mentores do partido. A brochura “ABC do fascismo” assim descreve as suas diferenças em relação às ideologias citadas:

Em oposição à ideia liberal do indivíduo e à ideia marxista de classe o fascismo propõe a ideia da nação. [...] O indivíduo e a classe existem exclusivamente como parte de uma nação e seus interesses são completamente subordinados aos interesses dessa.

O liberalismo leva à dominação do materialismo, o socialismo o afirma e legaliza, o fascismo proclama a dominação do espírito – o culto do espírito.

O liberalismo leva à luta de classes, o socialismo a fomenta e traz a dominação de uma classe sobre outras, o fascismo procura a solidariedade de classes, a paz das classes, reconciliação dos interesses das classes para o bem da nação.

O liberalismo proclama a inviolabilidade da propriedade privada, o socialismo a rejeita, o fascismo reconhece a propriedade privada limitada: ele consente ao indivíduo a propriedade privada mas exige que o indivíduo faça uso dessa propriedade sem infringir os direitos do Estado<sup>268</sup>.

Embora muitos monarquistas simpatizassem com o fascismo no período entreguerras, o partido como tal não defendia diretamente a restauração da monarquia. Inspirados no modelo fascista italiano, os fascistas russos defendiam que o Estado devia ser governado por um conselho de corporações profissionais – “conselhos nacionais” (национальные советы) - compostos por representantes das uniões nacionais, órgãos de autogovernança<sup>269</sup>. Nesse sentido, a organização fascista de Vonsiatsky estava mais perto da ideologia monarquista, defendendo a ideia de que a única Rússia nacional possível era a Rússia monarquista, diferentemente do que diziam os fascistas de Rodzaevsky.

---

<sup>268</sup> “ABC do fascismo”, p. 14.

<sup>269</sup> Ver o capítulo 56. Os principais princípios do governo da futura Rússia fascista. “ABC do fascismo”, p. 28.



Provavelmente, o ponto de maior atração nessa ideologia para os monarquistas eram as colocações nacionalistas. O fascismo resgatava velhas concepções sobre o nacionalismo pan-russo, no qual o russo era concebido como união cultural entre todos os povos que compunham o Império Russo, com a primazia do componente eslavo: os russos, os bielorrussos e os malorussos (ucranianos). O fascismo acreditava que todos esses povos haviam se organizado, durante séculos de convivência, em um “organismo nacional único”, no qual cada membro possuía sua função indispensável em relação ao todo. Nesse contexto, no estado fascista russo, todos os povos do antigo Império seriam organizados em unidades autônomas cujo conjunto formaria um estado federativo. Contudo, o fascismo definitivamente limitava o acesso a esses privilégios nacionais, por exemplo, à população judaica da Rússia:

Os membros legítimos da nação russa são aqueles povos que ingressaram ao estado russo com suas próprias terras. Já que a terra judaica se encontra fora das fronteiras da Rússia – em Palestina – os judeus não dispõem de nenhum direito concedido aos povos da Rússia.

Os fascistas russos consideram os judeus como principais culpados pela destruição da nação russa, por isso vão tolerá-los no território da Rússia apenas como estrangeiros indesejáveis.

Os fascistas russos são partidários da luta ativa contra o judaísmo. Considerando que a população russa está tomada pelo antissemitismo, pelo ódio contra o judaísmo, apenas a solução fascista da questão judaica pode ser aceita pelo povo russo e servir para a sua união contra o poder comunista, embasando a cooperação para a construção nacional, para a recuperação da nação russa através de seu fundamento - o Estado Russo<sup>270</sup>.

A construção da ideia nacional russa, dessa maneira, baseava-se numa ideia de nacionalismo cívico - como pertencimento a um corpo nacional, a um Estado -, extremamente exclusivo. Embora os fascistas recusassem a semelhança com o nacional-socialismo de Hitler, suas ideias nacionalistas e altamente antissemitas possuíam muitos pontos em comum.

O apogeu da popularidade do fascismo russo se deu nos anos 1935-1936, quando a organização possuía uma influência enorme entre os emigrados jovens na China e muitos adeptos nos Estados Unidos e na Europa, mantendo também suas filiais em outros continentes.

---

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 26.

Em São Paulo, o fascínio pelo fascismo russo e italiano, assim como pelo nacional-socialista alemão, se manifestava principalmente em relação a uma ressurreição de ideologias nacionalistas em oposição ao internacionalismo que o comunismo pregava.

No começo dos anos 1930, Golubintsev publica uma reportagem sobre a reunião do partido nacional-socialista alemão, a qual ele presenciara em São Paulo. Nessa matéria, ele destaca dois pontos principais que atraíam os russos brancos às ideologias nacional-socialistas: a disciplina centralizadora com primazia dos interesses da nação e a negação do internacionalismo comunista e do liberalismo democrático:

O fascismo não é um privilégio de um ou outro partido. Não, é apenas uma recuperação espontânea de uma nação das ideias socialistas-internacionalistas de 1848. O marxismo triunfou na Rússia por causa da guerra prolongada, do analfabetismo da população, dos instintos primitivos da escória, e porque teve por aliados, acidentalmente e inconscientemente, a intelligentsia e os *narodnik*, que não possuíam a menor ideia sobre o seu próprio povo. E também porque o sistema burocrático do poder imperial afastou o Imperador de seu povo. Assim, o marxismo se alastrou destruindo tudo que era russo e nacional, qualificando tudo isso como burguês<sup>271</sup>.

As “razões” do triunfo do marxismo na Rússia, como aponta Golubintsev nesse esboço, de fato constituíam (e ainda constituem hoje) o principal *script* narrativo dos adeptos do monarquismo russo. Os seus principais elementos eram: a convicção de que o marxismo era uma ideologia alheia, introduzida no solo russo por um grupo de pessoas hostis à nação russa (“Terceiro Internacional alienígena”), de que o sucesso do marxismo se aconteceu por conta da falta de consciência do povo, primitivo e analfabeto, e que o colapso do monarquismo russo deveu-se a uma estrutura ineficiente, na qual as responsabilidades das elites e do próprio Czar eram reduzida ao mínimo. Curiosamente, o governo brasileiro também lançava mão de alguns elementos desse *script* quando o assunto era a propagação do comunismo em solo brasileiro. Como apontam historiadores (Zen, 2010, p. 51), as ideologias marxistas e anarquistas eram consideradas alienígenas, importadas pelos “perigosos agentes estrangeiros”. Nesse contexto, o efeito dos celebres *Protocolos dos sábios de Sião* ou do Plano Cohen (Blay, 2013, p. 243-244) era imediato, pois “comprovava” o envolvimento de um complô internacional estrangeiro na subversão da ordem nacional de um estado.

---

<sup>271</sup> “O anoitecer do comunismo”. S. Golubintsev. Sem data. Coletânea de recortes de jornais e revistas russas no exterior (1930-1938). Catedral Ortodoxa São Nicolau. São Paulo.

Ostentar suas simpatias pelo fascismo proporcionava mais uma oportunidade aos russos, em São Paulo, para demonstrar sua aversão ao comunismo soviético e para reafirmar sua lealdade ao estado brasileiro, cuja maior vantagem, como aparece inúmeras vezes nas publicações russas, era a de “ser hostil ao comunismo”.

Os emigrados russos elogiavam a propagação do fascismo não apenas em suas colônias, mas também na própria sociedade brasileira. A *Russkaya Gazeta* de 3 de fevereiro de 1934 publicou um artigo intitulado “O fascismo no Brasil”, logo na sua primeira página. Nele, o redator parabenizava os seus “colegas” do jornal fascista brasileiro “O Século”, com quatro anos de atividades, e destacava os sucessos do partido no Brasil:

Durante últimos anos, o movimento fascista no Brasil começou a se espalhar por todos os estados do Brasil. Em São Paulo, há um jornal fascista, “O Século”. [...] O domingo passado, os fascistas locais, que se intitulam “integralistas”, deram uma grande festa em homenagem a chegada de seus aliados do Rio de Janeiro. *Russkaya Gazeta* envia suas felicitações ao aliado “O Século”, desejando-lhe progresso, e recomenda a seus leitores comprar esse jornal altamente religioso e patriótico<sup>272</sup>.

No mesmo número da *Russkaya Gazeta*, Dachoff republicou um artigo - publicado inicialmente por um dos líderes do Partido Fascista Russo na China em seu periódico *Nosso caminho [Наш путь]* - sobre o surgimento das organizações fascistas entre os emigrados russos no Brasil. Esse material não deixa dúvidas sobre a definitiva filiação de Dachoff, e seus colegas das organizações russas em São Paulo, à ideologia do fascismo russo:

Os fascistas russos apareceram até na América do Sul. A conquista pela ideias fascistas da grande parte da emigração russa espalhada pelo mundo está chegando ao fim.

Não existe mais sequer um centro grande com presença dos emigrados russos onde não haveria um filial do Partido Fascista Russo ou ligados a ele organizações fascistas. Nos últimos tempos, o fascismo surgiu também na América do Sul, no Brasil. A emigração russa na América do Sul, concentrada sobretudo em São Paulo, demonstra seu grande interesse pelo fascismo. Editado nessa cidade, jornal russo *Russkaya Gazeta* publica diferentes matérias sobre o movimento fascista pan-russo e sobre o fascismo russo. Grande atenção também é dedicado ao Partido Fascista Russo e às suas atividades no Extremo Oriente.

---

<sup>272</sup> “Фашизм в Бразилии». Русская Газета, № 405. 03/02/1934, с. 1. [“O fascismo no Brasil”. *Russkaya Gazeta*, n<sup>o</sup> 405. 03/02/1934, p. 1].

[...] Constatando o desenvolvimento do fascismo russo no Brasil, estamos contentes em salutar o jornal *Russkaya Gazeta* e seu redator-chefe, Nicolau Dachoff, e deseja-lhe continuar firme nesse posto, reunindo em torno do jornal as forças vivas dos exilados russos. [...]

Assim se proliferam as redes da ligação espiritual que reúnem os russos espalhados em todos os cantos, que preservam a fidelidade à Rússia e a sede pela sua libertação!<sup>273</sup>.

Em relação à política, os fascistas russos no Brasil se posicionavam tanto contra a doutrina liberal, quanto contra a bolchevista. Embora as manifestações antissemitas diretas não fossem frequentes nos jornais russos, implicitamente, os fascistas acreditavam que os judeus estavam no comando, tanto no governo social-democrata do Governo Provisório, quanto na III Internacional Comunista. Sem entrar nos detalhes dessas concepções, é curioso verificar que a única manifestação do judaísmo aceita por esses grupos políticos era o sionismo, pois, na sua essência, também se tratava de um movimento nacionalista empreendido por um grupo de eternos emigrados<sup>274</sup>.

O fascismo intervinha não apenas na esfera política da existência dos emigrados russos. Na esfera moral, o fascismo visava resgatar a “espiritualidade” da juventude russa emigrada que se encontrava cada vez mais influenciada pelo modo de vida urbano burguês. Esse apelo, publicado na *Russkaya Gazeta* em 1934 e assinado por um “vanguardista do Setor Brasileiro I.”, ilustra bem essa preocupação dos fascistas com a moralidade:

Moças russas! Vocês também são necessárias para a militância fascista!

É terrível sequer pensar que se pode não reconhecer uma moça russa no estrangeiro, dentre as tolas com baixo nível de moralidade, que perderam a timidez e a vergonha nos braços de foxtrote! É o pior que poderia acontecer com a moça russa, o símbolo do nosso heroísmo, do sacrifício, da pureza, da sensibilidade e da compreensão, do coração infinito e da alma profunda!

À vanguarda! Em nome da causa comum! Juntem-se às fileiras do Setor Fascista Brasileiro! Todos juntos como uma grande família para tarefas que não nos faltam aqui!<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> «Русские фашисты появились даже в Южной Америке». К. Родзаевский. *Ibid.*, с. 2. [“Os fascistas russos aragresgam até na América do Sul”. С. Rodzaevsky. *Ibid.* P. 2.]

<sup>274</sup> “Наблюдения и выводы». Автор: Наблюдатель. Владимирский вестник, № 101, 1964. С. 24-27. [«Observações e conclusões». Autor anônimo. *Vladimirskiy Vestnik*. N° 101, 1964. Pp. 24-27].

<sup>275</sup> «Русские девушки!». Русская Газета, № 408, 04/02/1934. С. 2. [«Moças russas!». Autor anônimo. *Russkaya Gazeta*, n° 408, 04/02/1934. P. 2].

Nesses esforços de moralizar as novas gerações, o fascismo russo era apoiado por alguns setores da igreja ortodoxa, cujos sacerdotes reforçavam frequentemente a necessidade de seu clero de resgatar os padrões da religiosidade tradicional que orientava a vida dos indivíduos no antigo regime. No fundo, tratava-se de esforços frustrados de reconstruir entre os emigrados modo de vida e hierarquia social irrecuperáveis diante da rápida adoção dos novos padrões sociais pelas novas gerações.

O fim da simpatia da colônia russa em São Paulo pela ideologia dos Mladorossos chegou com a mudança de rumo do partido, que o seu mentor, Alexandre Kazem-Bek, apreendeu a partir de 1935. Essas mudanças eram fundamentadas, basicamente, pela ascensão de Stalin ao poder, no Partido comunista na Rússia soviética, e seu afastamento dos ideais da III Internacional. Para os Mladorossos, Stalin parecia um verdadeiro líder nacional, capaz de restaurar na Rússia um Estado nacional desaparecido ao longo do poder bolchevista (*cf.* Zen, 2010, p. 73). Como aponta o relatório enviado à polícia política sobre as atividades do partido, os Mladorossos começaram a apostar no fortalecimento do poder autoritário de Stalin como um caminho para destruição do regime bolchevista na Rússia: “Tudo que a imprensa mladorossa escreve sobre Stalin pode ser sintetizado assim: Stalin é um grande estadista que destruiu na Rússia o marxismo e o comunismo e que está fundando um regime novo. Este regime em nada difere do italiano, baseado no nacionalismo e patriotismo; Stalin fortaleceu a Rússia, desenvolveu a indústria e procura transformar-se do ditador num herói nacional”<sup>276</sup>.

A colônia russa em São Paulo, liderada por um núcleo de indivíduos com posições políticas claramente antisoviéticas, não podia tolerar essas alterações na ideologia de um partido inicialmente nacionalista e monarquista. Após a manifestação dos líderes da organização dos mladorossos na cidade, Vladimir Riuminsky e Bronislav Romanovsky, sobre seguir a linha proposta pelo chefe do partido, a colônia empreendeu uma verdadeira campanha de isolamento às duas figuras, bem como a todas as atividades ligadas a eles, inclusive o jornal *Slovo*, editado por Riuminsky, e o Clube dos intelectuais russos, o local de encontro tradicional dos partidários. Como revela outro relatório enviado à polícia, supostamente por um dos antigos filiados do partido em São Paulo, a colônia demonstrou toda a sua força disciplinadora em relação aos novos dissidentes:

Aqui em S. Paulo a primeira pessoa que se revoltou contra o novo programa e abandonou o partido foi Pokrovsky, seguido logo

---

<sup>276</sup> Relatório “A ‘União dos Mladorossos’ e sua actividade no Brasil”. 23/02/1938. Prontuário nº 866, Clube dos intelectuais russos. Deops/Apesp-SP.

por outras pessoas, ficando no núcleo local umas seis pessoas – os dois dirigentes nomeados acima e aqueles que se reúnem no respectivo clube, principalmente atraídos por serviço de “bufet”; pessoal político recusou terminalmente continuar com a orientação proclamada pelo Paris. [...]

A colônia russa em geral revoltou-se com essa orientação parisiense. [...] Por isso, cogita-se agora de expulsar do partido os chefes traidores e procedendo a limpeza geral, renovar as atividades nacionalistas. [...] As tentativas dos dois ex-dirigentes que ficaram obedecendo Paris, ganhar a simpatia da colônia em S. Paulo, fracassaram ruidosamente: eles estão sob um “boycotte” unanime de toda a colônia. O jornal semanal *Slovo* da propriedade de Sr. Waldemar Riuminsky, cujo diretor era Sr. Veiga dos Santos, chefe da Patria Nova, contra toda vontade do Sr. Riuminsky exprime ideias nacionalistas, porém, por vontade do Sr. Veiga dos Santos, fica parado até que outras pessoas da colônia russa, que são de sua confiança, colaborarão neste jornal, que deve desta maneira combater as ideias “parisienses” e seguir a orientação puramente nacionalista<sup>277</sup>.

O clube da rua da Glória, boicotado pela colônia russa, inevitavelmente será obrigado de se fechar por falta de recursos. Desta maneira, será logo liquidada toda influência dos elementos que alteraram sua ideias políticas<sup>278</sup>.

É difícil saber, através das fontes disponíveis, as razões verdadeiras dessa campanha de isolamento dos mladorossos que a colônia empreendeu no final dos anos 1930, em São Paulo. Ela poderia ter sido estimulada pelos debates políticos internos entre os emigrados russos envolvidos em organizações políticas transnacionais. Ou poderia ser uma estratégia diante das autoridades policiais para afastar quaisquer suspeitas sobre a inclinação da colônia russa pelas ideias soviéticas. De uma forma ou de outra esse episódio ilustra o poder disciplinador da colônia nos anos 1930: poder de estimular as atividades que não contrariavam o seu modelo de autoentendimento como uma colônia de emigrados, no Brasil de Vargas, e de eliminar os dissidentes.

---

<sup>277</sup> De fato, o jornal *Slovo* nessa época demonstrava uma maior inclinação para a vida soviética. As edições do jornal de 1939 apresentavam o conteúdo dedicado, sobretudo, à política externa e interna da URSS e às notícias sobre a vida nesse país. Além disso, o jornal era editado seguindo a reforma ortográfica do idioma russo, imposta em 1918 pelo governo bolchevista, que tornou-se um marco simbólico de separação definitiva do antigo regime, e seus defensores, e do mundo novo, e de seus adeptos. Para comparar, o jornal *Russkaya Gazeta* era editado em um russo anterior à reforma, assim como a revista monarquista *Vladimirskey Vestnik*, publicada nos anos 1950-1960, a época quando a ortografia antiga era utilizada por grupos muito restritos como símbolo da fidelidade ao antigo regime, e era vista pelo resto do mundo russofônico como uma relíquia do passado.

<sup>278</sup> Relatório sobre as atividades da organização dos Mladorossos em S. Paulo. Sem título. Sem data. Prontuário nº 866, Clube dos intelectuais russos. Deops/Apesp-SP.

O fim definitivo das organizações nacionalistas russas, tal como das publicações em língua russa, aconteceu após a promulgação das leis restritivas do Estado Novo, como o decreto-lei n 383 de 18 de abril de 1938, que proibia as atividades e reuniões políticas para os estrangeiros. O Clube dos mladorossos foi fechado no começo de 1940<sup>279</sup>, juntamente com a publicação do jornal *Slovo*. Após o encerramento das funções partidárias, ambos os seus líderes, Riuminsky e Romanovsky, se afastaram das atividades políticas, conforme consta em seus prontuários da polícia política<sup>280</sup>.

Essa pretensão controladora por parte da colônia russa, organizada em torno de ideias nacionais e políticas muito específicas, não deixava espaço para a proliferação, na cidade, de grupos que possuíam opiniões divergentes. Como vimos no caso de Boris Solodovnikoff, cuja orientação não era pró-soviética, mas que também não compartilhava a ideologia nacionalista e monarquista dos líderes da colônia, o espaço para atividades de grupos liberais e democráticos entre os emigrados russos na cidade era bastante reduzido. Entre as organizações formais e clubes permanentes, dos quais temos conhecimento através das fontes, não havia nenhum com essa orientação na década de 1930.

O mesmo acontecia com os defensores das ideias e do estado soviético. No interior da colônia russa “oficial”, eles eram severamente banidos, e toda a sua atividade junto aos emigrados era constantemente vigiada pela polícia política da cidade. De modo geral, a colônia criou e promoveu uma categorização de seus membros, segundo a qual os critérios de pertencimento a uma comunidade “russa” eram relacionados a suas preferências políticas e a sua origem social anterior à emigração. Em outras palavras, aqueles indivíduos cuja orientação ideológica não correspondia ao conservadorismo geral da colônia frequentemente eram negados da própria identificação como “russos”; ao mesmo tempo, aqueles imigrantes de origem russa que não se interessavam pela política e que se dedicavam à sobrevivência nos subúrbios da cidade eram deixados à margem das atividades da colônia, por conta da reprodução dos antigos padrões de estratificação social e regional que a colônia reiterava em suas publicações e atividades.

Diferentemente da colônia russa, as organizações operárias, socialistas e comunistas da cidade eram mais inclusivas em relação à origem nacional de seus

---

<sup>279</sup> Informação ao Sr. Cel. Superintendente da repartição central de Polícia sobre a situação do Clube dos Russos Intelectuais do Brasil. 24/10/1940. Prontuário nº 866, Clube dos intelectuais russos. Deops/Apesp-SP.

<sup>280</sup> Prontuário n 20300 Waldemar Riuminsky. Prontuário n 75894, Bronislav Romanovsky. Deops/Apesp-SP.

membros, principalmente quando se tratava de imigrantes do antigo Império Russo. Reunidos em torno do compartilhamento da condição de classe, operários de origem russa provavelmente se sentiam mais integrados aos grupos de esquerda de que das coletividades elitistas organizadas por seus conterrâneos no centro da cidade.

Como aponta Zen (2010, p. 116), com razão, “os comunistas russos não chegaram a realizar organizações próprias, nem mesmo uma imprensa alternativa, como os lituanos, embora diversos indivíduos tenham sido detidos por participarem das organizações de classe”. Isso fica mais relevante quando compararmos a situação em São Paulo com a quantidade de publicações russas de orientação comunista e socialista na Argentina: das dezenas de jornais editados na década de 1920-1930 em Buenos Aires, vários possuíam títulos expressamente comunistas, socialistas ou anarquistas<sup>281</sup>. Essa característica da atuação dos russos em São Paulo pode ser decorrência do poder que as organizações russas nacionalistas dispunham sobre toda a estrutura da colônia russa na cidade, o fator principal que inibiu a atividade de grupos com outras orientações ideológicas.

Erick Zen (*op.cit.*, p. 116) explica a polarização da vida comunitária dos russos em São Paulo pela especificidade de sua organização no contexto do governo Vargas que “investiu nessas comunidades organizadas, tanto no que se referiu ao controle de suas atividades sociais políticas, como do ponto de vista ideológico, evitando o fortalecimento do projeto comunista”. Como aponta Zen, para o governo varguista, as comunidades nacionais organizadas exerciam uma função disciplinadora dentro da própria comunidade de imigrantes, enquanto que para os imigrantes, a cooperação com o governo através dessas colônias oficiais legitimavam a sua própria existência e suas atividades: “o que se denomina de ‘comunidade’ pode ser entendido como uma instância disciplinadora e normativa, pois pertencer e obter benefícios implicava uma postura política” (*Idem.*, p. 115).

Entretanto, a comparação da estrutura da colônia russa em São Paulo com as comunidades de imigrantes russos em outros locais, como Buenos Aires, levanta outras dúvidas. Sabemos que as disputas políticas entre os emigrados russos sobre o futuro de

---

<sup>281</sup> “Анархия” (*Anarquia*), “Бунтарь” (*O rebelde*), órgão dos anarquistas-comunistas russos na Argentina; “Вольная мысль” (*O pensamento livre*), editora do grupo anarquista russo do mesmo nome; Голос труда (*A voz da lavoura*), órgão da Federação das organizações operárias russas da América do Sul; “Коммунист” (*Comunista*); “Рабочая Правда” (*Pravda dos operários*), entre outros. A lista completa pode ser acessada em “Catálogo da imprensa da emigração russa”, Buenos Aires, <<http://www.emigrantica.ru/category/buenos-aires/2>>. Acesso em 16/02/2016.



seu país não se faziam apenas pela dicotomia nacionalistas–comunistas. Como vimos, o espectro de ideologias e partidos políticos russos no estrangeiro variava entre os nacionalistas; simpatizantes dos governos nazistas; trotskistas, passando por todas as organizações liberais e social-democráticas. Contudo, o Brasil era um dos poucos países onde as ideologias nacionalistas ganharam o maior destaque entre os membros da colônia e permaneceram por maior período de tempo.

### **6.5. A colônia russa e a Polícia Política paulista**

Por que, então, foi justamente o projeto nacionalista que ganhou maior destaque e maior força entre os diferentes grupos políticos russos presentes no solo paulista, nos anos 1920-1930? A questão aqui não é entender por qual razão cada imigrante aderiu a uma ou outra ideologia específica, mas entender por que justamente as ideias nacionalistas foram o centro da mobilização comunitária de toda a colônia russa nessa época.

Tudo indica que o fato de toda a vida associativa da colônia em São Paulo ter sido estruturada em torno de ideias nacionalistas, e não de outras, tem a ver com esse grupo específico possuir maiores recursos de poder e influência junto às autoridades brasileiras, num contexto no qual o Estado brasileiro exercia maior controle sobre as instituições estrangeiras. Essa influência se dava não tanto no plano das ideias quanto no plano de práticas cotidianas, relações de trabalho e hierarquia dentro das instituições brasileiras, detentoras de poder, especialmente dentro da estrutura da polícia, um órgão executivo com grande autonomia nas relações com os estrangeiros e seus grupos políticos.

Embora o tema do envolvimento dos oficiais russos emigrados nas estruturas militares de países da América do Sul seja bastante explorado pela bibliografia historiográfica e memorialística – sobretudo quanto à participação dos oficiais do Exército czarista na Guerra do Chaco, ao lado do Paraguai<sup>282</sup> - a sua presença nas

---

<sup>282</sup> Os militares estrangeiros participavam na Guerra do Chaco dos dois lados do conflito: oficiais alemães ao lado da Bolívia, e russos brancos ao lado do Paraguai, dos quais o mais celebre é o lendário general

estruturas militares no Brasil ainda é pouco explorada. Contudo, é provável que o exemplo do vizinho Paraguai no emprego da experiência militar dos emigrados russos fosse conhecido também nos círculos militares brasileiros. De todo modo, o Brasil também não desprezava a assistência estrangeira na modernização de suas forças armadas. Já existem alguns estudos sobre a influência estrangeira nas forças militares brasileiras na primeira metade do século XX (McCann, 1982; Sevcenko, 1992, p. 137), mas o seu foco são principalmente os assessores americanos, alemães e franceses.

Já as relações entre a polícia política e os imigrantes em São Paulo, na primeira metade do século XX, é um tema mais explorado pela historiografia brasileira. Tanto no que se refere às relações de repressão e resistência (Aquino, Swensson, 2002; Barbosa, 2011; Alves, 2006; Carneiro, 2002a, 2002b), quanto, em menor escala, no que diz respeito à contribuição dos imigrantes com o trabalho de vigilância e de repressão policial (Zen, 2010; Campos, 1997).

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops – foi criado em 1924, como órgão de segurança do Estado que visava prevenir, vigiar e reprimir qualquer atividade política subversiva em relação ao regime oficial (Zen, 2010, p. 28-29). Após a revolução de 1930, houve uma reestruturação na polícia paulista, que passou a ser subordinada diretamente à polícia do Distrito Federal (Alves, 2006, p. 77), cujo chefe, apontam pesquisadores, possuía relações de proximidade com o Presidente da República (Cancelli, 1993, *apud* Alves, *op.cit.*). Dessa maneira, o corpo policial brasileiro, em sua função de “preservação da ordem”, dispunha de uma vasta autonomia em processos de vigilância e perseguição daqueles que eram considerados ameaça. Nesse sentido, a polícia política do estado varguista assumia uma posição social elevada e uma importância política impar, como é característico para os regimes autoritários e restritivos (Arendt, 2012, p. 393).

Para vigiar os cidadãos e colher as informações para abertura de inquéritos, os agentes da polícia eram obrigados a recorrer às práticas de infiltração nos meios suspeitos, se disfarçando de participantes de comícios e organizações. Essa prática de investigação foi oficializada em 1938, com a criação do Serviço Reservado (SS), como

---

Beliaev. Ver a propósito: “Russos que defenderam a soberania do Paraguai”. Rádio Voz da Rússia. disponível em [http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/radio\\_broadcast/102385097/105705521/](http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/radio_broadcast/102385097/105705521/). Acesso em 11/02/2016.

Sobre o general Beliaev, ver: Karateeff, M. *Por la Huella de los Conquistadores. Esbozos sobre la colonización del Paraguay*. Buenos Aires, 1972. Pp. 39-45.

aponta Zen (*op.cit.*, p. 30). Considerando que o corpo de funcionários para espionagem poderia ser formado por pessoas contratadas “em caráter reservado”, conforme o decreto sobre a criação do serviço secreto (*Idem.*), a polícia dispunha de ampla flexibilidade em obter informações das mais variadas fontes, remunerando cidadãos comuns pelas informações prestadas.

Como já vimos, o começo da década de 1920 foi marcado por uma mudança significativa no imaginário coletivo sobre o imigrante. Se no século XIX o imigrante europeu era visto como desbravador, provedor de progresso e de branqueamento da população brasileira, na década de 1920 inaugurou-se outra imagem: a do estrangeiro “indesejado”, “alienígena”, portador de “perigo estrangeiro” – ideologias políticas “importadas”, alheias aos interesses nacionais brasileiros. Nesse contexto, diversas coletividades de imigrantes em São Paulo se tornaram alvo de investigações da polícia política. Para isso, a polícia precisava de um corpo de agentes infiltrados estrangeiros, que poderiam passar despercebidos em reuniões e comícios desses grupos, além de traduzir a correspondência e a imprensa publicada em língua estrangeira. Conforme Zen (*idem.*, p. 31):

No caso das observações sobre as associações estrangeiras, foi recorrente a utilização de um imigrante da mesma nacionalidade para a execução do trabalho. Assim, ele poderia adentrar nas comunidades, participar das atividades de suas organizações, traduzir jornais e panfletos, travar contatos com indivíduos de forma pessoal e íntima. Não raramente, como veremos, estes tomavam partido nas disputas políticas, passavam suas opiniões e impressões sobre o caráter das organizações coletivas e sobre indivíduos, sugerindo e orientando o trabalho policial. Muitos destes ‘colaboracionistas’ atuavam por longos períodos, conforme atesta a documentação anexada aos prontuários.

Ainda segundo esse autor (*Idem.*), o trabalho desses agentes sofria constante tensão entre “a revelação exigida pelo trabalho de informante e a necessidade de prová-la e conquistar a confiança dos delegados do Deops”. Para os grupos de imigrantes, essa maneira de a polícia organizar seu trabalho abria espaço para que resolvessem seus conflitos internos por meio do aparato repressivo da polícia. Não eram raras, nos meios de imigrantes, denúncias infundadas e informações arbitrárias, vendidas para a polícia com objetivo de eliminar concorrentes da mesma origem nacional. Por isso, a questão da confiança, por mais que fosse subjetiva, era crucial na relação entre os delegados de

polícia e seus agentes secretos estrangeiros. A relação de confiança e lealdade com a polícia política se tornava, dessa maneira, um recurso de poder, eficaz para certos grupos de imigrantes nas suas próprias relações dentro da colônia nacional.

Entre os estrangeiros, os emigrados russos em São Paulo parecem ter gozado de grande confiança entre os delegados da Polícia Política. Os documentos do Deops relacionados aos imigrantes russos e suas organizações na cidade indicam claramente o que Erick Zen chamou de uma “proximidade com o Deops, cujo interlocutor era o principal delegado responsável pela vigilância e repressão aos estrangeiros no período” (*Idem.*, p. 71). Contudo, é cruzando os documentos arquivados no Deops com as fontes preservadas pela própria colônia russa que se torna possível se aproximar da real dimensão dessa parceria.

Fica evidente, dessa maneira, que certos indivíduos da colônia conseguiram obter um capital de poder significativo, não apenas pela eventual colaboração com as atividades investigativas da polícia política, mas, sobretudo, através de seu envolvimento cotidiano nas *práticas* de seu dia a dia. Nesse caso, as atividades cotidianas de uma delegacia de polícia podem ser pensadas como uma variante de trabalho burocrático, cuja principal peculiaridade era a “de combinar permanentemente referências implícitas às regras do direito com as rotinas incorporadas pelas agentes que as aplicam” (Spire, 2008, p. 61). Em outras palavras, o trabalho policial consiste em aplicar, na prática, as regras públicas fixadas através da legislação. Contudo, nem sempre as ações de um agente policial são determinadas apenas por um conjunto de normas explícitas. Na maioria das vezes, a sua prática cotidiana é guiada por um senso prático (*sens pratique*), um conjunto de valores e atitudes socialmente definidos e que são moldados ao longo de sua trajetória profissional como agente, sua posição hierárquica ou seus jogos de lealdade e influência dentro da coletividade de colegas.

Sem dúvida, a polícia política nos tempos de Vargas não representava apenas uma estrutura burocrática que aplicava as leis, claras e definidas. As suas funções eram bastante amplas e seus métodos de trabalho eram pouco delimitados pela legislação. A grande autonomia dos agentes, sobretudo delegados da polícia, deixava seu trabalho cotidiano muito dependente do fator subjetivo, do senso prático que guiava as ações individuais de cada delegado nas práticas cotidianas de vigilância e repressão. Dessa maneira, a presença permanente de alguns indivíduos da colônia russa no

funcionamento cotidiano das estruturas da polícia influenciava tanto as práticas policiais, quanto a organização da própria colônia.

Uma das figuras centrais nessa interação entre a colônia russa e a polícia política paulista parece ser Sviatoslav Golubintsev. Conforme suas memórias datilografadas, já citadas aqui, após ter participado no levante da Aliança Liberal, em 1930, como chefe de cavalaria, Golubintsev foi dispensado do serviço militar e foi designado para trabalhar na delegacia da polícia paulista:

A Revolução foi menos poética que a paraguaia, já que os revolucionários quase não encontravam resistência. Depois da vitória dos revolucionários e da ocupação do Rio de Janeiro pela cavalaria, o novo Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, através de um decreto especial, agradeceu a todos os participantes da Revolução. E eu fui transferido para a cidade de São Paulo, com um cargo no Departamento de Polícia.

[...] Não havia muito trabalho no departamento e o meu superior, Dr. Costa Ferreira, ocasionalmente me encomendava fazer traduções de documentos importantes do alemão ou do russo. Contudo, a maior parte do dia eu passava no jornal *Russkaya Gazeta* onde descrevia todos os acontecimentos da nossa colônia e me tornei o colaborador permanente desse jornal.

Durante a revolução constitucionalista de 1932 eu estava tranquilamente trabalhando na delegacia e após a sua derrota fui para o Clube Russo para homenagearmos a morte do nosso conterrâneo tenente Alexandre Poludarov nos últimos combates.

[...] Durante a Segunda Guerra, o meu superior, Dr. Costa Ferreira, faleceu e eu decidi de me aposentar, transferindo-me para a empresa de bebidas alcólicas, “Dubar”<sup>283</sup>.

Ignacio da Costa Ferreira, ou como ficou conhecido nos meios artísticos, Ferrignac, era um policial de carreira. Nascido em 1892, ele graduou-se como bacharel em Direito em 1916. Até a sua entrada na polícia, em 1925, ele circulava nos meios artísticos da cidade, participando, inclusive, da Semana de Arte Moderna, em 1922, com

---

<sup>283</sup> Sem título. 13/10/1972. Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Documentos de 1930-1939. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo. Uma incoerência é notável neste relato: Ignacio da Costa Ferreira faleceu, na realidade, em 1958 e não durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, as razões do afastamento de Golubintsev da polícia ficam obscuras.

o trabalho *Natureza Dadaísta* (Amaral, 1998, p. 260-261)<sup>284</sup>. Após seu ingresso na estrutura da polícia, ele fez uma carreira rápida e desapareceu por completo dos meios artísticos da cidade. Contraditória à primeira vista, a trajetória de Ferrignac nos faz pensar numa figura que representava as buscas e angústias dos intelectuais no Brasil em busca da modernidade e de um projeto nacional. Afinal, a procura da “brasileiridade” marcou não apenas a arte moderna da década de 1920, mas também as ideias políticas que se concretizaram no Estado liderado pelo governo de Getúlio Vargas: o Estado, nas palavras de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), “autodesignado como ‘Novo’”. Para Ferrignac, a busca pelo nacional começou com a vanguarda artística e terminou na repressão aos dissidentes e, sobretudo, aos estrangeiros.

Nicolau Sevcenko (1992) retratou bem o nascimento paralelo de correntes artísticas modernistas e de movimentos políticos de cunho nacionalista na São Paulo da década de 1920. Uma descoberta da “brasileiridade”, sugere Sevcenko, andou junto com a criação e atuação da Liga Nacionalista e tinha, em seu avesso, uma certa repugnância à toda influência estrangeira, incluindo a presença de imigrantes. Esse nascimento imperativo de um projeto nacional, na cidade, ergueu as bases para o regime autoritário e repressivo do Estado Novo. São Paulo, uma metrópole marcada pelo intenso desenvolvimento industrial e cultural, vivia essa modernidade em constante contraste com o seu avesso “nas ruas: as greves, a agitação social, as conspirações, a figura soturna do terrorista real e manipulada, o temor onipresente da convulsão revolucionária desencadeada por alienígenas – ‘os indesejáveis’” (Sevcenko, *op.cit.*, p. 245). A ideia assimilacionista, dessa maneira, nasceu muito antes das medidas restritivas do Estado

---

<sup>284</sup> Curiosamente, Ferrignac era uma figura celebre entre os artistas modernistas de São Paulo, nos anos 1920. As suas obras encontram-se nas coleções particulares e públicas, inclusive na Pinacoteca do Estado de São Paulo. Vejam o que escreve sobre Ferrignac, artista, Aracy Amaral (1998, p. 260-261): “Desde estudante colaborou na imprensa com crônicas literárias, artigos, charges e caricaturas, bem como escreveu contos em colaboração com Guilherme de Almeida. No último ano de faculdade expôs individualmente desenhos e caricaturas. Ilustrador da revista de cultura *Panóplia*. Na Europa em 1917 e de 1918 a 1920, de lá enviou colaborações para revistas e jornais de São Paulo, tendo trabalhos seus publicados em *O Pirralho*, *A Cigarra* e *Vida Moderna*. Amigo de Guilherme de Almeida, participou da Semana de Arte Moderna com trabalho (curiosamente intitulado *Natureza Dadaísta*), muito embora no campo das artes visuais, mas circunscrito à caricatura, sua contribuição maior tenha sido o registro de seu tempo com o desenho de humor. Manejava com igual facilidade o guache, o nanquim, assim como trabalhava com colagem para compor suas figuras em estilizações bem ao gosto dos anos 1920, num desenho de caráter hábil e mundano, em que se observa a estilização das figuras com marcada influência de Beardsley e de Victor Brecheret, na musculatura e alongamento das figuras. Um dos primeiros ex-libristas de São Paulo, versado em heráldica, afastou-se do desenho ao ingressar na Polícia (1925), onde fez carreira”.

Novo: já “em 1920, Pinto Pereira cria o *slogan* ‘assimilamos ou seremos assimilados’, como tema de uma estratégia política de ‘reação pela cultura” (*Idem.*, p. 246).

É difícil rastrear a trajetória completa de Costa Ferreira dentro da estrutura da polícia política paulista, mas tudo indica que Golubintsev acompanhava de perto a sua carreira. Em 1935, o Gabinete de Investigações encaminha um relatório ao então Delegado de Ordem Social, Dr. Pinto de Toledo, no qual confirma a presença de Golubintsev nesse gabinete desde 1930:

A respeito de Sviatoslav Golubintzeff (*sic*), cabe-me esclarecer-vos que é elemento de confiança deste Gabinete, onde presta seus serviços há perto de 5 anos. Jornalista russo muito relacionado na colônia russa desta Capital. Sviatoslav tem prestado úteis serviços a polícia<sup>285</sup>.

Quando, em 1933, Costa Ferreira foi promovido para o cargo de Delegado da Ordem Social da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, subordinada diretamente ao chefe de polícia (Alves, 2006, p. 78), Golubintsev, em homenagem à promoção de seu superior, publica uma reportagem em *Russkaya Gazeta*:

No sábado, 26 de agosto [de 1933], às 14h45, aconteceu a festa de posse do Dr. Ignacio da Costa Ferreira no cargo de Delegado da Ordem Social. O cargo foi passado para ele pelo Dr. Armando Caiubi [...]. Depois, em seus discursos, alguns subordinados destacaram que o Dr. Costa Ferreira foi, no passado, o delegado mais ativo, que nunca aplicou a violência, mas sempre demonstrou a intransigência de suas convicções.

A solenidade contou com muitos convidados. Entre os convidados especiais eram o representante da Federação das Organizações Russas, L.A. Ivanow e o editor da *Russkaia Gazeta*, Nicolau Dachoff, que parabenizaram o Dr. Costa Ferreira pelo retorno ao seu antigo cargo e o caracterizaram como um lutador incansável contra o comunismo.

Dr. Costa Ferreira, em seu discurso, também agradeceu aos representantes da colônia russa e destacou, de passagem, o comportamento leal dos membros da Colônia Russa em São Paulo<sup>286</sup>.

---

<sup>285</sup> Relatório do Gabinete de Investigações, encaminhado ao Dr. Pinto de Toledo, Delegado de Ordem Social, 10 de maio de 1935. Prontuário n 51648, Sviatoslav Golubintsev. Deops/Apesp-SP.

<sup>286</sup> “Dr Ignacio da Costa Ferreira”. Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Documentos de 1930-1939. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.

A relação íntima entre alguns indivíduos chave na colônia russa, como Léo Ivanow e Nicolau Dachoff, e os delegados da polícia política já se evidencia nesse relato. Relação essa, caracterizada pelo próprio Golubintsev, como um convívio benéfico para os dois lados: lealdade, por parte da colônia russa, para com os objetivos da polícia e proteção e salvaguarda à colônia, por parte dos agentes policiais.

Enquanto designado como um delegado justo mas rígido pelos seus colegas e como “lutador incansável contra o comunismo” pela imprensa russa, nos círculos de imigrantes alvos de perseguições policiais, o delegado Costa Ferreira possuía outra fama. Zen (2010, p. 110) menciona um artigo publicado no jornal lituano *Musu Zodis*, de 25 de janeiro de 1935, que denunciava o “comportamento criminal da Polícia Política com os presos”, apontando o delegado político Costa Ferreira como um dos maiores responsáveis: “conforme resolução da *maior fera*, delegado político Costa Ferreira, os presos são conservados muitas vezes nos porões da pedra ou mandados na Ilha dos Porcos nos trabalhos forçados lugares especialmente preparados para a tortura” (grifo meu)<sup>287</sup>.

A relação profissional de proximidade entre Golubintsev e Costa Ferreira é visível também através de inúmeros relatos fotográficos, anexados nos documentos pessoais preservados pelo próprio Golubintsev, publicados na imprensa russa e brasileira. Entre eles, há vários retratos fotográficos de Costa Ferreira e uma reportagem sobre o seu falecimento num jornal paulista. Além disso, Costa Ferreira figura ao lado de Golubintsev em vários outros registros fotográficos da vida da colônia russa, o que não deixa dúvidas sobre as relações estreitas que o delegado mantinha com alguns indivíduos da colônia, nesse caso, principalmente, através de Golubintsev.

---

<sup>287</sup> “O protesto de 44 advogados de São Paulo contra o comportamento criminal da Polícia Política com os presos”, Jornal *Musu Zodis*, São Paulo, 25/01/1935. *Apud* Zen, 2010, p. 110.





**FIGURA 6.9. Fotografia oficial do Delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, no álbum de recortes de jornais e documentos memoráveis, guardados por Sviatoslav Golubintsev. Sem data. Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.**

Outro rosto frequentemente presente ao lado de Golubintsev nos registros fotográficos preservados por ele como memórias de sua vida, em São Paulo, pertence a outra figura de destaque nos círculos de poder repressivo do Estado. Trata-se do jornalista paulistano João Batista de Souza Filho. É ele que aparece na reportagem fotográfica da apresentação dos cossacos do general Pavlitchenko, já em 1931 (Figura 6.5, pag. 231), ao lado de Golubintsev. Certamente, é ele também que figura na fotografia “Tomando cerveja em São Paulo” (Figura 5.1, pag. 187), de terno branco, num momento informal de aparente descontração. Seu retrato fotográfico original figura também ao lado do cartão de Costa Ferreira no álbum de recordações de Golubintsev. Ao lado, o recorte de um jornal paulistano anunciando o seu falecimento, onde, numa fotografia coletiva durante o sepultamento de Souza Filho, Golubintsev aparece na primeira fileira dos presentes.



**FIGURA 6.10. Fotografia recortada por Golubintsev, de um jornal paulistano, ilustrando o sepultamento do jornalista João Batista de Souza Filho. Golubintsev no centro, atrás do homem de terno preto. Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev. Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.**

As fontes disponíveis não permitiram rastrear com precisão a atuação jornalística de Souza Filho. Entretanto, nos jornais paulistas da década de 1940<sup>288</sup> ele figura como sendo diretor da Divisão de Imprensa, Propaganda e Radiodifusão do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), o principal órgão de propaganda estatal e instrumento de censura criado pelo presidente Vargas durante o Estado Novo, em 1940<sup>289</sup>.

Diretamente subordinado à Presidência, com órgãos filiados nos estados e dirigido por um jornalista, Lourival Fontes, cuja lealdade estava com Vargas, e as simpatias políticas, com o fascismo italiano, o DIP era uma máquina bem planejada: tinha seis seções – propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares – e a tarefa de projetar as bases de legitimidade do Estado Novo. A agência interferiu em todas as áreas da cultura brasileira: censurou formas de manifestação artística e cultural; instrumentalizou compositores, jornalistas, escritores e artistas, e desenvolveu múltiplas linhas de ação (Scwarcz, Starling, 2015, p. 376).

<sup>288</sup> “Chegou ontem a esta capital o Sr. Dr. Lourival Fontes”. *Correio Paulistano*, 26/10/1941. P. 24.

<sup>289</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda no nível federal foi criado um pouco antes, em 1939.

Sem dúvida, Souza Filho foi um jornalista paulistano muito bem relacionado nos círculos de detentores de poder e influência. A matéria sobre o seu falecimento, em um jornal paulistano, aponta-o como um dos mentores e primeiros professores da Escola de Jornalismo “Cásper Líbero”, fundada em 1947. É difícil avaliar de que natureza eram os laços que ligavam Golubintsev a este jornalista, mas a sua presença nos eventos organizados pela colônia russa não deixa dúvidas sobre uma certa proximidade entre eles.

Em 1936, Souza Filho e Costa Ferreira foram convidados especiais numa solenidade organizada pela Cruz Vermelha Russa no Brasil. Léo Ivanoff, Presidente dessa organização desde 1930 e também presidente da Federação de organizações russas em São Paulo, fez o convite ao alto comando da Segurança Pública do Estado de São Paulo e da Delegacia da Polícia Política para receber os distintivos honrosos por parte da Cruz Vermelha Russa. A recepção teve lugar em sua residência, na alameda Eduardo Prado, 623, no bairro Campos Elíseos. Durante a cerimônia, Léo Ivanoff condecorou o Secretário da Segurança Pública do Estado, Arthur Leite de Barros, com a Cruz Vermelha dos Russos Brancos, um distintivo que essa organização dos russos brancos oferecia às personalidades de origem estrangeira que compartilhavam com eles as aceções antibolchevistas e anticomunistas. Como ressalta o jornal paulistano que transmitiu a notícia sobre o evento:

O maestro Ivanoff, que saudou o homenageado, em nome da diretoria da Cruz Vermelha dos Russos Brancos, examinou a actuação do sr. Leite de Barros na campanha de repressão ao comunismo e fez votos pela felicidade pessoal do secretario da Segurança Pública.

[...] O secretario da Segurança Pública, usando da palavra, declarou que não pouparia esforços no combate ao extremismo e agradecia a entrega da condecoração, dizendo que ella representava a fé em que a Rússia voltará ainda a reatar as suas antigas tradições e a esperança de melhor futuro para a nação que o espirito da aventura descontrolada desviou do seu grande destino<sup>290</sup>.

A matéria denomina, e a fotografia registra e ilustra, que entre uma dezena de convidados numa “festa íntima” na residência de Léo Ivanoff estavam presentes,

---

<sup>290</sup> *Ibid.*

inclusive, o “Sr. Igancio da Costa Ferreira e Sra. e João Baptista de Souza Filho”, além do “capitão Golubintsev” (vide Figura 14 e 15).



**FIGURA 6.11. “Homenageado o Secretário da Segurança Pública”.**  
Fotografia publicada em um dos jornais paulistanos, ilustrando a condecoração do Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Arthur Leite de Barros, pela Cruz Vermelha Russa.

Na primeira fileira, sentados, Arthur Leite de Barros, com a esposa, O delegado da polícia política, Ignacio da Costa Ferreira, e jornalista João Batista de Souza Filho. No centro, em pé, Léo Ivanoff, o presidente da Cruz Vermelha Russa no Brasil. Atrás dele, à esquerda, Sviatoslav Golubintsev.

*Acervo particular de Sviatoslav Golubintsev.*  
*Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.*



**FIGURA 6.12. Autor desconhecido, sem legenda.**  
Recepção do Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, na residência do maestro Leo Ivanoff, fotografia original anexada a seu

Além de Golubintsev, Léo Ivanow possuía contatos profissionais com os círculos policiais da capital paulista. Liev Alexandrovitch Ivanow<sup>291</sup>, nascido em 1885 na cidade russa de Vladivostok, e chegado ao Brasil em 1924, era músico profissional e regente de diversos coros no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como indicam os documentos da polícia, após transferir sua residência do Rio de Janeiro para São Paulo, ele também prestava serviços regulares à polícia política da cidade. Quando, em 1942, após um incidente com um de seus alunos na escola de canto, Ivanoff - acusado pelo estudante - se tornou alvo de investigações policiais, com acusações de ofender a honra dos soldados do Exército Nacional, seus “méritos” e sua lealdade para com a polícia foram logo revelados. Ignacio da Costa Ferreira, então Delegado de Vigilância e Capturas, e Oswaldo de Luné Porchat, o Diretor do Policiamento, não tardaram a enviar à Superintendência de Segurança Político-Social suas melhores características sobre o investigado. Nelas, Costa Ferreira aponta que Ivanow

prestou inúmeros serviços na Delegacia de Ordem Social como informante e decifrador de criptogramas. Depois da Revolução de 1930, conjuntamente com os cônsules de países estrangeiros, promoveu a identificação de prisioneiros. Em 1932 trabalhou nos correios, sob adireção do Dr. Lino Moreira, como censor de correspondência. Em 1935, por minha determinação, prestou relevantes serviços como censor de jornais e rádio. Em 1933 formou o Corpo de Coro da Guarda Civil, composto por 250 guardas, com o qual deu vários concertos. [...]

Atualmente, Léo Ivanow ocupa o lugar de maestro e regente do Orfeão do Liceu Eduardo Prado e dirige o Instituto Brasileiro de Cultura Cinematográfica. [...]

Como se vê, Leo Ivanow [...] vem exercendo uma atividade integralmente proveitosa à sociedade brasileira e [...] não menos útil tem sido o seu auxílio às autoridades públicas. E toda essa graciosa dedicação aos poderes administrativos do país [...] dão a Léo Ivanow prerrogativas especialíssimas que fazem exaltar a sua pessoa, de molde a receber confiança e estima<sup>292</sup>.

---

<sup>291</sup> A grafia de seu sobrenome, tanto quanto de muitos outros sobrenomes russos, varia nos documentos redigidos em português. Outras versões encontradas são Ivanoff, Iwanov, Iwanoff, etc.

<sup>292</sup> Léo Ivanow, 22/06/1942. Prontuário n 0491. Léo Alexander Ivanow. Deops/Apesp-SP.

Já o diretor do policiamento, Oswaldo Porchat, relatou que conhecia Léo Ivanow desde a década de 1920<sup>293</sup>, afirmando que este, além do músico, foi seu professor de criptografia, “cooperando sob o pseudônimo de ‘criptexpert’ em vários trabalhos interessantes”. Como prova de sua lealdade aos propósitos da polícia, Ivanow é designado por Porchat não simplesmente como “pessoa de bons costumes, fino artista, culto e educado”, mas como um colaborador importante no combate ao comunismo:

Os atestados de idoneidade assinados por Léo Ivanow foram aceitos pelo Gabinete de Investigações, para fundamento de identificações até que a Constituição Federal de 1937 extinguisse todas as organizações de caráter estrangeiro.

O Maestro Ivanow prestou ainda inúmeros serviços à Delegacia de Ordem Política (no tempo do Dr. Costa Ferreira), oferecendo seus conhecimentos e atividades na campanha anti-comunista<sup>294</sup>.

A força da influência dos fiadores de Ivanow dentro da polícia era tanta que o inquérito aberto contra ele dia 13 de junho foi encerrado duas semanas depois, dia 25 de junho de 1942, com o relatório do Delegado Adjunto de Policiamento de Ordem Social.

A proximidade de organizações russas, reunidas sob o comando da Federação, com a polícia política de São Paulo se dava, principalmente, através da atuação de seu presidente, Léo Ivanow. As organizações russas não hesitavam a expressar aos delegados da polícia seus votos de lealdade em cada oportunidade. Em julho de 1933, Léo Ivanow enviou uma carta oficial, por parte da Direção geral da Cruz Vermelha Russa no Brasil, ao recém nomeado Delegado de Ordem Social, Armando Caiuby<sup>295</sup>, parabenizando-o pela nova função e reforçando, mais uma vez, a lealdade da colônia com o trabalho da polícia.

---

<sup>293</sup> Oswaldo Porchat foi um dos convidados para a festa da condecoração do Secretário Athur Leite de Barros pela Cruz Vermelha Russa na residência de Léo Ivanow em 1936.

<sup>294</sup> Maestro Léo Ivanow, São Paulo, 19/06/1942. Prontuário n 0491. Léo Alexander Ivanow. Deops/Apesp-SP.

<sup>295</sup> É curioso ressaltar que o delegado Armando Franco Soares Caiuby era amigo íntimo da mãe de Aracy de Carvalho, a Justa brasileira (Schpun, 2011, p. 32). Conforme Mônica Schpun, Caiuby era um advogado, escritor, promotor público e delegado, muito bem relacionado nos círculos políticos dos anos 1930. Foi supostamente ele quem ajudou Aracy a arranjar uma vaga no consulado brasileiro na Alemanha, através de seu amigo, José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores. Foi ele também quem ajudou, a pedido de Aracy, a transformar os vistos de turistas em vistos permanentes para a sua amiga Margarethe Levy e seu esposo, que fugiam da Alemanha nazista numa época em que o Brasil também limitou significativamente a entrada de estrangeiros, principalmente de judeus europeus. Schpun aponta que “o casal entrou oficialmente com o pedido das carteiras de identidade de estrangeiros em junho de 1939, e obteve-as três meses mais tarde, um recorde”. A pesquisadora vê nisso “dois braços longos: o da amiga Aracy e o de seu amigo e protetor Caiuby” (*Ibid.*, p. 205).

Tenho a súbita honra de nome das Organizações Russas de São Paulo reunidas em Federação, da Cruz Vermelha Russa no Brasil e da colônia russa em geral felicitar a V.Ex. por motivo de nomeação da V.Ex. no tal elevado cargo, que é Delegado da Ordem Social de São Paulo. Nós, os russos brancos, que já sofreram muito das consequências do comunismo, e que, domiciliados atualmente neste belo país que é o Brasil, naturalmente não podemos até pensar, que esta infelicidade, o bolchevismo, pode atacar a nossa segunda Pátria. Por isso temos o mais grande júbilo de ter na testa da Órgão que ativamente combate o comunismo a V.Ex., que nos consideramos o mais competente e mais enérgica pessoa. Pedimos acreditar, que a colônia russa branca em caso de necessidade, sempre por todos os meios possíveis ajudara a V.Ex. nesta difícil tarefa<sup>296</sup>.

É importante ressaltar a maneira como Ivanoff utiliza a confiança pessoal que ele possuía junto aos delegados da polícia para representar também as coletividades de emigrados russos na cidade. A sua lealdade aparece aqui como uma garantia da lealdade das organizações russas, reunidas na Federação, mas também, como ele ressalta em sua mensagem ao delegado, da “colônia russa em geral”.

No final das contas, o que era essa “colônia russa” em São Paulo na década de 1930? É evidente que ela era, antes de mais nada, um projeto gestado e gerido por um pequeno núcleo de indivíduos, por meio do leque de oportunidades e constrangimentos que o próprio contexto social e político paulistano oferecia aos imigrantes. O regime político de Getúlio Vargas realizou maior controle das populações estrangeiras no país, situação na qual os imigrantes da Europa oriental experimentavam controle especial da polícia, pois eram associados aos portadores de ideologias “alheias” soviéticas. A falta de compreensão da língua, da cultura e das condições migratórias dos povos eslavos, por parte do imaginário coletivo brasileiro, fez com que um “russo” genérico virasse um potencial suspeito de atividades subversivas contra a “nação” brasileira. Erick Zen aponta que não era raro a imprensa confundir o russo com o comunismo: em 1931, o jornal *Correio da Tarde* ressaltou que a ação revolucionária em solo brasileiro era fartamente financiada pelo “ouro russo” (ZEN, *op.cit*, p.60); nos discursos públicos, o comunismo frequentemente era chamado de “credo russo”, “comunismo russo” (ZEN, *op.cit*, 120-121). Frases como “quase todos os eslavos são comunistas e trabalham em prol de Moscou” não eram incomuns nos relatórios policiais da época (ZEN, *op.cit*, p.

---

<sup>296</sup> Carta de Léo Ivanow ao Dr. Armando Caiuby, Delegado da Ordem Social. 3/07/1933. Prontuário n 0491. Léo Alexander Ivanow. Deops/Apesp-SP.

187). A eficácia do trabalho dos agentes profissionais soviéticos pela promoção de uma revolução socialista no Brasil pode ser discutível, mas a sua presença no Brasil não gera mais dúvidas (Waack, 1993). Como no resto do mundo, alvo dos agentes secretos soviéticos eram também as organizações de emigrados russos contrários ao comunismo, fato que era bem conhecido pelos antigos participantes do movimento branco.

Nesse contexto, no qual qualquer organização de origem “russa” podia se tornar alvo de suspeita e investigação policial, a própria existência de uma comunidade mais ou menos estruturada estava sob ameaça. Além disso, os exemplos da organização coletiva dos imigrantes russos nos países europeus e norte-americanos demonstravam que a natural diversidade de interesses e orientações políticas levava a comunidade à dispersão e limitava seus privilégios perante as autoridades locais. Neste contexto, a centralização do privilégio de representar toda a colônia de imigrantes russos na cidade nas mãos de uma única organização parece ter sido uma reação natural. A criação da Federação de organizações russas em São Paulo, em 1932, era, fundamentalmente, uma tentativa de garantir a existência de diferentes coletividades russas no contexto político da época. Era uma espécie de corporação étnica, a exemplo de sindicatos profissionais criados por Vargas, inspirado no sistema corporativista italiano, no qual a lealdade ao governo era o preço de seu livre funcionamento.

O avesso dessa organização comunitária era, naturalmente, a concentração de poder na colônia nas mãos de um grupo restrito. No caso concreto, o poder ficava nas mãos de indivíduos que já possuíam recursos de influência nos círculos de polícia ou da burguesia da cidade, o que lhes conferia maior poder de negociação dentro e fora da comunidade. O núcleo no controle da colônia não hesitou em construir uma imagem ideal da colônia russa em São Paulo, algo que, em certa medida, era também um compromisso entre as exigências do contexto político local e de suas aspirações ideológicas internas. Não é coincidência terem sido os conservadores, os monarquistas, os nacionalistas e os antibolcheviques, os sujeitos a assumir influência dentro da colônia, num contexto brasileiro no qual as elites políticas eram simpatizantes dos regimes fascistas e nacionalistas europeus. A colônia russa declaradamente anticomunista era, para o governo brasileiro, aliada estratégica no combate às ideias socialistas. E, para a colônia russa, as aspirações nacionalistas brasileiras incentivaram, ainda mais, a proliferação de ideias conservadoras e de extrema direita, como o fascismo russo e o partido dos Mladorossos.



Dessa maneira, aquilo que era chamado de “colônia russa” não representava a totalidade dos imigrantes russos na cidade, mas representava uma estrutura centralizada, controladora e disciplinadora. Os seus membros deviam se enquadrar em concepção muito específica de “ser russo”, inventada e defendida por essa “colônia” oficial. O ser russo era, assim, uma categoria exclusiva que levava em conta o status social de origem e a inclinação política, baseada na defesa dos valores políticos do antigo regime russo. Quando se tratava de assuntos políticos, defender ideais divergentes da linha principal da colônia podia levar à exclusão da própria categoria de “russo”, como vimos no caso de Solodovnikoff. Já nos assuntos culturais, o “russo” ficava circunscrito à clássica cultura russa, excluindo tanto as manifestações culturais de outros povos do antigo Império (ucranianos, lituanos, bessarábios, judeus, etc.), quanto a cultura soviética<sup>297</sup>.

Portanto, essa estrutura específica das coletividades russas na cidade certamente não representava todos aqueles que se consideravam russos. Grupos de imigrantes que defendiam outros ideais nacionais e políticos estavam sob atenção constante da “colônia”, que não hesitava em eliminá-los usando a sua influência na polícia paulista. Assim, é apenas no período da Segunda Guerra Mundial - quando a perseguição da polícia às coletividades socialistas se afrouxou e quando o núcleo estruturador da “colônia” russa perdeu a sua influência junto às autoridades, devido ao afastamento das elites políticas brasileiras das ideias fascistas - que a própria existência de outros grupos de russos na cidade se revelou. Incentivados pelo crescente discurso de combate ao fascismo no Brasil, esse grupos começaram um contra-ataque ao núcleo organizador da “colônia”, revelando, para o pesquisador, uma maior diversidade de ideais e concepções nacionais dentro da comunidade de imigrantes russos na cidade.

---

<sup>297</sup> Muito mais tarde, já em 1961, a revista monarquista *Vladimirsky Vestnik*, deixou muito clara essa concepção da “russidade” por parte das ideologias conservadoras russas. Segundo a matéria, publicada em homenagem aos 10 anos de existência da revista, em setembro de 1961, “não existem ‘povos da Rússia’, mas existe um povo russo unido, que, ao longo de sua evolução cultural, absorveu grande quantidade de pequenos tribos e nacionalidades. Esse processo, tão natural e benéfico para seus participantes, foi acompanhado por adesão desses pequenos povos à grande cultura russa, e favoreceu o aumento de sua consciência nacional, mas foi interrompido pela revolução” (p. 2). A mesma matéria, quase um manifesto das ideias monarquistas, declara o romance de Vladimir Nabokov, “Lolita”, como “pornográfico”, assim como o “Doutor Jivago”, de Boris Pasternak, como “um romance soviético sem talento, no qual a Rússia antiga é ridicularizada, a revolução é vangloriada e o panteísmo sensual é disfarçado de cristianismo” (p. 6). “Que vexame! – continua o artigo – Boris Pasternak, escritor soviético, futurista e membro do partido comunista nos é colocado como uma autoridade espiritual [...]”. “Наши итоги», В. Мерзеевский. Владимирский Вестник, № 89, сентябрь 1961. [“Nossos resultados”, V. Merzeevsky. *Vladimirsky Vestnik*, nº 89, setembro de 1961].

\*\*\*

Resumindo, imigrantes russos em São Paulo no período entreguerras começaram a formar coletividades mais ou menos organizadas já no final dos anos 1920. Diferentemente da maioria de outros grupos de imigrantes, na cidade, que apresentavam grande diversidade de organizações comunitárias, os russos logo perceberam a vantagem de concentrar o direito de representar os interesses da comunidade nas mãos de uma única organização, portadora de certos privilégios e influências junto aos círculos de poder brasileiros. Assim, em detrimento de suas divergências internas, os imigrantes russos se estruturaram numa “colônia russa” – uma coletividade projetada, que exercia função disciplinadora entre os imigrantes, e representativa perante a sociedade brasileira.

Para os próprios russos, as organizações ligadas à colônia serviam de local de encontro e sociabilidade, de troca de informações, conhecimentos e opiniões políticas. Contudo, como vimos, essas instituições ainda preservavam os padrões de estratificação, trazidos do país de origem e reforçados em São Paulo pela dinâmica urbana da cidade, onde os imigrantes das camadas populares tendiam a se concentrar nos subúrbios pouco conectados à vida da metrópole no centro da cidade, o qual, por sua vez, abrigava os imigrantes das classes médias urbanas. Na realidade, a colônia russa, com suas organizações comunitárias, representava basicamente esses imigrantes das classes médias e, conseqüentemente, era construída nos critérios de coletividade por eles defendidos. Tornando-se cada vez mais politizados, esses critérios entendiam a “russidade” como lealdade a uma ideia nacional e política muito específica, que, *grosso modo*, se baseava na tríade “Deus, Czar, Pátria”. As organizações russas formadas na base de outros critérios de coletividade, não apenas ficavam de fora dessa concepção da “colônia” como também acabavam silenciadas pelos veículos de comunicação, ou então eram eliminadas do núcleo central da colônia, por meio da parceria entre polícia e russos.

A colônia russa configurava também uma tentativa de construir e monopolizar uma imagem específica do imigrante russo no Brasil, para o exterior e para a sociedade brasileira. Nisso, a concepção da “russidade” defendida por ela deveria traçar fronteiras simbólicas com outros grupos na cidade. Primeiro, havia interesse em desvincular a imagem do russo das ideias comunistas e bolchevistas. Para isso, a colônia russa

introduziu e fez uso intenso, em seus discursos - tanto para dentro quanto para fora da comunidade - dos conceitos de “russo branco” e “emigrado” (não “imigrante”), justamente para delimitar a origem ideológica dos grupos comunistas na cidade. A quase totalidade de aparições da colônia russa na imprensa brasileira nessa época era acompanhada pela afirmação de sua aversão à doutrina bolchevista, assim como pela declaração de sua lealdade ao curso político brasileiro. Segunda fronteira era traçada entre os russos e os grupos de imigrantes do Império Russo de origem judaica que, devido a sua presença mais antiga na cidade, já eram popularmente conhecidos como “russos”, sobretudo nos bairros populares. O crescente antissemitismo na sociedade brasileira e o tradicional antissemitismo dos nacionalistas russos, que dirigiam as principais organizações da colônia, fez com que essa fosse uma das fronteiras estratégicas a ser erguida pela colônia russa. A terceira fronteira, mais sutil, devia separar a colônia russa, fortemente proletarizada ao longo de seu processo migratório, das tradicionais camadas populares brasileiras e também dos imigrantes russos de origem camponesa ou proletária. Vimos que, embora a maioria dos emigrados russos ocupasse, ainda nos anos 1930, trabalhos de baixa qualificação - na lavoura, na construção civil ou nas ferrovias em expansão - a colônia em São Paulo promovia a imagem do imigrante russo como herdeiro e representante legítimo de uma sociedade aristocrata, luxuosa e de alta cultura, perdida após a revolução proletária. Ou então se enfatizavam os percursos profissionais de sucesso - geralmente de funcionários nas grandes empresas nacionais e internacionais -, silenciando aqueles que permaneciam por longos períodos na pobreza ou na dependência das organizações de ajuda mútua da comunidade.

A centralização e a politização das organizações comunitárias russas, em São Paulo na década de 1930, também prejudicou os canais de transmissão cultural entre diferentes gerações de imigrantes - tanto entre diferentes levadas migratórias, quanto entre os imigrantes e seus descendentes nascidos já em solo brasileiro. A transmissão cultural é entendida aqui, sobretudo, como transmissão intergeracional de seu status social e de suas principais práticas culturais, como o idioma, os padrões educacionais, profissionais, matrimoniais etc “idioma, nomes, padrões de residência, posição social local, e religião; e além disso ainda valores e aspirações, medos, visões de mundo, saberes domésticos, modos de comportamento tidos como naturais, atitudes perante o corpo, modelos de parentesco e matrimônio - resultantes da condensação de

experiências características para grupos sociais particulares” (Bertaux, Thompson, 2007, p. 1,2). Embora existam múltiplas instituições sociais que possibilitam a transmissão cultural, como escola, igreja, grupos de interesses e de parentesco, entre outros, a família é o principal canal de transmissão intergeracional. Em situação na qual a estrutura familiar tradicional é prejudicada, outras instituições se tornam canais prioritários para a transmissão se realizar. A imigração, sobretudo a imigração em razões de cataclismos sociais, como no caso dos refugiados da revolução de 1917, representa uma dessas situações que danifica a estrutura da família e, com isso, interrompe os modos tradicionais de transmissão entre gerações. Alguns pesquisadores da transmissão social na Rússia (Bertaux, 1996, pp. 207-213; Semenova, 1996, p. Pp. 326-331) chamam atenção para o papel da família estendida nesse processo. Semenova (*op.cit.*, p. 327) observa que a educação primária na Rússia anterior a revolução, tanto nas famílias populares quanto nas famílias das camadas privilegiadas, se realizava no âmbito familiar. A educação nas escolas estatais era um fenômeno reduzido às escassas camadas de trabalhadores urbanos.

No contexto da imigração, a família estendida, como o principal canal de transmissão, foi significativamente prejudicada. Isso é especialmente válido para aqueles que emigraram solteiros e na idade adulta, como a maioria dos que se chamavam de “emigrados”. Desses, poucas famílias conseguiram manter sua estrutura familiar básica, como vimos, por exemplo, nas listas de bordo dos refugiados vindos nos navios *Aquitaine* e *ProvenceI*, nos quais o número de famílias estendidas era ínfimo. Em contraste a esses exemplos cujo padrão migratório era, sobretudo, individual, os imigrantes das regiões agrárias do antigo Império Russo, como bessarábios, lituanos, ucranianos, dentre outros, apresentavam o padrão migratório familiar -migrava a família estendida: os pais, seus filhos, genros/noras, netos, sobrinhos e também seus pais e irmãos. Para esses últimos, o rompimento dos canais de transmissão cultural não foi tão drástico quanto para os grupos de emigrados individuais de origem urbana.

Na São Paulo dos russos da época entreguerras, é evidente que as organizações da “colônia” eram muito mais orientadas à primeira geração de imigrantes. Vimos que entre dezenas de diferentes coletividades permanentes na cidade, a maioria era de caráter político ou era uma espécie de grupo de interesses. Poucas eram voltadas à promoção de eventos culturais, e nenhuma era dedicada às crianças. Norbert Elias e John Scotson (2000, p. 142), no clássico estudo da comunidade, chamaram atenção para

o fato de que o desequilíbrio de poder entre diferentes gerações do mesmo grupo – traduzido pela ausência de organizações de lazer para as novas gerações – leva esse grupo à desestruturação. Da mesma maneira, a colônia russa em São Paulo, na década de 1930, não se interessava em promover a transmissão cultural para as futuras gerações – normalmente, essa era a função da paróquia, porém a própria politização da paróquia podia afastar muitos russos de suas atividades. Paralelamente, os imigrantes russos residentes nas colônias agrícolas do interior do Estado, ou que voltaram à capital após a crise do café, se dedicavam mais às novas gerações: várias escolas primárias e organizações voltadas à juventude eram mantidas por esses imigrantes<sup>298</sup>. Porém, elas logo tiveram fim com os decretos de Vargas que proibiam as atividades educacionais em língua estrangeira (Decreto-lei n 1545 de 25/08/1939).

Dessa maneira, a desestruturação da família tradicional e a ausência de instituições comunitárias voltadas à transmissão cultural para as novas gerações fez com que as crianças russas, especialmente aquelas nascidas no Brasil, assimilassem rapidamente o modo de vida local e se afastassem dos padrões culturais de seus pais de origem. Basicamente, a manutenção dos critérios de “russidade” estabelecidos pela colônia era função das primeiras gerações de imigrantes que, naturalmente, acabou após seu desaparecimento nos meados dos anos 1960-1970.

A escassez de instituições de ajuda mútua e os rígidos critérios de inclusão comunitária, estabelecidos pela colônia nos anos 1930, também prejudicaram a transmissão da experiência migratória entre as diferentes levas de imigrantes russos na cidade. Os deslocados de guerra russos, chegados no final dos anos 1940, não foram adequadamente integrados às instituições comunitárias criadas antes da Guerra, de modo que novas organizações precisaram ser criadas para dar assistência a essas populações. Grande quantidade de novas paróquias e novas organizações comunitárias russas, surgidas em São Paulo, nos anos 1950, demonstram a falta de continuidade entre o propósito da “colônia” russa do período entreguerras e as necessidades dos imigrantes russos do pós guerra. Além disso, também revela como as características e trajetórias migratórias diferentes promoveram maior diferenciação social da colônia russa na cidade, porque não se compartilhavam os mesmos critérios de coletividade – sentimento de fazer parte de um grupo delimitado e solidário.

---

<sup>298</sup> As escolas de alfabetização russa existiam nas colônias agrícolas de concentração de bessarábios, no interior do Estado de São Paulo, e também vinculadas às paróquias batistas surgidas na capital no final dos anos 1920, uma na rua Prates, no centro da cidade, e outra na Vila Zelina. (Cocicov, 2005; 2007)

## **6.6. As formas de sociabilidade de russos em São Paulo no período após a Segunda Guerra Mundial**

Até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a maioria das organizações ligadas à colônia russa em São Paulo já haviam sido fechadas. Como a maioria delas possuía caráter político, o Estado Novo não permitiu sua existência, através de diversos decretos restritivos aplicados às coletividades de imigrantes no país. Assim, de um modo geral, o período posterior à Guerra e ao fim do Estado Novo foi marcado, para a colônia russa, pela nova estruturação de suas coletividades. Com isso, com a vinda de novas levas de imigrantes russos, cujas características migratórias eram muito divergentes daquelas dos emigrados do período entreguerras, os critérios de coletividade deviam ser reformulados. Dessa maneira, o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial foi, sobretudo, um marco de ruptura do padrão de organização comunitária dos russos na cidade.

Entre as organizações russas que já existiam na cidade antes da Guerra poucas se perpetuaram no período posterior a ela. A principal instituição que permaneceu inalterável foi a Igreja Ortodoxa Russa, guiada, desde 1935, pelo Bispo Theodosio, munido de um forte apoio dos círculos nacionalistas russos e, através deles, também de uma certa confiança na polícia política. A igreja administrava duas paróquias, a Catedral no centro da cidade e a Igreja da Vila Alpina, e, além de atividades eclesiais, ainda assistia aos necessitados e promovia encontros e intercâmbios culturais e até políticos. Embora o período da guerra alterasse significativamente o equilíbrio de poder entre diferentes grupos de imigrantes russos na cidade – a questão será analisada com mais atenção no próximo capítulo –, a Igreja do Bispo Theodóssio permanecia a principal instituição religiosa dos russos em São Paulo. Assim, quase todas as outras paróquias surgidas no período pós guerra, eram subordinadas a Diocese do Bispo Theodóssio, embora possuíssem certa autonomia, seu próprio clero e um conselho paroquial. Nesse período, surgem a paróquia Nossa Senhora da Proteção na Vila Zelina, em 1940, a igreja de São Serafim em Carapicuíba, em 1948/49, duas igrejas de São Sérgio em Moema, em 1952, e a igreja da Nossa Senhora de Proteção em Pedreira, em 1952 (ver Vorobieff, 2006).

Acompanhando a distribuição dos novos imigrantes russos na cidade de São Paulo, as novas paróquias cumpriam função de centros comunitários para seus

frequentadores. Enquanto isso, a Catedral, que abrigava a residência do Bispo e o centro diocesano da Igreja Ortodoxa no Brasil, era o principal local de ressurgimento de grupos monarquistas e nacionalistas russos cujas organizações foram desestruturadas antes da guerra. Apresentando certa continuidade ideológica com as orientações da “colônia” russa de entreguerras, essas organizações eram criadas e lideradas por outras personalidades – a maioria oriunda de emigrados nos anos 1930, mas também dentre alguns que vieram ao Brasil já durante ou após a Guerra. Assim, a Catedral hospedava várias organizações comunitárias, a maioria de caráter político: Sociedade Príncipe São Vladimir; Sociedade São Alexandre Névsy (Federação dos oficiais russos das escolas militares); Sociedade São George; Federação dos ex-cadetes dos Corpos Russos Imperiais; Sociedade dos Cossacos e Sociedade de assistência às crianças russas<sup>299</sup>.

A Sociedade Príncipe São Vladimir era a organização permanente que funcionava no endereço da Catedral. Ela reunia principalmente os defensores da restauração da antiga Rússia Imperial e do resgate do poder perdido da Igreja Ortodoxa Russa, organizando festas e encontros para o público simpatizante a esse ideal nacionalista. Junto à Sociedade Príncipe São Vladimir, em julho de 1951, foi criado o jornal *Vladimirskiy Vestnik*, “Folheto da Associação Cultural e de Assistência Príncipe São Vladimir”, pelo tesoureiro do conselho paroquial da Catedral e companheiro próximo do Bispo Theodosio, Vladimir (Waldemar) Merzeevsky. Merzeevsky (1897-1975) emigrou para o Brasil em 1926, e participou tanto da criação da paróquia quanto da posterior construção da Igreja São Nicolau. Ocupando o cargo de assessor técnico na Empresa *Light* durante quase 40 anos, casado mas sem filhos, ele se dedicava plenamente aos assuntos da paróquia e de organizações monarquistas promovidas e patrocinadas por ele. Entre elas, além do jornal *Folheto São Vladimir*, a fundação de uma tipografia paroquial, que editava livros em russo, tanto de temática religiosa quanto obras de ficção, memorialísticas ou políticas, escritas pelos emigrados russos em todos lugares de sua disseminação pelo mundo (Hisamutdinov, 2005). É evidente, que os títulos e os autores publicados eram cuidadosamente escolhidos por Merzeevsky para se adequar à orientação “patriótica” da editora: radicalmente antissoviética e extremamente conservadora, com certas simpatias pelos extintos movimentos da extrema direita

---

<sup>299</sup> *Vladimirskiy Vestnik*, n 36, 1954.

rusa<sup>300</sup>. Para o seu mentor, os objetivos da editora, eram resgatar os antigos valores nacionalistas russos e, num dever messiânico, levá-los aos imigrantes de origem soviética, privados da memória histórica pelos anos de propaganda soviética:

Depois da Segunda Guerra Mundial e da chegada da nova emigração, o problema do livro nacional russo ficou mais atual. Correntes de literatura bolchevique, que inundam a emigração, tem por objetivo nos separar da moral, de Deus, da Pátria... As editoras existentes dos emigrantes não correspondem às nossas ideias nacionais. Alguns deles tem objetivos comerciais, alguns estão nas mãos da esquerda. Sentimos, especialmente, a ausência de literatura religiosa, tão necessária para a emigração nova que veio de trás da cortina de ferro<sup>301</sup>.

Entretanto, a principal atividade da Sociedade São Vladimir era a publicação regular, na tipografia paroquial, do jornal monarquista *Vladimirskiy Vestnik* [Folheto de São Vladimir], entre 1951 e, aproximadamente, 1968<sup>302</sup>. O Bispo Theodóssio era simpatizante do jornal e de suas ideias, embora oficialmente não fosse vinculado a suas atividades. Nos anos 1960, quando a publicação ganhou uma projeção transnacional entre os imigrantes russos, sendo um dos poucos jornais monarquistas ainda editados nas comunidades russas, suas polêmicas posições políticas e ideológicas começaram a comprometer a própria imagem do Bispo e de toda a Igreja liderada por ele. Nesse momento, os editores do jornal tentaram criar uma distância formal em relação à instituição religiosa, para proteger a igreja dos debates políticos. Porém, de fato, a paróquia, o Bispo e todas as organizações comunitárias vinculadas continuavam defender ideias nacionalistas. *Grosso modo*, para eles, o único regime político aceitável para a Rússia continuava ser a monarquia absolutista, com legitimidade divina e com atuação inseparável da Igreja Ortodoxa.

Essas ideias, bastante radicais para o contexto político mundial na época – URSS sem Stalin, a guerra fria, o avanço do capitalismo de mercado na Europa pós-guerra, o desaparecimento da ideia russa branca contrarrevolucionária –, não atraíam, naturalmente, grande quantidade de seguidores. Basicamente, seu público era restrito à geração dos emigrados de orientação nacionalista que presenciaram e participaram no movimento contrarrevolucionário - a geração que, nos anos 1960, já estava com mais de

---

<sup>300</sup> Existem indicações, embora não confirmados pela pesquisa, de que Merzeevsky foi colaborador do jornal dos Mladorossos, em São Paulo, até 1936, quando rompeu com a organização, após o partido desviar seu rumo e partir para a apologia do regime stalinista.

<sup>301</sup> *Vladimirskiy Vestnik*, n 36, 1954.

<sup>302</sup> Último número disponível em arquivos é nº 111 de 1968.



60 anos de idade<sup>303</sup>. Nesse contexto, a publicação da revista se tornou empreendimento independente do financiamento exterior, sendo exclusivamente sustentada por seus editores e, posteriormente, pelas doações de seus leitores, assim como por assinaturas. Além de Merzeevsky, um dos mentores do periódico era Victor Gultzoff (1896-1976), que veio ao Brasil no começo dos anos 1940, da França, com um contrato para trabalhar na Companhia Seguradora Brasileira<sup>304</sup>. Dispondo de uma condição financeira estável e privilegiada, Gultzoff foi um dos principais patrocinadores do projeto de Merzeevsky, no seu início, embora tenha se afastado desse círculo político posteriormente.

*Vladimirsky Vestnik*, o periódico “nacional patriota” e “Popular-religioso” de “pensamento Russo Nacional”, como foi estampado na capa de cada número, possuía, em média, 40 páginas e era editado uma vez a cada três ou quatro meses. O conteúdo era muito seletivo: a revista tinha por objetivo discutir ideias monarquistas, criticar a política soviética e divulgar obras escritas pelos emigrados brancos, assim como notícias do movimento branco antissoviético transnacional. Enquanto o principal espaço da revista era dedicado aos conflitos políticos e judiciais entre os militantes de diferentes causas da diáspora russa, as notícias cotidianas sobre a colônia russa no Brasil eram escassas e seletivas. Reuniões, festas para adultos e crianças, missas e outros eventos organizados pela Paróquia São Nicolau, ou pelas organizações adjacentes, eram prestigiadas com mais frequência e atenção do que eventos organizados por outras

---

<sup>303</sup> Não apenas no Brasil os periódicos da primeira leva dos emigrados sofriam com a perda do público alvo. Nos EUA, as publicações, outrora de sucesso na comunidade russa, eram obrigadas a cessar suas atividades por falta de leitores. Como aponta, ironicamente, editor de um periódico monarquista nos EUA, sua revista era “editada uma vez por mês durante muitos anos, mas faleceu de causas naturais em idade avançada: não existem mais nem leitores, nem acontecimentos que poderiam ser descritos”. Сви́дерский, Игорь. Крымский кадетский корпус. 1920-1929. [Svidersky, Igor. *Escola de cadetes da Criméia. 1920-1929*. Álbum memorialístico. Datilografado. Acervo da Catedral Ortodoxa São Nicolau, São Paulo.]

<sup>304</sup> Conforme o relato de sua filha, Victor Gultzoff conheceu sua esposa num hospital para os feridos soldados das tropas brancas em Constantinopla, onde ele se encontrava após a evacuação com o Exército de Vrangel. De Constantinopla, o casal emigrou para Córsega, acompanhando um dos movimentos migratórios dos soldados brancos, e, logo em seguida, se mudou para Lyon, na França. Nessa cidade Victor se graduou em ciências atuariais, trabalhando paralelamente como taxista (um ramo de atividades praticamente monopolizado pelos emigrados russos nas grandes cidades francesas entre duas guerras). Graças à sua formação e ao conhecimento de vários idiomas, logo conseguiu se empregar numa empresa seguradora que possuía escritórios na América Latina, sendo encaminhado para São Paulo no começo dos anos 1940, já com contrato firmado. Em alguns anos, Gultzoff foi promovido para o importante cargo de Superintendente-Atuário na empresa Companhia Seguradora Brasileira, o que deixou sua família numa situação financeira bastante confortável para a época. A família residia num palacete no nobre bairro de Higienópolis, na rua Albuquerque Lins, onde não raro organizava encontros e jantares para a colônia russa da cidade. Por meio da Seguradora, Gultzoff empregava muitos deslocados de guerra russos, que precisavam de contratos nas empresas brasileiras para conseguir visto de entrada ao país, conforme consta no Banco de dados sobre a entrada de DPs ao Brasil. Elena G., depoimento de 06/09/2014, Cabo Frio, RJ.

entidades russas. De modo geral, a vida dos novos imigrantes russos, deslocados soviéticos e os refugiados da China, na cidade, não fazia parte do interesse do periódico.

A posição política e ideológica do *Vladimirsky Vestnik* era muito clara e seu radicalismo era surpreendente, tomando em conta a distância temporal que separa a sua publicação dos eventos revolucionários na Rússia. Passados 44 anos desde a Revolução bolchevique, a revista assim descrevia sua missão:

É preciso dizer que nós lutamos pela restauração da Rússia, pelo renascimento de todo o sacro que existia nela e que foi destruído pela Revolução. [...] os revolucionários envenenaram o povo russo com um fluxo de ideias revolucionárias delirantes. Entre elas, o engano coletivo de que, supostamente, o poder vem do povo. A ideia de ‘poder do povo’ é uma ideia revolucionária, produto da Revolução Francesa. E a pessoa que a aceita, rompe, dessa maneira, com a consciência nacional russa, que se edificava na fidelidade ao Czar pela Graça de Deus<sup>305</sup>.

Diante da impotência política das organizações dos emigrados russos após a Segunda Guerra, quando a solidez do estado soviético não deixava mais oportunidades para uma contrarrevolução, os círculos conservadores dos emigrados russos precisavam reformular a sua função. Assim surgiu o discurso que dotava a “emigração russa” – ou seja, a comunidade transnacional dos emigrados da primeira leva – de um papel messiânico de preservar e difundir a “verdadeira” cultura russa, extinta ao longo de décadas do poder soviético na Rússia.

A primeira emigração levou ao exílio tudo o que tinha de sagrado na Rússia. Ela levou para o exílio a cultura nacional russa para preservá-la e para fortalecê-la. É a Rússia no exílio, e ela está aqui, e não lá. A Segunda Guerra nos deu a nova emigração, que tem a missão de testemunhar para o mundo sobre o que eles viram no reino do anticristo e o que eles vivenciaram. [...]

É por isso que o papel da emigração na luta contra a Revolução é enorme. Só aqui a consciência nacional pode ser construída, só daqui que pode vir a salvação para a Rússia, pois só aqui que sobreviveram os ideais nacionais russos, que foram eliminados ao longo dos anos de trabalho na URSS. Por fim, é aqui que fica a nossa Igreja Ortodoxa no Exterior, que é a única herdeira da Igreja Russa, e que sempre foi o apoio da Santa Rus<sup>306</sup>.

---

<sup>305</sup> *Vladimirsky Vestnik*, Nº 89, 1961, p. 3.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p. 7.

É evidente uma certa continuidade entre ideias nacionalistas da colônia russa de entreguerras e o trabalho empreendido pelas organizações vinculadas à Catedral São Nicolau após a Guerra. Entretanto, o grupo de indivíduos que liderava o movimento nacionalista russo na colônia antes da Guerra se afastou dos assuntos da comunidade, bem como dos debates políticos. Nem Ivanow, nem Dachoff, nem Golubintsev eram mais presentes nas publicações e organizações russas desse período. Provavelmente, isso é uma consequência do processo de revisão de valores políticos que aconteceu na sociedade brasileira depois do fim do Estado Novo, em 1945, quando os ideais fascistas em voga nos anos 1930 foram radicalmente rejeitados após os horrores da Segunda Guerra. O equilíbrio de poder entre grupos da direita e da esquerda se modificou consideravelmente, e junto a ele as antigas alianças e redes de confiança nos círculos dos detentores de poder. Sem apoio das autoridades policiais, e no contexto da rejeição das ideias fascistas, as coletividades formadas na base das antigas alianças não podiam mais se reconstruir no novo contexto sócio-político brasileiro.

Dessa maneira, quando, em 1953, Nicolau Dachoff, então com 60 anos de idade, enviou ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo uma solicitação de permissão para ser representante oficial no Brasil da “Representação central da emigração russa” - a organização transnacional dos emigrados russos, com sede em Munich - ele rapidamente recebeu um parecer jurídico desfavorável e o indeferimento de seu pedido por parte do DOPS<sup>307</sup>. Sem as antigas alianças nos círculos policiais, a estrutura da antiga “colônia russa” foi obrigada a ser reconsiderada.

De modo geral, sem a pressão centralizadora da Federação das organizações russas sobre as coletividades dos imigrantes russos em São Paulo, após a Guerra, a diversidade de modelos organizacionais e de propósitos comunitários aumentou significativamente. As coletividades russas ficaram muito menos politizadas, embora os debates e confrontos políticos permanecessem. Os critérios de coletividade também se modificaram. A “russidade” não significava mais tanto uma projeção política ou ideológica, mas, sobretudo traduzia um sentimento de pertencimento a uma cultura compartilhada, uma língua comum e uma condição migratória parecida.

---

<sup>307</sup> É curioso que o autor dessa consultoria jurídica tenha sido o advogado Oswaldo Porchat, Consultor jurídico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. É a mesma pessoa que, 11 anos mais cedo, sendo Diretor do policiamento do DOPS, escreveu, aos oficiais do Exército Brasileiro, uma carta de recomendação para Léo Ivanow, na ocasião de sua acusação de injúria. Enquanto os valores e as alianças se modificavam, o poder continuava a ser exercido pelas mesmas pessoas, com base na mesma legislação.

Isso porque a população russa na cidade sofreu modificações qualitativas. A primeira geração de emigrados, que nasceram no Império Russo e presenciaram os acontecimentos revolucionários, já estava diminuindo significativamente. Seus filhos naturalmente desenvolviam outros critérios de autoentendimento como russos. Sua identificação enquanto russos podia até incluir uma negação do soviético, mas ela era privada da dimensão militante e emocional que havia no caso de seus pais. A ausência de canais coletivos de transmissão cultural na cidade, capazes de criar uma geração de russos nascidos no Brasil com forte espírito nacional, fez com que a identificação de cada um com uma certa “russidade” ficasse dependente dos recursos que cada família investia para transmitir o seu entendimento sobre “ser russo”. Ao invés de um projeto de identificação nacional, criado coletivamente através das escolas ou clubes comunitários para os jovens, a “russidade” de cada um se tornou uma questão individual.

A segunda mudança na composição da população russa na cidade esteve ligada à chegada dos deslocados e imigrantes da China. A maioria dos deslocados de guerra, nascidos e crescidos na União Soviética, não se identificava com o conceito da “russidade” que a colônia russa desenvolveu para seus membros antes da Guerra. Ainda que descontentes com o governo soviético, mesmo criticando a sua política e economia, a sua russidade era tecida por outros valores, por outras experiências de vida, conforme outras visões do mundo. Da mesma maneira, para os russos da China, embora eles não tivessem passado pela socialização soviética, seu autoentendimento como russos se construía em um contexto social muito diferente, no qual, inclusive, a experiência de emigração fora mais extensa que em outras localidades.

Assim, analisando as coletividades criadas pelos russos em São Paulo na década de 1940-1950, fica evidente uma maior preocupação com a assistência aos mais necessitados da comunidade, como crianças e idosos, uma maior diversidade de critérios de coletividade e a desvinculação dos movimentos políticos.

O surgimento de duas grandes organizações, nos anos 1950, configurou um marco acerca de alterações que aconteceram na comunidade russa após a guerra. A primeira, dedicava-se à assistência às crianças dos imigrantes russos, enquanto a segunda cuidava dos idosos, que, por consequência de suas características migratórias, não possuíam familiares e eram frequentemente sujeitos à miséria e ao esquecimento.

O Instituto São Vladimir foi criado pelos monges católicos jesuítas que já trabalhavam com os refugiados russos nos acampamentos de deslocados de guerra, na Europa, e possuíam conhecimentos da língua e da cultura russa. O projeto de criação de uma pensão para os meninos russos de famílias imigrantes era iniciativa da Igreja Católica, mas mobilizou também os próprios imigrantes. Em 1954, um sacerdote jesuíta de origem francesa, Fillippe de Rejis, juntou os primeiros meninos russos em uma espécie de pensão, que funcionava, no início, na casa de um casal de imigrantes russos. Um pouco mais tarde, quando a instituição começou a ganhar maior destaque entre os imigrantes russos, a escola foi transferida para a cidade de Itú, onde passou a ocupar um prédio na dependência da Igreja Católica de Bom Jesus. Cerca de 20 alunos eram matriculados nas escolas brasileiras e, no período que passavam na instituição, recebiam ensino religioso e aulas de língua e literatura russa. A procura pelo Instituto aumentava e, quando o espaço ficou muito pequeno, ele foi transferido para Santos, onde passou a ocupar um prédio no Mosteiro de São Bento. Em 1969, depois de anos à procura de sua sede própria, o Instituto foi transferido para São Paulo, no bairro do Ipiranga, não muito longe de uma escola para meninas russas, criada também pela iniciativa da Igreja Católica, o Instituto Santa Olga (Vorobieff, 2006, p.110-120).

O Instituto Santa Olga foi criado em 1958, por uma irmã ursulina de origem francesa que imigrara para o Brasil com os refugiados russos da China, em 1953. Junto com outras freiras católicas, que já haviam trabalhado com a comunidade russa na China, foi organizada uma pensão para meninas. Como no caso do Instituto São Vladimir, as alunas do Instituto Santa Olga foram matriculadas nas escolas brasileiras. Ali, recebiam aulas de educação religiosa, língua e cultura russa, música e artes pela própria instituição.

A intervenção da igreja católica na assistência aos imigrantes russos denunciava, sem dúvida, por parte da própria colônia russa estruturada ainda nos anos 1930, uma carência na atenção às camadas mais vulneráveis. Claro que manter uma pensão para mais de 20 crianças exigia não só uma estrutura física, além de investimentos financeiros, mas também certa estrutura de oportunidades na cidade, que a colônia, enquanto organização, não possuía na época. De qualquer modo, o Instituto permaneceu, para várias gerações de crianças russas, um canal importante de transmissão do idioma e da cultura russa. Nesse processo a “russidade” perdeu completamente o seu significado nacional e étnico, o “ser russo” não mais significava

uma autoidentificação com uma coletividade nacional ou étnica específica, mas, sobretudo, uma das características de uma cultura híbrida, comum para a segunda geração de imigrantes.

O livreto comemorativo de 25 anos do Instituto São Vladimir traz o relato de um dos ex-alunos do colégio rememorando uma apresentação folclórica que os alunos realizaram no Teatro Municipal de São Paulo em 1960. Ele escreve:

Eles [os alunos] tinham que afirmar perante seus pais, perante o público em geral, que aprenderam a apreciar os valores de seu povo e, ao mesmo tempo, demonstrar perante o Brasil, que os acolheu com muito carinho, o íntimo da alma russa. [...] Pois, além de interesse de caráter pessoal, estava em jogo o começo de um convívio cultural, baseado na explicitação de todo um espírito que deveria transparecer através do espetáculo<sup>308</sup>.

A narrativa do autor ressalta a ideia de que uma apresentação como essa podia representar uma afirmação de um “hibridismo cultural” dessas crianças imigrantes, a prova, perante seus pais russos e o público brasileiro, de sua dupla lealdade.

Outra organização surgida no período do pós-guerra que indica a mudança na autopercepção dos russos na cidade, como uma coletividade, foi a casa de repouso para os idosos russos, surgida em 1946. Diferentemente do Instituto São Vladimir, iniciativa da Igreja Católica, a assistência aos idosos foi iniciada pelos próprios imigrantes. A necessidade de assistir aos idosos russos era iminente, na época, quando as primeiras levadas de emigrados já estavam em idade avançada, muitos deles sem familiares, sem cidadania brasileira e com pouco conhecimento do idioma português. Alguns grupos de imigrantes russos, não por coincidência ligados aos movimentos políticos mais progressistas dentro da colônia russa, se reuniram para criar, em 1946, a Sociedade Filantrópica Brasileira. Embora atendesse inicialmente aos idosos russos, a sociedade não levava em seu título nenhuma referência à russidade, provavelmente com objetivo de não reduzir, com isso, a abrangência de suas ações à uma concepção específica de ser russo. A sociedade era financiada por doações de seus membros e arrecadações através de eventos comunitários. A sua primeira sede, no bairro da Vila Mariana, doada por um fazendeiro de origem russa, começou abrigando cerca de 15 idosos, com assistência de voluntários russos. Já em 1965, a Sociedade conseguiu doação e patrocínio financeiro do Conselho Mundial das Igrejas e do Alto Comissariado dos refugiados da ONU para a

---

<sup>308</sup> “Atividades culturais”, Niko Zuzek. Instituto São Vladimir, 25 anos. 1954-1979. Itú-Santos-São Paulo. São Paulo, julho de 1979. P. 20.

construção de uma nova casa que abrigaria cerca de 60 idosos. Para sua inauguração, a instituição recebeu a visita do Alto Comissário pelos refugiados da ONU, o Príncipe Sadruddin Aga Khan, e também a representante da Fundação Liev Tolstoy, Tatiana Schaufuss, que dedicou as atividades da Fundação principalmente à assistência aos idosos, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa.

Dessa maneira, após a Guerra, a comunidade russa assumiu uma nova função, ausente até então em suas atividades, a função assistencial. Voltada muito mais às necessidades dos imigrantes, às suas dificuldades de adaptação, à solução de seus problemas e à satisfação de seus interesses, a imprensa russa, em sua maioria, também perdeu o seu caráter ideológico. O repertório de periódicos russos editados em São Paulo nas décadas de 1940-1960 testemunha uma maior diversidade de temas de interesses dos imigrantes russos na cidade, inclusive uma diversificação de suas orientações políticas. Dentre as publicações de caráter político, além de *Vladimirskiy Vestnik*, era editado o jornal *Vera i Vernost'* (Fé e lealdade), autodeclarado periódico nacionalista, que, porém, não cessava de travar discussões com os editores de *Vladimirskiy Vestnik*<sup>309</sup>. Outros periódicos possuíam caráter comunitário, alguns eram editados para um público restrito, como a revista do Instituto São Vladimir e Santa Olga, *Druz'iam e Znakomim* (Aos amigos e conhecidos)<sup>310</sup>, ou o *Sim Pobedishi*, publicação periódica da Diocese Brasileira da Igreja Ortodoxa, editada pelo Bispo Theodóssio, para a circulação entre os paroquianos de sua Igreja. Outros ainda, eram destinados a todos os imigrantes russos na cidade, como o periódico *Vestnik Brazílii* (Correio do Brasil), jornal semanal publicado aos domingos nos anos 1950<sup>311</sup>.

A orientação ideológica das organizações formais também se diversificou na época do pós-guerra. A vitória dos Aliados na guerra reascendeu um “patriotismo soviético” entre os imigrantes russos no mundo inteiro, que, acima das concepções

---

<sup>309</sup> Não foi possível localizar os editores desse jornal, nem datas precisas de sua publicação. Em *Vladimirskiy Vestnik*, esse jornal é evocado como “anônimo”. “Normalmente, nós ignoramos as críticas indevidas desse jornal, sabendo com certeza que a perseguição dos monarquistas é um dos objetivos desse periódico. [...] É permitido se indagar: por quê *Vera i Vernost'* que se proclama um jornal monarquista, não publica artigos de temática radicalmente monarquista; por quê eles perseguem os monarquistas; por quê promove ataques ao bispo e seu círculo; por quê defende os traidores [...]?”. “Negação”, autor anônimo. *Vladimirskiy Vestnik*, nº 52, novembro de 1955, p. 8.

<sup>310</sup> Publicada entre 1969 e 1996 pela paróquia Nossa Senhora de Anunciação, da Igreja Católica do rito oriental, para os paroquianos e famílias cujos filhos estudavam nas pensões do Instituto. Para mais informações, ver Kolupaev, 2011.

<sup>311</sup> Catálogo unido dos periódicos da emigração russa. “*Vestnik Brazílii*”. Disponível em <[http://www.emigrantica.ru/item/slovo-san-paulu-1938-1940?category\\_id=30](http://www.emigrantica.ru/item/slovo-san-paulu-1938-1940?category_id=30)>. Acesso em 27/04/2015.

ideológicas, viam a vitória da URSS como um ato de heroísmo de seu povo. Em São Paulo, isso implicou a formação de várias coletividades que promoviam uma maior integração dos russos com a cultura e a vida soviética. Essas organizações, entretanto, não eram estruturadas a partir de uma concepção nacional, mas, sobretudo, a partir de uma solidariedade de classe, e por isso raramente possuía em seu nome uma referência a sua origem russa ou soviética. A “Sociedade Cultural Estrela Vermelha” era uma delas, que, embora não referisse sua origem eslava, possuía em seu título uma indicação explícita de sua orientação pró soviética. As suas concepções sobre o pertencimento nacional dos imigrantes “eslavos” radicados em São Paulo alinhavam-se à ideia da “nação soviética”, na qual cada nação pertencente a URSS possuía seu status independente, desde que permaneça leal ao Estado Soviético. Essa concepção fazia um contraste profundo com as concepções nacionalistas das organizações monarquistas na cidade, que, como já vimos, não admitiam a existência de outras nações no território do ex-Império Russo. As manifestações de nacionalismo não-russo eram ativamente combatidos pelos monarquistas, como, por exemplo, o nacionalismo ucraniano, que estava muito presente entre os imigrantes radicados nos subúrbios operários de São Paulo e frequentemente alinhados com os movimentos de esquerda.

Enquanto isso, a Sociedade Cultural Estrela Vermelha, fundada, segundo os relatórios do DOPS, em agosto de 1945, proclamava, através de seu estatuto, a igualdade de todas as nações soviéticas e seus representantes no Brasil:

A Sociedade admitirá sócios em número ilimitado das nacionalidades russa, bielorrussa, ucraniana e nacionais, cabendo aos sócios destas nacionalidades as mesmas responsabilidades, membros de outras nacionalidades eslavas<sup>312</sup>.

Sob vigilância permanente da polícia, por ter no título uma referência claramente soviética e por ter sócios em sua maioria estrangeiros, a Sociedade recebia atenção constante por parte dos delegados e infiltrados do Dops. Através de seus relatórios, fica evidente o esforço dessa organização em reunir imigrantes de origens nacionais divergentes numa organização pan-eslava guiada pelas ideias soviéticas.

Como aponta o relatório policial, a festa da inauguração oficial da Sociedade tentou realizar essa ideia na prática:

---

<sup>312</sup> Relatório sobre a “Sociedade Cultural Estrela Vermelha”. Prontuário nº 74809. Zot Orlov. Deops-Apesp/SP.



No Programa tomará parte o afamado corpo de coral da colônia iugoslava sob a regência do maestro S. Wichlar, que executará as novas canções soviéticas, sob a regência do maestro Abraão Althasen e também serão apresentados as danças típicas russo-ucranianas sob a direção do Sr. V. Zuravelh. A seguir, o solo de violino de Pedro Abatels e Halia Cheliuc. Terminando o programa artístico, falará o padre ortodoxo autorizado pelo patriarca de Moscou, que versará sobre a união fraternal e democrática dos povos pertencentes a URSS<sup>313</sup>.

De um modo geral, o período pós-Segunda guerra e pós-Estado Novo marcou a organização comunitária dos imigrantes originários dos territórios do antigo Império Russo, em São Paulo, pela maior abertura ideológica e pela diversificação de critérios de coletividade, antigamente monopolizados pelas ideias nacionalistas da colônia russa que possuía um capital de poder considerável junto às autoridades paulistas. As organizações que defendiam as ideias internacionalistas ainda permaneciam sob suspeita da polícia, mas o contexto geral no pós-guerra abriu brechas para seu funcionamento na cidade, em detrimento das leis restritivas contra os estrangeiros ainda em vigor. Como aponta Zen (2010, p. 162), “ao ingressar na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados, o Estado Novo entraria em contradição com suas próprias diretrizes. Abriu espaço para manifestações culturais públicas até então proibidas e violentamente reprimidas”. Contudo, esse período de degelo não durou muito e logo, a partir de 1947, quando o Partido Comunista do Brasil foi proibido (Schwarcz, Starling, 2015, p. 398), as organizações russas em São Paulo voltaram novamente à vigilância da polícia. Porém, a grande diferença em relação ao período anterior era a ausência de uma organização centralizadora que poderia, embora à custa da diversidade, estruturar as coletividades russas em São Paulo em uma comunidade organizada.

---

<sup>313</sup> *Ibid.*

## **7. RUPTURAS E CONTINUIDADES: AS COLETIVIDADES RUSSAS NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

A grande ruptura nos padrões da organização comunitária dos russos em São Paulo se deu justamente na época do Estado Novo e, principalmente, a partir dos anos do envolvimento do Brasil no conflito mundial, de 1942 a 1945. Como já discutido, a Constituição de 1937, e vários decretos-leis subsequentes, instauraram no Brasil um regime pragmático, centralizador e autoritário, que, embora inspirado pelos regimes fascistas europeus, adaptado à realidade brasileira, estabeleceu-se, na prática, como um “pequenino fascismo tupinambá”, nas palavras de Graciliano Ramos (Schwarcz, Starling, 2015, p. 375).

O projeto político de Vargas previa duas frentes interligadas: o desenvolvimento industrial do país e a construção de uma nação. Os dois projetos envolviam diretamente a questão dos estrangeiros e imigrantes, cujo fluxo de chegada ao país havia diminuído apenas no final dos anos 1920. Enquanto para o projeto industrial o estrangeiro importava como mão de obra, no projeto de nação, que visava valorizar a ascendência portuguesa e a abundância tropical supostamente multirracial do Brasil, o imigrante só podia ser aceito se estivesse integrado e assimilado a essa concepção do Brasil-nação. As leis assimilacionistas criadas a partir de 1938 proibiam as manifestações étnicas no espaço público (ensino de línguas estrangeiras nas escolas, direção das associações pelos estrangeiros, cotas para contratação de estrangeiros nas empresas brasileiras, entre outras medidas) e visavam assimilar, rapidamente, as populações de origem imigrante, especialmente no campo, para compor esse quadro utópico de uma nação brasileira. Não obstante o rigor da legislação assimilacionista, a sua aplicação variava entre o campo e a cidade, entre diferentes cidades e entre os próprios grupos de imigrantes. Isso porque o principal instrumento da repressão e da disciplina, a polícia política, possuía ainda uma grande autonomia para solucionar conflitos sociais. Nesse contexto, as coletividades russas no campo e na cidade, no centro e na periferia, sentiram a pressão do assimilacionismo brasileiro de maneiras diferentes.

De modo geral, a condição das coletividades russas em São Paulo após 1938 piorou significativamente. De um lado, o russo continuava ser associado, pelo senso comum e pelo discurso do governo, à doutrina comunista. O Plano Cohen, que serviu de

pretexto para a implementação do regime autoritário no país, vinculava, claramente ao governo de Moscou, um possível golpe de estado comunista (Schwarcz, Starling, *op.cit.*, p. 374; Zen, 2010, p. 117-150). Embora, atualmente, a presença de agentes soviéticos no Brasil não gere mais dúvidas (Waack, 1993) – a estadia de Luís Carlos Prestes na Rússia, de 1931 a 1934, e sua volta clandestina ao Brasil, na companhia de uma agente profissional, Olga Benário, é um dos casos mais celebres do interesse soviético pelos países da América do Sul – a ameaça real ao governo Vargas por parte dos grupos comunistas era bastante exagerada. Entretanto, a infiltração de agentes profissionais ou colaboradores do governo de Stalin entre os imigrantes russos preocupava também os círculos antisoviéticos militantes, dentre os emigrados que já haviam tido oportunidade de observar a ação soviética contra as organizações reacionárias russas na Europa.

Por outro lado, o Estado Novo, sobretudo, a partir do começo da Segunda Guerra, proibiu também as manifestações dos simpatizantes do fascismo europeu e do nazismo alemão entre os imigrantes. Após o Levante integralista, em 1938, o partido de clara orientação nazista foi proibido por Getúlio Vargas e, com ele, outras manifestações políticas de defesa do fascismo. Assim, as coletividades políticas nacionalistas russas em São Paulo também foram obrigadas a se dissolver, perdendo *status quo* que possuíam ao longo dos anos 1930.

Resumindo, no plano geral, após a proclamação do Estado Novo, a colônia russa em São Paulo se viu numa condição complicada. Os comunistas e simpatizantes das doutrinas de esquerda continuavam a ser perseguidos pelas autoridades brasileiras. Os nacionalistas e monarquistas russos, estruturados em coletividades oficializadas, e com uma certa influência entre os detentores de poder paulistas, também passaram a ser considerados fora da lei. E tudo isso num contexto de uma xenofobia institucionalizada através dos decretos repressivos e proibitivos, quando poucas organizações de orientação cultural também foram obrigadas a cessar suas atividades, pois não podiam promover seus eventos em idioma de sua origem. A imprensa russa foi fechada e as coletividades de imigrantes russos foram obrigadas a repensar formas de sua sociabilidade e buscar novos canais de legitimidade junto às autoridades brasileiras.

Dessa maneira, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em 1942, a posição dos imigrantes russos na cidade também sofreu algumas modificações. Na justa observação de Zen (2010, p. 153), os recentes

admiradores dos sucessos alemães não podiam mais se manifestar a favor do recém-proclamado inimigo de guerra de seu país e foram obrigados a um “silêncio forçado”:

Nos primeiros anos de guerra, os elogios à Alemanha não foram incomuns entre as associações estrangeiras de direita, quando não os apoiavam abertamente. Com o ingresso do Brasil na guerra, restou-lhes apenas o silêncio forçado. Manifestações de lamento diante das vitórias da União Soviética poderiam ser identificadas como fascismo, agora inimigo de uma guerra declarada.

Esse desequilíbrio de poder abriu espaço para manifestações pró-soviéticas entre os imigrantes russos em São Paulo, assim como revelou a existência de uma terceira orientação ideológica entre os antigos emigrados, até então silenciada na dicotomia comunista-nacionalista. Esse terceiro grupo, de ideias mais progressistas, promovia sua própria visão sobre o significado de ser russo e manifestava suas próprias concepções sobre a lealdade, tanto diante de sua nação de origem, como diante do país de sua instalação.

Os primeiros indícios de que a balança de poder havia se inclinado para o lado das organizações de esquerda era, sem dúvida, a publicação de uma reportagem extensa com título sensacionalista “Fascistas russos agindo em São Paulo”, no jornal *Diário da Noite*, em outubro de 1942. O responsável pelas informações publicadas era Boris Solodovnikoff, que já havia rompido com a Federação das organizações russas em São Paulo, em 1934. Naquela época, após ser denunciado pela Federação como “ex oficial russo, que emprega as suas forças para a propaganda de ódio contra o nacionalismo russo na nova geração russa” e como “indigno a trazer o nome russo”, Solodovnikoff não reagira às provocações da comunidade. Entretanto, passados 8 anos desde aquele episódio, ele consegue uma resposta pública, através da imprensa brasileira, cujo impacto foi considerável para o prestígio das organizações russas nacionalistas na cidade.

A manchete não poupou esforços para destacar a matéria sensacionalista. “História documentada e sensacional das atividades perniciosas de elementos quintacolumnistas, entre os emigrados da Rússia – Ligados aos nazistas, fascistas e integralistas – Prelados da Igreja Ortodoxa estão entre os hitleristas – Preso nos Estados Unidos o chefe geral da Organização - Famigerada princesa-espiã dirige, de Berlim, os que querem entregar a sua Pátria à vassalagem de Hitler – ‘Esmolinha pelo amor de Deus, aos pobres

prisioneiros...’ – Estaria em São Paulo a nova direção geral do Partido”<sup>314</sup>. Assim o jornal anuncia a matéria extensa, documentada por fotografias dos acusados e cartas trocadas entre os envolvidos.

Na publicação, Solodovnikoff se apresenta como “brasileiro naturalizado republicano autêntico, social-democrata, que deseja cooperar na campanha contra a quinta-coluna”, afirmando, assim, a sua lealdade à política brasileira. A matéria enfatiza, desde o início, a sua característica de “bom imigrante” em contraste com aqueles que, do dia para a noite, ficaram na categoria de “quinta-colunistas”: “A sua palavra autorizada de grande amigo do país que o acolheu de braços abertos, vale como uma antítese da atitude assumida por outros estrangeiros”. Em seguida, Solodovnikoff pretende revelar uma suposta rede de espionagem nazista agindo em São Paulo através das organizações russas, vinculando-as ao tão falado, na época, caso da prisão por espionagem nos Estados Unidos do líder da Organização Fascista Russa, Anastássio Vonsiatsky.

Interessante observar que o ‘setor brasileiro’ foi organizado em moldes militares como um ‘estado maior’ que emitia ordens, cuja execução ficava a cargo dos chefes das células. A sua direção era assim distribuída: N. Dachoff, chefe geral, E. Poliakoff, encarregado dos negócios internos, coronel Kuchelevsky, chefe do ‘estado maior’, S. Golubintsev, chefe da ligação, coronel Antipin, tenente Tomashinsky, Baranov, maestro Léon Ivanoff. [...]

A organização caminhava as mil maravilhas. O chefe geral Dachoff, com o órgão de propaganda *Russkaya Gazeta* financiado por Vonsiatsky, para a difusão do fascismo, espalhava o credo totalitário entre os emigrados. Isto, no entanto, até que um dia ‘o queijo chegou ao alcance do rato’. Recebendo um adiantamento financeiro do Vonsiatsky o ativo chefe Dachoff desapareceu, misteriosamente.

[...] Assumindo a direção geral, E. Poliakoff demonstrou ser um elemento útil aos desígnios dos fascistas russos. [...] A ligação com Vonsiatsky, residente nos Estados Unidos, era mantida diretamente por Poliakoff, considerado representante daquele para toda a América do Sul. O ‘trabalho’ de articulação com outros importantes setores prosseguia ativamente. Assim, a ligação com os nazistas alemães era mantida através de Peters, por intermédio do Sr Golubintsev, enquanto que com os integralistas locais era desempenhada pelo tradutor juramentado Time. Este, após uma viagem que fez a Alemanha, participou entusiasticamente da organização dos integralistas de São Paulo.

A maioria dos emigrados russos no Brasil, com exceção de alguns como Merjeevsky, Eugênio Yakimoff, Fesy-Jelinsky, Gregório Ivanoff, monge Parmen, M. Pugatchoff, Sura Zolotnitskaya e outros – deu as costas aos quinta-colunistas, permanecendo fieis aos princípios democráticos e corretos em relação ao país que lhes dera generoso abrigo, não desejando

---

<sup>314</sup> “Fascistas russos agindo em São Paulo”. *Diário da Noite*. 18 de outubro de 1942.

se envolver com a política, principalmente na sórdida politicagem fascista<sup>315</sup>.

Solodovnikoff conseguiu citar a maioria dos nomes dos membros mais ativos das organizações da colônia russa em São Paulo, nos anos 1930, acusando todos eles de atividades em prol do governo hitlerista. Uma provocação como esta dificilmente poderia ser pensada alguns anos antes, quando as ideologias nacionalistas ainda possuíam popularidade nos discursos públicos. Embora as acusações de Solodovnikoff tenham sido bastante impactantes, a polícia política não parece ter se interessado pela investigação do caso. O próprio *Diário da Noite* publicou, duas semanas mais tarde, uma nota enviada à redação pelo Bispo Theodóssio, com tentativa de se justificar. “D. Theodóssio, bispo ortodoxo de São Paulo e do Brasil, em carta ao Diário da Noite, afirma que as referencias que se fizeram a sua pessoa em entrevista que publicamos recentemente, foram determinadas por questões de interesses subalternos”, diz a manchete<sup>316</sup>. O Bispo Theodóssio explica a “denúncia” de Solodovnikoff como um ajuste de contas dentro da própria colônia russa, sem base efetiva para acusar as organizações russas de espionagem nazista.

A polícia política também parecia adotar essa linha explicativa, como demonstra o trecho de um relatório reservado, escrito posteriormente, em 1943: “De tais denúncias, este Setor tem aproveitado algo que nos interessa, porém, também já verificou que as mesmas partem de indivíduos apaixonados que pretendem fazer da polícia instrumento para satisfazer os seus caprichos”<sup>317</sup>. De qualquer maneira, a publicação, por um jornal brasileiro, de uma reportagem com acusações tão graves, feitas por um emigrado russo contra seus conterrâneos, foi um sinal explícito de que o equilíbrio do poder entre o grupo dominante e o grupo subalterno na comunidade russa em São Paulo havia se deslocado. Essa foi uma das primeiras manifestações dos debates e combates pelo poder, entre as organizações russas no período da Segunda Guerra, cujo pico se deu a partir de 1942 e até 1947, quando a administração explicitamente antissoviética do presidente Dutra assumiu o poder no Brasil pós-guerra.

---

<sup>315</sup> *Ibid.*

<sup>316</sup> “Fascistas russos agindo em São Paulo”. *Diário da Noite*. 3 de novembro de 1942.

<sup>317</sup> Comunicado nº 107 do “S.E.” ao chefe do Serviço Secreto, de 2 de dezembro de 1943. Dossiê 30-G-1-3. Deops/Apesp-SP.

O conflito que proponho analisar com mais atenção neste capítulo é um caso bastante específico. Porém, sua especificidade permite desenvolver reflexões mais abrangentes, relacionadas tanto à autoidentificação de certos grupos de imigrantes russos na cidade, quanto à relação desequilibrada entre o Estado nacional e as formas de sociabilidade de imigrantes. Nesse sentido, a análise desse caso lança luz sobre uma pergunta relevante: de que maneira a conjuntura política e ideológica em São Paulo no período do “Estado Novo” articulou a estrutura e a sociabilidade dos imigrantes russos na cidade, e como influenciou o debate interno sobre o seu pertencimento nacional.

O caso em foco envolve, em uma configuração complexa, vários sujeitos, os quais, por meio de suas ações e, principalmente, por meio da argumentação que utilizavam para empreende-las, revelam relações de poder instáveis dentro e fora da comunidade russa em São Paulo. A principal trama do conflito se desenvolvia, basicamente, entre os grupos nacionalistas conservadores russos e grupos de orientação soviética. O conflito seria bastante trivial, de natureza puramente política, se não envolvesse, ainda, as relações de poder dentro da Igreja Ortodoxa Russa e a participação ativa no conflito da polícia política. Ademais, por detrás dos protagonistas do conflito havia um antagonismo muito mais amplo que evocava, ainda, um conflito de classes dentro da estrutura comunitária existente, na qual os imigrantes de classes populares não compartilhavam com seus conterrâneos de camadas privilegiadas as concepções sobre a sua “russidade”.

Analisar o caso do padre ortodoxo Tkatchenko só foi possível porque trata-se de evento largamente documentado num dossiê policial sobre o envolvimento dos religiosos em atividades comunistas<sup>318</sup>. Nos documentos preservados pela própria comunidade russa o caso quase nunca é apontado diretamente, e, normalmente, é referido sem detalhamento e sem citação de nomes dos envolvidos. Na memória coletiva dos russos na cidade, o caso é presente excepcionalmente no meio dos sacerdotes, que tiveram acesso a ele por meio dos poucos documentos paroquiais. Uma das fontes mais significativas sobre o assunto, a correspondência do Bispo Theodóssio, desapareceu junto com seu falecimento. Conforme alguns relatos orais, toda a correspondência pessoal e paroquial do Bispo foi queimada logo após o seu falecimento, de modo que,

---

<sup>318</sup> O caso do padre Tkatchenko está arquivado nos documentos do Deops no Dossiê nº 30-G-001. Segundo a lógica de arquivamento adotada pela polícia, os dossiês da família “30” agregavam casos de suspeita de atividades comunistas e socialistas. A letra “G” no número do dossiê indicava o pertencimento dos investigados às estruturas eclesiásticas. Mais detalhes vide Aquino, Swensson (orgs.), 2002, p. 35-36.

quando os sacerdotes de outras igrejas chegaram à Catedral São Nicolau para iniciar os procedimentos funerários, eles encontraram apenas uma enorme fogueira no jardim da Catedral<sup>319</sup>. Assim, ao analisar o caso do padre Tkatchenko é preciso considerar a especificidade dos dados obtidos nos prontuários e relatórios policiais: a argumentação construída por dois lados do conflito tinha por objetivo acusar e difamar o concorrente perante as autoridades brasileiras, e por meio disso eliminá-lo do debate. Dessa maneira, os discursos presentes nas fontes policiais são essencialmente construções teleológicas, elaboradas com base no capital simbólico que cada grupo possuía nas relações com a polícia.

O caso do padre Tkatchenko já foi analisado brevemente pelo historiador Erick Zen (*op.cit.*), mas seu enfoque se concentrou, sobretudo, nas relações de grupos pró-soviéticos com a Polícia Política e nem tanto em seus conflitos internos. Meu objetivo é, por meio desse caso, desvendar a estrutura da comunidade russa na época, suas relações de poder, investigando o modo como cada parte do conflito, defendendo uma ou outra ideia política, propunha um projeto comunitário específico, baseado em critérios de pertencimento divergentes.

### **7.1. “A religião tem nada a ver com a política”? A colônia russa, a igreja ortodoxa e a polícia política na disputa pela influência**

Conforme já evocado, a fundação da Diocese Brasileira da Igreja Ortodoxa Russa data de 1935, quando, a pedido do conselho da paróquia São Nicolau, chegou a São Paulo, da Europa, o Bispo Theodóssio. O Bispo foi enviado ao Brasil pelo Conselho Episcopal da Igreja Ortodoxa Russa no Exterior, o superior órgão de autoridade da Igreja Ortodoxa Russa exilada na Europa após a revolução bolchevique.

A história da separação da assim chamada Igreja Ortodoxa Russa no Exílio é um assunto complexo que não cabe ao presente trabalho discutir. Em linhas gerais, ela foi resultado da desintegração da estrutura eclesiástica durante a guerra civil na Rússia, assim como das fortes divergências ideológicas entre a Igreja de Moscou e a Igreja

---

<sup>319</sup> A ausência ou o desaparecimento de documentos também são informações importantes para qualquer pesquisa empírica. A tentativa de silenciar, de impor um esquecimento, é também uma forma de relações sociais dentro de uma comunidade de imigrantes. A correspondência do Bispo Theodóssio não se encontra em São Paulo e tampouco foi localizada nos arquivos oficiais que contém toda a documentação oficial, inclusive a correspondência dos Bispos Ortodoxos com seus superiores e com o conselho episcopal, o órgão superior do poder dentro da estrutura da Igreja Ortodoxa Russa naquela época.



posteriormente instalada no exterior. O Patriarca Tikhon, a autoridade suprema da Igreja Russa na época dos acontecimentos revolucionários, percebeu que as dioceses geograficamente distantes de Moscou podiam ficar fora do alcance do poder central da Igreja durante a guerra civil. Então, em 1920, ele publicou uma diretiva às autoridades eclesiásticas autorizando criar, em caso de ruptura com o poder central, conselhos de bispos nos locais desanexados. Nessa época, simultaneamente, foi criado o conselho dos bispos ortodoxos russos que já se encontravam na emigração, em Constantinopla.

Sofrendo fortes pressões por parte do governo bolchevique recém instaurado, o Patriarca da Igreja Russa em Moscou, Tikhon, publicou uma diretiva para dissolver o conselho de bispos formado no exílio e centralizar novamente o poder da Igreja nas mãos do Patriarca. Contudo, sob fortes indícios de que o Patriarca era contrário ao poder dos bolcheviques e que sua decisão resultava de imposição do governo comunista, o conselho de bispos reagiu formalizando um Sínodo temporário da Igreja Ortodoxa Russa no Exílio, concedendo a este órgão a autoridade suprema na estrutura eclesiástica.

Após o falecimento do Patriarca Tikhon, em 1927, um novo patriarca foi eleito, Sérgio, que, diferentemente de seu antecessor, demonstrava lealdade incondicional ao poder comunista instaurado na Rússia. Diante dessa posição do novo hierarca em Moscou, o Sínodo dos bispos no exílio, de forte orientação contrarrevolucionária, se proclamou o representante legal da Igreja Ortodoxa Russa no Exterior e convocou os seus bispos a cortar relações com a Igreja Russa do Patriarca de Moscou. Aliada a vários centros diocesanos ortodoxos nos países separados da URSS, pelas reorganizações territoriais e pelas grandes levas de emigração russa que preservavam espírito antisoviético, em pouco tempo, a assim chamada Igreja Ortodoxa Russa no Exílio se institucionalizou como uma organização transnacional independente e de forte influência nos círculos conservadores dos emigrados russos espalhados pelo mundo.

A oposição e a concorrência entre os representantes das duas estruturas eclesiásticas - uma de autoridade do Patriarca de Moscou, outra do Sínodo no Exterior - era algo muito presente nas comunidades de imigrantes e refugiados russos na Europa e na China no período entreguerras. O governo soviético não hesitava em usar os sacerdotes vinculados à igreja de Moscou para fins de propaganda soviética, tanto nas províncias russas distantes dos grandes centros urbanos, quanto entre os imigrantes russos no exterior. Enquanto isso, as paróquias da Igreja Ortodoxa Russa no Exílio apoiavam os movimentos contrarrevolucionários, as coletividades de militantes

antibolchevique e organizações políticas de orientações nacionalistas e de extrema direita, como o partido dos fascistas russos de Anastácio Vonsiatskiy. Dessa maneira, após a revolução, a Igreja Russa ficou dividida entre duas correntes antagônicas, uma de colaboração com o governo bolchevique, outra de radical oposição a este. Contudo, essa dicotomia se modificou com a entrada da URSS na guerra contra a Alemanha nazista, em 1941.

A trajetória sacerdotal do Bispo Theodóssio foi exemplar para um clérigo convicto da Igreja Ortodoxa no Exílio. Ele nasceu em 1884, numa pequena aldeia no sudoeste da atual Bielorrússia, numa família de sacerdote russo. Estudou no Seminário de Vilnius, na Lituânia, tomou sacerdócio em 1907 e entrou na Academia Teológica de São Petersburgo, na qual se graduou em meados da década de 1910. Desde 1918, o monge Theodóssio já ocupava altos cargos na estrutura administrativa eclesiástica em um mosteiro na Criméia. Acompanhando a derrota das tropas contrarrevolucionárias brancas, ele preferiu se evadir-se da Rússia em 1920, sendo um anticomunista convicto. Na Iugoslávia, ele assumiu a administração de uma paróquia ortodoxa russa vinculada ao Conselho de bispos no exílio e após alguns anos, em 1930, ele foi designado como Bispo para uma recém-inaugurada Diocese na cidade de Detroit, nos Estados Unidos. É de lá que, em 1935, Theodóssio chega ao Brasil a pedido do conselho da paróquia São Nicolau<sup>320</sup>.

De estrutura recente, a Igreja Ortodoxa Russa no Exílio sofria constantemente de conflitos internos, em todos os níveis de sua organização. A alta permeabilidade de sua estrutura hierárquica para os novos sacerdotes, no contexto de emigração nos países não ortodoxos, criava muitos conflitos, intrigas e expulsões. Como apontam os autores do livreto comemorativo de 25 anos de atividades episcopais do Bispo Theodóssio, só no Brasil havia três sacerdotes oficialmente expulsos do corpo da Igreja, por violações de disciplina eclesiástica. Contudo, o caso do conflito do Bispo com o sacerdote Tkachenko foi um dos mais graves, extensos e bem documentados, dentre todos os outros.

---

<sup>320</sup> “O Bispo Theodóssio, um ensaio biográfico”. Edição comemorativa de 25 anos de atividades episcopais de Sua Eminência Bispo Theodóssio, o Bispo de São Paulo e de todo o Brasil. (1930-1955). Editado na tipografia paroquial. São Paulo, Brasil. 1956. P. 5-10. [«Архиепископ Феодосий. Биографический очерк». Ставрофоръ. Юбилейный сборник ко дню двадцатипятилетия служения в архиерейском сане Высокопреосвященнейшего Феодосия, Архиепископа Сан Паульского и всея Бразилии. (1930-1955). Издание юбилейного комитета при Бразильской Епархии. Сан-Пауло, Бразилия, 1956. Сс. 5-10.]

Uma das poucas referências a este conflito se encontra nesse livreto comemorativo, editado em uma tiragem considerável pela tipografia da Diocese do Brasil. Evidentemente, relatar, neste documento, o caso silenciado em outras ocasiões, tinha por objetivo inscrever uma interpretação específica na memória da comunidade russa, ignorando o complexo contexto político em torno do conflito ligado a Tkatchenko e o Bispo Theodóssio. Tratava-se de uma tentativa de registrar uma versão particular sobre o acontecido, afirmando o protagonismo dos grupos ligados ao Bispo na produção de versões do passado para toda a comunidades de imigrantes russos na cidade.

Mal terminou a construção da Catedral, começou a Segunda Guerra Mundial que trouxe novos desafios para a nossa paróquia. Esses desafios não eram poucos. Em São Paulo surgiram diversas organizações pró-soviéticas, disfarçadas sob a marca da Cruz Vermelha, que atraíram muitas pessoas ingênuas alegando a necessidade de um apoio à “pátria”. Não é preciso destacar que os líderes ocultos dessas organizações eram os verdadeiros comunistas, que se escondiam atrás da reputação de sujeitos com grande nome e títulos. Afinal, os dirigentes oficiais dessa organização se desvelaram como subordinados bolchevistas após ter enviado seus congratulações ao “pai das nações”, Stalin.

Com o início da Guerra, os comunistas e seus aliados “patriotas soviéticos”, liderados por seus dirigentes ocultos, dirigiram um ataque à nossa Catedral. A sua primeira exigência era ministrar missas para a vitória das armas soviéticas. Após a recusa definitiva do Bispo Theodóssio, nós fomos perseguidos e difamados, acusados de fascismo, traição e outros pecados. As condições políticas da época favoreciam os comunistas e a nossa posição parecia desesperada. Era preciso dispor de muita coragem para permanecer implacável com o comunismo e nós a demonstramos na prática e não apenas em discurso.

Fomos perseguidos na imprensa brasileira, fomos ameaçados de prisão. Eles nos proibiam frequentar a nossa igreja e os patriotas soviéticos organizavam guardas convencendo nossos paroquianos a não frequentar a nossa paróquia sob ameaças. Tanto eu quanto o padre Parmen fomos ameaçados de morte. A ataque contra a Catedral foi liderada por um patriota soviético, impetuoso, antigo social-revolucionário.

Esse tenente revolucionário nos trouxe bastante problemas, contando que não tivemos protetores. A maioria, mesmo os que não simpatizavam os comunistas, se escondeu e se absteve. O caso se agravou mais ainda, quando um tal sacerdote padre Dimitriy Tkatchenko, recém chegado a São Paulo, se apossou da igreja da Vila Alpina e se filiou à Igreja do patriarca soviético, com apoio dos patriotas soviéticos. Fomos obrigados a instituir um processo judicial, com escassos recursos materiais, contra os nossos adversários que possuíam dinheiro e o melhor advogado, um dos mais caros.

Em detrimento de tudo isso, nós vencemos o processo, com a proteção de São Nicolau e com ajuda de Deus, e expulsamos o invasor, que,

logo após a Guerra, foi preso pelas autoridades brasileiras como agente soviético e expulso do país<sup>321</sup>.

A trama desse relato é claramente construída em torno da oposição nós/eles, aludindo constantemente a metáfora na qual o bem (a liberdade de proferir a fé ortodoxa) se opõe ao mal (“patriotas soviéticos”, dirigidos por seus “líderes ocultos”). Dois pontos principais devem ser observados aqui: desde a revolução russa e a separação da Igreja Ortodoxa Russa, nunca a administração das duas estruturas eclesiais resultantes estiveram livres dos debates políticos. Afinal, a separação se dera não por motivos teológicos e sim pela recusa dos líderes da Igreja no Exílio de se submeterem ao governo bolchevique. No período da Segunda Guerra, e algumas décadas após o seu fim, o debate político dentro da Igreja no Exílio e entre ela e a Igreja do Patriarca passou por seus momentos mais intensos, algo que certamente envolveu também a Diocese Brasileira. Como observamos nos próprios periódicos editados em São Paulo sob a liderança do Bispo Theodóssio, a administração da Diocese não negava a sua militância política. “Eu preciso dizer isso porque alguns ‘pacificadores’ nos acusam de possuir um engajamento partidário. Eu gostaria de lhes lembrar que a Igreja [...] condena aqueles que rejeitam que o poder do Czar se origina pelo Espírito Santo. São justamente essas pessoas que são excomungadas e são partidários em sua pior manifestação” – proclama o monarquista Vladimir Merzeevsky, membro do conselho paroquial desde a sua fundação, em seu discurso solene em homenagem aos 25 anos da paróquia São Nicolau, na Catedral, publicado posteriormente no livreto comemorativo dedicado ao Bispo Theodóssio<sup>322</sup>.

O segundo ponto a ser observado nesse relato é a implícita declaração de lealdade ao governo brasileiro de orientação anticomunista. A Igreja Russa, de clara posição antibolchevista, estava explicitamente ciente de que a sua situação frágil durante a Guerra esteve condicionada ao desequilíbrio de poder no Estado brasileiro entre os grupos pró e contra comunistas. A breve liberdade de expressão que movimentos e organizações de esquerda ganharam por conta de o Brasil ter se tornado

---

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 28-29.

<sup>322</sup> “Vinte anos da paróquia São Nicolau em São Paulo” (discurso pronunciado na assembleia solene na Catedral São Nicolau, 8/21 de dezembro de 1952, em comemoração aos 25 anos de funcionamento da paróquia). V. Merzeevsky. Edição comemorativa... *Op.cit.* P. 32. [«Двадцатипятилетие Свято-Николаевского прихода в Сан-Пауло». В. Мерзеевский (Актовая речь, произнесенная на торжественном заседании в Свято-Николаевском Кафедральном Соборе 8/21 декабря 1952 г., по случаю 25-летнего юбилея прихода). Юбилейный сборник... *Op.cit.* С. 32.]

aliado da URSS na Guerra teve por seu avesso a perseguição aos grupos que não apoiavam a participação soviética no conflito. O antigo *status quo* da Igreja Russa foi perdido e acusações de “fascismo” transformaram-se em argumentos de peso para que a polícia iniciasse suas investigações. Contudo, o autor do relato termina afirmando que, finalmente, o equilíbrio das forças foi recuperado e essa luta contra os “patriotas soviéticos” no meio dos imigrantes russos em São Paulo foi vencida, não sem apoio das “autoridades brasileiras” que retomaram seu rumo anticomunista.

De uma forma geral, o relato resume bem a tensão que se instalou entre os imigrantes russos na cidade após 1942. Isso não era um fenômeno isolado e sim presente em todas as comunidades de imigrantes russos. Apoiar ou não os avanços bélicos da URSS na guerra contra a Alemanha evocava, para a maioria dos imigrantes, as questões sobre o seu pertencimento. Para os mais radicais, a Rússia sob o governo comunista não representava a continuidade de uma nação russa histórica, não podia ser evocada nas preces religiosas e sua derrota na guerra poderia significar a tão almejada volta do antigo regime. Para outros - aqueles que o relato denomina, não sem uma dose de ironia, de “patriotas soviéticos” - a nação russa se perpetuava mesmo sob o domínio do governo comunista. Os avanços do Exército Vermelho na guerra criavam a atmosfera de um patriotismo que ressaltava a coragem e a força do povo russo que, em condições de adversidade e miséria, conseguia resistir às organizadas forças armadas nazistas. Já o terceiro grupo acreditava que Stalin tinha resgatado os fundamentos nacionalistas em seu governo, inclusive a liberdade religiosa, e que a Rússia Soviética sob o seu comando era a única potência capaz de se contrapor à ideologia nazista. São justamente esses três conceitos que entraram em conflito no que chamo aqui de “caso do padre Tkatchenko”. Ainda assim, esse contexto envolve, como veremos, uma diversidade mais ampla de concepções nacionais e ideológicas em meio aos imigrantes russos.

## **7.2. O caso do padre Tkatchenko e a fundação da Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou em São Paulo**

Tentaremos reconstruir a cronologia do caso apoiando-nos nos eventos documentados em relatórios policiais e em documentos comunitários, sem ignorar, entretanto, o *framework* semântico de cada lado envolvido.

Não se tem muita informação sobre a origem e a trajetória do sacerdote ortodoxo Dimitri Tkatchenko. As referências à sua vida pré-migratória são escassas e contraditórias. Segundo algumas fontes, ele nasceu aproximadamente em 1896, numa aldeia chamada Siniavska<sup>323</sup>. Os papéis apreendidos pela polícia na residência do sacerdote e anexados a seu relatório indicam sua familiaridade com as regiões no Oeste da Ucrânia: Volínia, Bukovina, Bessarábia<sup>324</sup>. Uma matéria em português, publicada em 1948 pelo jornal *Diário da Noite*, indica que o padre “tinha entrado aqui em 1939, desembarcando em Santos, procedente de Praga, na Tchecoslováquia. [...] Em Praga esteve quatro meses, permanecendo mais de 10 anos na Ucrânia, onde ingressou na Igreja Ortodoxa. Esteve em quatro ou cinco paróquias na Europa, mas em nenhuma delas permaneceu muito tempo, tendo vindo para o Brasil em consequência do movimento político daquela época, sob orientação alemã”<sup>325</sup>. O pesquisador Erick Zen (2010, p. 156), apoiando-se em depoimentos do sacerdote Tkatchenko prestados à polícia, indica que ele havia lutado contra os bolcheviques durante a guerra civil russa, tendo emigrado para Praga após a sua derrota. Entretanto, um informe anônimo sobre o sacerdote à polícia política afirma que ele “começou suas atividades políticas na Rússia Pricarpática (parte do Este da Tchecoslováquia), como o primeiro ajudante do revolucionário Voloshin, que tentava levantar os “russininhos” contra o legítimo governo dos tchecoslovacos”<sup>326</sup>. Nesse relato controverso, Tkatchenko é representado como um nacionalista ruteno militante: “Padre Tkatchenko tomava parte saliente na preparação do levante separatista dos ‘russininhos’, foi intensamente procurado pela polícia que o acusava de crime de alta traição, e somente evitou de ser preso e fuzilado, porque escondeu-se nos imensos matos das montanhas dos Cárpatos, fugindo para o estrangeiro em seguida”.

Outro documento<sup>327</sup> aponta que Tkatchenko veio a São Paulo já como sacerdote da Igreja Ortodoxa, acompanhado por sua esposa e filhos, por indicação do

---

<sup>323</sup> Ficha do expulsando Demétrio Tkatchenko. 24 de abril de 1948. Dossiê 30-G-6-11. Deops/Apesp-SP.

<sup>324</sup> São anexadas ao relatório algumas revistas editadas em ucraniano, assim como outros documentos em russo, tratando da posição da igreja ortodoxa nos territórios ucranianos ocupados pelos nazistas.

<sup>325</sup> “O padre Tkatchenko recebia ordens do chefe da igreja ortodoxa de Moscou. Pronto seu processo de expulsão”. *Diário da Noite*, 10/04/1948.

<sup>326</sup> Informe anônimo. 25 de outubro de 1943. Dossiê 30-G-1-22. Deops/Apesp-SP. Trata-se aqui do movimento separatista dos rutenos, que clamavam sua independência dos estados russo, polonês e tchecoslovaco nas primeiras décadas do século XX. *Vide* Guérios, 2012, pp. 177-207.

<sup>327</sup> “O caso da Igreja de Vila Alpina”. Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais’ Ltda. São Paulo, 1944. P. 6.

próprio Bispo Theodóssio que “o designou para pároco da Vila Alpina, da igreja ali construída, instalando-se com sua família na casa existente ao lado”.

De qualquer maneira, desde 1939, o padre Tkatchenko assumiu a direção da paróquia russa na Vila Alpina, que, como já vimos, era frequentada pelos imigrantes das periferias do antigo Império russo: lituanos, bessarábios, rutenos e outros residentes nas vilas “eslavas” dos “subúrbios” paulistas. É provável que o padre Tkatchenko, até pelo fato de ter certa familiaridade com o modo de vida dessas populações, tivesse conquistado a simpatia de seus paroquianos. Os registros de sacramentos realizados por ele, tanto na paróquia da Vila Alpina, quanto nas colônias agrícolas eslavas no interior do Estado, indicam grande quantidade de imigrantes originários dos territórios fronteiriços do antigo Império: a maioria bessarábios e procedentes da Volínia (cerca de 50 batismos por ano entre a média de 60 crianças batizadas por ano, de 1939 a 1943)<sup>328</sup>.

A composição de classe da paróquia atendida pelo sacerdote Tkatchenko não pode ser ignorada. O próprio padre, segundo depoimentos de algumas testemunhas à polícia, se chamava de “sacerdote dos mujiques”, ressaltando a sua proximidade com a condição de classe desses imigrantes, em contraposição aos “intelectuais” atendidos pelo Bispo na Igreja São Nicolau<sup>329</sup>. Isso provocava, nas palavras da testemunha, “na colônia russa, discórdia e desunião entre classes de trabalhadores intelectuais e de outros trabalhadores”. Outro documento arquivado na polícia aponta que o padre Tkatchenko ministrava missas em idioma ucraniano e não em eslavo, como é de praxe nos serviços ortodoxos, e por isso recebia constantes avisos por parte do Bispo. Segundo esse informante, explicitamente favorável ao sacerdote:

Daí ter havido descontentamento não só entre os dois, como entre seus fieis, que se recusavam a comparecer e muito principalmente a contribuir com suas espórtulas – em prejuízo dos cofres...

Essas informações foram obtidas no meios dos fieis que, lamentando o padre Demetrio e tomando seu partido, na maioria eram contrários ao Bispo taxando de simpatizante do “eixo”, o qual apenas auxiliava as pessoas que nesse credo o acompanhava e que devem habitar nesse bairro<sup>330</sup>.

---

<sup>328</sup> Dados consolidados a partir de análise de registros paroquiais das igrejas ortodoxas russas em São Paulo, *vide* Apêndice.

<sup>329</sup> Carta ao Padre Tkatchenko do presidente da diretoria da Igreja Ortodoxa Patriarcal de Moscou, no Brasil, Boris Solodovnikoff. 14 de janeiro de 1944. Dossiê 30-G-1-8. Deops/SP-Apesp.

<sup>330</sup> Relatório sobre a tradução da carta em idioma russo, apreendida pela censura. Nicolau Schutak. 27 de março de 1942. Dossiê 30-G-1. Deops/SP- Apesp.

Não há possibilidade de confirmar a veracidade do relato desse informante, já que seus outros relatórios entregues à polícia denunciavam explicitamente sua simpatia pelo padre Tkatchenko, assim como a tentativa de absolvê-lo das acusações, que ele vinha recebendo da polícia e dos outros grupos de imigrantes russos, da politização de suas atividades sacerdotais. Contudo, é possível que alguns fatores tenham afastado o padre Tkatchenko do posicionamento oficial da Diocese Russa no Brasil, entre eles, a localização reservada e distante de sua paróquia em relação ao centro episcopal, a sua solidariedade com as populações eslavas habitantes na região, a sua orientação não nacionalista, que reconhecia o *status* dos outros povos eslavos na concepção da russidade.

Não há provas documentais de que o sacerdote Tkatchenko fosse um “agente” soviético, sendo sua vinda ao Brasil condicionada a essa atividade. É mais provável que ele fosse um dos simpatizantes das políticas de Stalin que, com a entrada da URSS na Guerra, se dedicou à promoção da imagem soviética entre os imigrantes eslavos de sua paróquia. É provável também que sua influência dentre esses imigrantes tenha feito com que, posteriormente, ele assumisse algumas tarefas políticas da propaganda do comunismo soviético e da campanha de repatriamento dos russos ao URSS após a vitória na Guerra. Como consta nos documentos da polícia, Tkatchenko já era alvo de denúncias de atividades comunistas desde a sua chegada ao Brasil, porém a sua filiação aos grupos pró-soviéticos e seu conflito com o Bispo teve início definitivo em 1941.

Em 22 de junho de 1941, a Alemanha nazista cruzou fronteiras da URSS e fez o primeiro ataque contra o país, marcando a entrada soviética na Segunda Guerra Mundial. Esse fato não passou despercebido entre os imigrantes eslavos em São Paulo, principalmente entre aqueles que, emigrados com parte de suas famílias, deixavam nos territórios soviéticos seus amigos e parentes. Já em setembro de 1941, consta o primeiro relatório assinado por um infiltrado policial sobre uma missa, ministrada pelo padre Tkatchenko, na Vila Alpina, em ação de graças pelos mortos na Segunda Guerra Mundial. Embora o agente policial não tenha notado “nada de anormal: poucos homens se achavam no recinto, sendo que a maior parte dos assistentes eram mulheres residentes, pelo que demonstravam, nas redondezas, parecendo de nacionalidade búlgara, lituana, russa etc.”, ele chama atenção de seus superiores ao fato de que a missa fora realizada em língua estrangeira: “aliás, é de se estranhar como se pronunciam sermões em línguas estrangeiras, quando em toda a parte, e são todos os ramos de atividade, procuram-se



nacionalizar os estrangeiros”<sup>331</sup>. Em consequência, o sacerdote foi convocado a comparecer à delegacia do Deops para ser “cientificado, verbalmente, de que não mais deverá pronunciar sermões em língua estrangeira e sim em português”<sup>332</sup>. Medidas como esta, além de inviabilizarem certas práticas comunitárias entre os imigrantes, já que, conforme os relatos, nem os sacerdotes, nem a grande parte de seus paroquianos – especialmente idosos e mulheres – falavam português, foram implementadas para possibilitar maior controle de reuniões dos estrangeiros por parte dos agentes policiais.

Logo após receber o aviso da polícia, o padre Tkatchenko aparece novamente em relatórios policiais. Desta vez, indicando que ele, “desconfiando da ação policial”, celebrou uma missa na igreja síria em memória dos oficiais do exército vermelho, mortos em combate. O agente relator chega, assim, à conclusão de que esse ato não era nada menos que “um truque litúrgico” para fazer “extrema propaganda de um credo condenado”, já que “os vermelhos são ateus e na Rússia nenhum ofício religioso é permitido, pois a religião foi abolida”<sup>333</sup>.

Já em outro relatório de um agente infiltrado, enviado ao Serviço Secreto do Deops em 18 de novembro, o padre Tkatchenko se apresenta como um “padre perseguido”, principalmente em razão de um conflito intracomunitário entre os imigrantes russos e ucranianos:

Consta que por divergências com um russo rico, residente naquela localidade, possuidor de uma caderneta da Caixa Econômica, da contribuição das mensalidades recebidas de Ukranianos, insiste em que este padre, também ucraniano, faça o ofício religioso em idioma russo, quando a maioria da população é ucraniana. Sendo que também o custeio das despesas da igreja é mantido por esses elementos ucranianos.

Consta que a denúncia contra este padre, procede do bispo russo de São Paulo, que é amigo do russo inimigo do padre Demétrio.

Fala-se até que este último que foi chamado a polícia na semana passada. A população de Vila Alpina sente-se revoltada com a atitude tomada pelos russos, que durante a noite chegam a apedrejar a casa do padre perseguido<sup>334</sup>.

---

<sup>331</sup> Relatório “Igreja Russa de Vila Alpina”. 3 de setembro de 1941. Dossiê 30-G-1-38. Deops/SP-Apesp.

<sup>332</sup> Dossiê 30-G-1-25. Deops/SP-Apesp.

<sup>333</sup> 14 de novembro de 1941. Dossiê 30-G-1-46. Deops/SP-Apesp.

<sup>334</sup> 18 de novembro de 1941. Dossiê 30-G-1-47. Deops/SP-Apesp.

Dessa maneira, as duas principais argumentações adotadas pelos agentes policiais nas investigações sobre as atividades do padre Tkatchenko se estruturavam em duas tramas paralelas. A primeira tentava absolver o sacerdote, alegando que as acusações contra ele eram, na realidade, acertos de conta entre ele e o Bispo, cuja causa principal seria um conflito intracomunitário em razão de desentendimentos de origem nacional. A segunda prosseguia com a acusação de atividades comunistas, apresentando cada vez novos indícios de que a atividade sacerdotal de Tkatchenko era um “disfarce” para a sua atuação política. Entre essas duas tramas, a segunda começa a ganhar mais força a partir do ano seguinte, 1942, quando o conflito entre o padre Tkatchenko e o Bispo Theodóssio entrou em uma fase ativa.

Entretanto, existia também a terceira trama argumentativa, que só era possível nos relatórios policiais por conta do contexto político do Brasil, país recém aderido à luta contra o nazismo. Essa construção acusatória incriminava o Bispo Theodóssio e seus aliados de defender o nazismo, e, por meio disso, também os colocava sob a mira do Deops, que, continuando sua luta interna contra o comunismo, agora era obrigado a combater também as manifestações nazistas na sociedade brasileira. Essa trama se concretizou no final de 1942, após a entrada do Brasil na Guerra, e, segundo afirma o documento “a rinha [entre o Bispo e Tkatchenko] surgiu devido que Demetrio não quis colaborar com russos brancos que são nazi-fascistas; [...] os russos brancos amigos do Theodóssio são todos suspeitos”<sup>335</sup>.

Em 1942, outra organização de imigrantes russos ganha destaque na vida da colônia. O “Subcomitê Russo de auxílio às vítimas de guerra”, ou ainda conhecida como “Cruz Vermelha Russa”, foi fundada em São Paulo, no início da Segunda Guerra Mundial, para angariar recursos financeiros para auxílio das tropas dos aliados, principalmente soviéticas, na luta contra o nazismo. Segundo os documentos policiais, os líderes da organização eram o Conde Emmanuel de Bennigsen, seu genro Dimitri Stepanienko, Boris Solodovnikoff, que já havia brigado com a colônia russa desde os anos 1930, Gregori Waschavckik, “um judeu polonês”, dentre outros membros de procedência da Rússia.

O Conde Emmanuel Pavlovitch de Bennigsen parece ter tido uma posição privilegiada na sociedade paulistana. Nascido em Moscou 1875, em uma família aristocrática, ele fazia parte do Parlamento Russo ainda antes da Revolução, como

---

<sup>335</sup> Relatório de Nicolau Shutak. 4 de dezembro de 1942. Dossiê 30- G- 1- . Deops/SP-Apesp

representante da aristocracia<sup>336</sup>. Ele chegou ao Brasil em junho de 1936, oriundo de Nice, na França, e se tornou um colaborador do jornal paulistano *O Estado de São Paulo*. Durante a Guerra publicou grande quantidade de matérias sobre a política internacional e o desenvolvimento da guerra. Já nos anos 1950, publicou alguns artigos nos periódicos acadêmicos sobre a relação da Rússia com a colonização do Brasil<sup>337</sup>.

Foi Bennigsen, quem, sendo um jornalista de destaque em São Paulo, publicou, em 1942, num periódico russo na Argentina, uma carta aberta ao Bispo Theodóssio, acusando-o de ser simpatizante do nazi-fascismo. Isso porque o Bispo recusava sistematicamente as solicitações de Bennigsen de ministrar missas em nome da vitória das armas soviéticas e em memória dos soldados mortos nos combates. Para seus adversários, a atuação pró-soviética de Bennigsen era indício de que ele fora uma “vítima” típica do “patriotismo soviético”, despertado nos emigrados russos, antes contrários ao bolchevismo, pela vitória na Guerra. Patriotismo esse que o levou a ser colaborador do partido bolchevique, segundo a argumentação presente em um informativo sobre Bennigsen, escrito, tudo indica, por um emigrado russo<sup>338</sup>.

O surto de patriotismo que dominou os russos brancos espalhados, expatriados, em todos os países do mundo, traduziu-se geralmente em uma franca e irrestrita colaboração com os governos aliados, sem no entanto trair os seus sentimentos democráticos apostos à tirania soviética. Portanto, ridículo parece que um dos exilados, homem da Corte de Nicolau II, se tornasse, de uma hora para outra, em admirador e servidor dedicado de Stalin, enviando-lhe telegrama e hipotecando-lhe irrestrita fidelidade, logo após ao armistício. Durante a guerra esse senhor, que se intitula inimigo do bolchevismo, não achava necessário hipotecar solidariedade ao chefe comunista... [...]

Como se sabe, e é notório, os comunistas tem, além de sua organização direta do partido comunista, inúmeras organizações auxiliares, que agem sob diretivas do Kremlin, mas se encobrem sob os rótulos os mais variados. [...] Exatamente este é o papel do Sr. Benigsen no Brasil: preparar o ambiente para melhor aceitação da propaganda stalinista. [...] Além dos membros do partido comunista, os bolchevistas tem várias categorias de colaboradores. Essa colaboração, assaz eficiente, consiste em organizar uniões ‘eslavas’ de orientação bolchevista; transformar a Cruz Vermelha em uma organização de coleta de dinheiro para formação de células comunistas [...].

---

<sup>336</sup> Informativo sobre Conde Emmanuel Bennigsen. J. Pokrovsky. 28 de setembro de 1948. Prontuário 88132. Emmanuel de Bennigsen. Deops/SP-Apesp.

<sup>337</sup> Bennigsen, E. (1953) “Nota acerca de alguns projetos de colonização russa na América do Sul durante o século XVIII”. *Revista da História*, 4, nº 15, julho-setembro.

<sup>338</sup> Bennigsen foi alvo de investigação por parte do Departamento de expulsões do Deops, acusado de atividades comunistas, juntamente com alguns outros membros da organização que ele presidia, como Solodovnikoff, mas foi absolvido e não foi expulso do país.

Neto do ministro do Tzar, homem de certa linhagem, acima da burguesia, está perfeitamente familiarizado com os bolchevistas e é adversário – como afirma – da polícia stalinista<sup>339</sup>.

Bennigsen e alguns outros sujeitos da intelligentsia, entre os emigrados russos em São Paulo - como, por exemplo, o celebre físico Gleb Wataguin - defendiam a terceira alternativa de pertencimento à nação russa, para além da oposição nacionalista-comunista. Estes emigrados, como observa um dos relatores para a polícia, “encaravam o regime atual como passageiro, estando ao lado dos seus patrícios na luta contra o Hitlerismo”<sup>340</sup>. Para os nacionalistas russos, tanto quanto para a polícia política, isso significava colaborar com o comunismo, e para os agentes de Comintern esses sujeitos eram agentes voluntários de propaganda do regime stalinista.

Recebendo forte resistência por parte do Bispo Theodóssio e seus aliados, o Subcomité russo de auxílio às vítimas de guerra se aliou ao padre Tkatchenko e foi o terceiro protagonista na cisão entre os russos em São Paulo na época da Guerra. Assim, acusando publicamente o Bispo Theodóssio e o padre Izraztsoff, de Buenos Aires, de nazista, esse grupo os colocou sob a mira da polícia, além de promover uma imagem negativa de toda a Diocese da Igreja Ortodoxa Russa no Exílio.

Em setembro de 1942, o padre Tkatchenko registra a cisão oficial com a Diocese presidida pelo Bispo Theodóssio e se vincula à Igreja Patriarcal de Moscou. Apoiado por um grupo de paroquianos, ele registra a fundação de uma nova paróquia, através da ata de assembleia paroquial, na qual não nega que as razões para essa atitude tiveram caráter político. Contudo, o conflito com o Bispo se agrava pelo fato de que o padre Tkatchenko insiste em permanecer na Igreja Santíssima Trindade e recusa-se a deixar a sua residência de pároco. O Bispo Theodóssio, com apoio do padre Izraztsoff, de Buenos Aires, o proprietário oficial da Igreja na Vila Alpina, entra, então, na justiça brasileira com pedido de reintegração de posse e ganha a causa, em março de 1943. No ano seguinte, publica-se uma brochura explicativa sobre “o caso da Igreja de Vila Alpina”, com as alegações de que “o padre Demétrio Tkatchenko vem apregoando entre elementos da colônia russa, em São Paulo – e, assim, tentando explorar o aspecto político que, em vão, procurou emprestar à controvérsia – que, na ação possessória,

---

<sup>339</sup> Informativo sobre Conde Emmanuel Bennigsen ... *Op.cit.*

<sup>340</sup> Relatório de Nicolau Shutak. 4 de dezembro de 1942. Dossiê 30- G- 1. Deops/SP-Apesp.

ainda não há uma decisão definitiva, porquanto pende de julgamento um recurso seu”<sup>341</sup>.

Embora o conteúdo da brochura tente negar o caráter político da cisão acontecida entre as paróquias, a sua natureza ideológica da publicação não deixa dúvidas sobre isso, ao contar o desenrolar do desentendimento entre o Bispo e o padre Tkatchenko. Desse momento até o final da Guerra, o conflito entre os dois sujeitos se intensifica e perpassa as fronteiras da comunidade russa.

Até os meados de 1943, as denúncias anônimas e acusações contra o padre Tkatchenko, no Deops, se multiplicaram. Um relatório reservado para à Superintendência de Segurança Pública e Social destaca outros imigrantes russos que formavam, juntamente com Tkatchenko, um núcleo de propaganda do comunismo soviético. O próprio Tkatchenko é caracterizado como “ex-padre e antigo oficial da reserva do exército russo” que “enganou o Bispo Grego-Ortodoxo de São Paulo e tomou conta da paróquia de Vila Alpina” e que “trabalha abertamente na propagação do credo comunista com Ostolopoff, Solodovnikoff e o vice-consul Britânico, C.T. Nash, os quais fazer reuniões na residência do judeu Roder Samuel”<sup>342</sup>. Segundo esse relator, a rede de conspiração soviética era bastante complexa e envolvia um tal Timoshek, “súdito americano, funcionário do Consulado dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo; [...] é um representante camuflado dos soviets e serve como elemento de ligação com a Embaixada Soviética em Washington e os agente bolchevistas no Brasil, os quais despistam como elementos da diretoria da Igreja Ortodoxa Patriarcal de Moscou no Brasil”. A sua secretária e datilógrafa, segundo o relator, era a Sta. Nina Romanovska, filha do engenheiro Bronislav Romanovsky, proprietário de uma oficina de rádios e ex-dirigente, juntamente com Wladimir Riuminsky, do núcleo de Mladorossos em São Paulo, nos anos 1930.

Vladimir Ostolopoff é apontado como mais um integrante desse núcleo soviético. Conforme o relator, ele “é proprietário de uma fábrica de sabonetes, sem operários, em sua própria residência; é secretario da Igreja, sendo o mais ativo inspirador do ex-padre Tkatchenko; durante a sua permanência no Brasil tem-se revelado como elemento perturbador da vida paroquial grego-ortodoxa”. Segundo a

---

<sup>341</sup> “O caso da Igreja de Vila Alpina”. Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais’ Ltda. São Paulo. 1944.

<sup>342</sup> Relatório reservado a João Amoroso Netto. Dossiê 30-G-1-21. Deops/SP-Apesp.

investigação, Ostolopoff possuía ainda uma tipografia clandestina em Osasco ou na Vila Mariana e frequentava as “missas políticas de Tkatchenko”.

Outro suspeito ligado ao grupo de Tkatchenko era o “judeu Samuel Roder”. O relatório adverte que ele “conseguiu penetrar no ambiente do Exmo. Snr. Interventor Federal, Dr. Fernando Costa, cujo retrato pintou, sendo esse método antigo de aproximação dos judeus aos dirigentes de um estado ou país; [...] na sua residência realizam-se, temporariamente, as reuniões oficiais da diretoria da Igreja Ortodoxa Patriarcal de Moscou no Brasil, presidida por Tkatchenko”.

O relatório oferece ainda retratos extensos das atividades de outros imigrantes russos, indicando sempre seus supostos envolvimento com o judaísmo, que, na visão desse relator, parece estar sempre ligado às atividades comunistas. Entre os nomes novos, também aparecem envolvidos indivíduos que já estavam presentes nas atividades da colônia russa em São Paulo no período de entreguerras. O ex-dirigente do partido dos Mladorossos, Bronislav Romanovsky, e o redator-chefe do jornal *O Tempo*, Boris Solodovnikoff, já haviam tido seu rompimento com a Federação das organizações russas nos anos 1930. Parece que eles reiniciaram as suas atividades políticas com a entrada da URSS na guerra contra Alemanha, se alinhando com os grupos de imigrantes que tomaram o partido de seus conterrâneos soviéticos. Para os nacionalistas russos, tanto quanto para a polícia política, isso significava que eles haviam se tornado “agentes” soviéticos. Porém, a trajetória de Boris Solodovnikoff indica, sobretudo, uma procura por se alinhar a coletividades que defendiam causas antinazistas. No começo de 1944, Solodovnikoff rompe com o padre Tkatchenko e seus aliados, é expulso do conselho paroquial da Igreja liderada por Tkatchenko, e torna-se alvo de uma ação judicial por parte do sacerdote. Intimado a comparecer à delegacia de polícia inúmeras vezes, Solodovnikoff foi finalmente alvo de um processo de expulsão por parte do Deops, em 1948, mas foi absolvido e permaneceu no país.

Em depoimento à polícia, em 1948, em razão de seu processo de expulsão, Solodovnikoff afirmou que chegou a conhecer o padre Tkatchenko através de seu amigo Romanovsky e queria ajudar o padre a convencer o Bispo a rezar pelos mortos soviéticos. Mas o seu rompimento com o padre, em 1944, fora motivado por discordâncias políticas ulteriores.

O declarante teve notícias que o padre estava em dificuldades porque queria rezar missa por intenção dos soldados russos tombados durante a guerra e que o bispo Teodóssio não queria que o padre fizesse

tal coisa; que o declarante foi ter com Bispo Teodóssio a fim de solicitar daquele uma autorização para que fosse rezada missa pelo padre Tkatchenko; que, porém, o Bispo Teodóssio não concordou como declarante e o padre Tkatchenko; que com esse incidente, o padre Tkatchenko comunicou-se com o arcebispo metropolitano Benjamin, chefe geral para as Américas da Igreja Patriarcal Ortodoxa de Moscou, solicitando, fosse ele nomeado para representar a Igreja Ortodoxa de Moscou para todo o Brasil; que de fato o padre Tkatchenko recebeu de arcebispo metropolitano a sua nomeação [...]; que com esses fatos houve, de parte do Bispo Theodóssio uma divergência, que resultou numa ação judicial movida contra a Igreja Ortodoxa de Vila Alpina [...] <sup>343</sup>.

Portanto, é o mesmo acontecimento do rompimento do padre Tkatchenko com o Bispo Theodóssio, que Merzeevsky descreve alguns anos mais tarde como resultado de interferência de “um patriota soviético, impetuoso, antigo social-revolucionário”, ou seja, Boris Solodovnikoff (*vide* pag. 297).

Em suma, o desequilíbrio de poder entre os grupos nacionalistas e simpatizantes ao comunismo soviético durante a guerra abriu oportunidade para a Igreja Ortodoxa do Patriarca de Moscou conquistar um espaço na cidade entre os imigrantes russos. Uma vez registrada conforme leis brasileiras, a nova paróquia do padre Tkatchenko passou a ser um canal direto de comunicação entre os imigrantes russos em São Paulo e a administração da Igreja Soviética. Agora, o objetivo passou a ser promover uma imagem positiva da URSS tanto entre os imigrantes russos, quanto entre o público brasileiro, aproveitando o cenário de guerra no qual o Brasil se posicionava como aliado da Rússia Soviética.

### **7.3. “Nas Repúblicas Socialistas Soviéticas sempre houve liberdade de culto religioso”**

Uma das estratégias, perpetradas pelo Estado stalinista na época da Guerra, de promoção de uma imagem positiva de si foi a edição do livro “A verdade sobre a religião na Rússia”. Esta obra fazia parte de um projeto político de Stalin de reduzir a pressão sobre a Igreja Ortodoxa soviética para reascender o espírito patriótico de vastas populações que continuavam a praticar ritos religiosos em clandestinidade. Além disso, para Stalin, era importante criar uma imagem positiva de seu regime entre os futuros

---

<sup>343</sup> Termo de declarações de Boris Solodovnikoff. Prontuário nº 33082. Boris Solodovnikoff. Deops/SP-Apesp.

aliados contra Hitler e refutar a fama de um regime totalitário e repressor. O livro foi concebido e escrito pela administração da Igreja Patriarcal de Moscou e publicado em 1942, na Rússia, visando, porém, a distribuição principalmente no estrangeiro. O principal objetivo do livro era demonstrar que os cidadãos soviéticos eram livres em suas escolhas religiosas, que a Igreja nunca fora perseguida no Estado Soviético, e que ela continuava funcionando e lutando contra o nazismo.

O livro continha cerca de 450 páginas e apresentava depoimentos de dirigentes eclesiais, fotografias e relatos sobre o funcionamento supostamente livre da igreja na Rússia soviética. A edição iniciava-se com a mensagem do Patriarca Sérgio, defendendo o poder comunista e acusando membros da Igreja Russa no exílio de traidores e colaboradores do nazismo:

Esse livro é, antes de tudo, uma resposta aos ataques dos fascistas, que eles realizam para “salvar” o nosso povo e a nossa Igreja dos bolcheviques. Mas com isso o livro também responde uma pergunta geral: será que a nossa Igreja se reconhece como perseguida pelos bolcheviques e solicita alguém para ser liberada de tais perseguições?<sup>344</sup>

O patriarca explica que a Igreja soviética não compartilhava com a Igreja emigrada sua concepção sobre o que era perseguição:

A burguesia eclesial vê a perseguição principalmente como o abandono da secular união do Estado com a Igreja. Como resultado, a Igreja, ou mais precisamente, suas instituições (como os mosteiros) e os clérigos (enquanto um estamento social ou profissão) perderam alguns direitos: de propriedade de terra e de estabelecimentos comerciais, diferentes privilégios estamentais comparando com o “simples povo”.

Enquanto isso, o simples povo cristão [...] tende a ver nas transformações ocorridas não a perseguição mas principalmente um retorno aos tempos apostólicos, quando a igreja e seus sacerdotes caminhavam por seu caminho verdadeiro que foi designado para eles pelo Cristo, quando eles viam em seu serviço não uma profissão que, como outra qualquer, lhes provia de recursos, mas como seguimento à convocação do Cristo<sup>345</sup>.

Resumindo, o livro visava negar as perseguições soviéticas aos sacerdotes, garantindo que as liberdades de expressão eram respeitadas na URSS, além de traçar uma crítica fundamentada e definitiva a todos os movimentos ortodoxos dissidentes dentro e fora da Rússia. A principal acusação à Igreja Ortodoxa no Exílio era sobre

---

<sup>344</sup> «Правда о религии в России». Московская Патриархия. 1942. [A verdade sobre a religião na Rússia. Patriarcado de Moscou, 1942. P. 7].

<sup>345</sup> *Ibid.*, p. 9.



tratar-se de uma comunidade de “fascistas”, de simpatizantes aos movimentos antissoviéticos e, por consequência, nazistas. Como vimos, são os mesmos termos empregados por imigrantes russos em São Paulo.

Conforme o depoimento de Solodovnikoff, o padre Tkatchenko recebeu do bispo ortodoxo da igreja soviética nos Estados Unidos uma ordem de traduzir e editar o livro “A verdade sobre a religião na Rússia” no Brasil. Solodovnikoff e sua filha foram designados como responsáveis pela tradução e Ostolopoff se encarregou de publicar o livro. Porém, antes de o livro ser publicado, Solodovnikoff havia rompido com o sacerdote e seu grupo de aliados, de modo que o livro acabou sendo publicado em junho de 1944, por uma editora no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, os avanços soviéticos na guerra proporcionavam maior interesse da sociedade brasileira pela URSS. Tkatchenko não hesitou em usufruir disso para aparecer nos jornais brasileiros promovendo o seu livro e também esclarecendo acerca das condições de vida atrás da cortina de ferro.

As primeiras aparições de Tkatchenko na imprensa brasileira datam já de 1942. Em junho deste ano, o jornal carioca *Diário da Noite* publicou um pequeno anúncio sobre a realização, na Igreja Anglicana em São Paulo, de uma missa conjunta pela “vitória dos países aliados”, com participação da “comunidade ortodoxa russa” representada pelo padre D. Tkatchenko, “representante da Igreja Patriarcal de Moscou no Brasil”<sup>346</sup>.

Em janeiro de 1944, a revista carioca, de orientação esquerdista, *Diretrizes* publicou uma extensa matéria, em três laudas, sobre a entrevista com o padre Tkatchenko, utilizando-se da tradução de seu companheiro Vladimir Ostolopoff, intitulada polemicamente “A religião nada tem a ver com a política” e com um subtítulo não menos controverso, “Os que servem a Hitler e os que servem a Deus”. A introdução à reportagem resume bem o seu conteúdo e o seu principal objetivo:

*Diretrizes* publica a seguir as sensacionais declarações do padre Demétrio Tkatchenko, representante da Igreja Patriarcal de Moscou para os países sulamericanos, sobre a prática da religião cristã na URSS, numa reportagem que focaliza em manobras “quinta-colunistas” dos padres exilados durante a revolução vermelha e que depois constituíram o famoso Sínodo de Karlovtsy<sup>347</sup>. O padre Tkatchenko fez-nos o histórico da

---

<sup>346</sup> “Cerimônia religiosa anglicana e ortodoxa pela vitória das armas aliadas”. *Diário da Noite*. 19 de junho de 1942. P. 2.

<sup>347</sup> Karlovetz é uma cidade na Sérvia onde, em 1921, foi realizado o Sínodo da Igreja Ortodoxa Russa no exílio.

evolução do pensamento religioso na Rússia, desde a eleição do primeiro Patriarca até os nossos dias, demorando-se particularmente na ação do Patriarca Tikhon, eleito em plena guerra civil, e que “foi o salvador do cristianismo” na URSS. Incidentalmente, o repórter focaliza o “caso” da cisão havida recentemente na Diocese Brasileira da Igreja Ortodoxa, o que motivou uma luta bem definida contra a propaganda nazista levada a efeito por certos elementos reacionários, saudosistas do regime czarista e acérrimos defensores de Adolf Hitler. Entende o padre Tkatchenko que a eleição do Patriarca Sérgio, realizado em Moscou em setembro de 1942, deve pôr termo ao “schisma” da Igreja Ortodoxa Russa e à divisão dos seus patrícios em “brancos” e “vermelhos”. Todos são russos. E o objetivo dos russos é um só: exterminar o nazismo<sup>348</sup>.

A reportagem começa narrando, em tom épico, o rompimento do padre Tkatchenko com o Bispo Theodóssio:

Hitler parecia invencível. O coração do padre Dmitri batia no peito, cada vez mais oprimido. Que fazer pela pátria? Só podia fazer uma coisa, que era rezar. E o padre exilado cometeu este grave pecado: pediu a Deus pela vitória dos exércitos russos!

Rezar pelos soldados soviéticos, rezar principalmente contra Hitler, que ia acabar tão depressa com o comunismo! Não. Isso não – protestou escandalizado o superior hierárquico do Padre Dmitri Tkatchenko. O pároco da Vila Alpina não disse nada, não podia desobedecer o bispo, chefe da Diocese. Só havia uma solução: desligar-se da sua dependência. Foi o que fez. Tratou de reunir seus paroquianos, contou o que se passava e por fim participou a todos a sua decisão de filiar-se à Igreja Patriarcal de Moscou. Os quarenta e um russos que compareceram à reunião de Vila Alpina, aprovaram unanimemente a atitude do padre<sup>349</sup>.

Conforme um novo equilíbrio de valores, condicionado pela Guerra, o “bem” e o “mal” trocaram de lugares. Os grupos dos exilados russos que gozaram de grande prestígio na imprensa brasileira no período de entreguerras agora ficavam taxados de nazistas e “quinta-colunistas”, enquanto as apologias diretas à Rússia stalinista tornavam-se recorrentes, principalmente entre a imprensa da esquerda, embora não exclusivamente nela.

Para os imigrantes russos, essa revisão de valores significava também uma clara reformulação das categorias de seu autoentendimento como russos. Em contraste à antiga concepção nacional, promovida e defendida pela colônia russa coesa, de antes da Guerra, os grupos aliados ao padre Tkatchenko promoviam um novo entendimento

---

<sup>348</sup> “A religião nada tem a ver com a política”. Reportagem de Francisco de Assis Barbosa. *Diretrizes*. 27 de janeiro de 1944. P. 7.

<sup>349</sup> *Ibidem*.

da lealdade a seu país de origem. Tkatchenko, seguindo as novas diretivas de Moscou, era muito claro sobre isso, impondo esse novo entendimento entre os imigrantes russos, através de suas publicações e de seus sermões nas missas dominicais. O jornal *Diretrizes* cita a carta pastoral que o sacerdote dirigiu aos paroquianos, por ocasião da eleição do Patriarca Sérgio na URSS, escrita já após a separação com o Bispo Theodóssio, na qual ele propõe aos seus conterrâneos outra forma de se identificar como russo no novo contexto político mundial:

Todo russo que não perdeu a honra, todo russo que respeita a memória dos seus antepassados, todo aquele que conhece, por pouco que seja, as leis eclesiásticas, não pode reconhecer outra autoridade senão a da Santa Igreja Apostólica Patriarcal. A Igreja Patriarcal não é um partido e acolhe em seu seio todos os ortodoxos que se comprometeram a não fazer da religião uma arma política. [...] O concílio de Karlovtzy foi criado por inimigos da Rússia, com o auxílio de sacerdotes que se intrometeram em lutas políticas, abandonaram seus rebanhos nos momentos de maior gravidade pensando somente no seu próprio bem-estar<sup>350</sup>.

A nova forma de ser russo proposta pelo sacerdote permanecia altamente politizada, embora o seu caráter político seja constantemente negado por ele. O “ser russo” continuava a conter a dicotomia nós/eles, representada pela antinomia “patriota”/“inimigo”. A diferença é que, no seu discurso, o padre Tkatchenko definia essas categorias, comumente utilizadas também nos discursos de nacionalistas russos, de uma forma inversa. Dessa maneira, embora o conteúdo das categorias tenha se modificado, a estrutura geral do entendimento nacional permaneceu intacta. O ser russo continuava a significar a lealdade a um ou a outro projeto político e ideológico, mesmo que esses projetos fossem antagônicos.

Embora a maior parte da reportagem fosse dedicada à crítica e à tentativa de desqualificar o Bispo Theodóssio e a Diocese Brasileira da Igreja Russa no Exílio, perante os leitores brasileiros, o jornalista não deixou de citar trechos de entrevista com o padre Tkatchenko, nos quais o sacerdote negava as perseguições religiosas no Estado soviético e defendia a legitimidade do patriarcado de Moscou. “Stalin não é um inimigo da religião – dizia Tkatchenko ao repórter brasileiro. – Aliás, a verdadeira religião resta aquela que nada tem a ver com a política”.

A linha da defesa do regime stalinista continuará com maior destaque nas próximas aparições do sacerdote Tkatchenko na imprensa brasileira. Em junho de 1944,

---

<sup>350</sup> *Ibid.*, p. 22.

a tradução do livro “A verdade sobre a religião na Rússia” acaba sendo publicada no Rio de Janeiro. No curto período de uma semana, foram lançadas quatro matérias jornalísticas, em três diferentes periódicos brasileiros, sobre o livro, com entrevistas com o padre Tkatchenko, o responsável pela publicação.

No dia 13 de junho, o jornal carioca *Diário da Noite* publica, logo na segunda página, uma reportagem sobre a vinda do padre Tkatchenko - que o repórter designa como “bispo” -, sob título sensacionalista “Stalin frequenta igreja!”<sup>351</sup>. A reportagem cita afirmações do sacerdote nas quais ele ataca a Igreja Russa no exílio e defende o regime soviético, num único argumento:

A igreja subsiste com toda a liberdade na Rússia. O que ali não existe são os membros do chamado Sínodo de Karlovitz, constituído na Sérvia pelos sacerdotes que se achavam radicalmente ligados ao regime czarista. A esse Sínodo, intimamente comprometido no movimento fascista na Europa, é que cabe a maior parte da responsabilidade das falsas notícias, que durante longos anos encheram o mundo, sobre pretensas perseguições e atrocidades cometidas na Rússia contra a religião. O povo russo não massacra padres e tem também o direito de adorar a Deus livremente<sup>352</sup>.

É preciso ressaltar que nem o próprio livro “A verdade sobre a religião na Rússia” traz apologia tão explícita ao regime de Stalin. A postura adotada pelos hierarcas soviéticos nessa publicação não nega o trágico destino de muitos dos sacerdotes ortodoxos desde a Revolução (“numericamente, a nossa Igreja sofreu grandes perdas nos anos após a Revolução”), mas ao mesmo tempo propõe outra interpretação para o caso (“com a separação da Igreja e do Estado, foram abolidas todas as barreiras que detinham artificialmente as pessoas dentro do corpo da igreja, assim, todos os frequentadores nominais se afastaram”<sup>353</sup>). De um modo geral, a publicação demoniza menos a igreja russa dissidente e se foca mais nas “provas” de que a religião era livremente exercida na Rússia soviética. Entretanto, a investida do padre Tkatchenko na responsabilização da Igreja no exílio, e especificamente do Bispo Theodóssio, por propagar falsas informações sobre a liberdade da religião na URSS tem mais a ver com o contexto no qual a comunidade russa encontrava-se no Brasil. Era única a oportunidade, surgida ocasionalmente durante a Guerra, de desqualificar a organização que, durante

---

<sup>351</sup> “Stalin frequenta igreja!”. *Diário da Noite*. 13 de junho de 1944. P.2.

<sup>352</sup> *Ibidem*.

<sup>353</sup> «Правда о религии в России». Московская Патриархия. 1942. [*A verdade sobre a religião na Rússia*. Patriarcado de Moscou, 1942. P. 10].

uma década, estruturou e centralizou as coletividades russas em São Paulo, e ignorou (silenciou?) sistematicamente as manifestações de solidariedade constituídas na base de outros critérios. A visibilidade que a publicação da tradução do livro deu para o padre Tkatchenko e seus aliados configurou uma ocasião excepcional para reequilibrar o balanço da influência em seu favor.

No dia de 15 de junho, *O Estado de São Paulo* também publica uma pequena matéria intitulada “A religião ortodoxa sob o regime soviético”, na qual transmite as mesmas declarações do padre Tkatchenko. Além de afirmar, mais uma vez, que “nas Repúblicas Socialistas Soviéticas sempre houve liberdade de culto religioso”, o sacerdote volta a ressaltar o engajamento do próprio Stalin com a religião: “Joseph Stalin, na qualidade de chefe do governo russo assiste constantemente a ofícios religiosos, quando se trata de festas nacionais”<sup>354</sup>. Além disso, respondendo à pergunta do repórter brasileiro sobre a existência, no Brasil, de alguma igreja do “Sínodo de Karolvatz”, Tkatchenko oferece uma controversa afirmação: “Sim. Em São Paulo existem duas, cujas cerimônias, felizmente, são assistidas por três ou quatro pessoas<sup>355</sup>, ao passo que as nossas contam com extraordinária assistência”<sup>356</sup>.

Em 16 de junho, simultaneamente, *Folha da Manhã* e *Diário da Noite* publicam matérias extensas sobre um diálogo entre o padre Tkatchenko e o Bispo de Maura, Carlos Duarte, figura não menos polêmica, na Igreja Católica, que o próprio Tkatchenko, na Ortodoxa<sup>357</sup>. “Unidos na mesma prece um Bispo Romano e um Bispo

---

<sup>354</sup> “A religião ortodoxa sob o regime soviético”. *O Estado de São Paulo*. 15 de junho de 1944.

<sup>355</sup> Uma informação conscientemente distorcida, pois um relatório policial de um agente secreto infiltrado numa missa dominical na Catedral, em 1951, aponta: “A assistência devido a grande chuva que caía, era apenas de 15 fieis, numero este que foi aumentando, podendo-se calcular em 60 pessoas quando terminou a cerimonia”. Comunicado preparado por “S-O.G.” sobre celebração de missa na Igreja da rua Tamandaré dia 25 de novembro de 1951. Dossiê 30-G-1-59.

<sup>356</sup> *Ibidem*.

<sup>357</sup> O Bispo Dom Carlos Duarte Costa era uma figura rebelde na estrutura da Igreja Católica no Brasil. Em 1944, ele foi preso, mas acabou sendo liberado em consequência de um movimento internacional em sua defesa. Em 1945, foi excomungado da Igreja Católica pelo Papa e, em seguida, instituiu, no Rio de Janeiro, a Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB, na qual se proclamou o primeiro bispo e, após a sua morte, foi considerado como santo. Uma trajetória eclesiástica de rebeldia muito similar à do padre Tkatchenko. Eis como ele é caracterizado no website oficial da ICAB: “Dom Carlos Duarte Costa foi um profeta do socialismo cristão e desejava ver sua terra totalmente livre, onde valores humanos e nacionais fossem respeitados. Corajoso, analisava todos os problemas humanos, dos bens necessários, da degeneração da Igreja de Roma. Taxado de comunista – ele, que era contra o comunismo -, atravessou todos os perigos consciente de sua missão. A 06 de julho de 1944, por ordem do governo, a pedido do Núncio Apostólico, combinado com fascistas brasileiros, foi preso e levado para Belo Horizonte, lá ficando até 04 de setembro, quando foi solto a pedido da ABI – Associação Brasileira de Imprensa e da Embaixada do México, Estados Unidos da América e Inglaterra. A luta e as perseguições contra ele são reiniciadas. Felizmente, não mais havia a “santa” inquisição; caso contrário, teria sido condenado à fogueira como herege e seria mais uma das vítimas de um tribunal integrante da igreja que, ao longo dos séculos, solidificou toda sua força e

Ortodoxo”, ocupando duas páginas do periódico carioca *Diário da Noite*, traz uma conversa entre duas autoridades eclesiásticas, caracterizadas pelo repórter como “homens de letras, autores de livros editados em vários idiomas; são religiosos que tem amigos e inimigos, e como são admirados e combatidos, era natural que existisse entre os dois certa afinidade”<sup>358</sup>. Em linhas gerais, o diálogo percorria os mesmos temas sobre as perseguições dos sacerdotes cristãos na Rússia soviética, elementos energicamente desmentidos pelo padre Tkatchenko. Entretanto, dessa vez, o sacerdote recorreu ao argumento da luta de classes em sua crítica à igreja russa anterior à revolução. Segundo ele, a revolução comunista “despoluiu” a igreja dos sacerdotes que desprezavam o povo e beneficiaram as camadas privilegiadas – argumento também presente no livro do Patriarcado de Moscou:

Bispo de Maura: - A liberdade de crença na Rússia existe desde o período de chamado “comunismo de guerra”?

Tkatchenko: - Não. E vou explicar. O clero ortodoxo, ao tempo do tzarismo, por gozar de proteção e receber subsídios do Estado, era rico e poderoso. Como tal, esqueceu-se de seu sacerdócio e transformou-se em intolerante, prepotente e explorador da ignorância das massas. Ao mesmo tempo prestava-se a servir de instrumento aos maiores crimes da nobreza. O povo tinha grandes ressentimentos desses padres. E claro que havia numerosas exceções. Sobrevinda a revolução, o povo quis vingar-se e realmente vingou-se em parte, pois muitos desses padres conseguiram fugir criando depois na Sérvia o Sínodo de Carlovac<sup>359</sup>.

Em outra passagem, Tkatchenko chama os sacerdotes reprimidos durante a revolução e a guerra civil de “homens de batina empunhando armas contra a Revolução. Eles deixaram de ser sacerdotes e ficaram a serviço do Tsarismo e de nações estrangeiras contra os interesses nacionais da Rússia”. E continua: “Hoje, todas as religiões, com exceção da Igreja de Carlovac, lutam e sofrem pela humanidade”. O Bispo

---

fortuna também à custa do sangue inocente daqueles que condenou à morte. E tudo, obviamente, “em nome de Deus!” <<http://igrejabrasileira.wix.com/icab#!dom-carlos-duarte-costa/c1pk1>>. Acesso em 06/11/2014. A afinidade entre Dom Carlos Duarte e o padre Tkatchenko não se esgotava na semelhança de suas trajetórias institucionais. Alguns novos princípios da organização eclesiástica propostos pela ICAB pareciam ser inspirados pelo modelo ortodoxo. O folheto “Porque sou Católico Brasileiro?” proclamava, dentre outras, as seguintes alterações, nessa linha: “5) Porque na Igreja Católica Brasileira, não tem nenhum Bispo infalível, pois o único infalível é Jesus Cristo, e na Igreja Romana a quem chamam Papa julga-se infalível; 7) Porque os padres da Igreja Brasileira, podem casar-se e constituírem família. O padre tendo a sua própria família saberá das o respeito à família dos outros e também saberá quanto custa a manutenção de um lar. [...]”. “Porque sou católico brasileiro?”. Padre Dylmar Balduino. Legado de D. Carlos Duarte Costa no Bispado de Santos. Dossiê 30-G-5-45. Deops/Apesp-SP.

<sup>358</sup> “Unidos na mesma prece um Bispo Romano e um Bispo Ortodoxo”. *Diário da Noite*. 16 de junho de 1944.

<sup>359</sup> *Ibidem*.

de Maura também apontou para o papel da igreja – e da liderança nacional de Vargas – na vitória dos Aliados na guerra contra Hitler: “A Igreja, nacionalista, democratizada, mercê de Deus poderá ser a força aglutinante que reunirá todos os bons brasileiros em torno de Vargas, para que ele possa cumprir os sagrados compromissos do Brasil com as Nações Unidas, colocando o nosso país em situação vantajosa para a guerra”<sup>360</sup>.

A reportagem publicada no jornal *Folha da Manhã*, no mesmo dia, traz essa conversa em um formato reduzido, intitulando-a com a citação das palavras do padre Tkatchenko: “O padre como qualquer cidadão trabalha e luta pela grandeza da Rússia”. Dessa vez, as palavras citadas dão destaque principalmente às supostas liberdades de crença na URSS:

Passada, entretanto essa onda de vinditas, os bons padres, sob a tolerância do governo bolchevista, reorganizaram a sua igreja e puderam cumprir a sua missão apostolar. [...] Stalin reconstruiu igrejas, admitiu e facilitou a criação de seminários e academias para bispos, ajuda materialmente as obras da igreja, etc. Hoje, o padre ortodoxo russo é pobre de dinheiro mas milionário de afeto no coração do povo russo: como qualquer cidadão, trabalha e luta pelo engrandecimento da URSS e felicidade do seu povo<sup>361</sup>.

As aparições do padre Tkatchenko na imprensa brasileira tinham por objetivo promover a imagem de um regime soviético mais tolerante, persuadindo os simpatizantes de Stalin de que o modelo adotado por ele para o Estado comunista realmente respeitava as características nacionais russas, ao mesmo tempo em que aplicava os princípios de um estado socialista. Por outro lado, a crítica constante do “Sínodo de Karlovetz” e, por consequência, do Bispo Theodóssio como seu representante no Brasil, visava desqualificar o modelo comunitário criado por emigrados russos em São Paulo e abrir mais espaço às coletividades de orientação de esquerda.

Nesse caso, a luta que o padre Tkatchenko iniciou contra o Bispo Theodóssio na imprensa brasileira pode ser interpretada em termos de disputa entre os *estabelecidos* e os *outsiders* pelo acesso aos recursos de poder (Elias, Scotson, 2000). À medida que os grupos *outsiders* ganham mais poder numa conjuntura social mais geral, o seu conflito com os *estabelecidos* pode passar de uma fase latente para uma forma mais aguda e explícita. Nesse processo, os grupos antigamente ignorados começam a

---

<sup>360</sup> *Ibidem*.

<sup>361</sup> “O padre como qualquer cidadão trabalha e luta pela grandeza da Rússia”. *Folha da Manhã*. 16 de junho de 1944.

disputar a sua relevância com mais força, lançando mão tanto de recursos simbólicos, como de fofocas, mentiras, exageros, insultos etc., quanto de violência mais manifesta.

Parece que a entrada do Brasil na Segunda Guerra foi justamente um momento no qual o equilíbrio de poder entre *estabelecidos* e *outsiders* entre os imigrantes russos, em São Paulo, se modificou. Com isso, as coletividades antigamente subalternas tentaram reverter sua posição em relação aos dominantes, através da maior visibilidade na imprensa e também através de atos de violência explícita – como aqueles citados nos prontuários policiais e nas recordações de Merzeevsky sobre o bloqueio das igrejas e ameaças individuais. Como apontam Elias e Scotson (2000, p. 37), “no fundo [...], todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder como tal. [...] Os grupos *outsiders* exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais”. O período entre 1942 e 1945 foi justamente o período de luta pela modificação do equilíbrio de poder entre diferentes grupos de imigrantes russos. Não é por acaso que, após inúmeras acusações de apologia ao comunismo que o sacerdote Tkatchenko recebeu nesse período, nenhuma providência efetiva foi tomada pela polícia política brasileira. Claro que Tkatchenko e seus aliados continuavam constantemente presentes em relatórios, denúncias e investigações policiais, mas o processo de expulsão, como maior pena para crimes políticos perpetrados por estrangeiros, só foi iniciado contra eles no final de 1947, ou seja, já no governo anticomunista de Dutra (Zen, 2010, p. 157).

Os agentes da polícia se davam conta da propaganda que Tkatchenko lançava ao regime soviético, na imprensa brasileira, através de sua apologia ao Patriarcado de Moscou. Um comunicado ao chefe do Serviço Secreto da Polícia, enviado logo após a publicação das matérias com padre Tkatchenko na imprensa brasileira, apontam para o seu envolvimento com a propaganda do comunismo que, contudo, não parece gerar nenhuma reação efetiva por parte da polícia.

O Pe. Tkatchenko de há muito que vem sendo objeto de nossas observações, motivo pelo qual chegamos a conclusão de ser ele um propagador da política moscovita e não da religião ortodoxa, como o intruso se nos apresenta no Brasil. [...]

Pela leitura das entrevistas que aquele padre comunista está dando, verificamos que, as mesmas são políticas e obedecem a um plano, tramado



entre o entrevistado e os repórteres que se interessam pela difusão do comunismo no nosso país.

Esse processo de provocação de conferências, polêmicas e outras cousas semelhantes, é trabalho do Partido Comunista, utilizando-se dos meios legais.

Pelo exposto e pelos recortes anexos, deixo a critério de V.S., outras considerações a respeito<sup>362</sup>.

É provável que a atitude da polícia nesse momento continuasse sendo bastante pragmática, como já apontava um comunicado, assinado pelo agente secreto “S.E.” e encaminhado ao delegado chefe do Serviço Secreto em dezembro de 1943:

A luta entre russos e alemães teve início naquela data [1941] e, por tal motivo, começaram a surgir mil e uma denúncias contra o padre Tkatchenko e as pessoas que a ele estavam mais chegadas, com sejam Boris Solodovnikoff, Staretz e outras. De tais denúncias, este Setor tem aproveitado algo que nos interessa, porém, também já verificou que as mesmas partem de indivíduos apaixonados que pretendem fazer da polícia instrumento para satisfazer os seus caprichos.

Não nos devemos esquecer também que existem muitos alemães de tendências nazistas que pretendem a todo custo fazer com que a Polícia tome atitude repressiva contra o grupo ligado ao padre Tkatchenko. Não resta a menos dúvida de que o padre Tkatchenko, Boris Solodovnikoff, Staretz e outros, são elementos que fazem parte do Exército Vermelho. Assim sendo, fazem apologia do seu país, motivo pelo qual vem sendo objeto de nossas observações<sup>363</sup>.

O tom dos relatórios policiais mudará significativamente a partir de 1947, quando o padre Tkatchenkp voltará a ser chamado sistematicamente de “intruso”, “indesejável”, “infiltrado”, nas denúncias que efetivamente darão base para um processo de expulsão.

A reação do Bispo Theodóssio e de grupos de emigrados ligados a ele às provocações feitas contra eles na imprensa brasileira pelo padre Tkatchenko foram mais moderadas. Acusados de “fascismo”, eles não dispunham mais de recursos de poder que poderiam lhes conferir prerrogativas no tratamento junto à polícia. Contudo, o Bispo Theodóssio não deixou de enviar uma carta à polícia em reação às entrevistas com padre Tkatchenko, como tentativa discreta de se defender das acusações do sacerdote e de reafirmar, mais uma vez, a lealdade ao Brasil:

---

<sup>362</sup> Comunicado de S.2 ao Delegado Chefe do S.S. 17/06/1944. Dossiê 30-G-1-29. Deops/Apesp-SP.

<sup>363</sup> Comunicado nº 107 do “S.E.” ao chefe do Serviço Secreto, de 2 de dezembro de 1943. Dossiê 30-G-1-3. Deops/Apesp-SP.

A proposito da entrevista concedida a uma agência no Rio de Janeiro, e publicada em alguns jornais desta capital [...], tomamos a liberdade de informar Vossa Excelência do seguinte:

1. O indivíduo Tkatchenko não é patriarca de nenhuma igreja no Estado de São Paulo, ou no Brasil;
  2. O indivíduo Demetrio Tkatchenko não é senão um antigo sacerdote expulso do clero da Diocese Brasileira da Igreja Ortodoxa Russa nesta capital em virtude do ato de indisciplina, insubordinação e por ter transgredido as Regras Apostólicas.
  3. O indivíduo Demetrio Tkatchenko, em consequência de sua expulsão e da derrota judicial que sofreu em contenda com seu superior religioso, procura denegrir atividade da Igreja Católica-Ortodoxa, e, aproveitando-se da religião, está fazendo agitação de natureza comunista, de parceria com elementos reconhecidamente moscovitas, participando em movimento contrário aos interesses do Brasil.
- [...]

Desejamos à felicidade pessoal de Vossa Excelência e a prosperidade sempre crescente deste bondoso país.

De um modo geral, os protestos contrários a ataques de Tkatchenko eram poucos, por parte dos grupos ligados ao Bispo Theodóssio, excluindo talvez denúncias sistemáticas e colaborações anônimas em certas investigações contra ele. As atividades do padre, enquanto isso, adquiriam orientação cada vez mais política. O Subcomitê de auxílio às vítimas de guerra arrecadava grandes quantias de dinheiro, sob a égide da Cruz Vermelha. Zen (*op.cit.*, p. 158) relata um grande evento organizado pelo Subcomitê em maio de 1944, no ginásio do Pacaembu, no qual um programa artístico e musical era dedicado à cultura russa popular e soviética. Zen (*Ibid.*, p. 159) não deixa de ressaltar que “o fato de constar representações e músicas em idioma estrangeiro demonstra certa flexibilidade das autoridades, pois, de acordo com uma série de decretos ainda em vigor, era proibida a utilização da língua estrangeira em público”. Além disso, o evento dispunha de grande quantidade de símbolos soviéticos, que causavam uma indignação por parte dos agentes policiais designados para vigiar a festa. Zen destaca bandeiras soviéticas (que foram retiradas após a solicitação da polícia) e retratos a óleo de generais soviéticos como Zhukov e Timoshenko, destinados a um leilão após a festa. Este, porém, acabou sendo proibido pela polícia (*Ibid.*, p. 161).

A venda de retratos dos generais soviéticos e do próprio Stalin configurou uma das formas de arrecadação adotada pelo Subcomitê. No começo de 1944, as relações entre Solodovnikoff e padre Tkatchenko ficaram tensas em razão das atividades

mais enérgicas em prol da Rússia Soviética realizadas por esse último. No dia 14 de janeiro, Solodovnikoff, então membro da diretoria da paróquia do padre Tkatchenko, envia ao sacerdote uma carta, registrada no cartório brasileiro e copiada para o Serviço Secreto da Polícia, solicitando explicações sobre as atividades suspeitas que ele vinha exercendo. Na carta, Solodovnikoff indaga ao sacerdote por que ele arrecadava dinheiro com listas da Cruz Vermelha “sem conhecimento dessa” e sem que nada tivesse sido entregue à instituição; igualmente questiona sobre a procedência dos retratos de marechais russos que o sacerdote vendia entre os imigrantes russos. Ao final, Solodovnikoff interroga Tkatchenko: “É verdade que V. Revma. vem exercendo práticas ‘consulares’ quando essa função só pode caber a outros, nunca a um pastor de almas?”<sup>364</sup>. Logo em seguida, dia 16 de janeiro, Tkatchenko reage à atitude ameaçadora de Solodovnikoff reunindo a assembleia paroquial para dissolver a antiga diretoria e convocá-la, ou seja, convocar Solodovnikoff especificamente, a prestar contas à nova direção. O acontecimento serviu de razão para rompimento e confronto entre dois.

Outros relatórios encontrados nos documentos policiais apontam que o padre enviava sistematicamente quantias consideráveis de dinheiro para organizações no exterior: “Há dois meses, mais ou menos, o Padre Tkatchenko enviou alguns milhares de cruzeiros, pelo City Bank, à Embaixada Soviética nos EEUU. Esse dinheiro foi o produto da venda de fotografias do Marechal Timoshenko”<sup>365</sup>.

O Subcomitê russo também não ficava à parte de auxílio financeiro ao Estado Soviético. O prontuário pessoal do conde Bennigsen, na Polícia Política, contém uma cópia de telegrama recebida por ele, em 24 de janeiro de 1947, do próprio embaixador da URSS no Brasil, Jacob Suriz, confirmando o recebimento do cheque na importância de 110 000 cruzeiros destinados à Comissão Lituana da URSS. Em seguida, o embaixador agradece a Bennigsen “pessoalmente, e aos membros do Departamento Lituano, bem como a todos os cidadãos que tomaram parte na coleta de fundos para a República Socialista Soviética da Lituânia”<sup>366</sup>.

---

<sup>364</sup> Carta de Boris Solodovnikoff ao Rev. Padre Tkatchenko, no papel timbrado da Igreja Patriarcal de Moscou, registrada no cartório. 14 de janeiro de 1944. Dossiê 30-G-1-8. Deops/Apesp-SP.

<sup>365</sup> Comunicado por “S.2” ao chefe do Serviço Secreto, de 15 de fevereiro de 1944. Dossiê 30-G-1-15. Deops/Apesp-SP.

<sup>366</sup> Cópia do telegrama do embaixador da URSS no Brasil, Jacob Suriz, ao presidente do Subcomitê Russo de auxílio as vítimas de Guerra. 24 de janeiro de 1947. Prontuário nº 88132, Emmanuel de Bennigsen. Deops/Apesp-SP.

#### **7.4. “O padre Dimitrio Tkatchenko é um indesejável, que deve e precisa ser expulso do país”**

Após o término da Segunda Guerra, o “patriotismo soviético” evoluiu para uma fase ativa. Os consulados soviéticos, oficiais e clandestinos, promoviam políticas de repatriação voluntária dos ex-cidadãos russos emigrados logo após a revolução. Como já mencionado na Parte I desta tese, entre 3 500 e 8 000 refugiados russos solicitaram passaportes soviéticos, apenas na Europa, nesse período. No Brasil, a política de repatriação era destinada, sobretudo, às camadas mais vulneráveis entre os imigrantes dos territórios russos. Entre eles, principalmente, aos habitantes dos subúrbios paulistas que, embora vivendo no Brasil há décadas, ainda não tinham realizado o almejado projeto de ascensão social, e estavam engrossando as fileiras do proletariado urbano frustrado e, portanto, mais susceptível às promessas soviéticas de uma vida mais justa<sup>367</sup>.

As relações diplomáticas do Brasil com a URSS foram restabelecidas em 1945 (Bacigalupo, 2000), e a embaixada soviética no Rio de Janeiro atuou como um agente ativo de distribuição de passaportes soviéticos entre os imigrantes russos interessados. Consequentemente, eles precisavam de colaboradores e agentes, dentre os imigrantes, em diferentes cidades. Em São Paulo, padre Tkatchenko era uma pessoa perfeita para esse trabalho, já que dispunha de certa influência entre os imigrantes russos dos subúrbios paulistas, público alvo da campanha de repatriação soviética. Diversos relatórios policiais apontam para essas atividades de Tkatchenko, no auxílio de distribuição de passaportes para seus conterrâneos. Em outubro de 1946, um relatório anônimo aponta que o padre “trata de arranjar passaportes soviéticos a lituanos, russos etc. e procura arranjar meios para aqueles que quiserem seguir para a Rússia”<sup>368</sup>. Alguns

---

<sup>367</sup> Não possuímos registro do número de pessoas que efetivamente emigraram do Brasil para a URSS após o fim da guerra, mas a memória coletiva guarda algumas reminiscências sobre o período, por meio de anedotas. Sua estrutura e conteúdo poderiam ser objeto de uma nova pesquisa que não cabe ao propósito do presente trabalho. A título de ilustração, cito uma anedota com um enredo típico, comumente contada com variações em detalhes secundários. “O chefe de uma família decidiu voltar à sua aldeia natal, aproveitando a política de repatriação promovida pelo Estado soviético após a Segunda Guerra. O vizinho dele também pensava em fazer o mesmo, mas ainda hesitava. Então, o repatriando falou para o vizinho: “Fique tranquilo. Depois de eu chegar lá e ver como estão as coisas, eu envio para você uma fotografia de família. Aí, se nós estivermos fotografados de pé, é porque está tudo ótimo e você pode voltar sem medo. Se nós estivermos sentados, você não volta porque significa que as coisas não estarão como pensamos. Ficou combinado assim, o repatriando partiu e alguns meses depois chegou ao vizinho uma fotografia da URSS. Nela, a família toda estava deitada”.

<sup>368</sup> Comunicado sobre comunismo de “Chefia” (Zequinha). 7 de outubro de 1946. Dossiê 30-G-1-48. Deops/Apesp-SP.

dias depois, o mesmo agente secreto policial envia ao chefe outro relatório, mais elaborado:

O principal agitador comunista na Vila Zelina e outras, e entre os estrangeiros de todas as nacionalidades é o padre russo-ortodoxo Tkatchenko. Este padre faz propaganda da Rússia por toda parte e se diz representante autoridade da União Soviética em São Paulo. Ele arrecada documentos de lituanos, russos, búlgaros e outros e manda para Moscou para que essa gente possa adquirir a cidadania soviética e mais tarde seguir para a Rússia. [...]

Existe um correio secreto entre Montevideo e S. Paulo, feito por mensageiros. Via Montevideo vem carta de Lituânia e outras partes e depois são distribuídas em S. Paulo, sem que passam pelo Correio. [...]

Possivelmente por esse mesmo caminho seguem para Rússia os documentos que Tkatchenko arrecada<sup>369</sup>.

O comunicado do agente secreto é acompanhado de uma inscrição do chefe do Serviço Secreto sugerindo maiores apurações do caso e eventual abertura de um processo de expulsão. A partir daí, os relatórios, comunicados e denúncias sobre as atividades “consulares” do padre Tkatchenko começam ser mais recorrentes nos documentos policiais.

A sua expulsão do país, em 1948, foi resultado de uma longa investigação da polícia, reunindo as diversas denúncias e relatórios sobre o seu envolvimento com as autoridades consulares soviéticas, proibidas pela lei brasileira novamente após 1947. Embora o conteúdo de um crime político possa ser questionado, o discurso acusatório proferido pelo responsável pela expulsão do sacerdote remete às velhas políticas repressivas adotadas ainda no Estado Novo. Não apenas a própria lei que regulava as expulsões de estrangeiros era a herança do Estado Novo, como também os próprios argumentos que acusavam Tkatchenko de falta de lealdade para com a nação brasileira e ainda justificavam o ato da expulsão pela própria vontade do réu de retornar à URSS. Vale a pena reproduzir alguns trechos do texto do relatório sobre a expulsão do padre Tkatchenko, na íntegra:

Dimitri Tkatchenko, cidadão soviético, veio para a hospitaleira terra brasileira em 1939 e aqui usando das suas prerrogativas de padre e abusando da mística que é base em geral das religiões, entrincheirado dentro dessa muralha de fé que

---

<sup>369</sup> Comunicado por “Chefia” (Zequinha), “Observações nos meios comunistas estrangeiros”. 18 de outubro de 1946. Dossiê 30-G-1-50. Deops/Apesp-SP.

empolga todos os crentes, cuidou da sua missão de agente internacional da propaganda comunista.

Sua igreja, em Vila Zelina, não passava de um clube de gente das diversas raças eslavas, com correspondência com as agências diplomáticas da URSS nos diversos países, inclusive o Uruguai e os Estados Unidos da América do Norte.

Nessa igreja só se falava o idioma russo, e se a busca realizada tanto na residência do acusado como na referida igreja não deu maiores resultados [...] acima da orbita de indagações filosóficas-sociais, ou de convicções de caráter personalíssimo, há certeza de que o padre Dimitrio Tkatchenko é um indesejável, que deve e precisa ser expulso do país. Bastaria a oração ou coisa parecida [...] e cuja tradução se vê [no dossiê] para infundir em seus patrícios e outros indivíduos da raça eslava, que o comunismo surgiu na pátria deles, “não por casualidade, mas pela PROVIDENCIAL LEI DIVINA” [grifo original].

Não bastasse isso, seria razão de expulsão do padre Tkatchenko, a simples prova que ele após viver no Brasil cerca de oito para nove anos, pediu recentemente ao Consulado da URSS documentos de sua cidadania soviética.

Se não bastasse ainda essa prova, estaria de pé o crime de traição ao Brasil de estar o acusado induzindo, facilitando, encaminhando e custeando, perante representações diplomáticas da URSS, a soviétização de indivíduos da raça eslava, em número que ele próprio calcula em trinta.

No documento junto a fls 47 que é um fascículo intitulado “O Caso da Igreja da Vila Alpina” o próprio bispo D. Theodosio, qualifica o recuo do acusado padre Demetrio Tkatchenko, de uma igreja para outra, como tendo causa política, e que a sua filiação e de alguns outros paroquianos á “Igreja bolchevizante de Moscou” foi ato de indisciplina religiosa, próprio dos seus comparsas, entre os quais muitos são agitados.

[...] Compareceu a esta secção no dia 17 do corrente, o advogado [...] que tomou conhecimento dos autos, para efeito de apresentar a defesa do acusado: alegando depois acumulo de serviços de sua profissão, deixou conosco o rascunho que, neste ato mandamos juntar ao processo, solicitando que lhe déssemos alguma tolerância no prazo para a entrega definitiva da defesa. Entretanto até esta data não mais compareceu e nem apresentou o original de seu trabalho.

Apesar de tudo, o rascunho mencionado, traz uma série de considerações, do item 7 em diante, onde grifamos de vermelho, considerações essas, repassadas de sentimentalismo, falando “no sentimento eslavo”, “nostalgia do torrão natal” e “sonho de retorno às regiões em que esperam encher o vácuo em que se vão transformando suas almas” [grifo original], como justificação da pretensão que tem os russos de regresso á terra natal e, ainda são palavras da defesa: “na esperança que no tumulto lhes cairá sobre o

cadáver a terra que lhes ouviu os primeiros vagidos e que aprenderam amar”.

Estamos de acordo com essa parte de defesa: por isso mesmo, apesar de termos demonstrado a procedência das acusações feitas ao indivíduo, julgamos que o processo ainda deva ter um andamento mais rápido, para irmos de encontro a esse anseio que ele está demonstrando por intermédio de seu advogado de regressar á Rússia.

Julgamos entretanto que ele deve sair do país, como expulso, visto ter ficado demonstrado tratar-se de um indesejável [...] <sup>370</sup>.

Juntamente com Tkatchenko, seus aliados mais próximos, Pospeloff e Kornieff, e também Boris Solodovnikoff, foram indicados como candidatos à expulsão. Porém, estes foram absolvidos e o ato da expulsão foi assinado apenas para o nome de Demétrio Tkatchenko. A declaração feita por Pospeloff à imprensa brasileira sobre as razões de ter sido investigado pela polícia trata, sobretudo, de seu autoentendimento como russo. Autoentendimento que, para as autoridades brasileiras, poderia colocar em cheque sua lealdade ao Brasil, algo que ele tenta reforçar na segunda parte de seu discurso.

Desejo, se o Sr. me permite, declarar pelas colunas de seu jornal, que jamais tive qualquer ligação com comunistas, em favor do partido. Não renego minha pátria, pois seria um mau cidadão se assim procedesse. Aos contrário de outros patrícios meus, reconheço como minha pátria a União Soviética, pois, de fato e de direito, é a sua atual denominação; patrícios meus existem, no entanto, que por motivos que talvez possuam e que não são de meu conhecimento, que dizem reconhecer como sua pátria a Rússia, mas não à União Soviética. O importante, para mim, é amar a minha terra. Eu continuarei adorando a terra em que nasci, quer seja ela a Rússia ou quer se lhe chamem de União Soviética. Isso, Sr. repórter, é um ponto de vista todo meu. Tenho o direito de pensar e de interpretar as coisas a meu modo, pois vivo num país onde são respeitados os direitos e a liberdade de pensar.

[...] Desejo, para ser sincero, visitar minha terra antes de morrer. Porém, não desejo mais ficar lá de vez que tenho o Brasil, como uma segunda pátria. Assim penso eu e minha estremecida esposa. Como estrangeiro que sou, cumpro todas as leis brasileiras e acato e respeito todas as suas autoridades; com isso nada faço além da minha indeclinável obrigação <sup>371</sup>.

---

<sup>370</sup> Relatório sobre o expulsando Demétrio Tkatchenko. Por delegado adjunto da secção de expulsandos, Thomas Paiva. 24 de abril de 1948. Dossiê 30-G-6-11, fls 22-25. Deops/Apesp-SP.

<sup>371</sup> Dossiê 30-G-4-5 fls. 7,8,9. São Paulo, 30 de março de 1948. Deops/Apesp-SP.

Como consta nos arquivos, o padre Tkatchenko foi detido, mas conseguiu se libertar através do pedido de *habeas corpus*, no final de julho de 1948. Sem esperar a realização do mandado de expulsão, ele partiu, com a família, para o Uruguai e de lá, segundo testemunhas posteriores, para a Tchecoslováquia. Contudo, a vigilância da polícia política sobre as atividades de imigrantes russos não decresceu. Um número significativo de relatórios e denúncias policiais indicam a constante atenção da polícia em relação às atividades políticas dos russos, no contexto de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos na Guerra Fria.

Em outubro de 1948, a imprensa brasileira anunciou o ato de expulsão de outros imigrantes de origem russa, pertencentes, dessa vez, à já evocada associação Estrela Vermelha. De acordo com o jornal carioca *Diário da Noite*, os doze “alienígenas” acusados “formaram uma sociedade a serviço da União Soviética”<sup>372</sup>. A maioria dos acusados pertencia à classe trabalhadora e eram originários de territórios da Rússia pertencentes à Ucrânia Soviética, e à Polônia, após a revolução bolchevique. Alguns dentre aqueles indivíduos, conforme consta na matéria, já haviam obtido a cidadania soviética e desejavam “retornar” ao seu país de origem. Num movimento sensacionalista, a imprensa anunciou as atividades desses imigrantes em termos de “espionagem soviética”, classificando sua organização como “perigosa organização de espionagem comunista no Brasil”:

A Polícia de Ordem Política acaba de dismantelar a maior organização de espionagem soviética no Brasil, prendendo nada menos de doze de seus membros, justamente os mais perigosos agentes da doutrina de Moscou, os quais agiam nesta Capital, com irradiação pelos Estados do Rio, Distrito Federal, Paraná e vários países da América do Sul<sup>373</sup>.

Como vimos, o governo Dutra ficou marcado pelo retorno do discurso radical antissoviético, representado pela postura hostil da imprensa brasileira, quando termos estigmatizantes e xenófobos, como “alienígenas” e “indesejáveis”, reapareceram nos discursos públicos. A frágil balança de poder entre os grupos antagônicos e simpatizantes do poder soviético parece ter se inclinado de volta às tendências

---

<sup>372</sup> “Expulsão pedida pela polícia”. *Diário da Noite*. 13 de outubro de 1948. Dossiê 30-J-41-14. Deops/Apesp-SP.

<sup>373</sup> “Desmantelada perigosa organização de espionagem comunista no Brasil”. *A Noite*. 13 de outubro de 1948. Dossiê 30-J-41 fls.13. Deops/Apesp-SP.



nacionalistas, à semelhança do que houve no Estado Novo. Com isso, várias organizações de imigrantes russos surgidos no período de “degelo” encerraram suas atividades de forma compulsória. O jornal paulista cita também as associações “Subcomitê de Auxílio às Vítimas de Guerra”, “União Social Eslava”, “Sociedade cultural Brasil-URSS”, “Sociedade Maximo Gorki”, “Sociedade 28 de Outubro”, “Sociedade Molotov”, entre outras, que, segundo o periódico, “anunciavam-se como instituições beneficentes, porém a peça policial aponta-as como empenhadas em atividades subversivas e de espionagem a favor da Rússia”<sup>374</sup>. Não se pode ignorar também que o Brasil estava, nessa época, envolvido nos debates em torno do recebimento dos deslocados de guerra da Europa, sendo que um dos argumentos contra sua acolhida pelo país era justamente a possível presença, entre eles, de agentes soviéticos profissionais.

Para a comunidade russa em São Paulo essa volta da política brasileira à hostilidade ao comunismo significava um certo retorno ao estado das coisas de antes da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, os grupos nacionalistas russos em São Paulo não chegaram a recuperar o seu antigo *status quo* em relação aos detentores de poder. Embora a sua existência tenha se tornado mais tranquila após a proibição de movimentos comunistas entre os imigrantes russos, eles não chegaram a formar uma “colônia” organizada e monopolizadora nos moldes dos anos 1930. Além disso, a população russa da cidade havia sofrido importantes alterações com a chegada de grandes levas de imigrantes de origem soviética (os deslocados de guerra) e originários da China. Nesse contexto, era difícil promover uma imagem única e centralizadora de uma russidade que satisfizesse grupos de imigrantes com trajetórias de vida tão diferentes. Dessa maneira, o padrão de organização comunitária dos russos na cidade, desde o fim da Guerra, ficou marcado, sobretudo, pela dispersão e fragmentação, como já observou-se na Parte 1 desta tese.

A época de um projeto comunitário único e centralizador ficou no passado e os critérios de coletividade entre os russos tornaram-se restritos, principalmente, às características culturais, religiosas e de trajetórias migratórias, longe da politização de antigamente. No lugar de uma identidade nacional politizada veio uma identidade “hifenizada”, usando o conceito de Jeffrey Lesser (2001, p. 91): “uma singularidade étnica dentro de uma identidade nacional (e nacionalista) brasileira”. Ser russo no Brasil, cada vez mais, significava possuir uma identidade cultural específica no convívio

---

<sup>374</sup> *Ibid.* Fls. 12.

privado, sem, porém, desafiar seu pertencimento público à nação brasileira. Embora entre os russos não exista o termo “russo-brasileiro”, como em muitas outras comunidades de imigrantes (nipo-brasileiros, teuto-brasileiros, etc.), a aculturação rápida das gerações de imigrantes nascidos no Brasil indica, principalmente, sua identificação à uma “brasilidade”, sem que haja, contudo, recusa à origem russa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historiadora e pesquisadora de migrações Nancy Green (2002, p. 38), em seu livro *Repensar as migrações*, definiu de uma forma precisa a configuração complexa com a qual se relacionam o Estado e o estrangeiro:

Em cada caso, são as categorias imigrantes e nação que são construídas a partir do encontro entre os estrangeiros e o Estado. A chegada do estrangeiro representa para o Estado uma série de problemas concretos que decorrem, entretanto, de uma questão filosófica: como definir o pertencimento? A questão se coloca em todos os níveis, se debruçando – dessa vez, ao contrário de Tönnies – do Estado à paróquia. Se os conflitos (armados) estabelecem as primeiras fronteiras da unidade jurídica que representa o Estado, uma vez (mais ou menos) definidas como realidades geopolíticas, as mesmas fronteiras servem para diferenciar aqueles que tem o direito de viver (e trabalhar) no interior de seus limites daqueles que não tem esse direito. Os deveres e as vantagens disso darão pretexto às disputas que traduzem os critérios de pertencimento a um Estado. Ao mesmo tempo, no seio da sociedade civil, o imigrante será confrontado a uma série de instituições (igreja, escola, sindicatos, partidos políticos) que também vão opinar sobre o seu pertencimento.

De uma maneira complexa, o indivíduo, a imigrar, se torna objeto de construções de categorias produzidas por outros atores sociais, como o Estado e as instituições da sociedade civil. Nesse processo, os pilares de seu pertencimento são permanentemente questionados e ele se torna obrigado tanto a revisar subjetivamente o conteúdo de sua identidade étnica e/ou nacional, como demonstrar os resultados desse processo à sociedade de acolhimento. Dessa maneira, os processos subjetivos se mesclam, numa configuração complexa, com as dinâmicas sociais independentes do indivíduo. Assim, o entendimento do que significa ser um imigrante numa sociedade alheia precisa envolver não apenas as construções subjetivas e ações individuais desses sujeitos, como também compreender de que maneira esse sujeito foi enquadrado na estrutura social da nação de destino.

Compreender o que significava ser russo na sociedade brasileira da primeira metade do século XX exige, primeiro, compreender as macro dinâmicas políticas e sociais que provocaram grandes fluxos emigratórios da Rússia pós Revolução

Bolchevique de 1917. Originários na Revolução e na Guerra Civil Russa, os fluxos emigratórios se estenderam por quase meio século e por todos os continentes do planeta. Os indivíduos componentes desses fluxos humanos foram vistos e enquadrados nas diversas categorias dependendo da época e da nação de destino. Assim, o mesmo imigrante que, nos anos 1920-1930, era considerado como um apátrida na Europa, a categoria que lhe concedia certos direitos enquanto um cidadão, perdia todos esses benefícios quando pisava na terra brasileira. Diante disso, ele era obrigado a repensar também os critérios de seu pertencimento e enquadrar suas ações nos limites de oportunidades e constrangimentos impostos pela sociedade de instalação.

Tentando compreender de que maneira a sociedade brasileira via a chegada e a existência de imigrantes (e emigrados) russos no período entreguerras significa justamente traçar um quadro geral imposto pelo Estado e pela sociedade no qual esses imigrantes precisavam (re)construir as suas vidas. O seu enquadramento jurídico (através das políticas migratórias brasileiras da época) e liberdades/proibições que o regime político vigente lhes concedia como novos cidadãos implicava diretamente a forma de sua inserção na sociedade brasileira, seja como indivíduos seja como um grupo ou uma comunidade. Assim, de um modo geral, a entrada de grandes fluxos migratórios dos russos ao Brasil coincidiu com três períodos divergentes de sua história: o primeiro fluxo, nos anos anteriores ao Estado Novo; o segundo fluxo, dos deslocados de guerra, no período posterior ao Estado Novo e o terceiro fluxo, dos russos vindos da China, nos meados dos anos 1950, num período de grande declínio de fluxos emigratórios para o país. O contexto político e social muito divergente desses três grandes períodos causou um grande impacto não apenas na colocação desses imigrantes no tecido social e urbano no Brasil, mas também na maneira com qual eles se estruturaram em coletividades no país de instalação.

Ser russo no Brasil, e ser russo em São Paulo, tivera significados diferentes nessas diferentes épocas. E muitas vezes, entender a dinâmica, ou seja, as continuidades e as rupturas, dessa identidade oferece chave para entendimento das estruturas e dos processos que organizam a convivência dos russos na cidade nos dias de hoje. Um observador atento possa se perguntar, por que, numa cidade tão marcada pela presença de imigrantes como São Paulo, a comunidade russa é, até hoje, invisível? Por que, entre inúmeros clubes, hospitais, sociedades beneficentes que ostentam sua origem imigrante, não há sequer uma organização que comporte o nome russo? É aí que uma análise

retrospectiva da vinda e da instalação dos imigrantes russos em São Paulo possa trazer algumas respostas. É porque a imigração russa para São Paulo foi marcada, sobretudo, pela falta de homogeneidade tanto de percursos e motivos migratórios, quanto de conceitos de solidariedade intragrupal. Essas características iniciais foram agravadas pelo contexto político brasileiro, que obrigava imigrantes a demonstrar constantemente sua lealdade ao regime vigente como condição de sua aceitação enquanto coletividades formadas. Essas condições fizeram com que os russos não conseguiram se estruturar em uma coletividade estável e conquistar o seu lugar no caleidoscópio das organizações imigrantes na cidade. Ao invés disso, eles ficaram reservados às coletividades restritas que ostentavam concepções sobre o pertencimento muito exclusivas, que não possibilitaram criar bases para uma “comunidade” imigrante mais unida e mais visível.

Hoje, os descendentes dos imigrantes russos da primeira metade do século XX tentam recuperar e registrar uma parte da memória que eles preservam sobre a vinda e a existência de seus pais e avós nas terras brasileiras. Em grande parte, porque sentem que o fio da memória se enfraqueceu significativamente entre eles e seus filhos e netos nascidos e socializados no Brasil. Em outra parte, também o fazem porque sentem necessidade de se conectar, simbolicamente, aos novos imigrantes vindos da Rússia e das ex-repúblicas soviéticas, para os quais sua existência foi negada pela “história” oficial do Estado Soviético. Seus esforços são louváveis e espero também ter contribuído, com o presente trabalho, à sua causa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANAK LAEMMERT (Guia Geral do Brasil). Ano 1935/Edição A00091.
- ALVES, ELIANE BISAN (2006) *Etnicidade, , nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do Deops (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas.
- AMARAL, ARACY A. (1998) *Artes plásticas na semana de 22*. 5<sup>o</sup> ed., São Paulo: Editora 34.
- ANDERSON, BENEDICT (2008) *Comunidade imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDRADE, JOSÉ H. FISCHER DE, & MARCOLINI, ADRIANA. (2002). A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45(1), 168-176.
- AQUINO, M.A., SWENSSON W.C. JR. (orgs.) (2002) *O Dissecar da estrutura administrativa do Deops/SP. – o Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado.
- BACIGALUPO, GRACIELA ZUBELZÚ DE (2000) As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília , v. 43, n. 2, p. 59-86, Dezembro.
- BAENINGER, ROSANA ET AL. (ORGS.) (2013) *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas, Núcleo de Estudos de população – NEPO, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo.
- BAGANHA, MARIA I. B. (1993) Principais características e tendências da emigração portuguesa. In: *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos.
- BALDWIN, A. KATE (2002) *Beyond the Color Line and the Iron Curtain: Reading Encounters Between Red and Black, 1922-1963*, Duke University Press Books.
- BARBOSA, RENATA MAZZEO (2011) *Judeus em tempos de guerra: a comunidade judaica e os suditos do eixo*. São Paulo: Humanitas.
- BARTH, FREDRIK (ed.) (1998) *Ethnic Groups and Boundries: the Social Organization of Culture Difference*. Waveland Press.
- BASSANEZI, MARIA SILVIA C. B. (2011) “Uma fonte para estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais”. *Idéias*. N 2, Nova série, 1<sup>o</sup> semestre.

- BASTOS, S.R., SALLES, M.R.R. (2014) "A imigração polonesa para São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos deslocados de guerra, 1947-1951". *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 31.
- BAUMAN, ZYGMUNT (2005) *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro. Zahar Editora.
- BAZANOV, PETR N. (2005) *Izdatelskaya deiatelnost' politicheskikh organizatsiy russkoy emigratsii: 1917-1988*. Sankt-Peterburg.
- BEAUD, STÉPHANE; WEBER, FLORENCE (2003) *Guide de l'enquête de terrain*. Paris. La Découverte.
- BERGER L. P., LUCKMANN T. (2005) *A construção social da realidade: Tratado de sociologia de conhecimento*. Petrópolis.
- BERTAUX, DANIEL (1994) "Les transmissions en situation extrême. Familles expropriées par la Revolution d'Octobre", *Communications*, numéro spécial, "Génération et filiations", n° 59, décembre.
- \_\_\_\_\_ (1995) "Social Genealogies Commented On and Compared: An Instrument for Observing Social Mobility Processes in the 'Longue Durée'", *Current Sociology*, Vol. 43, N° 2/3.
- \_\_\_\_\_ (2010) *Le récit de vie: l'enquête et ses méthodes*. Paris, Armand Colin.
- BIONDI, LUIGI (1999) "Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX", *Travessia*, n 34, maio-agosto.
- BISPO, A.A. (2013) "Atividades coloniais da Companhia de Viação São Paulo-Matto Grosso sob o signo da expansão teuto-brasileira e da reorientação da emigração alemã do Sul do Brasil para São Paulo". *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira*, 143/13. Disponível em <http://revista.brasil-europa.eu/143/Colonos-alemaes-em-SP-e-MS.html>.
- BLAY, EVA ALTERMAN (1985) *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.
- \_\_\_\_\_ (1989) "Inquisição, Inquisições: Aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30". *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, 5, 1(1).
- \_\_\_\_\_ (2013) *O Brasil como destino. Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp.
- BLUM, ALAIN; GOUSSEFF, CATHERINE (1997) "Naionalités, groupes ethniques, peuples: la représentations des nationalités en Russie", IN: *Anciennes et Nouvelles Minorités*, Rallu, J.-L., Courbage, Y., Piché, V. (eds.), Éds. John Libbey Eurotext, Paris.
- BORUSZENKO, OKSANA (1969) «A imigração ucraniana no Paraná». In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4, 1967,

- Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP.
- BOUDON, RAYMOND; BOURRICAUD, FRANÇOIS (1993) *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Atica.
- BOURDIEU, PIERRE (1986) “L’illusion biographique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, junho. Pp. 69-72.
- \_\_\_\_\_ (1993) “Esprits d’Etat. Genèse e structure du champ bureaucratique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 96-97, março. pp. 49-62.
- BROMLEY, JULIAN (1970) “K voprosu o sushnosti etnosa”, *Priroda*, nº 2. Disponível em <[http://scepis.net/library/id\\_836.html#a4](http://scepis.net/library/id_836.html#a4)>. Acesso em 10 out. 2015. [Бромлей, Юлиан. «К вопросу о сущности этноса». Природа, № 2, 1970].
- CAMPOS, ALZIRA L.A. (1997) “Estrangeiros e Ordem Social (São Paulo, 1926-1945)”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n 33.
- CANCELLI, ELIZABETH (1993) *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília, Universidade de Brasília.
- CANDIDO, ANTÔNIO (2010) *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- CARDOSO, RUTH C. L.(1995) *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus.
- CARNEIRO, MARIA LUIZA T. (2002a) *Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN/USP, Fapesp.
- \_\_\_\_\_ (2002B) *O perigo amarelo em tempos de guerra*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.
- \_\_\_\_\_ (2010) *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo, 1933-1948*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_ (2013) *Brasil Judaico: Mosaico de Nacionalidades*. São Paulo: Maayanot.
- CARNEIRO, M.L.; TAKEUCHI, M.Y. (orgs.) (2010) *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CHAMBOREDON, HÉLÈNE (et al.) (1994) “S’imposer aux imposants”. *Genèses*, Vol. 16, n 1.
- COHEN, YVES (2010) “Circulatory Localities. The exemple os Stalinism in the 1930s”. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, 11, 1, Winter.
- CONVENÇÃO DE 1951 RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Adotada em 28 de julho de 1951. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954.
- COULTER, JOHN WESLEY (1932) “Harbin: Strategic City in the ‘Pioneer Fringe’”, *Pacific Affairs*, Vol. 5, nº 11.



- CYTRYNOWICZ, RONEY (2005) "Instituições de assistência social e imigração judaica", *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, 12, 1 janeiro-abril.
- DAHAS, NASHLA (2014) "Germanidade brasileira". *Revista de História*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/germanidade-brasileira>.
- DURKHEIM, ÉMILE; MAUSS, MARCEL (1981) "Algumas formas primitivas de classificação". In: Rodrigues, J.A. (org.). *Émile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- ERIKSEN, Thomas Hylland (1993) *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, Pluto Press, Sterling, Virginia.
- EUFRÁSIO, MÁRIO A. (2013) *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34.
- FAUSTO, BORIS (1991) *Historiografia de Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré.
- FAUSTO, BORIS (ET AL.) (1995) *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP.
- FELDMAN-BIANCO, B. (1995) "Entre a Saudade da Terra e a América: Memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas". *Ler História*, Lisboa, Portugal, v. 27/28.
- FISCHEL DE ANDRADE, José H. (2005) "O Brasil e a organização internacional para os refugiados". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (I).
- GINSBURGS, GEORGE (1957) "The Soviet Union and the Problem of Refugees and Displaced Persons 1917-1956". *The American Journal of International Law*, Vol. 51, No 2, April.
- GLASER, BARNEY G.; STRAUSS, ANSELM L. (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago.: Aldine.
- GREEN, NANCY L. (2002) *Repenser les migrations*. Paris, Presses Universitaires de France.
- GREENBAUM, MASHA (1995) *The Jews of Lithuania. A History of a Remarkable Community (1913-1945)*, Jerusalém, Gefen Books.
- GRINBERG, KEILA (org.) (2005) *Os judeus no Brasil: inquisição, integração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRUN, ROBERTO (1992) *Negócios & Famílias: Armênios em São Paulo*. São Paulo, Sumaré.
- GUÉRIOS, PAULO RENATO (2012) *A imigração ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião*. Curitiba, Ed. UFPR.
- HALBWACHS, MAURICE (1967). *La mémoire collective*. Paris, PUF.
- HARDMAN, FRANCISCO F. (2002) *Nem Pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP.

- HISAMUTDINOV, A. (2005) "Nashi sootchestvenniki zarubejom", *Latinskaya Amerika*, Nº 9. Disponível em <<http://www.ilaran.ru/?n=122>>. Acesso em 18 fev. 2014.
- HISTORIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL: AS FAMÍLIAS (2003). São Paulo: Instituto Biográfico do Brasil.
- HOBBSAWM, ERIC (2011) *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOBBSAWM, ERIC; RANGER, TERENCE (org.) (2008) *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOFFMANN, Y. (1990) *Istoria vlasovskoy armii*, Paris. Disponível em <[http://www.naslednick.ru/articles/history/history\\_37.html](http://www.naslednick.ru/articles/history/history_37.html)>. Acesso em 06 ag. 2013.
- ISAJIW, W.W., ET. AL. (EDS.) (1992) *The Refugee Experience: Ukrainian Displaced Persons after World War II*. Edmonton: Canadian Institute for Ukrainian Studies.
- ISTORIA (2002) Respubliki Moldova. Kichinev, Elan Poligraf. [История Республики Молдова. С древнейших времён до наших дней. / Ассоциация учёных Молдовы им. Н. Милеску-Спэтару. — изд. 2-е, переработанное и дополненное. — Кишинёв: Elan Poligraf, 2002].
- KIRILOFF, ALEXANDER (2009) "A Igreja Ortodoxa Russa no Brasil". In: Brasil-Rússia: história, política e cultura, A. Zhebit (org.). Rio de Janeiro, Gramma.
- KISELEV, A.F. (ed.) (1999) *Politicheskaya istoria russkoy emigratsii*. Moskva, Gumanitarniy Izdatel'skiy Tsentr. Disponível em <<http://russky.com/history/library/emigration/index.htm>>. Acesso em 11 março 2014.
- KOIFMAN, FÁBIO (2012). *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KOLUPAEV, ROSTISLAV. Katolisheskie obshiny vizantiiskogo obriada i russkaia diáspora. Disponível em <<http://zarubezhje.narod.ru/texts/frrostislav311.htm>>. Acesso em 19 fev. 2014.
- \_\_\_\_\_ (2011) "Zhizn' russkoi' obshchiny v Brazílii v osveshchenii gazety "Druz'iam i znakomym". *Latinskaya Amerika*, nº 3, march 2011.
- KÖNIGSETER, ANGELIKA; WETZEL, JULIANE (2001) *Waiting for Hope: Jewish Displaced Persons in Post-World War II Germany (Jewish Lives)*. Northwestern University Press.
- KULISCHER, EUGENE M. (1949) "Displaced persons in the Modern World". *Annales of the American Academy of Political and Social Science*, nº 262.
- KURTO, OLGA Fenomen Russkih Harbintsev. Disponível em <[http://valerytishkov.ru/cntnt/nauchnaya\\_/horoshie\\_t1.html](http://valerytishkov.ru/cntnt/nauchnaya_/horoshie_t1.html)>. Acesso em 19 set. 2013.

- LAITIN, DAVID D. (1998) *Identity in Formation: The Russian-Speaking Populations in the Near Abroad*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- LANGENBUCH, JUERGEN R. (1971) *A estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LANNA, ANA LÚCIA D. (et al.) (2011) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda.
- LAQUER, WALTER (1993) *Black Hundred. The Rise of the Extreme Right in Russia*. New York, Harper Collins, 1993.
- LE GOFF, JACQUES (1990) *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp.
- LEJEUNE, PHILIPPE (1996) *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil.
- LESSER, JEFFREY (2001) *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Unesp.
- LEVIN, E. (1972) *Bom Retiro*, SP.
- MARRUS, MICHAEL R. (1985) *The Unwanted: European Refugees in the Twentieth Century*, New York: Oxford University Press.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA (1979) *O cativo da terra*. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA (1992) *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Caetano do Sul, Editora Hucitec.
- MATTOS, DAVID J. L. (2002) *O espetáculo da cultura paulista: Teatro e TV em São Paulo, 1940-1950*. São Paulo: Codex.
- MAUGER, GÉRARD (1991) "Enquêteur en milieu populaire". *Genèses*, n 6, décembre.
- MENEGALDO, ELELNA (2007) *Russkiye v Parije. 1919-1939*. Moskva, Kstati. [МЕНЕГАЛЬДО, ЕЛЕНА (2007) *Русские в Париже. 1919-1939*. Москва: Кстати].
- MORAES, LUIS EDMUNDO DE S. (2005) "Grupos locais do Partido Nazista e os ditos "alemães" no Rio de Janeiro e em Blumenau". IN: Neto, H., Ferreira A.P. *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro, Revan.
- MOREIRA, J. B. (2013) *Recepção de refugiados europeus no Brasil do pós-guerra*. In: 37o Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindoia. Anais do 37o Encontro Anual da ANPOCS.
- MOSEIKINA, M. N. (2000) « Otets Feodosiy, Archiepiskop San-Paulskiy i vsej Brasilii », *Latinskaya Amerika*, № 7. Disponível em <<http://www.tiwy.com/nashi/feodosiy/>>. Acesso em 12 fev. 2014.
- MOUSTAFINE, MARA (2010) "Russians from China: Migrations and Identity", *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*. Vol. 9, nº 6.

- MULLER, TELMO LAURO (1984) *Colônia alemã. 160 anos de história*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Ed. Universidade de Caxias do Sul.
- OLIVEIRA, L.R.C. (1993) “As categorias do entendimento humano e a noção de tempo e espaço entre os Nuer”. *Serie Antropologia*, n. 137.
- PAIVA, ODAIR da CRUZ (2000) “Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos”, *Travessia*, n 37, maio-agosto.
- \_\_\_\_\_ (2007) “Migrações para São Paulo pós Segunda Guerra Mundial. Desafios de normatização da diversidade”. Trabalho apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH.
- \_\_\_\_\_ (2009) “Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950” In C. Sakurai (*et al.*) *Migração: pós Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: D’Livros Editora; Memorial do Imigrante.
- PASSERINI, LUISA (2011) *A memória entre política e emoção*. São Paulo. Letra e Voz.
- POMERANZ, GRIGORIY (2010) ‘Intelligentsia, intelligenty e intelligentnost’. Disponível em <[http://www.pomeranz.ru/p/lect\\_intell.htm](http://www.pomeranz.ru/p/lect_intell.htm)>. Acesso em 14 fev. 2014.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne (1995) *Théories de l’ethnicité*, PUF, Paris.
- POVOA NETO, HÉLION; FERREIRA, ADEMIR PACELLI (2005) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan.
- PROTOCOLO DE 1967 RELATIVO AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Disponível em <[acnur.org/t3/](http://acnur.org/t3/)>. Acesso em 09 jan. 2014.
- RIZZI, DANIELA (1997) *Lettere di Boris Jakovenko a Odoardo Campa. Introduzione*. Archivio russo-italiano 1, Trento.
- \_\_\_\_\_ (2007) *Olga Resnevič Signorelli e la cultura artistica a Roma tra il 1910 e il 1925*. Toronto, Slavic Quarterly.
- RODRIGUES, EDGAR (1987) *Libertários no Brasil: Memória, Lutas, Cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- ROMANI, CARLO (2002) *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- ROOSENS, Eugeen (1994) “The primordial nature of origins in migrant ethnicity”. In: H. VERMEULEN, C. GOVERS (eds.). *The anthropology of ethnicity. Beyond ‘Ethnic groups and boundaries’*. Amsterdam: Het Spinhuis.
- ROOSENS, EUGEN (1994) “The primordial nature of origins in migrant ethnicity”. In: H. VERMEULEN, C. GOVERS (eds.). *The anthropology of ethnicity. Beyond ‘Ethnic groups and boundaries’*. Amsterdam: Het Spinhuis.

- ROSENTHAL, GABRIELE (2014) *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. Porto Alegre, Edipucrs.
- SAID, EDWARD W. (2003) *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras.
- SAINT MARTIN DE, MONIQUE; TCHUIKINA, SOFIA (2008) “La noblesse russe à l’épreuve de la révolution d’Octobre: Représentations et reconversions”, *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, No 99, Jul.-Sep.
- SAKURAI, CÉLIA (1999) “Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada (1908-1940)” *In: FAUSTO, BORIS (org.) Fazer a América*. São Paulo. EDUSP/Fundação Memorial da América Latina.
- \_\_\_\_\_ (2002) “Mais estrangeiro que os outros? Os japoneses no Brasil”, *Travessia*, n 44, setembro-dezembro.
- SALLES, MARIA R.R. (2004) “Imigração, família e redes sociais: a experiência de ‘deslocados de guerra’, em São Paulo, no pós Segunda Guerra Mundial”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP , realizado em Caxambú/MG.
- \_\_\_\_\_ (2007) “A política imigratória brasileira no pós-segunda guerra mundial e os refugiados: uma leitura da *Revista de Imigração e Colonização*”. *Cena Internacional*, vol. 9, n 2.
- \_\_\_\_\_ (2008) “Território e experiência imigratória: os refugiados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial”. *Cadernos Metrópole 20*. 2º sem.
- SANTOS, NORMA BREDÁ dos (2003) “Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46:1.
- SAYAD, ABDELMADEK (1998 [1991]) *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SCHAUFUSS, TATIANA (1939) “The White Russian Refugees”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 203, Refugees, May.
- SCHPUN, MÔNICA R. (2011) *Justa. Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHÜTZ, ALFRED (2007) “A formação de conceitos e teorias nas ciências sociais”, *Plural, Revista de Pós-graduação em sociologia da USP*, n 14. Trad. Eufrásio M.A., Oliveira J.J.O.
- SCHWARCZ, LILIA M.; STARLING, HELOISA M. (2015) *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEVCENKO, NICOLAU (1992) *Órfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras.

- SEYFERTH, GIRALDA (1997) "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". *Mana: estudos de antropologia social*. V.3, n 1.
- \_\_\_\_\_ (1999a) "As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: *kultur* e etnicidade", *Travessia*, n 34, maio-agosto.
- \_\_\_\_\_ (1999b) "Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro". *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, 1999.
- \_\_\_\_\_ (2002) "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". *Revista USP*, n 53, março-maio.
- \_\_\_\_\_ (2004) "A Imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais". *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 57.
- \_\_\_\_\_ (2005) "Imigração e (re)construção de identidades étnicas" IN: H.P. NETO; A.P.
- \_\_\_\_\_ (2007) "Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar". IN: Seyferth, Giralda et al. [orgs.], *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM.
- \_\_\_\_\_ (2015) "Colonos morigerados e estrangeiros irreduzíveis. Representações contraditórias sobre os imigrantes alemães no Brasil". IN: Bahia, J. e Santos, M. (orgs.) *Migrações, redes e trajetórias entre a Alemanha e o Brasil*. Porto Alegre, Letra&Vida.
- SHANIN, TEODOR (1986) *Russia, 1905-07: revolution as a momento of truth*. Basingstoke, Hampshire: Macmillan.
- SHEPHARD, BEN (2012) *The Long Road Home: the Aftermath of the Second World War*. Anchor.
- SILVA, CELSO A. DE SOUZA (1997) "O Brasil e os organismos internacionais para as migrações". *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 2.
- SIMBIRTSEV, IGOR (2008) *Spetsslujby pervih let SSSR, 1923-1939. Na puti k bolshomu terroru*. Tsentrpoligraf. [Симбирцев, Игорь (2008) Спецслужбы первых лет СССР, 1923-1939. На пути к большому террору.]
- SIMPSON, JOHN HOPE (1938) "The Refugee Problem", *International Affaires (Royal Institute for International Affaires, 1931-1939)*, Vol. 17, nº 5.
- SKALNÍK, PETER (1988) "Union soviétique: Afrique du Sud: les "théories" de l'ethnos", *Cahiers d'Etudes Africaines*, Vol. 28, Cahier 110.
- SODRÉ, NELSON WERNECK (1999) *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- SOKOLOV, MAXIM (1999) "*Chetire volny*", *Ogonek*, № 40.
- SOROKIN, PITIRIM (1942) *Man and Society in Calamity*, New York, E.P. Dutton and Company.

- \_\_\_\_\_ (1963) *A long Journey. The Autobiography of Pitirim A. Sorokin*. Rowman & Littlefield.
- TARRIUS, ALAIN (2000) *Les Nouveaux cosmopolitismes. Mobilités, identités, territoires*. Paris. Editions de l'Aube.
- THOMPSON, PAUL (1992) *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- THOMPSON, PAUL (1993) "A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida". IN: E. Diniz, J.S. Lopes L., Prandi R. (orgs.). *Ciências Sociais Hoje, 1993*. São Paulo, Hucitec.
- TISHKOV, VALERY (2001) "Ethnos ili ethnichnost'?", *Etnologia e politika*, Nauka, Moskva. Disponível em <[http://www.valerytishkov.ru/cntnt/publikacii3/publikacii/ethnos\\_ili\\_.html](http://www.valerytishkov.ru/cntnt/publikacii3/publikacii/ethnos_ili_.html)>. Acesso em 13 ag. 2013.
- \_\_\_\_\_ (2003) *Rekviem po etnosu: issledovania po sotsialno-kulturnoy antropologii*, Nauka, Moskva.
- \_\_\_\_\_ (2007) "Russkiy Mir: smisl i strategii". *Strategia Rossii*. n 7, iul'.
- TOLSTOY, NIKOLAI (1977) *The Secret Betrayal*. New York, Charles Scribner's Sons.
- \_\_\_\_\_ (1986) *The Minister and the Massacres*. London: Century Hutchinson.
- TRENTO, ANGELO (1988) *Do Outro lado do Atlantico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, Instituto Italiano di Cultura de San Paolo.
- TRUZZI, OSWALDO M. S. (1991) *De Mascates A Doutores: Sirios e Libaneses Em Sao Paulo*. São Paulo: SUMARE.
- \_\_\_\_\_ (2005) *Sírios e Libaneses. Narrativas de História e Cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_ (2008) "Redes em processos migratórios". *Tempo Social*, v. 20, n 1.
- VILAR, DIEGO (2004) "Uma abordagem crítica do conceito de 'etnicidade' na obra de Fredrik Barth". *MANA*, 10 (1).
- VOROBIEFF, ALEXANDRE (2006) *Identidade e memória da comunidade russa na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- WAACK, WILLIAM (1993) *Camaradas*. São Paulo. Cia das Letras.
- WADE, , REX A. (2005) *The Russian Revolution, 1917*. Cambridge, Cambridge Univesity Press.
- WEBER, MAX (2000 [1921]) *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ZEMSKOV, VICTOR (2004) «Repatriatsia peremeshennih sovetskih grajdan», *Voina e obshestvo, 1941-1945*. Kniga 2. Moskva, Nauka. Disponível em <[http://scepsis.net/library/id\\_1234.html](http://scepsis.net/library/id_1234.html)>. Acesso em 03 ag. 2015. [Земсков, Виктор (2004) «Репатриация перемещенных советских граждан», *Война и общество, 1841-1945*. Книга 2. Москва, Наука.]

ZEN, ERICK REIS GODLIAUSKAS (2010) *Imigração e Revolução: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP.

ZHEBIT, A. (org.) (2009) *Brasil-Rússia: história, política e cultura*. Rio de Janeiro, Gramma.



## FONTES

### DOCUMENTOS JURÍDICOS

- BRASIL. Decreto 50215, de 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Diário Oficial da União – Seção 1 – 30/01/1961, p. 838.
- BRASIL. Decreto-lei 1545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Diário Oficial da União – Seção 1 – 28/07/1939, p. 20674.
- BRASIL. Decreto-Lei 3.175, de 7 de abril de 1941. Restringe a imigração e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/4/1941, P. 7123.
- BRASIL. Decreto-lei 406, de 04 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União – Seção 1 – 06/05/1938, p. 8494.
- BRASIL. Decreto-lei 7967, de 27 de agosto de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 06/10/1945.
- BRASIL. Decreto-lei n 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União – Seção 1 – 19/04/1938, p. 7357.
- RÚSSIA. Decreto de 24 de novembro de 1917. Sobre a abolição de estamentos e categorias civis. [Декрет от 24 ноября 1917 года «Об уничтожении сословий и гражданских чинов»]. Disponível em <<http://www.hist.msu.ru/ER/Text/DEKRET/soslov.htm>>.
- SÃO PAULO. Decreto 1458, de 10 de abril de 1907. Dá regulamento para execução da lei n 1045C, de 24 de Dezembro de 1906, que dispõe sobre a imigração e colonização no território do Estado. ALESP. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=136037>>.

### REGISTROS E RELATÓRIOS OFICIAIS

- LISTA GERAL de passageiros do navio *Aquitaine*. 12 de julho de 1921. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo/Museu de Imigração, São Paulo.
- LISTA GERAL de passageiros do navio *Provence*. 2 de agosto de 1921. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo/Museu de Imigração, São Paulo.

- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa Santíssima Trindade na Vila Alpina. Registros de batismos, 1955. 3 volumes. Acervo da Igreja Ortodoxa Russa Santíssima Trindade na Vila Alpina. São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de casamentos, 1928; 1929; 1930; 1935. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de nascidos em 1926-1928 e Parte II dos casamentos, 1927. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de nascidos, Parte 1, 1930-1933. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1936. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de nascidos em 1934-1935. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1937. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1938. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de nascidos em 1928, 1929 e primeira parte de 1930. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de Batismos, 1948; 1950; 1951. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1939. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1940-1943. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.
- LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1944- 1949; 1951. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Parte I, II, III; registros de 1951-1953; 1971-1972. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1954 e 1955. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1956-1978. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Nicolau. Registros de 1962-1966. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

LIVRO de registros paroquiais da Paróquia Ortodoxa Russa São Sérgio em Indianópolis. 4 volumes. 1960; 1967-hoje. Acervo da Igreja Ortodoxa Russa São Sérgio em Indianópolis, São Paulo.

REGISTROS de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. 06/06/1930, 28/06/1930, 16/07/1925, 14/01/1930. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo/Museu de Imigração, São Paulo.

RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1923. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1924. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1925. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1926. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1927. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO da construção da Igreja Catedral Ortodoxa, edificado em honra do santo hierarca e taumaturgo Nicolau, na cidade de São Paulo, no ano de 1939. Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.

#### **DOCUMENTOS PESSOAIS**

*Acervo da Sociedade Filantrópica Paulista. São Paulo.*

CARTA de agradecimento ao Georgy Alexeeff.

CERTIFICATE of Identity, American Section of the Allied Comission for Austria. *Jevremov Lidia*.

CERTIFICATE of identity. Committee of Assistance to the Russian Refugees, Salzburg. *Efremova Lydia*. 27 de abril de 1946.

CERTIFICATE of Travel. *Marina Sapegina*. United Nations International Refugee Organization, Far East Mission.

*Curriculum Vitae*. Documentos pessoais de Nikolaj Lebedev.

RELAÇÃO de projetos em estruturas metálicas, em concreto armado, etc. elaborados pelo engenheiro Nikolaj Lebedev, 01/03/1970.

TEMPORARY Travel Document in lieu of passport for stateless persons and persons of undetermined nationality, Allied High Comission for Germany. *Dobrowolsky Eugen*.

UNITED Nations DP Identification Card. *Lesenevitch Sergey*.

#### **PUBLICAÇÕES MANUSCRITAS E DATILOGRAFADAS**

ВЕТУХОВ, АЛЕКСАНДР. МОЯ АВТОБИОГРАФИЯ. 1970. [VETUKHOV, Aleksandr *Moia avtobiografia*, manuscrito, 1970, 113 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

ГОЛУБИНЦЕВ, СВЯТОСЛАВ (1926) ЭМИГРАНТЫ, 1920-1971. РОМАН ФОТО-СНИМОК. [GOLUBINTSEV, Sviatoslav (1926) *Emigrados, 1920-1971. Romance-fotografia*, datilografado, 142 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

ГОЛУБИНЦЕВ, СВЯТОСЛАВ. СОБРАНИЕ ГАЗЕТНЫХ ВЫРЕЗОК. [GOLUBINTSEV, Svaitoslav (1930-1938), *Coletânea de recortes de jornais e revistas russos no exterior*]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

РОГОВ, БОРИС. МОИ ВОСПОМИНАНИЯ (1941-1945). [ROGOV, Boris *Moi vospominaniya (1941-1945)*, manuscrito. 188 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

СВИДЕРСКИЙ, ИГОРЬ. КРЫМСКИЙ КАДЕТСКИЙ КОРПУС, 1920-1929. [SVIDERSKY, Igor. *Escola de cadetes da Criméia, 1920-1929*, datilografado]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

СТЕПАНОВА, ЗОЯ . РИФМОВАННЫЕ ВОСПОМИНАНИЯ. [STEPANOVA Zoia, *memórias rimadas*, manuscrito]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

## MEMÓRIAS E AUTOBIOGRAFIAS PUBLICADAS

*Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

LYSENKO, VALENTINA (s/d) *Alma Russa, Terra Brasileira*. 212 p.

ЗАЙЦЕВА, СОФИЯ (1946) ПУТЬ ЧЕРЕЗ МИР. ШАНХАЙ. [ZAITSEVA, SOFIA (1946) *Caminho através do mundo*, Shangai: s.e.174 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

КАРАТЕЕВ, МИХАИЛ (1972) По следам конквистадоров. История группы русских колонистов в тропических лесах Парагвая. Буэнос-Айрес. [KARATEEF, MICHAIL (1972). *Por la Huella de los Conquistadores*. Esbozos sobre la colonización del Paraguay). Buenos Aires. 248 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

КАРАТЕЕВ, МИХАИЛ (1977) Белогвардейцы на Балканах. Воспоминания белого офицера. Буэнос Айрес. [KARATEEF, MICHAIL (1977) *La Guardia Blanca en los Balcanes*. Recuerdos de un oficial del Ejército Ruso Blanco. Buenos Aires. 230 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

ЛАРА, МАРГАРИТА ПОЛАК (2013) Калейдоскоп моей жизни. Сан-Пауло. [LARA, MARGARIDA POLAK (2013) *Memórias Margarida Polak Lara*, São Paulo: Scortecci. 99 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

ЛИТВИНЦЕВ, ГЕННАДИЙ. Русская Атлантида. [LITVINTSEV, GENNADIY. *Atlântida Russa*]. Disponível em <[http://www.naslednick.ru/articles/history/history\\_37.html](http://www.naslednick.ru/articles/history/history_37.html)>. Acesso em 06 ag. 2013.

МЕЛИХОВ, ГЕОРГИЙ (2003) Белый Харбин: середина 1920. Москва: Русский путь. [Melihov, Georgy, *Harbin branco: meados de 1920*. Moscou, Russkiy Put'. 440 p.]. Disponível em <[http://zarubezhje.narod.ru/texts/Melihov-Belyy\\_Harbin.pdf](http://zarubezhje.narod.ru/texts/Melihov-Belyy_Harbin.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2012.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

BENNIGSEN, EMMANUEL (1953) “Nota acerca de alguns projetos de colonização russa na América do Sul durante o século XVIII”. *Revista da História*, 4, nº 15, julho-setembro.

INSTITUTO SÃO VLADIMIR, 25 anos. 1954-1979. Itú-Santos-São Paulo. São Paulo, julho de 1979.

NEIVA, ARTUR NEHL (1949) *Deslocados de guerra: a verdade sobre sua seleção*. Rio de Janeiro.

O CASO da Igreja de Vila Alpina. 1944. Empresa gráfica da “Revista dos tribunais” Ltda. São Paulo. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

АЗБУКА фашизма. Сост. Г.В. Тараданов, под ред. и с доп. К. В. Родзаевского. [TARADANOV G, RODZAEVSKY C. ABC do fascismo.] Disponível em <<http://velesova-sloboda.vho.org/archiv/pdf/rodzaevsky-azbuka-fashizma.pdf>>. Acesso em 11/02/2016.

БЕРГ, ЛЕВ (1923) *Население Бессарабии. Этнографический состав и численность*. [BERG, LEV População da Bessarábia. Composição etnográfica e número] Disponível em <<http://dacoromania.net/article/население-бессарабии-этнографический-состав-и-численность>>. Acesso em 11/09/2011.

ИСТОРИЯ (2002) РЕСПУБЛИКИ Молдова. С древнейших времён до наших дней. Ассоциация учёных Молдовы им. Н. Милеску-Спэтару. — изд. 2-е, переработанное и дополненное. — Кишинёв: Elan Poligraf. [*História da República Moldova: desde a antiguidade até os dias de hoje*. Associação dos cientistas de Moldova. Kichinev, Elan Poligraf.]

ПРАВДА о религии в России. Московская Патриархия. 1942. [*A verdade sobre a religião na Rússia*. Patriarcado de Moscou, 1942].

СОКОЛЬСКИЙ В.В. (1970) Моя откровенная переписка с блаженнопочившим Архиепископом Феодосием Сан Паульским и всея Бразилии. Нью-Йорк. [SOKOLSKIY, V. (1970) Minha franca correspondência com o recém-falecido Theodóssio, Arcebispo de São Paulo e todo o Brasil. Nova York, East Side Press. 100 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

ЭРЕНБУРГ, Илья (2000) На тонущем корабле. Статьи и фельетоны, 1917-1919. СПб: Петербургский Писатель. [Ehrenburg, Ilya (2000) Em um navio afundando. Artigos e sátiras, 1917-1919. São Petersburgo. 206 p.].

ЮБИЛЕЙНЫЙ сборник ко дню двадцатипятилетия служения в архиерейском сане Высокопреосвященнейшего Феодосия, Архиепископа Сан Паульского и всея Бразилии. (1930-1955). Издание юбилейного комитета при Бразильской Епархии. Сан-Пауло, Бразилия, 1956. [Edição comemorativa de 25 anos de atividades episcopais de Sua Eminência Theodóssio, Arcebispo de São Paulo e de todo o Brasil. (1930-1955). Tipografia Veniamin V. Sapelkin. São Paulo, Brasil. 1956. 66 p.]. *Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo*.

## DEPOIMENTOS ORAIS

TAMARA K. 03/07/2013, São Paulo.

IGOR S. 29/08/2013, São Paulo.

KSENIA E. 12/05/2014, Jacareí, SP.

BISPO Ortodoxo GREGÓRIO. 14/08/2014, São Paulo.

HELENA G. 06/09/2014, Cabo Frio, Rio de Janeiro.

PADRE VLADIMIR. 03/10/2014, São Paulo.

ELENA A. 25/02/2015, São Paulo.

MARIA F.. 30/03/2015, São Paulo.

PAULO B. 19/07/2015, São Paulo.

## PERIÓDICOS

ВЛАДИМИРСКИЙ ВЕСТНИК. Ежемесячное Издание Общества Святого Князя Владимира в Сан-Пауло, под редакцией В. Д. Мержеевского. [VLADIMIRSKY VESTNIK. Folheto da Associação Cultural e de Assistência 'Príncipe São Vladimir'].

Anos 1954-1966.

*Acervo da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo.*

РУССКАЯ ГАЗЕТА. [RUSSKAIA GAZETA].

Ano 1934, № 404-406, 408, 411-413.

*Biblioteca Histórica Pública da Rússia, Moscou/Rússia.*

*[Государственная Публичная Историческая Библиотека России, Москва].*

Disponível em <<http://elib.shpl.ru/ru/nodes/10049>>.

СЛОВО. [SLOVO. Jornal semanal russo].

Ano 1939, № 269-272.

*Biblioteca Histórica Pública da Rússia, Moscou/Rússia.*

*[Государственная Публичная Историческая Библиотека России, Москва].*

Disponível em <<http://elib.shpl.ru/ru/nodes/10049>>.

A GAZETA.

A NOITE.

CORREIO DE SÃO PAULO.

CORREIO PAULISTANO.

DIÁRIO DA NOITE.

FOLHA DA MANHÃ. Anos 1926-1927.

O ESTADO DE SÃO PAULO.

**PRONTUÁRIOS E DOSSIÊS DEOPS.**

*Arquivo Público do Estado de São Paulo – Apesp.*

Dossiê 30-J-41

Dossiê 41-Z-75

Dossiê 50-Z-435

Dossiês 30-G-001 – 30-G-006

Prontuário nº 0491 – Leo Alexander Ivanow

Prontuário nº 102768 – Alexandre von Baumgarten

Prontuário nº 104721 – Comissão de Socorro aos Inválidos Russos da Guerra

Prontuário nº 117832 – Paul Orlovsky

Prontuário nº 122658 – Nicolau Dachoff

Prontuário nº 137494 – Pawel Jaskow

Prontuário nº 20300 – Waldemar Riominsky

Prontuário nº 2143 – Federação russa

Prontuário nº 2523 – Associação Russa

Prontuário nº 33082 – Boris Solodovnikoff

Prontuário nº 49439 – Wladimir A. Ostolopoff

Prontuário nº 49998 – Organização dos fascistas russos

Prontuário nº 51648 – Sviatoslav Golubintsev

Prontuário nº 70559 – Biblioteca dos autores russos

Prontuário nº 70940 – Victor Gultzgoff

Prontuário nº 71124 – Clube Nacional Russo

Prontuário nº 74809 – Zot Orlov



Prontuário nº 75894 – Bronislav Romanovsky

Prontuário nº 866 – Clube dos intelectuais russos

Prontuário nº 88132 – Emmanuel de Bennigsen

Prontuário nº 94561 – Dimitri Tkatchenko, compreendendo 4 volumes

Prontuário nº 98363 – Eugenio Moskvin

#### **FONTES ESTATÍSTICAS**

SAKURAI, C.; SALLES, M. R. R.; PAIVA, O. Projeto Temático FAPESP: Novos Imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo: 1947-80. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2003-2008. Processo: 02/07194-0.

## **APÊNDICE. CONTESTANDO O MITO DA “EMIGRAÇÃO BRANCA”: OS REGISTROS PAROQUIAIS DAS IGREJAS ORTODOXAS RUSSAS EM SÃO PAULO**

Os registros paroquiais, ou, como são frequentemente chamados na literatura histórica, “registros vitais” (Bassanezi, 2011, p. 90), são anotações previstas na prática eclesial de algumas igrejas cristãs que protocolam, de forma escrita, a realização, na paróquia, de três principais sacramentos: batismo, casamento e óbito. Nos tempos pré-estatísticos, quando ainda não existiam censos populacionais nem registros civis, as anotações da igreja possuíam a importante função de oferecer base para o controle e o cálculo da população, por parte dos governantes.

Na Rússia czarista, a regulamentação da prática dos registros paroquiais foi bastante tardia, comparando-se com a Igreja Católica: em 1702, o czar Pedro Grande emitiu um decreto que obrigava todas as paróquias de Moscou a entregar registros de batismos e óbitos à secretaria do Patriarca. Porém, a prática regular de registros nas paróquias locais se estabeleceu somente no começo do século XIX (Nedzeliuk, 2011).

Tendo em vista que a Igreja ocupava lugar principal na vida cotidiana da população russa até instalação do poder bolchevique, o próprio calendário cotidiano era estruturado em torno do calendário religioso. Nessa condição, a participação na vida religiosa da paróquia era quase total para os ortodoxos. Qualquer mudança familiar passava por um rito determinado, que era minuciosamente registrado pelo pároco (nascimento de filhos, casamento, óbito de membros da família, transferência para outras paróquias etc.). Além dos registros de ritos, as paróquias faziam registros de quantidade de confissões e de comunhões realizadas na paróquia, com indicação do gênero e da profissão dos indivíduos envolvidos. Esses registros tinham por objeto vigiar a participação da população na vida religiosa, mas, ao mesmo tempo, controlavam as dissidências e as evasões em relação aos ritos, o que resultavam em penalidades financeiras em benefício da Igreja (Pinaevsky, 2003). As informações registradas nos livros paroquiais englobavam, portanto, a quase totalidade da população pertencente à paróquia, embora a sua abrangência ficasse dependente do empenho individual do pároco responsável.

Essas características fazem dos registros vitais uma fonte excepcional de dados tanto quantitativos quanto qualitativos para as pesquisas históricas e demográficas. Foi o demógrafo francês Louis Henry quem primeiro chamou atenção para as potencialidades dos registros paroquiais como fonte de dados para a reconstrução das dinâmicas populacionais na era pré-estatística (até a instalação do Primeiro Império na França, nos meados do século XIX) (Henry, 1953). No Brasil, foi a historiadora Maria Luiza Marcílio<sup>375</sup> (1973, 1977) quem introduziu o método nos estudos da demografia histórica, publicando, em 1973, a sua tese sobre a população e o povoamento da cidade de São Paulo nos séculos XVIII-XIX.

Maria Silvia Bassanezi (2011) ressalta as potencialidades do uso dos registros paroquiais nos estudos sobre migrações, tanto históricas quanto contemporâneas. Segundo essa autora, a riqueza das informações que constam nesses registros permite abordar, além das dinâmicas do crescimento populacional, os aspectos tão diversos da vida dos imigrantes, como a “história da família, da mulher, da escravidão, das mentalidades”, a “persistência ou mudança nas práticas religiosas e culturais”, as “hierarquias sociais”, a dispersão espacial, a constituição de redes sociais, entre outros. Isso porque, além das informações numéricas (o número de cada rito realizado), os registros paroquiais contêm também dados nominativos (nomes dos batizados, dos pais e padrinhos, endereço, profissão e outros).

Efetivamente, os registros paroquiais se mostraram uma fonte de informações importante também numa situação de pesquisa na qual as fontes estatísticas são escassas ou pouco confiáveis. No caso da imigração russa para São Paulo na primeira metade do século XX, eles constituíram um corpus de dados singular para confrontar as imagens consolidadas na memória coletiva sobre a procedência e as características dos imigrantes russos na cidade.

## **1. Corpus de dados**

Foi possível localizar e sistematizar 26 livros paroquiais dentre as três principais paróquias ortodoxas russas existentes em São Paulo, na primeira metade do século XX. Desses, foram separados para a análise apenas os registros dos batismos, por

---

<sup>375</sup> Desenvolveu sua tese de doutoramento em demografia histórica sobre a cidade de São Paulo (1973) sob orientação dos professores Henry e Fleury, na França, cujo método aplicou em várias pesquisas posteriores, incentivando também sua utilização por outros pesquisadores brasileiros.

apresentarem maior número de informações nominativas e por sua maior abrangência em relação aos registros de casamentos e de óbitos.

Tradicionalmente, os formulários da Igreja Ortodoxa Russa para os registros dos batizados compreendiam as seguintes informações obrigatórias:

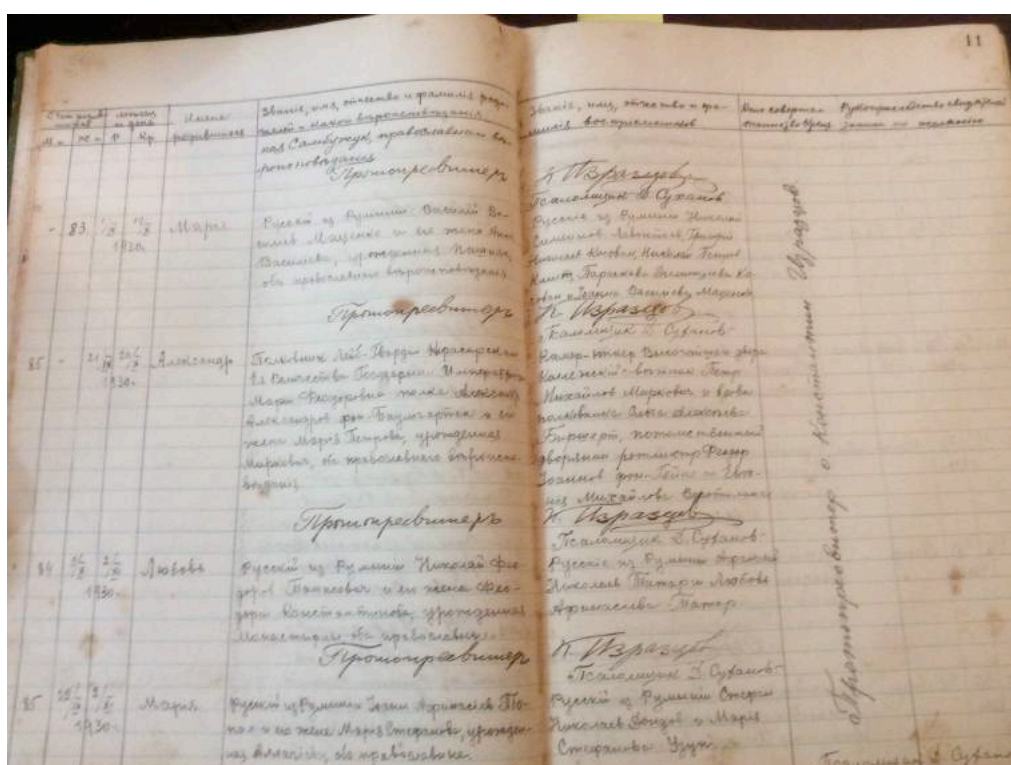
- 1) número de batismo realizado no ano corrente (dividido entre meninos e meninas);
- 2) data de nascimento da criança;
- 3) data de batismo;
- 4) nome da criança;
- 5) estamento, nome, sobrenome e religião do pai;
- 6) estamento, nome, sobrenome e religião da mãe;
- 7) nome dos padrinhos (geralmente dois, um homem e uma mulher, que não podiam ser parentes entre si);
- 8) nome do sacerdote que realizou o rito;
- 9) observações: se é filho legítimo, óbito na sequência do batismo etc.

Contudo, a imigração trouxe alterações e acréscimos a essas informações básicas. Um acréscimo foi a adição da informação sobre a região de origem de ambos os genitores: informação naturalmente determinada pela condição migratória desses indivíduos, elemento de valor excepcional para a presente pesquisa. Outro acréscimo, condicionado pelo novo contexto social no qual a paróquia ficou inserida após a emigração, foi a religião dos pais e a indicação sobre se a criança fora rebatizada conforme a ortodoxia de uma outra religião. Mais tarde, acrescentou-se também o número da certidão de nascimento, exigência da modernidade administrativa - dado também importante porque traz a informação sobre o bairro de residência da família.

A primeira paróquia ortodoxa russa em São Paulo, a de São Nicolau, mantinha seus registros paroquiais desde a sua fundação, em 1926. Todos eles estão preservados até hoje na Catedral Ortodoxa São Nicolau. Os primeiros livros destinados aos registros paroquiais foram confeccionados pelo próprio sacerdote, em um caderno formato ofício, preenchido à mão. A estrutura das anotações foi motivada pela quantidade de informações que o sacerdote julgava necessárias ao registro. Assim, os livros de 1926 até, aproximadamente, 1930, contém maior número de informações relevantes sobre a família: além dos dados nominativos, constam a indicação de estamento/profissão, de

origem nacional e do local de procedência, com indicação do nome do vilarejo/cidade, região e país.

A partir do começo dos anos 1930, as anotações são feitas no mesmo formulário, porém não aprofundam as informações sobre a região de origem dos pais e dos padrinhos. Por exemplo, se no formato anterior a região de origem era descrita com exatidão, atingindo a escala do vilarejo (por exemplo: Romênia, Bessarábia, distrito de Bendery, vilarejo X), no novo formato anotava-se apenas país de origem (por exemplo, “originário de Romênia/Polônia/Rússia”, etc.) (vide Figura 1.1). Provavelmente, a abrangência das informações dependia diretamente do sacerdote responsável por registrá-las.



**FIGURA 0.1.** Excerto do livro de registro paroquial da paróquia ortodoxa São Nicolau, em São Paulo, de 1930. O padrão de anotações feitas à mão permitia a quantidade de informações que o sacerdote julgasse necessárias ao registro.

A partir de 1940, os registros passam a ser feitos em outro formulário, impresso, que não previa a especificação da região de origem, tendo um pequeno espaço nas linhas “Natural de” e “Paiz” que não era suficiente para anotar informações detalhadas (vide Figura 1.2). Nesse formulário, as informações sobre a origem dos pais eram registradas

com menos frequência, até que, a partir do final de 1947, passaram a ser anotadas esporadicamente.

ANO DE 1941. Pag. 63

**DIOCESE ORTODOXA DO BRASIL**

Livro de Registro Paroquial da Igreja de S. Nicolau  
(localidade) S. Paulo Estado de S. Paulo

**Parte primeira — Registro de Batismos**

Número de ordem geral 1 Do sexo masculino 1, feminino ""  
Data do nascimento: 17 de Dezembro de 1940  
Distrito de Alta do Monte Zona 39ª Logar S. Paulo  
Certidão de Nascimento do Registro Civil N.º 2.224  
Data do batismo: 11 de Janeiro de 1941

NOME: Felipe Gaidarji  
em honra de S. Fruppe  
comemorado no dia 12 de Janeiro.

Nome do pai: Finovi Gaidarji  
natural de Bessarabia Paiz: Russia  
da religião Orthodoxa

Nome da mãe: Anna Gaidarji  
natural de Bessarabia Paiz: Russia  
da religião Orthodoxa

Names dos avós paternos: Felipe Gaidarji  
e S.ª Anna Gaidarji

Names dos avós maternos: Ivan Uzun  
e S.ª Anna Uzun

Names dos padrinhos: Ivan Slavotzki  
e S.ª Anna Slavotzki

Os Santos Mistérios do Batismo e da Crisma foram ministrados pelo Archimandrit  
Parmen acolitado pelo Sacristão Semetrio Soubaroff

Observações:

Data: 11 de Janeiro de 1941

Archimandrito Parmen  
Sacristão Semetrio Soubaroff

**FIGURA 0.2.** Excerto do livro de registro paroquial da paróquia ortodoxa São Nicolau, em São Paulo, de 1941. O formulário impresso não deixava espaço suficiente para anotações detalhadas sobre a origem geográfica dos genitores.

A partir do ano de 1966, os registros de batismos se tornaram desordenados e deixaram de seguir a ordem cronológica estrita, o que dificultou muito sua sistematização para a análise. Por exemplo, no mesmo livro existiam registros feitos em várias paróquias diferentes, em São Paulo e em outras cidades, como Rio de Janeiro e Londrina. Provavelmente, o livro pertencia a um sacerdote específico que registrava nele todos os ritos que ele realizava, independentemente da paróquia ou cidade, para depois transferir esses dados para um livro definitivo, guardado na paróquia, algo que nem sempre foi feito. Somando esse contexto ao o mau estado de conservação dos livros

dos anos 1970 e 1980, estas condições impediram a análise dos registros feitos após 1966.

Os livros de registros da paróquia Santíssima Trindade no bairro Vila Alpina, existente desde 1930, não se encontram tão bem organizadas como os da Catedral São Nicolau. Livros de registros começam no ano de 1939, pois antes dessa data a paróquia não possuía um pároco fixo, sendo que todos os sacramentos eram ministrados pelos sacerdotes vindos da paróquia São Nicolau. Os livros próprios da Igreja Santíssima Trindade surgem concomitante à vinda ao Brasil do padre Dimitry Tkatchenko, que foi nomeado pároco permanente pelo bispo Theodóssio.

Os registros referentes aos anos de 1939 a 1947 foram considerados como desaparecidos pelos párocos da igreja, pois o seu lastro se perdeu com a prisão e a expulsão do sacerdote Tkatchenko do país, em 1948. Eles finalmente foram encontrados por mim no prontuário do sacerdote nos arquivos do Deops, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O padrão do preenchimento de seus livros era parecido com os da paróquia São Nicolau: preenchidos à mão, com as informações adicionais determinadas pelo sacerdote. É notável perceber que os livros de batismo do padre Tkatchenko possuem grande número de sacramentos realizados fora da cidade de São Paulo, principalmente nas colônias agrícolas no interior do Estado. As colônias “eslavas”, como Baliza, Santo Anastácio, Represa, São Jerônimo (estação Limeira), Sete de Setembro, Sete de Maio, Costa Machado, Feiticeira, e outras, constavam no livro com certa periodicidade. Isso demonstra certa preocupação da Igreja Ortodoxa, radicada na cidade de São Paulo, com os imigrantes ortodoxos residentes nas áreas rurais distantes, algo que impossibilitava a participação regular dessa população nos ritos da igreja. Viagens regulares para essas localidades estavam entre as principais obrigações dos sacerdotes novos ou mais jovens, pois exigiam certo preparo físico e emocional para enfrentar viagens de grandes distâncias, em precárias condições de conforto. Além disso, a atenção periódica aos imigrantes camponeses por parte dos sacerdotes ortodoxos vindos da capital visava diminuir a crescente propagação dos ritos evangélicos, sobretudo batista, nessas localidades. É preciso ressaltar também a presença de crianças brasileiras batizadas de acordo com o rito ortodoxo, pelo padre Tkatchenko, nessas colônias agrícolas, o que pode indicar a carência geral dessas populações quanto a atendimento eclesial por parte também da Igreja Católica.

Os livros de batismo de 1947 aos dias de hoje foram localizados no arquivo da própria Igreja Santíssima Trindade e, a seguir foram sistematizados. Porém, as informações que contém raramente indicam a procedência dos pais, de modo que, seu valor qualitativo ficou bastante prejudicado com isso.

A terceira igreja ortodoxa que preserva os livros paroquiais até os dias de hoje é a Igreja São Serafim, localizada no bairro Indianópolis. Nela foram localizados três livros de batismos, casamentos e óbitos, referentes ao período desde 1958. Nessa paróquia, fundada em 1952 pelos imigrantes russos que vieram da China, cada sacerdote possuía um livro de registro no qual fazia anotações sobre os sacramentos realizados por ele, que, teoricamente, deveriam ser consolidados num único livro no final do ano, o que, no entanto, não parece ter sido feito. Isso dificultou significativamente a tarefa de sistematizar os dados na ordem cronológica, por ano, como foi feito com os livros de outras paróquias. Além disso, apenas os livros de 1957 a 1969 contém algumas informações, as mais básicas, como a procedência geográfica dos genitores, algo que interessava à pesquisa.

Como aponta Bassanezi (*op.cit.*, p. 99), os registros paroquiais “se prestam tanto às análises de caráter qualitativo como quantitativo; análises em nível micro ou macro e, em sendo uma fonte nominativa (pois trazem nomes das pessoas) se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas ou não”. Nessa perspectiva, a sistematização e a interpretação dos dados contidos nesse corpus documental são definidas, principalmente, pela problemática da pesquisa, assim como pelo grau de conhecimento sobre o objeto.

Em vista disso, os registros paroquiais foram incorporados ao corpus de fontes documentais da pesquisa não tanto como fonte quantitativa, mas como fonte qualitativa. Naquele estágio da pesquisa era importante entender o perfil social e a procedência geográfica da maioria dos imigrantes atendidos pela Igreja Ortodoxa Russa em São Paulo no período de entreguerras e logo após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto as narrativas preservadas pela comunidade descreviam as paróquias ortodoxas na cidade como produto de esforço coletivo de uma “emigração branca” urbana, os registros paroquiais testemunham que a principal população atendida pela Igreja era originária de regiões periféricas do antigo Império Russo e de origem camponesa. Por isso, as informações nominativas contidas nos registros paroquiais foram priorizadas e ofereceram um rico material, não apenas sobre a origem desses imigrantes, mas



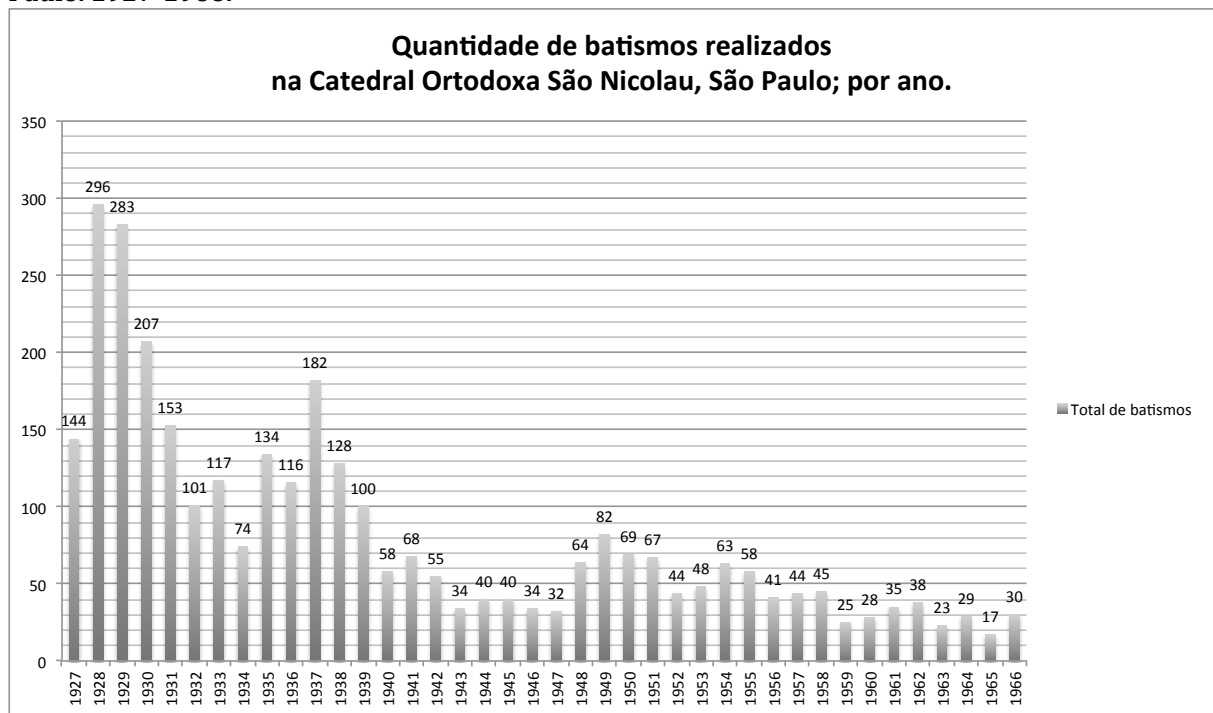
também sobre as formas de estratificação social intracomunitária praticadas na “colônia russa”, em São Paulo, nesse período.

Entretanto, esses livros de registros ainda contém dados valiosos que podem ser utilizados para reconstruir a dinâmica demográfica no seio da colônia russa no período em questão. Por exemplo, formando um banco de dados, poderíamos descobrir as taxas de natalidade entre imigrantes russos de várias origens geográficas e sociais (observando o número de filhos batizados por família), assim como suas práticas nupciais (articulando a origem da mãe da criança com a origem do pai). Igualmente, seria possível estudar a formação de redes sociais e de sociabilidade (articulando o nome dos padrinhos com o nome dos pais) e ter um número mais preciso sobre a população atendida pela Igreja Russa no período em questão. Porém, guiada pela questão principal acerca da origem dos imigrantes, optei por focar a análise nos dados sobre a origem geográfica e social dos pais das crianças batizadas, em detrimento da sistematização mais rigorosa (em formato de banco de dados) que demandaria um tempo maior do que aquele que estipulado pelo cronograma da pesquisa.

## **2. Principais resultados obtidos**

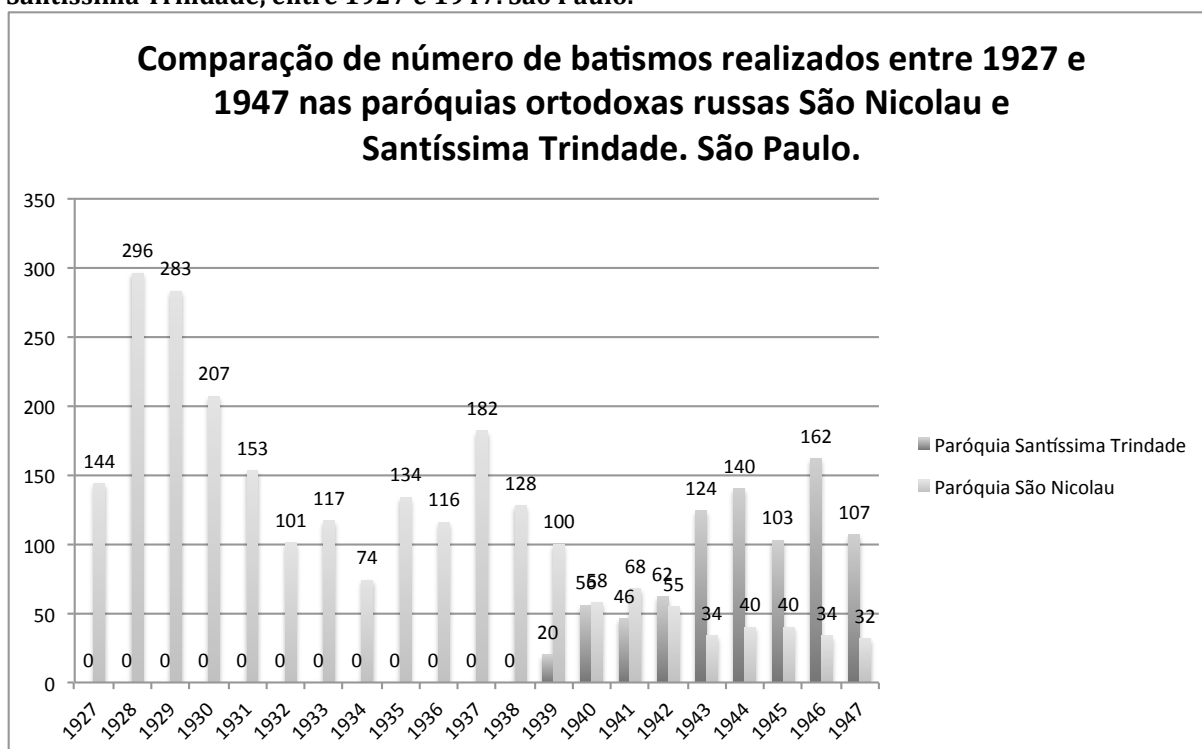
A sistematização dos dados encontrados nos registros paroquiais das paróquias ortodoxas russas indicadas resultou em produção de tabelas, nas quais foram inseridas informações sobre o número de batismos, por ano e por paróquia, e sobre região de origem do pai da criança batizada. As tabelas foram convertidas em gráficos que permitem a melhor visualização dos dados consolidados.

**GRÁFICO 0.1. Quantidade de batismos, por ano, realizados na Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau, São Paulo. 1927-1966.**



O Gráfico 2.1 indica que o maior fluxo de imigrantes atendidos pelos párocos da igreja São Nicolau se deu entre 1927 e 1939. Esse período coincide com os primeiros anos de existência da paróquia, anterior à construção da Catedral no bairro da Liberdade. Os anos 1928 e 1929 representam a maior alta de número de crianças batizadas na paróquia: 296 e 283, respectivamente. Esses anos são posteriores ao maior fluxo migratório de camponeses das antigas periferias do Império Russo. É provável que as crianças dessas famílias, nascidas já no Brasil, tivessem sido batizadas pelos sacerdotes da paróquia ortodoxa russa São Nicolau, a única existente na cidade naquela época. O decréscimo do número geral de batismos nessa paróquia nos anos posteriores a 1929 pode relacionar-se, tanto à inauguração da paróquia da Vila Alpina - que atraiu grande número de famílias inicialmente atendidas pelos párocos de São Nicolau, graças a sua localização nos bairros de concentração desses imigrantes -, quanto ao contexto de concorrência dos outros ritos religiosos dentro da comunidade desses imigrantes, como o rito batista, por exemplo.

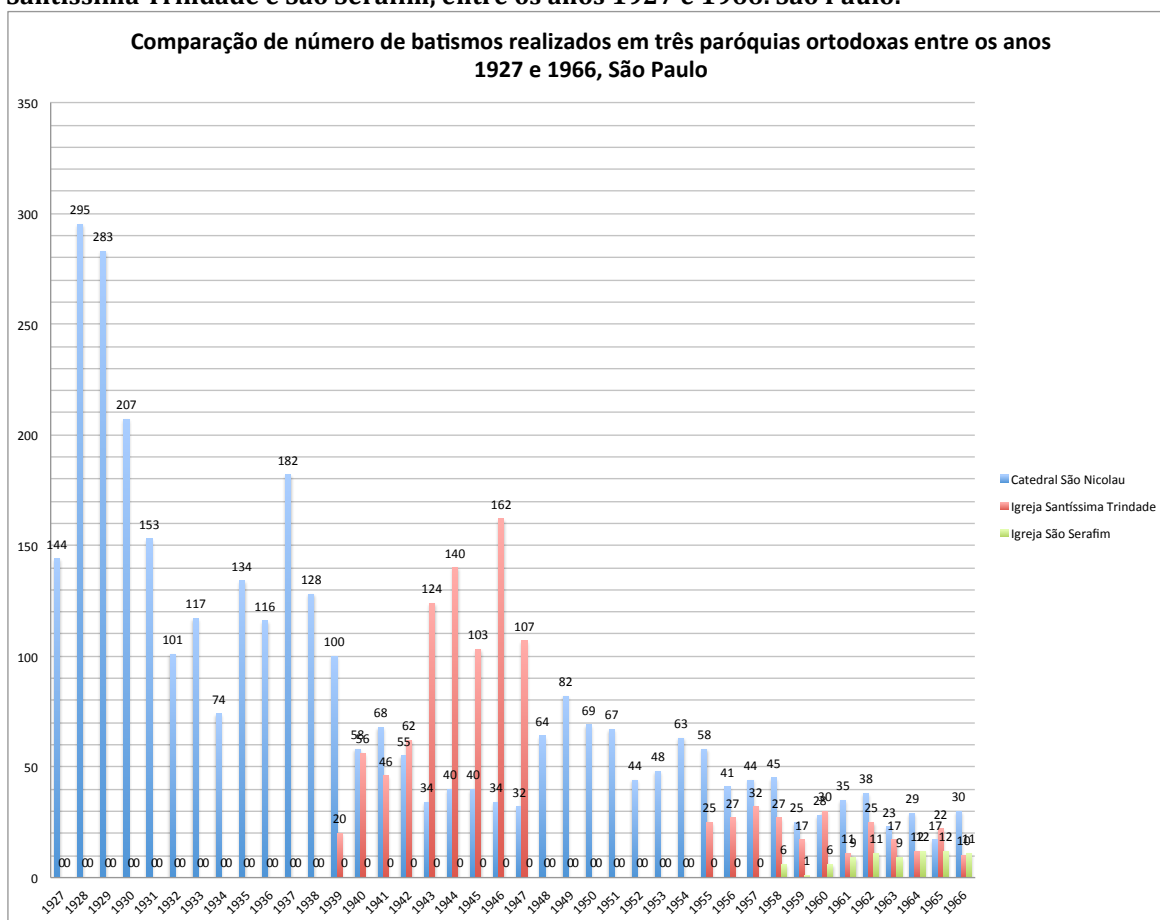
**GRÁFICO 0.2. Quantidade de batismos realizados nas paróquias ortodoxas russas São Nicolau e Santíssima Trindade, entre 1927 e 1947. São Paulo.**



O Gráfico 2.2 traz a comparação entre o número de batismos realizados por ano nas duas principais paróquias ortodoxas existentes na cidade entre 1927 e 1947. Nota-se que a diminuição do número de batismos realizados na paróquia São Nicolau é acompanhada pelo aumento do número de batismos realizados na paróquia Santíssima Trindade, da Vila Alpina, pelo padre Tkatchenko, que assumiu a paróquia em 1939. Como já vimos, foi esse sacerdote que assumiu a tarefa das viagens missionárias para localidades distantes da capital, nas quais havia concentração de imigrantes ortodoxos. Além disso, a presença de um pároco permanente na igreja da Vila Alpina permitiu que a maior parte da população atendida, residente nos bairros adjacentes, migrasse da paróquia central para essa última.

De um modo geral, somados os números das duas paróquias, entre 1927 e 1947, foram batizadas, no total, 3216 pessoas, sendo que a maior ocorrência de batismos por ano aconteceu entre 1928 e 1930, tendo média de 262 batismos por ano, e entre 1943 e 1946, com 169 batismos em média por ano.

**GRÁFICO 0.3. Quantidade de batismos realizados nas paróquias ortodoxas russas São Nicolau, Santíssima Trindade e São Serafim, entre os anos 1927 e 1966. São Paulo.**



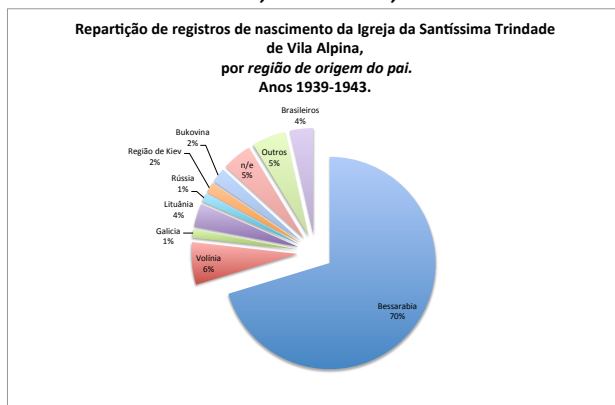
No Gráfico 2.3, que apresenta a comparação de números de batismos realizados em três principais paróquias russas na cidade, entre 1927 e 1966, nota-se que as duas maiores ocorrências de número de pessoas batizadas aconteceram no final dos anos 1920 (1927-1931), no período da Segunda Guerra Mundial, e logo após o seu término (1943-1947). De forma geral, o número de batismos nas três igrejas foi diminuindo até o final da década de 1960, acusando maior assimilação das novas gerações ao modo de vida brasileiro.

O padre ortodoxo Vladimir, pároco da Igreja São Serafim, em Indianópolis, ressalta que o modo reservado como a colônia ortodoxa russa existia em São Paulo afastou da religião as novas gerações, socializadas no Brasil:

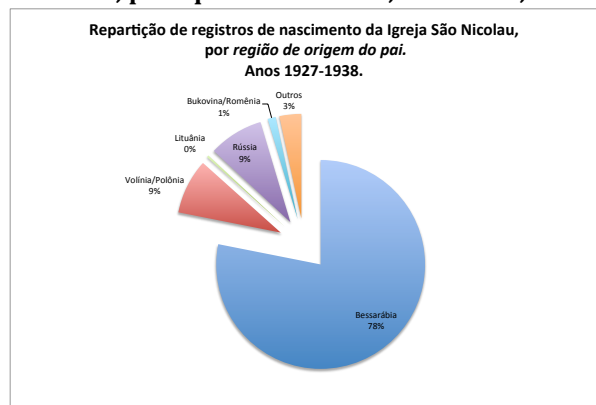
As missas passaram a ser ministradas em português apenas nos anos 1980 [antes, eram ministradas apenas em eslavo eclesiástico]. Por quê? Imagine um jovem russo, ele mora no Brasil, naturalmente ele conhece uma moça brasileira e quer leva-la na sua igreja. Ela vem mas passa a missa sem entender nada. Além disso, naquela época não existia nenhuma literatura, nenhum livro em

português que pudesse auxiliar no entendimento da Liturgia ortodoxa. E claro que, com poucas exceções, esses casais se converteram para a Igreja Católica. Porque se a esposa é brasileira – e, normalmente, é o papel da mulher de educar os filhos – e é uma pessoa religiosa [ela leva a família para a igreja católica]. Mas para os russos isso não era relevante: não quer vir na missa, não vem. Isso não significa que eu critico os sacerdotes. Na verdade, a maioria deles quase não falava português. Por exemplo, o Arcebispo Nicandr (desde 1969) não falava português, então se você vinha para confessar com ele e não falava russo – esqueça, procure outra pessoa!<sup>376</sup>

**GRÁFICO 0.5. Repartição de registros de batismo, por região de origem do pai do batizado; paróquia Santíssima Trindade, São Paulo, 1939-1943.**



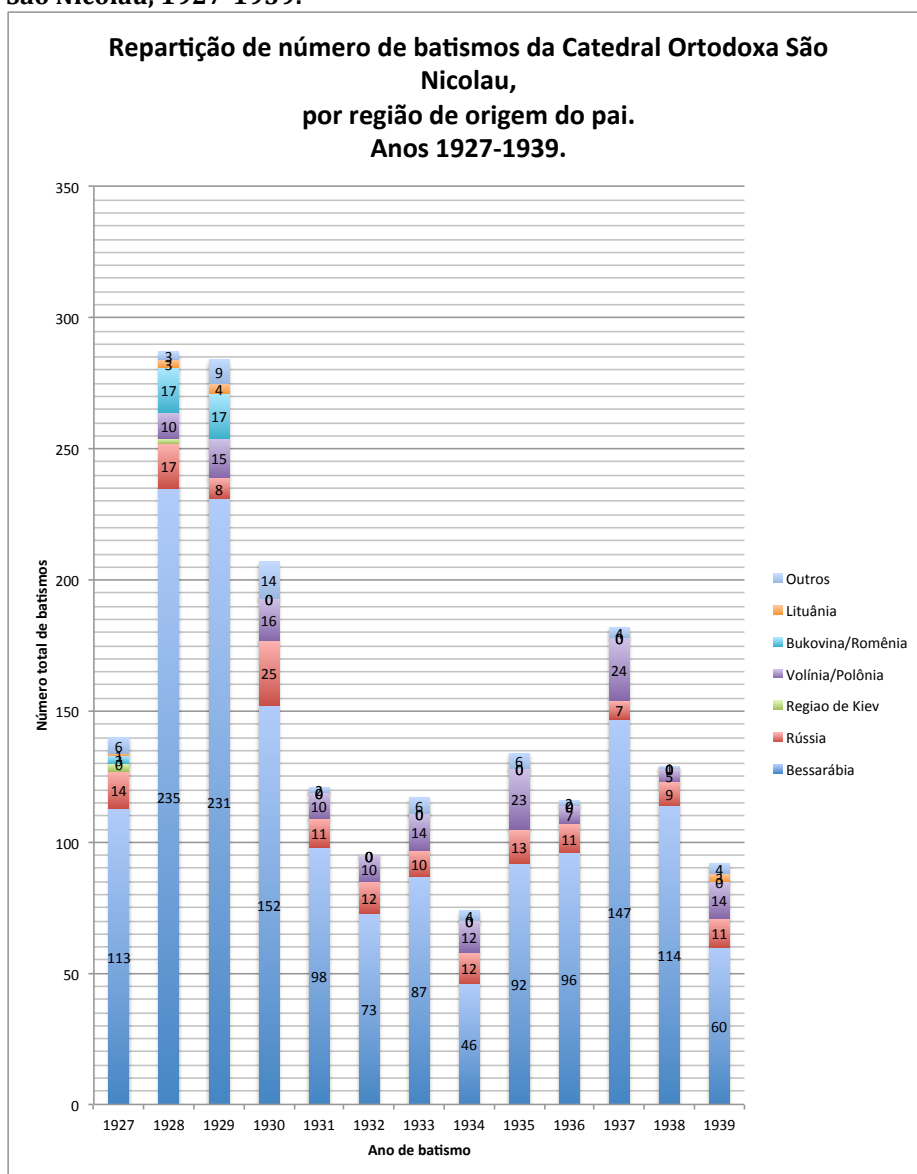
**GRÁFICO 0.4. Repartição de registros de batismo, por região de origem do pai do batizado; paróquia São Nicolau, São Paulo, Anos 1927-1938.**



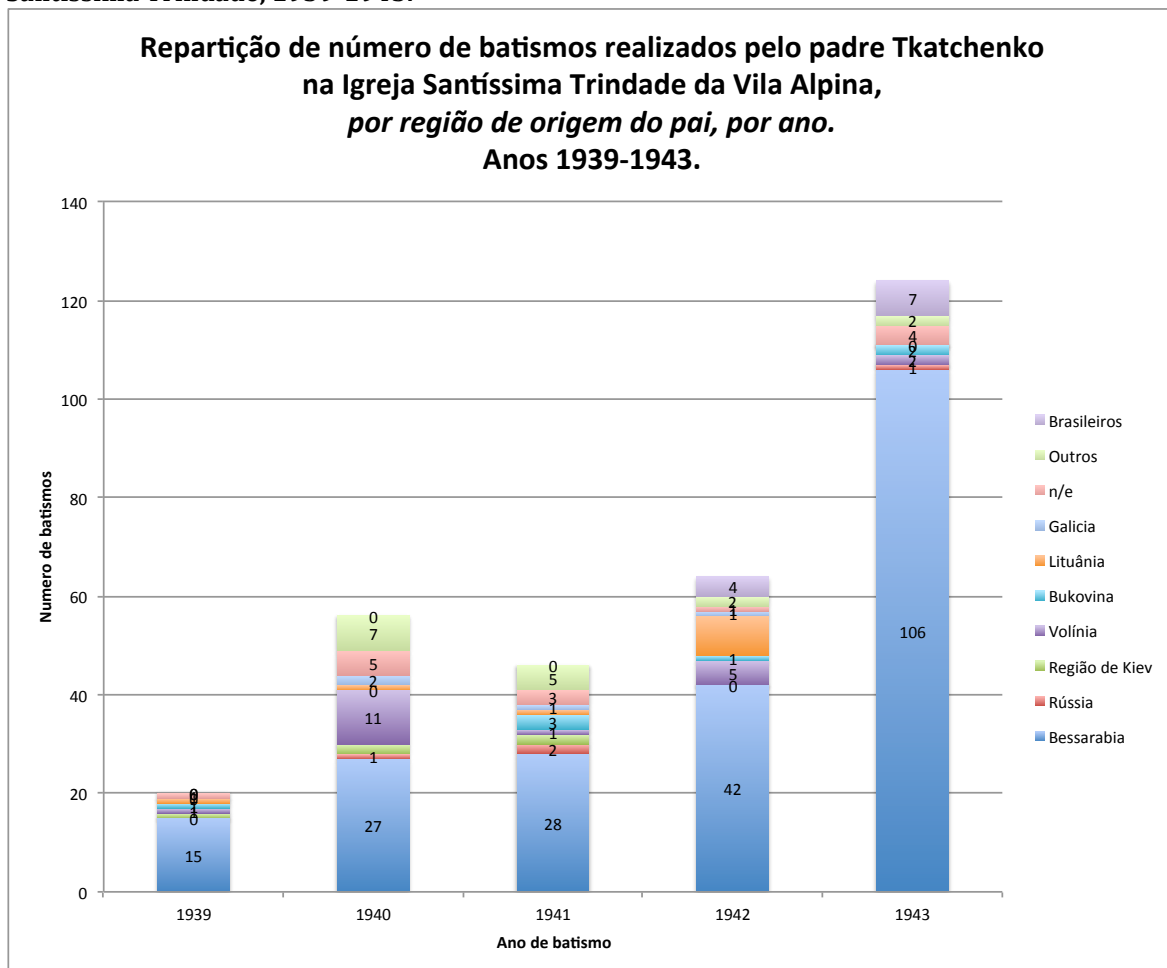
As duas figuras certificam que no período de 1927 a 1943 a maioria das crianças batizadas nas igrejas ortodoxas russas eram filhos de pais oriundos da Bessarábia (cerca de 70% de todas as crianças batizadas). Outras regiões na fronteira Oeste do antigo Império Russo também são representadas nos gráficos: Volínia (território da Polónia após a Primeira Guerra Mundial), Bukovina (território da Romênia), Galícia (dividida entre o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e o Reino da Polónia). Os imigrantes oriundos do próprio território russo, “Grande Rússia” como é frequentemente chamado nos registros, não eram comparativamente numerosos. O número de batismos das crianças dos pais da Rússia raramente passava de 20 casos por ano no conjunto de todas as paróquias. Desses, cerca de metade dos batismos refere-se a pessoas de origem camponesa; outros são provenientes de camadas urbanas das pequenas cidades do Sul da Rússia ou dos centros urbanos do interior do país. Algumas poucas famílias tinham origem em camadas privilegiadas, ou emigraram das grandes capitais, Moscou e São Petersburgo, fato que sempre foi devidamente anotado pelo sacerdote.

<sup>376</sup> Padre Vladimir. Depoimento de 03/10/2014, São Paulo.

**GRÁFICO 0.6. Repartição de registros de batismo por região de origem do pai, por ano. Paróquia São Nicolau, 1927-1939.**



**GRÁFICO 0.7. Repartição de registros de batismo por região de origem do pai, por ano. Paróquia Santíssima Trindade, 1939-1943.**



### 3. Contexto histórico da imigração bessarabiana para o Brasil

A região da Bessarábia, que se encontra entre os rios Dniestr, Prut, Danúbio e o Mar Negro, sempre foi palco de interesses geopolíticos contrastantes. Até a guerra turco-russa, de 1806-1812, a região foi habitada pelos povos turcos de religião islâmica. Quando o Império Russo conseguiu conquistar a região, de grande valor estratégico (por conta do acesso ao rio Danúbio e ao Mar Negro), surgiu a necessidade de povoá-la com populações de origem eslava que poderiam criar uma espécie de barreira étnica e religiosa com o mundo otomano, a oeste de novo território. Com isso, foram criadas políticas para atrair famílias camponesas à região. Nesse período, fugindo da ocupação otomana da Bulgária e aproveitando-se dessas políticas russas, uma grande população de búlgaros migrou para a Bessarábia. Além disso, a Bessarábia fazia parte de uma zona de assentamento judeu do Império Russo, onde os judeus podiam residir nas pequenas

idades, embora proibidos de se fixar na zona rural (Blay, 2013, p. 61). Com essa disposição histórico-política, a Bessarábia se tornou um território multiétnico e multirreligioso. Segundo os dados do censo de 1897, do Império Russo, a província da Bessarábia contava com 1 933 436 pessoas, entre quais apenas 304 182 habitantes das cidades (37,2 % deles eram judeus, 24,4 %, russos, 15,8, ucranianos, 14,2 %, moldávios). Conforme esse censo, 47,6 % da população da região (como vimos, predominantemente rural) era moldávia, 19,6 % era ucraniana, 11,8 % - judia, 8%, russa, 5,3 %, búlgara, 3,1 %, alemã, 2,9 %, gagaúza (Istoria, 2002).

Em 1918, aproveitando que a Rússia se encontrava envolvida na revolução e na guerra civil, a Romênia avançou sobre a Bessarábia, a fim de realizar uma antiga pretensão de anexar a região, como parte da ideia nacionalista de “Grande Romênia”, que visava expandir ao máximo as fronteiras nacionais. O Corpo Legislativo da Bessarábia votou a favor da unificação com a Romênia, o que gerou um conflito entre as populações pró-romenas e pró-russas. Nesse processo, as populações búlgara, gagaúza, russa e ucraniana se opuseram, sem sucesso, a essa decisão. Em 1920, a unificação foi oficializada e reconhecida internacionalmente pela Conferência da Paz em Paris. A Rússia Soviética nunca aceitou essa união e reintegrou o território, embora só em 1940, em consequência do pacto de não-agressão entre a Alemanha Nazista e a URSS, firmado em 1939, formando a República Soviética de Moldávia (Cocicov, 2005).

Como parte do território romeno, a Bessarábia se tornou palco de políticas nacionalistas, desta vez, com forte “romênização” da população. A Lei de Nacionalização foi editada pelo governo romeno em 1918, declarando a assimilação forçada das minorias étnicas estrangeiras pela força do exército. A ideia nacionalista fez com que as populações russa, ucraniana, e também búlgara e gagaúza, naquela época já bastante russificadas, fossem reprimidas e marginalizadas.

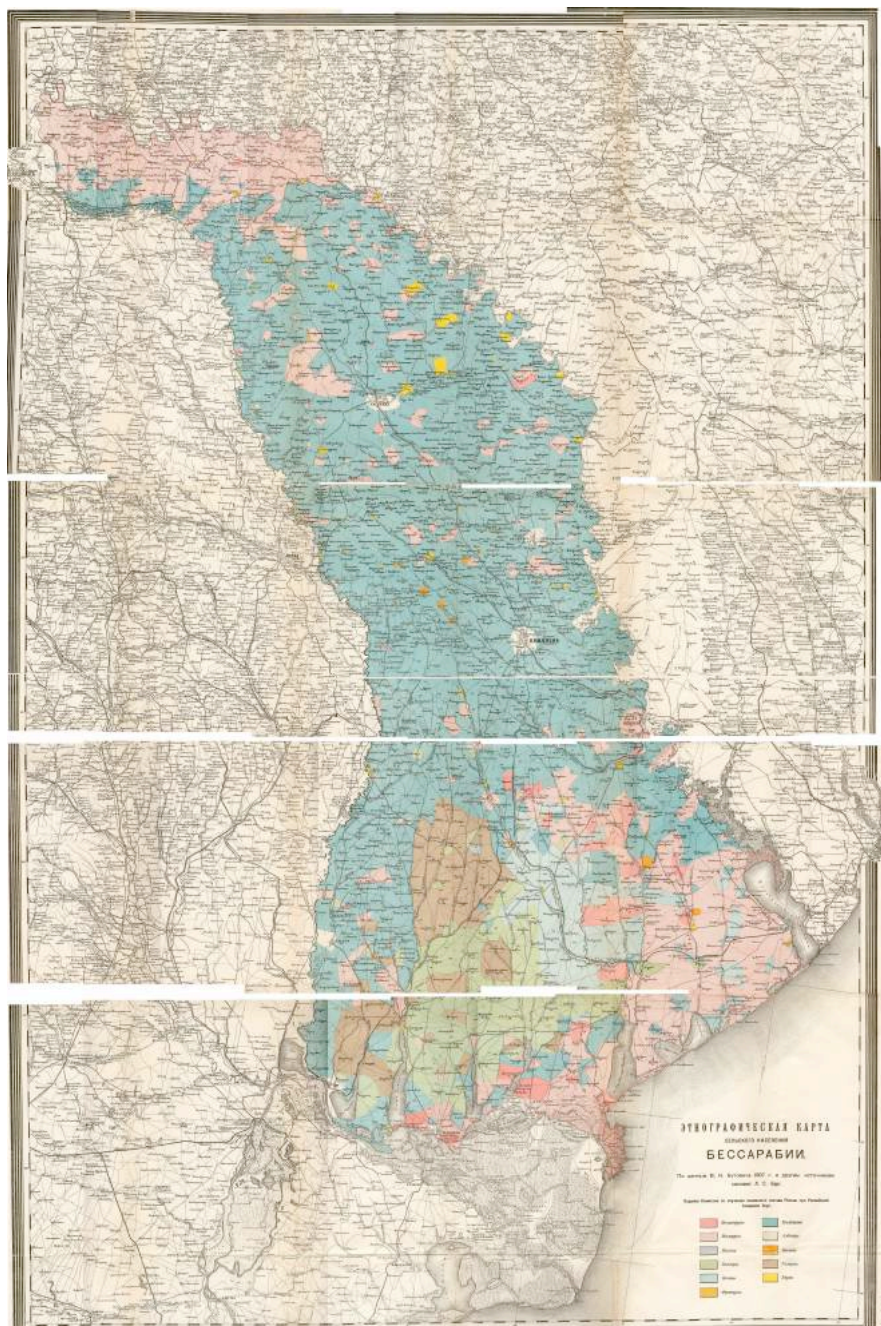
Nesse contexto de crise agrícola e sócio-política, tanto na Bessarábia, quanto na Rússia e na Europa, muitas famílias camponesas foram atraídas pela propaganda da “Terra prometida” nas Américas, feita pelos agentes recrutados pelas empresas brasileiras de imigração.

Conforme Cocicov (*Ibid.*), o acordo fechado entre o Brasil e a Romênia, nos anos 1920, privilegiava a imigração de famílias camponesas, compostas dos pais e, obrigatoriamente, de pelo menos um filho homem solteiro entre 10 a 14 anos de idade. Além disso, podiam se inscrever para emigrar apenas as famílias residentes nos



territórios anexados pela Romênia, no começo do século XX, como Bessarábia, Bucovina e Transilvânia: condição que privilegiava a saída do país das populações indesejáveis pelo governo nacionalista.

Em 1923, o geógrafo Lev Berg, proveniente de uma família judia da região, publicou o estudo “A população da Bessarábia. Composição etnográfica e números”, com mapa da distribuição das populações rurais segundo sua designação étnica, baseando-se em dados estatísticos colhidos em 1907 nos registros de escolas rurais e nos resultados do censo nacional de 1897.



**FIGURA 0.3.** O mapa etnográfico da população rural da Bessarábia. *Fonte:* Berg, 1923. | Disponível em <http://dacoromania.net/article/население-бессарабии-этнографический-состав-и-численность>>. Acesso em 11/09/2011.

O mapa registra, com cores diferentes, as principais etnias que faziam parte da população rural da Bessarábia em 1907. Assim, dentre os mais relevantes numericamente, o vermelho designa os “*velikorussy*” – os “grandes russos”, as populações oriundas do principal território do Império Russo; o vermelho claro designa os “*malorussy*”, como foram denominados os povos de língua ucraniana; o azul refere-se aos moldávios; o verde, aos búlgaros; o marrom, aos gagaúzos; o amarelo, aos judeus. Lançando um olhar geral no mapa, constata-se que o centro da Bessarábia era povoado,

predominantemente, pelos moldávios, enquanto a região norte contava com maioria ucraniana. O sul da Bessarábia representava a maior diversidade étnica: búlgaros, gagaúzos, russos, ucranianos e judeus compartilhavam o território em proporções mais ou menos iguais.

Conforme os registros paroquiais, a maioria dos bessarábios veio dos distritos das cidades Akkerman, Hotin, Bendery e Kagul. Conforme o mapa, a maioria dos vilarejos búlgaros situava-se no distrito de Akkerman e Kagul; a maioria dos rutenos, marcados no mapa como ucranianos<sup>377</sup>, no distrito de Hotin e Bendery; a maior parte dos russos habitava as regiões no leste da Bessarábia.

#### **4. Contexto histórico da imigração de Volínia, Bucovina e Galícia para o Brasil**

A Volínia e a Bucovina são duas regiões que, entre outras situadas na fronteira do ex-Imperio Russo com o ex-Império Austro-Húngaro e outros Estados do Leste da Europa, vinham sendo alvo de disputas territoriais havia séculos.

Historicamente, a Volínia era região de populações eslavas ortodoxas, mas, sendo um território fronteiro entre as principais potências políticas da região, a Rus', à Leste, e a Polônia e a Lituânia, à Oeste, recebeu várias influências culturais, linguísticas e religiosas desses estados. Assim, quando, no século XVI, a Volínia começou a fazer parte do Reino da Polônia, a nobreza de origem eslava ortodoxa foi discriminada no âmbito das políticas da "polonização" da região. Nesse processo, durante séculos de influência polonesa, as elites eslavas da região foram substituídas pelas polonesas, de religião católica. A religião ortodoxa e língua eslava passaram a ser características das camadas populares.

Processo parecido aconteceu na região da Galícia, como aponta Guérios (2012, p. 36), que a partir do século XVIII ficou dividida entre o Império Russo e o Império Austro-Húngaro e o Reino da Polônia:

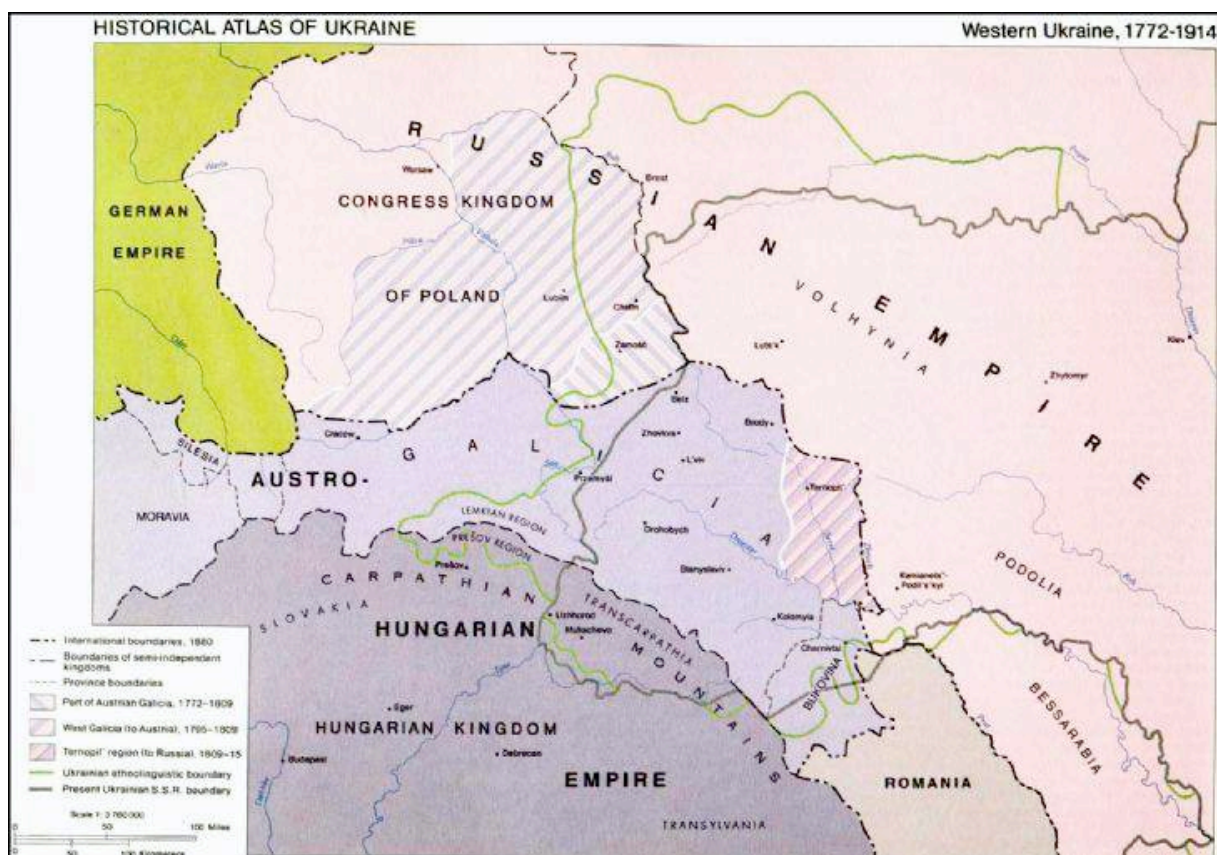
Esses dois elementos combinaram-se para emprestar uma configuração específica à população da região e a contato entre os diferentes grupos que nela habitavam. Ao longo das disputas pelo domínio dessa região, os estratos dominantes foram aos poucos sendo assimilados política e culturalmente aos sucessivos Impérios que se alternavam em seu comando, enquanto os estratos

---

<sup>377</sup> Um grupo étnico que habitava a Galícia, região no oeste da Ucrânia, norte da Bessarábia e algumas outras regiões adjacentes. Guérios (2012) aponta que esse grupo étnico iniciou a emigração para o Brasil ainda na década de 1890.

dominados mantinham sua língua de origem e a filiação à Igreja Ortodoxa. Como resultado, no início do século XVI o rito oriental era marca distintiva de pertencimento ao estrato dos servos feudais na região, enquanto os nobres falavam a língua polonesa e professavam o rito latino da Igreja Católica Romana. Foram esses servos, cujos principais marcadores étnicos eram seu pertencimento religioso e sua língua própria, que passaram a ser chamados de "rutenos" a partir do século XVIII.

Em 1596, os rutenos adotaram a união com a Igreja Católica Romana, aceitando o poder do Papa, como dirigente da Igreja, mas preservando os ritos ortodoxos e a língua eslava. A partir dessa data, o principal marcador étnico dos rutenos passou a ser o rito "greco-católico", como foi chamado depois da união, e a língua própria de raiz eslava, que deu origem, posteriormente, à língua ucraniana. Os rutenos habitavam não apenas a Galícia, mas também os territórios fronteiriços, como observa Guérios (*op.cit.*, p. 159): "Devemos aqui lembrar que os Impérios Russo e Austro-Hungaro ocuparam essas terras no final do século XVIII, e que foi apenas nessa época que uma fronteira arbitrária separou essa província daquelas localizadas mais a oeste - Volínia, Kiev e Podília. Em toda essa área, a concentração de poloneses aumentava em direção a oeste, e a de rutenos aumentava em direção a leste: [...] passando a fronteira do Império Austro-Húngaro e adentrando as terras do Império Russo, a predominância rutena era ainda maior".



**FIGURA 0.4.** Mapa dos territórios nas fronteiras entre o Império Russo e o Império Austro-Húngaro em 1772-1914<sup>378</sup>. *Fonte:* Guérios, 2012, p. 160.

Diferentemente da Galícia, a Volínia voltou a ser parte do Império Russo no século XVIII, mas ainda preservava as características sócio-culturais da população, herdadas na época na qual fazia parte da Polônia. Depois da Primeira Guerra Mundial a Volínia foi dividida, em 1921: a parte oeste foi anexada ao território polonês, e a parte leste, ao território da República Soviética da Ucrânia. Foi justamente nessa época que ocorreu o grande fluxo emigratório da região, conforme indicam os registros paroquiais.

A região da Bucovina, ao sul da Galícia, também foi palco de disputas territoriais entre o Império Russo e o Império Austro-Húngaro. Na época da emigração, depois da Revolução Russa, a região foi anexada à Romênia. Assim, os imigrantes provenientes dessas terras vieram para o Brasil como "romênos", e igualmente aos russos da Bessarábia.

Considerando as disputas geopolíticas em torno dessas quatro regiões, assim como as políticas discriminatórias que os novos governos implantavam junto às populações eslavas, frequentemente a emigração surgia como resposta. Por um lado,

<sup>378</sup> Disponível em <<http://photo.i.ua/user/11131/88253/2012761/>>. Acesso em 15/10/2014.

relacionava-se à “superpopulação agrária e débil industrialização, e ainda as más condições sócio-econômicas”, por outro, à ver com a instável situação política na região, como aponta historiadora Oksana Boruszenko (1969, p. 427).

Os resultados da análise de informações sobre a procedência dos imigrantes que batizavam seus filhos na Igreja Ortodoxa, em São Paulo, desafiaram significativamente a imagem, enraizada na memória coletiva, sobre a comunidade russa na cidade, como coletividade formada em torno de uma “emigração branca” anticomunista e preferencialmente de origem urbana. É preciso lembrar que os estudos sobre a imigração russa após a revolução bolchevique frequentemente reproduzem o mesmo mito, chamado pela pesquisadora Catherine Gousseff (2008, p. 10) de mito de “taxista, Grão-Duque russo”. Surgido nos anos 1920 na França, ele migrou tanto para os estudos acadêmicos quanto para o discurso nativo dos imigrantes russos na Europa e nas Américas. Contudo, Gousseff (2008, p. 12) aponta que a maioria dos refugiados da revolução não pertenciam às classes privilegiadas e nem eram, em sua maioria, russos “étnicos”, provenientes da Grande Rússia.

O mito do refugiado russo, pós 1917, como refugiado político persiste também entre os descendentes desses imigrantes em São Paulo. É comum, nas entrevistas ou nas memórias manuscritas ou publicadas, as pessoas conduzirem sua narrativa em torno do “paraíso” perdido, da riqueza material e cultural perdida em decorrência da revolução e da guerra civil, e ao longo dos sucessivos deslocamentos.

Entretanto, as informações contidas nos registros paroquiais demonstram que a maioria dos imigrantes atendidos pela igreja ortodoxa russa em São Paulo não era originária nem da “Grande Rússia” e nem das camadas urbanas. As características migratórias desses imigrantes são mais parecidas com as experiências no contexto dos grandes fluxos migratórios para o Brasil, no final do século XIX. Tratava-se de sujeitos que, emigravam em grandes famílias, fugindo principalmente da miséria, decorrente da crise econômica após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, assim como das políticas assimilacionistas adotadas pelos governos nacionalistas dos Estados aos quais seus territórios foram anexados, como resultado dos reajustes territoriais após o colapso dos Impérios Austro-Húngaro e Russo. A maioria dessas famílias vinha para o Brasil com projeto de ascensão social, por meio do acesso à propriedade no campo, tendo por destino as colônias agrícolas no interior do Estado. Sua posterior imigração para a capital foi resultado, sobretudo, da crise agrícola e da dificuldade em adquirir

terras. A adesão dessa população aos movimentos políticos foi mais uma característica da proletarização no meio urbano e não tanto a condição migratória inicial.